Gabriela Krantz Cesarino

LADEIRAS DA MISTURA:
escalas da cidade na Rua Augusta (1880-1930)

Orientadora
Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

2022

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GABRIELA KRANTZ CESARINO

LADEIRAS DA MISTURA:
ESCALAS DA CIDADE NA RUA AUGUSTA (1880-1930)

SÃO PAULO
2022

GABRIELA KRANTZ CESARINO

LADEIRAS DA MISTURA:
ESCALAS DA CIDADE NA RUA AUGUSTA (1880-1930)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e urbanismo.

ORIENTADORA: PROFª. DRª. ANA LÚCIA DUARTE LANNA

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 5 de agosto de 2022.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Cesarino, Gabriela
Ladeiras da Mistura: escalas da cidade na Rua Augusta / Gabriela Cesarino; orientadora Ana Lucia Lanna. - São Paulo, 2022.
363.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Ruas. 2. São Paulo. 3. História do Urbanismo. 4. Rua Augusta. I. Lanna, Ana Lucia, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

Assinatura:
gcesarino@hotmail.com
ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-5517-672X
Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/3606523180070742

Ladeiras da Mistura

escalas da cidade na Rua Augusta (1880 – 1930)

à minha mãe Maria (in memoriam), pura poesia
e a meu pai Cesarino, imenso coração

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à professora Ana Lanna, que há muito tempo me instigou os prazeres de transitar por nossas cidades com os olhos abertos. Foi um privilégio desenvolver esse trabalho sob sua orientação habilidosa, que incluiu liberdade e independência de pensamento.

À Ana Castro que demonstrou ser possível combinar seriedade com bom humor no trabalho da academia. A cada um dos membros dos grupos de pesquisa, pelas ricas trocas e conversas: Pedro Beresin Schleder Ferreira, Elisa Zocca Carneiro, Leandro Leão Alves, Raquel Furtado Schenkman Contier, Deborah Sandes de Almeida, Stephanie Guerra, Thales Marreti, Philippe Arthur dos Reis, João Carlos Kuhn, Rodrigo Millan, Juliane Bellot Rolemberg Lessa, Beatriz dos Santos Alves Ventura, Camila Magalhães Souto Maior, Clarissa Paulillo e Julia Flock. As suas pesquisas e nossas interlocuções foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores Renato Cymbalista, Joana Mello de Carvalho e Silva, Flávio Villaça, Ermínia Maricato, Maria Lucia Refinetti Martins, Antonio Luís Jorge, João Meyer e Giselle Beiguelman pelas sugestões de leitura e pelas disciplinas da pós, que levantaram novas e estimulantes discussões sobre a cidade e os diferentes métodos de estudar o espaço urbano. Heloisa André Pontes, eu agradeço pelas indicações de leitura e pelas preciosas contribuições na qualificação. À Profa. Maria Stella Martins Brescianni pela leitura cuidadosa e pelas sugestões ao primeiro artigo derivado desta pesquisa. Aos professores Sarah Feldman e Jérôme Tadié pela valiosa interlocução no Experimentar da Metrópole.

Aos internautas que se dispuseram a dividir suas memórias sobre a Rua Augusta: Miguel Chammas, Maria Cristina Boera, Cirene Cardoso, ... muito obrigada, vocês trouxeram vida para a Rua Augusta.

À Profª Adélia Bezerra de Meneses e à Maria Alice Vassimon pelas entrevistas cheias de vida e do calor "daqueles tempos".

Agradeço à Tomico Mitumori e Maria Veralúcia Pina que, com competência e paciência, me auxiliaram nas muitas tardes de exploração no Arquivo Histórico Municipal. À Amanda Villa Pereira e à Sarah Finotti Rezek que com suavidade e dedicação fizeram a revisão e alguns mapas, sua contribuição foi essencial.

Aos meus irreverentes e eternos companheiros do Laboratório da Mistura: Alexander Precioso, Beatriz Di Giorgi, Luís Fernando Angerami e Sandra Martinelli. São Paulo sem vocês não faz sentido. À Marcia Gregori, que me deu uma capa de presente, e muito mais. Com ela dividi as dúvidas e as alegrias do retorno à academia. Ao Terra Studio que me manteve viva e translandante, cruzando as américas. À Luna e à Mira, que ronronaram e latiram comigo durante as longas noites de estudo.

À minha afilhada Camila Krantz C. F. Santos que, com muito carinho me ajudou com a organização final dos mapas. A minha madrinha Ana Maria de Niemeyer pela sabedoria, pelas mil dicas, livros emprestados, papos e trocas que trouxeram inestimável riqueza ao meu trabalho de pesquisa. Aos meus irmãos, Julia Krantz Cesarino pela força e companheirismo, e Pedro de Niemeyer Cesarino por nos ensinar, do seu jeito, como se pode "ligar pensamento". Ao meu pai Antonio Carlos Massarotto Cesarino e minha mãe Maria Huberta Krantz que me dão confiança e alegria.

Ao Tim e Flora meus amores, que riram e resistiram comigo durante todo o deleite e loucura que foi fazer um doutorado.

Alhures, sem dúvida, é que os poentes são. Mas até deste quarto andar sobre a cidade se pode pensar no infinito. Um infinito com armazéns embaixo, é certo, mas com estrelas ao fim....

PESSOA, Fernando. Livro do desassossego, 1982.

LADEIRAS DA MISTURA: escalas da cidade na Rua Augusta (1880-1930)

RESUMO

Esta tese investiga diferentes dimensões da experiência urbana na Rua Augusta entre os anos 1880 e 1930. Partimos da cidade para ver a rua e depois, de dentro da rua olhar para fora e ver a cidade. Concluímos que a rua não é uma linha, mas o resultado dos muitos cruzamentos que fazem dela um objeto vivo e mutante. Estudamos os espaços que a configuram como um artefato urbano, tendo em vista as tensões políticas e sociais, os campos de forças e as múltiplas representações que atuaram no fazer desta rua. Em termos operacionais, buscamos articular a análise da atividade econômica de um grupo, com um lugar - enquanto espaço socialmente experimentado - aos processos que formaram a malha urbana e os fluxos que atravessam a cidade. A análise cruzada das diferentes escalas manteve foco no fazer da Rua Augusta como espaço do cotidiano e como lugar da experiência de urbanidade.

Palavras-chave: Ruas; São Paulo; Rua Augusta; História; Urbanização.

A HYBRID STREET: urban scales along Rua Augusta (1880-1930)

SUMMARY

This dissertation investigates different dimensions of urban experience on Rua Augusta between the 1880s and 1930s. We start at the scale of the city to examine the street and then, from within the street, we look outward and view the city. We find that the street is not a line, but the manifestation of the many crossings that make it a living and changing object. We study the spaces that configure the street as an urban artifact, maintaining a view of the political and social tensions, and the fields of dispute that acted in its making. Through its historical trajectory, multiple representations gave intelligibility to the social groups along Rua Augusta. In methodological terms, we seek to articulate the analysis of the economic activity of a group, with a specific place - a socially experienced space - with the study of the processes which formed the urban fabric and the flows that run through the city. The cross-analysis of different scales reveal Rua Augusta as a space for everyday life and a place for the experience of urbanity.

Keywords: Streets; São Paulo; Augusta Street; History; Urbanization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 2
AS FONTES 11

CAPÍTULO 1: A RUA AUGUSTA NOS MAPAS 13
AS FONTES 15
I. CAMINHAR E VER A RUA: FRONTEIRAS, LIMITES e VIZINHANÇAS 23
II. HISTÓRICO CARTOGRÁFICO DA RUA AUGUSTA E DE SUAS VIZINHANÇAS 33
II.1 PERÍODO I: 1880 – 1912 35
A Chácara do Capão e os primeiros núcleos de ocupação 43
A Bella Cintra 49
A abertura da Rua Augusta e da avenida Paulista 51
Os últimos anos da Chácara do Capão – 1887 a 1890 54
A Chácara de Veridiana Prado 59
Villa America e Villa Nova Tupy 63
O Código de Posturas de 1886 64
II.2 PERÍODO II: 1913 - 1922 68
II.3 PERÍODO III: 1923 – 1929 76
O Código de Obras "Arthur Saboya" - Lei 3.427/29 78
III. AS TIPOLOGIAS 87
III.1 OCUPAÇÃO DA RUA AUGUSTA 87
Tipologias prevalentes no primeiro período: 1893 - 1912 90
Tipologias prevalentes no segundo período: 1912 - 1922 93
Tipologias prevalentes no terceiro período: 1923 - 1929 96
Tipo 1: A pequena chácara urbana 99
Tipo 2: As Villas 100
Tipo 3: Sobrados 102
Tipo 4: Casas Térreas 112
Tipo 5: Casas para operários e trabalhadores 118
IV. A MISTURA E AS VIZINHANÇAS 129

CAPÍTULO 2: SECOS E MOLHADOS 134
AS FONTES 138
I. O COMÉRCIO NA CIDADE 143
I.1 Os mercados e o comércio 143
I.2 O armazém de bairro e a especialização do comércio 146
I.3 O supermercado 150
II. A ESTRUTURA ECONÔMICA DOS ARMAZÉNS: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS 154
II.1 As importadoras, as distribuidoras, os bancos 156
II.2 As mercadorias 159
II.3 Equipamentos e mobiliário 164
II.4 O crédito e as cadernetas 167
II.5 Os impostos 169
III. OS ARMAZÉNS DE SECOS E MOLHADOS DA RUA AUGUSTA 171
III.1 Os fluxos 174
III.2 A localização 176
III.3 A especialização 177
III.4 A heterogeneidade da ocupação 180
III.5 O espaço do armazém 182
III.6 Os proprietários e os construtores dos armazéns 185

III.7 Os imigrantes e os trabalhadores dos armazéns 189
Os imigrantes da Itália 191
Os açorianos 193
Os portugueses 195
Os negros 197
IV. O ESPAÇO DOS ARMAZÉNS DA RUA AUGUSTA 201
IV.1 O adensamento do lote e a legalização da ocupação 204
IV.2 As fronteiras e as conexões com a cidade 208
IV.3 O edifício do armazém e as diferentes tipologias 211
V. O ARMAZÉM COMO LUGAR 214
V.1 Daniel Lopes e o armazém de secos e molhados Nazário e a Casa Santa Luzia 216
V.2 O Empório Augusta, o Armazém do Sr. José 232
V.3 O empório Montenegro 235
V.4 Os armazéns da esquina com a rua Santa Cruz 238
VI. AS REFERÊNCIAS, OS ENCONTROS E OS CRUZAMENTOS POSSÍVEIS 247

CAPÍTULO 3: MEMÓRIAS DA RUA AUGUSTA 250
AS FONTES 253
I.PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO 257
II.A VILLA UCHÔA: 1902 A 1907 266
II.1 Flávio Uchôa e Evangelina da Silva Prado 266
II.2 O edifício 268
II.3 O leilão e a mudança 271
III.O COLÉGIO DES OISEAUX: 1907 A 1969 275
III.1 Arquitetura e o espaço 276
Iii.2 A casa e a escola 282
iii.3 A modernização do ensino: a elite produtora do conhecimento 289
iii.4 Espaço, cultura e sociedade 292
IV. A ESCOLA DE SANTA MÔNICA: 1924 A 1967 299
Iv.1 Arquitetura e espaço 299
iv.2 As escolas confessionais gratuitas 304
iv.3 O muro de berlim: educação e segregação 308
V. MEMÓRIAS DIGITAIS, 1940 E 1950 313
V.1 A casa e a rua 314
v.2 A rua e a cidade 320
v.3 Memórias, saudades 331

APONTAMENTOS FINAIS 334

REFERÊNCIAS 347

ANEXOS 24

FIGURAS

Figura 1: A Rua Augusta entre os rios Pinheiros e Tietê. 6
Figura 2: Fusquinha espirra água em pedestres na Rua Augusta, 1970. 15
Figura 3: Sequência de abertura da Rua Augusta entre 1875 e 1936. 29
Figura 4: Eixo formado pela Rua Augusta – Rua Colômbia – Avenida Europa – Cidade Jardim. 30
Figura 5: Topografia da Rua Augusta 34
Figura 6: Mapa de São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redor do Centro, sem data. 35
Figura 7: Pormenor da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Subúrbios. Publicada por Jules Martin, 1881. 37
Figura 8: Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo,1881. 39
Figura 9: Pormenor do Mapa das chácaras vizinhas à futura Rua Augusta, 1880. 41
Figura 10: Chácara do Capão de Mariano Antonio Vieira, configuração em torno de 1890 45
Figura 11: Núcleos de ocupação da Chácara do Capão 47
Figura 12: Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo, Hugo Bonvicini, 1895. 53
Figura 13: Pormenor da Planta Geral da Capital de São Paulo, Gomes Cardim, 1897. 57
Figura 14: As chácaras de Martinho e Veridiana da Silva Prado em torno de 1890. 60
Figura 15: Pormenor da Planta Geral da Cidade de São Paulo (Alexandre Cococi & Luiz Fructuoso Costa), 1905. 62
Figura 16: Pormenores das Planta Geral d de São Paulo de Gomes Cardim, 1897 e da Planta Geral de São Paulo, 1905. 63
Figura 17: Os terrenos adquiridos pela Cia City em 1912, nas vizinhanças da Rua Augusta. 68
Figura 18: Loteamento Jardim América, junho de 1921. City of S. Paulo Improvements Freehold Land Co. INC. 69
Figura 19: Planta da Cidade de São Paulo, por Alexandre Cococi & Luiz Fructuoso Costa, 1913/14. 70
Figura 20: Planta de Villa America, sem data (circa de 1912-1915) 71
Figura 21: Planta da Cidade de São Paulo, 1916. 73
Figura 22: Planta da Cidade de São Paulo, Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, 1924. 77
Figura 23: Planta da Cidade de São Paulo, 1929. 80
Figura 24: Loteamento Anhangabahu, 1930. 83
Figura 25: Mapa Topográfico do Município de São Paulo, Sara Brasil, 1930. 84
Figura 26: Edifício Nicolau Schiesser na Rua Augusta, 1933 86
Figura 27: Pormenor de um dos mapas desenvolvidos pela pesquisa. 89
Figura 28: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o primeiro período 1893 – 1912. 90
Figura 29: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o segundo período 1912 – 1922 93
Figura 30: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o terceiro período 1923 – 1929 96
Figura 31 e 31A: Projeto de casa à Rua Augusta, ano 1898 e 1915. 100
Figura 32: Projeto da Villa Sabino, ano 1903 – SOP, AHM-SP. 101
Figura 33: Projeto da Villa Penteado na Rua Augusta, ano 1919. 102
Figura 34: Projeto de casa na Rua Augusta 30, ano 1912 103
Figura 35: Projeto de casa na Rua Augusta 71, ano 1919. 104
Figura 36: Projeto de casa na Rua Augusta s/n, 1912. 105
Figura 37 e 37A: Projeto para sobrado na Rua Augusta 205, ano 1912. 107
Figura 38: Projeto para dois sobrados geminados com garagem na Rua Augusta 28, ano 1921. 107
Figura 39: Projeto para dois prédios residenciais na esquina da Rua Augusta com a avenida Paulista, ano 1912. 110
Figura 40 e 40A: Projeto de quatro prédios na Rua Augusta esquina com a Rua Fernando de Albuquerque, ano 1927... 111
Figura 41: Projeto de três prédios de moradia com garagens na Rua Augusta, ano 1927. 112
Figura 42: Projeto de casa geminada na Rua Augusta 22, ano 1911... 113
Figura 43: Duas casas geminadas na Rua Augusta 247, ano 1912. 115
Figura 44: Dez casas para renda na Rua Augusta esquina com a Rua Antonio Carlos, ano 1910. 116
Figura 45: Quatro prédios com armazém na Rua Augusta 50, ano 1909 117
Figura 46: Casa "dita de operário" na Rua Augusta 12, ano 1897 119
Figura 47: Duas pequenas casas geminadas na Rua Augusta 220, ano 1901 120
Figura 48: Projeto para construção de casa na Rua Augusta, s/n, ano 1897. 120
Figura 49: Projeto de cocheira para seis vacas na Rua Augusta 19, ano 1898. 121
Figura 50: Projeto de casa com cocheira na Rua Augusta 140, ano 1897. SOP, AHM-SP. 121

Figura 51: Duas casas térreas geminadas, uma delas com armazém, na Rua Augusta 69, ano 1905 122
Figura 52: Três casas para Leonardo Graziano na Rua Augusta 160, ano 1913. 124
Figura 53: Casas para operários na Rua Augusta 71A, ano 1908. 124
Figura 54: Projeto de casas em fila na Rua Augusta esquina com a Alameda Jahu, ano 1905. 125
Figura 55: casa para Luciano Caruso, na rua Augusta esquina com a alameda Iguape, ano 1899. 126
Figura 56: Salão de barbeiro com casa para Luciano Caruso na Rua Augusta 182, ano 1912. 126
Figura 57: Padaria na Rua Augusta 362A, ano 1916. 127
Figura 58: Açougue para Leonardo Graziano na Rua Augusta 364, ano 1916. 128
Figura 59: Mapa das requisições para construção de edifícios na Rua Augusta entre 1893 e 1928. 139
Figura 60: Mercado rua São João, 1860. 143
Figura 61: Mercado dos Caipiras, 1925 143
Figura 62: Depósito Popular Ltda., 1953. 152
Figura 63: Super Mercado Americanos Ltda., 1953. 152
Figura 64: Reportagem sobre o Supermercado Sirva-se, 1953. 153
Figura 65: Reportagem sobre o papel dos varejistas e atacadistas no aumento dos preços, 1946. 159
Figura 66 e 66A: O Estado de S. Paulo, 25/06/1916 166
Figura 67: Anúncio dos loteamentos da Cia. City, década de 1930. 173
Figura 68 e 68A: Requerimento de Manoel de M. Gamboa Junior, Rua Augusta 25, ano 1897. 182
Figura 69: Requerimento para construção de armazém na Rua Augusta s/n, ano 1899. 183
Figura 70: Projeto para construção de armazém para confeitaria na Rua Augusta 477, ano 1920. 183
Figura 71: Projeto de bar na Rua Augusta esquina com a rua Estados Unidos, ano 1920. 184
Figura 72: Casa térrea com armazém na Rua Augusta 165 esquina com a rua Coelho, ano 1898. 186
Figura 73: Casa térrea com armazém na Rua Augusta 86, ano 1897. 186
Figura 74: Adição de armazém ao lado de casa na Rua Augusta 517, Ano 1921 187
Figura 75: Projeto de para 4 unidades residenciais na esquina das ruas Augusta e Marquês de Paranaguá, ano 1920 188
Figura 76: Projeto para cinco prédios de moradia e dois armazéns, ano 1927. SOP, AHM-SP. 189
Figura 77: Imigrantes chegando em São Paulo e procurando assistência. Circa 1882-1892 191
Figura 78: Loja de fazendas e armarinho de Chaker Coury, Rua Augusta 411, ano 1922. 198
Figura 79: projeto de casa na Rua Augusta 316, ano 1926. 198
Figura 80: Processo para construção de muro na esquina da Rua Augusta com a rua Nova, ano 1907. 205
Figura 81 e 81A: Projeto para reforma e adição de açougue na Rua Augusta 261 e 263, ano 1915. 207
Figura 82: Casinha com armazém na Rua Augusta 69, ano 1908. 208
Figura 83: Casinha com armazém na Rua Augusta 97, ano 1908. 208
Figura 84: Adição de cocheira na Rua Augusta 196A, ano 1909. 209
Figura 85: Adição de forno no fundo do quintal na Rua Augusta 61, ano 1901. 209
Figura 86: Pedidos para construção de garagens na Rua Augusta, 213 e 302, ano 1921. 209
Figura 87: Projeto para casa com armazém na Rua Augusta 96A, ano 1915. 210
Figura 88: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 1 211
Figura 89: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 2 212
Figura 90: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 3 213
Figura 91: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 4 213
Figura 92: Projeto para sobrado com 4 unidades, ano 1912. 217
Figura 93: Pormenor da esquina da Rua Augusta com a rua Oscar Freire, ano 1929. 220
Figura 94: Projeto na Rua Augusta 424, ano 1922/1923. 220
Figura 95: Casa na Rua Augusta 499, ano 1923. 220
Figura 96: Planta do prédio na Rua Augusta esquina com a alameda Iguape, ano 1899. 221
Figura 97, 97A e 97B: Projeto de Casas para Renda na Rua Augusta, 488, ano 1926. 222
Figura 98: Os filhos de Daniel Lopes, no apartamento acima da loja, década de 1930. 224
Figura 99: Interior da Casa Santa Luzia, década de 1930. 227
Figura 100: Anúncios da Casa Vilex em 1950. 228
Figura 101 E 101A: Propaganda Geladeira G.E. e Liquidificador Walita, 1940 230
Figura 102: Anúncio de cestas de natal da Casa Santa Luzia, 1956. 231
Figura 103: Requerimento para construção de residência com armazém na Rua Augusta 23, ano de 1916. 232

Figura 104: armazém com moradia na Rua Augusta esquina com a rua Caio Prado, ano 1916. 233
Figura 105: Empório Montenegro, 1926. 234
Figura 106: Café Behring, 1933. 234
Figura 107: Casa térrea na Rua Augusta, 233, ano 1911. 236
Figura 108: Planta do sobrado de Raphael Sola 237
Figura 109: Sobrado com armazém e duas moradias, na Rua Augusta 233ª, ano 1913. 237
Figura 110: Elevação do sobrado de Raphael Sola 237
Figura 111: Sobrado com armazém e duas residências na Rua Augusta 325, ano 1916. 237
Figura 112: Planta de localização dos edifícios da esquina das ruas Augusta e Santa Cruz, anos 1898 – 1906. 239
Figura 113: Projeto para cinco casas térreas na Rua Augusta, ano 1898. 240
Figura 114: Residência com armazém localizada na esquina da Rua Augusta com a rua Santa Cruz, ano 1898. 242
Figura 115: Casa térrea na Rua Augusta esquina com rua Santa Cruz, ano 1898. 243
Figura 116: Projeto para residência com armazém na Rua Augusta 144, ano 1905. 245
Figura 117: Projeto para residência com armazém na Rua Augusta 144A, ano 1906. 245
Figura 118: Projeto casas operárias na Rua Augusta 9A e 25, ano 1897, 257
Figura 119: Projeto de quarto para lenha nos fundos do lote da Rua Augusta 134, ano 1898. 257
Figura 120: Gol do Paulistano, no Velódromo da rua da Consolação, 1902. 259
Figura 121 Mapa com pontos de referência e escolas 261
Figura 122: Projeto da Fábrica de Calçados Melillo na Rua Augusta esquina com a rua Caio Prado, 1910 261
Figura 123: Sobrado e garagem na Rua Augusta 24, ano 1912 e 1913. 263
Figura 124: Mapa da Vila Uchôa/Colégio Des Oiseaux e Escola de Santa Mônica, sobre Sara Brasil de 1930. 265
Figura 125: Villa Uchôa em 1903. 269
Figura 126: Fotografia da Vila Uchôa em 1903. 270
Figura 127: Projeto de nova Villa para Flávio Uchôa em Higienópolis, 1912. Acervo Dubugras 272
Figura 128: Entrada da Vila Uchôa pela Rua Caio Prado. 273
Figura 129: Entrada do Colégio Des Oiseaux nos primeiros anos após sua fundação, s/d. 276
Figura 130: Reforma do colégio de santo agostinho, ano 1907. 277
Figura 131: Pedido para a segunda obra de expansão do Colégio das Damas de Santo Agostinho, ano 1908. 277
Figura 132: Projeto de novo edifício para o Colégio das Cônegas de Santo Agostinho, ano 1918. 278
Figura 133: Projeto de sobrado na Rua Augusta 73, ano 1920. 280
Figura 134: Projeto de casas térreas geminadas na Rua Augusta 79 e 79A, ano 1920. 280
Figura 135: Colégio Des Oiseaux, década de 1950. 282
Figura 136: Caderno de Beaux Arts de mãe de aluna, formada em 1931 284
Figura 137: O refeitório do Des Oiseaux na década de 1950. 285
Figura 138: Mapa de localização das áreas onde moravam as internautas ex-alunas do Colégio Des Oiseaux 294
Figura 139: Vista aérea do complexo educacional das Cônegas de Santo Agostinho, circa 1940. 299
Figura 140: Alunas da Escola de Santa Mônica na década de 1920. 300
Figura 141: Primeira escola para os pobres do Colégio das Damas de Santo Agostinho, ano 1920. 302
Figura 142: Organização das filas no pátio da Escola de Santa Mônica, 1965. 303
Figura 143: Dia do sorvete no Colégio Des Oiseaux, 1931. 312
Figura 144: Mapa da Escola de Santa Mônica, Colégio Des Oiseaux e localização dos internautas, anos 1940 e 1950. 314
Figura 145: Fotografia da casa com armazém, ano 1913, 315
Figura 146: Tipologia recorrente para as vizinhanças do complexo das Cônegas de Santo Agostinho. 317
Figura 147: Mapa da localização das ruas onde moravam os internautas ex-alunos da Escola de Santa Mônica 322
Figura 148: Ministrinho, 1929 333
Figura 149: Mapa dos núcleos de ocupação da Chácara do Capão 337
Figura 150: Mapa da potencial expansão de Higienópolis, como um cinturão em torno do centro. 340
Figura 151: Diferenças do parcelamento e ocupação por trecho da Rua Augusta em 1929 341
Figura 152: A loja de música Hi-Fi na década de 1970. 346

TABELAS

Tabela 1: Pormenor da tabela desenvolvida pela pesquisa,. 88
Tabela 2: Requerimentos para construção de prédios na Rua Augusta, 1894-1928. 140
Tabela 3: Mapa das requisições para armazém na Rua Augusta entre 1893 e 1928. 141
Tabela 4: Distribuição dos usos comerciais na Rua Augusta nos anos 1915 – 1934. 142
Tabela 5: Movimento de importação por país de origem, de 1872 a 1927. 161
Tabela 6: Estabelecimentos comerciais e de armazéns na Rua Augusta, 1915-1929 175
Tabela 7 e 7A: Comércio e serviços na Rua Augusta, 1915-1929 175
Tabela 8: Comércio de bebidas e alimentos, e armazéns na Rua Augusta, 1915-1929. 178
Tabela 9: Comércio, serviços e outros usos comerciais na Rua Augusta, 1915-1929 179
Gráficos e tabelas 10: Presença de diferentes imigrantes comerciantes na Rua Augusta. 200
Gráficos e tabelas 11: Presumível origem dos proprietários dos armazéns da Rua Augusta entre os anos 1915 e 1929 201
Tabela 12: Proprietários e construtores dos edifícios da esquina das ruas Augusta e Santa Cruz em 1898 – 1906. 239

ABREVIAÇÕES

AHM-SP:	Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
Cia. City:	City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltd.
Cia. Light:	São Paulo Tramway, Light and Power Company
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIC:	Lançamentos da Indústria e do Comércio
SARA:	Societá Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici
SIRCA:	Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo
SOP:	Série de Obras Particulares
USP:	Universidade de São Paulo

Introdução

A história desta tese começou há muito tempo. Começou com as memórias daqueles que em sua juventude viveram os tempos que precederam os notórios anos 60 da jovem guarda e de outros movimentos, de retrô a balada, que ocuparam uma ou outra das longas ladeiras que compõem a rua Augusta: "Subi a rua lentamente, que a esta altura o folego é curto e a doce encosta virou íngreme ladeira, muito mais longa do que era antigamente", escrevia Frederico Branco dois dias antes da celebração do 418º aniversário da cidade de São Paulo.[1] Sem fôlego, mas encharcado de emoções, Branco percorre em 1972 a "ruaugusta" de seu tempo, os anos 1940. Em seu passeio não via outra coisa que não fosse o passado. Da nova rua não queria nada, apenas encontrar pistas e rastros que pudessem levá-lo de volta às suas memórias.

Ao percorrer as páginas das Lembranças de Velhos, trabalho magistral de Ecléa Bosi, desenvolvido como tese de livre docência nos idos de 1979, nos identificamos com sua forma de trabalhar o tempo e a memória.[2] A tese não pretendia construir história, mas sim como pondera Marilena

[1] BRANCO, Frederico. *O Estado de S. Paulo*, 23/01/1972, p. 194. Frederico Branco (1927-2000) foi um jornalista que trabalhou em diversos periódicos paulistas, incluindo uma coluna de crônicas semanais no Jornal da Tarde de 1970 a 1990, publicadas em coletânea sob o título Postais Paulistas (1993).

[2] Para entender os lugares que compuseram a Rua Augusta, utilizamos de relatos orais e registros de memória de alguns de seus personagens, confrontando, como sugere Halbwachs "os diferentes pontos de vista que cohabitam no indivíduo". (HALBWACHS, 1990, p. 69)

Chaui na apresentação do livro, estabelecer um "campo de pensamento". A proposta foi a de registrar a vida e o pensamento através da voz dos velhos, ou "daqueles que já trabalharam por nossos contemporâneos e por nós", cotejando o que foi por eles escolhido para se perpetuar na história de suas vidas.[3] Foi assim que principiamos este trabalho, subindo e descendo a Rua Augusta com Frederico Branco, Miguel Chammas, Vera Lucia Montebelere, Carlos Vessoni, Acacio Franco, Pedro Pedace, Luiz Saidenberg, Maria Christina Boera, José Carlos Munhoz Navarro, Cirene Cardoso dos Reis e tantos mais. A Augusta para mim era outra, uma Augusta que para eles não interessa, não existe, pois, não a reconhecem. Enquanto não adquiri um certo vocabulário mínimo sobre a história desta rua, não foi possível dialogar com Pedro, Miguel ou Cirene. Aos poucos, aprendi a reconhecer os espaços do passado, o vocabulário com que eles descreviam seus lugares e suas vivências. Tive que me imbuir da nostalgia que fazia parte intrínseca das memórias dos habitantes desta rua, porque "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com ideias de hoje, as experiências do passado"[4]. Assim passamos a explorar, com ideias de hoje, algumas experiências que conformaram a Rua Augusta.

*

Investigar diferentes dimensões da experiência urbana, na Rua Augusta entre os anos 1880 e 1930+ é o objetivo principal desta pesquisa. Metodologicamente, partimos da cidade para ver a rua e depois, de dentro da rua olhar para fora e ver a cidade. O entrelaçamento das diferentes dimensões da construção da rua enquanto artefato, imagem e campo de disputas, categorias de análise propostas por Ulpiano Bezerra de Meneses, estruturam o processo desta investigação.[5] Estudaremos a rua e os espaços que a configuram como artefato, como produção humana: os prédios e os vazios que definem suas bordas, as calçadas e as vias de circulação por onde correm os fluxos de gente, automóveis e mercadorias. Exploramos o contexto urbanístico, os traçados e os arranjos espaciais que resultaram das tensões políticas e sociais, dos campos de forças que atuaram na construção desta rua. Na histórica diversidade de sua ocupação, essas articulações envolveram múltiplos interesses, conflitos e disputas entre seus habitantes e comerciantes; os proprietários e investidores; o governo e o cidadão; as escolas e seus alunos. A Rua Augusta construiu dentro de

[3] BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1979, p. 1.
[4] Ibid., p. 17.
[5] Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Concedida a Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda (2011) e MENESES (1996).

seu percurso histórico imagens potentes. Imagens que representam as experiências que se desenrolaram em seus espaços e que deram inteligibilidade aos grupos sociais que a habitaram ao longo dos anos e à toda cidade, em seus diferentes momentos de apropriação.

Ao longo da tese buscamos articular a análise da conjuntura e dos processos de formação da malha urbana e dos fluxos que percorrem a **cidade** (através da cartografia), com o estudo das práticas de um **grupo** (os comerciantes, os armazéns) e a pesquisa sobre um **lugar** (uma quadra na Baixa Augusta), enquanto espaço socialmente experimentado. A análise cruzada das diferentes escalas[6] nos induziu a adotar uma documentação diversa; produzida com objetivos e em temporalidades diferentes; material que por um lado generaliza e ao mesmo tempo é bastante fragmentado. Ainda assim mantivemos sempre como foco o fazer da Rua Augusta enquanto espaço do cotidiano e como um lugar de experiência da urbanidade.

*

São Paulo cidade em 1880 tinha algo entre 31.385 habitantes (população em 1870) e 64.834 habitantes (população em 1890), quando o Brasil se tornava República e de seus 14,3 milhões de habitantes, 1,4 milhões de habitantes viviam no estado de São Paulo.[7] Para os paulistas, a segunda metade do século XIX marcou o momento de transição da economia açucareira de exportação para uma complexa estrutura econômica que teve o café como sua base. Entre 1890 e 1920 a população brasileira praticamente dobrou de 14,3 milhões para 27 milhões, em processo que combinou a massiva imigração europeia com as migrações internas, especialmente para a região sudeste do país. Entre 1880 e 1930 o volume de imigrantes atingiu dois milhões de pessoas, que vieram em diferentes momentos e sob circunstâncias diversas. Durante este período ocorreram também significativas ondas de deslocamentos populacionais dentro do estado, acompanhadas pelo progressivo aumento das áreas urbanizadas. Para os centros urbanos e para a capital se dirigiram os trabalhadores agrícolas, mas também os proprietários das fazendas, que se integravam

[6] Escalas aqui tomadas como foco das operações de análise, as quais definiram os modelos de interpretação que adotamos durante o trabalho. A opção pela variação das escalas analíticas situa-se, "do lado do objeto", como argumenta LePetit, definindo o "espaço de atuação e identificando os sistemas de contextos em que se inserem os jogos sociais". (1992, p.206-207)

[7] IBGE, Censos Demográficos. Disponível no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php. Acesso em 12/3/2022. Os dados demográficos para a cidade de São Paulo em 1880 não estão disponíveis.

cada vez mais às atividades comerciais, imobiliárias e de provisão de infraestrutura urbana, operando em conjunto com os bancos e os sistemas financeiros, com participação do capital internacional e dos imigrantes investidores.

Na virada para o século XX, a implantação das ferrovias e os melhoramentos da infraestrutura dinamizaram as exportações do café e fortaleceram a incipiente indústria nacional. O crescimento da indústria, que já vinha se desenvolvendo desde finais do século XIX, coincidiu com a crise do café, entre 1914 e 1918, período em que grande parte da intensa imigração foi absorvida pela indústria e pelo comércio. O desenvolvimento da economia nacional, sua internacionalização e diversificação contribuíram com o processo de consolidação da classe média nas capitais. São Paulo incorporou essas transformações, refazendo sua estrutura fundiária, parcelando a terra, construindo casas, fábricas, estabelecimentos comerciais, instituições de saúde e de educação. O surgimento de diversos mecanismos para intervir e controlar os espaços da cidade e ao mesmo tempo a informalidade que caracterizou a ocupação das terras que deram origem à Rua Augusta (ainda antes de ser inserida na centralidade paulistana), é fundamental para entender a conjuntura da nossa baliza inicial, os anos 1880. Começando como trilha de terra, caminho de trabalhadores pobres, que do centro subiam o morro do Caaguaçú e transitavam entre um e outro núcleo de ocupação da região, a Augusta se transformaria com a cidade ao ser incluída em sua modernidade.

Com o final da primeira guerra, a economia foi reorientada, as ligações com o capitalismo internacional foram ampliadas e ratificou-se a dependência na importação de insumos para a produção industrial nacional. Esse processo se deu em conjunto com o crescimento dos setores médios urbanos e o consequente desenvolvimento do mercado interno para produtos manufaturados. A partir de 1900 o próprio setor industrial já estimulava maiores investimentos e na década de 1920 acentuou-se a sua diversificação. A esse momento seguiram-se profundas mudanças nas formas de habitar, de se alimentar e de se movimentar pela cidade. O impacto na Rua Augusta foi sentido com o aumento das construções e nas modificações tipológicas, indicando o final do segundo período da pesquisa. A baliza final, em torno de 1929-1930 foi marcada pelos novos planos urbanísticos para a cidade, que impactaram direta e indiretamente a ocupação da Rua Augusta e de suas vizinhanças. A partir das três escalas de análise e com os três períodos definidos pela ocupação histórica desta rua, organizamos este trabalho.

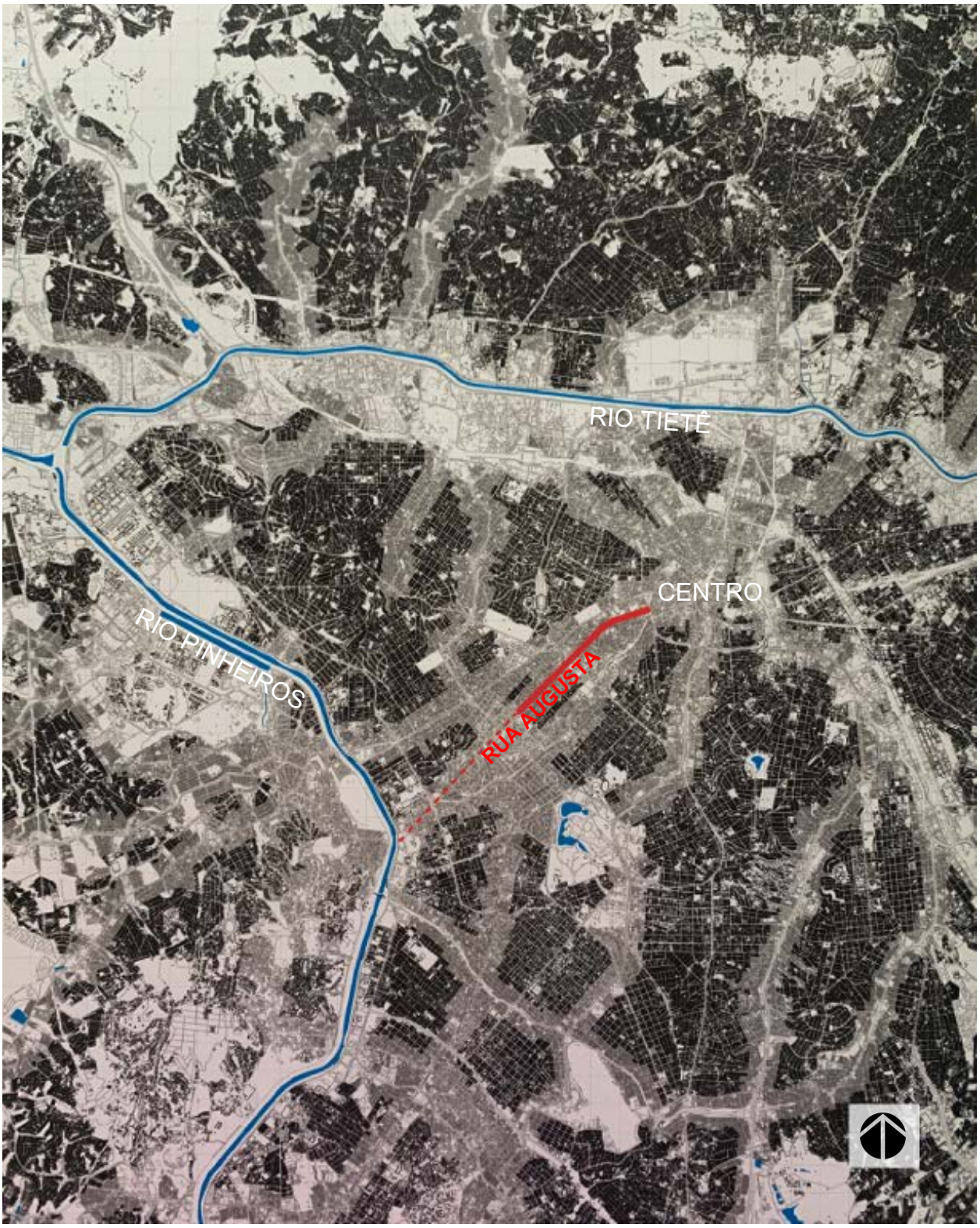


Figura 1: A Rua Augusta entre os rios Pinheiros e Tietê.[8]

[8] CORREA, Felipe. *São Paulo, uma biografia gráfica*. Austin: University of Texas Press, 2018, p. 104.

Durante o **Primeiro Período, de 1880 a 1912**, veremos como se deu a divisão e o parcelamento das chácaras de Veridiana Prado e do Capão, a abertura da Rua Augusta e sua primeira ocupação. No início deste período, a área onde se inseriu a Augusta não constava nos mapas da cidade, mas há registros de habitantes nas imediações e que deram origem ao percurso formador da rua. Trilhas e caminhos faziam parte de uma rede de circulação que cruzava as chácaras, em direção ao centro da cidade, em direção ao interior, aos morros e aos rios. Integravam também essa malha os percursos entre os diversos núcleos de ocupação internos às chácaras. Do caminho que interligava a antiga sede da Chácara do Capão (na região Sul do morro do Caaguaçu) à sua porteira (na esquina com a rua da Consolação e os limites com a Chácara de Dona Veridiana Prado), em caminho para o centro, nasceu o trecho mais antigo da Rua Augusta. Sua ocupação então consistia de pequenas casas, algum comércio e poucas oficinas, dispersas nas pequenas propriedades onde se cultivavam alimentos e de onde se extraia lenha. Os primeiros projetos encontrados na Série de Obras Particulares (AHM-SP) com endereço na Rua Augusta datam de 1893 e evidenciam a ocupação da região mais próxima ao centro da cidade por pequenas casas, com um a três cômodos, habitadas por imigrantes de origem açoriana e italianos. Veremos ao longo da pesquisa como a rua teve seus terrenos parcelados inicialmente em pequenos lotes e a partir de 1890 em grandes glebas que foram posteriormente subdivididas e negociadas por grandes investidores.

Na virada do século, as casas construídas para renda pelos setores médios passaram a se misturar com as habitações remanescentes da primeira ocupação da região. Estas eram pequenas e térreas, muitas com espaço para comércio e oficinas, com cocheiras e profundos quintais e ainda sem muita preocupação com a delimitação precisa e com o cercamento dos lotes. Em meio a esta paisagem, que ainda preservava características de seu recente passado rural, fizeram-se construir na Rua Augusta dois palacetes (em 1902 e 1904), uma fábrica (em 1910) e os primeiros sobrados (a partir de 1907). Em pouco tempo, um dos palacetes se transformou em um complexo escolar religioso (1907), quando outras escolas, instituições de saúde e esportivas já se estabeleciam em suas vizinhanças.[9]

[9] Ainda anterior à abertura oficial da Rua Augusta, fizeram também parte do parcelamento de seu entorno a concessão e a doação de terrenos para a instalação de instituições públicas, religiosas e esportivas, como o Colégio Morton (1873), o Reservatório da Cantareira (1877), o Velódromo (1890), a Igreja da Consolação (1799/1909) e outros, como veremos adiante.

Na década de 1910, grande parte dos lotes no trecho da rua mais próximo ao centro já estavam ocupados. Os primeiros prédios já haviam sido reformados, ampliados ou demolidos e substituídos por novos edifícios. A partir de então, os novos projetos e obras passariam pelas mãos de profissionais da construção, quase sempre imigrantes e seus descendentes. A localização estratégica da Rua Augusta – entre o centro e o valorizado bairro de Higienópolis e a avenida Paulista – tornou-a destino para os setores médios que crescem por toda a cidade. A oferta de comércio e serviços fora do centro ainda não tinha se especializado e na grande maioria dos bairros era representado pelas oficinas de marcenaria e de carpintaria, pelas barbearias, pelas pequenas lojas de cereais, frutas e vegetais, os açougues, além dos mais recorrentes, os armazéns de secos e molhados e os botequins.

Durante o **Segundo Período, de 1913 a 1922**, consolidaram-se as atividades comerciais na rua e apareceram os primeiros edifícios de dois pavimentos com residência no primeiro andar e comércio no térreo. Os moradores mais frequentes ainda eram os italianos, os açorianos, os portugueses e seus descendentes, mas com os anos, estes passaram a dividir as calçadas com imigrantes de outros países: alemães, franceses, sírios, libaneses, russos, etc. A diversidade cultural desses habitantes se refletiu nas ofertas do comércio, mas não na arquitetura, que via de regra continuava sendo tarefa dos mesmos portugueses e italianos, que tendiam a manter o ecletismo das construções. Os bairros adjacentes, Villa America, Consolação e bairros Jardins se adensavam e o valor da terra na Rua Augusta aumentava. Com um imenso acervo de terras adquiridas entre 1911 e 1912, a Cia. City preparou durante este período sua estratégia imobiliária, adaptando-a ao mercado paulistano e iniciando a venda de terrenos nas duas extremidades da rua. Ao mesmo tempo, a Avenida Paulista se adornava com requintados palacetes. Um segundo surto construtivo tomou conta da Augusta durante a década de 1920, quando se construíram casas térreas confortáveis e sobrados nas proximidades de Higienópolis, nas quadras vizinhas à avenida Paulista e no extremo sul da rua, próximo ao bairro Jardim América que já se consolidava.

o **Terceiro Período, de 1923 a 1937** foi um período de adensamento da ocupação da Rua Augusta, com muitas reformas para aumentar os prédios, reformar as fachadas, adicionar novos espaços e instalar equipamentos para os mais diversos usos comerciais. Construíram-se edifícios de três pavimentos ou mais, geminados ou em grupo, quase sempre para aluguel. O automóvel se tornou presença marcante na rua: novos projetos incluíam garagens, bombas de gasolinas nas

calçadas e guias rebaixadas que interrompiam o fluxo do pedestre. Os moradores das casas e dos sobrados maiores iniciam, no final deste período, o movimento de êxodo da Augusta, que se transforma em ocupação e caráter a partir de finais dos anos 1930.

Para percorrer a rua, dividimos o trabalho em três escalas, três capítulos. Iniciamos com um estudo das **cartografias e das tipologias da Rua Augusta**. Este capítulo se divide em duas partes: na primeira parte, fazemos uma análise da cartografia histórica e, na segunda, procuramos contrapor as tipologias edilícias prevalentes, mapeando as transformações ao longo da rua por período de construção. Com uma análise sequencial dos mapas históricos, acompanhamos o processo de conformação da Rua Augusta na cidade de São Paulo, identificando os espaços e as variáveis que agiram sobre seu território e sua ocupação. Estudamos o crescimento da rua, que se deu de maneira não linear, revendo as teorias que entendem a expansão da malha urbana paulistana como resultado de um movimento de irradiação do centro para a periferia.[10] Identificamos nos mapas as fronteiras e os limites dos diversos bairros que se desenvolveram ao longo da Augusta. As disputas se revelaram em diversos níveis: no processo de arruamento da cidade (quando os mapeamentos desvendavam estratégias políticas e imobiliárias em ação na cidade); na distribuição da infraestrutura urbana (que chegava rápido a certas áreas e demorava a atingir outras) e na ação política dos governantes (controlando a ocupação e cobrando impostos).

Na segunda parte deste capítulo, a missão foi catalogar as tipologias prevalentes da ocupação da rua e a evolução de cada tipologia ao longo dos períodos estudados. Dos cruzamentos das duas fontes tiramos algumas lições, entre elas a mudança ao longo do tempo das tipologias e das formas de ocupação do lote, revelando as transformações nas maneiras de habitar e as táticas utilizadas pelos construtores e moradores da rua. Constatamos que, com a ocupação mais densa, os moradores perdiam não somente os espaços de trabalho representado pelos quintais, mas também as possibilidades de socialização entre vizinhos e de interação com os espaços intersticiais que até então mantinham fronteiras indefinidas. Esse foi também o tempo em que a municipalidade passou

[10] As abordagens que explicam o crescimento da malha urbana como um processo linear, que se processava do centro em direção às periferias, tem sido reformulada nas ultimas décadas. Da mesma maneira, a historiografia tem revisto a ênfase nas explicações dualistas, que entendem o desenvolvimento da malha urbana apenas como resposta às ações do governo, que priorizava invariavelmente as áreas centrais e aquelas de interesse das elites em detrimento dos territórios ocupados pelas populações mais pobres. Discutimos essa questão mais a frente, mas adiantamos aqui nosso incômodo com o uso acrítico dessas ideias generalizantes para explicar a conformação da cidade, como já apontado por diversos estudos desenvolvidos desde os anos 2000.

a exigir a construção de muros entre as propriedades impedindo a "promiscuidade" da socialização que se dava entre lotes e edifícios vizinhos, em nome da salubridade, da ordem e da delimitação de cada propriedade.

Os encontros e a socialização aconteciam também nos espaços comerciais, como nos armazéns que frequentemente eram o ponto de referência do bairro. Intermediando o balcão e a moradia, seus proprietários conheciam todos os moradores da região ao mesmo tempo em que acolhiam os forasteiros. Os **armazéns de secos e molhados** - os mais prevalentes entre as atividades comerciais na Rua Augusta e na cidade - é o assunto do segundo capítulo deste trabalho. Este tipo de comércio esteve presente em cada quadra da nossa rua, servindo a população local e participando do cotidiano da vizinhança. Todo mundo, pobre e rico, estrangeiro ou brasileiro, comprava no armazém. Ao ser ancorada por novos loteamentos de caráter estritamente residencial, as casas comerciais na Rua Augusta se multiplicaram e cresceram. As novas portas que se abriam para as calçadas já não eram mais miúdas, alargavam-se em arcos decorados, com entrada independente para a moradia do proprietário e das outras famílias que viviam nos porões e nos cômodos extras que se alugavam. A partir da década de 1920, os novos edifícios da Rua Augusta, construídos em dois a três pavimentos, reservavam em suas esquinas espaço para o comércio. Ali se instalavam alguns dos maiores armazéns, que aos poucos foram se especializando e adaptando-se às demandas das vizinhanças.

Através dos balcões dos armazéns, dos longos corredores que levavam às cozinhas e aos quintais, penetramos nas vidas dos comerciantes que abasteciam e animavam a Augusta. Ao estudar as relações do comércio com as estruturas de abastecimento, de crédito e de financiamento (local, nacional e internacional), encontramos nesta tipologia comercial questões que afligiam não só um lugar ou uma categoria, mas toda cidade e o país em diferentes momentos históricos. Por fim, e não de menor importância, o estudo dos armazéns nos levou a explorar a forte presença do imigrante nesta região, em suas vizinhanças e por toda a São Paulo. Enquanto construtores e arquitetos/engenheiros, trabalhadores, proprietários e clientes deste e de outros tipos de comércio, o estrangeiro teve enorme participação na história desta rua.

Em 1902 iniciamos o terceiro capítulo, ano em que o franco-argentino Victor Dubugras (1868-1933) inaugura um magnífico palacete *art noveau* na esquina das ruas Caio Prado e Augusta, onde habitaram o casal Prado-Uchôa, representando a união de duas das mais tradicionais famílias da

elite paulista. Deslindar a história dos *lugares* que se conformaram nesta quadra da Rua Augusta é a tarefa deste capítulo. A base espacial, a quadra, ocupada a partir de 1907 pelas duas escolas das Cônegas de Santo Agostinho, definiu o universo da investigação. Seguindo a proposta de trabalhar com o imaginário para reconstruir este lugar através das memórias de seus habitantes, avançamos até os anos 1940 e 1950, quando os ex-alunos das duas escolas durante estes anos articulam suas experiências pessoais e coletivas, com a escola, **o lugar**, com **a rua e** com **a cidade**, através das páginas digitais. E assim o trabalho convida a uma última incursão ao mundo das ladeiras da Rua Augusta.

AS FONTES

A diversidade das fontes utilizadas nesta pesquisa e as possibilidades de cruzamento entre elas proporcionaram uma experiência bastante rica, abrindo muitas janelas e caminhos para esta e outras investigações no futuro. Tendo a rua como fio condutor exploramos as diferentes dimensões propostas em cada capítulo. Quase tão importante quanto entender **a rua** objeto deste trabalho, é o desenvolvimento de uma maneira de **olhar** este objeto, de abrir a possibilidade para outras interpretações sobre os lugares e assim conseguir **ver** a **cidade** de outras maneiras. As fontes primárias utilizadas estão explicitadas em detalhe em cada capítulo. Sintetizando, no primeiro capítulo utilizamos os mapas históricos da cidade de São Paulo, os projetos de edificações de 1893 a 1928, com endereço na Rua Augusta (Série de Obras Particulares (SOP, AHMSP) e os Lançamentos de Indústria e Comércio da Prefeitura de São Paulo (LIC, AHMSP). No segundo capítulo, utilizamos também os projetos SOP e os LIC e os dados da Série de Alvarás e Licenças (SAL - AHMSP), artigos de jornal e trabalhos acadêmicos sobre o comércio na cidade de São Paulo. Para o terceiro capítulo, a base primária foram as memórias disponibilizadas por fontes digitais (*blogs* e *websites*), ao que adicionamos elementos da pesquisa dos capítulos anteriores, lembrando que o cruzamento das descobertas proporcionadas pelas diferentes visadas, nos obrigou a utilizar quase todas as fontes em todos os capítulos.

O desenvolvimento do mercado imobiliário, a provisão de melhorias urbanas, o processo de definição de limites para ação e regulamentação das construções e dos usos da terra, em alianças estratégicas entre o setor privado e o governo, enfim, os embates entre a produção dos espaços da cidade e seus habitantes foram vistos pela análise que fizemos da cartografia. Esta analise procurou

mapear as relações verticais de poder em sua incidência sobre a construção da cidade, no estudo lote a lote durante os primeiros 50 anos de ocupação da Rua Augusta. Ao estudarmos a prática do comércio, tratamos do cotidiano e das disputas que se dão no chão da cidade, nas relações horizontais entre habitantes, construtores e proprietários/investidores, entre as diferentes atividades que se justapõem espacial e economicamente e como elas se traduziram na ocupação do território. Com o estudo dos armazéns de secos e molhados identificamos também a relação intrínseca do comércio com as estruturas socioeconômicas de cunho nacional e internacional que incidem direta – e verticalmente – sobre essa atividade. Terminamos este trabalho aproximando as lentes para ver a Rua Augusta através das memórias de seus habitantes, revelando a experiência de habitar a rua, as vizinhanças e a cidade.

CAPÍTULO 1

A Rua Augusta nos mapas

A grande cidade tem sido e continua a ser cada vez mais um laboratório excepcional.
(Octavio Ianni, Cidade e Modernidade)

A rua é a morada do coletivo.
(Walter Benjamin, Passagens)

Neste capítulo exploramos, através da história cartográfica da Rua Augusta, uma das possíveis dimensões da experiência de urbanidade. Os mapas históricos de São Paulo nos permitiram uma primeira entrada para ver a cidade se fazendo através desta rua. Focalizando no período entre 1880 e 1930, estudamos, a partir da Augusta, o crescimento físico e populacional da ocupação urbana de São Paulo; sua diversificação e internacionalização com a chegada de imigrantes e migrantes; a densificação da ocupação dos lotes e das ruas; os novos fluxos que se impuseram na malha urbana; o aparecimento de novos equipamentos para servir aos diferentes grupos e as adaptações e negociações que fizeram parte do processo de acomodação das múltiplas experiências deste período.

Para tanto, selecionamos mapas que nos auxiliaram a recuperar o histórico das transformações desta rua e que nos permitiram compreender suas relações com o restante da cidade – e além. Consideramos os espaços construídos, as pessoas, seus simbolismos e os fluxos que percorreram e atravessaram esta rua em várias direções. A cartografia nos permitiu acompanhar as transformações das ladeiras da Augusta em seus diferentes tempos, caminhando por elas e sempre olhando para os lados, em busca de captar as características mais marcantes de sua ocupação ao longo dos anos. Ao estudar esta rua e entender as relações que a desenharam, nos deparamos com uma complexa rede de fatores que se entrelaçaram na definição deste território e de seus lugares.

Escolhemos a cartografia histórica por seu potencial descritivo dos processos de transformação da forma urbana. Ao mesmo tempo em que homogeneízam as complexidades expostas ao nível do chão, os mapas iluminam os embates, os planos e acordos que se fizeram para abertura de novas ruas, para ocupação e parcelamento das adjacências da Rua Augusta. Ao longo dos anos, os atributos estruturadores naturais foram substituídos nos mapas pelas estruturas urbanas construídas pelo homem. Por um lado, foi urbanizada a mata do Caaguacu e a várzea do Saracura que marcaram a primeira ocupação das vizinhanças da Rua Augusta e pelo outro, as jabuticabeiras da Consolação foram substituídas por casarões, escolas, uma igreja e muitas casinhas. A Rua Augusta que, em finais do século XIX, era ainda uma trilha de terra, foi designada, em curtos cinquenta anos, a cumprir a tarefa de eixo de conexão centro-sul. Esta rua foi, no entanto, muito mais do que os planejadores lhe designaram, como entrevimos nos diversos mundos que viveram em suas ladeiras.

Através da Augusta vimos as matas sendo cortadas, os rios sendo encobertos e os caminhos das tropas de burros e das boiadas sendo desviadas para acomodar a cidade que se transformava. Nos mapas identificamos as transformações da geografia da cidade, antes definida pela topografia, hidrografia, por seus ventos e pela vegetação. Estes atributos foram com o tempo escondidos, mas não deixaram de existir, manifestando-se com frequência e nos lembrando de sua presença. São ruas que se inundam, árvores que derrubam os postes de luz e encostas enlameadas que dificultam o caminho do bonde, dos automóveis e das carroças. Subir as ladeiras era difícil para seus moradores que levavam nas costas as crianças, os bordados por terminar, o pão para entregar. Ao mesmo tempo, para os mais ricos as aventuras de automóvel exigiam mais civilidade. Assim a Augusta ganhou o macadame e finalmente o bonde pôde subir e descer a ladeira e chegar ao

centro. A cidade passou então a reconhecer a Augusta – que finalmente figura no mapa - e ali quiz morar em seus terrenos, cada vez mais valorizados: casinha, casa térrea, sobrado, palacete, escola, consultório, oficina, fabriqueta e grande indústria. Quase todas as experiências da vida urbana no período da primeira república passaram por ali e vivenciaram esta rua. Assim, através dos mapas e no cruzamento destes com outras fontes, a proposta deste capítulo é olhar a rua para ver a cidade. Lá do alto das ladeiras da Augusta, no cume do Caaguaçu, a vista se descortina nas várias direções que pretendemos explorar a seguir.



Figura 2: Fusquinha espirra água em pedestres na Rua Augusta, 1970. Fotografia de Reginaldo Manente (O Estado de S. Paulo, 11/08/2016. Acesso em 12/03/2022).

AS FONTES

O desenvolvimento da Rua Augusta foi analisado através de quatro tipos de documentação: os mapas históricos da cidade de São Paulo; os projetos de edificações de 1889 a 1927 com endereço na Rua Augusta submetidos à Prefeitura de São Paulo, que hoje fazem parte da Série de Obras

Particulares, conservada pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP), os Lançamentos de Indústria e Comércio da Prefeitura de São Paulo (LIC-SP) para os anos 1915 a 1929[11], além dos artigos e publicações oficiais em diversos periódicos de 1880 a 1930[12]. Iniciamos com o mapa das chácaras ao redor de São Paulo no século dezenove, seguidos pelas plantas publicadas em 1897 até o mapeamento realizado pela empresa Sara Brasil, publicado em 1930.

Cartografias

Como um hipertexto, os mapas utilizam-se de um complexo sistema de informações, codificado em legendas e símbolos. Entre eles estão as escalas, as diferentes linhas, as cores e as texturas. A forma de utilização de cada um desses recursos é deliberadamente escolhida pelo autor do mapa, utilizando os dados e os recursos disponíveis à época de sua execução. A combinação das diferentes variáveis é o que define a interpretação disposta por cada mapa. Além da escolha da informação a ser representada, também os recortes, a forma e as hierarquias entre os elementos que compõem o mapa, o definem como um objeto cultural.[13] Os mapas são produto de uma abstração do mundo real. Como tal, resultam de uma interpretação que o homem faz do mundo físico, do espaço tornado território, onde a cidade real e a cidade percebida não se anulam, mas se somam em sua construção.[14]

O mapa interpreta. Como o território é em si também um artefato social e cultural, o mapa é uma interpretação humana de um artefato construído também pelo homem.[15] Assim os mapas são inerentemente políticos e não podem ser considerados como "isentos de juízo de valor".[16] Este aspecto procede de suas origens, quando era utilizado para descrever ou recontar os diferentes mundos através de suas crenças, seus mitos, como nas cartografias mais antigas e nos mapas

[11] O LIC-SP lista os estabelecimentos comerciais e industriais para cobrança de impostos sobre suas atividades.
[12] Encontrados no acervo d'O Estado de S. Paulo e na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.
[13] Assim como outros autores, Eliane Kusvaney avalia o papel da cartografia na percepção e na construção da cidade. Em sua tese propõe deconstruir a cartografia de São Paulo, entre os anos 1877 e 1930, para compreender as "questões culturais que originalmente" moldaram os mapas enquanto "sujeitos das ações de transformação do território". (KUVASNEY, 2017, p. 6-7; 296 e 304)
[14] SARLO, 2014.
[15] Nesse texto, as autoras enfatizam a dimensão sociocultural da cartografia, partindo do principio constitutivo que o território estabelece com as relações sociais. A cartografia é vista no dossiê organizado por Iris Kantor, Beatruz Bueno e Vera Ferlini para o Museu Paulista 2009, como um artefato social. (KANTOR, BUENO & FERLINI, 2009)
[16] HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Revista Confins*, n. 5, 2009. Tradução de Maps, knowledge and Power. In: *The iconography of landscape: Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*, sob a direção de Denis Cosgrove e Stephen Daniels (New York: Cambridge University Press, 1988).

desenvolvidos por grupos indígenas.[17] Enquanto um dos instrumentos estratégicos da ação política sobre o território, a forma de apresentação e a escolha dos recortes para sua representação respondem a um ponto de vista e/ou aos interesses daqueles que o produzem.[18]

Brian Harley argumenta, em um dos textos clássicos da história da cartografia, que os mapas estabelecem uma ligação entre o "saber e o poder". A discussão dos mapas através das definições binárias – verdadeiros e falsos, exatos e inexatos, objetivos e subjetivos, literais e simbólicos – reduz a potência de seus significados e encobre a discussão sobre seu papel político, social e cultural.[19] Enquanto um campo transdisciplinar, a cartografia pode ser estudada sob diferentes ângulos, como propõem urbanistas, geógrafos, historiadores, economistas, planejadores e outros que se debruçaram sobre o tema. A dimensão social e política da cartografia é consenso, assim como sua capacidade de traduzir o conhecimento do território dando a ele tangibilidade, como apontam as historiadoras Iris Kantor e Vera Lucia Ferlini e a arquiteta Beatriz Bueno em Dossiê Cartografia de uma História.[20] Os mapas não devem ser vistos como a reprodução de um cenário onde a vida se desenrola, mas sim como um processo de representação que delineia limites, ressalta pontos de referência e ilumina determinados aspectos do espaço pela perspectiva do homem que o habita.

Na análise cartográfica que faremos a seguir encontramos pelo menos três perspectivas de análise. A primeira, se relaciona ao uso político e socioeconômico do mapeamento da cidade. Os mapas encomendados pelo poder público tinham o objetivo de registrar o crescimento e a ocupação da

[17] Em artigo que faz uma avaliação histórica das experiências de cartografia social e de mapeamentos participativos no Brasil, os autores levantam algumas questões relevantes para entendimento dos processos de elaboração desses mapeamentos. Os autores levantam alguns dos problemas decorrentes nos mapeamentos participativos, como o congelamento pelo desenho, de terras indígenas que de fato possuem fronteiras imprecisas e ambíguas. Outra questão evidenciada nestes mapeamentos relaciona-se à autoria dos mapas, que são desenvolvidos seguindo conceitos ou preceitos dos mapeadores, ou de membros da comunidade que participam do processo, ao mesmo tempo em que excluem as pessoas localizadas fora das fronteiras ou que não participaram do processo de elaboração dos mapas. (ACSELRAD & COLI, 2008, pp. 13-43) Questões similares podem ser identificadas no desenvolvimento dos mapas da cidade de São Paulo, que refletiam a imagem de cidade e os interesses de seus executores e também excluíam sistematicamente a perspectiva de certos segmentos da população e até mesmo dos territórios por eles habitados, como veremos ao longo deste capítulo.

[18] Os mapas elaborados na primeira metade do século XX tiveram intenções distintas, mas todos convergiam no objetivo de superar a cidade colonial e construir a cidade moderna. Nesse sentido, estão focados na imagem que se projeta para futuro, onde se prescinde da história e se representa a cidade do presente como um "rascunho ou pano de fundo" para futuras intervenções. Utilizando a cidade de Buenos Aires como objeto, Beatriz Sarlo assinala o movimento de espírito moderno, que se deu em diversos campos do conhecimento. Estes, de maneiras diversas, buscavam - a partir de finais dos anos 1920 - interpretar o presente com olhar para o futuro. (SARLO, p.224 e 236).

[19] HARLEY, 20 09.

[20] KANTOR, BUENO & FERLINI, 2009.

malha urbana para arrecadação de impostos e como forma de controle sobre os loteamentos e arruamentos. Os mapas produzidos por particulares representavam interesses próprios, investimentos imobiliários e os planos políticos de seus organizadores. O segundo ângulo de analise está relacionado aos objetivos de cada mapeamento e de sua articulação com a cidade representada. Para identificar esses objetivos e a visão de cidade retratada por cada mapa, identificamos as mudanças de escala, as formas utilizadas para delinear as fronteiras ao longo dos anos, assim como as categorias e os pontos de referencia que foram incluídos ou excluídos em cada mapa. Tanto os limites da cidade retratada, como da cidade invisibilizada ou deixada de fora, foram escolhas do produtor de cada mapa. Uma vez prontos, estes mesmos mapas serviram como instrumento para transformação da cidade, na medida em que se tornaram base para legalização de arruamentos, para estabelecimento de limites entre as áreas urbanas, suburbanas e rurais, para regulamentação da ocupação e dos usos permitidos em cada área, etc. Por fim, ao percorrer os mapas, buscamos entender as relações entre a cidade e a Rua Augusta, contrapondo-os às diferentes escalas - as práticas e os lugares, que estudamos nos capítulos seguintes - procurando entender como as pessoas viviam os territórios representados.

A legislação e o parcelamento da terra em São Paulo

Ao lado da cartografia, estudamos o processo de transformação das regras de parcelamento, de arruamento e de controle dos usos e das atividades que se davam nos terrenos e nas ruas de São Paulo. Como sabemos, as terras brasileiras pertenceram a Coroa portuguesa até a segunda metade do século dezenove, quando a sua distribuição e o seu uso se davam sob regime de concessão na forma de sesmarias. Desde então estabeleceu-se um histórico de gratuidade ao acesso às terras que se manteve além do período colonial, com concessões e doações que levaram a imprecisões e indefinições nas demarcações dos limites das propriedades.[21] Esta política definiu, em grande parte, o primeiro período de crescimento da malha urbana paulistana.[22] Com as transformações da cidade na virada do século XIX para o XX, a ampliação das redes de comunicação da cidade

[21] O processo de parcelamento da terra até o período estudado por nós, guiava-se por uma lógica distinta, que foi detalhada por outros autores, como Lucia Simoni, que estudou o processo de formação do espaço urbano no munícipio de São Paulo. (SIMONI, 2002)

[22] Especificamente para nossa área de estudo, verificamos complexas negociações entre os donatários, seus favorecidos e herdeiros na definição dos concessionários das duas chácaras que compuseram as vizinhanças da Rua Augusta, a Chácara do Capão e a Chácara da Consolação de Dona Veridiana.

com o litoral e com o interior – principalmente com a chegada da ferrovia –, as atividades comerciais e financeiras se intensificaram e a cidade cresceu, muito.

A ocupação do território urbano expandiu-se e se transformou com o extraordinário aumento da população urbana – de 47.697 habitantes em 1886 distribuídos em 7.012 edificações para 300.569 habitantes ocupando 25.976 edifícios em 1905.[23] As antigas chácaras foram subdivididas e consequentemente loteadas e ocupadas. O processo de arruamento expandiu-se de maneira fragmentada, através de negociações constantes entre o poder público e os proprietários de terra e na ausência de um plano geral para orientar o crescimento da cidade.[24] Com o aumento dos investimentos privados no setor imobiliário a partir de 1890, o governo municipal (representado pela Câmara) passou a compartilhar os custos da urbanização. Assim o nivelamento, o calçamento e as obras de drenagem das ruas tornaram-se responsabilidade dos proprietários das terras beneficiadas, que eram recompensados na forma de isenção de impostos.

Em 1913, a Lei Municipal 1.666 regulamentou a abertura de novas ruas nas áreas urbanas, definindo-a como obrigação dos proprietários.[25] Esta mesma lei concebia a cidade em círculos concêntricos, definindo as funções de cada região de acordo com sua distância em relação ao centro. O núcleo urbano deveria concentrar as atividades financeiras, comerciais e de serviços. O próximo anel, suburbano, era considerado como área de expansão ao qual se aplicavam distintas regras para ocupação dos lotes e para as atividades permitidas e proibidas. Os impostos cobrados pelos diferentes tipos de ocupação e pelas atividades econômicas que se davam em cada região também eram estabelecidos de acordo com a localização da propriedade.[26] Os investimentos públicos voltavam-se prioritariamente à área central, onde a arrecadação era maior e onde se localizavam então os interesses do governo e dos proprietários de terra com maior influência política.

[23] BUENO, 2016, p. 108.

[24] Analisamos essas complexas relações a seguir e mais de perto no capitulo 3 desta tese, ao estudarmos os desdobramentos da Chácara da Consolação de Dona Veridiana na virada do século dezenove para o vinte.

[25] Lei 1.666 que dispunha sobre a abertura de ruas, avenidas e praças. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1913/166/1666/lei-ordinaria-n-1666-1913-dispoe-sobre-a-abertura-de-ruas-avenidas-ou-pracas. Acesso em 20/02/2022.

[26] Veremos no capitulo 2 como o comércio que operava em uma ou outra zona sofria regulamentação e taxação distintas dependendo de sua localização, dentro ou fora dos limites urbanos.

Nos mapas vemos que, com o tempo, as fronteiras do que era considerado cidade se expandiram e os anéis que circundavam a antiga área urbana e suburbana foram redefinidos, seguindo o caminho dos novos parcelamentos. A partir de então, estabeleceram-se complexas negociações, entre o poder público e os proprietários de terra, passando a incluir também os agentes financeiros e os concessionários de serviços públicos, a fim de implementar melhorias, como a água encanada; o sistema de esgoto; a eletricidade e a iluminação pública; o gás e o transporte, viabilizando e valorizando as novas áreas de ocupação. Para os provedores destes serviços urbanos, como a Companhia de Carris Urbanos, a Viação Paulista, a Companhia Cantareira de Esgotos e mais tarde a Cia. Light, o mapeamento da cidade era imprescindível para o planejamento e expansão das áreas servidas e, assim estas companhias passaram também a desenvolver seus próprios mapas.

O período entre 1926 e 1930, administração do Prefeito Pires do Rio, marcou a transição do antigo modelo político territorial para um novo esquema que privilegiava o desenvolvimento da indústria e a expansão da malha viária, priorizando a eficiência dos fluxos, principalmente aqueles feitos sobre rodas. Em termos de ocupação do solo, o Código de Obras de 1929 representou uma compilação de leis previamente promulgadas[27] onde, segundo Raquel Rolnik, "a grande novidade era incorporar os zoneamentos parciais que já haviam sido promulgados – definindo normas especificas para a ocupação de certas ruas". [28]

A Série de Obras Particulares e os Períodos do Estudo

Na segunda parte do capítulo, estudamos os projetos encontrados na Série de Obras Particulares (SOP-AHMSP) com endereço na Rua Augusta que foram apresentados à Prefeitura para aprovação entre os anos 1898 até 1927, buscando contrapor uma outra dimensão ao mapeamento histórico. Nos projetos, detectamos certas tipologias construtivas prevalentes para cada grupo social que habitou esta rua, dos mais abastados aos setores médios, até os mais pobres. Assim, apesar de ser possível presumir a incidência e os elementos típicos dos projetos de uma ou outra tipologia, optamos por uma classificação relativamente flexível. Esta opção implica em que os três

[27] Mais conhecida como o Código de Obras Arthur Saboya, Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-3427-de-19-de-novembro-de-1929. Acesso em 20/02/2022.
[28] ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A. Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). *Metrópole e Globalização Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999, sem numeração de páginas.

períodos definidos ao longo da tese não sejam estanques, pois cada período contém todas as formas de ocupação e as tipologias construtivas anteriores. As transformações construtivas e arquitetônicas nem sempre acontecem sincronicamente em todos os trechos da rua. Assim a classificação aqui proposta toma como base as tendências e as caraterísticas mais recorrentes para definir cada tipo.

A classificação proposta indica atributos característicos dos edifícios construídos para certas atividades, como o comércio que sempre mantinha as portas abertas para a calçada. Ainda assim, não foi incomum nos negócios instalados na frente do lote, encontrarmos extensão das atividades comerciais para os quintais e corredores laterais, como cozinhas, mesas e jogos de bola para atender os fregueses dos botequins e armazéns que alcançavam os quintais. Os galpões das marcenarias e carpintarias, tipicamente se localizavam nos fundos do lote, mas em alguns casos se instalavam no cômodo da frente com portas para a calçada. O mesmo se dava para outras atividades fabris, comerciais e de serviços.

Outro motivo que nos levou a certa maleabilidade na definição da classificação tipológica foi a variabilidade com relação à localização específica. Imóveis construídos nas esquinas tendiam a incluir espaço para o comércio; pequenos estabelecimentos comerciais tipicamente dividiam o lote com outros tipos de negócio, além da habitação; lotes próximos a áreas consideradas "aristocráticas" foram ocupados por residências maiores, com recuos e maior detalhamento arquitetônico. Ainda assim, nenhuma destas tendências foi mantida a risca, pois encontramos edifícios exclusivamente residenciais nas esquinas, casinhas de porta e janela que se construíam ainda em finais da década de 1920 e grandes proprietários de terra que viviam em casas relativamente simples, longe dos bairros mais ricos. Analisamos um total de 401 processos, incluindo novas construções e reformas de edifícios com endereço na Rua Augusta, submetidos à Câmara e ao Prefeito de São Paulo entre os anos 1893 e 1929. [29] Durante o primeiro período, encontramos 187 processos, para o segundo período foram 186 processos e no terceiro período 28 processos.

[29] Consideramos apenas os pedidos para construção de edifícios, novos cômodos, reformas de edifícios e adição de barracos, fornos, latrinas, cozinhas, etc. Não incluímos aqui os pedidos para alinhamento e construção de cerca ou muros nos lotes.

	PERÍODO I	PERÍODO II	PERÍODO III
	1894-1912	1913-1921	1922-1928
residencial	135	148	20
comercial/serviço	2	14	3
residencial + comércio/serviço	49	21	5
institucional	1	3	0

Gráficos e tabelas 1: Processos da Série de Obras Particulares analisados durante a pesquisa.

Por fim, acrescentamos também artigos de jornais e estudos acadêmicos ao mapeamento e aos projetos das edificações, com a intenção de adentrar os lotes e olhar mais de perto sua ocupação, as relações entre os espaços construídos e os espaços vazios, entre o espaço público, o privado e os espaços intersticiais. O tempo nos trouxe a dimensão histórica de todos esses elementos que em última instância buscaram nos aproximar do cotidiano dos habitantes desta rua, dando-lhes alguma voz neste percurso.[30]

O texto está organizado em três períodos, que nesta tese foram definidos pela ocupação histórica da Rua Augusta durante a Primeira República. O **Primeiro Período**, de 1880 a 1912, caracterizou a divisão e o parcelamento das grandes glebas originárias das chácaras de Veridiana Prado e do Capão, a abertura da Rua Augusta e a sua ocupação diversa. No **Segundo Período**, de 1913 a 1922, consolidaram-se a multiplicidade de atividades, a hibridez dos modelos arquitetônicos e a mistura de habitantes, que se tornaram características duradouras da ocupação desta rua. Diversas levas de imigrantes adotaram a Augusta para moradia e trabalho, os bairros adjacentes se adensaram, a Cia. City planejou, parcelou e iniciou a venda de seus terrenos nas duas extremidades da rua, enquanto a Avenida Paulista atingia o auge de sua ocupação por palacetes. Os primeiros edifícios com três pavimentos ou mais, a densificação dos lotes, a definidora presença do automóvel e a expansão das atividades comerciais marcaram o **Terceiro Período**, que percorre os anos de 1923 até 1937.

[30] Procuramos dar voz aos habitantes que viviam por detrás das fachadas da rua, que circulavam como massa desconhecida pela malha urbana representada nos mapas: "embaixo", a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, Wandersmänner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um "texto" urbano que escrevem sem poder lê-lo. (DE CERTEAU, 1994, p. 159 apud FORTUNA, 2019, p. 135)

I. CAMINHAR E VER A RUA: FRONTEIRAS, LIMITES e VIZINHANÇAS

Assim como os bairros, com seus limites mais ou menos flexíveis, as ruas se definem por suas condições geográficas e sociais, conformando-se por suas vizinhanças onde se desenvolve uma ecologia urbana própria. Diferentes grupos e formas de habitar a cidade podem se encontrar em uma rua, assim como diferentes massas ecológicas se interceptam em ecótono. Nos estudos de ecologia, na faixa onde distintos complexos ecológicos se encontram – no caso, onde as diferentes vizinhanças se tanjenciam, forma-se um ecótono.[31] Ali comunidades biológicas interceptam suas características exclusivas com as vizinhas, interagindo e até mesmo formando novas espécies. Espécies que previamente existiam ou não nas comunidades biológicas adjacentes, mas que se impõem nessa área de transição, tornam-se resilientes às transformações que ocorrem com o tempo. Assim, como um ecótono, a Rua Augusta proporcionou ao longo dos anos, diferentes experiências de vida urbana formadas pelas múltiplas perspectivas dos grupos que a frequentaram, com maior ou menor poder de absorção.

Durante o período abordado por nossa pesquisa, de 1880 a 1930, a Rua Augusta nasceu trilha, tornou-se caminho, desenvolveu-se de "eixo de bairro, a desaguadouro de ruas"[32], de percurso do bonde à ladeira da mistura. A multiplicidade de sentidos que encontramos nesta rua é resultado das relações que se estabeleceram entre a sua realidade concreta e suas qualidades subjetivas, entre os espaços construídos e as redes de sociabilidade que ao longo dos anos atribuíram diferentes significados para este *lugar* onde vive o coletivo paulistano.[33] Desde sua abertura, em 1891, a Augusta agregou suas vizinhanças e deixou que elas se interceptassem para construí-la híbrida, porosa e mutante. Uma vez conectada à "cidade" esta rua se tornou o caminho para aqueles que, no final do século dezenove, deixavam o Centro para recolher-se em suas casas de porta e janela onde mantinham animais e árvores frutíferas nos quintais, trabalhavam em suas oficinas e atendiam o pequeno comércio.

---

[31] De certa maneira, poderíamos também equivaler essa zona limiar, formada pelas alargadas fronteiras, como um lugar heterotópico. Nesse caso, a Rua Augusta conformaria espessa fronteira, onde se justapõem vários *lugares*, como no jardim de Foucault, um microcosmo formado por ambientes diferentes com vegetação de origens múltiplas. A noção de heterotopia tem sido aplicada para descrever os diversos significados e as redes de relações que se estabelecem em *lugares* complexos, como os grandes centros multiculturais. David Harvey, Edward Soja e Henri Lefebvre, entre outros já fizeram uso da ideia do *lugar* enquanto entidade heterotópica.

[32] TEIXEIRA, 1962, p. 189.

[33] Aludindo à Walter Benjamin, que acreditava que "a rua é a morada do coletivo". (apud ROUANET, 1992, p. 49-75).

Pavimentada, ela passou a servir de trajeto para os privilegiados que estreavam os primeiros automóveis da cidade, subindo a ladeira até alcançar seu porte cochère após sessão na Câmara, um dia na bolsa ou em visitas aos hospitais da região. Instalados em grandes sobrados nas margens do centro ou nos palacetes do alto do morro, os moradores mais abastados buscavam na Augusta o vizinho que não estava lá. Explico, esta rua enganou e confundiu seus moradores, ora pretendendo ser a continuação de Higienópolis, da Avenida Paulista e mais tarde dos bairros Jardins, enquanto os calabreses do Bexiga buscavam em suas ladeiras nova morada para seus armazéns, oficinas e padarias. A Augusta era o Bexiga, mas queria-se Bella Cintra e Bela Vista. A Augusta quase foi Higienópolis, mas nunca deixou de ser reconhecida como Consolação. E quando a Cia. City comprou os campos de várzea, trouxe para lá as ansiadas melhorias urbanas, a Augusta abraçou a mudança, transformou suas pequenas casinhas em comércio, adensou ainda mais ainda os fundos dos lotes e quando pôde construiu mais um, mais dois andares, deixando sempre abertas as portas que davam para as calçadas. No percurso que veremos adiante a Rua Augusta se transformou quase sem querer em eixo, ao ver conectadas suas extremidades, cruzando a avenida Paulista no meio do caminho.

O eixo viário conformado por esta rua, que já na década de 1920 vai se coalhando com automóveis, não entrega a "fluidez do tráfego" que o Plano das Avenidas esperava. Os novos prédios se construíram com garagens e entradas para automóveis e o problema do trânsito na Augusta foi estampado nos jornais com maior frequência a cada ano, tentando manobrar pedestre, carroça, bonde, automóvel e caminhão. Ainda assim, as ladeiras da Augusta continuaram a atrair e congregar o comerciante e o morador, o italiano e o português, o judeu e o alemão, não sem conflito e confusão. Nas duas dezenas de quadras da rua, casas térreas com recuos, sobrados geminados, casas construídas em grupo, alguns poucos palacetes, intercalavam-se com fábricas e instituições educacionais, pequenas casinhas, armazéns, barbearias, açougues, cinemas, padarias, sorveterias, exemplificando a grande variedade de serviços e o pequeno comércio que conviviam lado a lado com a moradia. Os grandes sobrados e casarões serviram de residência para os proprietários de negócios no centro da cidade, enquanto que nas casinhas de aluguel e junto ao pequeno comércio viviam seus empregados servindo aos moradores do próprio bairro e também aos bairros vizinhos. Assim, tanto o espaço construído, como a sociabilidade que se fez ao longo da Rua Augusta estiveram sempre imbricadas com suas vizinhanças, nas relações estabelecidas desde os tempos remotos quando ali imperava a vida semi-rural das chácaras, na provisão de força

de trabalho que sustentou o início da modernização da cidade, transformando-se nas décadas seguintes com a expansão do caráter metropolitano e internacional da rua.

*

A São Paulo polinucleada se estabeleceu com a expansão das vias e da ocupação do centro em direção à periferia, mas também com a propagação de redes que se formavam entre os pequenos núcleos, as vilas, as sedes das chácaras, as estradas para o interior e para o litoral. Langenbuch (1968) explora o crescimento de São Paulo através dos depoimentos de dois viajantes que estiveram em São Paulo em torno do ano 1900: o alemão Hesse Warteg, que teria dito que "São Paulo não é uma grande cidade (Großtadt), mas um amontoado de pequenas cidades construídas uma ao lado da outra e uma dentro da outra [...]", enquanto Artur Dias via em São Paulo "as várias cidades sucessivamente agrupadas dentro da linha exterior instável."[34] Essa linha que Dias denominou "instável" replica-se nas várias escalas de análise da cidade, nos limites entre as diferentes formas de ocupação e em suas intersecções. Nas áreas limítrofes residem muitas das porosidades, das complexidades e da mistura que conformaram a cidade de São Paulo durante os anos abordados por esta pesquisa.

Os mapas apresentam leituras em diferentes momentos históricos, da ocupação física da capital, dos avanços sobre as várzeas e sobre os morros, dos desvios, enterramentos e desaparecimentos dos rios e montanhas, da expansão de sua malha viária e ferroviária. Eles nos ajudam a entender a cidade que temos hoje, pois como explica Langenbuch, "as transformações que ocorrem nos arredores paulistanos (pelo menos até a década de 1910) ainda não encerram fenômenos de expansão metropolitana; contudo eles estabelecem importantes e decisivas diretrizes (eixos e polos) que condicionarão este processo, quer em seus primórdios, quer em seu desenvolvimento posterior".[35] A intenção ou a proposta de desenvolvimento da cartografia por vezes é explícita, como naqueles mapas produzidos para promover novos loteamentos ou para estimular o turismo, mas outras vezes exige análise mais detida para sua compreensão.[36] Os mapas de finais do século

[34] LANGENBUCH, 1968, p. E+11.
[35] LANGENBUCH, 1968, p. E+2.
[36] Como exemplo temos os mapas republicados/desenvolvidos para as comemorações do IV Centenário de São Paulo em 1954. Além dos mapas, foram publicados também nesta ocasião importantes estudos sobre a cidade, propondo novas formas de entendimento para o desenvolvimento urbano de São Paulo. Entre eles podemos citar: MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970; PAULA, Eurípedes

dezenove retratavam principalmente as áreas urbanizadas, onde se concentravam os interesses dos grupos de maiores posses e de poder político, cobrindo as regiões mais valorizadas pelo jogo imobiliário neste tempo. Com frequência, os grupos que detinham o poder sobre as terras urbanas se viam representados nas instituições oficiais e nos escritórios profissionais que patrocinavam e desenvolviam os mapeamentos da cidade.

Nossa pesquisa encontrou – assim como outras que se debruçaram mais detalhadamente sobre os bairros e ruas da cidade – relações de caráter urbano em áreas então consideradas suburbanas e mesmo rurais.[37] Dentro da região estudada, nos núcleos de ocupação existentes em cada extremidade da Rua Augusta, encontramos atividades de caráter "quase-urbano" anteriores à inclusão dessas áreas nos mapas oficiais da cidade. As chácaras que circundavam a cidade produziam alimentos, forneciam lenha para os fogões, palha para os animais, contribuindo com a subsistência da vida na cidade. Ao mesmo tempo, interagiam com a vida urbana, engajando-se em trabalhos de construção, comércio e fabricação, atividades inerentemente urbanas. Como os mapas tendiam a representar apenas as áreas com maior densidade e com relações comerciais de maior vulto, esses acabavam por deixar de incluir as atividades econômicas menores e menos visíveis – quando tomadas em separado, mas importantes se consideradas como um todo – que se desenvolviam em vários dos núcleos e vilas situados no entorno do centro histórico e além. Já se disse que a cidade de São Paulo não cresceu somente de maneira centrífuga, mas também pelo desenvolvimento das redes de circulação e pela conurbação dos vários núcleos de ocupação que se distribuíam por toda a região de São Paulo desde o século dezessete.[38] As relações entre esses

Simões. A segunda fundação de São Paulo. *Revista de História*, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 167-179, 1954; BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

[37] Estudos como o de Richard Morse (Formação Histórica de São Paulo, de 1954) e Ernani da Silva Bruno (História e Tradições da Cidade de São Paulo, com original de 1983) explicam o crescimento urbano de São Paulo ou a saída do "marasmo secular" ou da "fase de germinação" em que a cidade se encontrava até então, à fundação da Academia de Direito a partir de 1827 (como um primeiro momento) e aos negócios gerados pelo café a partir de finais do século XIX. A partir dos anos 1980, outros autores têm estudado essa premissa e proposto novos entendimentos para o processo de formação de São Paulo. Citamos aqui um estudo interessante, onde emprestando o conceito de "equilíbrio vital" de Sérgio Buarque de Holanda, Amália Santos identificou, já no século XVIII, relações sociais e econômicas de caráter urbano, através da analise das obras públicas da cidade entre os anos 1775 e 1809. A autora ressalta ainda estudos mais recentes, que desvelam a multiplicidade de redes comerciais e as relações políticas que incluíam São Paulo num sistema de vilas intrinsecamente conectadas e formando "um todo único". (SANTOS & Apud VILLAS, BLAJ, In: SANTOS, 2013, p. 24 e 38, 44). Essa discussão nos parece interessante, pois alinha-se com as ideias desta tese, relacionando os inúmeros cruzamentos de redes de diversas naturezas – sociais, econômicas, culturais – que atuam na conformação do território, em qualquer escala.

[38] Pierre Monbeig e as frentes pioneiras, 1952; Langenbuch, 1968; entre outros.

núcleos com o município de São Paulo, o litoral e as outras províncias estabeleceram os caminhos que os interligavam, formando uma complexa rede de circulação de produtos, de veículos e de pessoas. Essas redes cresceram e se tornaram cada vez mais complexas, as atividades econômicas que as justificaram se transformaram, os fluxos se acentuaram e assim os mapas que as representam assumiram novas configurações.

A leitura sequencial da cartografia histórica de São Paulo tende a reforçar a concepção da cidade em crescimento contínuo e linear, e também a ideia de que a cidade teria se desenvolvido a partir dos caminhos que saíam do centro em direção ao interior e às áreas periféricas. Aproximando as lentes com outras fontes, como os projetos individuais de edifícios e as notícias publicadas nos jornais, encontramos divergências nessa teoria sobre o crescimento da cidade. Pesquisas sobre a história da evolução urbana da capital, denominada por Carpintéro e Cerasoli como de "concepção evolutiva-linear"[39] descreveram a São Paulo colonial como pequeno burgo pobre e isolado[40], onde as atividades socioeconômicas eram completamente dependentes das zonas rurais e portuária. Esses estudos entendem que o "marasmo" da pequena vila dedicada à subsistência durante o século XIX somente seria superado pela "prosperidade" advinda da cultura do café e por suas ramificações nas cidades do interior, e, finalmente, na cidade de São Paulo.[41]

Na Chácara do Capão os caminhos que conectavam os diferentes núcleos de ocupação transformaram-se em malha viária. A sequência de abertura da Rua Augusta não aconteceu de maneira linear, mas seguindo o desenvolvimento desses núcleos e evidenciando as relações entre as chácaras e a cidade. As primeiras referências à Rua Augusta datam de 1875, quando ela era uma trilha de terra batida que levava gente da porteira do Capão (na esquina da atual rua Dona Antônia de Queirós) ao morro do Caaguaçu[42], e dali à antiga sede da chácara (localizada

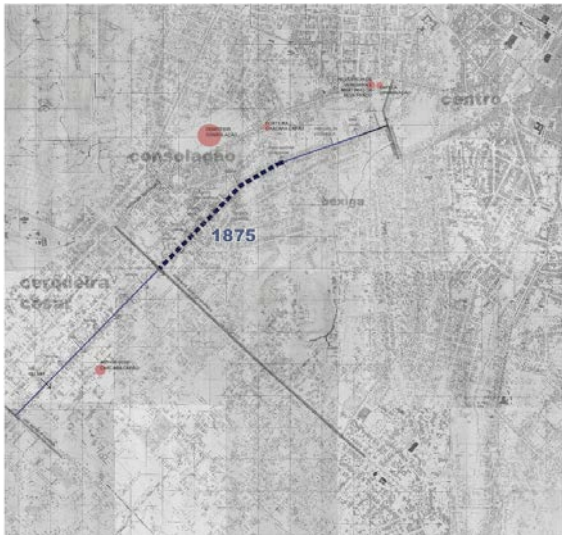
[39] CARPINTÉRO & CERASOLI, 2009. Outros autores também buscaram novas abordagens para a historiografia da cidade de São Paulo. Entre eles, Ana Lanna (1996-2011), Maria Carpintéro e Josiane Cerasoli (2009); Amália Santos (2013), Pedro Beresin (2017), Monique Borin (2020).

[40] Affonso de Taunay (1953), Ernani da Silva Bruno (1954), Richard Morse (1970), etc.

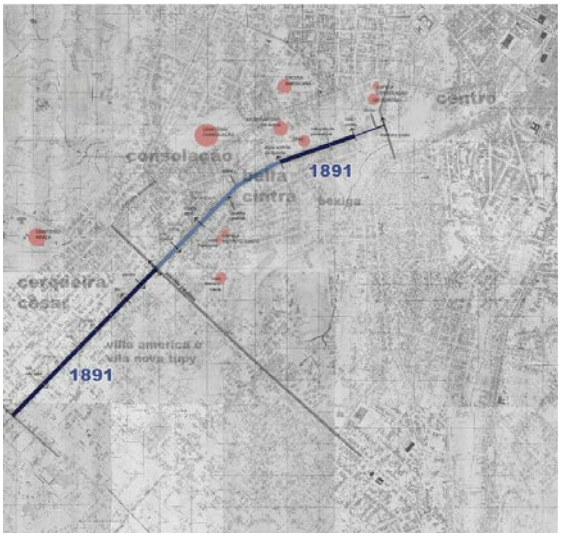
[41] Durante o período colonial a cidade servira como ponto de partida para as bandeiras e como centro de algumas atividades esporádicas de cunho religioso e cívico. No entanto, no final do período colonial, muitos habitantes dependiam de diversas atividades econômicas locais - mas que conectavam também São Paulo com outras regiões - para manterem-se na cidade.

[42] Por onde hoje corre a Avenida Paulista. Caaguaçu: Ka'á Guatá, nome no idioma Tupi-Antigo para se referir à "Grande Mata" que recobria todo o cume do espigão montanhoso de 800 milhões de anos, é a estrutura de granito que forma o sítio de São Paulo de Piratininga. Hoje, com bem menos cobertura verde, deixa passar as avenidas Paulista, Dr. Arnaldo e Cerro Corá.

aproximadamente na atual esquina da rua Padre João Manuel com a alameda Tietê), no sentido do rio Pinheiros. Desde então, seus ocupantes moviam-se de um extremo ao outro, com produção e economia intrinsecamente ligadas à cidade. Desciam "todas as madrugadas levando às costas a lata de leite ou puxando pelo cabresto vaca e bezerro para vendê-los aos copos, ordenhado no momento".[43] Nos jornais, anúncios dos anos 1880 indicam a produção de verduras e animais; de lenha e de vinho para venda na cidade, em toda a região situada entre o Tanque Reúno e o morro do Caaguaçu, nas terras por onde correria a Rua Augusta. Ao ser oficializada em 1891, esta rua já havia alcançado o centro pelos terrenos de Veridiana Prado, e em todo o restante de sua extensão, cruzava os terrenos derivados da Chácara do Capão, atravessando a Estrada Real Grandeza (hoje Avenida Paulista) em direção ao Rio Pinheiros.[44]



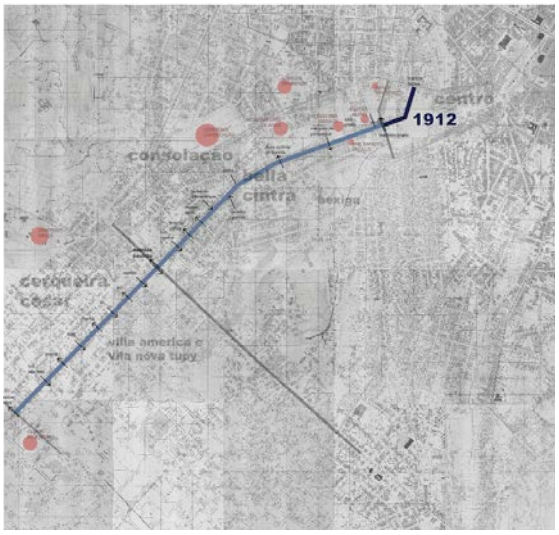
1875: rua Antônia de Queirós até Ave. Paulista



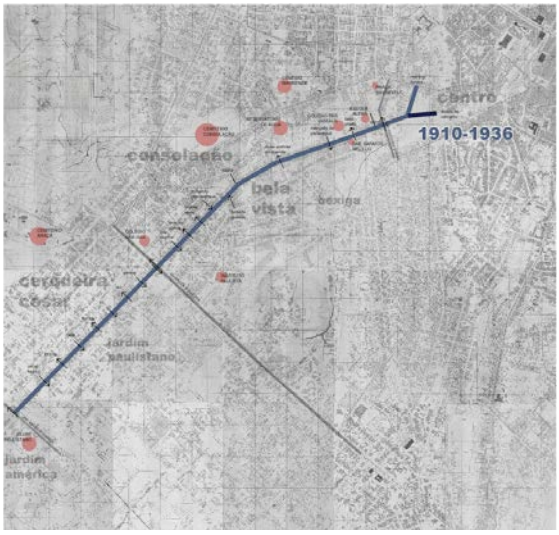
1891: rua Martinho Prado até Antônia de Queirós
Ave. Paulista até rua Estados Unidos

[43] VIEIRA, 1952, p. 138.

[44] A Chácara do Capão, quando nas mãos do Major Benedito Antonio da Silva mantinha as seguintes fronteiras: iniciava na esquina da atual rua da Consolação com a rua Dona Antônia de Queirós, seguia pela rua da Consolação em direção ao rio Verde, acompanhando este rio até encontrar o Pinheiros e depois retornando em direção ao centro pela várzea de Santo Amaro, finalmente seguindo pela rua do Caaguaçu até encontrar com a Chácara do Bexiga.



1912: Martinho Prado até Consolação, hoje rua Martins Fontes



1936: Martinho Prado até major Quedinho hoje rua Álvaro de Carvalho

Figura 3: Sequência de abertura da Rua Augusta entre 1875 e 1936, desenvolvido pela autora sobre o mapa Sara-Brasil de 1930.

A pesquisa da região em torno da Rua Augusta mostrou que algumas vias demoraram mais a aparecer nos mapeamentos da cidade, ao mesmo tempo em que outras vias – como aquelas dos bairros Jardins – que ainda estavam em processo de planejamento, já estavam representadas em alguns dos mapas.[45] As definições dos bairros e arrabaldes da cidade, seus limites e suas fronteiras nos levaram a buscar suas origens históricas. De maneira cartesiana, pensaríamos que tais marcações derivaram de um desenvolvimento linear e contínuo da ocupação, quando, no entanto, elas poderiam ser linhas flexíveis e oscilantes, linhas que se ajustavam não somente porque os anos passavam e a cidade se transformava, mas também porque elas traduziam diferentes propósitos ao mesmo tempo.[46] Para o morador, o bairro é um, para o investidor ele talvez se estenda por outras vizinhanças, para a igreja, é paróquia, para o proprietário de um negócio, um bairro pode ser freguesia, enquanto que para o motorista seria apenas um conveniente atalho. No caso da região que estudamos aqui, as linhas oscilantes movem-se – de 1880 a 1950 – entre as inúmeras vizinhanças da Rua Augusta: Cerqueira César, Villa América e Jardins por um lado, e Bella

[45] Às vezes há indicação de sua construção no futuro, outras vezes essa informação não é explicitada no mapa. Simoni (2009) e Kuvasney (2019) sobrepõem os mapas de 1895 e de 1905 indicando essa mesma relação.

[46] Para apreciar algumas discussões sobre esses conceitos, indicamos a leitura de Cidade Porosa de Bruno Carvalho (2019), de As Fronteiras da Cidade de Pedro Ferreira (2022) que trabalha com as conceituações de fronteira como um "constructo social" (Frederik Barth, 2011) e como delimitação de espaços de segregação ou interação (Richard Sennett, 2011). Na perspectiva de diferentes campos do conhecimento, foram propostas distintas interpretações desses conceitos, em busca de entender as relações mútuas entre a construção dos espaços e as relações sociais.

Cintra, Bexiga, Bella Vista, Higienópolis e Consolação, por outro. A mesma lógica pode ser aplicada para outras unidades do espaço, como a rua, a quadra e o lote, em suas múltiplas possibilidades de uso, de interação, e de união ou separação com relação a seus vizinhos. As fronteiras entre os bairros e os limites estabelecidos pela malha urbana são oscilantes, e com seu movimento vão tingindo os lugares, marcando sua presença, e logo desaparecendo.

A rua enquanto entidade física da urbe ao mesmo tempo reúne e separa. Pode ser o lugar primordial para as relações sociais da cidade, congregando seus dois lados e aproximando as pessoas e as atividades. Na medida em que o fluxo e a velocidade de veículos e pessoas crescem, tanto nas ruas como em suas calçadas, os edifícios se verticalizam e se desconectam do espaço público, de modo que a rua pode tornar-se uma barreira ao invés de espaço de encontro. Nesse caso, ao invés de congregar, a rua divide. Esse fenômeno aconteceu em diferentes instâncias, em maior e menor grau, com várias ruas desta região, motivando um efeito "ilha" para a Rua Augusta. Com os anos, cada uma das barreiras geográficas - o vale do Saracura e a ladeira da Consolação - perdem o caráter agregador que tinham em suas origens, e se tornam barreiras.

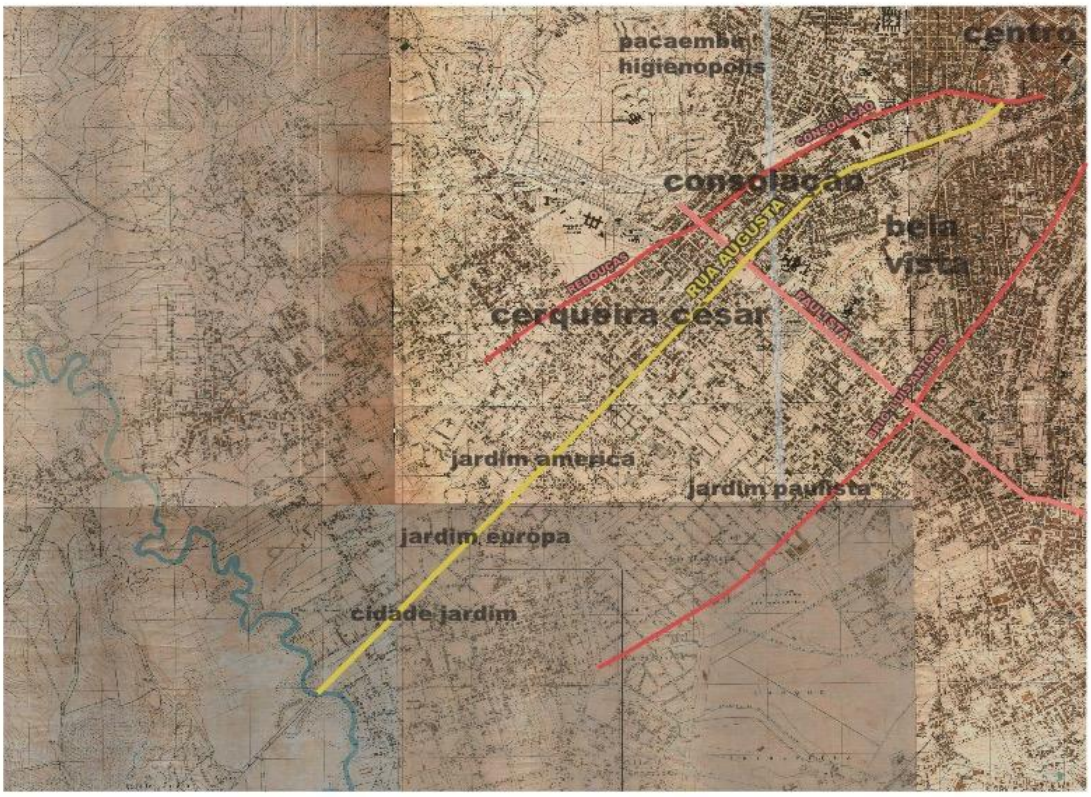


Figura 4: Eixo formado pela Rua Augusta – Rua Colômbia – Avenida Europa – Cidade Jardim e bairros adjacentes. Produzido pela autora sobre Mapa Sara-Brasil, 1930.

O início da rua da Consolação, que seguia como estrada para Pinheiros e Sorocaba, estabeleceu, até finais do século dezenove, uma das portas de entrada para a cidade. Por ali passavam a pé e em suas carroças os escravos, os mercadores e outros habitantes que utilizavam o Tanque Reúno. Mais tarde os bondes aguardavam nesta esquina para coletar os passageiros que iam ao centro. Por esta porta passavam os enterros em direção ao cemitério municipal, o ir e vir dos alunos do Colégio Morton e, mais adiante, do Seminário das Educandas. Cruzavam esse portal também as procissões que terminavam na igreja da Consolação, logo ao lado do palacete de Oscar Herschutz[47], esquina com a rua Caio Prado, onde se podia adquirir frutas e flores no estabelecimento do Sr. João Dierberger[48]. Além disso tudo, ainda no século dezenove, se instalaram em volta da rua da Consolação o Reservatório da Cantareira e o Velódromo Paulista. Não é difícil imaginar que a Consolação tenha sido desde então muito movimentada, mas ainda assim favorecia os encontros e a interação entre seus dois lados, como acontecia na maior parte das ruas da cidade neste período.

Hoje, a rua da Consolação, continuando pela avenida Rebouças por um lado, e a avenida Nove de Julho pelo outro, limitam os vínculos e as interações diárias entre bairros vizinhos, que antes eram próximos. No entanto, a largura da rua, a intensidade do tráfego, ou mesmo a verticalização dos lotes lindeiros, não conseguem explicar porque algumas avenidas agregam enquanto outras dividem. O cruzamento da Rua Augusta com a avenida Paulista divide-a ao meio, mais por conta das diferenças entre os bairros adjacentes do que pelo efeito "obstáculo" da avenida. A largura das calçadas, o respiro que os recuos e jardins promovem, as fachadas ativas que se abrem para a rua, as quebras na sequência dos edifícios proporcionada pelos atrativos – o parque, o museu e o mirante, os teatros e as várias instituições culturais – favorecem o ambiente do pedestre e a escala humana. No encontro destas duas vias está, talvez, um dos corações de São Paulo, ou um importante ponto de articulação desta parte da cidade.

Continuando no caminho para Sorocaba que seguia pela Avenida Rebouças, a intensificação do tráfego e o aumento do leito carroçável, terminaram por interromper as relações de continuidade entre os dois lados do bairro Cerqueira César. Nas primeiras décadas do século vinte, com a

[47] Herschutz viveu na Consolação até 1895, quando anuncia em leilão a venda de seus móveis de luxo, por motivo de mudança para a Europa (*O Estado de S. Paulo*, 12/11/1895, p. 3).
[48] Dierberger transfere seu estabelecimento de plantas para a Praça da República (*O Estado de S. Paulo*, 20/01/1898, p. 3).

transferência das vendas dos lotes da Villa América e Vila Nova Tupy para a Cia. City, assim como o início das vendas do Jardim América, a ocupação de cada um dos dois lados de Cerqueira César se diferenciou, ainda que a ligação através das ruas Oscar Freire[49] e Estados Unidos tenha se mantido.[50] Na Oscar Freire, o parcelamento e a tipologia das pequenas casinhas – com galpões, grandes quintais e cocheiras – que se construíram desde a década de 1890 até meados dos anos 1910 era a mesma dos dois lados da Avenida Rebouças/Estrada de Pinheiros. Com a intensificação do tráfego, a travessia da avenida é dificultada; com a verticalização, a vista não mais alcança o outro lado, e o pedestre prefere caminhar protegido em um ou outro miolo de bairro. A Cerqueira César dos mapas atuais se espalha pelos dois lados da Rebouças, mas essa não é mais a percepção. A avenida funciona hoje como um largo rio sem ponte, com as relações cortadas entre seus lados.

Essa cisão entre um lado da rua e o outro não faz parte da história da Rua Augusta. A pequena largura da rua é obviamente o primeiro fator de aproximação, além da escala humana de seus edifícios comerciais, que se mantiveram relativamente baixos até poucas décadas atrás. Talvez aquilo que sempre uniu os dois lados da Augusta foram mesmo as pessoas. De alguma maneira, os tipos de comércio (e sua diversidade), a qualidade da moradia (e as múltiplas opções oferecidas a seus habitantes) e sua interação com o resto da cidade (as múltiplas redes que a cruzam) preservaram a capacidade de congregar da rua. A Augusta foi internacional desde seus primórdios, ocupada por imigrantes portugueses e italianos, tornou-se mundial com as novas levas de estrangeiros da Europa do Norte e do Sul, dos judeus, árabes, e outros que vieram ocupar suas vizinhanças. Hoje é rua globalizada, onde a economia criativa transborda, mas ainda é no nível mais local e presencial possível que a Augusta atrai. De qualquer maneira, identificamos atualmente mais um momento de transformação nesta rua que continua a ser um laboratório para a mistura e se prepara para mais uma experiência da urbanidade.

[49] A rua Oscar Freire, com nome oficializado em 1920, já foi denominada rua de São José (1905-1915) e alameda Iguape (aproximadamente nos anos 1913-1914).

[50] Ao Sul, em direção ao rio Pinheiros, a ligação continuou a ser feita pela antiga Estrada das Boiadas, que seguia pelo caminho hoje ocupado pela rua Groenlândia, na divisa entre os loteamentos Jardim América e Jardim Europa.

II. HISTÓRICO CARTOGRÁFICO DA RUA AUGUSTA E DE SUAS VIZINHANÇAS

Por algum tempo, o crescimento da cidade de São Paulo foi entendido como processo de irradiação das antigas estradas que saíam do velho Triângulo Central.[51] De acordo com esta proposição, a cidade teria se expandido seguindo os antigos caminhos que se transformaram nas "grandes artérias de hoje".[52] Seguindo este raciocínio, a Rua Augusta teria se desenvolvido como via alternativa dentro do vetor de expansão do centro na direção Sul e Oeste, a Augusta tornou-se cada vez mais importante com o crescimento da cidade. Assim o sistema viário radioconcêntrico do Plano de Avenidas dos anos 1930, que seguia essa mesma lógica de entendimento da cidade, propôs que a Augusta atuasse como uma radial secundária, cumprindo o papel de descongestionar a área central e estimular a expansão das atividades comerciais em direção aos novos bairros. Segundo Prestes Maia, a Rua Augusta: "Perde em alguma importância com a abertura da Avenida Anhangabaú. Será trazida até a intersecção de Álvaro de Carvalho e Major Diogo. Futuramente pode ser aliviada fazendo-a *one way* em combinação com Frei Caneca ou Bella Cintra."[53] O plano para a Augusta era então o de facilitar a circulação e transformá-la, como as outras radiais, em uma rua para passar. Veremos nos próximos capítulos como os moradores da Rua Augusta consentiram, ao mesmo tempo em que desafiaram, este plano das autoridades para transformá-la em "rua de passagem".

Apesar da imposição dos planos, sabemos que não foi de forma radioconcêntrica, tampouco linearmente que a rua Augusta cresceu. O processo de crescimento desta região pode ser visto de outra maneira, como nos contou Pierre Monbeig:

> Assim, foi nesse pequeno cume triangular que por muito tempo se fixou a cidade, com um estreito caminho a ligá-la ao espigão de 815 metros. Contudo, quando a

[51] Caio Prado Jr. 1941; Benedito Lima de Toledo, 2004, entre outros.

[52] "As linhas pelas quais se fez esta irradiação que acompanhou, como era natural, as antigas estradas, fixaram o traçado das grandes artérias de hoje. (...) Três são estas estradas principais: a primeira toma o divisor entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, e é hoje representada pela Rua da Liberdade, que continua pela Rua Vergueiro até a estrada de mesmo nome; a outra, começando no fundo do vale do Anhangabaú, no ponto onde este recebe seu afluente Saracura, procura o divisor destes riachos, e é nos dias que correm a Rua Santo Amaro prolongada pela Av. Brigadeiro Luís Antônio (cujo setor mais próximo ao centro é de origem muito mais recente); finalmente, a última destas estradas que seguem para o sul é a que demanda as aldeias e povoações que se formam nas margens dos Rios Pinheiros e seus afluentes, bem como a Leste da Capital esta estrada principia no mesmo ponto que a anterior, alcança, por uma ladeira íngreme, o alto do espigão que separa o Anhangabaú do Pacaembu, seguindo por ele. Este caminho é hoje reproduzido pela Rua da Consolação." (Caio Prado Junior,1941, p.208-209 apud MATOS, Odilon Nogueira de, p. 118).

[53] MAIA, 1930, p. 115.

> aglomeração procurou expandir-se, a topografia disponível deixou de constituir um fator favorável para transformar-se num obstáculo. Os parapeitos vizinhos à colina inicial deram origem a caminhos ao longo dos quais foram sendo construídas as casas. Cada um deles foi constituindo seu próprio bairro, incialmente isolado dos demais. Isto porque, para se passar de um eixo de comunicação ou de um bairro a outro, havia a necessidade de baixar até a várzea, atravessá-la e subir uma outra vertente. Surgiu daí a fragmentação do conjunto urbano, que até os dias atuais vem suscitando sérios problemas para os urbanistas.[54]

Monbeig identificou a importância da acidentada geografia de São Paulo na conformação dos vários núcleos urbanos que mantiveram relativa independência, até que se fizessem as transposições das águas e das montanhas, através da infraestrutura de transporte intra e interurbano. O crescimento da cidade para ele podia ser entendido como um processo de formação de redes e de conglomerações entre distintos núcleos de ocupação. A complexidade deste processo expressa as sobreposições das diversas histórias e as múltiplas temporalidades dos núcleos e das redes que se entrecruzaram formando os bairros da cidade.

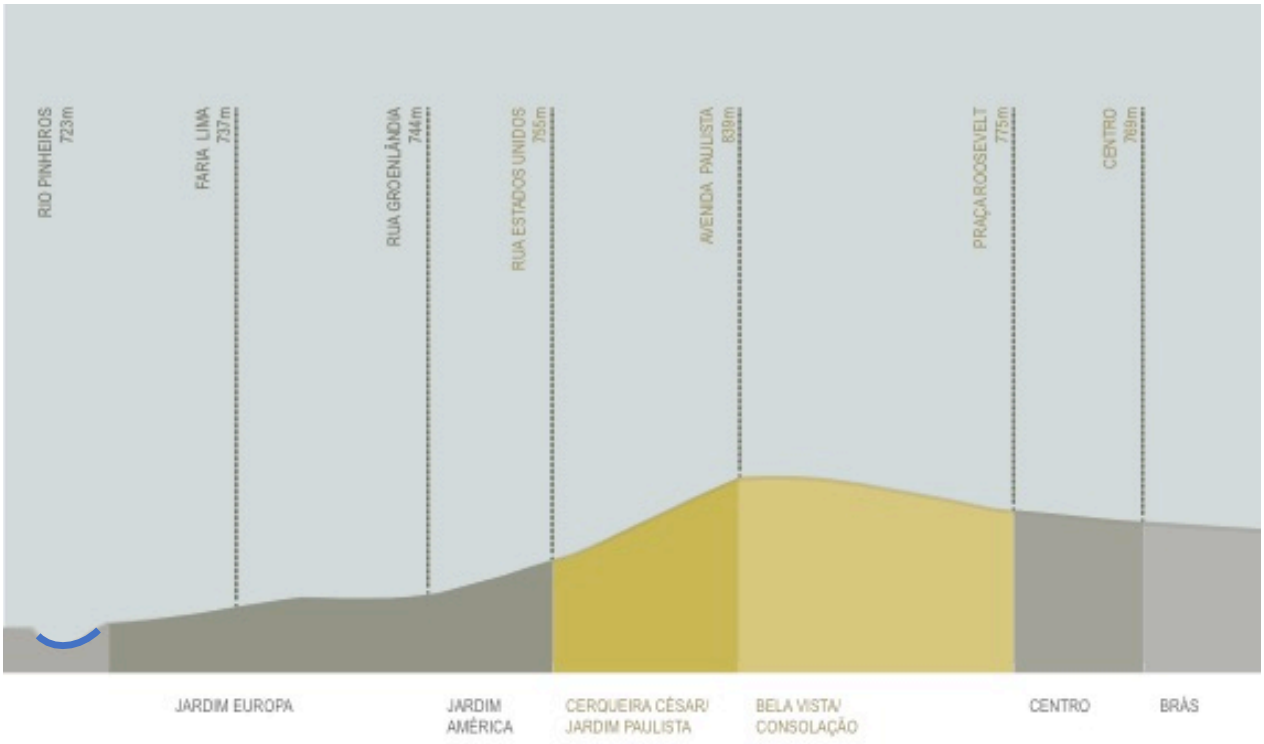


Figura 5: Topografia da Rua Augusta

[54] MONBEIG, 1953, p. 22.

Os altos do Caaguassu, descrito por Monbeig como o "verdadeiro espigão, de uma aresta cimeira", marca a

> presença de um planalto que se estende por aproximadamente seis quilômetros, alargando-se ao nível dos 815 metros de altitude. Suficientemente estreito para comportar apenas uma larga avenida (a Paulista), esse planalto constituiu o divisor de águas entre o Vale do Tietê e o de seu afluente, o rio Pinheiros [...].[55]

A Rua Augusta cruza este espigão em sua parte mais elevada (indicada em amarelo no corte acima) iniciando nas proximidades da Praça Roosevelt (centro) e terminando na rua Estados Unidos (na direção Sul). Até meados do século XIX, os rios, a topografia e os vários caminhos que interligavam as redes de distribuição da cidade e as comunicações com o interior e o litoral definiram a estrutura urbana sobre a qual São Paulo se estabeleceria como metrópole durante o próximo século. O território que preenchia esta estrutura tinha titulares, que por posse, compra ou doação haviam recebido as grandes glebas que circundavam a pequena cidade de São Paulo.

II.1 PERÍODO I: 1880 – 1912



Figura 6: Mapa de São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redor do Centro (desaparecidas com o crescer da Cidade), século XVIII ao XX. Arquivo João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista, USP, sem data.

[55] MONBEIG, O crescimento da cidade de São Paulo. Em: SZMRECSÁNYI (org.). *História Econômica da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 15-103 (original: La Croissance de la Ville de São Paulo, 1953, p. 21).

Abrimos o estudo do Primeiro Período com uma carta produzida por João Baptista de Campos Aguirra, que apresenta a delineação das principais chácaras da cidade. Nesta carta estão reunidas em uma só prancha as estradas, os mais importantes cursos de água e a delimitação das diversas propriedades que circundavam o centro entre o século dezoito e início do vinte[56]. O mapa incluiu as chácaras de Veridiana e Martinho Prado e do Capão, aquelas por onde a rua Augusta iria passar. Esta é uma planta diferente daquelas que analisamos mais a frente, pois sua intenção não foi a de representar uma fotografia da cidade em um momento específico, tampouco a sua rede urbana que se formava, mas localizar os proprietários e concessionários das terras, com as datas de aquisição das propriedades onde em breve a cidade se desenvolveria.

Ao longo do texto mencionaremos por nome algumas das chácaras representadas neste mapa, para explicitar a que área estamos nos referindo, já que a delimitação destas nos ajudou a compreender a forma como a Rua Augusta e suas vizinhanças se desenvolveram. Mais especificamente, estaremos investigando as duas chácaras que deram origem às terras adjacentes à Rua Augusta: a Chácara do Capão, marcada no mapa de Aguirra como de propriedade do Major Antonio Benedito da Silva, e a Chácara da Consolação, marcada como de propriedade de Martinho Prado. Sabemos, no entanto, que o parcelamento de ambas chácaras se deu quando estas já haviam trocado de mãos: o Capão havia sido vendido para Mariano Antonio Vieira, que com seu sogro-cunhado João Coelho Pamplona iniciou a venda em lotes a partir de 1880, e a Chácara da Consolação, que no tempo de seu parcelamento (ocorrido em diversas etapas entre 1891 e 1905) pertencia à ex-esposa de Martinho Prado, Dona Veridiana da Silva Prado.

A cartografia que se desenrola a seguir nos deixará acompanhar o processo de urbanização da cidade iniciando em 1881, quando as terras que dariam origem à região da Rua Augusta foram pela primeira vez representadas em um mapa da cidade.

[56] João Baptista de Campos Aguirra (1871-1962), arquivista e pesquisador, compilou, adquiriu e organizou documentos históricos e geográficos, mapas, cartas topográficas, e plantas que hoje estão depositados no Museu Paulista.



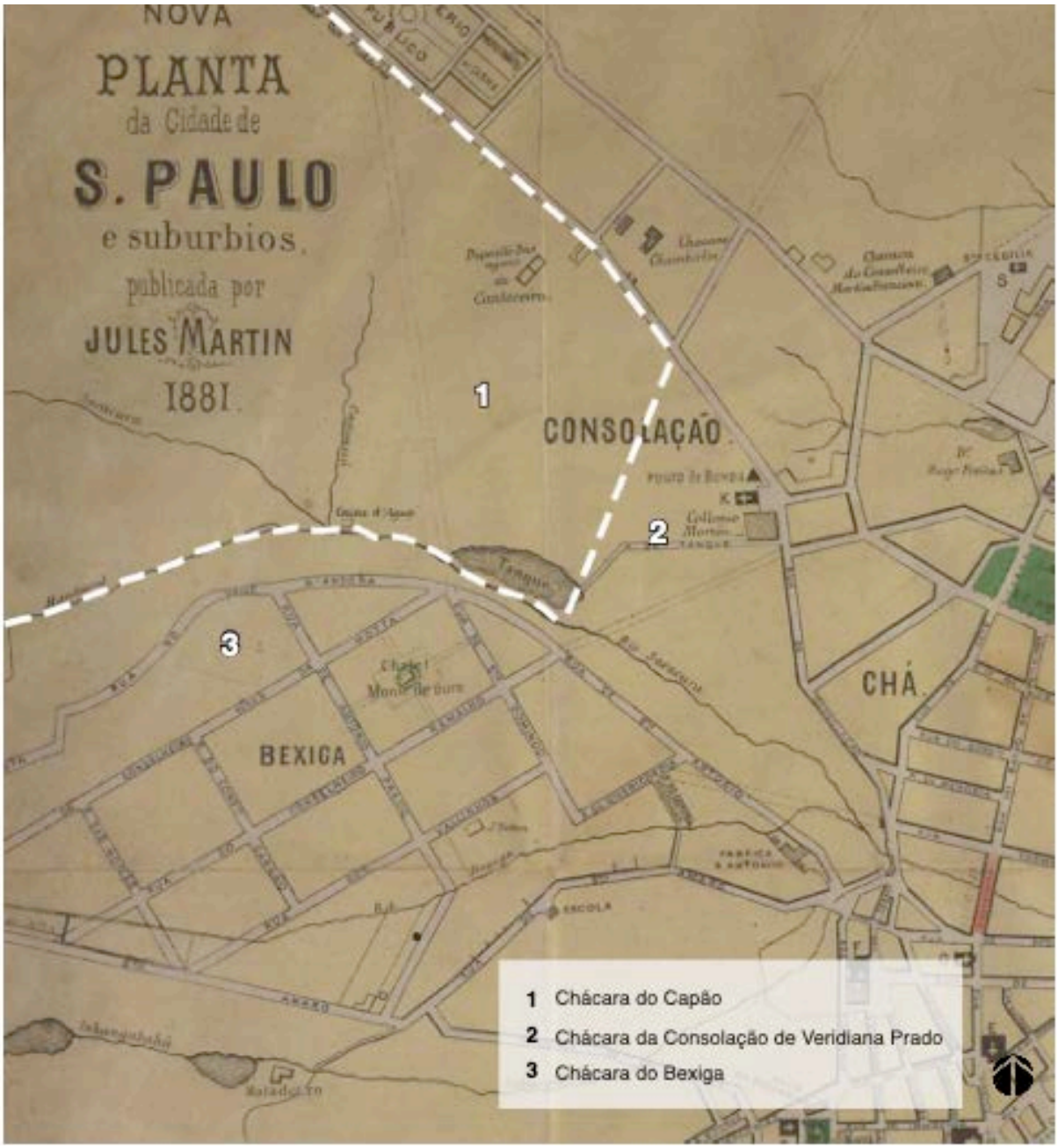


Figura 7: Pormenor da Nova Planta da Cidade de São Paulo e Subúrbios. Publicada por Jules Martin, 1881 (Biblioteca Nacional: http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/46784. Acesso em 12/02/2020).

O mapa produzido por Jules Martin e Fernando de Albuquerque, publicado em 1881, retrata a cidade que se modernizava no final do império, quando se expandiam os movimentos de imigração, construíam-se ferrovias e iniciava-se o processo de industrialização da cidade de São Paulo. Durante esse período a urbanização das terras foi limitada e esse processo ainda estava primordialmente atrelado aos negócios do café. A rua da Consolação estabelecia então o limite da área urbana à Oeste. A cidade representada equivaleria a apenas 6km^2, pois muitas das freguesias – como aquelas incluídas na região onde se desenvolveu a Rua Augusta – ainda eram consideradas como zonas rurais e estavam apenas indicadas nas laterais da prancha, situando-se além da área coberta pelo mapeamento.

A planta anterior publicada por Jules Martin em 1877 incluía somente a área considerada cidade, indicando a direção das saídas do centro pela rua da Consolação e pela estrada para Santo Amaro. Na planta seguinte, publicada em 1881, Martin já inclui o Bexiga, assim como as ligações entre esses arrabaldes e a cidade. O mapa de 1881 indica áreas para potencial investimento, incluindo os loteamentos e os nomes dos proprietários de terras e as linhas de transporte que serviam cada região, com intenção de valorizar os terrenos que se negociavam ali.[57] O Caminho de Pinheiros está representado, mas ainda não se vê a Rua Augusta, nem qualquer núcleo de ocupação nesta área, tampouco qualquer caminho correndo pelo Capão, que já estava nas mãos de Mariano Antonio Vieira desde 1880.

[57] Segundo Kuvasney, esta planta apresentava a cidade para os interessados em investir no mercado de terras (KUVASNEY, 2017, p. 334).



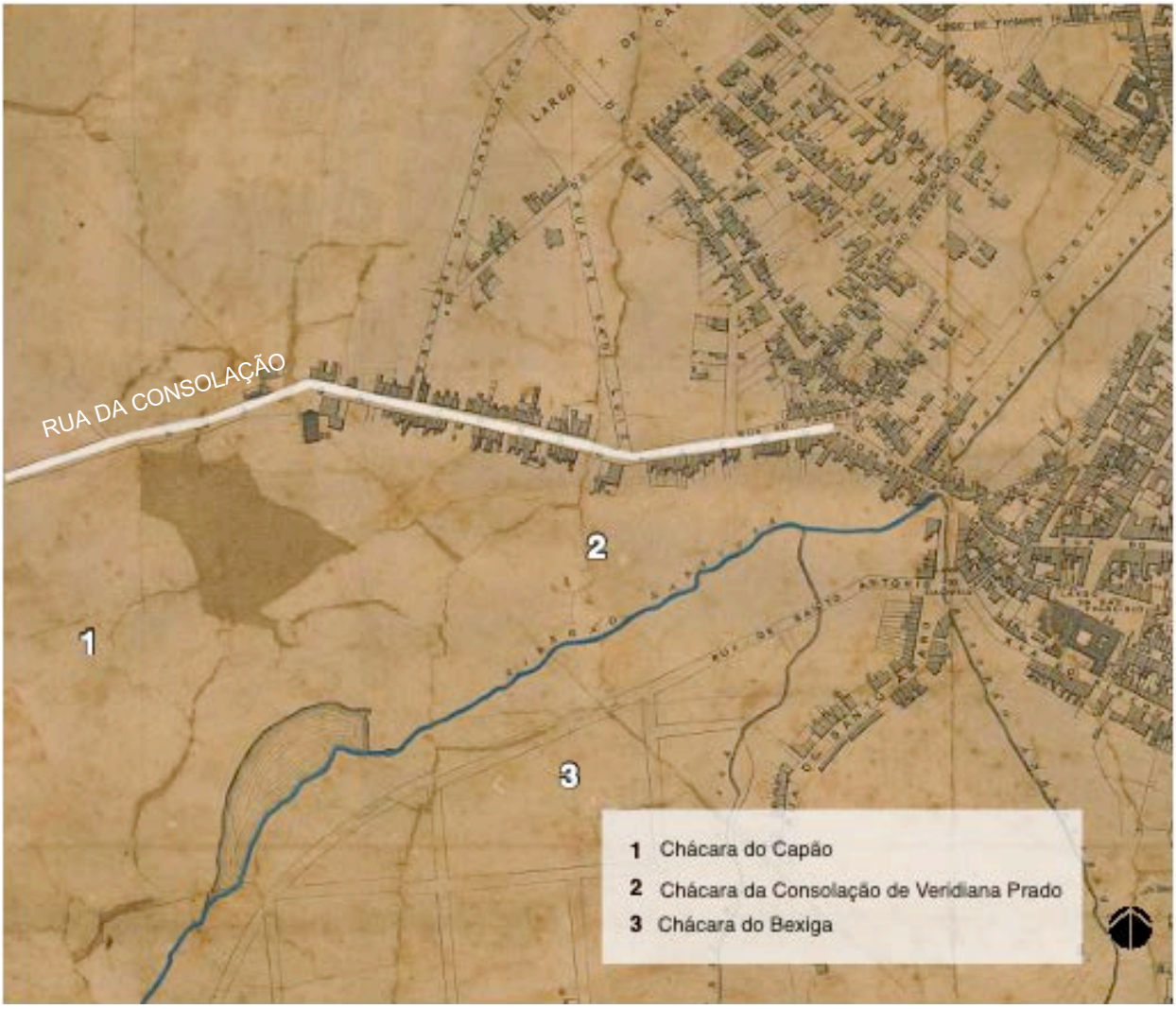


Figura 8: Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos, Henry B. Joyner M.I.C.E., 1881.

A Planta da Cidade de 1881 foi preparada pela Cia. Cantareira e Esgotos e nos traz algumas informações diferentes da planta publicada por Jules Martin no mesmo ano. Esta planta abarca a área urbanizada da cidade, incluindo a colina central e a Cidade Nova, o Brás, os Campos Elíseos e o bairro da Bela Vista, priorizando a representação das edificações aos lotes, o que faz ressaltar

a imprecisão dos registros das subdivisões na época e a própria forma de habitar a cidade. A ocupação dos terrenos não dependia do alinhamento das construções à rua, o que seria oficialmente regulamentado somente em finais da década de 1880, juntamente com um conjunto de outras regras que regiam a ocupação de São Paulo.[58] Este mapa nos fez recordar dos projetos de edifícios na Rua Augusta preparados em finais do século dezenove, onde observamos a frequência com que os terrenos não estão – ou estão apenas parcialmente – representados nas plantas. A análise combinada dos mapas, projetos e fotografias deste período ressalta a imprecisão que existia na demarcação dos limites entre os terrenos particulares, seus quintais, as vielas, os caminhos e as terras públicas.[59]

A planta levantada pela Cia. Cantareira de Esgotos apresenta as ruas centrais da capital, indicando a continuidade das construções da cidade até as proximidades da Igreja da Consolação, mas nenhum arruamento entre a Consolação e a Rua de Santo Amaro. A região do ribeirão do Saracura e do Bexiga ainda aparece como desabitada e sem indicação de arruamento, como se vê na planta de Jules Martin do mesmo ano. Entre os anos de 1877 e 1881 construiu-se o reservatório de abastecimento e distribuição de água para São Paulo da Companhia Cantareira e Esgotos (CCE). O local foi escolhido pelo então proprietário da Chácara do Capão e sócio da CCE, o major Benedito Antônio da Silva[60], alguns anos antes de vender o Capão para Mariano Antonio Vieira.[61] O recém-inaugurado reservatório serviu também como novo ponto de referência para a cidade e contribuiu para melhorar a impressão daquela área, que era até então marcada pela presença negativa do cemitério da Consolação. No jornal anunciavam-se "magníficos terrenos"

[58] Josiane Cerasoli enfatiza que, apesar de não seguirem um "plano" sistemático, as intervenções viárias e sanitárias na capital em curso na década de 1880 seguiam estratégias claras que visavam melhorar a circulação e dirigir os investimentos públicos. Os projetos continuavam a ser elaborados de forma pontual, mas representavam o movimento em direção a "uma forma de apreensão planejada do ambiente da cidade." (CERASOLI, 2004, p. 230-232)

[59] A representação dos lotes sem delimitação precisa no mapa de 1881 em combinação com as fotografias da ocupação do Vale do Saracura em finais do século dezenove exemplificam essa condição. Mesmo quando os limites do terreno são definidos em projeto, sabemos que o uso dos fundos dos lotes, especialmente nas áreas menos centrais da cidade, foi intenso, informal e desordenado.

[60] O Major Benedito da Silva iniciou seus investimentos no setor imobiliário na região de Santo Amaro, onde fez fortuna comprando casas velhas e construindo em seu lugar palacetes para revenda. Com o tempo, passou a investir no triângulo central, onde residia, tornando-se um dos maiores proprietários da cidade e arredores. (BUENO, 2016, pp. 99-130; CAMPOS, 2008, pp.76-78) De acordo com Vieira (1952), o major não conseguiu convencer a família a se mudar para a antiga – e por ele reformada – sede da Chácara do Capão, e assim decidiu vendê-la a Vieira em 1880.

[61] CAMPOS, 1997, p. 567.

na rua da Consolação, "a caixa d'agua da Cantareira", "donde se desfructa o mais deslumbrante panorama; trata-se na chácara Bella Cintra (que fora do illm. Sr. Major Benedicto).[62]

A seguir, voltamos ao mapa elaborado por Aguirra, para analisar um recorte que inclui as chácaras formadoras das vizinhanças da Rua Augusta: a Chácara da Consolação de Veridiana da Silva Prado, a Chácara do Capão de Mariano Antônio Vieira e outras chácaras da região.

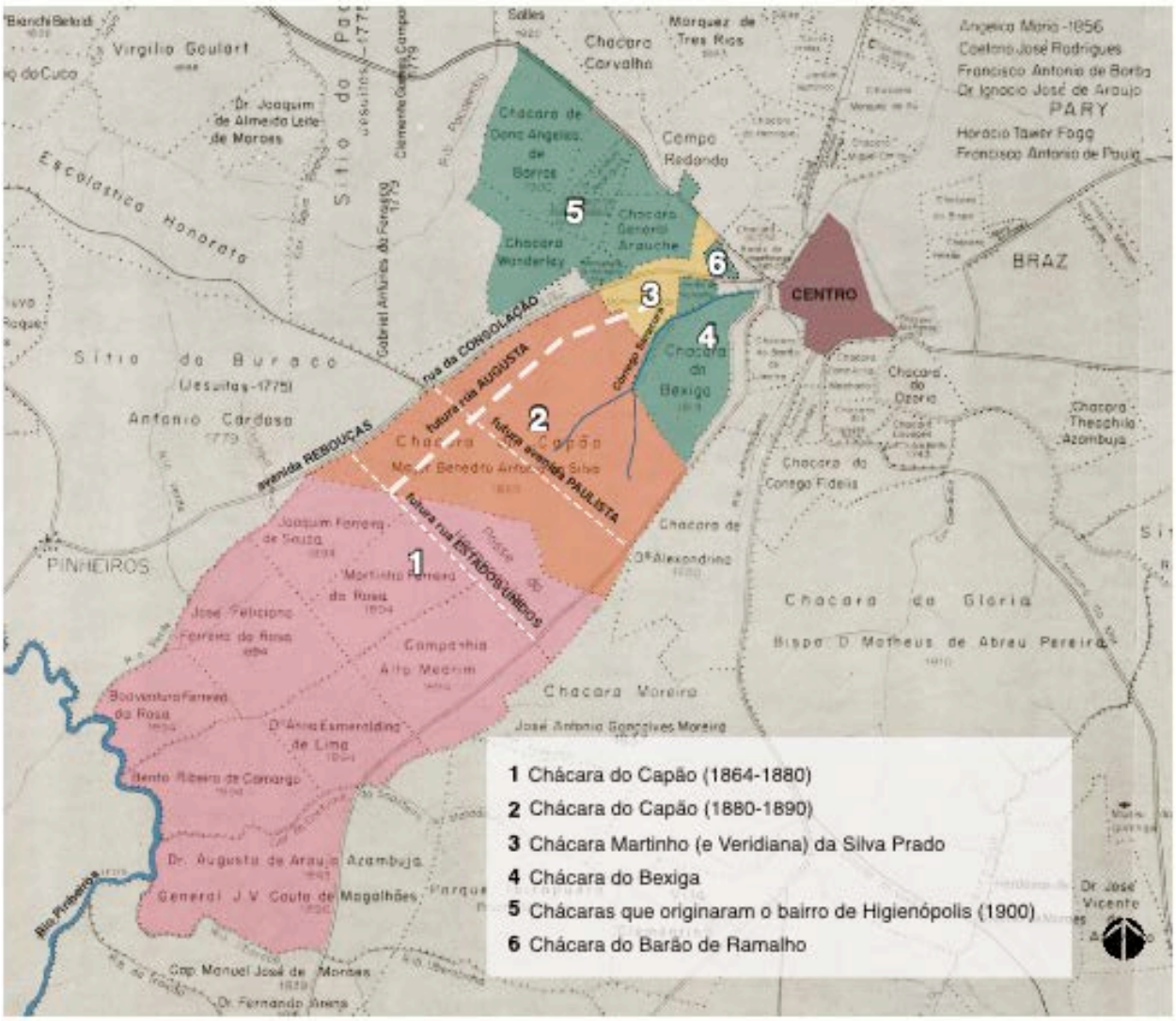


Figura 9: Pormenor do Mapa das chácaras vizinhas à futura Rua Augusta, em sua configuração aproximada na década de 1880. Marcação sobre o mapa "São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redór do Centro (desaparecidas com o crescer da Cidade)", século XVIII ao XX. Arquivo João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista, USP.

[62] *Correio Paulistano*, 1880, Edição 07086.

Em destaque temos a Chácara do Capão adquirida em 1864 pelo Major Benedito Antonio da Silva (**1**+**2**), que incluía a parte da Chácara do Capão adquirida por Mariano Antonio Vieira do Major em 1880 (**2**) e a Chácara de Martinho Prado (**3**), em configuração aproximada nos anos de 1880, logo antes do parcelamento e venda de seus terrenos. As outras chácaras que marcaram as vizinhanças da região da Rua Augusta estão indicadas: a Chácara do Bexiga (**4**) em sua configuração do ano 1819, ao norte as chácaras Chamberlin, Wanderley, Arouche, Dona Angélica e outras que se constituíram mais tarde nos bairros de Higienópolis e Vila Buarque (**5**), e as Chácaras Souza Queirós e do Barão de Ramalho, adjacentes ao Centro (**6**).

As terras que formaram as vizinhanças da Rua Augusta foram subdivididas por seus proprietários de três formas: através de doações, venda de grandes glebas e pelo parcelamento e venda de terrenos no varejo. O intrincado processo de parcelamento das chácaras e dos investidores que lotearam estas terras para vendas ao público em geral está resumido na Tabela 2, a seguir.

CHÁCARA	PARCELA	SUBDIVISÃO data de início	VENDAS data de início
Major Benedito Antonio da Silva	Reservatório da Cia. Cantareira de Esgotos	1877	Doação para a Cia. Cantareira de Esgotos
“ (parte)	Chácara do Capão	1880	Venda para Mariano Antonio Vieira (que divide as terras com José Coelho Pamplona)
Chácara do Capão – terrenos adquiridos por Mariano Antonio Vieira e José Coelho Pamplona	Bella Cintra	1881	venda de terrenos no varejo (1881-1890) + doação para Igreja Espírito Santo (1904) + venda glebas para investidores (até 1890) + doação para Instituto Paulista (1910)
Chácara do Capão – glebas adquiridas por Joaquim Eugênio de Lima	Paulista, Villa America, Vila Nova Tupy e Jardim América	1890 - 1915	1891: abertura da Avenida Paulista 1915: Herdada por Fernando Sabino e Cincinato Braga em 1915 e vendida como Villa America a partir de 1914 / Vila Nova Tupy a partir de 1914 / Jardim América a partir de 1915 – em parceria com a Cia. City
Chácara do Bexiga	Bexiga e Bela Vista	1878 e 1880	1878: venda de lotes por Leite Braga - Bexiga 1880: venda de lotes por Pamplona – Bela Vista

continua na próxima página

CHÁCARA	PARCELA	SUBDIVISÃO data de início	VENDAS data de início
Chácara da Consolação de Veridiana Prado	Vila Uchôa e Colégio das Cônegas de Santo Agostinho	1901 e 1906	1901: Flávio Uchôa e Maria Evangelina da Silva Prado 1906: venda para Cônegas de Santo Agostinho
"	terrenos na rua Caio Prado	1901	Venda de lotes com isenção de impostos para Martim Buchard e Victor Nothmann[63]
"	vários terrenos: incluindo Vila Uchôa e área para futuro loteamento Anhangabahu	1905	1905: hipoteca para Cia. Prado Chaves 1906: venda lotes (Cia City: Anhangabahu)
"	Igreja da Consolação	1909	Doação para a igreja
Martim Buchard & Sócios	Anhangabahú (Cia. City)	1912	1917: novo lançamento do loteamento 1929: terceiro lançamento do loteamento
Joaquim e Martim Ferreira da Rosa	Cia. City	1915	Jardim América
Chácara Barão de Sousa Queirós	Chácara Lane	1874	1874: vendida ao Reverendo Chamberlain 1880: área restante vendida para Prefeitura
"		aprox. 1890-1906	1887: Escola Americana 1952: Universidade Mackenzie

Gráficos e tabelas 2: Histórico do parcelamento das chácaras vizinhas à Rua Augusta, desenvolvida pela autora com múltiplas fontes detalhadas ao longo da pesquisa.

A Chácara do Capão e os primeiros núcleos de ocupação

Na época da elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade (1711), a Chácara do Capão era muito extensa e, segundo Athayde Jorge, ocupada por mato que servia de "proveito comum a toda esta Vila para madeira, lenha, canas e cipós, onde todos mandam como mato destinado para o bem comum sem contradicção de pessoa alguma".[64] Esta chácara passou às mãos de Pedro Taques em 1641 que, em 1702, comprou da viúva de Edmond Carrier mais algumas terras que juntou à propriedade após seu tempo como governador da capitania de São Vicente e São Paulo[65]. Os filhos de Pedro Taques herdaram as terras, que foram divididas em duas grandes glebas: para a filha

[63] INNOCENTI, 1986, p. 130 e 156.
[64] JORGE, 1989, p. 25.
[65] Segundo Sacchetto, 2001, p. 27-28, apud CIRRINCIONE, Alessandra. Brás, Bexiga/Bela Vista, Barra Funda: estudo antroponímico, Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

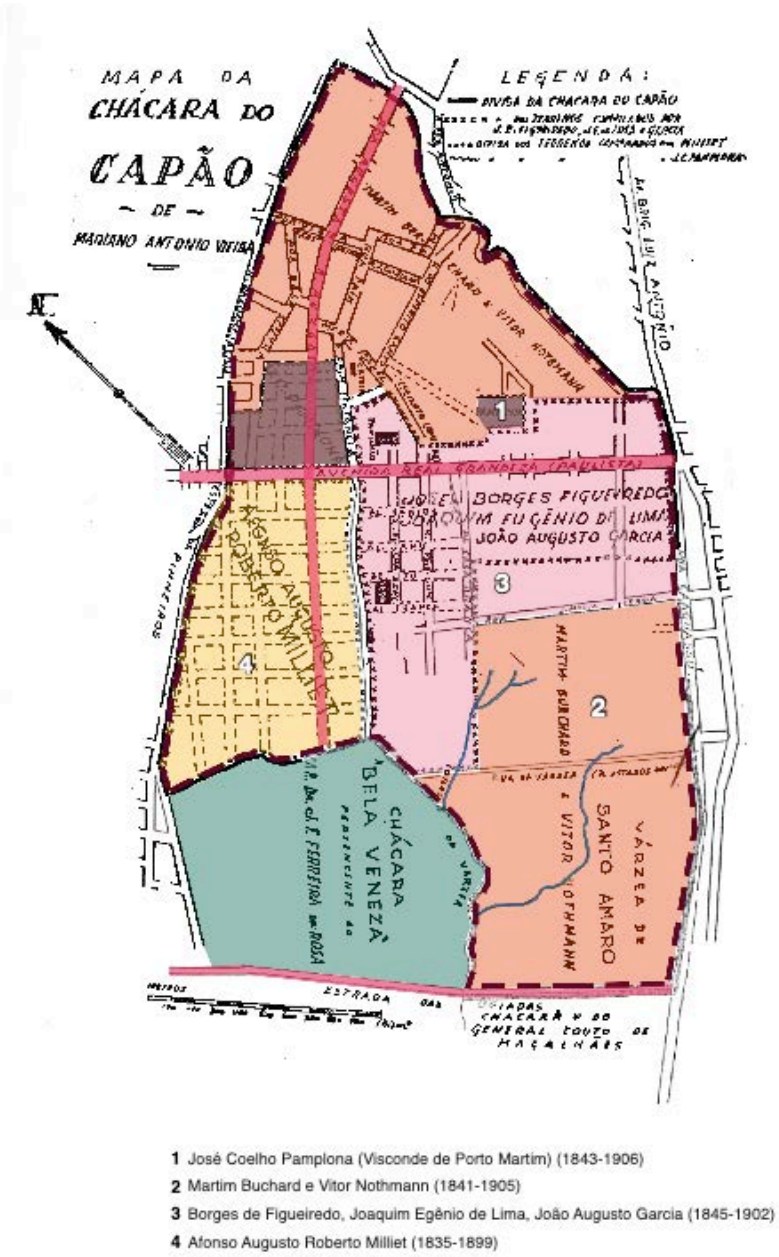
Leonor Siqueira Pais ficaram aquelas que deram origem ao Bexiga, e para o filho José de Góis e Moraes ficou a porção que resultou no bairro da Consolação. Desde o início do século XIX, essa gleba já era habitada por moradores que extraíam lenhas e madeiras. Em um levantamento de 1816, viviam no Capão "10 homens, 11 mulheres e 15 escravos, num total de 36 habitantes em 7 fogos".[66]

Enquanto proprietário, José de Góis e Moraes construiu a sede da fazenda em local onde hoje está o cruzamento da alameda Tietê com a rua Padre João Manuel.[67] Tal residência, em estilo colonial e provavelmente construída ainda no século dezoito, teria sido "uma vastíssima mansão", que oferecia "o máximo conforto que se poderia pretender", com imenso salão de jantar com "cerca de 11 braças de extensão (24 metros) com muitas janelas rasgadas para a várzea do Rio Pinheiros".[68] O caminho usado por Góis e Moraes para dirigir-se do centro à sua casa foi parte da trilha que se transformaria na Rua Augusta no futuro. A chácara ainda passou pelas mãos de quatro proprietários antes de ser vendida pelo Major Antônio Benedito da Silva em 5 de abril de 1880, com pagamento do total de 60 réis em parcelas divididas ao longo de três anos, para o comerciante Mariano Antonio Vieira. Nesta data, a Chácara do Capão "cobria quase 60 por cento da área subdistrital da Consolação", segundo Jorge Athayde:

> começava na esquina da Rua da Consolação com a Rua Caio Prado; alongava-se por essa artéria, ultrapassava o espigão da Avenida Paulista a oeste por segmento da Estrada de Pinheiros (Avenida Rebouças) até a Rua Gabriel Monteiro da Silva. Nesse ponto, divergia a nordeste, alcançando a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio (Estrada de Santo Amaro, depois rua Caaguacu), em paralelo com a Rua Pedroso de Morais (dita Estrada das Boiadas). Na lateral leste, em rumo norte, subia a rua Caaguaçu/Estrada de Santo Amaro, onde atingia o Morro dos Ingleses, nas proximidades da nascente do ribeirão Saracura. Dali, seguindo pelo charco de alguns regatos, via atual Avenida Nove de Julho, rumava em direção da Rua Martinho Prado, na estrema com a parte alagadiça do Tanque Reúno.[69]

No mês de agosto do mesmo ano, Vieira compraria ainda uma área na Bela Vista da viúva Eugênia Ferreira Braga, acrescentando-a à sua propriedade.

[66] JORGE, ibid., p. 56.
[67] CIRRINCIONE, ibid., p. 33.
[68] VIEIRA, Antônio Paim. Chácara do Capão. *Revista do Arquivo Municipal*, v. CXLVIII, ano XVIII, junho de 1952, p. 119.
[69] JORGE, 1989, p. 65.



1 José Coelho Pamplona (Visconde de Porto Martim) (1843-1906)
2 Martim Buchard e Vitor Nothmann (1841-1905)
3 Borges de Figueiredo, Joaquim Egênio de Lima, João Augusto Garcia (1845-1902)
4 Afonso Augusto Roberto Milliet (1835-1899)

Figura 10: Chácara do Capão de Mariano Antonio Vieira, parcelada e com indicação dos novos proprietários de sua subdivisão em glebas, configuração em torno de 1890 (VIEIRA, 1952, p. 115).

Mariano Vieira chegou em São Paulo por volta de 1870, onde inaugurou na rua Direita a Loja da Rapoza[70], que vendia vidros, espelhos e papéis pintados importados.[71] Segundo seu filho, após

[70] Por conta de suas atividades comerciais iniciadas com a Loja da Rapoza, Vieira foi também investidor na Companhia Importadora Paulista.

[71] Mariano Antonio Vieira nasceu na Ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, em 1826. Veio ao Brasil ainda criança, viveu em São Bernardo do Campo, andou pela Europa e, ao voltar, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde se casou por volta de 1870 com Maria Isabel Paim.

amealhar "capital suficiente resolveu realizar o seu amadurecido sonho dourado de traçar um bairro pelos padrões civilizados que vira noutras terras e com esta intenção percorreu algumas propriedades que se ofereciam à venda."[72] Após visitar algumas terras, optou pela compra da Chácara do Capão das mãos do Major Benedito Antônio da Silva por 57 contos. A concessão das datas foi confirmada pela Câmara Municipal a 30 de abril de 1880.[73]

Após a compra, Vieira teria sido responsável pela abertura da avenida Real Grandeza (hoje Avenida Paulista), que segundo seu filho Antonio Paim Vieira (1952), caracterizava-se como "uma larga e extensa picada pelo meio da mataria". Mariano Vieira teria pretendido manter a vegetação em torno da nova avenida "formando um túnel vegetal e incorporando-a a esta via, como um parque gigantesco, autenticamente nativo, que seria para esta cidade o que o Bois-de-Bologne era para Paris", cidade que havia visitado na juventude. Com essa intenção, Vieira teria procurado as autoridades para que desapropriassem parte de suas terras, o que lhe foi negado, tendo sido acusado de pretender "vender mato ao governo".[74]

Aparentemente desistindo de seus grandiosos planos, Vieira renomeou parte de sua chácara de Bella Cintra, e seguiu com o parcelamento e venda de terrenos. A Bella Cintra incluía as terras entre o ribeirão Saracura e a rua da Consolação, até a avenida Real Grandeza. Em 1881, parte da chácara foi repassada a José Coelho Pamplona (1843-1906), sogro de Mariano Antonio Vieira[75], que passou a viver na rua hoje conhecida como Frei Caneca, em uma casinha de porta e duas janelas. Pamplona e sua esposa Francisca Cândida Borges Paim patrocinaram a transferência de novos trabalhadores para suas terras, em sua maioria conterrâneos, originários das ilhas açorianas, como Mariano Vieira e também negros que já viviam na região.[76] Ali construíram, em

[72] VIEIRA, 1952, p. 116-117.
[73] *Correio Paulistano*, 30/04/1880, Edição 07028, p. 1.
[74] VIEIRA, ibid., p. 117-118.
[75] Pamplona, assim como Vieira, também era originário dos Açores, e mudou-se para o Brasil aos 13 anos, juntando-se a seus irmãos no Rio de Janeiro. Em 1874 transferiu-se para São Paulo, inaugurando em 1876 uma fábrica de sabão e graxas no bairro da Bela Vista. Em 1881 juntou à sua propriedade outro terreno, que fora desocupado pelo antigo matadouro público, expandindo sua produção (MARTINS, 1992, p. 41). Em 1896 a fábrica foi transferida para São Caetano do Sul, e em 1912 adquirida pela família Matarazzo (GIANELLO, 2002, p. 7-8.)
[76] Algumas fontes (VIEIRA, 1952; CIRRINCIONE, 2010; entre outros) indicam que os Pamplona, assim como Mariano Antonio Vieira, foram anti-escravagistas, inclusive denominando-os de caifazes. Sabe-se que durante o período em que foram proprietários do Capão, mantiveram-se escondidos nas matas de suas terras africanos escravizados e alforriados. Não foi possível confirmar se foram acolhidos pelos proprietários ou se escondiam-se por ali à revelia destes, mas sabe-se que, em terras próximas, houve formação de um quilombo e organizaram-se movimentos abolicionistas.

1888, uma pequena capela na rua Frei Caneca, no mesmo local onde hoje se encontra a igreja do Espírito Santo. Desde seu primeiro ano vivendo na chácara, os Pamplona organizavam celebrações durante a semana de Pentecoste, incluindo uma procissão para homenagear o Divino Espírito Santo.[77] A procissão se iniciava na capelinha da rua Frei Caneca, subia até a (atual) avenida Paulista, descia a Rua Augusta até a rua Antônia de Queirós e retornava ao ponto de início. A partir de 1889, todos os anos anunciava-se nos jornais o programa para a Festa do Divino Espírito Santo da Bella Cintra, exaltando a exibição de fogos de artifício, "no mais aprazível dos subúrbios desta cidade", com missa e coral, música e leilão de prendas, e "A's 8 horas da noite dar-se-há PELA PRIMEIRA VEZ NESTA CAPITAL – uma brilhante exibição de fogos de artifício, por dous dos mais afamados pyrotechnicos desta capital."[78] Todas as noites durante uma semana, a população se empenhava na quermesse, vendendo todo tipo de carnes e grande variedade de quitutes. Para seus habitantes essa era uma semana especial na região, pois terminadas as comemorações, a vida cotidiana retomava seu ritmo pacato até o próximo ano.

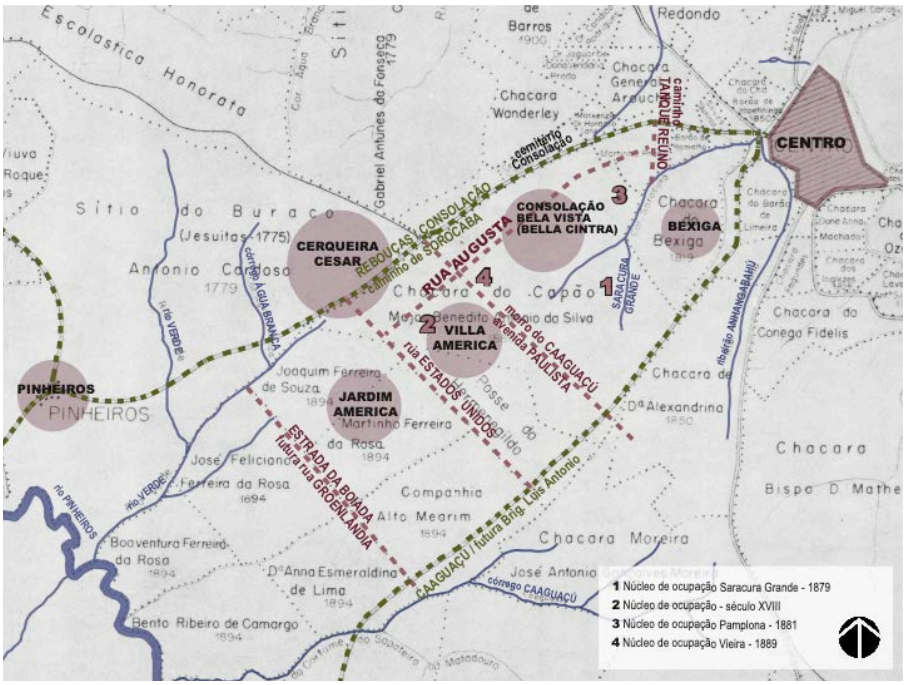


Figura 11: Núcleos de ocupação da Chácara do Capão, sobre o mapa "São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redór do Centro (desaparecidas com o crescer da Cidade)", século XVIII ao XX. Arquivo João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista, USP.

[77] Atualmente a procissão se pratica em outubro. (SILVEIRA, 2011).

[78] A Comissão Festeira compunha-se dos senhores Domingos Coelho, Nunes Quedinho, Mariano Pamplona, José Paim, Vieira de Castro, José França e José Couto Pamplona (Sentinella da Monarchia: orgam conservador, 1889, Hemeroteca Digital Nacional, Edição 00079).

Enquanto Pamplona expandia seu núcleo de ocupação, em uma das extremidades da chácara do Capão, Mariano Antonio Vieira estava instalado na casa sede construída pelo antigo governador de São Paulo, o capitão José de Góis Moraes. A imensa casa colonial, cercada por pomares de frutas, abrigou a família viveu até 1887, quando Vieira transfere-se para nova casa no cume do morro do Caaguaçu. Com a mudança, Vieira estabeleceu o terceiro núcleo de ocupação dentro do Capão.

Resumindo, o primeiro e mais antigo núcleo organizara-se em torno da jusante do Saracura Grande ainda por volta de 1879 (marcado na Figura 11 com o número **1**).[79] Em torno da primeira sede ocupada por Vieira que se conectava com Pinheiros por trilhas que faziam a ligação com a região hoje ocupada pelo bairro Cerqueira Cesar organizou-se o segundo núcleo (marcado na Figura 11 com o número **2**). O terceiro núcleo de ocupação cresceu em torno da casa de Pamplona e da capela por ele patrocinada. Este núcleo comunicava-se tanto com as margens e encosta do Ribeirão do Saracura, onde também havia outro núcleo de ocupação, quanto com o centro da cidade, indiretamente pelo caminho (futura Rua do Tanque, aproximadamente onde hoje corre a Rua Martinho Prado) que levava ao centro passando pelo Tanque Reúno (marcado na Figura 11 com o número **3**). O quarto núcleo de ocupação formou-se em torno da nova casa construída por Vieira no morro do Caaguaçu, onde depois de alguns anos, em 1910, inaugurou-se o Instituto Paulista[80] (marcado na Figura 11 com o número **4**).

[79] Athayde Jorge (1989), aponta a existência de um núcleo residencial desde 1879, localizado a jusante do ribeirão Saracura Grande. Inúmeros estudos sobre o bairro do Bexiga e sobre a presença negra na cidade de São Paulo, indicam a presença de pobres, imigrantes e negros habitando ao longo do Saracura até a abertura da avenida Anhangabahu na década de 1929. (GRÜNSPUN, 1979; SCHNECK, 2016; entre outros) Jorge afirma que "nesse arrabalde da Consolação", escravos e recém-libertos habitaram a parte alta da Bela Vista, alugando os porões das pequenas casas dos imigrantes que vivam na região. (JORGE, 1989, p. 122) Sobre esse mesmo núcleo, Antonio Paim Vieira (1952) menciona que na década de 1880 essa ocupação se mantivera nas terras de propriedade de Mariano Antonio Vieira, seu pai, que "em combinação com Antonio Bento", antiescravagistas, "caifazes", ocultavam nas matas do Capão os negros foragidos. (VIEIRA, 1952, p. 121)

[80] Esta teria sido a última moradia de Mariano Vieira, deixando para sua esposa uma casa em parte do terreno na Rua Augusta (hoje equivalente ao número 1633). Ali viveu Maria Izabel Paim Vieira até falecer em 12/04/1934. (*O Estado de S. Paulo*, 12/04/1934, p. 11) O restante do terreno, Vieira doou para uma instituição filantrópica que em 1910 a vendeu para Rodolpho Crespi, fundador do Instituto Paulista. Este Instituto consistiu de um complexo hospitalar com três edifícios, dedicados a cirurgias, tratamento de doenças mentais e um hotel, que servia para convalescentes e para parentes dos pacientes. Localizava-se nos fundos de uma rua particular que se iniciava entre os números 49 e 51 da avenida Paulista, que hoje seria a continuação da Alameda Ministro Rocha Azevedo ao cruzar a avenida Paulista.

A parte do Capão que se denominou Bella Cintra foi parcelada imediatamente após a sua aquisição por Vieira e Pamplona. Foram negociados terrenos de todos os tamanhos, "com entrada pela rua de Santo Antônio, no Bexiga, e pela rua da Consolação"[81], que se diziam "terrenos salubres da Bella Cintra com vantagens sobre os paludosos terrenos das várzeas que rodeiam esta capital" e que, além disso, proporcionavam deslumbrante vistas, matas e pastaria, podendo ser comprados com "algum prazo para a metade do pagamento d'elles"[82], e liquidados "em cortes de chácaras e ás braças, á vontade do comprador".[83]

Várias foram as estratégias utilizadas para lucrar com o investimento. Além da venda de lotes, seus proprietários continuaram a cultivar as plantações e derrubar a mata, com produção de vinho, frutas e venda de lenha.

> A's exmas. Famílias: Barateza, comodidade e limpeza – lenha picada para todos os fogões, 1 grande carroção de 2 metros e 1 quarto cúbicos por 12$000. Pedidos pela caixa da Bella Cintra.[84]

> Vendem-se mattas das terras do Bexiga, dentro da cidade, onde se encontram muitas e superiores qualidades de madeiras: trata-se na chácara Bella Cintra, entrada pela rua da Consolação, com Marianno Antonio Vieira, seu proprietário.[85]

Para incentivar a ocupação e atrair compradores, ofereciam-se crédito e parcelamento para pagamento dos terrenos.[86] Em seguida, aqueles que se aventuravam no novo bairro ajudavam também a trazer novos compradores, participando da promoção do "novo e pitoresco bairro da Bella-Cintra":

> Está decidido que é o bairro mais salubre d'esta capital, ruas largas e elegantes, terrenos e aguas sem competência, vistas magnificas. Quanto a preços ainda não se viram eguaes: o que em outra parte custa 100$ é alli 30$, e daqui para baixo. Não há hoje melhor emprego de capitaes." Assina embaixo "Um dos muitos que alli estão edificando."[87]

[81] *A Província de São Paulo*, 07/12/1881, p. 3.
[82] *A Província de São Paulo*, 09/07/1881, p. 3.
[83] *A Província de São Paulo*, 17/05/1881, p. 3.
[84] *A Província de São Paulo*, 02/10/1881, p. 3.
[85] *A Província de São Paulo*, 25/08/1880, p. 3
[86] *A Província de São Paulo*, 02/10/1881, p. 3.
[87] *A Província de São Paulo*, 22/06/1881, p. 2.

Os frequentes anúncios enfatizavam a localização vizinha à chácara de Martinho Prado, onde as melhorias urbanas tendiam a chegar mais cedo, por sua proximidade ao centro e pela influência política de seus proprietários:

> Dão-se datas de terrenos na Bella Cintra, de 3$600 para cima (...) nos superiores terrenos junto á caixa da Cantareira e do sr. Dr. Martinho Prado, cujas ruas niveladas e accessiveis a todos os vehiculos estão se fazendo.[88]

Para além da negociação imobiliária, Vieira e Pamplona seguiam cultivando suas terras e produzindo vinho para consumo próprio, com as videiras herdadas do major Benedito.

> dos vinhos nacionaes que temos experimentado é este um dos melhores. Não apresenta asperesa nem o gosto de xarope, como alguns outros que desagradam ao paladar. Diz o fabricante que este vinho é o mais puro que se pode obter entre nós e o melhor a tirar das nossas uvas comuns. Destinado ao gasto do próprio fabricante, o vinho da Bella-Cintra não aparecerá por emquanto no mercado, o que é pena. Si o sr. Vieira alargar a cultura, escolhendo as melhores qualidades de uva, virá ainda a ocupar logar distincto entre os produtores de vinho nacional.[89]

Em 1882 anunciava-se uma "casa bonita e bem construída", cocheiras, galinheiros e "300 mudas de vinhas, macieiras, cerejeiras, marmeleiros, limeiras, limoeiros, pessegueiros, etc etc." na Bella Cintra. A economia desta região crescia e seguiam-se os anúncios em busca de "escravos para todo o serviço, preferindo-se que saibam trabalhar com carroça e bois"[90], "cozinheiro ou cozinheira, escravo ou livre na chácara de Bella Cintra."[91] De fato o cuidado com as propriedades semi-rurais que se mantiveram próximas ao centro exigiam esforço para manter os animais, da horta e das plantações, que não eram pequenas. No entanto, a esta altura trabalhadores para o serviço das chácaras urbanas não eram fáceis de encontrar, havia poucos escravos nas cidades (pois a manutenção da mão de obra escravizada se tornava custosa) e os trabalhadores livres preferiam atividades urbanas.

---

[88] *A Província de São Paulo*, 04/12/1880, p. 2.
[89] *A Província de São Paulo*, 31/05/1882, p. 2.
[90] *Correio Paulistano*, 1880, Edição 07086.
[91] Nesse anúncio, não há indicação do nome do autor que busca escravos para sua Chácara na Bella Cintra. Caso se confirme o anúncio ter sido publicado por Pamplona ou Vieira, teríamos indicação de que estes não poderiam ser considerados "caifazes", ou anti-escravagistas como faz crer a literatura encontrada até o momento e as declarações de seu filho a respeito (*Jornal da Tarde*, 25/01/1881, Edição 00078)

A escravidão em São Paulo tinha características únicas, pois os trabalhadores escravizados não viviam presos na senzala, ao contrário, estavam sempre circulando pela cidade, trabalhando como cozinheiros, cocheiros, sapateiros e em outros serviços.[92] Apesar da presença desses trabalhadores no Capão vir de longa data, a escassez de mão-de-obra piorava com as transferências que se faziam para a lavoura. Somada à essa questão, sabe-se que São Paulo centralizou, durante este período, a organização do movimento abolicionista: "a São Paulo da década de 1880 se tornou o inferno dos senhores e a meca dos escravos fugidos que, com cada vez mais frequência, procuravam refúgio na cidade".[93] Vivendo nas proximidades dos organizadores dos movimentos abolicionistas, habitaram no Capão trabalhadores escravizados e libertos, entre as ruas Frei Caneca e Bela Cintra, ocupando muitas vezes os porões das casinhas construídas pelos imigrantes, os fundos de venda ou outros comércios, dividindo espaço com cocheiras, estábulos e oficinas.

A abertura da Rua Augusta e da avenida Paulista

Com intenção de valorizar as terras do Capão, Mariano Vieira decidiu transformar a antiga trilha de sua chácara numa rua, que chamou de Augusta. Seu filho conta que "um belo dia, empunhando a foice e comandando o grupo de seus camaradas", Vieira anunciou que finalmente seria conectada a trilha com o alto do morro: "Agora vou abrir a rua por onde os bondes elétricos deverão subir até a Avenida, porque as ruas existentes têm trechos muito íngremes de todo impróprios para transitarem veículos mesmo que sejam bondes elétricos."[94] Apesar de seus esforços, a Rua Augusta inaugurou-se oficialmente somente em 1891, quando Vieira já não mais era proprietário das terras do Capão, beneficiando assim seus sucessores ao conectar a Bella Cintra com o centro da cidade (ainda que indiretamente pela rua Caio Prado) e com a avenida Paulista. A conexão direta com o centro da cidade chegaria alguns anos mais tarde. É verdade que entre o Capão e a rua da Consolação (no caminho para o centro), estavam as chácaras dos Silva Prado e do Barão do Ramalho, dificultando a extensão da rua nessa direção. Assim, a Augusta precisava despertar o interesse de algum destes proprietários para completar sua ligação com o centro da cidade. Foi o que aconteceu quando o primeiro prefeito da cidade, Eduardo Prado, impulsionado pela Cia. de Carris Urbanos (CCU), empenhou-se em levar por ali o bonde, valorizando as terras

[92] WISSENBACH, 1998.
[93] MACHADO, 2004.
[94] VIEIRA, 1952, p. 125.

da chácara de sua mãe, Veridiana Prado, e os terrenos da avenida Paulista, que a essa altura pertenciam à Joaquim Eugenio de Lima, sócio da CCU. Para levar o bonde do centro à futura Rua Augusta, inaugurou-se a rua Caio Prado, em 1890. Esta rua, com apenas dois quarteirões, teve importância fundamental na forma como as primeiras quadras da Augusta e suas vizinhanças seriam ocupadas nas décadas seguintes. Para os proprietários de terras na Bella Cintra, ela representava a ligação direta com o centro da cidade e a presença do bonde na região. Para Dona Veridiana, a rua Caio Prado pretendia ser uma extensão da rua Maria Antônia e do bairro de Higienópolis, que se desenvolvia do outro lado da Consolação. Para Joaquim Eugênio de Lima e Roberto Milliet ela permitiu a passagem do bonde e a valorização de seus terrenos.[95] A avenida Paulista inaugurou-se também neste mesmo ano, em projeto orquestrado por aqueles que além de proprietários de terras na região, eram também sócios da CCU, responsável pelo transporte público da cidade. Com o sucesso das negociações, os jornais relatam em ofício de 23/04/1891 a aprovação das "[...] linhas da Bella Vista, ramal Bella Cintra e ramificação para o cemitério". O trajeto iniciava "na esquina da rua Martinho Prado e seguindo pela rua da Consolação, prolongamento projectado da rua Maria Antonia, prolongamento da Rua Augusta, rua desse nome e Avenida Paulista com a extensão de 4.678 metros."[96] O efeito do projeto foi imediato e com a linha de bonde aprovada, a conexão foi ressaltada nos jornais, que já em setembro do mesmo ano anunciavam

> Lindos LOTES de terrenos situados às ruas da Consolação e Vieira, por onde brevemente passarão os BONDS da linha BELLA CINTRA. Estes magníficos terrenos confinam com os da Cantareira e com os da chácara do finado dr. Martinho Prado, com quem dividem. Altos, bem SITUADOS, divididos em lotes de 10 metros para serem vendidos ao alcance de todas as bolças, sem reservas.[97]

[95] O Mapa de Jules Martim de 1881 já indica a presença do ponto de bondes a tração animal na Rua da Consolação, junto à igreja. A partir de 1886, o Almanach Província de São Paulo indica a presença da Linha No. 45, Rua Augusta, partindo da Praça Antonio Prado, com bondes de 18 em 18 minutos, com serviço das 5 da manhã às 11:54 da noite (Almanach Província de São Paulo: Adminsitrativo, Comercial e Industrial, 1886, Edição 00004).
[96] *Correio Paulistano*, abril de 1891, Edição 10415.
[97] *Correio Paulistano*, setembro de 1891, Edição 10491, p. 2.

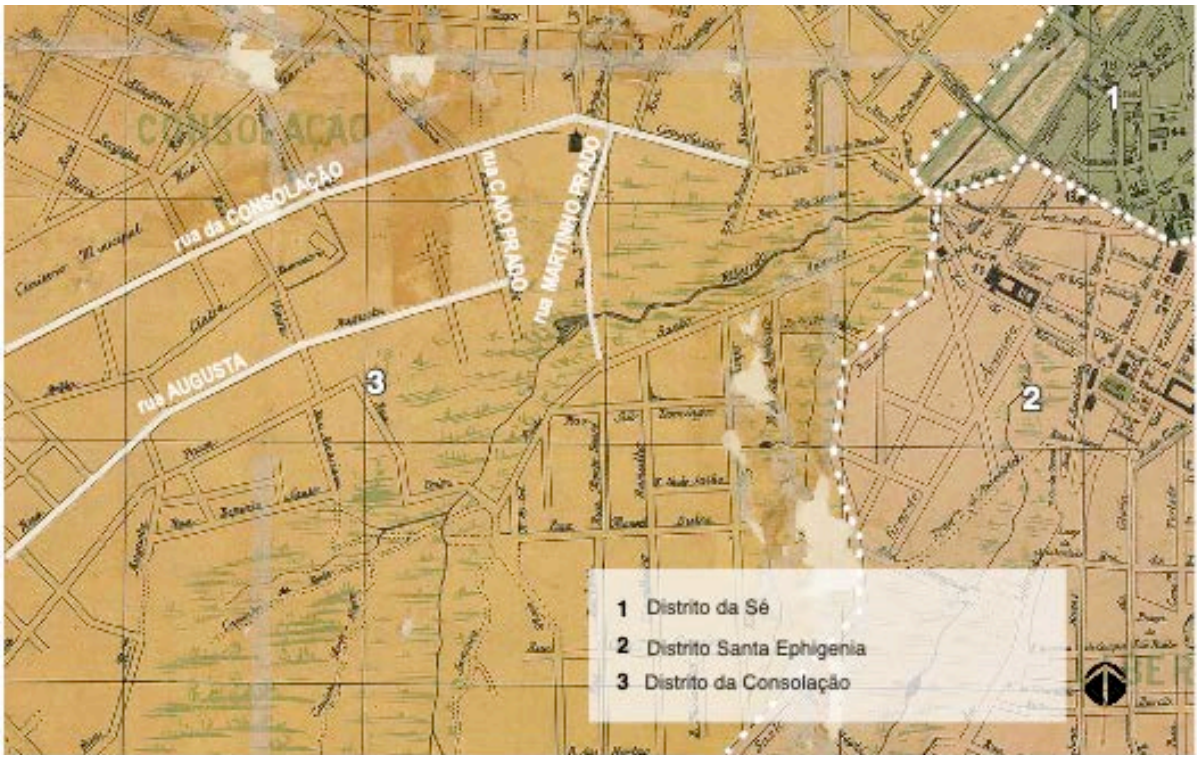


Figura 12: Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo: Dividida em Cinco Distritos com Indicações dos principais edifícios públicos e casas comerciais. Edictor Hugo Bonvicini, 1895.

Em 1890 a cidade de São Paulo contava com cerca de 65.000 habitantes, mais do que o dobro indicado pelo censo de 1872.[98] Neste período, a presença maciça das novas levas de imigrantes se fez sentir nos vários distritos de São Paulo, onde as terras foram paulatinamente parceladas, vendidas e ocupadas. E isso não foi diferente na região da Augusta, que teve intensa movimentação em seu mercado de terras, passando a incluir novos investidores, construtores, moradores e trabalhadores. O enorme distrito da Consolação, que englobava os atuais bairros da Bela Vista, Consolação, Higienópolis, Cerqueira Cesar, Jardim Paulistano e outros na direção sudoeste do centro, seria objeto de muitas transformações nas próximas décadas, com a crescente urbanização das antigas chácaras. A Câmara Municipal transformou sua estrutura administrativa para permitir o gerenciamento da cidade que se adensava a cada ano e a construção civil passou a ser supervisionada mais de perto com a exigência, a partir de 1893, da apresentação de projetos

[98] Histórico demográfico do município de São Paulo. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php. Acesso em 20/01/2022.

arquitetônicos para obtenção de licença para construir.[99] Em 1895 Hugo Bonvicini elaborou nova planta da cidade para comercialização, dirigida aos visitantes e investidores, incluindo a indicação dos edifícios públicos e de algumas casas comerciais e industriais.[100] Esta é a primeira planta em que encontramos a Rua Augusta representada, ainda que parcialmente.

No pormenor acima, o arruamento das terras originárias da Chácara do Capão, que apareciam esboçados na planta de 1893, teve algumas de suas imprecisões corrigidas. Esta planta enfatiza as condições naturais do vale do Saracura com os caminhos que recortavam a área e o arruamento planejado (em linhas pontilhadas). A rua Caio Prado conectando a rua da Consolação à Rua Augusta já está completa. A rua Martinho Prado, fazendo a ligação com o Bexiga, somente será retratada nos próximos mapas (a partir de 1897). A avenida Paulista está representada parcialmente, no trecho entre a rua Haddock Lobo até seu final, na região do Paraíso.

Os últimos anos da Chácara do Capão – 1887 a 1890

A partir de 1888 Mariano Vieira e José Coelho Pamplona continuam negociando as terras do Capão, não mais lote a lote, mas em grandes glebas. Entre os primeiros compradores estavam Afonso Augusto Roberto Milliet (1835-1899) e Joaquim Eugênio de Lima (1845-1902). Após a morte de Milliet, em 1899, seu genro Horácio Belfort Sabino passou a vender junto com a esposa América Milliet Sabino os terrenos que herdaram, estabelecendo o loteamento Villa America. Os terrenos seguiram sendo negociados através da Companhia Edificadora Villa América até Sabino associar-se à Cia. City e expandir suas atividades imobiliárias por outros bairros da cidade. O casal habitava então uma das esquinas da Rua Augusta com a avenida Paulista, em expansiva propriedade com mansão projetada por Victor Dubugras em 1902.[101]

---

[99] Esta foi também a data do primeiro projeto para construção na Rua Augusta encontrado na Série de Obras Particulares (AHM-SP). Tratava-se de uma "casa para operário" na esquina da Augusta com a rua Vasco da Gama (hoje rua Dona Antônia de Queirós). A pequena casa, sem porão e com telhado de uma água, apresentava quatro cômodos: um dormitório, um quarto para engomar, varanda, cozinha e uma latrina no corredor lateral.

[100] Hugo Bonvicini, com o nome anteriormente grafado Ugo Bonvicini, foi cartógrafo, editor e escritor, publicando mapas e cartões postais da cidade (PASSOS & EMIDIO, 2009 apud GOUVÊA, 2010, p. 112). Além do mapa de 1895, Bonvicini produzira dois outros mapas da cidade, em 1891 e 1893. A Rua Augusta não aparece representada na edição de 1891, editada com Victor Dubugras. Na planta de 1893, há indicação da Rua Augusta, correndo paralelamente à Consolação, mas não está nomeada.

[101] Horácio Sabino foi advogado, escritor, editor e empreendedor imobiliário. Foi também sócio da Companhia City e de outros empreendimentos imobiliários, entre eles o da região onde atualmente se localiza o Jockey Club. A mansão da família na esquina da avenida Paulista com a rua Augusta foi demolida em 1953 e deu lugar ao atual Conjunto Nacional.

A última grande gleba da chácara foi vendida por Vieira em 1890 para José Borges de Figueiredo[102], Joaquim Eugênio de Lima[103] e João Augusto Garcia, incluindo os terrenos da recém-aberta rua da Real Grandeza, finalizada e inaugurada como avenida Paulista em 1891[104] e outros situados nas imediações.[105] Os novos proprietários negociaram rapidamente toda a madeira que restava da grande floresta que cobrira o espigão do Caaguaçu, transformaram a trilha da Real Grandeza em avenida Paulista[106], inauguraram a nova linha de bondes e seguiram com o parcelamento da área e a venda de lotes. A partir de 1914/15 associaram-se à Cia City, que continuou negociando a área.

Assim que repassou seu último grande lote de terras, Vieira mudou-se para a rua Conselheiro Crispiniano 28, no centro da cidade.[107] Nos próximos anos, investiu a fortuna amealhada na compra de ações associando-se a companhias de transporte, provedoras de serviços urbanos e de produtos para o comércio, entre outros: Cia. Cantareira de Esgotos (1878), Banco Italo-Brasileiro (1890), Companhia Paulista de Transportes (1890), Companhia Leiteria Paulista (1891), Companhia Manufatora Paulista (1891), Companhia Incineradora e Municipal (1892), Companhia Niagara Paulista (1892), Companhia Santista de Serviço Marítimo (1893).

José Coelho Pamplona (1843-1906) seguiu construindo e negociando propriedades na região da Consolação e Bela Vista até sua morte em 1906.[108] Ao mesmo tempo, continuou patrocinando obras de caridade em sua cidade natal, Porto Martins, na Terceira Ilha dos Açores. Seus feitos estão sinalizados na praça principal da cidade em um busto que identifica Pamplona como o

[102] José Borges de Figueiredo foi um investidor, fundador do Banco de São Paulo (mais tarde Banespa) e diretor da Santa Casa. Figueiredo também morou na avenida Paulista, em casa projetada em 1897 pelos arquitetos Augusto Fried e Carlos Ekman.
[103] Formado agrônomo na Alemanha, o empreendedor uruguaio Joaquim Eugênio de Lima (1845-1902) inaugurou suas atividades comerciais com a aquisição de um negócio de secos e molhados em 1866. Nesse mesmo ano iniciou sua intensa e prolífica atuação no ramo imobiliário da capital.
[104] VIEIRA, 1952, p. 124.
[105] Um dos terrenos entre a atual rua Frei Caneca e a rua Itapeva, e o outro entre a rua Real Grandeza e a Rua Augusta (REALE, 1982).
[106] Por essa larga trilha passava a boiada a caminho do matadouro na Vila Mariana. Desde a inauguração da avenida Paulista – para preservar o asseio de seu leito e a tranquilidade de seus moradores - ficou proibida a passagem dos "conductores com gado", sob pena de multa desde abril de 1891. Rotas alternativas – como a alameda Santos - foram sugeridas aos antigos usuários. (*O Estado de S. Paulo*, 28 e 30/04/1891, p. 1).
[107] *O Estado de S. Paulo*, 04/03/1890, p. 3.
[108] Na toponímia da região que estamos estudando, encontramos homenagem à sua família: rua Pamplona e rua Luís Coelho, em homenagem respectiva ao pai e ao filho.

Visconde de Porto Martins.[109] Na placa, a comunidade agradece sua contribuição para a ampliação da igreja de Santa Margarida; a construção dos edifícios da irmandade do Espírito Santo; a compra e a canalização da água e a edificação dos chafarizes; e a construção de um edifício escolar na ilha. Também na fachada principal da igreja de Santa Margarida lê-se na lápide em mármore: "Gratidão ao Ex.º Comendador J. C. PAMPLONA. Os povos do Porto Martins, 1902."[110] Pamplona exemplifica o tempo em que as relações intercontinentais se estabeleciam em São Paulo com os grandes fluxos de imigrantes. Apesar de residir no Brasil, Pamplona, como muitos outros imigrantes, nunca deixaram de manter conexões com a terra de origem. Exploramos este tema um pouco mais de perto no próximo capítulo.

A planta geral da cidade de 1897 foi preparada pelo advogado Pedro Augusto Gomes Cardim (1864-1932), então intendente de obras da capital. O mapeamento é produto de um projeto de levantamento do território urbanizado da cidade para fins de planejamento iniciado em 1896, mas que não se completou.[111] O mapa final resultou de uma compilação de vários planos de arruamentos que foram preparados por particulares e submetidos à Câmara para aprovação. Com intenção de incluir um número significativo dos loteamentos planejados, o mapa expandiu a área representada, mudando a escala, abrangendo os núcleos urbanos mais distantes do centro, atingindo a região de Santana ao Norte, Penha a Leste, Villa Clementino ao Sul e, a Oeste, Água Branca e a Villa dos Pinheiros.

[109] Um ano antes de sua morte, Pamplona recebe do rei Carlos de Portugal o título de Visconde de Porto Martim, pelos serviços prestados à colônia dos açores.

[110] Statues - Hither & Thither Disponível em: https://statues.vanderkrogt.net/object.php?webpage=ST&record=ptac125. Acesso em 22/01/2022.

[111] KUVASNEY, 2017, p. 346-348.



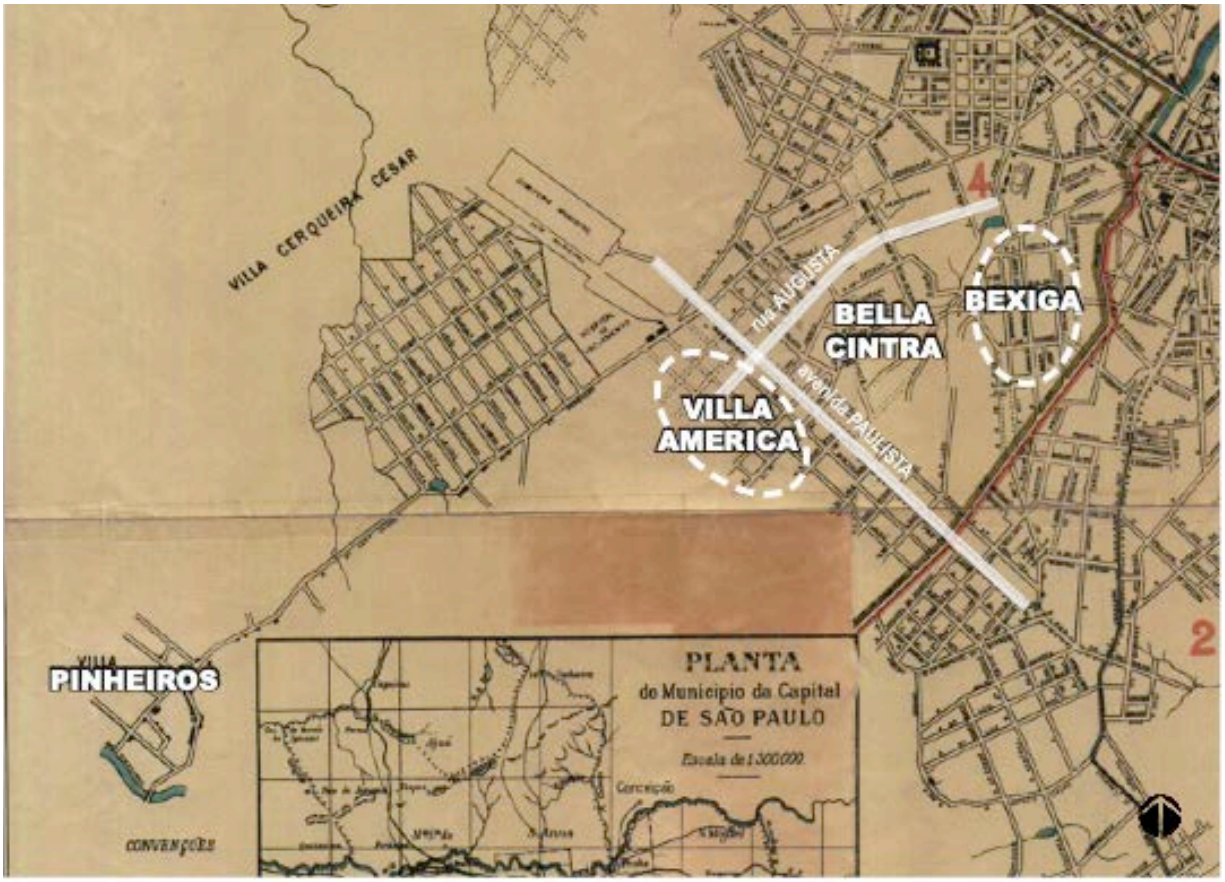


Figura 13: Pormenor da Planta Geral da Capital de São Paulo, organizada sob a direção do Dr. Pedro Gomes Cardim, intendente de obras, 1897.

Nesta planta, a Bela Vista está parcialmente representada e inclui a região ocupada pelo núcleo que se formara em torno de José Coelho Pamplona desde a década de 1880. Nas margens do Ribeirão do Saracura ainda não se veem os arruamentos, mas no Bexiga vemos as primeiras ruas já abertas. Do outro lado da avenida Paulista, nota-se o arruamento parcial da Villa America. A Rua Augusta e as vias paralelas correm somente até a alameda Jahú, então limite da área urbana do município. Este mapa é indicativo do período de grande especulação de terras, quando se expandiu o papel da iniciativa privada na produção de loteamentos e de construção por toda a cidade. A essa altura, o governo alterou seu papel na produção do espaço da cidade, passando a

atuar na regulamentação e na normatização da ocupação, facilitando a implementação das melhorias urbanas.[112]

Esta planta tem a particularidade de incluir, além da cidade existente, a cidade que se planejava construir em breve. Lucia Noemi Simoni propõe que esta Planta representaria "uma carta de compromisso entre proprietários de terras", indicando o crescimento da cidade que se esperava para o futuro, combinando diferentes planos de arruamento particulares como substituição a um plano geral que não existia. Entre os anos de 1895 e 1898, além do planejamento para inúmeros novos parcelamentos, houve um grande movimento para legalizar as posses e outras irregularidades na distribuição das propriedades municipais, reafirmando a perda de autoridade do governo municipal sobre a terra da cidade. Na cartografia urbana de São Paulo, a "morfologia viária" se torna o "principal elemento de representação", onde as ruas estabeleciam uma estrutura permanente da cidade, para que as "quadras divididas em lotes" pudessem servir à reprodução do capital. [113]

Durante este período, a municipalidade continuou distribuindo para particulares suas atribuições no suprimento das melhorias e serviços urbanos. Em 1896 abriu-se o crédito para o calçamento da Rua Augusta até a rua Caio Prado, permitindo assim que em 20 de julho de 1898 a Cia. Viação Paulista convocasse seus acionistas para discutir a extinção dos bondes puxados por animais e sua substituição por bondes elétricos, que chegariam em maio de 1900.[114] A circulação da linha Rua Augusta foi interrompida em 1901 por conta de desentendimentos entre a Cia. Light e a Cia. Viação Paulista, sendo retomada apenas em 1909. Por um ano, o serviço de bondes, agora movido à eletricidade, foi feito pela linha que se dirigia a Pinheiros, com o retorno da linha Rua Augusta a partir de 1910, que percorria então a rua do centro até a avenida Paulista, mas não descia em direção ao rio Pinheiros.

[112] Apesar de representar o poder público, enquanto intendente de obras, Pedro Cardim defendeu seus interesses – e de outros investidores – ao elaborar este mapa, incluindo loteamentos em áreas de sua propriedade, como a Villa Gomes Cardim. Entre os loteamentos ainda em fase de planejamento retratados pelo mapa, vemos a Villa Cerqueira Cesar e a Villa Prudente.
[113]SIMONI, 2011.
[114] *Correio Paulistano*, 30/07/1898, Edição 12590.

Do outro lado do morro, os moradores não tinham outra opção senão subir a ladeira para apanhar o bonde na avenida Paulista. Por muitos anos seus clamores não foram atendidos, apesar do bairro já estar bastante povoado.[115]

> Um dos bairros de população densa e vida intensa, é sem duvida nenhuma o denominado Villa America, na inclinação da Avenida Paulista para as planícies de Santo Amaro. Eis que nos diz um morador dalli, justificando uma reclamação: "Existe ahi um prolongamento da rua Augusta ladeado na grande extensão que abrange, quase palmo a palmo, quase literalmente, de prédios que se vêm construindo com intensidade e atividade tao que ele se transformou, nestes poucos últimos anos, em uma das artérias do bairro em questão." Pois sr. Redactor, a pobre população que alli vive – gente em grande maioria que exerce a sua atividade na zona urbana – não foi até hoje, apesar de reiteradas instancias, contemplada, por parte da omnipotente Light and Power, com este favor de tão custosa pratica e concessão: o da locomoção electrica em seus sonegadíssimos carros. [...] É um trecho longo, muito longo, densamente povoado, e nada justifica, portanto, sr. Redactor, a obstinação da nossa incontrastável empresa electrica em desatender os pedidos clamorosamente justos dos povoadores de uma rua que se assignala pela intensidade de sua vida, intimamente ligada aos movimentos comercial, industrial, burocrático, etc. , etc. da urbe."[116]

Apesar das inúmeras reclamações dos moradores da Villa America, a extensão do bonde para além da avenida Paulista só foi efetivada em 1918, quando se materializaram os arranjos entre a Light & Power e a incorporadora dos terrenos daquela área, a Cia. City.

A Chácara de Veridiana Prado

Veridiana e Martinho Prado, grandes proprietários rurais que desde o século dezoito comercializavam açúcar e escravos, além de outros negócios no interior, foram também proprietários de terras na cidade.[117] Entre suas posses, contavam-se duas chácaras nesta região: a

---

[115] Os mapas publicados na época, como a Planta Geral da Capital de São Paulo, de Gomes Cardim, de 1897, representam a Villa America com algumas ruas já abertas e outras com linhas pontilhadas, indicando que estariam ainda em fase de planejamento.

[116] *O Estado de S. Paulo*, 03/02/1915, p. 5.

[117] A família Prado, que chegou ao Brasil na primeira década do século XVIII, foi uma família de empreendedores que, unindo-se a famílias da elite, esteve sempre envolvida nos negócios e na política do país. Membro da segunda geração da família, Martinho Prado (1811-1891), fazendeiro do café, casou-se com sua prima Veridiana da Silva Prado (1825-1910), filha do Barão de Iguape, com quem teve vários filhos. Martinho participou da direção de diversas empresas, como a Cia. Paulista de Estrada de Ferros, o Banco Comércio e Indústria, a Vidraria Santa Marina, além de outros negócios, incluindo investimentos imobiliários na capital e no litoral. Um dos seus filhos, Martinho Prado Jr., foi um dos principais promotores da imigração para o Brasil, e Antônio da Silva Prado, outro filho do casal, foi o primeiro prefeito de São Paulo. Junto com a família Pacheco Chaves, Martinho Prado fundou, o banco do Comércio e da Industria de São Paulo e entre outros negócios, a Casa Prado, Chaves & Cia. em 1887, uma companhia exportadora.

Chácara da Consolação, residência utilizada pelo casal quando em visita a São Paulo, e a Chácara Vila Maria, para onde Veridiana mudou-se depois de sua separação, em 1884.

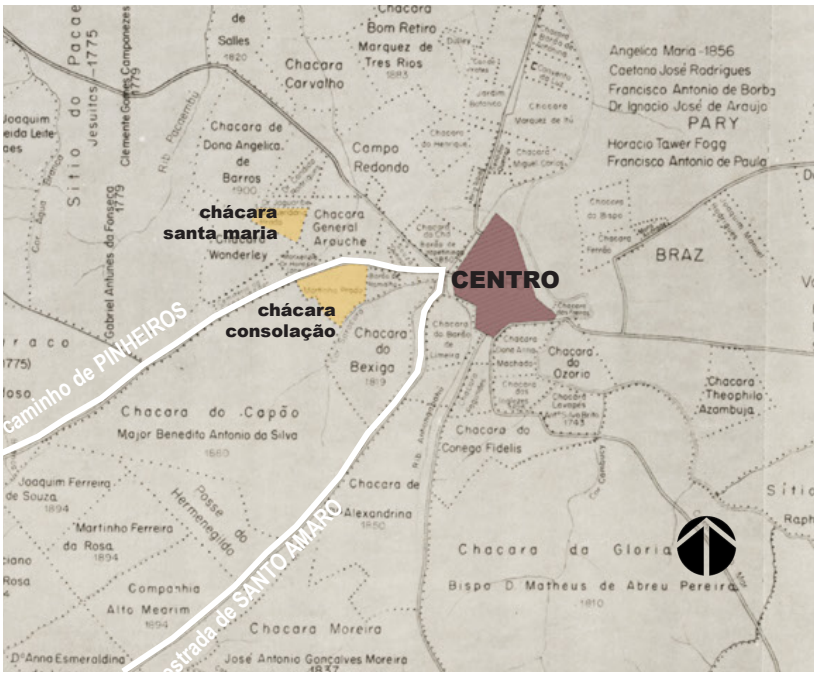


Figura 14: As chácaras de Martinho e Veridiana da Silva Prado em torno de 1890. Pormenor do mapa "São Paulo, Chácaras, Sítios e Fazendas, ao Redór do Centro (desaparecidas com o crescer da Cidade), século XVIII ao XX". Arquivo João Baptista de Campos Aguirra, Museu Paulista, USP.

O perímetro da Chácara da Consolação da família Prado, seria hoje delimitado pela rua da Consolação, rua Visconde de Ouro Preto, rua Marquês de Paranaguá até o ribeirão do Saracura, seguindo até a rua Martinho Prado e voltando ao início. Nesta chácara, cuja sede ficava ao lado da antiga igreja da Consolação, Martinho e Veridiana viveram juntos, passando temporadas intermitentes na cidade até 1878, quando se deu a separação do casal e a construção da Vila Maria.[118] Nos próximos anos, Veridiana distribuiu parte de seus terrenos para instituições, como o São Paulo Athletic Club (1888) e o Velódromo (1896). Mais tarde, ela designaria um terreno para a construção da igreja da Consolação (1909), imediatamente ao lado de sua antiga residência. As doações de terra eram frequentes na cidade durante este período e serviam como estratégia política e de negociação entre os membros da elite, o governo e as instituições públicas e privadas. Uma outra forma de distribuição dos terrenos originários das chácaras foram as concessões, trocas

[118] O casal separou-se em 1877, mas nunca chegou a formalizar sua separação, portanto os bens de cada um não foram oficialmente distribuídos.

e doações entre membros da mesma família e agregados, como no caso do terreno oferecido por Veridiana para sua filha Evangelina da Silva Prado (em 1901).[119]

Após essa série de desmembramentos maiores, entre 1880 e 1901, Veridiana vendeu o restante da chácara em grandes glebas para investidores imobiliários como Martim Buchard, Joaquim Eugênio de Lima, Afonso Augusto Milliet e outros – e negociou alguns terrenos no varejo em lotes de variados tamanhos. As glebas adquiridas pelos investidores foram rapidamente parceladas e comercializadas. Entre as estratégias de comercialização estava a disponibilização de melhorias urbanas. Estas, no entanto, alcançavam as novas ruas e os loteamentos de maneira desigual, dependendo das relações de favores entre os proprietários, as concessionárias e os interesses dos governantes. Em 1905, Veridiana hipoteca suas terras da Consolação com a Casa Prado, Chaves & Cia.[120] No ano seguinte, a Villa Prado-Uchôa foi a leilão, sendo arrematada pelas Cônegas de Santo Agostinho, finalizando a transferência dos últimos terrenos remanescentes da Chácara da Consolação.[121]

O mapa organizado em 1905 por Alexandre Mariano Cococi e Luiz Fructuoso Costa, da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, foi desenvolvido para distribuição em "exposições locais, nacionais e universais", com o intuito de promover a cidade como a "capital do café e da indústria".[122] O mapa tem indicações das principais vias, das delegacias de polícia, bombeiros e dos "edifícios e instituições notáveis", funcionando como um guia para a cidade.[123] Nesta região, o mapa ressalta os cemitérios da Consolação e do Araçá, o reservatório da Cantareira, a igreja da Consolação, o colégio São Bento na avenida Paulista e a maternidade na altura da rua Luís Coelho.

[119] Nestes terrenos construiu-se a Vila Uchôa, assunto do Capitulo 3 desta tese.
[120] O retalhamento desta área e sua ocupação serão detalhados também no Capítulo 3.
[121] No Capitulo 3 desta tese discutiremos em maior detalhe os desdobramentos desta propriedade e de suas vizinhanças.
[122] KUVASNEY, 2017, p. 313.
[123] KUVASVEY, ibid., p. 397.



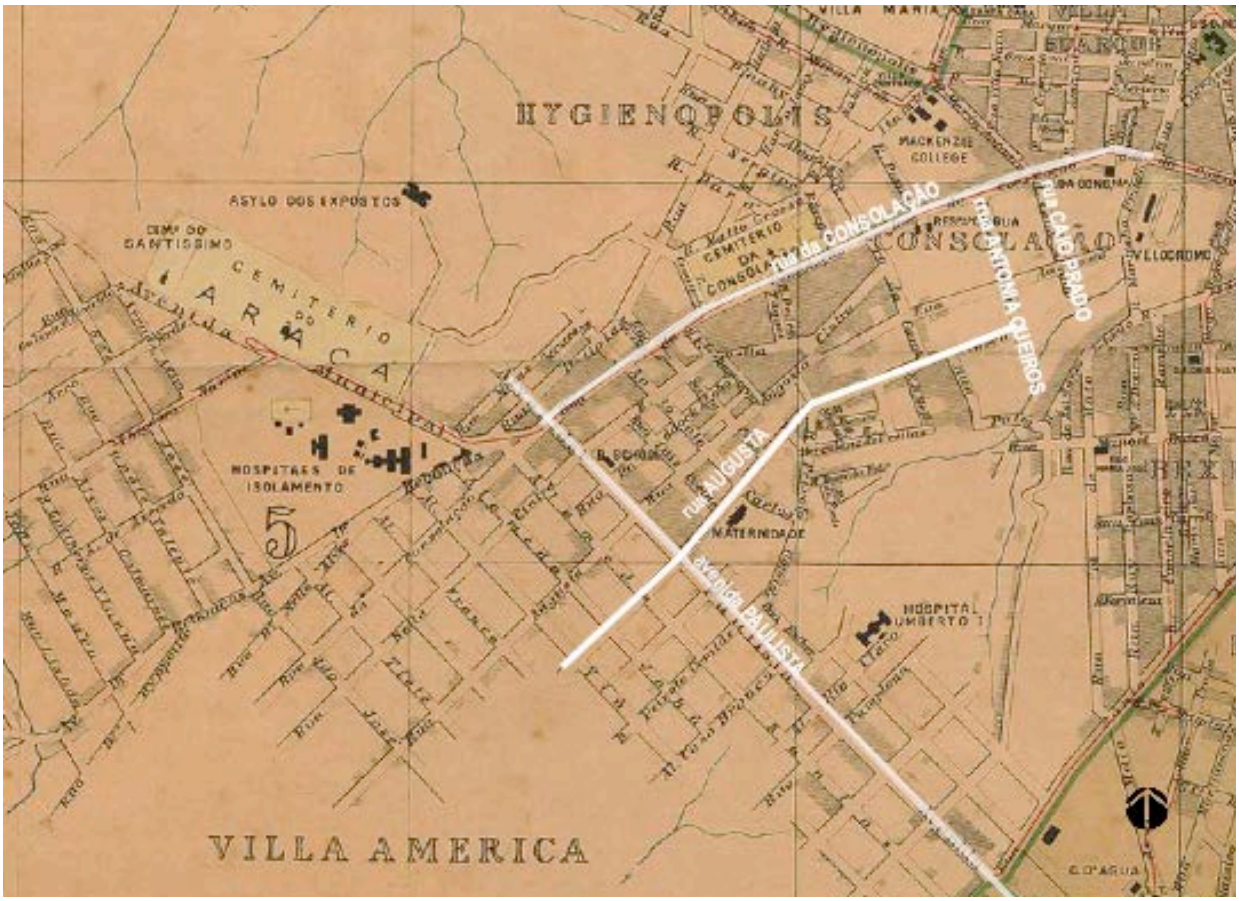


Figura 15: Pormenor da Planta Geral da Cidade de São Paulo (Alexandre Cococi & Luiz Fructuoso Costa), 1905.

Neste mapa observamos a ligação direta das ruas que cruzam a rua da Consolação nesta região, as ruas Martinho Prado e Maria Antônia (que seguia do outro lado com o nome de Caio Prado) em continuidade com o bairro de Higienópolis e a rua Dona Antônia de Queirós, que se estendia na direção do bairro da Bela Vista/Bexiga. Veremos mais adiante como cada uma dessas vizinhanças impactou na ocupação da Rua Augusta de maneira diferente.[124] Nota-se que as

[124] Na região mais próxima a Higienópolis, os lotes eram mais generosos (com 10 a 15m de largura) do que no bairro da Bella Cintra, onde os terrenos eram estreitos (com 5 a 6 m de largura).

fronteiras entre os bairros de Higienópolis e Consolação não eram claras, tanto na região mais próxima ao centro, como nas quadras adjacentes à avenida Paulista. Parece ter havido ali, nos dois lados da rua da Consolação, ocupação semelhante, com lotes estreitos e pequenas casinhas.

Villa America e Villa Nova Tupy

Comparando as plantas de 1897 e de 1905, notamos o crescimento da Villa America e da Vila Nova Tupy, então negociadas por Afonso Augusto Roberto Milliet, antecedendo sua incorporação pelos novos proprietários Horácio Sabino e Cincinato Braga e logo a Cia. City. O mapa mostra a Rua Augusta estendida até a rua de São José (atual Oscar Freire), indicando a conexão – que fora até então caminho de terra – entre os dois bairros vizinhos, Villa America e Villa Cerqueira César.



1897 1905

Figura 16: Pormenores das Planta Geral da Capital de São Paulo de Gomes Cardim, 1897 e da Planta Geral da Cidade de São Paulo (Alexandre Cococi & Luiz F. Costa), 1905.

A área que se tornou Villa America foi cultivada desde o século XVIII com plantações de milho, mandioca, jabuticaba, parreiras e bananeiras, cercadas de pastos e mata.[125] Suas plantações certamente demandavam o cuidado de trabalhadores que viviam nas proximidades, conformando um pequeno núcleo de ocupação em torno da sede. Apesar da Villa America só ter sido oficializada em 1901, as vias próximas à avenida Paulista já se viam retratadas na Planta Geral da Capital de São Paulo desde 1897. O mapa de 1897 indicava também a ligação pela rua de São José, entre as Villas Cerqueira Cesar e dos Pinheiros, atravessando a avenida Rebouças. Acreditamos, portanto,

[125] Mapa da Bella Cintra (AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana, v. II*. Disponível em: www.serieavenidapaulista.com.br. Acesso em 10/02/2022).

que a primeira ocupação da Villa America pode ter ocorrido nesta região, no entorno da primeira sede do Capão e ao longo da rua de São José, já habitadas desde o século anterior.

Em finais do século dezenove, com o parcelamento e a abertura da avenida Paulista, a Rua Augusta desceu o Morro do Caaguaçu em direção à Estrada das Boiadas (hoje rua Groenlândia), e na década de 1910 toda a região já estava parcelada e com ocupação se adensando a cada ano. Apesar do intenso parcelamento e das vendas apressadas, nenhuma das melhorias que já serviam outros bairros da cidade atendia esta região em 1910. Neste ano encontram-se apelos nos jornais de "diversos moradores da Rua Augusta, na Villa America" para que os "poderes competentes" consertassem a via, que se encontrava com "enormes buracos, formados pelas águas das chuvas, principalmente no trecho entre a alameda Franca e a rua de S. José", impossibilitando o trânsito de veículos. [126]

No ano seguinte, o prefeito do município foi chamado a intervir junto à Cia. Light & Power, a fim de prolongar até "o futuroso bairro da Villa America a linha da Rua Augusta", afirmando que qualquer despesa terá "imediatas e longas compensações".[127] As melhorias só chegaram em 1915, junto com as "compensações", quando as negociações da Cia. City para estender a infraestrutura urbana ao longo da Rua Augusta em preparação para a venda dos lotes planejados do Jardim America.

O Código de Posturas de 1886

Durante o período de parcelamento das chácaras do Capão e da Consolação, vigorava o Código de Posturas de 1886, que regulamentava as construções e diversas atividades da cidade. A leitura cuidadosa nos permite visualizar a vida diária na capital, ao mesmo tempo em que reflete a posição de seus dirigentes quanto aos diferentes grupos que habitavam a cidade. O Código regulamentava o comportamento e as manifestações culturais de seus habitantes de acordo com um modelo determinado pelos seus dirigentes; estabelecia requisitos e parâmetros construtivos de maneira a garantir a ordem, a limpeza e o asseio dos espaços públicos e definia medidas para coibir o livre uso dos espaços públicos por qualquer pessoa, em nome da "segurança, da comodidade e

[126] *O Correio Paulistano*, 05/06/1910, Edição 16823, p. 4.
[127] *O Correio Paulistano*, 23/04/1911, Edição 17143, p. 5

tranquilidade pública" e do rígido controle sobre os trabalhadores escravizados e "livres", que deveriam estar sempre sobre custódia de seus senhores ou patrões, sob ameaça de multa ou prisão.

Não por acaso, os moradores menos abastados aparecem nos jornais com maior frequência como infratores das rígidas regras do Código. No jornal O Estado de S. Paulo, encontramos notícia dos "indivíduos que se divertiam jogando baralho" em Santa Ephigenia e por isso foram presos e multados em 1903, dias antes de Ramiro e Francisco Paschoal sofrerem as mesmas penalidades ao jogar cartas no bairro do Braz. No mês seguinte, foram também multados Henrique Preste por infringir o Código ao circular com sua carroça pela cidade, José Garcia dos Santos por exercer a profissão de negociante ambulante sem a necessária licença e Maria Christina Ciampaglio por consentir "algazarras" dentro de sua casa comercial. As cenas de discórdia e crimes que ocorriam nas habitações coletivas eram anunciadas nos jornais com títulos sedutores: "Velhas Rivaes: num cortiço – ciúmes ... da felicidade alheia – luta corporal entre mulheres"[128]; "Scenas de Cortiço: entre marido e mulher – agressão a sapatadas – ciúmes de esposa – queixa à polícia"[129].

O Código de 1886 estabelecia também parâmetros para o arruamento na cidade, tornando obrigatório o pedido de alinhamento – sem recuo no perímetro urbano – para qualquer nova construção, padronizando as novas vias, que deveriam ter um mínimo de 16 metros, as avenidas com 25 metros de largura, as praças e largos que deveriam ser quadrados "tanto e quanto o terreno lhes permitir" e as quadras urbanas com 60x120 metros pelo menos. O Código definia também o pé-direito mínimo para cada pavimento construído, as alturas mínimas para portas e janelas, além de proibir o uso da cobertura de palha ou rapé. As casas para operários e os cortiços não eram proibidos fora do perímetro do comércio, mas deveriam seguir determinadas normas construtivas e sanitárias.

Até finais dos anos 1910, muitos projetos para novas edificações na região da Rua Augusta foram desenvolvidos pelos próprios proprietários que, com frequência, eram também seus construtores. Não foi incomum o indeferimento inicial dos projetos apresentados, posteriormente corrigidos para adequar-se aos requisitos do Código. Esse foi o caso do comerciante Nicolau Rea ao buscar construir um conjunto de oito casinhas em seu lote da Rua Augusta e ter que revisar seu projeto

[128] *O Estado de S. Paulo*, 05/04/1910, p. 4.
[129] *O Estado de S. Paulo*, 06/05/1910, p. 6.

duas vezes em 1908, para submetê-lo novamente com as devidas correções em 1909. Da mesma maneira, proprietários de pequenas casas que tinham seus projetos indeferidos seguiam adiante com a construção e mais tarde pediam para regularizá-lo. Vigiano Vincenzo iniciou as obras sem autorização, pagou ao fiscal a multa e finalmente buscou a regularização de seu imóvel na esquina da Augusta com a alameda Iguape (hoje rua Oscar Freire), argumentando que sua construção já terminada "exceptuando uma irregularidade da planta nada tem de inconveniente". [130]

O Código de 1886 regulava a posse, a criação de animais, e a circulação de carros, carroças e animais pela cidade, o comércio e a fabricação de alimentos para consumo diário (vegetais, carne, pães, farinhas, bebidas, etc.). As regras visavam melhorar as condições da saúde pública, controlando a atividade dos matadouros, a venda de carne verde, a pesca e os enterramentos. No mais, a Prefeitura se responsabilizava pelas obras de infraestrutura e dos arruamentos, que no início do século vinte eram os temas mais recorrentes dos jornais locais. Em 1903, a Commissão de moradores da Rua Augusta reclamava que seus habitantes estariam impedidos "de sair de casa pelas últimas chuvas que alagaram inteiramente a Rua Augusta", lembrando que já havia sido anteriormente noticiado pelos jornais que "um indivíduo, caindo em um desses muitos buracos existentes na Rua Augusta, fraturou uma perna". A Commissão sugeriu que se aproveitasse a ocasião do calçamento da rua Caio Prado para, em mais uma tentativa, solicitar que a Prefeitura lhes desse "alguns momentos de atenção" e cumprisse a promessa de "cuidar da Rua Augusta".[131] Neste caso, o novo calçamento da Augusta desde a rua Caio Prado até a avenida Paulista seria aprovado no ano seguinte, já que por este caminho seguiria o bonde, justificando o investimento público. A Caio Prado, que fazia a conexão da Augusta com o centro da cidade, fora macadamizada em 1903.

Entre os problemas apontados com frequência pelos jornais, estavam os veículos (de vários tipos: carroças, carros, etc) que transitavam pela cidade, seja por falta de licença do condutor ou por infringir as regras de circulação e de manutenção. Junto às questões do trânsito aparecem também notícias de atropelamentos, numa cidade em que o pedestre dividia o espaço público com os animais e com todo tipo de veiculo. As questões relacionadas à mobilidade dos paulistanos são

[130] Requerimento para regularização de prédio na Rua Augusta esquina com a alameda Iguape, propriedade de Vigiano Vincenzo, ano 1899 - Série de Obras Particulares, AHMSP.
[131] *O Estado de S. Paulo*, 27/05/1903, p. 4.

constantes, pois grande parte das atividades de abastecimento e produção estavam ainda concentradas em uma pequena porção central, enquanto a maior parte da população se deslocava primariamente a pé. O desenvolvimento do sistema ferroviário priorizava o transporte de longa distância e para carga, sendo insuficiente para servir os passageiros que viviam longe do centro. Além disso, as poucas linhas de bonde e os veículos de aluguel eram custosos para a maior parte da população. Os encontros desastrosos entre carroças e automóveis, entre pedestres e bondes, foram frequentes numa cidade que, ao se modernizar, de certa maneira dependia da manutenção das antigas formas de viver. A historiadora Ana Lanna observa em seu estudo sobre a rua Teodoro Sampaio, que "as histórias que essa rua me traz, mostram acidentes de carroças que colidem com bondes, que colidem com carros em alta velocidade [...] Elas me mostram uma cidade onde as pessoas não tinham aprendido a atravessar a rua, onde as pessoas estavam na rua e não dominavam os chamados códigos de urbanidade para estar na rua".[132]

As questões que afetavam o comércio e que o Código de 1886 tentava regular, variavam entre a imprecisão das balanças utilizadas nos armazéns, a procedência e validade dos produtos vendidos, a posse das respectivas licenças e o aumento dos impostos. Mais adiante nesta tese (no capítulo sobre os armazéns de secos e molhados), discutiremos estas questões em maior detalhe. Por agora, vale ressaltar que as dificuldades vividas pelos comerciantes da Rua Augusta provavelmente se repetiam por toda a cidade, em diferentes escalas e com características que variavam de acordo com a clientela e as vizinhanças. O pequeno comércio, segmento relativamente instável, dominava a rua e estava sempre aliado à moradia e muitas vezes a outros usos. Para cada ano encontramos novos registros de comerciantes, ao mesmo tempo em que verificamos a mudança frequente dos nomes de proprietários nos negócios registrados ao longo da Augusta. Confirma-se assim a mobilidade – forçada ou voluntária – a que os comerciantes se submetiam neste período, construindo e ampliando suas casinhas nesta rua e no ano seguinte mudando-se para outro endereço.[133]

[132] LANNA, 2021.

[133] Não pudemos acompanhar, nesta pesquisa, caso a caso para compreender a lógica e o destino desses deslocamentos, mas esta seria uma questão interessante para futuros estudos.

II.2 PERÍODO II: 1913 - 1922

Com incentivo do francês Edouard Fontaine de Lavelaye criou-se em 1911 a Cia. City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, com sede em Londres e escritórios em Paris e São Paulo. Captando investidores de vários países, a companhia adquiriu, em 1911 e 1912, cerca de doze milhões de metros quadrados de terras em várias regiões da cidade, onde futuramente desenvolveria seus loteamentos: Pacaembu, Butantã, Anhangabaú, Jardim América, Alto de Pinheiros, entre muitos outros. [134] Com apoio da Cia. Light and Power, o poder municipal e investidores nacionais e internacionais, a Cia. City desenvolveu os primeiros bairros-jardins de São Paulo, adaptando modelo europeu de urbanismo. Atuando em concerto, as diversas empresas providenciavam os serviços de infraestrutura necessários para o desenvolvimento desses loteamentos, que contavam com subsídios e financiamento da Prefeitura (inclusive através da isenção de impostos).

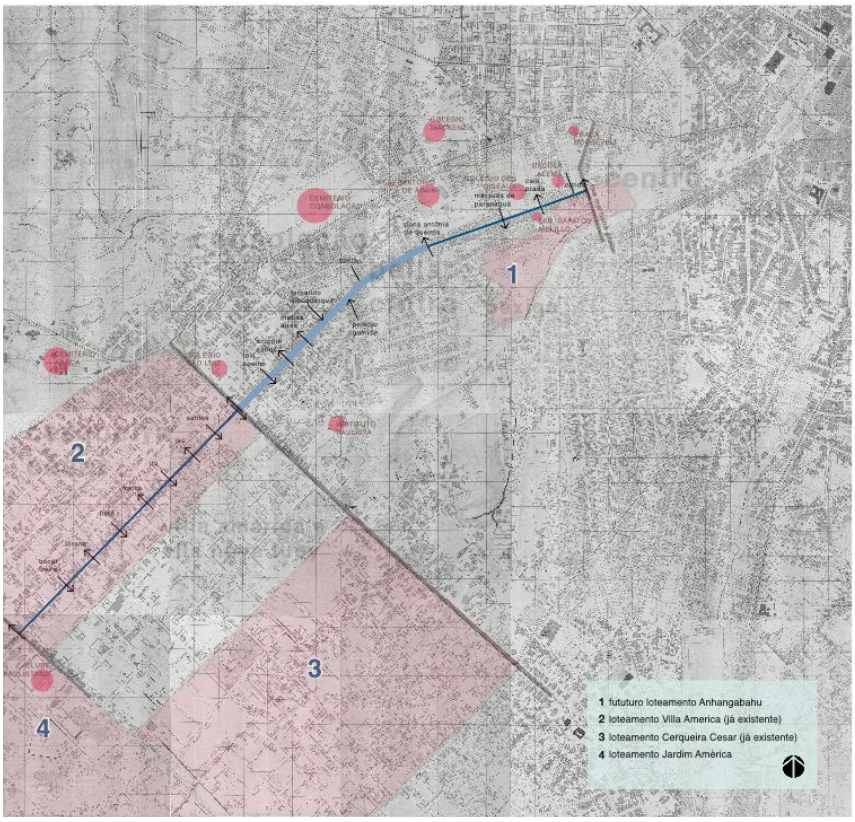


Figura 17: Os terrenos adquiridos pela Cia City em 1912, nas vizinhanças da Rua Augusta.

[134] "Apenas um ano após a sua fundação, a Cia. City era detentora de 37% de toda a área urbana de São Paulo" (SOUZA, 1988, p. 65).

A partir de 1914 a Cia. City atuou como parceira de Fernando Sabino e Cincinato Braga, assumindo a comercialização dos terrenos da Villa America e Vila Nova Tupy (marcadas com os números **2** e **3** na Figura 17). Neste mesmo ano, depois de várias iterações, a planta final de Parker e Unwin para o loteamento Jardim América foi aprovada pelos sócios da Cia. City, os terrenos foram preparados para receber arruamento e as melhorias urbanas garantidas em acordo com a companhia Light & Power.[135] Após sua inauguração, o Jardim América (número **4**), localizado em torno da continuação da rua Augusta, tornou-se o empreendimento mais conhecido da Cia. City. As vendas de lotes iniciaram-se em 1915, e, como se vê na planta abaixo (onde as casas construídas estão indicadas em preto), a região central foi a primeira a ser ocupada, principalmente nas proximidades da rua Colômbia (extensão da Rua Augusta).

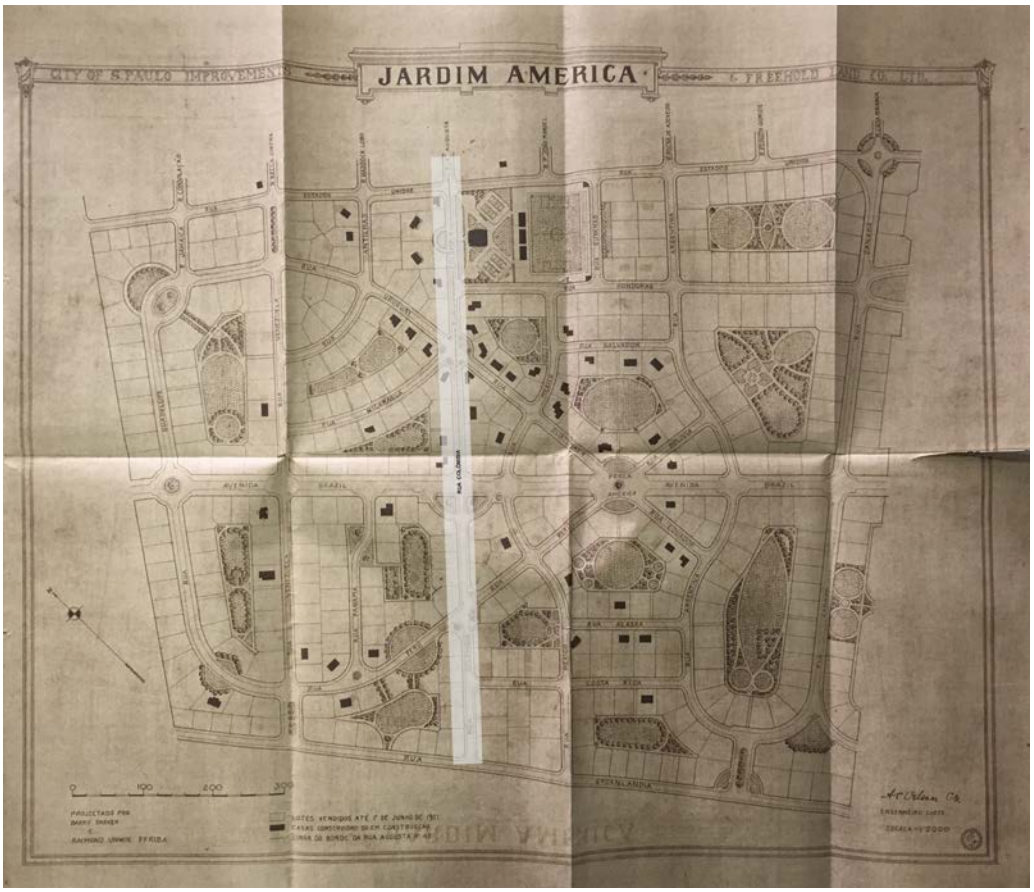


Figura 18: Loteamento Jardim América, com indicação (em preto) dos prédios construídos até 1 de junho de 1921. Mapa produzido pela City of S. Paulo Improvements Freehold Land Co. Inc., AHM-SP.

[135] Para saber mais sobre a história do Jardim América conferir Silvia Woolf, autora de estudo histórico do loteamento Jardim América, um dos primeiros da Cia. City que seguia o modelo das cidades-jardins (Garden-Cities) inglesas. (WOOLF, Silvia, 2000).

Na outra extremidade da Rua Augusta, próximo ao Centro, a Cia. City adquiriu das mãos de Veridiana um conjunto de terras no bairro da Bela Vista, entre as ruas Paim, Augusta e Martinho Prado. (marcada com o número **1** na Figura 17) Nesta região, a partir de 1917, desenvolveu-se um dos primeiros projetos de bairro jardim da Cia City, o Anhangabahu. Nas proximidades, a Cia. City manteve também um terreno vazio, na esquina da Rua Augusta com a rua Caio Prado, onde se acumulava lixo.[136]



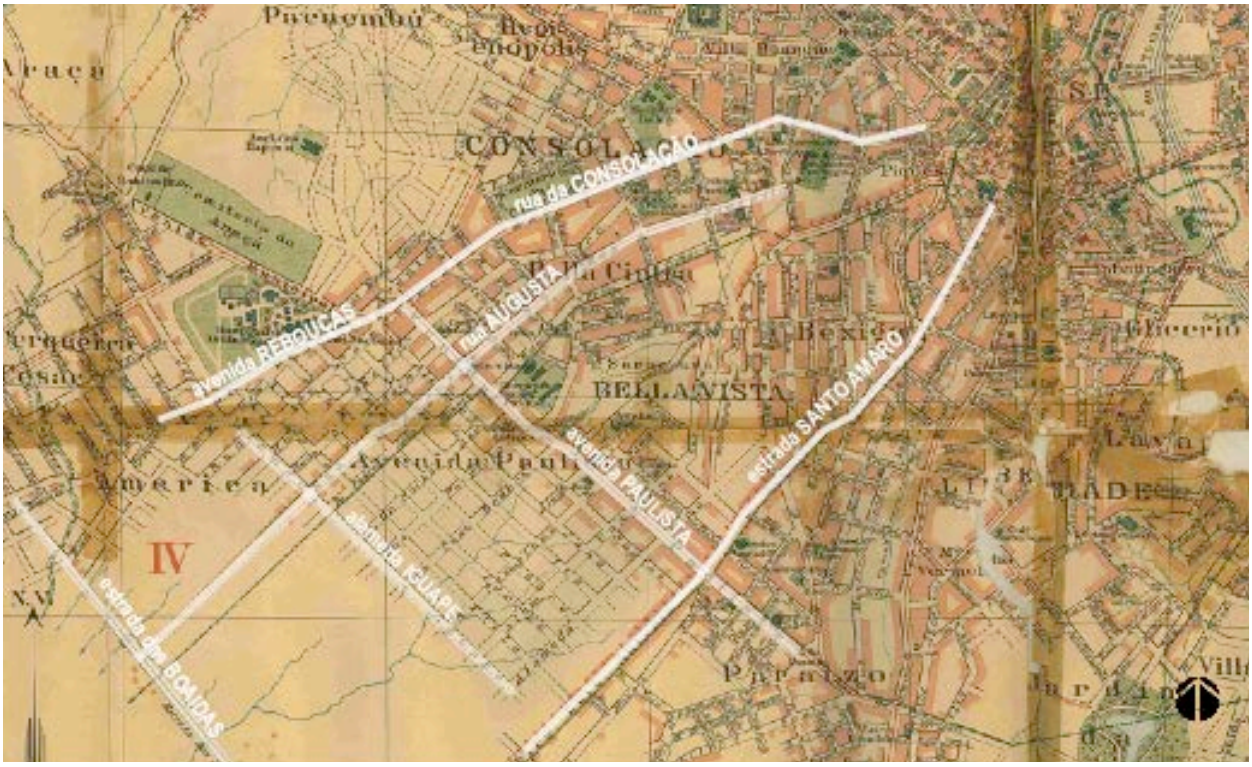


Figura 19: Planta da Cidade de São Paulo, por Alexandre Cococi & Luiz Fructuoso Costa, 1913/14.

[136] O terreno não era murado ou cercado, por isso recebeu intimação da Prefeitura, solicitando que a City of San Paulo Improvements & Freehold Land Co. Ltd. construísse "uma cerca na Rua Augusta, entre as ruas Martinho Prado e Caio Prado, do lado esquerdo de quem sobre, na extensão de 152m.60 e sobre a rua Martinho Prado do lado direito de quem desce da Rua Augusta, na extensão de 107 metros" (AHM-SP, 20/08/1913).

A Planta da Cidade de São Paulo de 1913 faz parte da série organizada por Alexandre Cococi e Fructuoso Costa, sendo uma atualização do mapa de 1905. Esta ultima versão foi oficialmente adotada pela prefeitura para uso das repartições públicas na confirmação e oficialização de novas vias públicas (com exceção daquelas indicadas como "projectadas").[137] Nesta planta foram incluídas as ruas da Villa America entre a Avenida Rebouças e a Rua Augusta, indicando como "projetadas" aquelas entre a Rua Augusta e a Estrada de Santo Amaro (antiga trilha do Caaguaçú, atual Avenida Brigadeiro Luís Antônio). A Villa América é apresentada nesta planta com arruamento parcial e com as vias em planejamento, e também inclui o loteamento da Vila Tupy, indicado pelas linhas tracejadas. Conectando essa região com Cerqueira Cesar e Pinheiros, a planta de 1913/14 (Figura 19) apresenta novas estradas projetadas, atestando para o que os mapas reconheciam como expansão da cidade. Em muitos casos, as novas vias seguiam caminhos que há muito conectavam antigos núcleos de ocupação. Na direção oeste vemos a estrada das Boiadas (atual Rua Groenlândia nos Jardins e Diógenes Ribeiro de Lima à Oeste), estrada do Araçá (atual Heitor Penteado) e a estrada para Osasco (atual Cerro Corá).

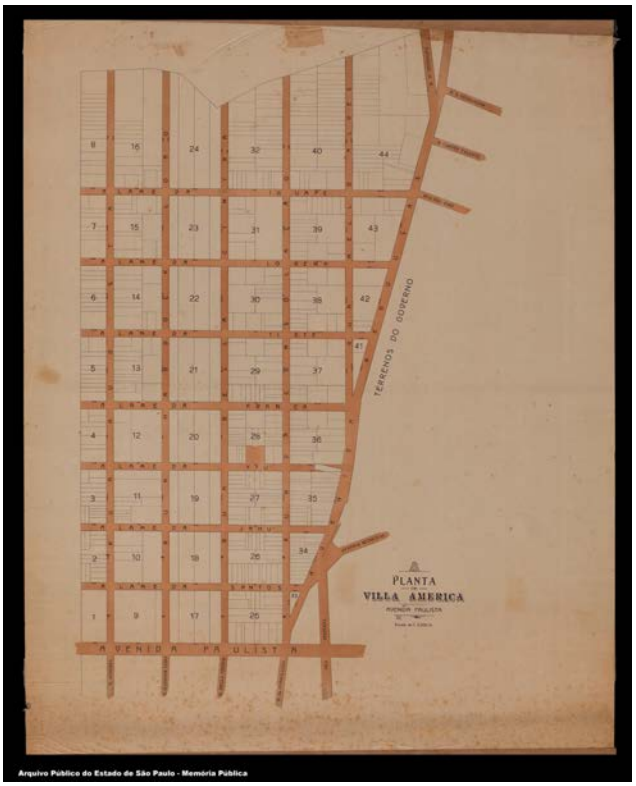


Figura 20: Planta de Villa America, Avenida Paulista, sem data (circa de 1912-1915) – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

[137] KUVASNEY, 2013, p. 402.

Margeando a Rua Augusta, a Villa America teve seus lotes divididos em vários tamanhos, como se vê na planta acima. Após a venda, os lotes eram subdivididos pelos novos proprietários, que na maior parte dos casos construíam unidades geminadas para moradia. Nos projetos para edificações apresentados à Câmara era bastante comum a anotação na planta de que o lote vizinho pertencia ao mesmo proprietário. Verificamos durante a pesquisa que alguns anos mais tarde, estes mesmos proprietários solicitavam autorização para nova construção na outra metade do terreno, além das ampliações aos edifícios existentes.

A Villa America se manteve habitada pelos setores médios e por pobres, que viviam em casas bastante simples, até a Cia. City assumir a venda dos lotes, trazer melhorias e aumentar o valor imobiliário da região. Os jornais nos informam sobre os carroceiros que viviam na alameda Santos; anunciam a venda de uma "pequena casa, com quintal todo plantado com arvoredo de frutas, por preço de ocasião"[138] na rua Mello Alves; descrevem as desavenças entre duas cozinheiras como a "preta Maria do Carmo, de 24 annos, casada, cozinheira, moradora em Villa America" que teve seu rosto escoriado em briga com "sua colega Antonieta de tal, na casa de seus patrões, à rua das Palmeiras".[139]

No outro lado da Augusta, região da Bela Vista e Consolação, novos edifícios institucionais e de grande porte transformavam a paisagem e foram representados no mapa de 1913/14 como importantes pontos de referência. Durante este período, a Augusta passou a ser entrecruzada por novas redes de sociabilidade ligadas aos clubes esportivos (o antigo velódromo transformado no Clube Paulistano e o Clube Atlético São Paulo), às várias escolas (Escola Alemã, Colégio Elvira Brandão, Colégio Des Oiseaux e outros menores) que se instalaram na região e às instituições de saúde das proximidades (Hospital do Instituto Paulista e o Dispensário na rua da Consolação). Estas novas atividades trouxeram para a rua grupos de frequentadores que não viviam na área, mas que usufruíam de seu espaço e compunham a rua com seus afazeres. Complementares às instituições, surgem pensões, botequins e armazéns que recebiam os jogadores de futebol e os trabalhadores das fábricas das vizinhanças (incluindo a grande Fábrica de Calçados Melillo, na esquina da rua Caio Prado); as pequenas farmácias que preparavam medicamentos para os pacientes dos hospitais e a bomba de gasolina que abastecia os automóveis das alunas do Des

[138] *A Gazeta*, 10/01/1917, Edição 03285 (1), p. 3.
[139] *O Combate*, 1918, Edição 00997 (2).

Oiseaux. O Colégio Des Oiseaux, indicado como referência importante da cidade na planta de 1913/14, foi implantado pelas Cônegas de Santo Agostinho no edifício vendido pelos Prado-Uchôa em 1906. Após a compra, e em diversas etapas, o colégio cresceu e se transformou em um grande complexo educacional. Assim, a presença de diversas instituições nesse curto trecho da rua e em suas vizinhanças, modificou definitivamente o caráter residencial e de comércio local, tornando-a uma área de destino para toda a cidade. A Rua Augusta se abria para a cidade, que então pouco a pouco a invade. Como veremos mais de perto nos próximos capítulos, não somente os paulistanos e brasileiros vieram à Rua Augusta, mas outras culturas, com origens diversas surgiram para compor seu caráter internacional.



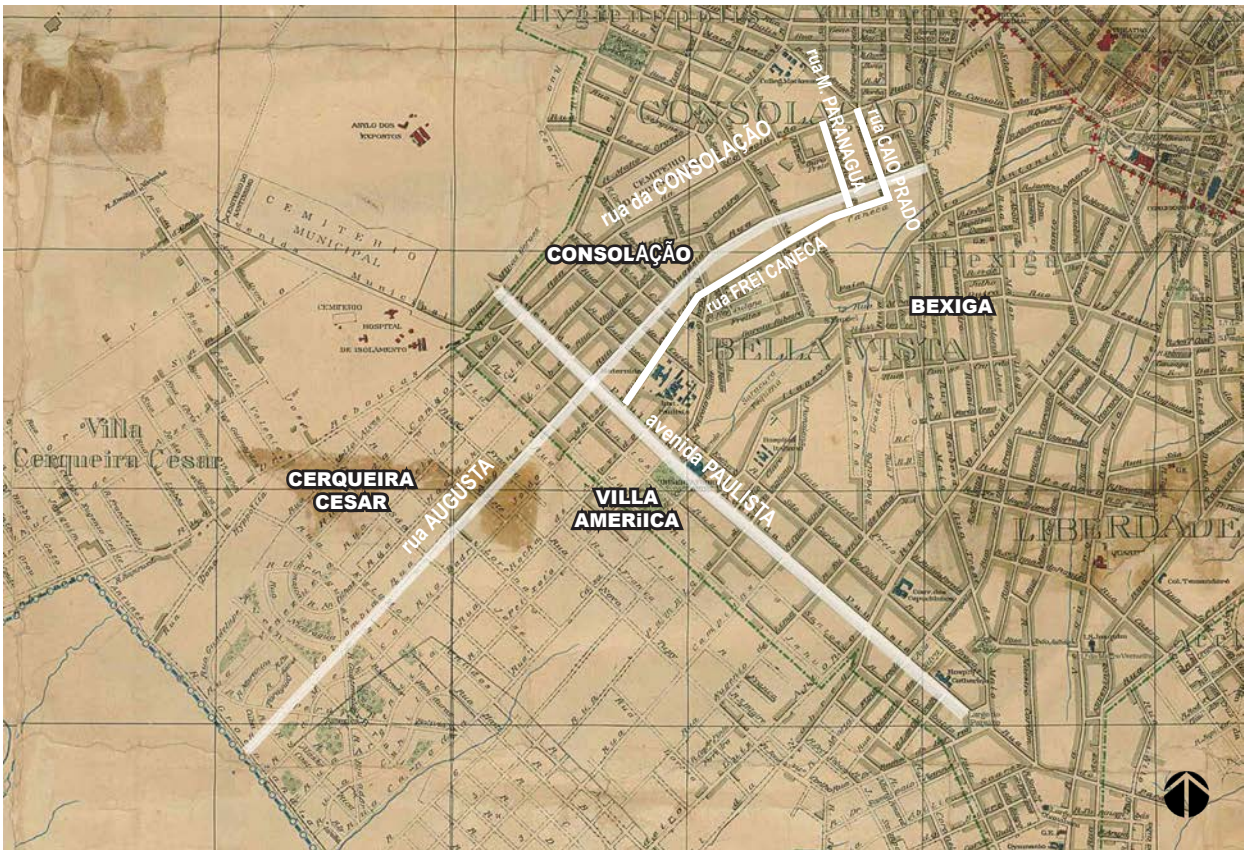


Figura 21: Planta da Cidade de São Paulo (Edição Provisória), levantada pela Divisão Cadastral – Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, 1916.

Em 1916 a Planta de 1913 foi atualizada, com publicação e ato do prefeito Washington Luis, tornando-a o documento oficial para efeito de regularização de todas as ruas, avenidas e praças constantes da planta.[140] Em 1915, com as melhorias urbanas em andamento, os terrenos da Villa America já estavam sendo comercializados pela Cia. City, que exaltava nos jornais sua localização, "os únicos mais próximos ao centro que actualmente existem a venda", oferecendo os terrenos a "preços razoáveis e com facilidade de pagamentos"[141]. Os lotes foram vendidos rapidamente, com os últimos sendo oferecidos em 1916: "Lotes com bondes de 15 em 15 minutos a 18 minutos do centro"[142], dizia anúncio para atrair compradores, ressaltando a importância do acesso ao transporte público.

A ocupação crescente do Bexiga se acentuou com a conexão de seu sistema viário ao da Consolação, com o alongamento da rua Frei Caneca até a rua Caio Prado e a extensão da rua Marquês de Paranaguá até a rua Santo Antônio, fortalecendo as relações entre as vizinhanças. Apesar de desmembrado do distrito da Consolação em 1910[143], o distrito de paz da Bella Vista incorporava a área conhecida por Bexiga, associando essas duas regiões que preferimos chamar de bairros.[144] Por um lado, Consolação e pelo outro, o Saracura serviam como fronteiras. Denominado por Sheila Schneck de "a face pobre" do Bexiga, o Saracura consistia de uma área pouco urbanizada e com ocupação precária nas encostas do ribeirão.[145] Nesta região, os moradores lavavam roupas, produziam cerâmica, telhas e tijolos e cortavam madeira para lenha. O comércio reduzia-se a pequenas casas de secos e molhados voltadas ao abastecimento local. Seus moradores

[140] Excetuavam-se aquelas vias que davam acesso a habitações coletivas e as vias projetadas, indicadas pela linha pontilhada. (KUVASNEY, 2017, p. 402).
[141] *A Província de São Paulo*, 22/12/1915, p. 14.
[142] *O Estado de S. Paulo*, 21/03/1916.
[143] Em 1910 o interventor federal, Ademar de Barros dividiu o município de São Paulo em 22 zonas, redefinindo e consolidando as divisas distritais da capital. Esta divisão por distritos equivale, nesta região que estamos estudando, a uma separação formal entre a Bela Vista e a Consolação, onde se estabeleceu a rua Frei Caneca como limite. Na região Sul, o limite entre Cerqueira Cesar e Jardim América ficou estabelecido pela avenida Rebouças. Ver os limites das novas zonas distritais consolidadas pelo Decreto 11.094, 20/5/1910. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1940/decreto-11094-20.05.1940.html?. Acesso em 01/02/2022. Mais tarde essas linhas divisórias foram modificadas de forma a manter a denominação Cerqueira Cesar nos dois lados da avenida Rebouças, voltando à antiga nomenclatura dos bairros da região.
[144] A denominação "distrito" foi utilizada pelo poder municipal e loteamento por aqueles que parcelavam e negociavam a terra. Para aqueles que viviam no *lugar* e para ali traziam as qualidades sócio-culturais, a denominação bairro nos parece mais pertinente para discutir as relações sociais entre estas duas áreas.
[145] SCHNECK, 2016, p. 115-120.

produziam e trabalhavam para os moradores dos dois lados, Bexiga e Consolação, que por sua vez produziam para outros bairros da cidade. Os moradores do Saracura subiam o morro para fazer suas entregas nos bairros altos e assim se beneficiavam da novas ruas, que serviam como alternativa ao longo percurso, até então feito pelas ruas Paim (na direção Norte) e Martinho Prado (o mais tradicional caminho do Bexiga em direção ao centro da cidade, anteriormente com o nome de Rua do Tanque).

Outros fatores podem ser considerados para entender as relações que se estabeleceram entre os dois bairros vizinhos: Os imigrantes italianos foram acolhidos em maior número por algumas áreas da cidade, entre elas o Bexiga. O bairro da Consolação não ficou conhecido como uma área "italiana" da cidade, mas nossa pesquisa mostrou que o contingente de imigrantes provindos de diferentes regiões da Itália na primeira década do século XX foi significativo, principalmente na região da Rua Augusta mais próxima à Bela Vista. Dos edifícios que se estabeleceram nesta rua entre 1893 e 1928, a metade tinha um sobrenome italiano como construtor e entre os proprietários, os italianos correspondiam a mais de um terço durante este mesmo período. Encontramos diferentes membros das mesmas famílias com negócios no Bexiga e na Rua Augusta, outros que possuíam propriedade nos dois bairros ou que mudavam de um bairro para o outro ao longo de suas vidas. Tivemos notícias de festas celebradas em conjunto, casamentos entre moradores dos dois bairros, não somente entre os italianos, mas também entre os portugueses e outros que habitavam a região.

Voltando à Planta de 1916, e desta vez olhando para o trecho da Rua Augusta próximo ao centro da cidade, notamos que o velódromo da Consolação (que fora utilizado principalmente pelo time de futebol do Club Athletico Paulistano) não está mais registrado. Este clube foi transferido para nova sede em 1918, esquina das ruas Augusta com Estados Unidos, na entrada do bairro Jardim América, onde se encontra até hoje. Em 1915 o terreno do antigo velódromo já teria sido desapropriado para a abertura da rua Nestor Pestana (que só vai aparecer no Mapa de 1924). Nesta rua, em 1919 a Sociedade de Cultura Artística adquiriu o terreno para construir sua sede própria que, no entanto, somente foi concluída na década de 1950. Com todas essas mudanças, os comerciantes e prestadores de serviço – em número crescente – instalavam-se na Rua Augusta aproveitando sua localização conveniente, próxima ao centro e de fácil acesso aos bairros

residenciais onde viviam os mais ricos e também os trabalhadores.[146] A mistura sempre presente: comércio e moradia de vários tipos, moradores com diversas origens e instituições que serviam toda a cidade.

II.3 PERÍODO III: 1923 – 1929

A ocupação do Jardim América (1916), seguida pelos outros loteamentos que seguiam o mesmo modelo urbanístico – Jardim Europa (1922) e Cidade Jardim (1926) – trouxe valorização imediata para os bairros adjacentes, pois com eles chegou toda a rede de infraestrutura que passou a atender, em seu caminho, os moradores da Villa América e Cerqueira César. Entre os anos 1914 e 1920, o percurso entre o centro e os bairros Jardins recebeu pavimentação, serviço de bonde, iluminação, gás e a atenção do poder público. As benfeitorias, somadas à densificação e à mudança de perfil dos habitantes da região, contribuíram significativamente para a transformação da Augusta em importante via de conexão centro-sul da cidade. Na medida em que os imóveis lindeiros à rua passaram a usufruir das benfeitorias, a região como um todo foi valorizada, incentivando atividades mais lucrativas: a construção de residências unifamiliares para a classe média e a abertura de estabelecimentos comerciais maiores. "Com isso, desde os anos 1920 o Jardim América aparece entre os bairros com terrenos ofertados com preços mais altos em São Paulo, o que anteriormente se restringia ao centro da cidade e aos bairros a ele contíguos."[147] Devido às restrições de atividades comerciais nos novos bairros da Cia. City, a demanda criada pelos seus moradores impulsionaram o comércio, que encontrou na Rua Augusta condições ideais para se desenvolver.

Ao adotar novas formas de morar, os moradores dos bairros jardins se distanciaram da região central e passaram a buscar alternativas ao bonde para se locomover pela cidade. As distâncias maiores são encurtadas com o uso do transporte individual. A partir da década de 1920 o automóvel particular veio para a Rua Augusta para nunca mais deixá-la. A sua presença refletiu-se na arquitetura, nos usos, nos fluxos e na forma de apropriação desta rua.

[146] Os 15 estabelecimentos comerciais de 1915 crescem para 30 em 1920. Quanto aos registros para serviços, havia 18 registros em 1915 e 24 em 1920.

[147] FELDMAN, 2005, p. 146. Feldman estuda em sua tese de 1996 (publicada como livro em 2005), o processo de institucionalização do planejamento na cidade de São Paulo, entre os anos 1947 e 1972, mostrando as referências e as ideias que se traduziram nas práticas do setor de urbanismo.

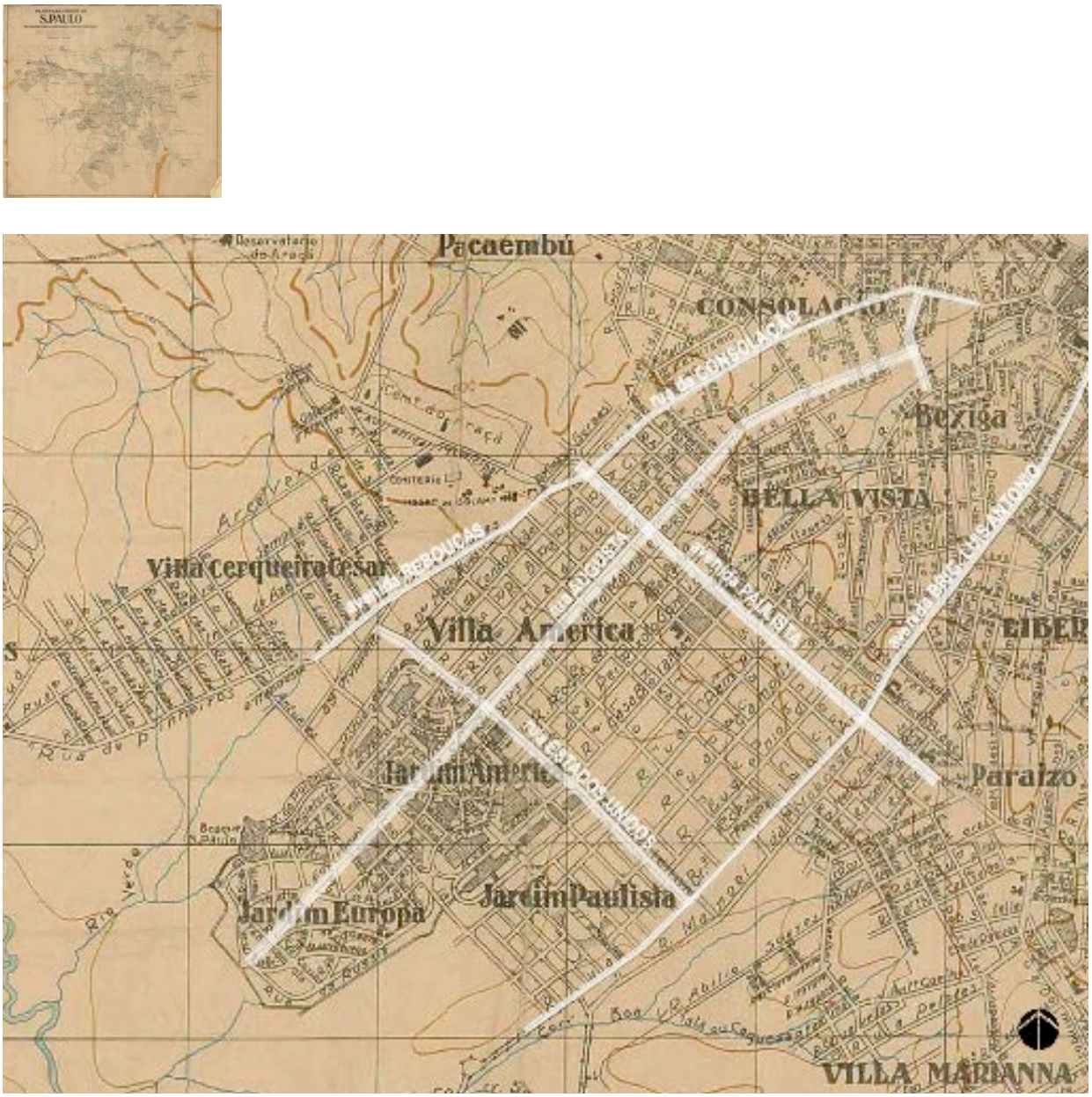


Figura 22: Planta da Cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados. Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, 1924.

Desenvolvida com base no mapa municipal de 1916, a nova Planta da Cidade de 1924 mudaria mais uma vez de escala, passando a incluir a cidade além-rios. Ainda assim, muitos arrabaldes ao norte, a leste e a oeste, ainda não estão representados neste mapeamento que, nessas direções, restringe-se à mesma área geográfica da planta de 1916. A Planta de 1924 incluiu os arruamentos dos loteamentos Jardim América e Jardim Europa e as novas vias que se estendiam por Cerqueira César. Neste mapa, a presença dos contornos topográficos e dos rios nos permite visualizar o

espigão que corre ao longo da avenida Paulista, enfatizando a extensa rede hidroviária que atravessa a cidade de São Paulo. Os loteamentos do Pacaembu e do Anhangabahu, ambos desenvolvidos pela Cia. City ainda não estão representados, o primeiro por conta de o plano ter sido embargado pela Prefeitura[148] e o segundo pois aguardava pelas reformas planejadas para transformação de suas vizinhanças (a ocupação ao logo do Saracura), em processo detalhado mais adiante.

O Código de Obras "Arthur Saboya" - Lei 3.427/29

A Lei nº 2611, de 20 de junho de 1923[149] foi a primeira lei que tratava do arruamento e dos loteamentos da cidade, definindo regras para abertura de ruas, públicas e particulares, lotes e construções. Em 1929 aprovou-se o Código de Obras "Arthur Saboya" - Lei 3.427/29, que fazia um apanhado de todas as leis vigentes relativas aos arruamentos, loteamentos, construções, licenças e regularizações, incluindo a lei de 1923. O artigo 762 do Ato 663/34, adicionado à lei em 1934, trouxe ainda a possibilidade de legalização dos loteamentos posteriormente à sua implantação. Esta foi uma estratégia adotada com frequência pelos proprietários de terra, o que se justificava pela incapacidade da administração em responder satisfatoriamente às crescentes demandas dos loteadores. Assim, durante os anos 1930 expandiu-se a cidade clandestina, construída à margem da lei, principalmente nas periferias, mas também em áreas centrais. Desde então a sociedade paulistana acostumou-se a ver a cidade crescendo na ilegalidade, aguardando a próxima reedição das anistias edilícias. A expansão da área urbana trouxe dificuldades para a administração municipal, que deveria se responsabilizar pela adequação da infraestrutura, pela manutenção e expansão da malha viária e pelo sistema de transportes da cidade que se espraiava pelo planalto.

As regras de ocupação estabelecidas pelo Código Arthur Saboya, no entanto, não se ativeram a essas questões, ao contrário, concentraram-se primariamente em proteger as áreas habitadas pela população de alta renda.

[148] O projeto do Pacaembu não teria seguido adiante em decorrência da necessidade de arruamentos em curva (D'ELBOUX, In: https://www.redalyc.org/jatsRepo/5139/513962979025/html/index.html).

[149] Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1923/262/2611/lei-ordinaria-n-2611-1923-prohibe-a-abertura-de-vias-de-communicacao-em-qualquer-perimetro-do-municipio-sem-previa-licenca-da-prefeitura. Acesso em 20/03/2021.

> Se considerarmos a regulamentação que trata do uso estritamente residencial que se inaugura em 1931 com a zona do Jardim América e se dissemina aplicada a ruas, em 1937, podemos observar que se restringe aos bairros com população de alta renda, stricto sensu, predominando em Higienópolis, Pacaembu e Jardim América.[150]

Desde a virada do século vinte até a década de 1930, a legislação que regeu a ocupação dos terrenos da Avenida Paulista[151], de Higienópolis[152] e também dos loteamentos da Cia. City foi definida para traduzir os interesses do mercado imobiliário. No caso da Cia. City, o "zoneamento particular" definiu as regras de ocupação já nos contratos de venda dos lotes, determinando o uso estritamente residencial, ocupação mínima e máxima das construções e os recuos obrigatórios com relação às ruas e aos lotes lindeiros.[153] Essas condições não impediram, no entanto, que a tranquilidade e a exclusividade desses bairros fossem simultaneamente entremeadas pela diversidade e agitação dos estabelecimentos comerciais e das residências para famílias de vários grupos sociais, principalmente ao longo de seu perímetro externo – nas vias principais de circulação, como a rua da Consolação e a Rua Augusta. [154]

[150] FELDMAN, 2005, p. 134.
[151] Lei nº 111 de 1894, que regulamentou o sistema de edificações na Avenida Paulista, adotando recuos mínimos de 10 metros de frente e de 2 metros para ambos os lados do lote (NERY Jr., 2005, p. 182).
[152] Lei nº 355 de 1898, que dispôs sobre recuo frontal de 6 metros e recuos laterais de 2 metros nas avenidas Higienópolis e Angélica e mais tarde a Lei nº 1.001 de 1907, que estabeleceu recuo frontal de 6 metros para lotes, em trecho de prolongamento da Avenida Angélica (NERY Jr., ibid., p. 182).
[153] NERY Jr., ibid., p. 175.
[154] A pesquisa na Série de Obras Particulares, revelou que os pedidos para instalação de residências, casas de operário, cocheiras e depósitos para materiais para construção, bastante frequentes na Rua da Consolação até os anos 1910, foram aos poucos substituídos por pedidos para abertura de confeitaria, açougue, padaria, bomba de gasolina, teatros e cinemas e outras atividades comerciais de pequeno e médio porte.





Figura 23: Planta da Cidade de São Paulo Levantada e Organizada pela 7a Secção da Diretoria de Obras e Viação, sendo prefeito Dr. José Pires do Rio. Diretor de obras o Eng. Arthur Saboya, 1929.

A elaboração da planta sob coordenação do engenheiro Arthur Saboya, então diretor de obras da cidade, foi publicada em 1929.[155] Planejado como um conjunto de plantas que pretendia abarcar toda área do município e servir como complemento à implementação e controle do novo Código de Obras, somente as quatro folhas que incluíam a área mais central da cidade foram publicadas.

[155] A folha 1 deste mapa foi a base para o Plano de Avenidas de Prestes Maia de 1929 (KUVASNEY, p. 437).

Na primeira destas folhas, vemos um trecho da Rua Augusta localizado entre os bairros da Consolação e Bela Vista. Esta foi a folha utilizada como base para o desenvolvimento do Plano Prestes Maia, que designou para a Rua Augusta o papel de eixo de radiação secundário. A partir deste plano ficou estabelecida oficialmente a prioridade da movimentação eficiente dos fluxos dos veículos sobre rodas na cidade. A Augusta deveria deixar de ser uma rua para se tornar eixo de circulação, facilitando as conexões entre o centro e os bairros na direção do rio Pinheiros: rua de passagem, desaguadouro de ruas, como caracterizada pela romancista Maria de Lourdes Teixeira nos anos 1950.[156]

Desde a década de 1920, ao mesmo tempo em que os jornais apresentavam anúncios dos novos modelos de automóveis, expediam-se licenças para operação de bombas de gasolina em praticamente todas as esquinas da Rua Augusta, onde também se estabeleciam pontos de carros de passageiros (taxis). Bondes lotados, garagens, guias rebaixadas, vias pavimentadas, bombas de gasolina, autos particulares e autos para aluguel conformaram uma nova fase da Augusta, trazendo, a partir de então, a imperiosa convivência com os veículos sobre rodas. A conveniência e a modernidade representadas pelo automóvel começam a alimentar as aspirações dos grupos que frequentavam e que habitavam a Rua Augusta. Ao mesmo tempo em que seu uso se popularizava, os jornais exibiam reclamações sobre as condições do transporte público, com bondes lotados e atrasados. Os vários modos de transporte se debatem nas ruas com os pedestres, causando acidentes e atropelamentos. O "Grave Acidente na Rua Augusta" ocorrido em 1929 descreve o atropelamento de uma moça "sem identidade estabelecida", gravemente ferida ao ser "colhida pelas rodas" do auto-caminhão tanque da Standard Oil Company.[157] O motorista teria seguido "em desabalada carreira" e a moça fora internada na Santa Casa. Na cidade que se metropolizava, era possível ao motorista desaparecer sem ser apanhado, enquanto seus habitantes se tornavam incógnitos, perdiam suas identidades.

Outra grande novidade da Planta de 1929, na região que estamos estudando, é a presença do loteamento Anhangabaú, área de grande interesse para o governo municipal, de Saboya e principalmente da Cia. City. Este loteamento, cuja via central é a rua Avanhandava, foi um dos

[156] Essa caracterização da rua aparece no romance Rua Augusta, que se desenrola na passagem dos anos 1950 para os 1960. TEIXEIRA, 1962, p. 189.
[157] *Diário Nacional*, 13/07/1929, Edição 00624, p. 13.

primeiros desenvolvidos pela Cia. City, apesar de sua comercialização ter sido interrompida diversas vezes. Com 170 mil metros quadrados – parte do grande lote de glebas adquirido pela City em 1912 –, os terrenos do Anhangabaú foram lançados para venda em 1917, quando poucos terrenos foram negociados. Para o sucesso do empreendimento contava-se com a concretização do projeto de renovação do Saracura, cogitado desde 1911[158]. Ao comprar terras naquela área, a Cia. City já aliava o loteamento às melhorias proporcionadas pelo viário, no caso, a nova avenida Anhangabaú (hoje avenida Nove de Julho), apostando na substituição da ocupação indesejada dos pobres que viviam ao longo do ribeirão do Saracura.

A segunda tentativa de comercialização desse loteamento aconteceu em 1929. No entanto, com os efeitos da crise econômica daquele ano, aliados à ocupação das margens do ribeirão que continuava a mesma, não houve demanda suficiente para a franca negociação dos lotes. Ainda em 1929, o novo código de obras da cidade confirmava a abertura da Avenida Anhangabaú, mas as obras só foram terminadas na década seguinte. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o engenheiro Arthur Saboya (autor do novo Código de Obras), refletia sobre seus planos para controlar o trânsito na cidade e "desafogar certas ruas que, estreitas e já quasi tomadas pelos bondes", em situação mais agravante do que encontrado nas "grandes cidades americanas". Na entrevista, Saboya continuava afirmando que seria necessário encontrar um caminho alternativo entre o centro e os novos bairros, referindo-se aos problemas do tráfego nas ruas da Consolação, Augusta e Luiz Antônio. O plano, como já dito, era acima de tudo melhorar os fluxos e permitir o avanço da cidade. O caminho alternativo para sanar o problema do trânsito "estava naturalmente indicado pelo valle do Anhangabahu e do Saracura, que alli permaneciam no mais lastimável abandono, apenas semeados aqui e alli de casebres humílimos, onde vegetavam gentes paupérrimas, ás mais das vezes corroídas de enfermidades varias". O problema de São Paulo seria, segundo o Dr. Saboya, a falta de colaboração dos proprietários que, por "ambição do lucro", lutavam contra a desapropriação de suas terras, buscando enriquecer com "a idea da realização de um velho projecto de passeio á Europa.... [...] Elles são os inimigos naturaes da cidade, os inimigos do seu bairro, os inimigos dos seus próprios interesses!"[159] Para os pequenos proprietários

[158] Segundo Arthur Saboya, no relatório da Secretaria da Agricultura de 1910-11 já se "veria até uma fotografia parcial do projeto com os seguintes dizeres: 'Projecto de transformação do valle do Anhangabahu' em Avenida central, podendo estender-se da Avenida Tiradentes á Avenida Paulista" (*O Estado de S. Paulo*, 23/06/1929, p. 8).
[159] Ibid.

e seus inquilinos que habitavam a região, o projeto representava indesejável desalojamento e mudança.

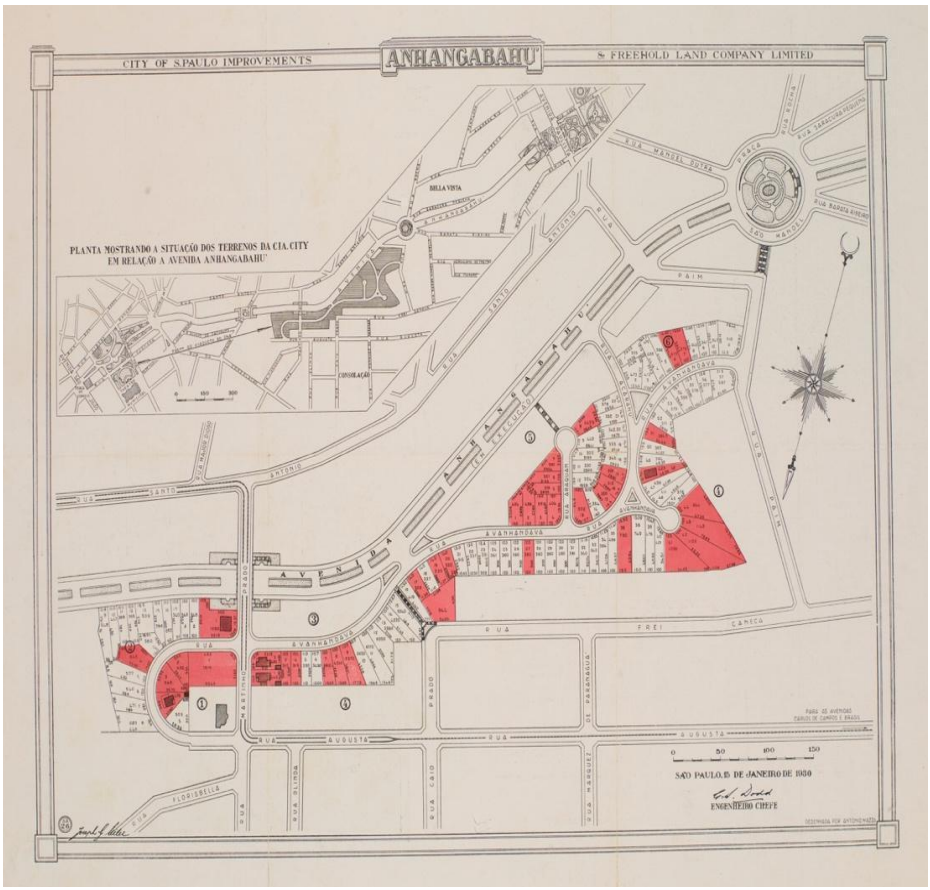


Figura 24: Loteamento Anhangabahu indicando as parcelas vendidas até a data de publicação do mapa pela Cia City, 1930. Coleção João Baptista Campos Aguirra – Museu Paulista, USP.

Com as obras da avenida Anhangabaú iniciadas e as novas aquisições de terra em 1930, a Cia. City relançou a comercialização do loteamento. Para se ter uma ideia dos imóveis construídos ali, apelamos para os anúncios de jornal, onde são descritas as casas do loteamento. Na Avanhandava vendia-se na década de 1930, um "magnífico palacete, situado a 800 metros da cidade, em zonas de finas residências". Os imóveis a venda incluíam salas de bilhar, biblioteca, garagem, quartos para empregados e também para o *chauffer*. Assim, com a abertura da avenida, a vizinhança se transformou e o loteamento foi ocupado em poucos anos por proprietários dos setores médios mais abastados.

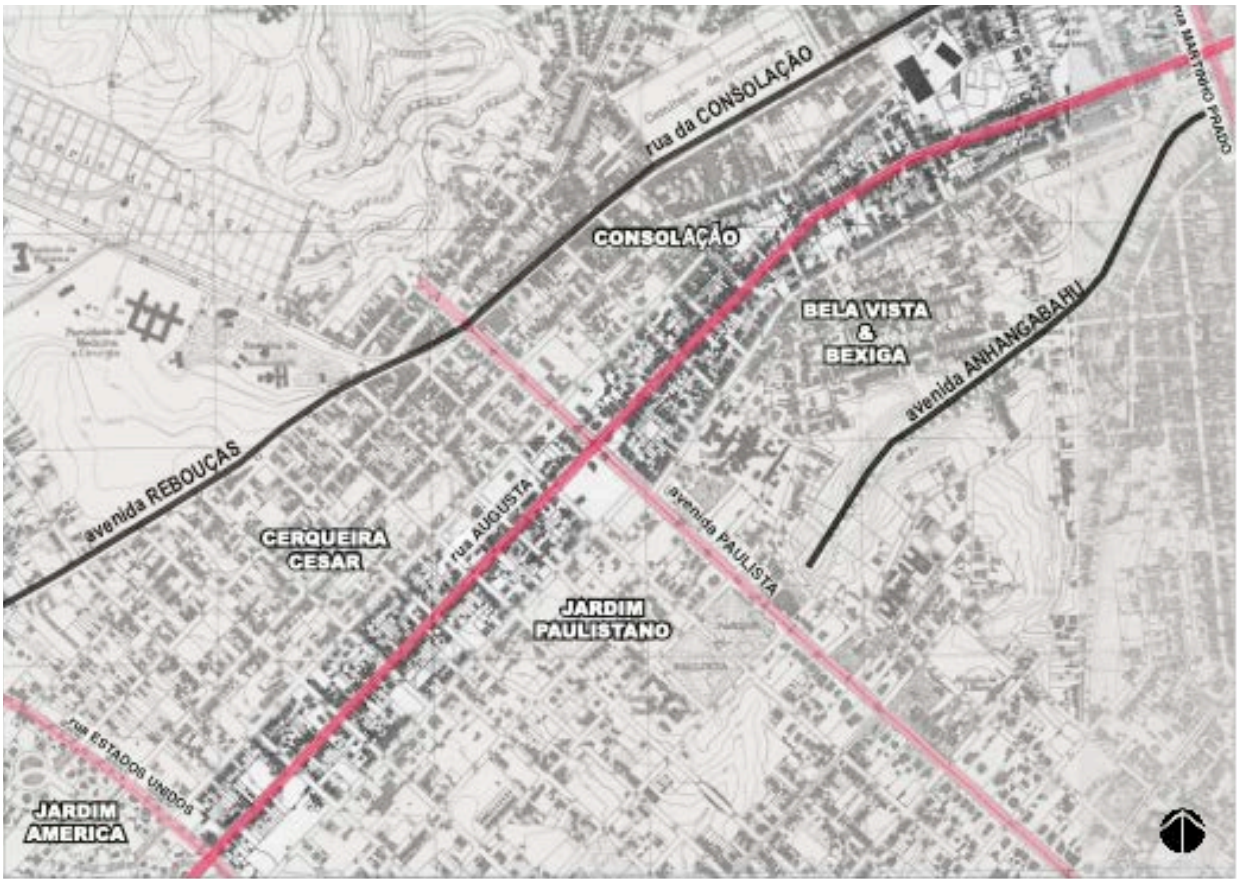


Figura 25: A Rua Augusta em excerto do Mapa Topográfico do Município de São Paulo, executado pela Empresa Sara Brasil para o prefeito João Pires do Rio, 1930.

O mapa Sara Brasil publicado em 1930 foi desenvolvido com imagens aéreas registradas entre 1928 e 1933 pela empresa italiana Societá Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici (SARA). Este mapeamento representou um marco na cartografia de São Paulo, pois a partir de então as plantas da cidade passaram a ser elaboradas a partir da fotografia aérea, produzindo uma cartografia mais completa dos arruamentos e das construções existentes e acelerando bastante sua produção.[160] Este mapeamento foi utilizado para a implementação do Plano de Avenidas de Prestes Maia. O Plano, produto de uma concepção urbanística para a cidade que estabelecia um sistema de avenidas concêntricas, foi esboçado desde 1924, mas só implementado na década de 1940. Como premissa estava a valorização do transporte sobre rodas como meio primário de circulação, tendo como primazia a ampliação da malha viária e o aumento da velocidade e dos fluxos por toda a cidade. O crescimento da zona oeste nos anos 1940, foi caracterizado pela

[160] Com este projeto São Paulo tornou-se a primeira cidade no mundo a produzir uma carta com tal nível de detalhamento em escala cartográfica na dimensão 1:1.000.

ampliação e diferenciação do comércio, pela abertura e ampliação das instituições de saúde e educacionais e pela diversificação das atividades de lazer na região. Os terrenos da antiga Villa America e Villa Nova Tupy foram valorizados, estimulando a intensificação no uso do lote e a verticalização.

> Edifícios residenciais se disseminam por inúmeros bairros, com uma tendência clara de expansão no setor sudoeste. Nos anos de 1940, não apenas o Jardim América, como também os demais bairros jardim implantados – Jardim Europa, Jardim Paulistano, Pacaembu, Alto da Lapa atingem preços equivalentes aos de terrenos localizados em bairros em processo de verticalização, como Higienópolis e Perdizes. Assim, o setor sudoeste é foco de duplo processo de valorização: via verticalização e via bairros jardim.[161]

Ainda seguindo a premissa do Plano em proteger os bairros onde vivia a população mais abastada da cidade, a avenida Paulista foi zoneada como "estritamente residencial" durante a década de 1930, restrição de uso que foi anulada somente em 1952, quando a avenida passou a permitir também o uso institucional e de serviços. A partir da década de 1950 e principalmente durante as duas décadas subsequentes, a avenida Paulista se verticalizou, inicialmente com edifícios residenciais. Nas décadas seguintes surgiram os edifícios de uso misto e aqueles construídos para uso exclusivamente comercial. As ruas próximas à Paulista sofreram intenso processo de verticalização, com exceção de algumas vias, como a Rua Augusta, que manteve seu estoque imobiliário com baixa densidade e bastante horizontal, ainda por décadas. Muitos dos prédios remanescentes ou recentemente demolidos ao longo desta rua são ainda os mesmos construídos entre os anos 1910 e 1930/1940, ainda que intensamente modificados e subdivididos para acomodar as – sempre presentes – funções comercial e residencial no mesmo lote.

Concluindo, em 1930 a Rua Augusta já estava consolidada como uma das principais vias de comunicação entre o centro e os novos bairros que se formavam em direção ao rio Pinheiros. Os motoristas enfrentavam diariamente congestionamentos causados pelo aumento do trânsito e pela confusão gerada pelos vários meios de transporte que dividiam o mesmo leito: bondes, automóveis, carroças e pedestres. Na extremidade da Augusta, o estrangulamento de sua conexão indireta com o centro foi resolvido com seu prolongamento em 1936 pela atual rua Martins Fontes.

[161] FELDMAN, 2005, p. 146.

Durante todo este período, o comércio ao longo da Augusta - primariamente local - abastecia apenas as vizinhanças com seus estabelecimentos conjugados à habitação. Esta característica se manteve ainda por muito tempo, até o início da construção de prédios projetados para uso exclusivo do comércio e serviços em meados da década de 1940. Os primeiros edifícios verticais tiveram poucos pavimentos (de três a seis em geral), eram residenciais, alguns com comércio no térreo, outros com estacionamento. Edifícios como o de Nicolau Schiesser (Figura 26) eram entremeados pelos sobrados, por alguns poucos casarões remanescentes, pelas antigas casinhas com comércio justaposto, e pelos primeiros cinemas que então se inauguram na Augusta. O primeiro deles foi o Cine Paulista, aberto em 1934 na mesma esquina do armazém Santa Luzia, que desde 1926 atendia a freguesia do bairro Villa America e vizinhanças. Os armazéns, quitandas, açougues, doceiras, sorveterias, e toda a sorte de pequeno comércio ainda povoaram as quadras da Rua Augusta, de cima a baixo por várias décadas.



Figura 26: Edifício Nicolau Schiesser na Rua Augusta, projetado em 1933 pelo arquiteto Rino Levi. Ao fundo, sobrados e casarões remanescentes dos anos 1910 e 1920. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-176625/edificio-de-rino-levi-na-rua-augusta

III. AS TIPOLOGIAS

III.1 OCUPAÇÃO DA RUA AUGUSTA

Em Urbanidades Invisíveis, Carlos Fortuna argumenta a favor de "resguardar a biografia sociopolítica dos lugares, das ruas e praças da cidade", em uma urbanidade mais "porosa", passível de se ajustar às fragmentações inerentes à vida nas cidades. Assim, seria necessário "desaprender a cidade formal" para compreender os fragmentos que compõem a urbanidade. E isso exige "caminhar e parar", para permitir "penetrar lentamente no interior dos lugares onde se forjam criativas aproximações e interações sociais".[162] Nossa proposta aqui é essa mesma, caminhar pelas ladeiras e parar para ver a Rua Augusta em formação, lote a lote, casa a casa.

Para tanto, paralelamente à análise dos mapas, buscamos contrapor os projetos encontrados na Série de Obras Particulares com endereço na Rua Augusta apresentados à Prefeitura para aprovação entre os anos 1893 até 1928, nos quais identificamos também o uso do imóvel, quando declarado pelo proprietário ou construtor.[163] Na análise dos projetos ao longo deste capítulo, adotamos os seis tipos de edificações mais prevalentes para compreender a ocupação das áreas de estudo. Não incluímos aqui edifícios excepcionais como o da Fábrica de Calçados Melillo ou do Colégio Des Oiseaux, que foram únicos. A proposta é tensionar as questões levantadas pela análise da cartografia, que tratou da ocupação da rua em duas dimensões, com uma terceira dimensão proporcionada pelos edifícios que compuseram a paisagem da rua. As edificações foram classificadas de acordo com sua composição formal, o que implicou em um certo tamanho, uma forma de inserção no lote e em características comuns na distribuição dos cômodos. Essa classificação tem o objetivo de revelar como a rua se fazia, buscando qualificar suas vizinhanças e as construções que, com seus ocupantes, formaram os diferentes *lugares*.

A classificação é apresentada através de uma seleção de projetos que exemplificam as características mais marcantes de cada tipo. Iniciaremos com um mapeamento das áreas aproximadas onde uma ou outra tipologia foi prevalente durante cada um dos períodos abordados por este trabalho. Nestes mapas estão indicadas também as atividades declaradas pelos seus

[162] FORTUNA, 2019, p. 142 e 146.

[163] Os projetos fazem parte da Série de Obras Particulares, depositados no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. No caso de dúvida, inferimos o uso do imóvel em avaliação do projeto.

proprietários ao submeter os projetos para a Prefeitura. Os mapas completos, com as atividades assinaladas lote a lote estão incluídos nos Anexos ao final deste volume. O mapeamento foi produzido utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG), a partir de tabelas que listam os projetos por ordem cronológica, identificando o proprietário, o requerente, o profissional responsável (quando possível sua identificação), o endereço original e alguns detalhes mais específicos de cada imóvel. Com relação às atividades desenvolvidas em cada prédio, ressaltamos que em muitos casos estas foram diferentes daquelas declaradas no projeto. Ao cruzar o uso professado no processo de aprovação com informações encontradas nos Lançamentos da Indústria e Comércio para a Rua Augusta e em artigos de jornal, verificamos que muitos prédios aprovados para o uso residencial foram utilizados também para atividades comerciais.[164] Portanto, muitos dos imóveis mapeados como residenciais nos mapas a seguir podem ter sido utilizados para o comércio, para prestação de serviços e para outras atividades.

ID ORIGINAL	ARMAZÉM	USO	PESSOA 1	IDENTIFICAÇÃO PESSOA 1	PESSOA 2	IDENTIFICAÇÃO PESSOA 2	NOME ESTABELECIMENTO	CLASSIFICAÇÃO USO	ANO	ATIVIDADE	LOGRADOURO	NÚMERO ORIGINAL	NÚMERO ATUAL	LOCALIZAÇÃO	ASSUNTO	FONTE	DATA PESQUISA	Observações	PROJETO PESQUISA
		1898																	
1		Uso misto	José Antonio Pires	Proprietário;Construtor / arquiteto / engenheiro	José Antonio Pires	Construtor / arquiteto / engenheiro		residencial; comércio	1898	residencial com padaria	Augusta	61	615	entre M. Paranaguá e Ant. Queirós	obra nova e reforma	Série de obras particulares	setembro/2021	planta para forno de padaria nos fundos do lote	Tese Doutorado Rua Augusta
2		Residencial	Oscar Erheim	Proprietário				Residencial	1898	Residencial	Augusta	116	1559	esquina com rua José Coelho Pamplona (=Luis Coelho)	Obra nova	Série de obras particulares	abril/2019	Projeto e requerimento casa térrea e casa acessória	Tese Doutorado Rua Augusta
345		Residencial	Angelo Lodigiani	proprietário				residencial	1897	residencial	Augusta	134	1198		reforma	Série de obras particulares	setembro/2021	requerimento e projeto de quarto para lenha nos fundos	Tese Doutorado Rua Augusta
346		Residencial	Angelo Lodigiani	proprietário				residencial	1898	residencial	Augusta	134A	1198	esquina com a rua Fernando de Albuquerque	obra nova	Série de obras particulares	setembro/2021	requerimento e plantas para construir casa de operário ao lado	Tese Doutorado Rua Augusta
3		Uso misto	Carlos Giaccheri	Proprietário	Pedro Petretti	Construtor / arquiteto / engenheiro		Residencial;Comercio	1898	Armazém	Augusta	135	1121		Obra nova	Série de obras particulares	abril/2019	Processo e plantas	Tese Doutorado Rua Augusta
347		Residencial	Joaquim Dante Ferreira Lopes	proprietário	Adolfo Rodrigues	Construtor / arquiteto / engenheiro		residencial	1898	residencial	Augusta	138, 140, 142, 144, 146	1346	esquina com a rua Santa Cruz	obra nova	Série de obras particulares	setembro/2022	processo e planta para construir 5 casas geminadas	Tese Doutorado Rua Augusta
4		Residencial	Serafim Cantolanese	Proprietário;Construtor / arquiteto / engenheiro	Serafim Cantolanese	Construtor / arquiteto / engenheiro		Residencial	1898	Residencial	Augusta	145	1129	entre P. Gomide e Matias Aires	Obra nova e reforma	Série de obras particulares	abril/2019	Processo e plantas	Tese Doutorado Rua Augusta
348		Uso misto	Francisco Montagna	proprietário				residencial; comércio	1898	residencial com armazém	Augusta	149	1255		obra nova	Série de obras particulares	setembro/2021	processo e planta para casa térrea com armazém	Tese Doutorado Rua Augusta
5		Residencial	José Coelho Pamplona	Proprietário	Oscar Volheimschmidt	construtor		Residencial	1898	Residencial	Augusta	151	1239	entre P. Gomide e Matias Aires	Obra nova	Série de obras particulares	abril/2019	Processo e plantas	Tese Doutorado Rua Augusta
349														Santa Cruz, atual					

Tabela 1: Pormenor da tabela desenvolvida pela pesquisa, indicando proprietário, construtor, classificação por uso (quando indicado), data do processo, endereço e correspondência atual para numeração e outros detalhes sobre o documento, 1893-1930 SOP, AHM-SP.

[164] A tabela completa elaborada com os processos SOP (AHM-SP), de 1893 a 1930, não estão incluídas neste volume por sua extensão. A tabela de Lançamentos da Indústria e do Comércio (AHM-SP), com os usos efetivos de cada imóvel da Rua Augusta, estão disponíveis nos Anexos ao final do caderno. A saber, tivemos acesso aos registros dos anos 1915, 1918, 1920 1923, 1926, 1927, 1929 e 1934.

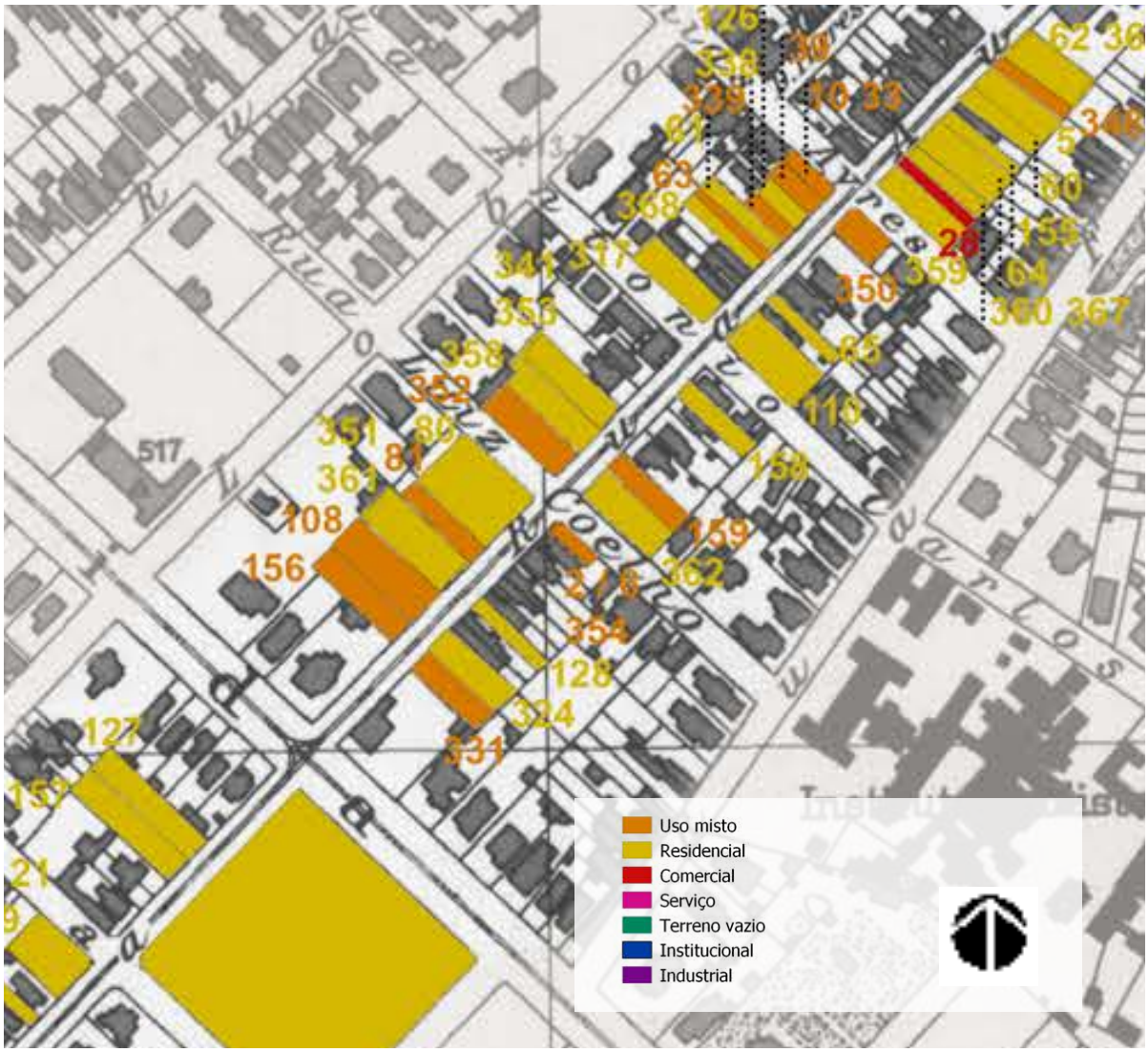


Figura 27: Pormenor de um dos mapas desenvolvidos pela pesquisa, indicando por período os projetos submetidos para aprovação, sua localização e o uso de cada imóvel.

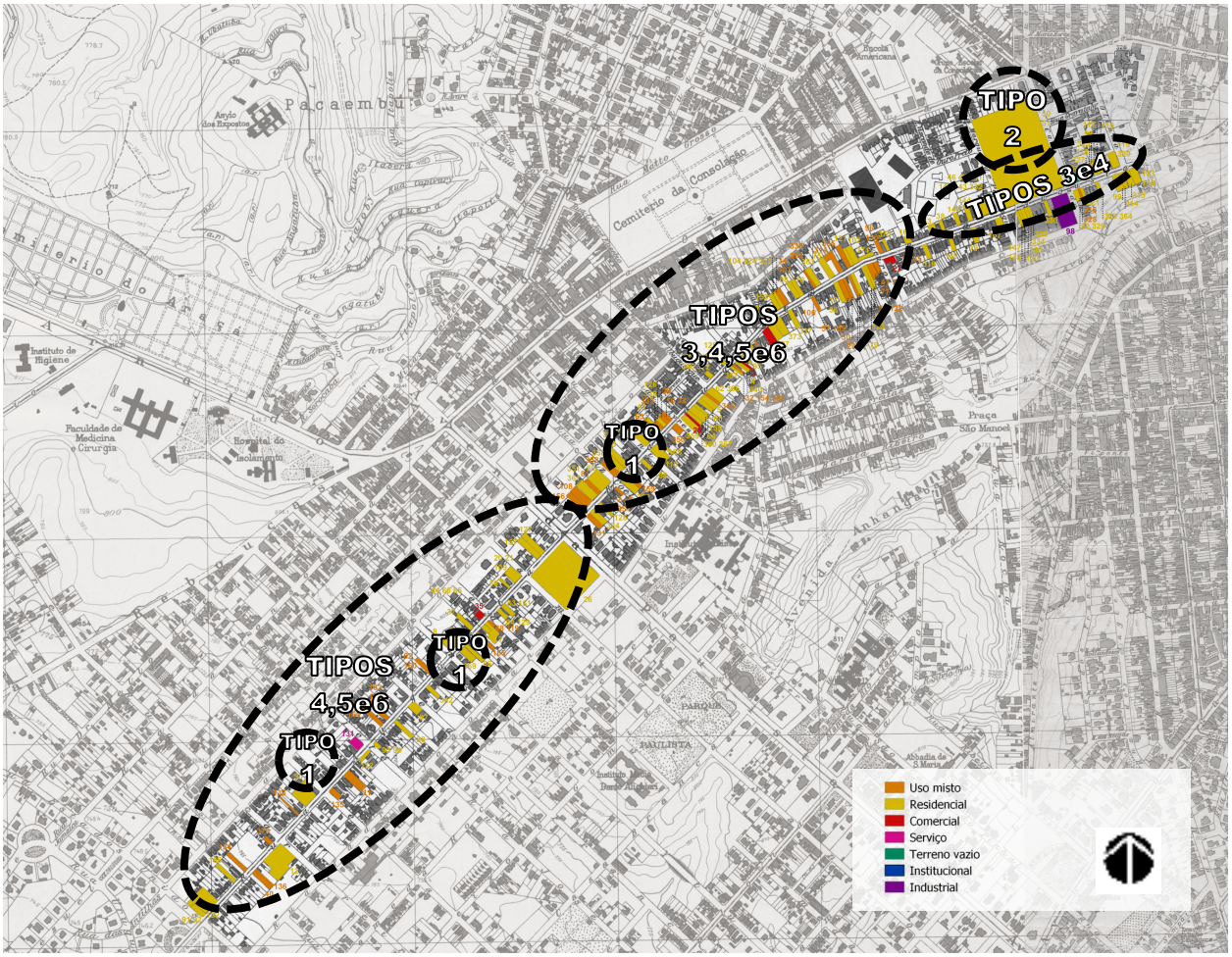


Figura 28: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o primeiro período 1893 – 1912, com os usos indicados no processo. Série de Obras Particulares, AHM-SP.

Entre os anos de 1893 e 1912, as pequenas casas de porta e janela com dois ou três cômodos, dominaram a paisagem da Rua Augusta. Ainda assim, em torno dos anos 1905 e 1910, muitas dessas casinhas já haviam recebido adições e reformas, incluindo mais cômodos, reformando as cozinhas, adicionando cocheiras, relocando os fornos, as oficinas e as latrinas. Todas as casas apresentavam porão com aberturas para a rua: as casas menores se construíam com porão baixo e as maiores com porão alto. Os requerimentos para as pequenas casas raramente incluíam projeto das fachadas, apenas as plantas e um corte. Para os prédios de esquina, como exigido pelo Código de 1886, havia a indicação dos detalhes da platibanda, da porta de entrada e por vezes, eram

incluídos também os detalhes das janelas, dos portões e cercas. [165] Durante este período vigorou o Código de Obras de 1886, que estabelecia os requisitos para os prédios a serem construídos dentro da "cidade" ou no "perímetro do comércio". Assim, até a promulgação de nova lei, em 1912, a Augusta construiu seus lotes com recuos, que, ainda segundo Código, deveriam manter uma distância não inferior a 4m da calçada. Como muitos dos projetos apresentados nos primeiros anos não incluíram o desenho completo do terreno e da implantação do prédio, não podemos confirmar qual porcentagem dos lotes seguiram uma ou outra implantação, com ou sem recuos.

Alguns dos prédios mais conhecidos da história da Rua Augusta foram construídos no início deste período, entre os anos de 1901 e 1902: A Villa Uchôa, na esquina da Augusta com a rua Caio Prado e a Villa Sabino na esquina com a avenida Paulista. Alguns anos mais tarde, em 1910, foi construído logo em frente ao Colégio Des Oiseaux, um grande edifício industrial para abrigar a fábrica de calçados Melillo. Este edifício teve grande importância na história da Augusta e de seus moradores, trazendo emprego para a região em seus dez anos de funcionamento, além dos efeitos indiretos de sua presença na rua. Os trabalhadores da fábrica moravam nas redondezas e utilizavam-se dos pequenos armazéns e botequins das proximidades, habitavam as pensões e jogavam futebol nos campos da região. Com o crescimento na ocupação da área e a expansão do Des Oiseaux, os operários eram acusados de trazer conflitos para a vizinhança ao se reunir nos botequins ou viajar nos bondes sem pagamento. Voltaremos a falar destes três edifícios, de seus proprietários, usuários e moradores nos próximos capítulos.

Também nesta região (entre as ruas Martinho Prado e Caio Prado), surgem a partir de 1910, alguns sobrados. Os primeiros resultaram da construção de um segundo pavimento sobre o edifício já existente. Tanto os sobrados como as casas térreas comunicavam-se com a rua quase sempre por um portão lateral, que levava a um longo corredor e uma escada, localizada ao lado ou na frente do prédio, dependendo do tamanho do lote. Pela escada subiam-se alguns degraus para entrar pela sala. Não foi incomum o patamar da escada coincidir com uma varanda externa (por vezes coberta) que poderia ou não permitir acesso a outros cômodos e aos fundos do lote, sem necessidade de se passar por dentro da casa para atingir o quintal. Internamente, a distribuição

[165] "Todas as construções que se fizerem em canto de rua ou de praça, deverão ter os mesmos cortados em ângulo de 45 graus, ou disposto em curva simétrica. [...] o vão será sempre preenchido por janela, porta ou outros motivos decorativos" (*Código de Obras de São Paulo*, 1886, p. VI).

dos cômodos dependia da largura do lote. Nas casas menores, a passagem era feita por entre os cômodos; em outros casos, a sala de jantar, situada no centro da casa, fazia a distribuição para os quartos internos. Nas casas maiores, a distribuição era quase sempre feita por um corredor central para onde todos os aposentos abriam suas portas. Nesse tempo, os fundos dos lotes ainda eram deixados livres de construção, pois ali desempenhavam-se diversas atividades complementares à moradia. Já dizia Carlos Lemos que nesta época,

> [...] o valor do quintal era grande, onde se pudesse criar galinhas, pois não era todo dia que se podia comprar ovos ou um franguinho de jeito. Quintal para os canteiros de cheiro verde, de verduras frescas, para os limoeiros e abacateiros. Quintal dos telheiros para lenha cortada, ainda comprada de sitiante, que semanalmente comparecia, às vezes trazendo, também, algum mantimento além do combustível.[166]

Nos quintais ficavam as cocheiras, o galinheiro, um forno para assados, o tanque, um telheiro para algum trabalho, sempre ligados às zonas de serviço da casa, banheiro e a cozinha e o quarto da criada quando havia. Os prédios construídos com espaço exclusivo para o comércio estavam presentes, mas se tornaram mais prevalentes no período seguinte, a partir de 1912. Os imóveis que apresentaram espaço para a atividade comercial indicaram em planta ou em requerimento o uso para loja, armazém, padaria e açougue, sempre com o uso residencial justaposto no mesmo prédio. Ainda durante este período encontramos algumas propriedades que mantiveram características semi-rurais, perfazendo o tipo que chamamos aqui de "pequenas chácaras urbanas". Indicadas pontualmente na Figura 29, acima, estas propriedades variavam de tamanho, em geral equivalente a três ou quatro lotes urbanos, com 40 a 60 metros de frente e 50 a 120 metros de profundidade. A identificação destas foi possível através dos pedidos para a construção de edifícios acessórios, como pequenas casinhas, cocheiras, galinheiro, pomar e algum barracão para serviços.

Não foi possível confirmar a hipótese de que os proprietários teriam sido os próprios construtores do imóvel, apesar dos projetos serem bastante simples, assim como as próprias casas. Nos primeiros anos (1893 a 1909), quem assinava os requerimentos eram, em geral, os proprietários, sem indicar quem de fato seria o construtor do edifício.

[166] LEMOS, 1976, p. 152-153.

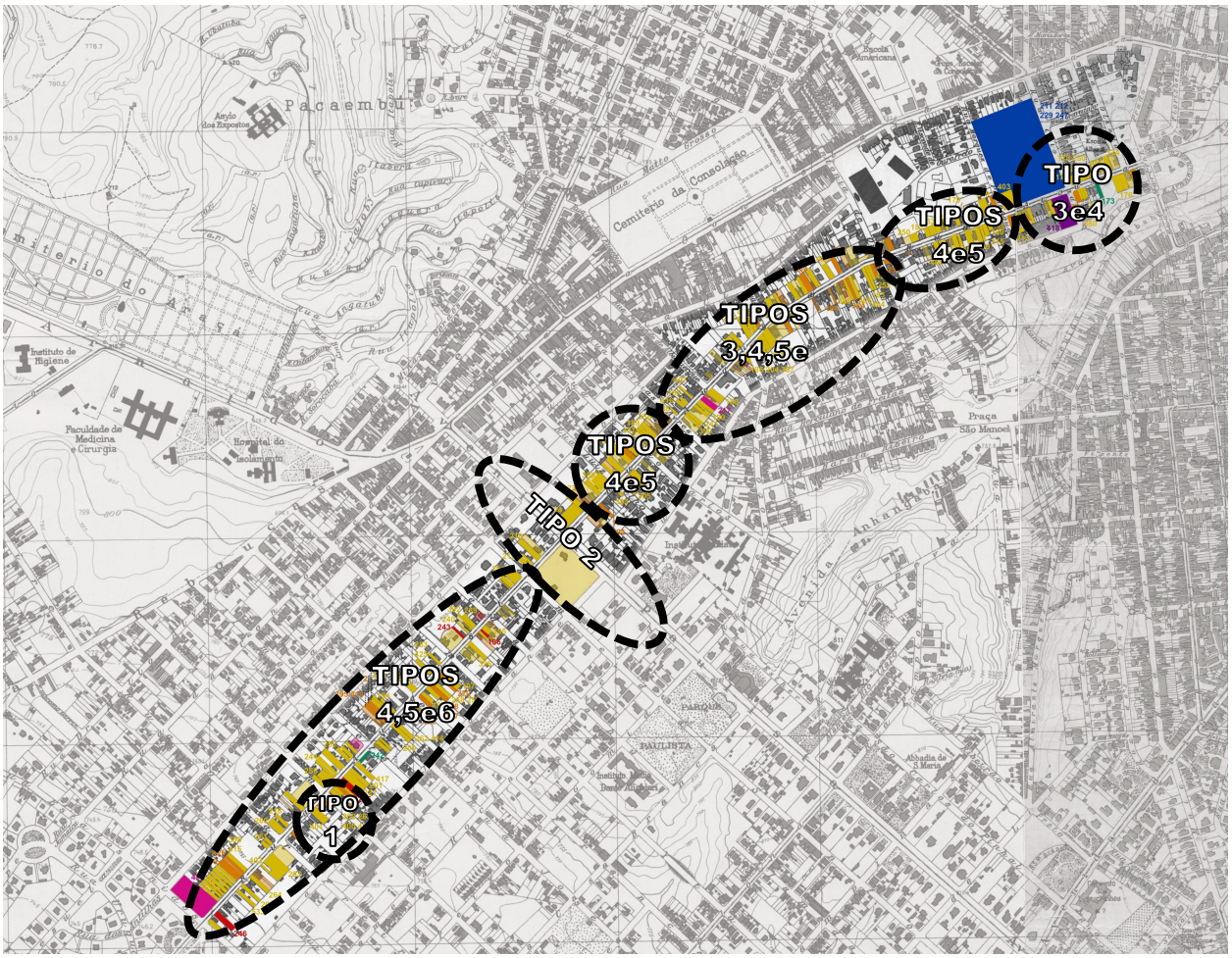


Figura 29: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o segundo período 1912 – 1922, com os usos indicados no processo. Série de Obras Particulares, AHM-SP.

Em 1912, boa parte dos lotes ao longo da Rua Augusta já possuíam algum tipo de ocupação, principalmente no segmento mais próximo a Higienópolis. O período entre os anos 1913 e 1922 parece ter sido um período de transição das tipologias edilícias na rua, pois encontramos todos os diferentes tipos de imóvel sendo construídos quase ao mesmo tempo. Nos primeiros anos deste período ainda se construíam primariamente casas térreas, a essa altura praticamente todas geminadas. Os novos projetos passam a ser assinados por um profissional: construtor, engenheiro ou arquiteto.[167] As casas de todos os tipos apresentavam porão, alguns utilizados para armazenamento, outros para demais atividades. As plantas indicam que muitos destes porões

[167] Durante este período – especificamente nos anos 1917 e 1918 – todos os imóveis da Rua Augusta foram compelidos a providenciar o alinhamento, a colocação de cercas e muros, para aqueles que ainda não o tinham feito em suas propriedades.

foram habitados por empregados e utilizados como oficina ou espaço de trabalho para alguma atividade comercial ou fabril que se fazia na propriedade.

Entre 1912 e 1913, novas casas e sobrados foram construídos nas duas quadras iniciais da Rua Augusta, na região mais próxima ao centro da cidade.[168] O ano de 1912 parece ter sido um marco, com novos edifícios em cada lote ainda desocupado nas primeiras quadras da Augusta. Diferente do restante da rua, os terrenos desta área remanescente das terras da Chácara de Dona Veridiana foram ocupados por residências mais luxuosas, em lotes que não foram subdivididos como aqueles na subida da ladeira. Os sobrados espaçosos, construídos com recuos, jardim fronteiriço e com porão alto eram projetados por arquitetos e engenheiros de renome. A decoração eclética, com gradil e portões de ferro em motivos florais e muros baixos caracterizou estes novos edifícios. A distribuição interna dos sobrados indicava ainda a circulação feita por um corredor central ou lateral, com entrada por um vestíbulo, de onde se poderia acessar o escritório ou gabinete, que estava presente em muitas destas novas residências. O vestíbulo permitia também o acesso à sala de estar. Na área intermediária localizava-se a sala de jantar, com a copa (as vezes denominada varanda) funcionando como espaço de transição entre a área ocupada pela família e área onde trabalhavam os criados. A seguir, a cozinha, despensa, às vezes um quarto para os empregados e uma escada acessando o quintal. O banheiro localizava-se em posições diferentes em cada projeto, mas em geral encontramos um banheiro em cada piso.

A partir de 1920, os sobrados começam a aparecer também nas outras quadras da Rua Augusta. Na região mais próxima ao Jardim América, construíram-se sobrados similares àqueles que se fizeram nas primeiras quadras da Augusta desde 1910: espaçosos e com decoração inspirada nos palacetes de outros bairros da cidade. A novidade deste período foi que, ao invés das cocheiras, os sobrados passaram a incluir invariavelmente uma cobertura ou garagem para as carroças, e, mais tarde nas casas dos setores médios, o automóvel. Os sobrados construídos nos anos 1920 ao longo do restante da rua – excetuando-se as quadras próximas à avenida Paulista, as primeiras e as últimas quadras – eram menores, muitas vezes geminados ou construídos "em grupo", e nem

[168] Interessante notar que o primeiro sobrado construído na Rua Augusta data do ano de 1898. A casa começara com apenas um andar, mas Serafim Cantalese decidiu alguns meses depois adicionar um segundo piso, onde alocou mais quatro cômodos. (Série de Obras Particulares, 1898, AHM-SP)

sempre incluíam garagens. Entre aqueles construídos em grupo, o espaço para o comércio localizava-se no piso térreo, frequentemente nas esquinas.

Entremeados nessa ocupação (construída oficialmente para o uso residencial) haviam os armazéns, as lojas, os açougues, as padarias, os alfaiates, as confeitarias e barbearias. Sempre com as portas abertas para a calçada, em plantas bastante similares, os projetos que solicitavam a construção de espaço para a atividade comercial tinham suas plantas organizadas quase sempre por um corredor lateral que permitia o acesso à residência localizada nos fundos e ao pátio.[169] Galpões e barracões nos fundos dos lotes acomodavam outras atividades comerciais, como fornos para padaria e torrefação do café, tanques para lavanderia, quartos para engomar e oficinas de carpintaria e marcenaria.

[169] Notamos certa hierarquia entre os diferentes tipos de espaço comercial. Nos parece que os açougues da Rua Augusta tiveram decoração mais sofisticada do que os outros edifícios comerciais, sempre com portões de ferro ornamentados e algum desenho ou inscrição no frontão.



Figura 30: Mapa dos projetos submetidos para aprovação durante o terceiro período 1923 – 1929, com os usos indicados no processo. Série de Obras Particulares, AHM-SP.

No início deste período, a Rua Augusta já tinha praticamente todos os seus lotes ocupados. Em torno da rua Colômbia, sua continuação, construíam-se as casas espaçosas, soltas no lote, que caracterizaram o Jardim América. Continuando na direção Sul, Manoel Garcia preparava suas terras em torno da avenida Europa, inaugurando em breve a comercialização de seu Jardim Europa (a partir de 1922). As pequenas casas que ocupavam até então o ultimo trecho da Augusta foram demolidas, reformadas e substituídas por novas e maiores construções, à semelhança daquelas que se via no Jardim América, mas em lotes menores.

Durante a década de 1920, encontramos pedidos para reforma, que intencionavam ampliar a planta, adicionar varandas, terraços, novos cômodos, garagens e dependências de serviço nos fundos dos lotes. Durante este período, os novos sobrados geminados - de diversos tamanhos -

passaram a incluir invariavelmente espaço para o automóvel, que ainda era considerado como artigo de luxo para os setores médios, que nem sempre faziam uso diário desse meio. Os percursos rotineiros eram com frequência feitos de bonde ou a pé, reservando as saídas de automóvel para o chefe da família ou para ocasiões especiais.

As novas casas foram construídas com porões baixos, mas recuos que variaram: para aqueles prédios construídos nas proximidades do centro, este era o espaço para os pequenos jardins. As quadras ao Sul da Avenida Paulista e as últimas quadras da Augusta, próximas ao Jardim América, também acompanharam este tipo de implantação e mantiveram os recuos frontais, com jardins entre as calçadas e os prédios. Os espaços livres diminuíram com o tempo, dando espaço para o automóvel (no recuo e ao fundo do lote) e para as edículas (nos fundos do lote).

Nas casas localizadas nos "miolos" da Rua Augusta (entre as ruas Dona Antônia de Queirós e rua Antônio Carlos, e entre a alameda Franca e a rua Estados Unidos), a ocupação foi muito mais misturada. Os acanhados armazéns ganharam altos portões que se abriam para as ruas, acomodando espaços maiores. Outros tipos de comércio passaram a ocupar os aposentos que davam frente para a rua: açougues, padarias, leiterias, lojas de tecidos e armarinhos e confeitarias.[170] Em construções mais modestas funcionavam os botequins, as frutarias, os cabeleireiros, as sapatarias, e outros comércios. Nas esquinas instalaram-se bombas para gasolina, quiosques de loteria e pontos para autos de aluguel. Também nestes trechos de "miolo" foram inauguradas pequenas confecções para chapéus, ternos e roupas em geral. Médicos, dentistas e advogados deixavam seus escritórios no centro da cidade, passando a escolher a Rua Augusta como seu endereço profissional, encomendando letreiros para afixar às fachadas. Outros adicionavam a residência como um segundo endereço para o atendimento profissional.

Assim foi se conformando a Rua Augusta, que, vista de cima, constituía dois tipos de ocupação residencial: os trechos ancorando a rua com construções mais espaçosas nas duas extremidades e em seu cruzamento com a avenida Paulista, e os outros trechos em seu "miolo", com ocupação mais densa em lotes e edifícios de tamanhos variados. Nenhum destes trechos foi, no entanto, definido somente por seu uso residencial, pois a moradia e as atividades comerciais estiveram

[170] As sorveterias eram adicionadas a outros tipos de comércio e não existiam na Rua Augusta como negócio independente. Tipicamente se associavam aos armazéns de secos e molhados e às padarias e confeitarias.

sempre mescladas, justapostas e intercaladas umas com as outras. Os usos não residenciais foram responsáveis por levar as pessoas para a rua: aquelas que viviam na própria Augusta e aquelas que vinham das vizinhanças e em outros bairros para trabalhar em seu comércio diverso, em suas fábricas e estudar em uma das suas escolas. Nesta época, os moradores ainda transitavam entre os quintais, os corredores, as calçadas e a rua, espaços que se interligavam sem muitas barreiras. Já no final deste periodo os terrenos foram murados, as cercas se tornaram mais altas e a liberdade de trânsito entre os espaços públicos e privados se transforma. Os pobres, italianos, açorianos e portugueses, os negros, os aristocratas brasileiros e estrangeiros constituíram as vizinhanças da Augusta, confundindo Bela Vista com Consolação, Villa America com Cerqueira César.

O cenário híbrido se acentuou ainda mais com o aumento populacional e com as novas levas de imigrantes que adotaram a Rua Augusta (em seu trecho ao Sul da avenida Paulista). Novos habitantes, originários de diversos países do norte europeu, da Síria, Rússia e de países asiáticos empregavam-se na indústria e como profissionais liberais e se misturavam nesta região às famílias da elite tradicional paulista. O Jardim América, primeiro bairro exclusivamente residencial que veio ancorar a rua, trouxe consigo as tão desejadas benesses urbanas. Com as melhorias, os valorizados imóveis da Augusta foram ocupados por moradores mais abastados e pelo comércio. Repetiu-se nesta rua a lógica do pobre que chega primeiro e perde seu lugar quando a infraestrutura, os serviços urbanos e as condições de vida melhoram.[171] O comércio se adaptou aos novos tempos e às novas formas de viver na cidade, aos produtos industriais enchendo as prateleiras e à necessidade de chegar mais rápido de um ponto ao outro, de se modernizar. Esse processo pôde ser apreciado na somatória das pequenas mudanças, que surgiam ano a ano nos projetos para os edifícios que se construíam na Rua Augusta.

As tipologias construtivas mais frequentes ao longo da Rua Augusta foram definidas por sua composição formal e por sua inserção no lote. A indicação dos ocupantes que habitavam cada um dos tipos de imóveis, as variações e as reformas mais comuns dentro do período deste estudo estão descritas junto aos projetos que exemplificam a seguir cada uma das tipologias prevalentes. A Rua Augusta, como já dissemos antes, era bastante misturada. Assim, ao optar por definir quais foram

[171] Este processo - que já recebeu diversas nomenclaturas: valorização imobiliária, gentrificação, enobrecimento urbano, entre outros - foi discutido em Os arranjos criativos na transformação da cidade, especificamente dentro da perspectiva da utilização da criatividade e das manifestações culturais locais para promoção a partir do século XXI. Essas questões só se tornariam pertinentes para a Rua Augusta a partir dos anos 1960. (CESARINO, 2016)

os modelos construtivos mais presentes, renunciamos a olhar cada projeto em detalhe, perdendo muitas das qualidades arquitetônicas particulares dos edifícios e dos processos socioculturais que poderiam ser lidos em cada projeto em particular. Como o intuito deste capítulo é entender as transformações que estavam acontecendo na cidade através da Rua Augusta utilizando uma escala panorâmica, nos ativemos às seguintes tipologias:

Tipo 1: Chácaras urbanas
Tipo 2: Villas
Tipo 3: Sobrados
    Tipo 3A: Sobrados soltos no lote
    Tipo 3B: Sobrados geminados
    Tipo 3C: Sobrados em grupo
Tipo 4: Casas Térreas
    Tipo 4A: Casas térreas soltas no lote
    Tipo 4B: Casas térreas geminadas
    Tipo 4C: Casas térreas em grupo
Tipo 5: Casas de operários e trabalhadores
    Tipo 5A: Casinhas individuais e geminadas
    Tipo 5B: Casinhas em grupo
Tipo 6: Uso misto
Outros

III.2 AS TIPOLOGIAS PRESENTES NA RUA AUGUSTA

Tipo 1: A pequena chácara urbana

Foram poucas as "chácaras urbanas" na Rua Augusta dentro do período estudado. Encontramos quatro propriedades deste tipo, três no primeiro período e apenas uma na década de 1910. Estas pequenas chácaras ocupavam grandes terrenos e eram produtivas, mantendo plantações, pomares e animais, com casas pequenas e simples. A casa de Oscar Erheim, construída em 1898, entre as ruas Dona Antônia de Queirós e Costa, tinha três cômodos e uma cozinha, e no quintal um "puchado" com galinheiro e depósito. O jardim formal e a planta delineada da futura casa principal com escadaria descendo para os jardins indicavam o desejo do proprietário em ampliar a residência e evitar a aparência de uma propriedade rural. Somente em 1915 Erheim conseguiu aumentar sua casinha, adicionando-lhe mais um cômodo e uma varanda que corria ao longo de toda a fachada. Não se conformou ali uma Villa, como as que se fizeram em Campos Elíseos,

talvez desejada pelo proprietário. Erheim conseguiu, no entanto, manter seu grande jardim intacto pelo menos até 1915, numa rua onde todas as terras em torno já estavam parceladas e ocupadas.



Figura 31 e 31A: Projeto de casa à Rua Augusta, entre as ruas Dona Antonia de Queiros e Costa, propriedade de Oscar Erheim, ano 1898 e 1915 respectivamente. SOP, AHM-SP.

Tipo 2: As Villas

Ao contrário dos lotes que se adensavam ao longo das outras quadras da Rua Augusta, na avenida Paulista a ocupação foi bastante rarefeita, com casarões construídos no meio de grandes terrenos recuados da via, aqui denominadas Villas. As regras de alinhamento exigidas nos lotes menores eram dispensadas para as casas da elite, que assim puderam manter algumas qualidades das antigas chácaras do século XIX, com grandes jardins, pomares e criação de animais nos fundos. Estas Villas assemelhavam-se às construídas em Campos Elíseos, Vila Buarque e Higienópolis. Verdadeiros palacetes que exigiam grandes contingentes de serviçais para cuidar da limpeza, dos jardins, hortas e pomares e servir à família do proprietário. Os empregados viviam dentro do próprio lote – nos fundos, no porão e em alguns casos na casa principal – enquanto outros

moravam nas casinhas das redondezas. Os bairros da Villa America e da Bella Cintra acomodaram muitos desses trabalhadores.

Desde 1895 essa ocupação já se via presente na avenida Paulista, com a construção dos palacetes que a tornaram famosa, projetados em estilos distintos, muitos indicando a origem de seu proprietário. Os palacetes típicos da avenida Paulista estiveram também presentes na Rua Augusta e foram construídos por arquitetos de renome. O primeiro palacete na Augusta foi a Villa Uchôa, projetada por Victor Dubugras em 1901/02 na Augusta esquina com a rua Caio Prado. Em 1902/03, Horácio Sabino contratou o mesmo arquiteto para projetar sua casa na Augusta esquina com a avenida Paulista.[172] O terreno ocupava toda quadra onde hoje se localiza o Conjunto Nacional e foi construído em meio a um grande jardim. Seguindo o mesmo estilo pré-moderno ou art-noveau utilizado no projeto para os Uchôa, Dubugras concebeu ainda mais dois palacetes na Rua Augusta, o primeiro para o Coronel Frederico Lopes Branco, em 1907, e o segundo em 1911, para Alberto Penteado, na esquina com a rua Luís Coelho.

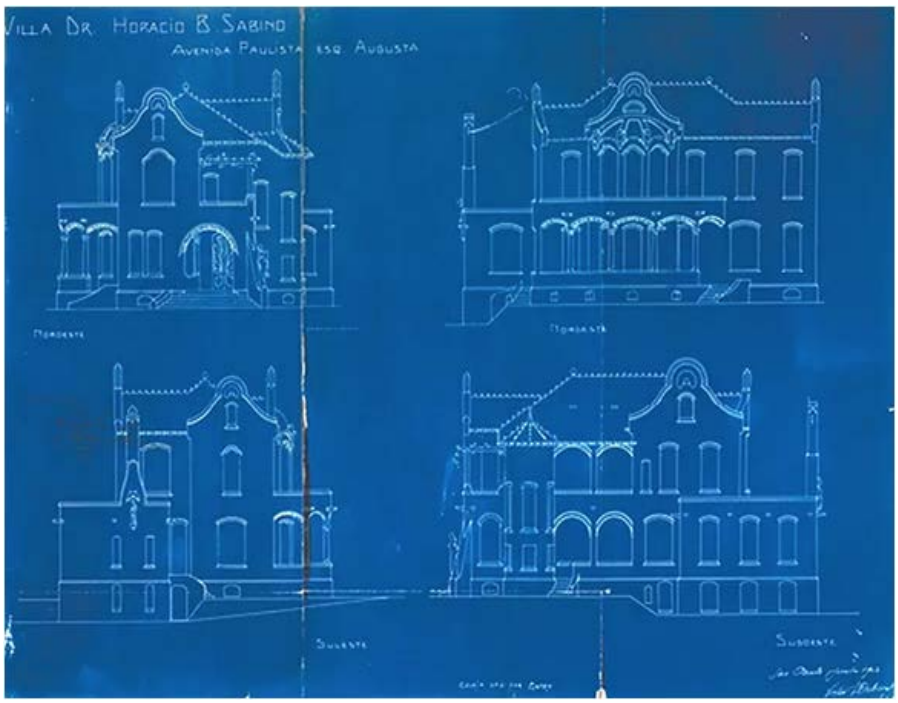


Figura 32: Projeto da Villa Sabino, arquiteto Victor Dubugras, localizada na Avenida Paulista esquina com a Rua Augusta, ano 1903 – SOP, AHM-SP.

[172] Sabino (1869-1950), filho de português militar, foi um empresário com grandes interesses imobiliários por toda a cidade e também nas vizinhanças da Rua Augusta, estabelecendo e negociando os loteamentos Villa America, Vila Nova Tupy e Cidade Jardim, em sociedade com a Cia. City.

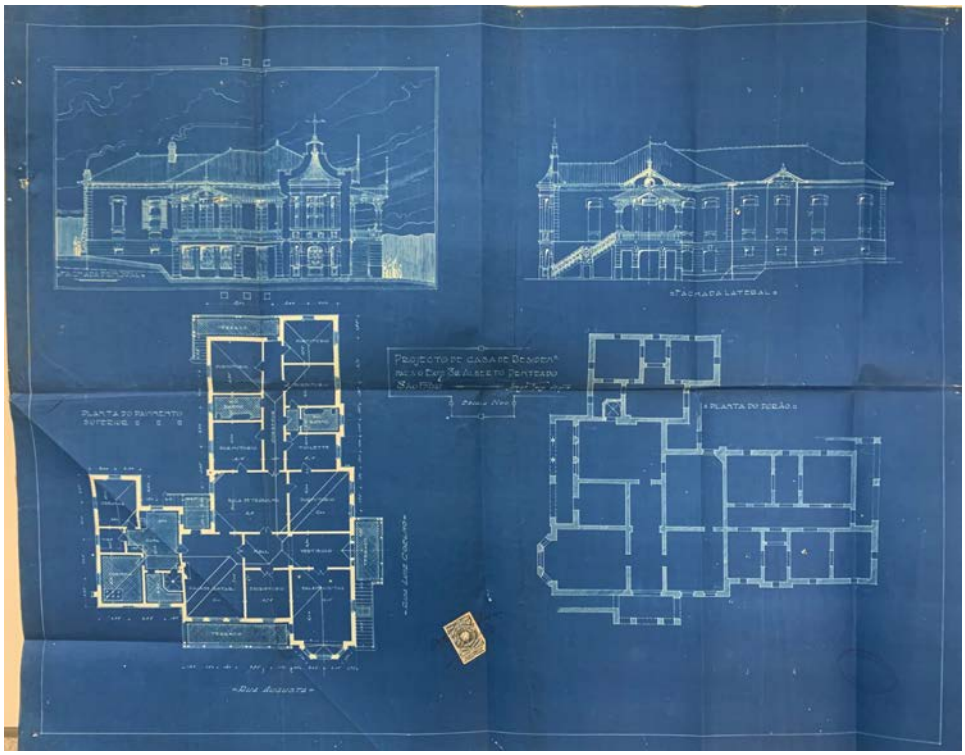


Figura 33: Projeto na Villa Penteado na Rua Augusta esquina com Rua Luis Coelho, propriedade de Alberto Penteado, arquiteto Victor Dubugras, ano 1919. SOP, AHM-SP.

Tipo 3: Sobrados

Tipo 3A: Sobrados soltos no lote

No bairro da Bella Cintra, os sobrados maiores localizaram-se nas quadras mais próximas à avenida Paulista, de quem emprestavam o prestígio. Distribuindo-se ao longo das ruas Bela Cintra e Haddock Lobo, Antonio Carlos, Luís Coelho e Santa Cruz, essas casas tinham implantação "solta no lote" em terrenos mais amplos do que nos outros trechos da Rua Augusta. Neste caso, a proximidade à avenida Paulista parece ter impulsionado o mercado para a construção de casas para famílias mais abastadas.

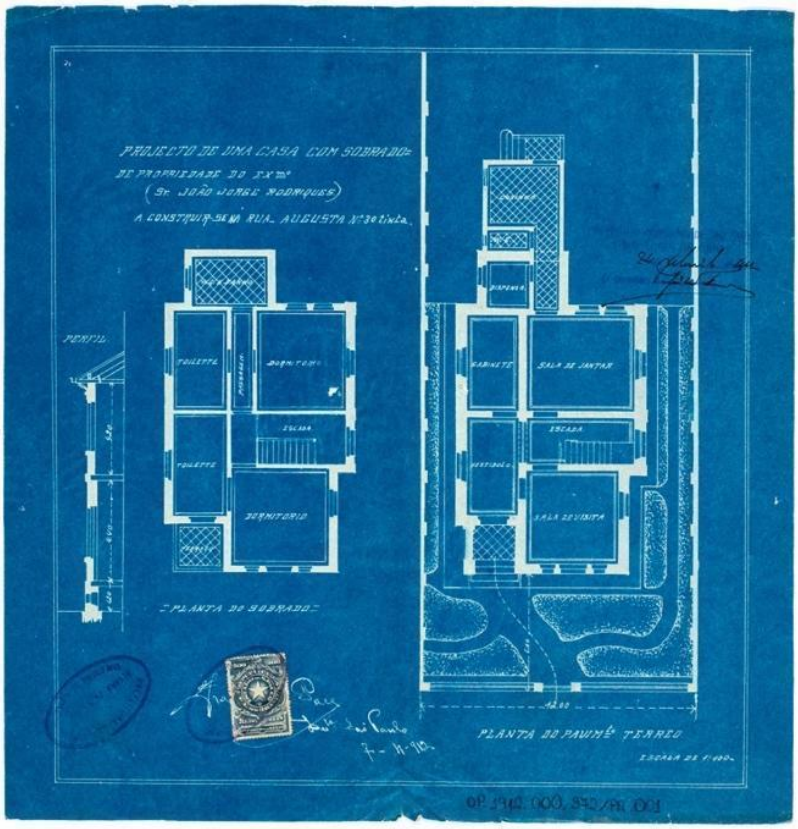


Figura 34: Projeto de sobrado para João Jorge Rodrigues na Rua Augusta 30, ano 1912. SOP – AHM-SP.

O sobrado de João Jorge Rodrigues não era muito espaçoso, notando-se na planta as particularidades do projeto, que possuía apenas dois dormitórios e ainda assim alocava espaço para uma toilette separada para cada quarto. (Figura 34) A cozinha é mínima, prescindiu-se também da copa, já comum na época, mas Rodrigues não abriu mão de seu gabinete, símbolo de sua masculinidade, tinha que estar presente, ainda que nos fundos, lugar incomum para este tipo de aposento. Como vimos em outras plantas, os gabinetes localizavam-se logo na entrada, de maneira que o proprietário pudesse entrar e sair à vontade e também receber visitantes sem interferir – ou ser incomodado – pela rotina doméstica.[173] De qualquer maneira, não foram muitos os sobrados soltos no lote ao longo da Rua Augusta. A grande maioria era geminado, pelo menos por um dos lados.

[173] Os gabinetes, novas dependências das casas deste período, traziam às residências da classe média "uma aura de intelectualidade", segundo Carlos Lemos (LEMOS, 1972, p. 138).

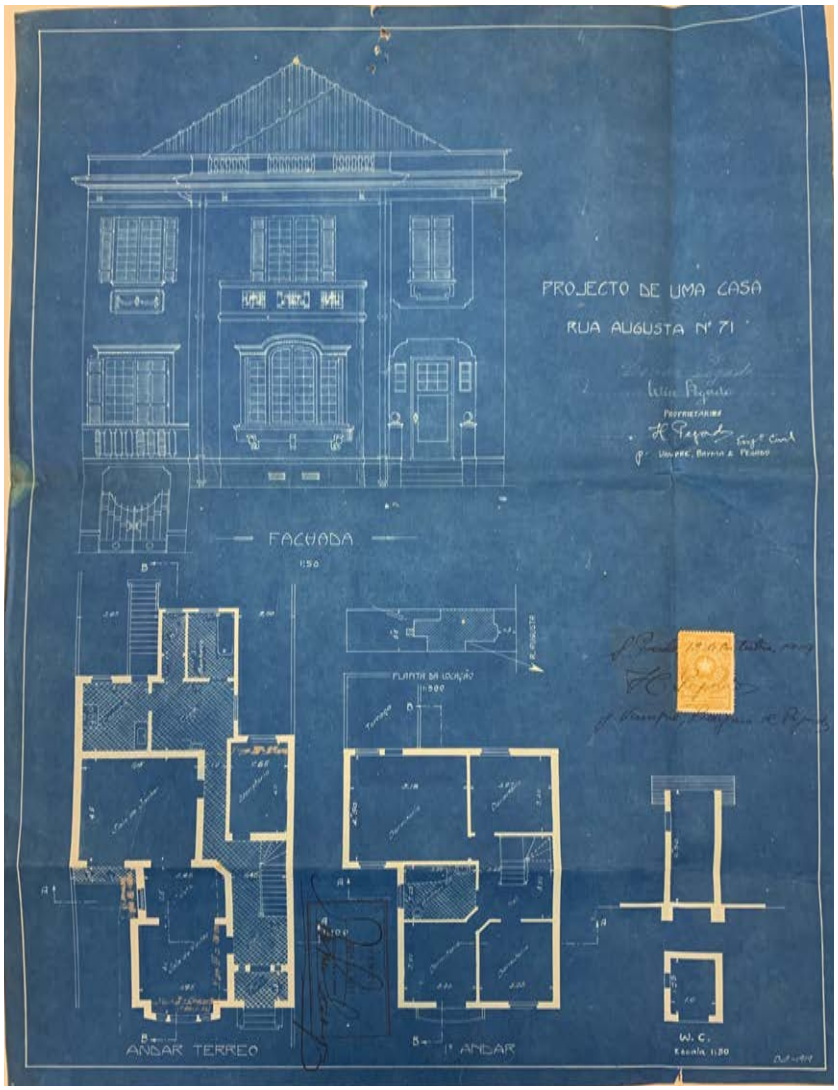


Figura 35: Projeto de casa para Célia e Augusto Pegado, na Rua Augusta 71, com projeto do engenheiro Pegado, ano 1919. SOP, AHM-SP.

Em prédios como estes da família Pegado viveram famílias de posição importante na sociedade, como políticos, grandes comerciantes, médicos e advogados[174]. Durante os anos 1910 e 1920, estes profissionais mantiveram escritórios e consultórios no centro, passando a residir no bairro de Higienópolis e também na Rua Augusta. Esses edifícios contavam com luxuosa decoração das fachadas, jardins frontais e laterais, e vários cômodos. (Figura 35)

[174] Anúncios de consultórios médicos nos jornais: Il Pasquino Coloniale e Jornal O Pirralho (1910-1917).

No final da década de 1920, a ocupação destas casas, principalmente daquelas que se localizaram nas primeiras quadras da Rua Augusta, se transforma. Os anúncios nos jornais passam a anunciar a venda e o aluguel destes imóveis como "palacetes para famílias de bem", com localização privilegiada, destacando suas "vistas singulares" e a proximidade ao centro, buscando atrair o mesmo tipo de morador.[175] Isso não acontece, pois com a densificação e a diversificação da ocupação naquele trecho da Rua Augusta, os moradores mais abastados preferem transferir residência para outros bairros, como Higienópolis e os novos bairros jardins que se inauguravam no final da Rua Augusta. Veremos no Capítulo 3 que, a partir da década de 1930, alguns destes sobrados foram ocupados por pensões, mas muitos seriam mesmo compartilhados por famílias expandidas ou por diversos núcleos familiares vivendo sob o mesmo teto.

Em termos arquitetônicos, os sobrados geminados apresentaram muitas variações. Aqueles construídos nas proximidades da avenida Paulista e nas primeiras quadras da Rua Augusta, assim como aqueles soltos no lote, eram maiores e via de regra tinham decoração mais luxuosa das fachadas. Frequentemente eram projetados por arquitetos e engenheiros conhecidos, como Carlos Eckman e Ricardo Severo. (Figura 36, a seguir)

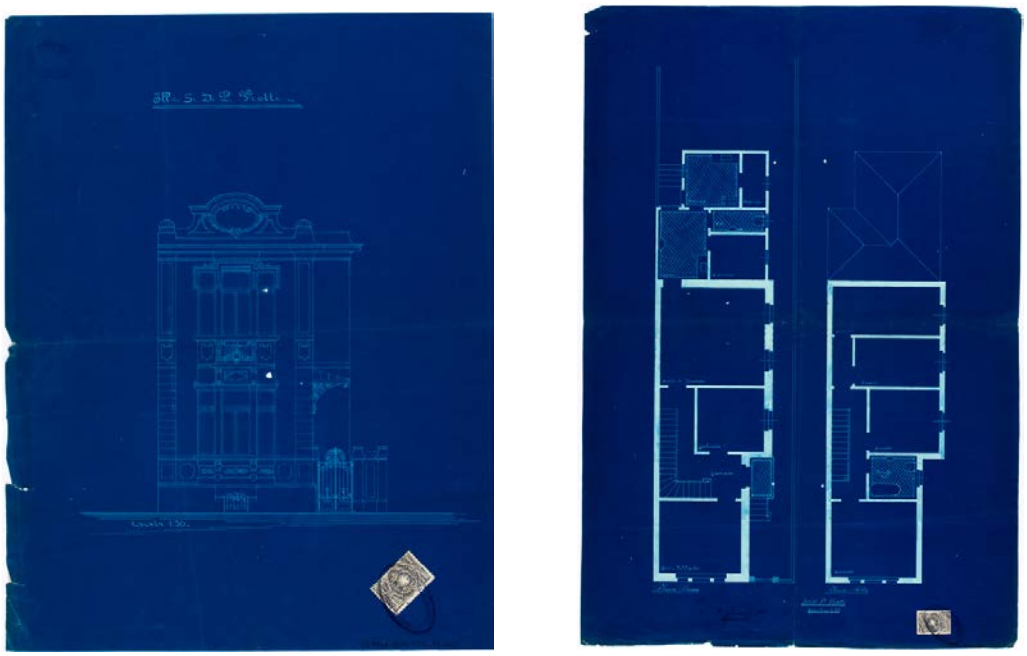


Figura 36: Projeto de casa na Rua Augusta s/n para Elio Viotti, com projeto de Ricardo Severo, construída em 1912. SOP, AHM-SP.

[175] *O Estado de S. Paulo*, vários anúncios na década de 1920.

O engenheiro português Ricardo Severo (1869-1940), alternou por toda a vida suas atividades no ramo da construção com outras, como a literatura, a etnografia e a arqueologia. Chegou ao Brasil em 1892 e se empregou no escritório Ramos de Azevedo no mesmo ano. Em 1908 tornou-se sócio do escritório e continuou exercendo a profissão e publicando livros. Sempre muito ligado à comunidade portuguesa da cidade, tornou-se membro de diversas organizações representativas, como a Revista Portuguesa, a Câmara Portuguesa do Comércio de São Paulo. Após o falecimento de Ramos de Azevedo em 1928, Severo assumiu a liderança do escritório e o substituiu como diretor do Liceu de Artes e Ofícios. Na liderança do Liceu desde 1895, Azevedo estabeleceu uma "simbiose perfeita" entre sua prática e a escola, onde teria treinado grande parte da mão-de-obra para seus projetos.[176]

Adelardo (que também assinava Abelardo) Soares Caiuby, outro engenheiro, foi um dos mais profícuos construtores na Rua Augusta, responsável por pelo menos sete edifícios entre os anos 1907 e 1927.[177] Em sua trajetória profissional, administrou a construção de muitos sobrados para renda em Higienópolis[178], Perdizes, Villa America, Aclimação e Liberdade com escritório na rua São Bento, em sociedade com seu parente Olavo Franco Caiuby.[179] Nas décadas seguintes, Caiuby continuou investindo e projetando residências e instituições de saúde, como o Pensionato da Divina Providência para tuberculosos e o Leprosário de Santo Ângelo.[180]

[176] Raquel Shenkman discute em artigo o processo de construção do edifício da Light no centro de São Paulo, as fortes relações entre o Liceu de Artes e Ofícios e o escritório Ramos de Azevedo, que mais tarde foi dirigido por Severo, sob o nome de Severo & Villares (SHENKMAN, 2013).
[177] PARETO, 2011, p. 105.
[178] *O Estado de S. Paulo*, 24/01/1914, p. 12.
[179] *O Estado de S. Paulo*, 29/06/1951, p. 5; *O Estado de S. Paulo*, 22/09/1920, p. 7; *O Estado de S. Paulo*, 08/06/1920, p. 9.
[180] Em 1929, Caiuby projetou uma nova unidade de tratamento para os tuberculosos em Campos do Jordão, que ficou conhecida como o Pensionato Divina Providência. Nesta nova unidade deveriam se tratar somente os mais abastados, que há muito reclamavam do incômodo em dividir os corredores com os tuberculosos pobres que frequentavam o mesmo edifício. Para o novo leprosário, Caiuby desenvolveu, em 1933, um enorme campus em Mogy das Cruzes. Nas notas publicadas sobre o Leprosário Modelo, Caiuby justifica a cuidadosa distribuição dos edifícios em distintas zonas de uso no campus, estudando os aspectos urbanísticos e o sistema de acesso, os ventos, as melhores práticas para captação de águas e distribuição dos esgotos e as diferentes opções para iluminação e insolação. O objetivo dos estudos era que o espaço físico pudesse contribuir com o tratamento. Este foi reconhecido pelos médicos e profissionais da saúde e, em 1933, Adelardo foi convidado para projetar o novo Leprosário Santo Ângelo (*O Estado de S. Paulo*, 01/10/1933, p. 7; *O Estado de S. Paulo*, 08/06/1920, p. 9).

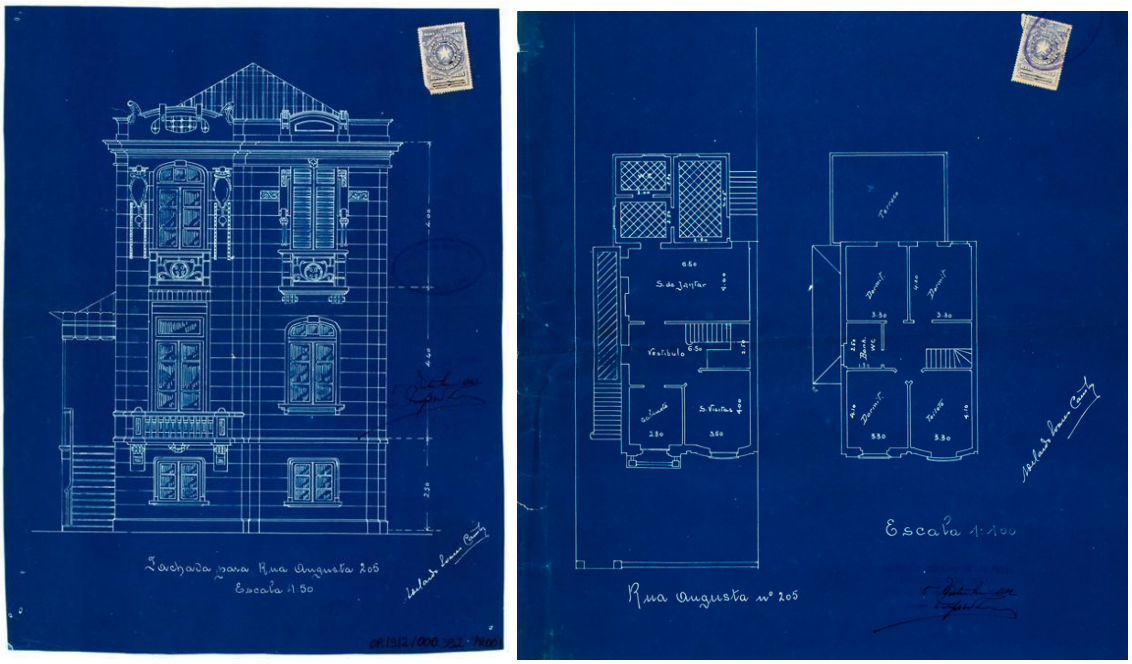


Figura 37 e 37A: Projeto de Adelardo Soares Caiuby para sobrado na Rua Augusta 205, ano 1912. SOP, Projeto Sirca FAU-USP & AHM-SP.



Figura 38: Projeto para dois sobrados geminados com garagem na Rua Augusta 28, entre as ruas Caio Prado e Martinho Prado para José Antonio Salgado, ano 1921. SOP, AHM-SP.

José Antônio Salgado foi o engenheiro responsável pela construção da Estrada de Ferro de Campos do Jordão na década de 1910 e do Morro Agudo na década de 1920. Membro ativo da "classe dos engenheiros" participou de vários eventos comemorativos ao lado de outros ex-alunos da Escola Polytechnica de São Paulo, onde se formou. Seu nome aparece em eventos ao lado de Roberto Simonsen, Victor Dubugras, Guilherme Dumont Villares, Mario Whately e outros.[181] Os prédios residenciais construídos para renda por Salgado – e alugados para famílias dos setores médios - são representativos daqueles que se construíram neste período por toda a cidade e também na Rua Augusta (Figura 38). Como ressaltado acima, um dos elementos mais importantes desta tipologia é a garagem para o automóvel particular, que se tornou presente em praticamente todas as novas construções residenciais a partir deste período.

A partir dos anos 1920, a presença dos automóveis nos prédios novos ampliava-se por toda a cidade, mas o transporte predominante continuava sendo a pé, seguido pelo transporte coletivo sobre trilhos, os bondes e os trens.[182] Contraditoriamente, o modelo de anéis foi o que regeu os projetos urbanísticos de São Paulo desde os anos 1910, marcando a estrutura de mobilidade e circulação que foi adotada para administrar o crescimento da cidade. Com a popularização da produção e a ampliação do mercado de consumo de automóveis, "constituiu-se uma das revoluções tecnológicas que transformaram não apenas a velocidade, mas também a cultura da mobilidade, e fornecendo as bases técnicas e políticas do projeto de cidade" que conformaria São Paulo e especificamente a Rua Augusta pelas próximas décadas.[183] Este processo culminou com a designação da Rua Augusta como radial secundária no Plano de Avenidas de 1929, com a tarefa de aliviar o tráfego que assolava as ruas paralelas – rua da Consolação e avenida brigadeiro Luiz Antonio – que corriam do centro em direção à região Sul da cidade, como vimos no início deste capítulo.

---

[181] *O Estado de S. Paulo*, 24/05/1924; 25/11/1925, p. 10; 14/01/1927, p. 3; 15/01/1927, p. 4; 28/07/1929, p. 10, continuando pela década de 1930.

[182] A porcentagem da população que utiliza o modo "a pé" para seus deslocamentos diários na cidade de São Paulo hoje (2020) é calculada em torno de 8 a 20%, dependendo da fonte. Não encontramos estatísticas sobre o tema, mas sabe-se que no início do século XX este número deveria ser ainda mais significativo. A Lei 2689 de 4/4/1924, que "dispõe sobre a pavimentação da cidade", em seu artigo 30, estabelece que "cada passeio deverá ter, em regra, 1 a 2/5 de largura total da rua, ficando os 3/5 restantes para a parte carroçável", indicando a alocação preferencial de espaço para veículos motorizados na cidade. (Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1924/269/2689/lei-ordinaria-n-2689-1924-dispoe-sobre-a-pavimentacao-da-cidade-1924-04-04-versao-original. Acesso em 10/2/2022).

[183] ROLNIK & KLINTOWITZ, 2011.

Desde 1880 e durante todo o período abrangido por nossa pesquisa, o imóvel urbano para renda tornou-se uma das mais rentáveis opções para investimento, por ser uma forma de aplicação mais segura do que a aplicação no setor agrícola. Com as flutuações da economia cafeeira, o papel da terra urbana foi fortalecido como reserva de valor para os capitais excedentes. O Encilhamento (1889 – 1891) teve também importante papel no fortalecimento do mercado de terras, ao estimular o surgimento de companhias e bancos que investiam primariamente no setor.[184] O mercado imobiliário que já estava aquecido pelos recentes loteamentos das últimas chácaras, tornou-se ainda mais lucrativo com o brutal crescimento demográfico da capital, em decorrência da imigração e da industrialização. A diversificação da economia, com importante aumento das transações comerciais e da indústria, com consequente crescimento dos setores médios urbanos, estimulou a construção de imóveis para locação.

Na mesma esquina da Rua Augusta com a avenida Paulista onde o arquiteto Victor Dubugras havia idealizado a Villa Sabino, construiu-se em 1912 um conjunto de casas para aluguel (três delas com entrada pela avenida Paulista e duas delas com entrada pela Rua Augusta). Este projeto foi financiado pelo advogado João Gonçalves Dente, grande investidor imobiliário, que vivia também na avenida Paulista.[185]

[184] BOTELHO, 2007, p. 22.

[185] Além de advogar, João Dente foi grande investidor no setor de imóveis, em várias regiões da cidade, com propriedades na Moóca, Cambuci, Sé, Santa Efigênia, Consolação e na Villa América, onde vivia.

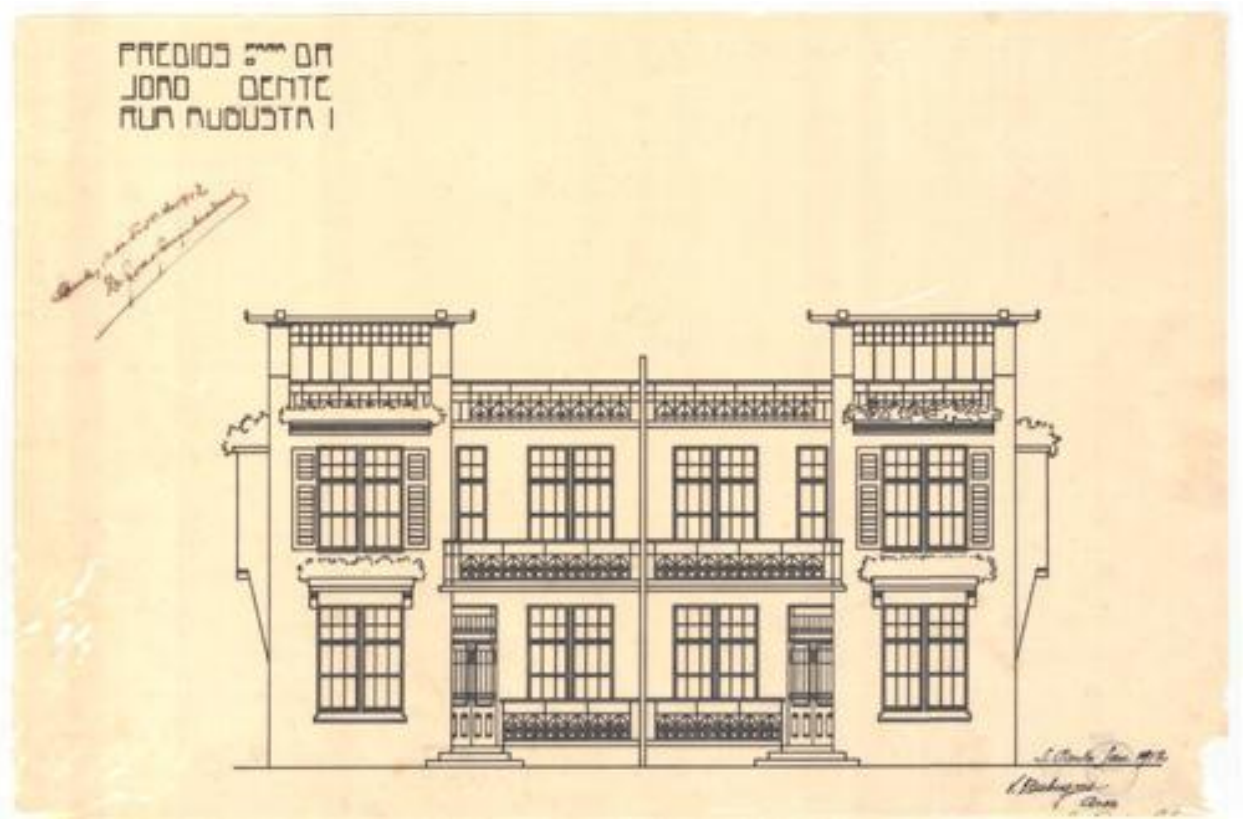


Figura 39: Projeto do arquiteto Victor Dubugras para dois dos cinco prédios residenciais para João Dente, localizados na esquina da Rua Augusta com a avenida Paulista, ano 1912. Coleção Victor Dubugras, FAU USP.

As cinco casas construídas para aluguel foram descritas por Nestor Goulart Reis Filho como mais uma versão do pré-modernismo produzido por Dubugras, como se tinha visto na vila construída para Flávio e Evangelina Uchôa, na esquina da Rua Augusta com a rua Caio Prado em 1902.[186] Esta tipologia das "casas em grupo" foi pioneira na região, tornando-se mais presente a partir da década de 1920, com algumas modificações.[187] As "casas em grupo" e prédios de dois pavimentos eram modernos e espaçosos e foram habitadas pelos setores médios.

Além dos sobrados geminados apresentados acima, Abelardo construiu também sobrados em grupo. Neste caso, foram quatro edifícios com plantas quase idênticas (o sobrado de esquina um

[186] Reis Filho chama atenção para o "uso evidente de elementos construtivos em concreto armado, como as lajes de piso das varandas, que marcavam a aparência externa das edificações", além dos elementos de ferro e os gradis com desenhos ornamentais, que se viam também nas duas vilas da familia Uchôa, na Rua Augusta com Caio Prado (1901/02) e em Higienópolis (de 1912).

[187] Notamos que os negócios e projetos em torno da avenida Paulista se davam sempre dentro dos mesmos grupos, que frequentavam e viviam nos mesmos lugares da cidade. Neste caso, Fernando Sabino, João Dente e Dubugras moravam todos a poucas quadras de distância, em seus palacetes na avenida Paulista. A esposa de João Dente era filha de Rodolpho Crespi, fundador do Instituto Paulista, logo do outro lado da avenida.

pouco maior e com escadaria mais imponente). O recuo frontal protegia os moradores das agruras da vida urbana, permitindo que o contato com a cidade fosse feito pelos terraços. Nos fundos já não se encontravam mais os espaçosos quintais, pois o preparo da comida começava a ser transferido para dentro das casas com esta tipologia, que passou a incluir invariavelmente copa e cozinha.

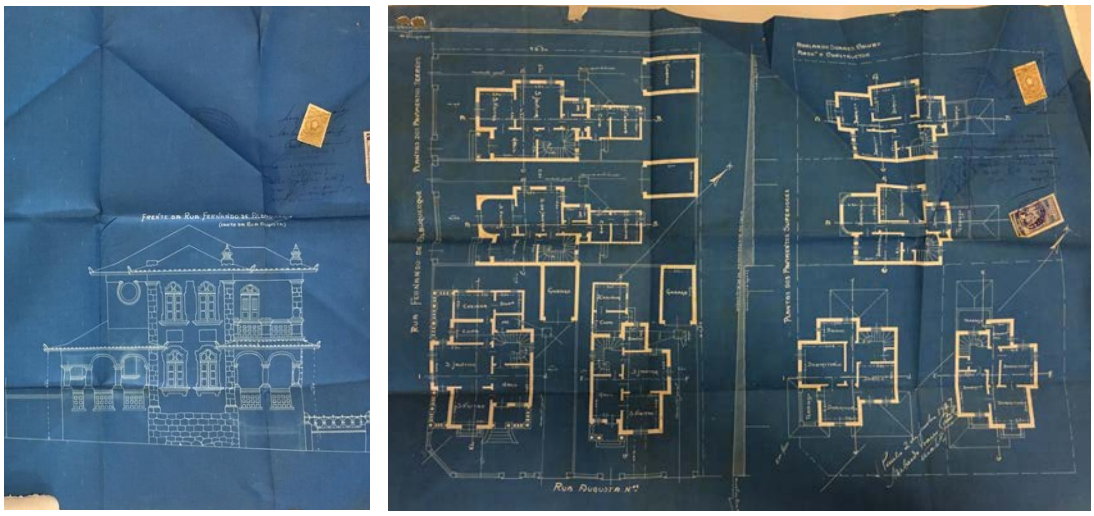


Figura 40 e 40A: Projeto de quatro prédios na Rua Augusta esquina com a Rua Fernando de Albuquerque, do arquiteto e construtor Abelardo Soares Caiuby, ano 1927. SOP, AHM-SP.

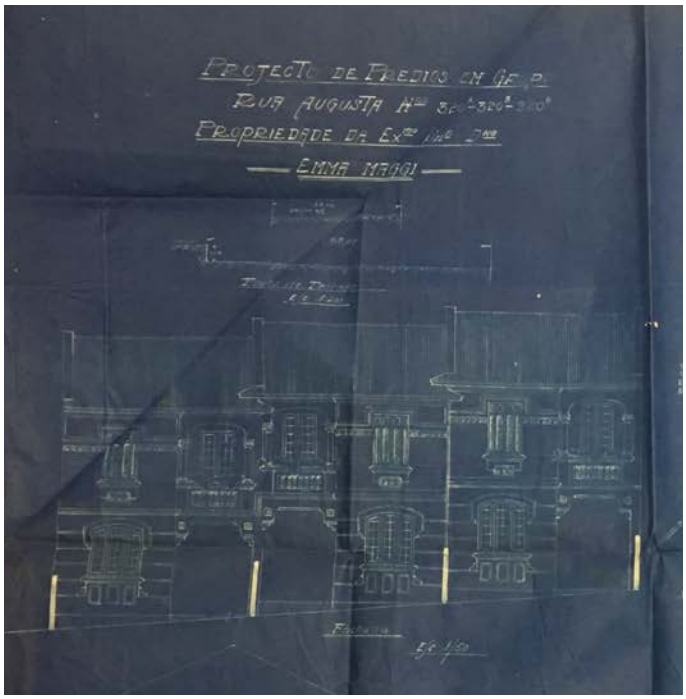


Figura 41: Projeto de três prédios de moradia com garagens para Emma Maggi, na Rua Augusta 320A, 320B e 320C, entre as alamedas Tietê e Franca, com projeto de José Minozzi, ano 1927. SOP, AHMSP.

Entre os prédios "em grupo" projetados por construtores e investidores imobiliários para venda e aluguel das unidades, encontramos o grupo de três residências para Emma Maggi (Figura 41).[188] Neste conjunto verifica-se a novamente a presença da garagem, frequente nos novos projetos. O tráfego da região aumentava com a densificação da ocupação, provocando acelerado aumento no preço dos lotes. Assim Emma Maggi pagou caro por seu terreno na Rua Augusta valorizada.[189]

Tipo 4: Casas Térreas

Tipo 4A: Casas térreas soltas no lote

As plantas das casas térreas construídas na Rua Augusta apresentaram variações, mas quase todas elas, assim como os sobrados geminados, tinham planta com os vários cômodos alinhados e acessados por corredor lateral. Na casa de Miguel Karl este modelo foi alterado, possibilitando melhor aproveitamento do lote. Neste caso, o lote não teria sido dividido em dois, como se

[188] Companhias como a União Mútua e a Cooperativa Constructora e de Crédito Popular eram atuantes na região, sendo responsáveis pela construção e financiamento, através de hipotecas, de vários edifícios uni e multifamiliares.
[189] Apesar dos terrenos terem metragens distintas, sabe-se que no mesmo mês em que ela adquiriu seu terreno por 50:000$, um terreno na rua Oscar Freire foi vendido por 1:500$, outro na Bela Vista foi negociado por 1:000$ e no bairro da Penha o valor foi de 500$. Esses valores mostram a intensa valorização da Rua Augusta no período.

praticava para acomodar duas casas geminadas. A tipologia desta casa não foi prevalente, mas teve sua presença em diversas quadras da Rua Augusta, principalmente em suas duas extremidades. Mais adiante explicamos como, na alameda Santos (a primeira rua paralela à Paulista no sentido Sul), as casas mantiveram-se mais simples por muitos anos, servindo como área de serviço para os casarões da avenida.

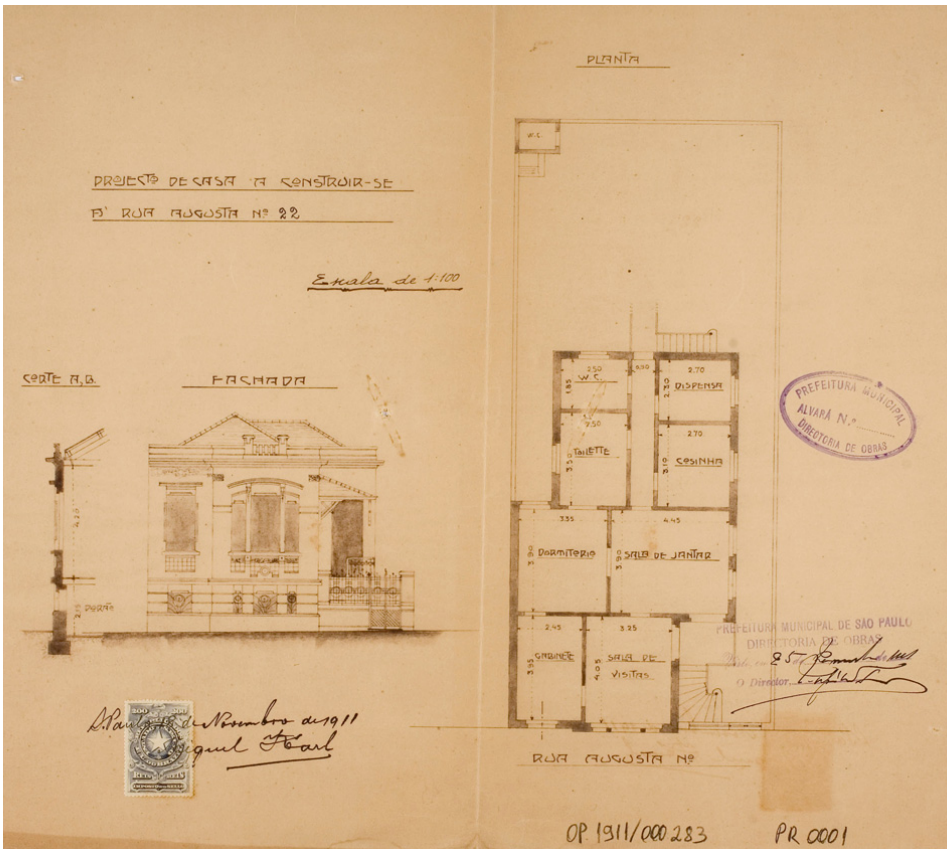


Figura 42: Projeto de casa geminada construída pelo engenheiro Miguel Karl na Rua Augusta 22, ano 1911. SOP, AHM-SP.

A casa construída por Miguel Karl (Figura 42) localizou-se na primeira quadra da Rua Augusta, entre as ruas Caio Prado e Martinho Prado e apresentava apenas um dormitório, com o gabinete (escritório) voltado para a rua. Não sabemos se Karl construiu a casa para moradia própria ou para aluguel. Sabemos que ele foi criador de cães e proprietário da "officina galvânica e metalúrgica" junto à Praça da Sé. A casa tinha porão alto, que pode ter sido utilizado pelos empregados para trabalho ou moradia, mas também tinham a função de dar maior imponência à construção, com o piso principal pousando acima do nível da rua. Nesta quadra encontramos ainda hoje algumas casas remanescentes deste período.

Tipo 4B: Casas térreas geminadas

A presença dos portugueses, dos italianos e de seus descendentes construtores, arquitetos e "práticos licenciados" na Rua Augusta foi importante.[190] Entre os "práticos licenciados" que tiveram maior número de projetos na Rua Augusta, encontramos Polycarpio Correa. Originário de Campanário, Câmara de Lobos na Ilha da Madeira em Portugal, Polycarpio Corrêa (1869-1940) teve oito irmãos, sendo que pelo menos um deles emigrou para São Paulo. Corrêa casou-se aos vinte anos, em 1889, com Ana Gomes da Costa[191] e iniciou sua profícua atividade de construtor na região da Villa America construindo em 1901 para sua moradia e para aluguel, duas pequenas casinhas, com três cômodos cada, na esquina da Rua Augusta com a alameda Santos. Em pouco mais de dez anos Corrêa já contava com um largo portfólio de casas, não mais casinhas de porta e janela, mas construções de maior porte marcando presença na rua.

Além das obras para os setores médios que viviam na região, Corrêa foi ativo membro da comunidade da Villa America, patrocinando e supervisionando as obras da capela de Santa Maria na alameda Itu em 1908. Correa tornou-se frequente investidor no bairro, construindo uma vila com oito casas na alameda Santos e pelo menos outros onze edifícios na própria Rua Augusta durante a década de 1910. As casas que construía aumentavam de tamanho e as obras se avolumavam ano a ano. Correa aproveitou-se do momento de expansão do mercado imobiliário da Augusta, mas também por toda a cidade, estendendo seus investimentos para outros bairros, como a Bela Vista, a Cidade Jardim, Pinheiros, Santo Amaro, Traição, Chácara Itaim e Sacoman.[192]

[190] Os práticos licenciados foram construtores que não possuíam diploma formal como arquitetos e engenheiros, mas obtiveram licença oficial da Prefeitura. Pareto os designou "práticos licenciados", em trabalho sobre esse grupo e seu papel na produção imobiliária da cidade de São Paulo entre 1893 e 1933 (PARETO, 2011).

[191] Geneanet, História da Família de Carlos Cardoso Dias. Disponível em: https://gw.geneanet.org/carloscdias?n=pinto+correa&oc=&p=policarpo. Acesso em 04/02/2022.

[192] Os negócios – para os quais encontramos notícias nos jornais – foram formalizados entre 1920 e 1932. Utilizamos as notícias do Correio Paulistano e do jornal O Estado de S. Paulo.

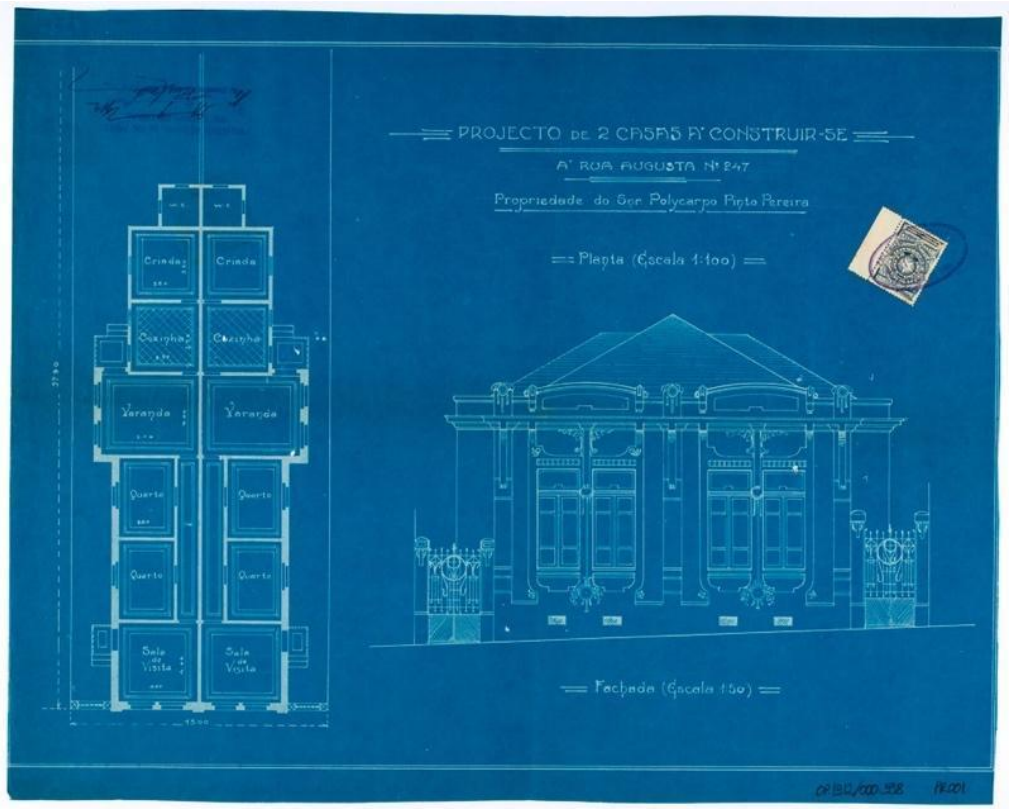


Figura 43: Duas casas geminadas na Rua Augusta 247, propriedade de Polycarpio Pinto Corrêa, ano 1912. SOP, AHM-SP.

Na Rua Augusta, entre as alamedas Santos e Jahu, Corrêa construiu duas casas geminadas em 1912. (Figura 43) As casas térreas, geminadas e com plantas idênticas foram construídas com porão, seis cômodos e uma área para a "creada" junto à cozinha. A varanda, por vezes denominada copa, proporcionava o ambiente de transição entre as áreas de trabalho dos "creados" e a área da família.[193] Descendo a ladeira em direção Sul, em 1917 Corrêa construiu mais duas casas térreas, uma delas com armazém, no meio da quadra entre as ruas Oscar Freire e Estados Unidos. Nos próximos anos, Polycarpio continuou suas atividades na Rua Augusta, construindo pelo menos mais duas casas geminadas com armazém para aluguel em 1917 e muitas outras por toda a cidade até sua morte em 1940.

[193] Lemos nos conta um pouco sobre as funções desempenhadas pela "copa" em cada tipo de casa: "Enquanto na casa da Avenida Paulista a copa era o lugar da 'copeira' lavar os utensílios da mesa de refeições, o lugar da pajem alemã preparar a papinha do infante recém-nascido, o lugar da austera senhora elaborar o seu doce requintado e era também a área isoladora entre a família e a cozinheira, na casa modesta, a copa também serviu de local de refeições. [...] Assim surgiu mais uma zona de estar na casa paulista, enquanto a velha varanda foi desaparecendo, inclusive o uso da palavra, firmando-se a expressão 'sala de jantar'" (LEMOS, 1976, p. 154).

Tipo 4C: Casas térreas em grupo

Apesar das casas geminadas dominarem a paisagem desta região, para os setores médios construíam-se também casas em série, com financiamento das companhias de crédito e com empréstimos fornecidos pelos bancos diretamente aos próprios construtores. Como indica Pareto (2011), entre os práticos licenciados havia diferentes níveis, "desde grandes empreiteiros até pequenos empreendedores".[194] No caso da Rua Augusta tivemos empreendimentos patrocinados pelas companhias de crédito e construídos por engenheiros e práticos licenciados com larga experiência por toda a cidade e outros construídos por pequenos construtores que erigiam um ou dois prédios. Entre estes, estiveram presentes aqueles que construíam casas geminadas, lote a lote, como os descendentes da família Belleza, atuantes nos bairros do Bexiga, da Santa Ephigenia e também na região em torno da Rua Augusta. A construção de casas térreas em série não se perpetuou por muito tempo na Rua Augusta, mas esteve presente na primeira década do século XX.

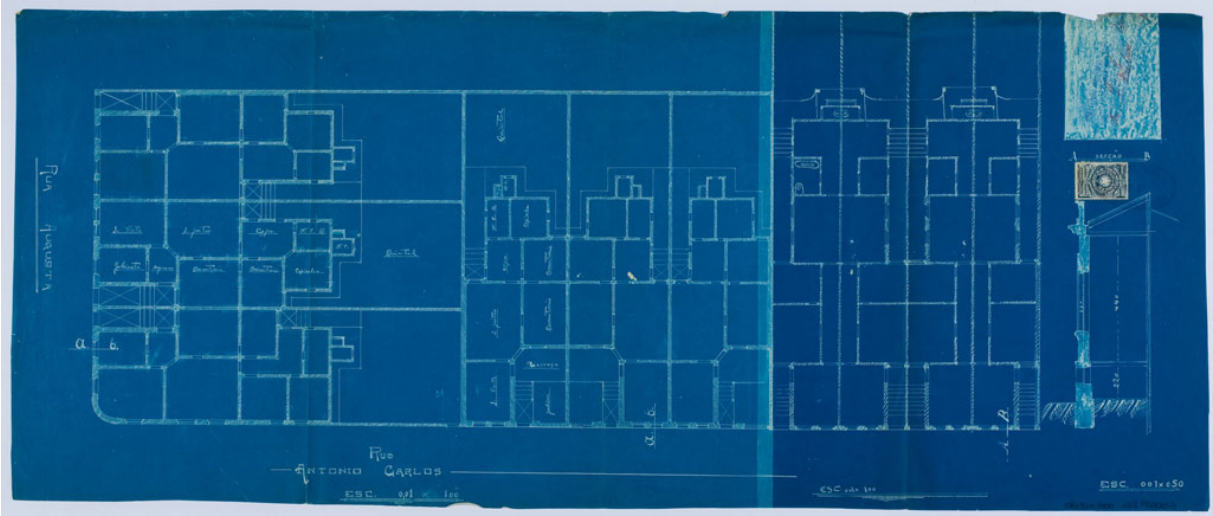


Figura 44: Dez casas para renda, de propriedade de Francisco Leite, na Rua Augusta esquina com a Rua Antonio Carlos, ano 1910. Projeto Sirca: FAU-USP e AHM-SP.

[194] PARETO, 2011, p. 132.

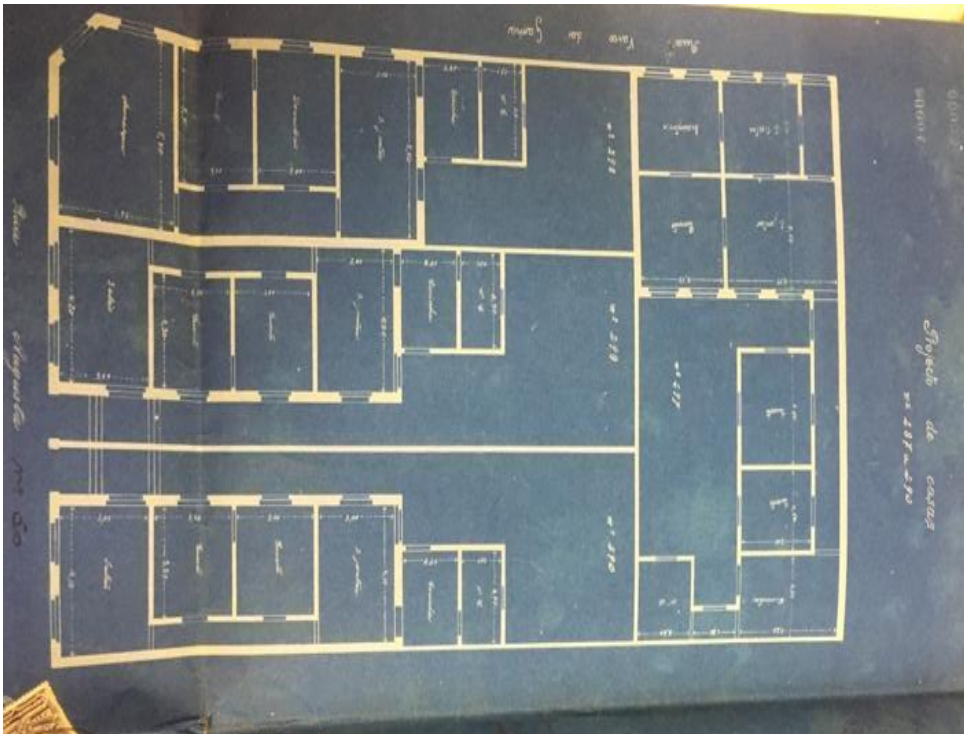


Figura 45: Quatro prédios com armazém na Rua Augusta 50 (esquina com a Rua Vasco da Gama), construída por Ernesto Emilio Rossi e financiada pela Companhia Cooperativa Constructora e de Crédito Popular, ano 1909. SOP, AHM-SP.

As casas térreas em grupo variavam de três a dez casas, geralmente alocando os cômodos designados para as atividades sociais mais próximos à rua, seguidos pelos dormitórios e pelas áreas de serviço, cozinha, copa e banheiros que se distribuíam nos fundos do edifício. Os quintais deixaram de ser expansivos como outrora, já que os construtores tratavam de otimizar o aproveitamento de seus terrenos, numa região da cidade que se tornava mais valorizada a cada ano. Ao adotar esta tipologia das casas em fila, com quintais econômicos e muros delimitando cada lote, priorizava-se o estabelecimento de linhas precisas que passavam a definir claramente os limites entre cada propriedade. A interação entre vizinhos diminui, assim como o compartilhamento dos quintais e a sociabilidade do cotidiano que se dava nos fundos de lote. A mistura de pessoas acontece dentro das casas, e também nas calçadas da rua, onde o movimento aumentava com o crescimento significativo da ocupação dos prédios e dos espaços do comércio, formalizando suas atividades em edifícios construídos especificamente para acomodá-los. Durante

as duas décadas seguintes vimos um aumento ainda maior dos estabelecimentos comerciais e de serviços, que quadruplicaram sua presença na Augusta entre 1915 e 1929.[195]

Tipo 5: Casas para operários e trabalhadores

Tipo 5A: Casas térreas para "operários"

No primeiro período de ocupação da Rua Augusta, as casas dos mais pobres eram pequenas, e com frequência incluíam mais de uma unidade residencial, além de espaço reservado para os negócios no mesmo lote. A denominação "casa para operários", utilizada para algumas pequenas casas e para casas em série, esteve presente na Rua Augusta em projetos submetidos entre os anos 1893 e 1898. Estas casas diferiam em suas configurações, sendo algumas com três cômodos, como a casa de Polycarpio Corrêa e João Vitto (Figuras 47 e 48), e outras que, apesar da designação "operário", pareciam-se às casas térreas para os setores médios: sem luxo, mas com vários cômodos, como a casa construída por João Pantone em 1897. (Figura 46) A casa de Pantone possuía uma planta que se assemelhava mais a das casas térreas geminadas, construídas para os setores médios na Rua Augusta. Neste caso, talvez o proprietário esperava obter algum benefício ao utilizar o termo "casa de operário" em seu projeto.

[195] Estudamos este tema em mais detalhe no Capítulo 2, onde analisamos a presença das atividades comerciais na Rua Augusta.

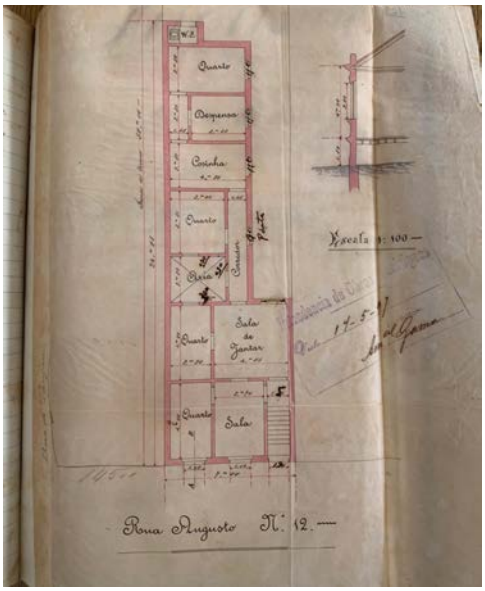


Figura 46: Casa "dita de operário" na Rua Augusta 12 para João Pantone, entre as ruas Caio Prado e Olinda, ano 1897. SOP, AHM-SP.

A historiadora Monique Borin definiu a "casa de operário" como "uma casa de três cômodos com uma área mínima e provida de insolação e ventilação", em um modelo que não necessariamente seria utilizado apenas pelos trabalhadores fabris. No caso da Rua Augusta, a expressão parece ter sido utilizada com a intenção de afirmar a salubridade da construção, independentemente da simplicidade do prédio e talvez para economizar nas taxas cobradas pela obra.[196] Suspeitamos também que, como afirmou Carlos Lemos, a expressão "casa operária" "deveria se referir a casas de determinadas áreas, cujos emolumentos seriam bem menores do que os outros", o que garantiria economia no processo de aprovação.[197] Pedro Beresin Ferreira traz mais uma interpretação para o uso do termo, relacionando-o à ideia, por parte dos aplicantes, em corroborar com o poder público sua intenção estética. Intenção que se explicitava, por exemplo, no estabelecimento de recuos mínimos em algumas partes da cidade, evitando assim a construção de "casebres e vendolas".[198] Acreditamos que as três hipóteses sobre as casas operárias podem ser verdadeiras, com o termo sendo utilizado pelos diferentes motivos sugeridos pelos três autores referidos.

[196] Monique Borin discute o conceito de "casa operária" em sua tese, afirmando que este conceito "era então uma resposta a esse problema formulado durante o século XIX que ligava pobreza à insalubridade, e as condições de desconforto da habitação à imoralidade e à criminalidade da população mais pobre" (BORIN, 2021, p. 131-138).
[197] LEMOS, 1976, Op. Cit., p. 136.
[198] BERESIN, 2017, p. 64.

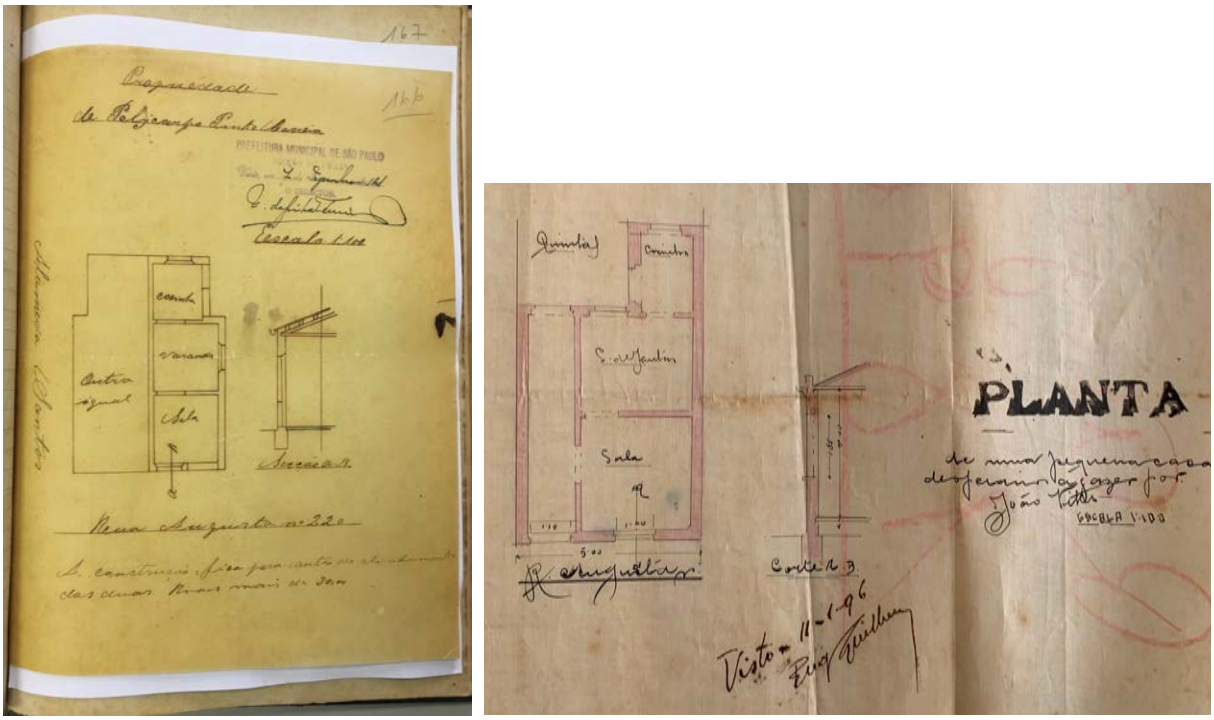
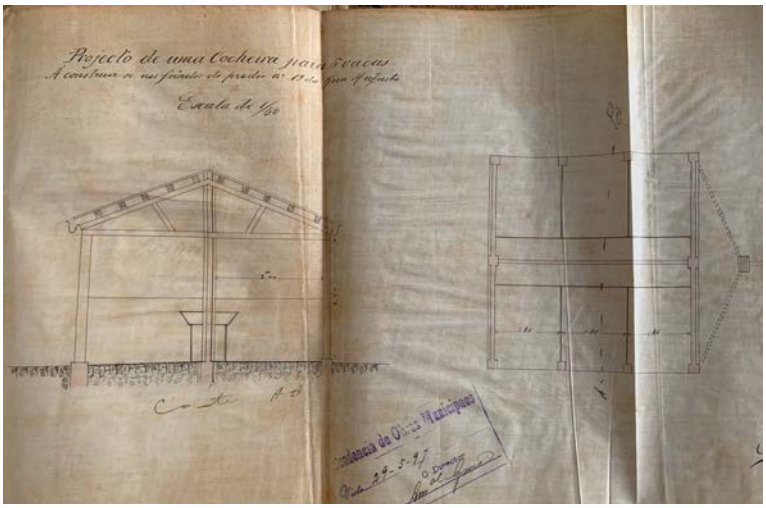


Figura 47: Duas pequenas casas geminadas na Rua Augusta 220 (esquina com a Alameda Santos) construídas por Polycarpio da Silva Corrêa, ano 1901. SOP, AHM-SP.

Figura 48: Projeto para construção de pequena casa na Rua Augusta, s/n, de propriedade de João Vitto, ano 1897. SOP, AHM-SP.

A primeira casa feita pelo construtor Polycarpio Corrêa (1901) e a casinha de João Vitto (1897) representam o padrão das construções mais antigas que se fizeram ao longo da Rua Augusta: casa de porta e janela, com apenas três cômodos (por vezes apenas dois cômodos) e circulação feita por corredor lateral. (Figura 48) Muitas foram aumentadas em pouco tempo, incluindo novos cômodos para acomodar mais um dormitório, banheiro ou cozinha junto à habitação, em substituição às latrinas e fogões que ficavam no quintal. As reformas incluíram também construções acessórias ao edifício principal, criando novas unidades residenciais e barracões, fornos e oficinas, que possibilitavam a fabricação e o armazenamento de insumos, animais, mercadorias e ferramentas.



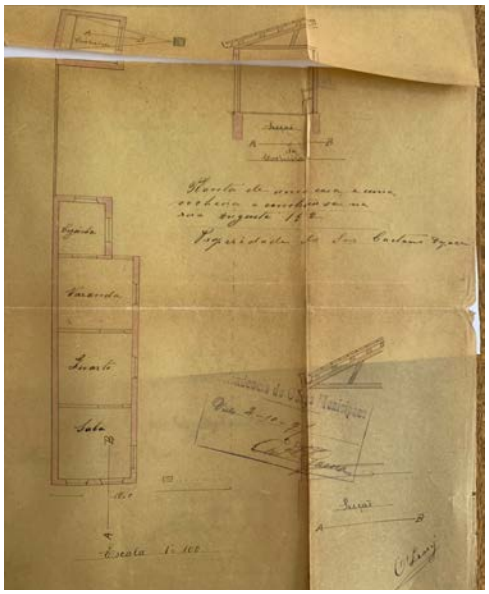


Figura 49: Projeto de cocheira para seis vacas na Rua Augusta 19, de propriedade de Francisca Cândida Borges Paim, ano 1898. SOP, AHM-SP.

Figura 50: Projeto de casa com cocheira na Rua Augusta 140, propriedade de Caetano Deface, ano 1897. SOP, AHM-SP.

As cocheiras estavam presentes na maior parte dos projetos e variavam de tamanho, dependendo da atividade do morador. Quando a atividade era o transporte, as cocheiras se faziam maiores, com várias baias e quarto para armazenamento de feno, lavagem da carroça, etc. (Figuras 47 e 48) Na rua Oscar Freire e na alameda Santos, armazenavam-se carroças para o transporte de carga que servia toda a região. Outras grandes cocheiras localizaram-se nas proximidades da avenida Paulista, em ambos os lados da avenida.[199] Estas pertenciam a abastados moradores da avenida que utilizavam seus terrenos vazios para armazenar carroças e animais de serviço.[200]

Com o aumento da população na capital e a chegada de novos imigrantes, os problemas sanitários se acumulavam nas habitações reservadas para os mais pobres, causando epidemias recorrentes em vários bairros. No distrito da Consolação, mais especificamente no bairro da Bella Cintra, o problema também se repetia. No mesmo ano em que se publicou o Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigenia, o

[199] Nos projetos analisados, a Rua Oscar Freire aparece com a denominação de Rua de São José, entre 1905 a 1915 e como Alameda Iguape entre os anos 1913 e 1914.

[200] Entre os moradores da avenida Paulista encontramos os proprietários destas grandes cocheiras, que incluíam também casas para os funcionários. Identificamos propriedades deste tipo no nome de Joaquim Eugênio de Lima, Fernando Sabino, Joaquim Mello de Franco e Victor Dubugras.

> Dr. Marcondes Machado, delegado de hygiene do 2º distrito da Consolação, verificou no dia 15 um óbito no necrotério do cemitério da Consolação. No dia 10, um óbito e consequência da febre amarela, de um trabalhador vindo de Santos, e mais o óbito de um feto no dia 17, ambos na Bella Cintra. Nos dias 16 e 17 visitou 100 predios na Bella Cintra, compreendendo todas as casas, açougues e vendas; intimou os moradores daquellas em que encontrou deposito de lixo a remove-los e a entupir as latrinas que julgou não dever continuar pelo seu mau estado e a outros desinfectar as existentes [...][201]

Ainda segundo a reportagem, o inspetor exigiu modificações no prédio, requisitou a remoção de dois doentes, de varíola e de febre amarela, e a desinfecção dos referidos edifícios, de onde outro doente já havia sido removido 15 dias antes. O problema foi recorrente, principalmente nas habitações coletivas que se localizaram nas proximidades do Bexiga e nas primeiras quadras da Rua Augusta.

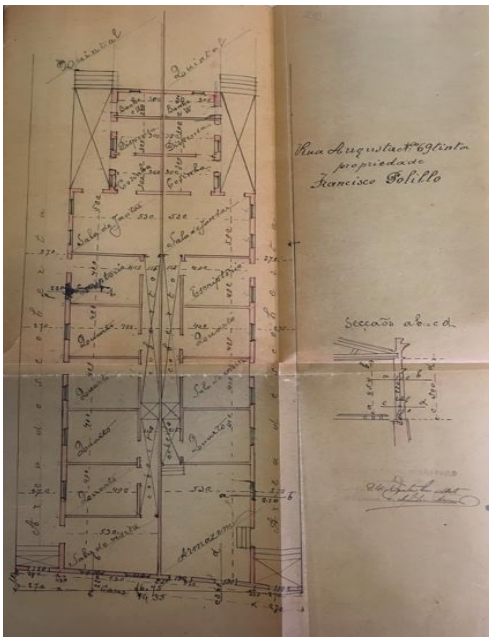


Figura 51: Duas casas térreas geminadas, uma delas com armazém, na Rua Augusta 69, propriedade de Francisco Polillo, ano 1905, SOP, AHMSP.

A diversificação dos investimentos foi constante neste período. Francisco Polillo construiu diversos prédios na Rua Augusta enquanto operava uma casa de secos e molhados na rua da Consolação e administrava uma torrefação de café no centro da cidade. As duas casas que Polillo construiu em 1905 compunham-se de cômodos enfileirados, com algumas portas de acesso para um corredor descoberto. Nos anos 1905, 1906 e 1908, Polillo expandiu seu investimento na região, e, em 1917,

[201] *A Província de São Paulo*, 21/03/1893.

adquiriu das mãos da viúva de Napolis outro armazém de secos e molhados na rua da Consolação.[202] No mesmo ano, Polillo estendeu – ou trocou – de negócio, ao assumir a fábrica do Café Pauliceia, com todos os "machinismos, móveis, utensílios, semoventes", que se localizava na rua 25 de Março.[203]

Tipo 5B: Casinhas em grupo

Ainda fora da regulamentação, desenvolvia-se o mercado de aluguéis abrangendo desde os setores médios até os mais pobres.[204] E, nesse setor, quem pudesse investia, desde aqueles que tinham meios para construir casas para renda, como os médicos, advogados e engenheiros, até os pequenos proprietários que expandiam suas casas com novas unidades habitacionais. Todas as modalidades do próspero mercado para aluguel aumentavam a cada ano, acompanhando o crescimento da cidade.[205] O aluguel de imóveis era bastante rentável, pois as casas para os mais pobres podiam ser construídas com menor investimento, demandavam pouca manutenção e assim garantiam lucros mais vantajosos do que a construção de casas para os setores mais abastados.[206] Dessa maneira, o mercado estimulava a construção da habitação popular mesmo em áreas onde a terra tinha grande valor por conta das altas densidades e da proximidade ao centro, como era o caso da Rua Augusta.

---

[202] *O Estado de S. Paulo*, 03/01/1917, p. 11.
[203] *Correio Paulistano*, 23/10/1917, Edição 19502, p. 9.
[204] Antes da existência de lei que regulamentou a locação de imóveis, o Código Civil de 1916 era regra geral para locação, sendo que a primeira lei que veio a dar respaldo especial sobre o assunto de locação imobiliária foi a lei 4.403, de 22 de janeiro de 1921.
[205] Bonduki nos lembra que o mercado do aluguel era tão expressivo em São Paulo, que em 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus proprietários, predominando largamente o aluguel como forma básica de acesso à moradia. (Bonduki, 1982.). Considerando-se que boa parte dos prédios ocupados pelos trabalhadores de baixa renda eram cortiços e, portanto, ocupados por mais de uma família, conclui-se que quase 90% da população da cidade, incluindo quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média, era inquilina, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para aquisição da casa própria" (BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. In: *Análise Social*, v. XXIX, 1994, p. 713).
[206] Monique Borin ressalta em pesquisa sobre o bairro de Santa Efigênia (1886 – 1923) a importância do mercado de aluguel na cidade, de finais do século dezenove até as primeiras décadas do século vinte (BORIN, 2020, p. 97). Diversas pesquisas discutem a evolução histórica do mercado de aluguel residencial na cidade, prática que se transforma com a Lei do Inquilinato de 1942. (BONDUKI, 1994; BUENO, 2018; MARINS, 2014 e outros).

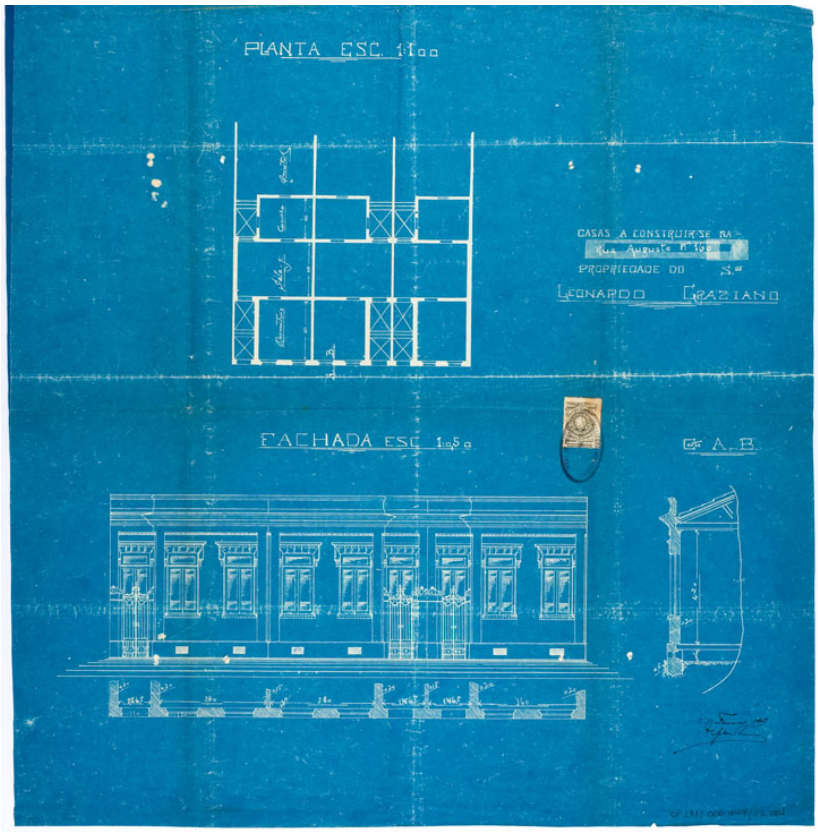


Figura 52: Três casas para Leonardo Graziano na Rua Augusta 160, entre as ruas Matias Aires e Antonio Carlos, ano 1913. Projeto Sirca: FAU-USP e SOP, AHM-SP.

Leonardo Graziano construiu três pequenas casas térreas em 1913, para aluguel, nas proximidades da avenida Paulista. (Figura 52) Os jornais indicam que Graziano construiu pelo menos mais três prédios na Rua Augusta em 1906 (talvez seu primeiro projeto na região) e em 1916 (uma padaria e um açougue, Figuras 57 e 58).

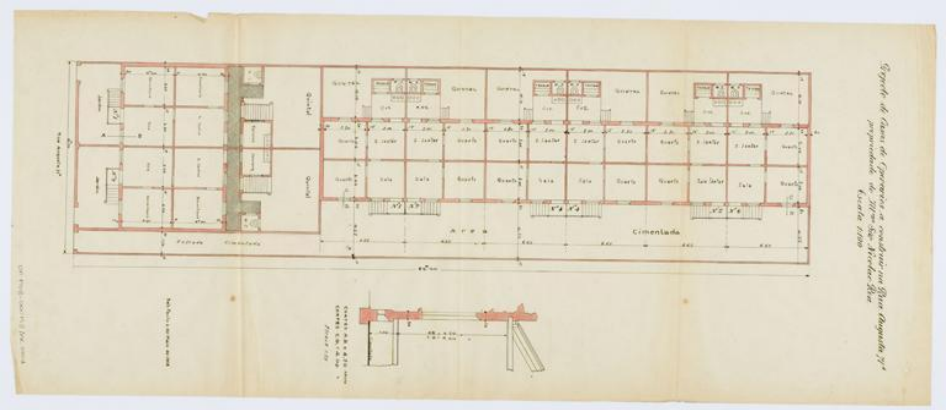


Figura 53: Casas para operários na Rua Augusta 71A, proprietário Nicolau Rea, ano 1908. SOP, AHM-SP.

Na virada do século XIX para o XX, a presença imigrante cresceu significativamente na cidade de São Paulo e foi incrementada pelo aumento das transferências demográficas do interior para a capital: fazendeiros e famílias que se instalavam definitivamente na cidade; antigos trabalhadores rurais que buscavam melhores oportunidades de trabalho. Através das notícias das chegadas e partidas dos trens entre o interior e a capital, encontramos nomes de alguns dos construtores e proprietários que viveram na Rua Augusta e pudemos assim identificar a longevidade de suas conexões com as cidades de origem. Nicolau Rea, proprietário da casa acima (Figura 53), membro da comunidade italiana da capital, foi um comerciante que nunca deixou de manter relações com Poá, , fazendo doações para a construção da Capela de Nossa Senhora de Lourdes e para a abertura do primeiro posto policial em sua cidade de origem, ao mesmo tempo em que investia em imóveis na capital.

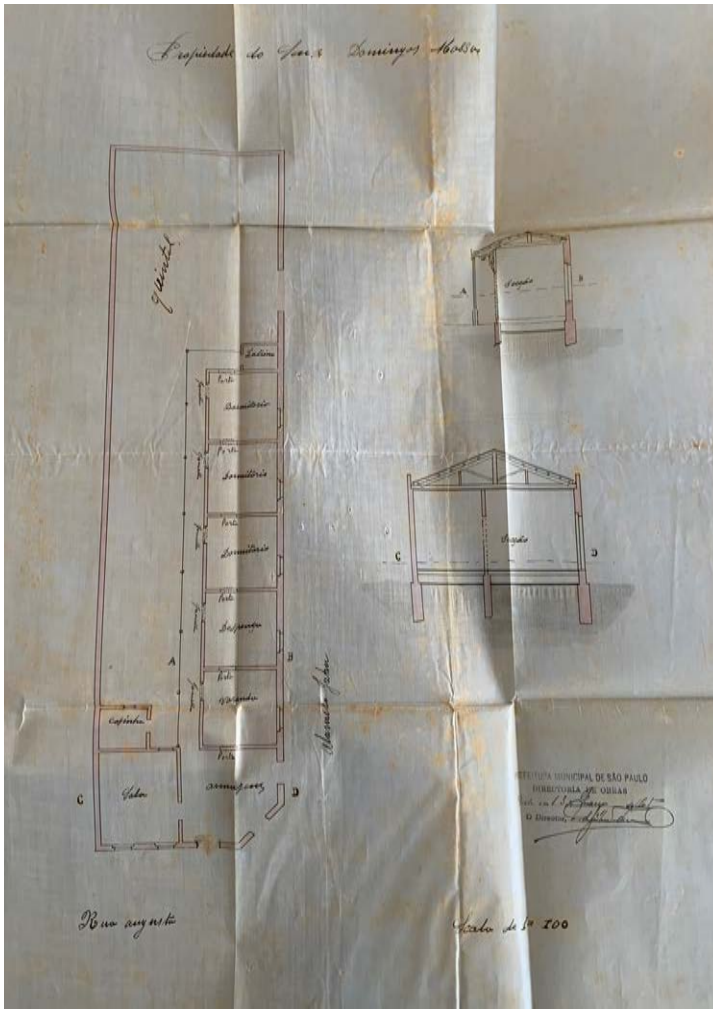


Figura 54: Projeto de casas em fila na Rua Augusta esquina com a Alameda Jahu, propriedade de Luiz Domingos Mossa, ano 1905. SOP, AHM-SP.

As casas para habitação coletiva (também chamadas de cortiço), ou, segundo as palavras do proprietário do projeto acima (Figura 54), Domingos Mossa, "as casas em fila", não foram muito prevalentes na Rua Augusta, mas estiveram presentes. Construídas nos primeiros anos do século vinte, estes conjuntos de habitações para os mais pobres incluíam com frequência um armazém como parte do projeto. A partir de 1915, ao invés de cortiços, estas casas se configuravam como pensões, se localizavam nos dois lados da Rua Augusta e estiveram presentes até pelo menos a década de 1930.

Tipo 6: Casas para uso misto

A barbearia de Luciano Caruso (ou Curuzzo) na Rua Augusta, quase esquina com a avenida Paulista, dividia o lote com o armazém do proprietário do edifício, José Pereira Belleza. (Figura 55) Além de comerciante, construtor e proprietário de prédios na Rua Augusta e em outros bairros da cidade, Belleza praticava o tiro esportivo. Junto com Caruso, Belleza atendia com frequência os encontros do clube de tiro. O negócio entre os dois pode ter sido arranjado no balcão do armazém ou na cadeira do barbeiro, mas o fato é que o lote de Belleza foi dividido e alinhado, e o novo prédio construído a contento.



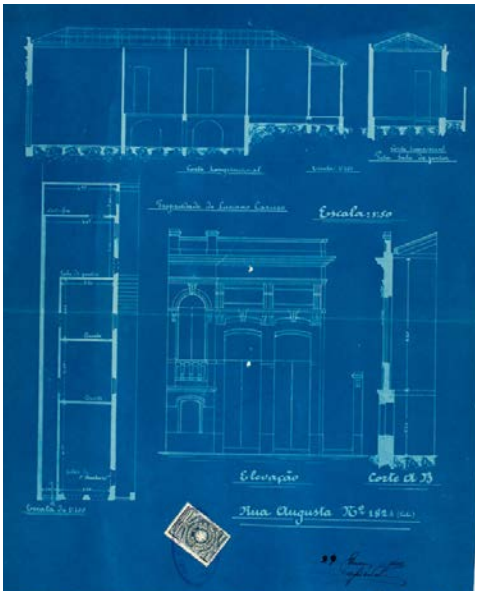


Figura 55: Pequena casa para Luciano Caruso, na rua Augusta esquina com a alameda Iguape, ano 1899. SOP, AHM-SP.

Figura 56: Salão de barbeiro Salão de barbeiro com casa para Luciano Caruso, construída por José P. Belleza na Rua Augusta 182, ano 1912. SOP, AHM-SP

Caruso iniciara sua trajetória de barbeiro na Rua Augusta em 1899, na esquina com a alameda Iguape.[207] Em 1912 fez construir uma nova barbearia com residência atrás do espaço comercial, com porão alto e aberturas em arco para a rua. A partir de 1915 e até 1920, o filho de Caruso, Ernesto, ficou responsável pelo negócio, aparecendo como o responsável pelo pagamento dos impostos.

Nas proximidades, estabelecido com açougue na Rua Augusta pelo menos desde 1906, vivia Leonardo Graziano. Além desse primeiro endereço para seu açougue, Graziano construiu pelo menos mais dois edifícios no trecho sul da Rua Augusta, entre as alamedas Tietê e Franca. Um deles serviu para a sua moradia e o outro foi ocupado por um novo açougue. Em 1916, Graziano submeteu à Prefeitura um requerimento para adicionar dois quartos ao seu prédio, além de iniciar outra construção que incluía padaria nos fundos do lote para Francisco Graziano, seguida da licença em 1917 para "rebaixo de guia para poder entrar e sair com um carrinho de padeiro".[208]

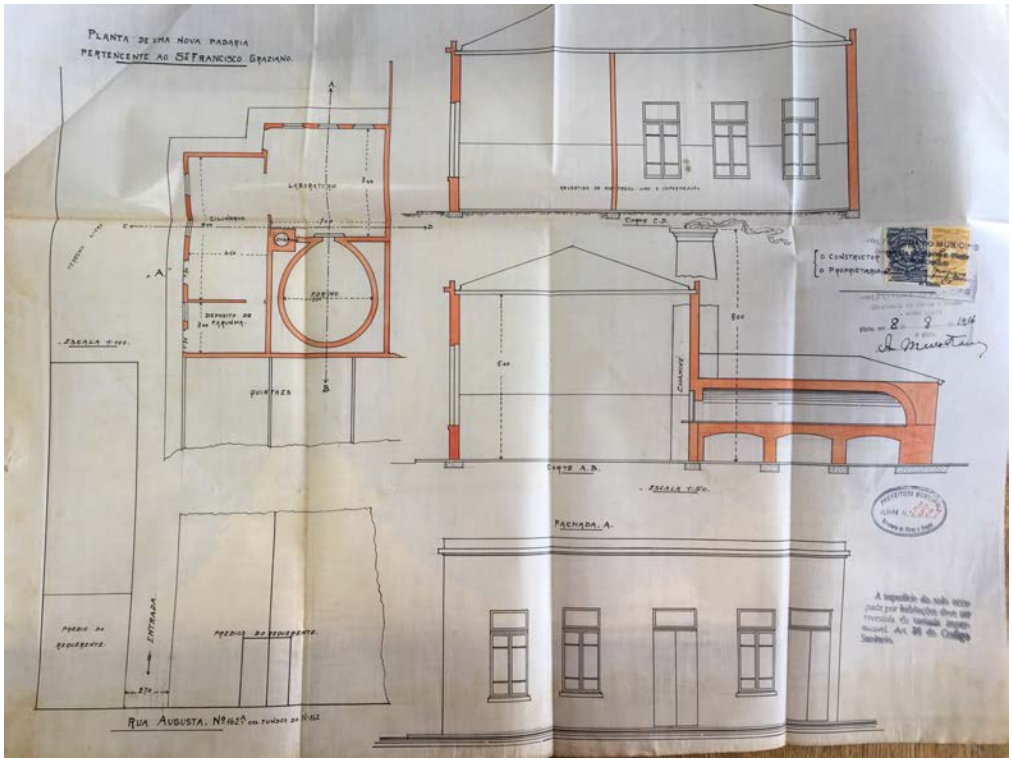


Figura 57: Padaria na Rua Augusta 362A, para Francisco Graziano, ano 1916. SOP, AHM-SP.

[207] A Alameda Iguape, hoje recebe o nome de rua Oscar Freire.
[208] Requisição de Leonardo Graziano, 1917. SOP, AHM-SP.

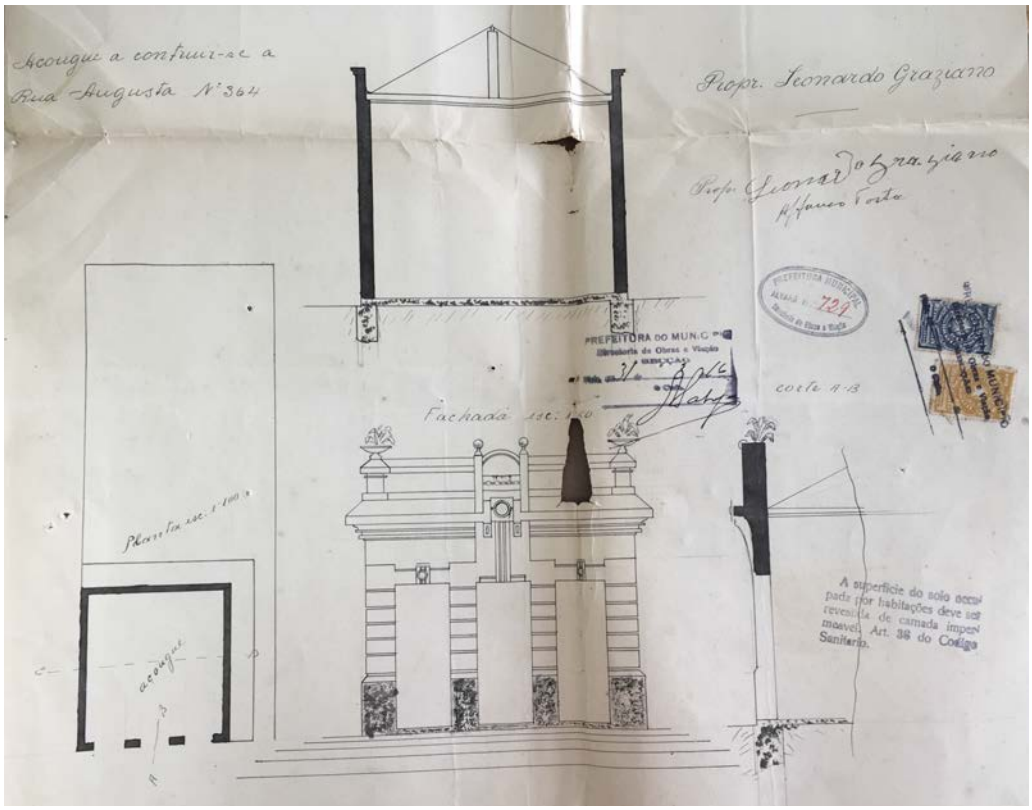


Figura 58: Açougue para Leonardo Graziano na Rua Augusta 364, ano 1916. SOP, AHM-SP.

Não sabemos se Graziano mudou de ramo, de açougueiro para padeiro, se seguiu com os dois negócios, ou se alugava seus dois espaços comerciais. Sabemos que, em 1919, seu prédio estava ocupado com o armazém de secos e molhados de Constantino Figueiredo.[209] Sabemos também que, na primeira metade do século XX, os armazéns de secos e molhados estiveram presentes em todas as quadras da Rua Augusta. Por vezes um ao lado do outro, chegando até três na mesma esquina. O armazém era um tipo de comércio meio indefinido, pois ali vendia-se desde sorvetes e pirulitos para a criançada, até Fernet e Pôrto para os mais crescidos; o arroz e o feijão de todos os dias e o tamanco para lavar os quintais. Nos fundos dos armazéns moravam seu dono e familiares, onde havia também quartinhos para alugar. Nos balcões se tomavam informações sobre as vizinhanças, os horários do bonde, as novidades da cidade. Nos armazéns da rua Augusta, dos quintais aos balcões, habitava o coletivo, como veremos a seguir.

[209] Livros de Lançamentos da Indústria e do Comércio de São Paulo. AHM-SP.

IV. A MISTURA E AS VIZINHANÇAS

Durante o período que estudamos, tanto os imigrantes quanto os brasileiros buscavam encontrar, em meio às drásticas transformações porque passava a capital, suas aspirações para a vida na cidade. No processo de formação dos possíveis modelos de vida urbana, as comparações com as imagens de outros países foram frequentes. E a essas imagens aliavam-se às experiências do passado em outras terras, e às memórias recontadas pelas gerações anteriores. Passado vivido e aprendido.

O cenário urbano imaginado para São Paulo em finais do século XIX pelo empresário e investidor açoriano naturalizado brasileiro, Mariano Antonio Vieira, deveria compor-se dos "padrões civilizados que vira noutras terras". Seu sonhado "bairro aristocrático" seria arrematado pelo parque que circundaria a Avenida da Real Grandeza, passando a ser "para esta cidade o que o Bois-de-Bologne era para Paris". Poucos anos depois, sem sucesso na implantação do sonhado parque parisiense, o mesmo morro do Caaguaçu já despido de grande parte da mata que se vendera como lenha, seria objeto de novo projeto de cidade, ainda mirando além-mar. O pedido de 1899, assinado por Margarida Alves de Lima, esposa do Joaquim Eugênio, que há poucos anos inaugurara ali a afamada Avenida Paulista, considerava que São Paulo, "apesar de seu crescente desenvolvimento material, ainda não possue, para recreio de sua população, um grande parque municipal". Segundo ela, São Paulo deveria seguir o "exemplo de capitaes adiantadas, onde melhoramentos dessa ordem constituem necessidades reaes da vida dos seus habitantes".[210]

A essa altura, a matriz da cidade colonial já estava em plena transformação, e agora "São Paulo caminhava a largos passos para sua modernização e assim não lhe servia mais [...] O Largo da Luz, fundado em época em que a cidade não possuía a prosperidade material e a cultura social que hoje a tornam uma das mais adiantadas do paiz [...]".[211] Insistindo na proposta, a agora viúva Sra. Margarida Alves de Lima trataria, em 1902, de relembrar a Câmara Municipal de São Paulo que "nos centros europeus não há uma cidade importante que não tenha um jardim botânico [...] é o que precisa a futurosa capital deste Estado." As tais terras que se oferecia para desapropriação estariam cercadas e prontas para que ali se pudesse representar a "nossa flora e a nossa fauna", "como nos jardins congêneres da Europa e dos Estados Unidos da America do Norte", em lugar

[210] Carta de Margarida Alves de Lima para o Prefeito de São Paulo, 12/12/1899 (Papéis Avulsos, AHMSP).
[211] Ibidem.

acessível e já preferido pelos paulistanos.[212] As menções aos modelos representados pelas cidades da Europa e dos Estados Unidos da América perseguiram a história da Rua Augusta, que, mesmo quando palco de movimentos culturais locais, pretendia apresentá-los para o mundo. As cidades da Europa rememoradas variavam entre cidades portuguesas como Sintra, que deu nome ao bairro Bella Cintra; os Champs Eliseès de Paris, que inspiraram nosso primeiro bairro aristocrata, e as Garden Cities de Richard Parker e Raymond Unwin adaptadas aos bairros Jardins da Cia. City paulistana.

Os registros oficiais e da imprensa noticiosa favoreciam as figuras públicas e os membros da elite de tal maneira que é de fato muito difícil encontrar indícios da cidade imaginada pelos outros segmentos da população. Esses indícios são encontrados com maior frequência nas diferentes formas literárias de cada época (memórias, crônicas, romances históricos), mas também podem ser inferidos na combinação de outras fontes. Essa foi a opção que tomamos nesse trabalho, consciente das limitações implicadas por este método híbrido.

Durante este capítulo, experimentamos utilizar as pistas deixadas pelos mapas e pelos projetos das obras particulares. Assim, tanto a configuração de um lote – estreito ou largo, de esquina ou meio de quadra – podem indicar a opção pelo uso residencial ou comercial; como as linhas pontilhadas nas plantas do senhor Oscar Erheim podem indicar seu desejo por uma casa maior com escadaria e jardim formal à semelhança das chácaras mais luxuosas, como as que se viam em Campos Elíseos naquele período.[213] Campos Elíseos já não era mais o mesmo em 1915, ainda assim dezessete anos depois, Erheim consegue finalmente adicionar mais um cômodo, uma cozinha e um terraço à sua casa original. Pouco sabemos sobre sua trajetória, já que, como muitos dos protagonistas desta pesquisa, o senhor Erheim não parece ter deixado vestígios além desses dois projetos.

Alguns dos personagens, apesar de não iniciarem suas vidas nas vitrines da imprensa, tiveram trajetórias que tornaram suas histórias conhecidas. Através deles, temos a possibilidade de apreciar outras formas de habitar a região que estamos estudando. A escritora Zélia Gattai viveu nas

[212] Carta de Margarida Alves de Lima para a Câmara Municipal de São Paulo, 15/10/1902 (Papéis Avulsos, AHMSP).
[213] Projeto para casa e reforma à Rua Augusta, propriedade de Oscar Erheim, ano 1898 e 1915. Série de Obras Particulares – AHMSP.

proximidades da rua Augusta a partir de 1910, e descreveu em detalhes suas experiências de infância na Villa America:

> Num casarão antigo, situado na Alameda Santos número 8, nasci, cresci e passei parte de minha adolescência. Ernesto Gattai, meu pai, alugara a casa por volta de 1910, casa espaçosa, porém desprovida de conforto. Teve muita sorte de encontrá-la, era exatamente o que procurava: residência ampla para a família em crescimento e, o mais importante, o fundamental, o que sobretudo lhe convinha era o enorme barracão ao lado, uma velha cocheira, ligada à casa, com entrada para duas ruas: Alameda Santos e Rua da Consolação. Ali instalaria sua primeira oficina mecânica. Impossível melhor localização![214]

Os mapas da época revelam o tamanho dos lotes e as plantas de edifícios e evidenciam as diferentes construções que tomavam conta da região. Entre as décadas de 1880 e 1910, os lotes tinham tamanhos diferentes, mas quase sempre restavam grandes quintais onde se criavam animais, cultivavam-se frutas e hortaliças e realizavam-se outras atividades produtivas. Vizinha à família Gattai, a família de Rocco Rienzi possuía, assim como o proprietário de sua casa alugada – Roque (ou Rocco) Andretta[215] – duas propriedades contíguas: a maior em terreno de 11 x 26m, com seis cômodos e galinheiro cercado nos quintais, e a segunda com quatro cômodos, incluindo cozinha, dois quartos e sala. As duas propriedades foram leiloadas em 1917 para pagamento de hipoteca ao banco suíço. Durante esse período – de 1910 a 1917 –, as notícias em jornais relatam inúmeros incidentes com armas; tiros desferidos por descuido; carroças atravancando o leito carroçável por onde passava a boiada e também os enterros que se dirigiam ao cemitério da Consolação e do Araçá. Na Alameda Santos brincavam também as crianças, enquanto nas recorrentes estrebarias e oficinas consertavam-se carroças e automóveis importados. Nesta rua viveram amas de leite, cocheiros e ajudantes de pedreiro, que se encontravam com frequência na leiteria e na venda de Luiz de Tal.[216] Nesta venda, os moradores da alameda compravam o feijão, recolhiam suas cartas e emprestavam dinheiro de algum vizinho.[217] Ali, a senhora do cocheiro Carmine Sirifecci

[214] GATTAI, 1979, p. 7.
[215] Em 1908, Rocco Rienzi e Rocco Andretta, além de vizinhos, participaram da comissão que se encarregou da construção da capela de Santa Maria, em terreno doado pelos proprietários da Villa America, na Alameda Itu (*O Estado de S. Paulo*, 09/05/1908, p. 5).
[216] *O Estado de S. Paulo*, 07/04/1912, p. 3.
[217] Diversos anúncios e notícias em *O Estado de S. Paulo*, 1910 a 1917.

atendera sua prima – e vizinha – numa sessão de feitiçaria que, pela estranheza do assunto, deixaria a família mal-afamada no bairro.[218]

Nem os mapas, tampouco os projetos dos edifícios podem traduzir as imagens e as memórias – embaçadas pelo tempo e pela distância – que se combinavam com as experiências do momento em que esses personagens deixaram suas marcas na cidade. Através da combinação dos vários documentos, encontramos Roque Andretta, que além de alugar sua casa para os Gattai, mantinha em sua segunda propriedade uma das muitas cocheiras da alameda Santos. Ainda com forte sotaque de seu passado napolitano, fez questão de ditar a decoração da varanda dos Gattai, onde mandou pintar um grande mural. Vesúvio, trópico e São Paulo.

> Escolheu a parte mais espaçosa da parede, a mais vista da rua, para ali colocar o Vesúvio, fumaça e labaredas evolando-se da cratera, céu azul, grandes pássaros – que, na interpretação nacionalista de Joaquim, viraram coloridos papagaios, araras e tucanos – voando e, embaixo, na base, algumas carrocinhas carregadas de verduras e frutas, outras de tijolos e materiais de construção, puxadas a burros. As carrocinhas e os burros estavam presentes em todas as paisagens. Quem sabe, no fundo, talvez fizessem parte da propaganda de sua "frota" de transportes?[219]

Assim, Andretta, pelas mãos do mestre pintor Joaquim expressou sua nostalgia napolitana tingida pelos trópicos e ainda aproveitou para promover seus negócios. Seguindo o texto de Gattai, confirmamos as suspeitas de que a alameda Santos – pelo menos no trecho entre as ruas Pamplona e Consolação – funcionava como uma espécie de fundo de quintal para as mansões que se alinhavam na avenida Paulista.

> A Alameda Santos, vizinha pobre da Paulista, herdava tudo aquilo que pudesse comprometer o conforto e o status dos habitantes da outra, da vizinha famosa. Os enterros, salvo raras exceções, jamais passavam pela Avenida Paulista. Eram desviados para a Alameda Santos, nela desfilavam todos os cortejos fúnebres que se dirigiam ao Cemitério do Araçá, não muito distante dali. Rodas de carroças e patas de burros jamais tocaram no bem cuidado calçamento da Paulista. Tudo pela Alameda Santos! Nem as carrocinhas da entrega do pão, nem os burros da entrega do leite, com seus enormes latões pendurados em cangalhas, um de cada lado, passando pela manhã muito cedo, tinham permissão de transitar pela Avenida.[220]

[218] *O Estado de S. Paulo*, 12/05/1909, p. 3.
[219] GATTAI, 1979, p. 17.
[220] GATTAI, ibid., p. 216.

Na mesma esquina da Consolação com a alameda Santos onde viveram os Gattai, a empresa de limpeza pública acostumara-se a depositar o lixo retirado da avenida Paulista, incomodando os moradores que clamavam pela atenção dos governantes em 1911.[221] A atitude da Prefeitura com relação à alameda Santos já se evidenciara desde 1891, ano em que se inaugurou a avenida Paulista e as boiadas tiveram que encontrar outros caminhos para atingir o matadouro na Vila Mariana. Iniciou-se a partir desse momento o uso desta alameda como acessória aos palacetes da Paulista. E como a alameda, esburacada e emporcalhada, seus moradores também foram tratados com pouco respeito por seus nobres vizinhos.

Dando as costas para essas famílias, que costuravam suas roupas, consertavam seus automóveis, recebiam seu lixo, os moradores da avenida Paulista não viam com bons olhos a proximidade da vizinhança de trabalhadores. Em 1910, o engenheiro Victor Dubugras, morador da esquina da Paulista com a alameda Lima, não hesitou em invadir a casa de Antônio Duarte para atirar no cão, que mesmo preso com uma "forte corrente" pelo dono, foi morto a quatro tiros. A esposa de Duarte, inconformada com a situação, foi ainda ameaçada de morte pelo ilustrado engenheiro sob o clamor e indignação das testemunhas.[222] A cidade moderna e racional expressa nos edifícios projetados por Dubugras, não comportava tal mistura de diferentes grupos sociais. Essa era, no entanto, a mistura que caracterizava todas as quadras das duas ladeiras que conformaram a Rua Augusta.

[221] *O Estado de S. Paulo*, 28/01/1911.
[222] *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1910.

CAPÍTULO 2

Secos & Molhados

Ximenes não sorria. Talvez tenha sido isso o que me chamou a atenção. [...] Passava o dia por detrás do balcão, acompanhando o vai e vem na rua. O pequeno armazém era sua janela para o mundo. Educado, parecia mais um ex-seminarista do que um comerciante de secos e molhados. [...] Pela manhã tinha o pão fresquinho e o leite, o que era conveniente, na falta de padaria próxima. [...] Sem ajudantes, ele sozinho atendia pressuroso os fregueses, mais numerosos durante a manhã, e logo retornava para detrás do balcão. Servia com presteza, mas sem demonstrar interesse, como se pouco lhe importasse vender ou não vender. Só se alegrava quando uma criança aparecia com a lista de compras; então a regalava com um pirulito. Chegava a interceptá-las na calçada para oferecer a guloseima. [...] Percebi que Ximenes conhecia todos os moradores da rua, alguns de muito antes de minha chegada ao bairro, e sobre cada um parecia ter juízo de valor, ciosamente guardado para si. Não era um fofoqueiro. Era, digamos, um observador da conduta humana.
Bernardo Kucinski, Secos e Molhados, 2015.[223]

Numa manhã de agosto de 1948, um rapaz de 17 anos morreu por consumir arroz envenenado com arsênico comprado em armazém da Vila Mariana.[224] Alguns meses depois, o Sr. Ênio

[223] KUCINSKI, Bernardo. In: *Rascunho: o jornal de literatura do Brasil*, Edição 181, maio/2015. Disponível em: https://rascunho.com.br/ficcao-e-poesia/secos-e-molhados. Acesso em 12/11/2021.
[224] *O Estado de S. Paulo*, 15/08/1948, p. 4.

Fragnani da Mooca viu seu armazém desaparecer em chamas, por conta da "imprudência de um freguês que riscou um fósforo perto do balcão, onde momentos antes se havia quebrado um frasco de álcool". Com uma "crise de nervos", o Sr. Fragnani sofreu um derrame cerebral e foi levado às pressas para o hospital.[225]

As notícias dos jornais, as memórias e os arremedos literários revelam as muitas representações que se fizeram dos armazéns de secos e molhados e nos remetem às dificuldades e às alegrias vividas por esses comerciantes. Muitos proprietários dos armazéns paulistanos vieram de outras terras e, em seus primeiros tempos no Brasil, trabalharam nas proximidades do porto de chegada ou enviaram-se para as fazendas até conseguirem juntar recursos suficientes e abrir seu próprio negócio na cidade. Outros convergiram diretamente para junto de seus conterrâneos e familiares, que os acolhiam e lhes providenciavam oportunidades e trabalho na cidade. Com participação significativa na vida comercial de São Paulo durante a primeira metade do século XX, os imigrantes negociavam em suas lojas os mais variados produtos requisitados pela freguesia local, incluindo artigos nacionais e importados: aqueles que vinham das chácaras e manufaturas vizinhas, e aos quais os antigos habitantes da cidade já estavam acostumados, mas também outros produtos que traziam com sua cultura e importavam de seu país de origem.

Para além das dificuldades, localizando-se nos trechos de rua mais movimentados dos bairros[226], os armazéns providenciavam às vizinhanças um ponto de encontro, onde se tomava um gole depois do trabalho e onde as crianças trocavam as moedas por doces e balas ao apanhar um quilo de feijão para o almoço. No armazém era também possível negociar um imóvel, descobrir um quarto para aluguel, inteirar-se das novidades e encontrar um amigo. Na memória coletiva paulistana ficaram as peripécias urbanas que aconteciam nos armazéns, como o Ordem e Progresso de Alcântara Machado, no bairro do Bexiga. Ali eram servidas refeições preparadas por Dona Bianca na cozinha de casa, enquanto o marido derramava um "duzentão de cachaça" no balcão e abria uma Antarctica para refrescar o bocce jogado nos fundos do prédio. Tudo isso ia anotado na caderneta pelo proprietário Natale. Ele, que "não despregava do balcão de madrugada a

[225] *O Estado de S. Paulo*, 05/12/1948, p. 12.

[226] Ou que se tornavam mais movimentados por sua causa, já que através dos comerciantes e dos "velhos frequentadores" dos armazéns de secos e molhados paulistanos no século XIX, as notícias diárias da vida da cidade ecoavam. Os armazéns eram locais "de origem e de final das histórias" (OLIVEIRA, 2005, p. 270). Para Pierre Mayol é através dos armazéns que um "bairro fala". (CERTEAU, 1996, p. 128).

madrugada" e ainda tinha que arranjar com o "doutor" da Comissão do Abastecimento um "acerto" para quitar "essa cousa de imposto".[227]

Nas memórias pessoais ficaram as experiências vividas nesses ambientes, de um lado ou de outro dos balcões deste tipo de comércio, que ainda sobrevive como um dos pontos de referência da formação social e cultural de várias cidades. Muitas são as lembranças, como a descrita pelo romancista Érico Verissimo de seus dias adolescentes trabalhando no armazém de secos e molhados de Cruz Alta, sua terra natal: "Foi ali que, à sombra dos melancólicos bigodes de um gerente taciturno, que rescendia a alho, fiz clandestinamente a minha primeira literatura, aproveitando também as raras folgas para desenhar em papel de embrulho paisagens e retratos imaginários."[228]

*

O objetivo deste capítulo é estudar a experiência urbana na Rua Augusta através de suas práticas sociais e de suas atividades produtivas, especialmente em sua interação com o espaço da rua. Escolhemos estudar os armazéns de secos e molhados pela natureza desta atividade comercial, que nos permitiu olhar mais de perto para algumas questões que nos parecem importantes para o entendimento da rua como espaço coletivo, como experiência da urbanidade. Os armazéns enquanto lugares que se conformaram a partir da conjugação de atividades, tipicamente moradia e comércio, em um arranjo repetido por toda a cidade representavam a transição entre o espaço público – a calçada e a rua –, e o espaço privado – o lugar de trabalho, a casa. Assim, ao estudar os armazéns, encontramos os lugares onde as pessoas se encontravam, onde elas viviam juntas, comiam, produziam e trabalhavam. Estes lugares-armazéns abrigavam as vidas de diversas famílias em seus cômodos enfileirados nos fundos; os meninos caixeiros mal e bem tratados; os sonhos de estrangeiros que vinham do além-mar para transformar suas vidas; a vizinhança que se aglomerava nas esquinas para escutar o rádio ou o vizinho exclamando as novidades. Os armazéns de secos e molhados foram o tipo de comércio mais difundido na cidade, marcando o cotidiano das ruas paulistanas entre os anos 1890 e 1930.

[227] MACHADO, [1927] 2006, p. 65-68.
[228] *O Estado de S. Paulo*, 01/02/1953, p. 55.

Os armazéns de secos e molhados são pequenos mercados que vendem artigos de primeira necessidade e que têm abrangência local, ou seja, servem prioritariamente ao bairro e à vizinhança.[229] Ao mesmo tempo, cada armazém cultiva singularidades, definidas pela origem do proprietário, por sua localização e pela freguesia. Em São Paulo, os armazéns foram abertos por comerciantes de diversas nacionalidades e instalados em conjugação com a moradia e com outras atividades compartilhando o mesmo teto. Esse arranjo prevaleceu pelo menos até as primeiras décadas do século XX, quando surgiram edifícios dedicados unicamente à atividade comercial. Ainda assim, "embora se praticasse cada vez mais a separação entre comércio e residência, foram muitos os exemplos de novos projetos mantendo ainda a conjugação dessas funções".[230]

Assim como em outras ruas da cidade, os armazéns que se instalaram na Augusta acompanharam as mudanças da rua, de seus edifícios e sua ocupação. A maioria destes eram pequenos e funcionavam sob estrutura familiar. Ao olhar para a rua através dos armazéns, entendemos também suas relações com os bairros vizinhos, com a cidade e com as transformações da conjuntura socioeconômica mundial. As mudanças na legislação que incidiram sobre as construções, o processo de adensamento da ocupação e a consequente valorização dos terrenos da área refletiram-se nas mudanças tipológicas e na maneira de habitar os edifícios. Os armazéns nos mostraram também como os diversos grupos – os imigrantes e os brasileiros de origem africana e portuguesa – viviam os espaços públicos, as calçadas e as ruas, e dispunham dos espaços privados, na forma dos estabelecimentos comerciais e da habitação na Rua Augusta.

[229] Os armazéns de secos e molhados são referidos nos registros oficiais e nos periódicos também como empório, comércio de gêneros alimentícios, mercearia, venda e mercadinho. Uniformizamos daqui por diante a nomenclatura desse tipo de comércio simplesmente como armazém.

[230] BARBUY, 2006, p. 28. Heloisa Barbuy discute em seu livro A Cidade Exposição, o desenvolvimento do comércio nas ruas do triângulo central de São Paulo entre os anos 1860 e 1914, enquanto vetor que estabeleceu novas formas de sociabilidade ao mesmo tempo em que estabelecia novas configurações espaciais e das ideias, dos valores e dos padrões da cidade que se modernizava.

AS FONTES

Neste capítulo, utilizamos artigos e propagandas divulgadas em periódicos, principalmente nos jornais O Estado de S. Paulo e Correio Paulistano. Duas fontes primárias foram usadas para identificar os edifícios que conformaram a Rua Augusta e as diferentes atividades que se desenrolavam ali, com foco na tipologia comercial mais prevalente na cidade e nesta rua, os armazéns de secos e molhados: os processos da Série de Obras Particulares e os Lançamentos da Indústria e Comércio, encontrados no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e no jornal Correio Paulistano.

Utilizamos os Lançamentos da Indústrias e Comércio (LIC) para os anos 1915, 1918, 1920, 1929 e 1934 encontrados no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e para os anos 1926, 1927, 1928 e 1945 em publicação do jornal Correio Paulistano. Incluímos também na análise das atividades os dados encontrados na Série de Alvarás e Licenças para os anos 1923 e 1928, disponível no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e na Série de Obras Particulares para todos os anos de 1893 a 1928, com exceção dos anos 1924 e 1925. Ressaltamos que procuramos aproximar, conferir e cruzar nomes, dados e endereços colhidos nas diferentes fontes, que muitas vezes se mostraram imprecisas e mesmo inconsistentes. Além disso advertimos que é grande a probabilidade destas coleções serem incompletas, pois sabemos que há muitos documentos extraviados, perdidos, avariados e misturados em outras coleções. Assim, acreditamos que os documentos disponibilizados para consulta representam uma porção significativa dos projetos submetidos para a Prefeitura, mas não a sua totalidade. Para esse trabalho, adotamos sempre que possível os desenhos, os requerimentos e os documentos originais como fonte principal. Em alguns casos, quando não estavam presentes os requerimentos que tipicamente acompanham os projetos, buscamos localizar informações, como mudança da numeração, nome dos proprietários, autoria dos projetos e reformas que se fizeram ao longo dos anos através de jornais e da comparação de projetos com mesmo endereço. Estas informações nos permitiram ajustar e corrigir alguns dos registros na base de dados.

Os processos da Série de Obras Particulares nos permitiram entender a rua que se estava construindo e reformando, enquanto as Licenças de Indústrias e Profissões e a Série de Alvarás Licenças nos permitiram identificar qual era o uso corrente dos edifícios. Assumimos, com cautela, que os edifícios não listados teriam uso residencial, apesar de reconhecermos que inúmeros

armazéns e outros negócios se instalaram sem licença oficial em prédios que foram originalmente construídos para moradia. Nos jornais e em outros periódicos encontramos indicações de negócios na Rua Augusta que não constavam das listas oficiais. Assim, a análise permitida pela base de dados não se pretende numericamente precisa, mas propõe uma compreensão geral das ordens de grandeza, e principalmente da proporção entre as diferentes atividades que se desenvolveram ao longo da Rua Augusta.

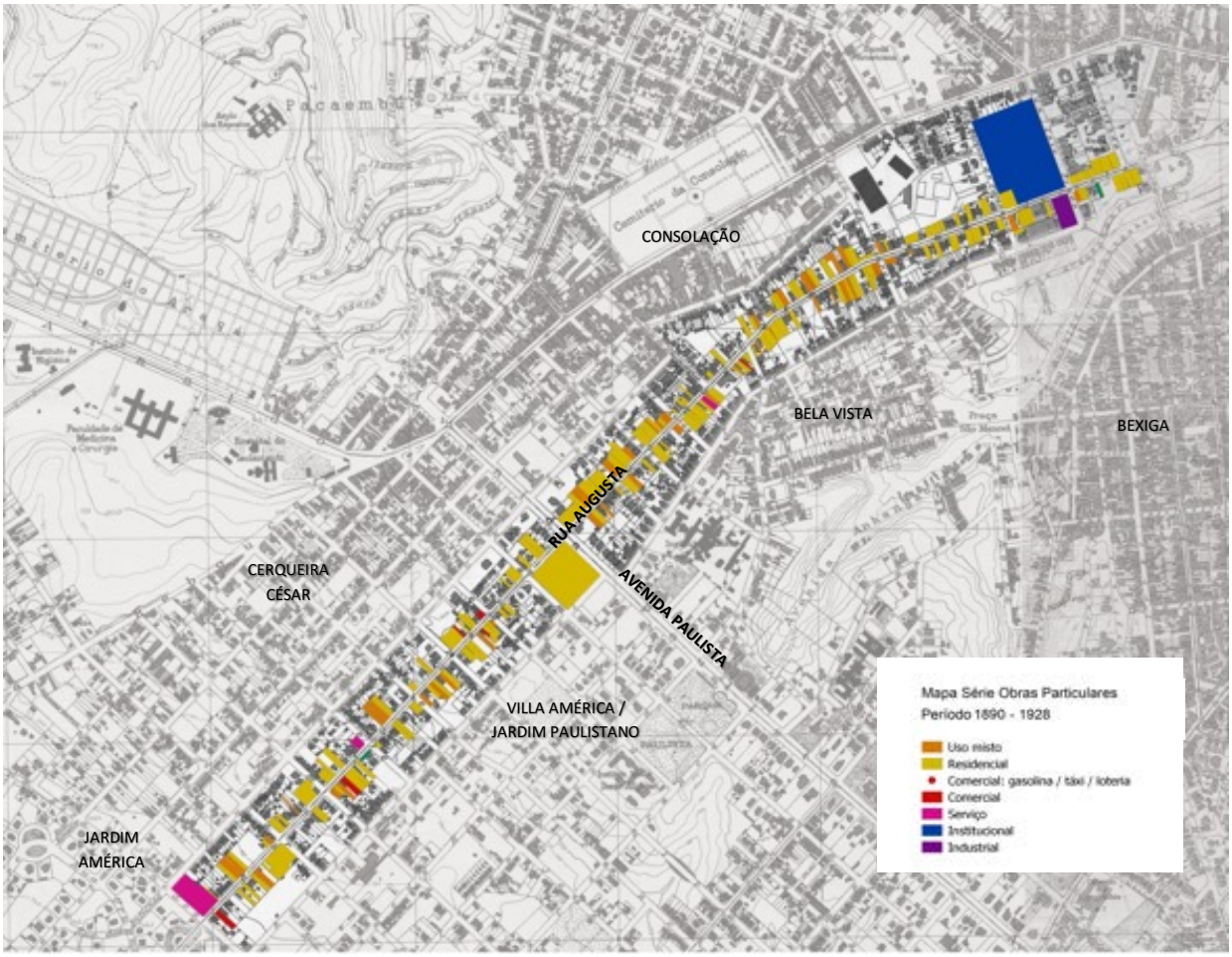


Figura 59: Mapa das requisições para construção de edifícios na Rua Augusta entre 1893 e 1928 (três períodos consolidados). Série de Obras Particulares, AHM- SP. (Elaborado sobre base do mapa Sara Brasil, 1930. - versão em maior escala encontra-se nos Anexos).

Os mapeamentos realizados com base nos projetos submetidos para aprovação entre os anos 1893 e 1928 nos mostraram que praticamente todos os lotes da rua já apresentavam algum tipo de construção até 1930. A maior incidência foi de edifícios construídos para residências (em amarelo), com muitos prédios que indicavam a combinação da moradia com atividades comerciais em seu projeto (em laranja). Ao longo da década de 1920 foram construídos alguns poucos edifícios que se pretendiam exclusivamente comerciais ou com espaços dedicados à prestação de serviços (em

rosa e vermelho).[231] Consideramos como uso misto os imóveis que combinavam a venda e a produção de alimentos ou bebidas com a moradia; marcenaria, carpintaria, funilaria; barbearia, lavanderia e outros serviços, sempre combinados com a residência, dividindo o mesmo edifício ou o mesmo lote.

Estão marcados na Figura 59 (em escala maior nos Anexos) os quiosques de loteria, as bombas de gasolina e os pontos de autos para aluguel (em pontos vermelhos). Foram poucos, mas significativos, os imóveis que tiveram outros usos, como o uso institucional (em azul escuro), incluindo as várias escolas que existiram na rua, e industrial (em roxo), com apenas uma grande indústria, a Fábrica de Calçados Melillo, na esquina da rua Caio Prado com a Augusta.

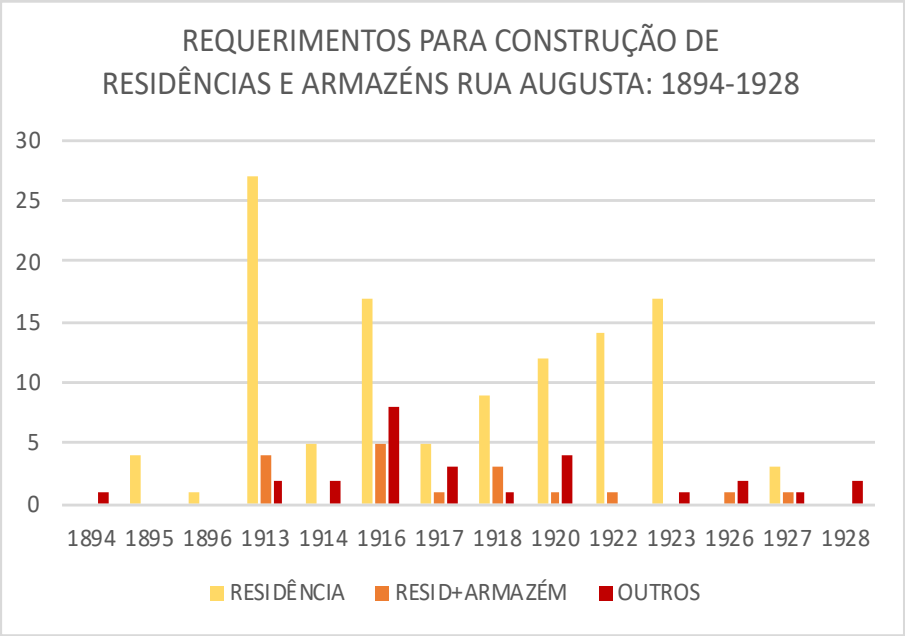


Tabela 2: Requerimentos para construção de prédios na Rua Augusta, 1894-1928. Desenvolvido com base na SOP, AHM-SP.

Entre os endereços mapeados, cerca de 20% dos requerimentos da Série de Obras Particulares para novas construções e reformas apresentados entre 1894 e 1928 incluíam em seu projeto espaço reservado especificamente para o uso dos armazéns.[232]

[231] Dos 573 processos analisados, identificamos o uso pretendido para 382 dos projetos propostos, os quais foram mapeados. Não incluímos no Mapa 1 os restantes 153 processos incluídos na base de dados, pois não foi possível identificar o uso proposto para 132 processos, tampouco o endereço completo para 17 processos.

[232] Perfazendo um total de 75 processos, representando a construção e as consequentes reformas de 45 prédios com armazéns na Rua Augusta.



Tabela 3: Mapa das requisições para construção de edifícios com espaço para armazém na Rua Augusta entre 1893 e 1928. Série de Obras Particulares, AHM- SP. Elaborado sobre o Mapa Sara Brasil, de 1930.

Paralelamente aos projetos e requerimentos da Série de Obras Particulares, analisamos os livros de Lançamentos da Indústria e Comércio. Estas listagens confirmaram a suposição de que muitos prédios construídos como residência terminaram por incluir também atividades comerciais em suas premissas, entre elas os empórios e armazéns. Foram analisados os Lançamentos disponíveis, que incluem as licenças emitidas para alguns anos específicos entre 1915 e 1934.[233] Durante este período, a maior parte dos estabelecimentos comerciais negociavam alimentos e bebidas, sendo que a tipologia do armazém de secos e molhados era a mais frequente.[234] Enquanto o comércio

[233] Os anos disponíveis para analise são: 1915, 1918, 1920, 1929 e 1934, nos livros de Lançamentos da Indústria e do Comércio da capital e no jornal Correio Paulistano estão disponíveis os registros para os anos 1926, 1927, 1928.

[234] Ressaltamos que, nas listagens dos Lançamentos da Indústria e do Comércio, os armazéns de secos e molhados aparecem com nomenclatura diversa: gêneros alimentícios, secos e molhados, empório, quase sempre acompanhados de outras licenças para vender cigarros, bebidas, sorvetes, leite e frutas.

somava entre 29 e 74 estabelecimentos, deste total um mínimo de 12 e um máximo de 26 solicitaram licença a cada ano para operar armazém ou empório.

ANO	SECOS E MOLHADOS	OUTRO COMÉRCIO	TOTAL COMÉRCIO
1915	16	16	32
1918	12	17	29
1920	20	20	40
1926	16	26	42
1927	19	30	49
1928	26	48	74
1929	20	48	68
1934	13	6	19

Tabela 4: Distribuição dos usos comerciais na Rua Augusta nos anos 1915 – 1934. LIP, AHM-SP e jornal Correio Paulistano.

Retomamos a periodização utilizada no primeiro capítulo para fazer o cruzamento entre as mudanças que estavam acontecendo na cidade em cada período e as mudanças tipológicas e de inserção na malha urbana dos armazéns da Rua Augusta.

Durante o primeiro período (1880-1912), a Augusta era uma rua de bairro que preservava ainda características de seu passado semi-rural onde as relações estritamente locais eram as mais importantes.[235] Durante este período, os armazéns instalaram-se nos cômodos frontais das pequenas casas de porta e janela que se alinhavam às calçadas da Augusta. No segundo período (1913-1922), as conexões entre a Rua Augusta e as vizinhanças se acentuaram com a consolidação da ocupação dos bairros e dos loteamentos adjacentes, definindo novas tipologias para as construções e incluindo os novos usos comerciais que se inauguravam em todas as quadras da rua. Os armazéns apresentaram maior diversidade em sua conformação física, quando os espaços comercial e residencial começaram a se separar. No terceiro período (1923-1937) surgiram os armazéns alocados em prédios maiores, com múltiplas unidades residenciais e quase nenhum espaço livre nos fundos do lote. Desapareceram os quintais e aumentou a frequência em que os armazéns tiveram sua operação desvinculada do espaço para moradia de seu proprietário.

[235] Ao longo deste capítulo, este primeiro período teve sua abrangência reduzida devido às limitações das fontes, que apresentam requisições para obras (SOP, AHM-SP) apenas a partir de 1893 e a disponibilidade dos Livros de Lançamentos da Indústria e do Comércio para os anos entre 1915 e 1934 (incompleto, como enunciado acima).

Prosseguiremos com nosso passeio pela Rua Augusta, e, quando possível, adentraremos alguns armazéns para encontrar ali seus moradores e sua freguesia. Dos balcões dos armazéns, dos quintais das casinhas por eles ocupadas, buscaremos sair de novo para as calçadas para onde se abrem suas portas para a rua e a cidade, de onde vinham não só a freguesia, mas também seus trabalhadores; as mercadorias ali vendidas; os equipamentos utilizados para medir, pesar, empacotar e calcular; as bicicletas e as camionetas para fazer as entregas; os fiscais para auferir as balanças e cobrar os impostos; o proprietário para cobrar o aluguel; e o governo para definir regras para todas estas atividades e de vez em quando providenciar alguma melhoria na cidade que ajudasse o pequeno comerciante.

I. O COMÉRCIO NA CIDADE

I.1 Os mercados e o comércio

> Por falta de um mercado de verdura na cidade, é n'esta rua [Rua do Palácio] que os vendedores de hortaliça estacionam até 10 horas da manhã. Denominou-se até bem pouco tempo rua das Casinhas, vindo esta denominação de um renque de quartos da camara municipal, alugados a toucinheiros e quejandos mercadores de seccos e molhados.[236]

Foi então "aquelle baixo império de taberneiros" substituído pelo "grande edifício provincial" do Palácio do Thesouro, enquanto os mercados no atacado foram realocados das áreas mais centrais da cidade e transferidos para os limites do perímetro urbano. Instalou-se o Mercado dos Caipiras, na Rua Barão de Duprat em 1867, e a seguir o mercado da Rua São João, inaugurado em 1889.

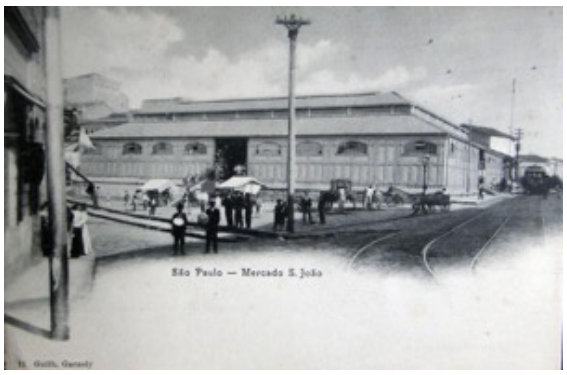




Figura 60: Mercado rua São João, 1860 – fotografia de Guilherme Gaensly (Biblioteca Nacional).
Figura 61: Mercado dos Caipiras, 1925 - fotografoa de Augusto de Azevedo Militão (Biblioteca Nacional)

[236] *O Estado de S. Paulo*, 02/05/1884, p. 5.

Com essa mudança, tanto os ambulantes como os pequenos armazéns e os mercados tradicionais que se localizavam na rua das Casinhas[237] e na rua das Quitandas deslocaram-se para os arredores dos novos mercados.[238] O Código de Posturas de 1886 dispunha sobre os mercados e o comércio, especificando onde e como se permitiria a venda dos gêneros alimentícios nas áreas centrais, e estipulando as praças em torno dos mercados como áreas designadas para este fim.[239] A circulação das quitandeiras e dos vendedores ambulantes pelas ruas continuou permitida, contanto que houvesse licença: "os mascates, joalheiros, amoladores de instrumentos, condutores de marmotas, vendedores de estampas e quaisquer outros ambulantes não poderão exercer a sua indústria dentro do município sem licença da Câmara e sem terem pago o imposto a que tiverem sujeitos".[240]

O Código de 1886 estipulara que apenas as "farmácias, os cafés, os bilhares, restaurantes e hotéis" poderiam permanecer abertos após o meio dia nos "dias santificados". Os demais estabelecimentos "casas de negócio, escritórios, tendas, barracas, tavernas e aquelas em que se vendem bebidas alcoólicas e cerveja" deveriam encerrar o expediente às "10 horas da noite no verão e as 9 horas da noite no inverno, sob pena de multa ao infrator."[241] Com intenção de agrupar em um só documento o Código de Posturas de 1875 e outras leis que até então estiveram dispersas, o Código de 1886 representava o controle não somente das atividades comerciais que eram permitidas no centro e nos arrabaldes, mas também indiretamente definia a clientela que teria acesso aos diferentes tipos de comércio, de serviço e aos equipamentos de lazer. Na medida em que famílias

---

[237] A construção do Palácio do Tesouro substituiu a ocupação pelos comerciantes e ambulantes dessa rua e foi celebrada em nota do jornal A Província de São Paulo: "Está nessa rua o grande edifício provincial, onde funciona o thesouro. Por falta de um Mercado de verduras na cidade, é nesta rua que os vendedores de hortaliça estacionam até 10 horas da manhã. Denominou-se até bem pouco tempo – rua das Casinhas, vindo esta denominação de um renque de quartos da câmara municipal, alugados a toucinheiros e quejandos mercadores de seccos e molhados. O finado dr. João Theodoro foi o Atila que deitou por terra aquelle baixo império de taberneiros, levantando das ruínas das Casinhas o palácio do Thesouro" (*O Estado de S. Paulo*, 02/05/1884, p. 5).

[238] SANTOS, 2017.

[239] O Código de 1886 reuniu vários assuntos em seus vinte e um títulos, regulamentando – além dos aspectos físicos, como construções, aberturas de ruas – o tratamento a ser dado aos criados e amas de leite; detalhando os requerimentos exigidos para o trânsito de pessoas, carros e animais pelas áreas do perímetro urbano; controlando o comportamento, os jogos, o credo e as festas populares, o vocabulário e as manifestações públicas dos habitantes da cidade; dispondo as regras para "segurança, comodidade e tranquilidade", assim como a moral pública, entre outros. *Código de Posturas do Município de São Paulo*, 1886, p. 30.

[240] Exigir licença dos comerciantes ambulantes significava controlar as condições da atividade, as mercadorias oferecidas e arrecadar tributos desses negociantes. Como a atividade era informal e incerta, a exigência tornava-se impeditiva para muitos que não podiam prever o dia seguinte: Haveriam mercadorias disponíveis? Haveria alguém para cuidar das crianças enquanto os pais estivessem fora de casa? Como estaria o tempo, chuvoso, frio ou muito quente? Como preservar, servir ou carregar os produtos?

[241] *Código de Posturas do Município de São Paulo*, 1886, Artigos 155 e 156, p. 29 e 30.

mais abastadas instalavam-se definitivamente na capital, a municipalidade entendeu ser necessário controlar as atividades tipicamente exercidas pelos mais pobres, priorizando aquelas que serviam os ricos e ao mesmo tempo mantinham o asseio exigido pela cidade moderna em construção.[242] Ainda assim os ambulantes continuaram circulando pelas ruas centrais[243], complementando e substituindo aquilo que era ofertado pelo comércio local.[244]

Nos primeiros anos do século XX surgiam no centro as grandes lojas e os estabelecimentos comerciais especializados, mas as pequenas lojas, os empórios e os armazéns continuaram a entremear-se aos novos e modernos estabelecimentos. Nos demais bairros, ao comércio ambulante que era ainda prevalente, acrescentaram-se pequenas casas comerciais e de serviços, tipicamente instaladas em conjunto com a moradia de seus proprietários. Espalhado por toda a cidade, o pequeno comércio atendia às necessidades básicas dos moradores das vizinhanças, fornecendo alimentos, bebidas, artigos de uso pessoal e ferramentas para o trabalho. Os mais frequentes e numerosos eram aqueles genericamente denominados de armazéns de secos e molhados.[245] Estes mantiveram expressiva presença também na Rua Augusta até pelo menos a década de 1950, quando sua vitalidade foi enfraquecida por vários fatores: a especialização do comércio de bebidas

[242] As atividades que sofriam maior controle eram precisamente aquelas exercidas pelos grupos mais pobres, que na São Paulo do início do século XX eram em grande parte compostos por negros e imigrantes e por aqueles que tinham crenças, hábitos e costumes diferentes dos ideais difundidos pelas elites. Atividades como o "entrudo e qualquer espécie de jogo nas ruas, praças e mais logares públicos, bem como em vendas, barracas, corredores de casas e adros de egreja, serão multados em 4$, além de 24 horas de prisão. Os escravos serão recolhidos ao calabouço e os menores serão levados a seus paes, que ficarão responsáveis pela multa" (Código de Posturas, 1886, p. 35).

[243] Os ambulantes vendiam frutas, leite de cabra, vassouras, aves, etc., assim como alimentos preparados para consumo imediato, doces e salgados. Mascates, ambulantes e quituteiras ("pretas de tabuleiro") circulavam pelas ruas de maior movimento e em locais de aglomeração de pessoas, como as praças, jardins, igrejas e teatros.

[244] A concorrência que se estabelecia entre os ambulantes e os comerciantes estabelecidos era frequente. Os últimos achavam-se injustiçados, pois para manterem seu negócio estavam sujeitos a impostos, fiscalização, pagamento de aluguel e registro na Câmara. Como nem todos os ambulantes estavam oficialmente registrados e não tinham endereço fixo, o controle desse grupo se tornava mais difícil. Além disso, de maneira geral, os vendedores ambulantes, ou mascates, eram mais pobres – "indivíduos sem oficio e analfabetos" - e ao sobrepor-se às atividades comerciais nas ruas da cidade, estariam contribuindo contra o "engrandecimento da cidade", contra a "valorização da propriedade urbana e o florescimento da indústria". A participação da população que emigrava das áreas rurais para exercer a atividade era também frequentemente citada como motivo da despopulação das áreas rurais que estariam se ressentindo com a falta de mão-de-obra. (O Commercio de São Paulo, 16/10/1901, p. 10 - Ano 1901\Edição 02727 (1))

[245] Em finais do século XX, "o comércio adquiria certo vulto na capital. Além de alguns atacadistas (principalmente importadores), registrava-se um grande número de lojas de varejo. A título de exemplo: 539 armazéns de secos e molhados, 51 armazéns de fazendas, 102 açougues, 41 padarias, 66 restaurantes e botequins, 17 hotéis, 46 escritórios e agências de comissões e muitos outros estabelecimentos. Embora fossem, em sua grande maioria, estabelecimentos de pequeno porte, seu número permite imaginar uma certa agitação da vida comercial da cidade..." (SAES, 2002, p. 218).

e alimentos e a concorrência com os supermercados da região. Negociando uma grande variedade de mercadorias e dispersos por toda a cidade, os armazéns de secos e molhados apresentavam portes diferentes, crescendo e modificando-se ao longo dos anos, como veremos adiante.

I.2 O armazém de bairro e a especialização do comércio

Desde finais do século XIX, com o crescimento da indústria, a expansão da malha ferroviária e a internacionalização da economia, os espaços comerciais da região central se transformaram, inaugurando casas que ofertavam produtos importados e serviços exclusivos. Nas margens da cidade, localizavam-se os mercados livres e os grandes armazéns que vendiam no atacado. Em torno das áreas industriais – que se desenvolveram majoritariamente ao longo das linhas ferroviárias, os estabelecimentos menos sofisticados, como os açougues, as quitandas e os armazéns, ofereciam produtos para o dia-a-dia da população trabalhadora. Nos outros bairros que cresciam nas margens do centro, como é o caso dos bairros que circundaram a Rua Augusta, o comércio também se concentrava em artigos de primeira necessidade, evitando os grandes deslocamentos para sua clientela.[246]

Os estudos sobre o comércio paulistano nos séculos XIX e XX descrevem o processo de diferenciação que ocorreu ao longo do tempo entre as práticas comerciais nas áreas centrais e aquelas que aconteceram nas áreas ditas populares.[247] Novas e modernas casas com produtos importados e exclusivos no centro, convivendo com os tradicionais botequins, padarias e armazéns de secos e molhados.[248] Ao lado destas lojas especializadas, surgiram novos hotéis, cafés,

[246] "As formas tradicionais de comércio foram, de algum modo, relegadas aos 'arredores' da cidade. Seus agentes eram nacionais – negros e brancos –, ou imigrantes pobres, que encontraram, nesse tipo de atividade, o único meio de sobrevivência em um mercado que se tornara cada vez mais seletivo" (DEACTO, 2005, p. 78-79).

[247] Leopoldo Silva estuda o comércio nos bairros populares – mais especificamente os armazéns de secos e molhados – na cidade de São Paulo entre os anos 1914 e 1921, utilizando os inventários das famílias dos comerciantes como base primaria para pesquisa. (2011) Maria Luiza de Oliveira também utiliza os inventários para desenvolver seu trabalho sobre as classes médias paulistanas – em três bairros centrais da cidade - e sua trajetória e experiência na cidade de São Paulo entre os anos de 1850 e 1900. (OLIVEIRA, 2005) Heloisa Barbuy concentra-se na região central da capital e no processo de expansão e especialização do comércio em movimento que aos poucos se alastrou para outros bairros da cidade. (BARBUY, 2006).

[248] O comércio popular e tradicional manteve-se na zona central, intermeado pelos novos estabelecimentos. Alguns dos estudos que discutem esse tema são: *Ô da Rua: o transeunte e o advento da modernidade*, de Fraya Frehse (2011); *A Cidade Exposição*, de Heloisa Barbuy (2006); *São Paulo, um novo olhar sobre a história, a evolução do comércio e varejo e as transformações da vida urbana*, de Beatriz Bueno (2012).

restaurantes e confeitarias, complementando as atividades turísticas e de lazer, como a música, o teatro, e mais tarde o cinema. Nos bairros, a atividade do comércio estabelecido resumia-se à oferta de artigos de primeira necessidade, complementada pelos vendedores ambulantes e pela própria produção caseira.

Uma das grandes lojas localizadas no centro, a Loja do Japão, aberta em 1882, foi um ponto comercial que se tornou conhecida na cidade pela venda de flores e sementes, "mudas de rainúnculos, amores perfeitos, cravinas, rainhas margaridas, violetas, phlox etc"[249] produzidas na chácara Japonesa. O depósito onde se realizavam as vendas no varejo localizava-se na rua de São Bento e prometia aos fregueses "grande sortimento de sementes vindas da Europa"[250] e flores nacionais; fogos e balões franceses e alemães, com grande saída nas épocas de festas de Santo Antonio e São João, São Pedro e Santanna; também serpentinas e lança-perfume para o carnaval.

O português Manuel Garcia, proprietário da Loja do Japão e da chácara que se localizava no bairro da Mooca, era um homem aventureiro: "Não podendo resistir ao desejo de visitar as celestiais plagas do Imperio da Ilha, vai incetar este passeio em um balão, que devera subir em a noute de 29 do corrente mez, saindo do largo do Collegio". E assim convidava publicamente algum "arrojado" amigo que o acompanhasse na experiência aérea a bordo do "aeróstato que mede 60 palmos de altura".[251] Propalado pelos jornais, o feito seria repetido pelos proprietários da Loja da China, que fizeram também subir seu balão partindo de outro largo da cidade na mesma data. A concorrência que se assomava. A Loja do Japão, assim como outras casas que traziam mercadorias exóticas, ou mesmo que sabiam criar a percepção de que as mercadorias por eles vendidas eram especiais, organizava festas, soltura de fogos e balões, oferecia lanches, banquetes e passeios aos seus clientes. Em 1890, no entanto, os eventos promocionais tiveram que ser adiados após as festas de julho, quando a grande Loja do Japão foi completamente destruída pelo fogo que se alastrou também por estabelecimentos vizinhos. Mas o incêndio não afetou os negócios por muito tempo. Já no ano seguinte, a companhia seguradora cobriu os prejuízos, a loja foi reconstruída e seus

[249] *O Estado de S. Paulo*, 01/07/1884, p. 2.
[250] *Ibid*.
[251] *Ibid*; e 20/06/1884, p. 1.

proprietários expandiram seus negócios, inaugurando no mesmo edifício uma filial do Banco do Minho, que se especializava em enviar remessas de imigrantes para suas famílias em Portugal.

Assim como a Loja do Japão, São Paulo conheceu muitas outras casas especializadas: a Loja da Raposa, de Mariano Antonio Vieira, que vendia papeis pintados, guarnições e cortinas de madeira; e as várias lojas de fábrica e representantes das importadoras que traziam guarda-chuvas, joias, fogões, perfumes, roupas, luvas e chapéus da capital e da Europa.[252] Cada uma dessas lojas teve percurso diferente na cidade, inserindo-se na economia local e regional, vendendo produtos clássicos, exclusivos e que expiravam com a moda ou se superavam com outras novidades. O comércio no centro da cidade aumentava seus estoques e a diversidade de itens disponíveis, determinando os preços das mercadorias de acordo com a clientela. Para chamar a atenção do público, os comerciantes organizavam eventos, competições, festivais, sempre anunciados nos jornais com antecedência e com grande cobertura após o episódio.[253]

As novas casas de comércio reafirmavam a modernidade da cidade através de suas conexões com o resto do mundo. Mesmo assim, lado a lado, nas ruas do centro e por todos os bairros, os pequenos açougues, as padarias e os armazéns de secos e molhados seguiam exercendo a "importante função no cotidiano das famílias de médias posses" e o "tipo de negócio mais acessível àqueles com poucos meios".[254] Lugares onde se construíam as conexões locais, que além da distribuição dos secos e dos molhados para o dia-a-dia, estabeleciam as redes de sociabilidade de cada bairro e das suas ruas. A São Paulo do século XX exibia-se através das atraentes vitrines, onde se expunham mercadorias exclusivas; socializava-se nos elegantes cafés e confeitarias, mas fazia também parte de sua modernidade o inegável cotidiano, atendido pelo pequeno comércio e pelos tradicionais vendedores ambulantes.

---

[252] Como vimos no capítulo anterior, Mariano Antonio Vieira foi um dos últimos proprietários da Chácara do Capão. Assim como Manuel Garcia, que fora proprietário das terras onde se inaugurou na década de 1920 o Jardim Europa, os comerciantes também investiam em terras como maneira de diversificar seus investimentos. Garcia também foi sócio do Banco Minho, enquanto Vieira tornou-se sócio de inúmeras empresas em São Paulo, além de manterem investimento e conexões pessoais em sua terra de origem, no caso, as ilhas açorianas.

[253] Barbuy descreve o aspecto teatral das ruas de comércio no centro, que a esse tempo adotavam arquitetura mais elaborada e decoravam suas vitrinas a fim de atrair o consumidor (BARBUY, 2006, p. 39).

[254] OLIVEIRA, 2005, p. 271. Oliveira enfatiza a importância dos armazéns como lugar onde se cruzavam e se encontravam as redes de apoio, "o local de origem e de final das histórias", com suas funções ultrapassando a comercial: eram lugares onde se conseguia informações sobre o bairro, se emprestava dinheiro e onde a socialização se exprimia no dia-a-dia da vizinhança.

A longevidade dos armazéns se interrompeu somente a partir da década de 1950, com a chegada do sistema de auto serviço. O que se viu na Rua Augusta repetiu-se em muitos outros bairros, a tendência pela especialização em produtos típicos ou importados representando uma cultura ou uma região específica; a opção pela venda de apenas molhados; a transformação do negócio em queijaria, confeitaria, rotisseria, etc. Este fenômeno aconteceu primeiro em bairros onde a clientela tinha condições monetárias para consumir produtos mais caros, seja em compras para ocasiões especiais ou, para os mais ricos, no abastecimento diário.

O percurso dos armazéns explicita aspectos da complexa modernização do comércio que se deu em São Paulo durante a primeira metade do século XX, em um processo que envolveu permanência, adaptação e transformação da tipologia do armazém em específico e das relações sociais e culturais da cidade como um todo. Com os anos, alguns armazéns se transformaram, oferecendo artigos exclusivos e especiais, em resposta à industrialização dos produtos alimentícios, ao transporte – internacional, interurbano e intraurbano – que se tornava mais eficiente e à clientela cada vez mais diversa e internacionalizada. No final deste processo de mudança estão os grandes armazéns que, ao adotar o sistema de auto serviço (que se conformaria no modelo dos supermercados), rapidamente transformariam a estrutura de abastecimento da população paulistana.

A partir de 1945, "fabricava-se quase tudo". Os novos padrões de consumo e de produção provocaram profundas mudanças na indústria nacional. Cresceu a indústria pesada, modernizou-se a indústria têxtil, desenvolveram-se as indústrias farmacêuticas, de automóvel, etc.

> Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: ferro elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, panelas – inclusive a de pressão – ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira [...][255]

A modernização da indústria de alimentos, a produção em massa de "todas as maravilhas eletrodomésticas" e a popularização do uso do transporte individual, favoreceram a expansão das lojas especializadas e dos supermercados. O tradicional armazém na sua forma mais tradicional

[255] NOVAIS & SCHWARTZ, 1998, p. 562-564.

foi substituído – por transformação ou desaparecimento – em alguns bairros, mas permanece ativo até hoje em muitas partes da cidade.[256]

I.3 O supermercado

Em 1953 o modelo supermercado foi anunciado pela primeira vez nos jornais. Modelo comercial importado dos Estados Unidos, então o símbolo máximo da modernidade. O artigo da Folha da Noite explicitamente apregoava o novo vocabulário das técnicas comerciais que priorizavam a eficiência para o comerciante e a independência para o consumidor.

> Servir melhor é um ponto de capital importância na disputa de preferência do público. Uma das mais engenhosas técnicas postas em prática nesse campo nos Estados Unidos é o empório que lá se chama "super mercado", que se caracteriza pela redução a quase zero da necessidade do balconista. Essa técnica não só deixa o freguês mais a vontade, que está livre das inibições as vezes resultantes de perguntas inábeis, em que se trabalha com margem de lucro bruto relativamente menor. Talvez isso explique o fato de que o número de novos empórios que se vêm abrindo ultimamente é menor do que os que estão fechando.[257]

Um dos primeiros supermercados da cidade foi o Sirva-se, na rua da Consolação, anunciando em 1953 o começo do fim dos armazéns de secos e molhados na Rua Augusta. Localizados em áreas de fácil acesso à freguesia de alto poder aquisitivo, os primeiros supermercados se queriam representantes dos tempos modernos. A modernidade era priorizar a praticidade do sistema, a eficiência e a velocidade do pegar, pagar e levar para as cozinhas as diversas seleções de alimentos frescos, enlatados e industrializados.[258] Seguindo os inovadores sistemas produtivos e de processamento dos alimentos, predominavam nos supermercados mercadorias industrializadas, em embalagens reconfiguradas: o extrato de tomate, o macarrão e a goiabada em lata; o vinho, a cerveja e os refrigerantes engarrafados e o pão industrializado previamente empacotado. O pão

[256] Assim como o comércio ambulante que se mantém presente como a mais antiga modalidade comercial da cidade.
[257] *Folha da Noite*, 22/11/1953, p.11.
[258] "Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o *shopping center*. O supermercado [...] vai derrotando a venda, o armazém, o açougue – suplantado, também, pela casa de carnes especiais –, a peixaria – mantendo-se apenas para os ricos. Vai derrotando, também, a quitanda ou a carrocinha e o caminhãozinho [...]" (NOVAIS & SCHWARTZ, 1998, p. 566).

Pullman, por exemplo, começou a ser fabricado nos anos 1950 na própria Rua Augusta, copiando a receita do pão para sandwich norte-americano.[259]

Os estoques de secos e molhados se renovavam como podiam, alguns armazéns se adaptavam, mas nem todos conseguiram resistir aos novos tempos.

> Nos últimos anos tem sido notável o esforço realizado pelo comércio varejista em nosso Estado, sobretudo na capital, com o objetivo de modernizar sua organização e métodos de trabalho, melhorar a apresentação do produto e as instalações, com a preocupação de reduzir custos e melhorar preços para o público, aumentar o conforto e as facilidades que atraem a clientela. Em resultado de tais esforços encontram-se nos novos, grandes, estabelecimentos comerciais que se apresentam ao público com características que nos colocam no nível dos mais adiantados centros dos Estados Unidos e da Europa.[260]

Ainda antes do Sirva-se, em 1948, Sebastião Gomes Alexandre, já experimentara o novo modelo. Apresentado na propaganda da caixa registradora National, o Sr. Gomes defende a "alta eficiência e economia, além da grande satisfação que causa à freguesia, por ser um sistema cômodo de se fazer as compras". O proprietário alega ainda que "com o movimento atual, seria impossível funcionar com o sistema comum de servir os fregueses". No final da propaganda, os fabricantes da registradora National ofereciam aos interessados o serviço de seus "técnicos especializados que contam com aparelhamento apropriado" para avançar o novo sistema e garantir maior lucro para qualquer "armazém comum".[261]

---

[259] Na Rua Augusta, quase esquina com a avenida Paulista, Manoel Correa de Souza Filho proprietário de uma padaria tradicional, passou a fabricar o pão industrial com a máquina adquirida nos Estados Unidos a partir de 1953. *Folha de São Paulo*, 25/06/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/o-melhor-de-sao-paulo/restaurantes-bares-e-cozinha/2016/06/1784579-formato-do-pao-de-forma-da-pullman-foi-inspirado-em-trem-de-luxo.shtml>. Acesso em 12/2/2022.

[260] *Folha da Noite*, Op. Cit..

[261] *Revista Seleções*, Reader's Digest, 1953. Disponível em: https://quandoacidade.wordpress.com/2013/02/05/o-primeiro-e-o-primeirissimo/. Acesso em 12/01/2021.



Figura 62: Depósito Popular Ltda., rua Formosa, propriedade de Sebastião Gomes Alexandre, 1953.[262]

Os armazéns que adotaram o sistema de auto serviço em seguida na cidade foram o Super Mercado Americano na rua 13 de Maio e o Sirva-se. O Americano, primeiro a adotar a nomenclatura supermercado, foi inaugurado por Richard Roberts também em 1953.[263] Anunciado como "um amplo armazém", ali eram oferecidas todas as mercadorias "básicas", como "pão, leite, ovos, verduras, legumes, cereais, frutas, frios, laticínios, como também revistas, balas, cigarros, bebidas, etc". Com patrocínio da fábrica National de registradoras, o sr. Roberts afirmava sua satisfação com o sistema que lhe permitia manter baixos os preços e angariar enorme freguesia.



Figura 63: Super Mercado Americanos Ltda., rua Treze de Maio, Paraíso, propriedade de Richard Roberts, 1953.[264]

[262] *Revista Seleções*, Reader's Digest, 1953. Disponível em: https://quandoacidade.wordpress.com/2013/02/05/o-primeiro-e-o-primeirissimo/. Acesso em 12/01/2021.
[263] *Revista Seleções*, ibid.
[264] *Revista Seleções*, 1953. Disponível em: https://quandoacidade.wordpress.com/2013/02/05/o-primeiro-e-o-primeirissimo/. Acesso em 12/02/2020.

Com um capital de 10 milhões de cruzeiros, a sociedade Supermercados Sirva-se S. A. foi constituída durante o ano de 1952, com 36 subscritores iniciais: dois argentinos, quatro norte-americanos, um inglês, e o os outros com nacionalidade brasileira. Sobrenomes conhecidos como Simonsen, Canto e Castro, Silva Prado, Suplicy, e Camargo dividiram as dez mil ações ordinárias que sustentaram o novo empreendimento.[265] Em 1956, o empreendimento já firmava seu sucesso, inaugurando novos endereços nos bairros jardins, na alameda Gabriel Monteiro da Silva, e no Jardim Europa.[266]


FOLHA DA MANHÃ

RECOMENDA O SR. M. EISENHOWER ESFORÇOS PARA EVITAR O DECLINIO DOS PREÇOS MUNDIAIS DE PRODUTOS ARMAZENAVEIS

MODERNIZA-SE O COMERCIO VAREJISTA NESTA CAPITAL

Dentro da noite...
...trazendo alimento para a cidade!

Figura 64: Reportagem sobre o Supermercado Sirva-se, rua da Consolação, em 1953.[267]

O novo modelo, "cópia autêntica" daquele montado nos Estados Unidos, garantiria, segundo Raul Pinto Borges, primeiro gerente do Sirva-se, "facilidade e praticidade [...] apreciadas pelo povo americano, a tal ponto que os 'supermercados' passaram a dominar a quase totalidade do comércio de gêneros"; e a seguir conclui: "Não será demais acrescentar que os 'supermercados' são hoje uma instituição na vida americana, como uma escola, um hospital, ou mesmo uma igreja; o povo

[265] *O Estado de S. Paulo*, 02/11/1952, p. 19.
[266] *O Estado de S. Paulo*, 31/08/1956, p. 9. A rede de supermercados Sirva-se foi mais tarde incorporada pela rede de supermercados Pão de Açucar.
[267] Caderno de Assuntos Especializados, *Folha da Manhã*, 22/11/1953, p. 1.

americano não poderia viver sem eles".[268] O paulistano dos anos 1950 acreditou, e assim o supermercado foi aos poucos roubando a clientela da venda, do armazém, do açougue, da quitanda e das carrocinhas.

Após tantos anos operando o pequeno comércio, os imigrantes, filhos e netos dos italianos, portugueses, sírios, judeus e alemães tinham se acomodado ao longo da Rua Augusta. Alguns haviam conseguido superar sua condição econômica de chegada e haviam se tornado proprietários de pequenos negócios, encontrado biscates e parcerias; tinham estabelecido redes de amizade, conexões pessoais e profissionais na região; ali também compartilhavam em diferentes arranjos a casa espaçosa com aluguel modesto. No entanto, a essa altura, a Rua Augusta já havia se tornado porta de entrada para um outro universo, onde a urbanização corria rápido, o imóvel de aluguel se tornava escasso e o preço do metro quadrado já não cabia mais no bolso do pequeno comerciante.

II. A ESTRUTURA ECONÔMICA DOS ARMAZÉNS: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

O que se viu no início do século XX, foi uma tendência crescente à especialização dos estabelecimentos comerciais, que diversificavam os produtos oferecidos, mas também as suas relações com a cidade e com o mundo lá fora. As novas redes urbanas – comerciais, financeiras, institucionais, imobiliárias e sociais – foram se expandindo e se espalhando pela cidade e internacionalizando-se cada vez mais. As firmas que antes se especializavam na importação de mercadorias expandiram sua atuação, tanto em volume de vendas, como nas atividades que passaram a cobrir: fornecimento de crédito, distribuição de produtos nacionais, transporte de mercadorias, entre outras. Os tradicionais investidores imobiliários organizavam-se em corporações, inclusive com participação internacional, atrelando os negócios da terra aos projetos de melhorias urbanas. Ainda assim, as transformações aceleradas da economia e da cidade não conseguiram – até muito mais tarde - aniquilar as relações que aconteciam nos armazéns, ainda

[268] Id. ibid. Os norte-americanos que exportavam para o Brasil a farinha de trigo em finais do século XIX; os automóveis a partir das primeiras décadas do século XX, passam a partir dos anos 1940 a investir também na expansão ideológica, exportando o "american way of life". Ideologia que sustentaria a partir de então, uma revolução nos meios de comunicação, que se traduziu como a mais moderna – e desejável – forma de consumir, de se comportar, de se vestir, de se alimentar etc.

que esses fossem considerados como obsoletos. Os pequenos comerciantes continuaram servindo o dia-a-dia da freguesia que comprava meio quilo de feijão para pagar no mês seguinte (com sorte) e à noite dormiam apertados com a grande família nos dois cômodos atrás da loja.

O controle exercido pelas grandes firmas distribuidoras e os bancos foi desde sempre determinante para a sobrevivência do pequeno comerciante. Como diz Marisa Deaecto, "embora as formas antigas e modernas coexistam na mesma cidade, as relações por assim dizer arcaicas, se mantêm marginalizadas, tanto sob o ponto de vista espacial, como no que concerne à sua importância no interior do sistema capitalista".[269] Os pequenos e tradicionais armazéns tiveram importância fundamental no cotidiano da cidade, ainda que seu papel na economia da cidade fosse menosprezado por aqueles que detinham o poder político e econômico.

Em 1890 o jornalista, que assinava um pelludo, descrevia a desigualdade das relações entre os comerciantes, as corporações e os bancos, em conversa com o vigário, que criticava

> [...] a febre desesperadora que desenvolvia-se diariamente pelas incorporações de bancos e companhias. [...] o bom do vigário corroborava-se suas praticas, dizendo que fundando-se bancos e companhias para encarregarem-se da exploração de fabricar calçado, preparar couros, vender cereaes, vender drogas, etc. etc., enthronizava-se o monopólio e os pobres boticários, os sapateiros, os vendedores de cereaes ficaram a ver navios, e o seus officios e modos de vida não valeriam dez réis de mel coado.
> E ainda mais, dizia ele, rubro de santa cólera – daqui a dias estabelecem-se companhias para vender fazendas, seccos e molhados, etc., e todos que desse commercio viviam, irão para a estrada pública para incorporar uma companhia de ladrões ... para viverem. Mas elle não ficou aqui.
> Em relação à capital de São Paulo, que disse elle conhecer como as suas bentas mãos, que o cataclisma seria ainda peior, porque o pequeno commercio que é um dos elementos de prosperidade da cidade ficaria completamente aniquilado, e conseguintemente de muita pequena população. Que até a corrente immigratoria diminuiria, porque grande parte dos imigrantes estabelecem-se na capital com seus pequenos negocios e pequenas industrias; que tudo isso cessaria com as grandes companhias e bancos.[270]

[269] DEAECTO, 2005, p. 77-79. Deaecto enfatiza a convivência das formas tradicionais de comércio com as novas e modernas casas, apesar das dificuldades que impactavam os vendedores ambulantes e o pequeno comerciante. As condutas exigidas pela fiscalização, o aumento dos impostos e a dificuldade de adquirir crédito nas grandes casas importadoras aplicava-se a todos, independente do porte e da rentabilidade do negócio.
[270] *O Estado de S. Paulo*, 20/07/1890, p. 1.

Neste sermão, o vigário levantou muitas das questões que envolviam então o pequeno comércio da cidade: as injustas imposições das poderosas casas de importação e das firmas, fabricantes e distribuidoras; o crescente poder dos bancos e a importante relação dos imigrantes com o comércio.

II.1 As importadoras, as distribuidoras, os bancos

A partir da segunda metade do século XIX, os bancos e as grandes casas importadoras (que anteriormente estavam concentradas em Santos e no Rio de Janeiro) inauguram filiais na cidade de São Paulo, onde mantinham sócios brasileiros e também estrangeiros. Os bancos, igualmente com participação internacional, empenhavam-se em múltiplas funções: financiavam o crescimento da indústria, a expansão do mercado imobiliário urbano e a transferência de recursos para seus países de origem. Além disso, patrocinavam obras públicas e particulares, e atuavam também nos serviços que envolviam desde colonização e o transporte de imigrantes para o Brasil até a provisão de melhorias urbanas e transporte público local e regional. As casas importadoras se tornavam mais poderosas a cada ano, estendendo sua atuação e executando concessões que avançavam além dos "limites da produção e do comércio de mercadorias, pois eles interferiam no setor de serviços, na agricultura, no comércio de importação e exportação"[271] e nos investimentos imobiliários.[272]

Nos primeiros anos do século XX, estas casas aliavam-se estrategicamente a grupos financeiros, estabelecendo linhas de crédito e garantindo exclusividade na distribuição de determinados produtos. Utilizando seu poder sobre os estoques, as importadoras controlavam a atividade dos pequenos comerciantes, constrangendo o comércio a adquirir determinadas mercadorias ou marcas específicas. Assim, os armazéns de bairro tiveram seus estoques definidos pela disponibilidade dos produtos no mercado e pela margem possível de lucro. As mercadorias oferecidas aos armazéns eram reajustadas de acordo com as diferentes conjunturas econômicas interna e externa, e com as flutuações do mercado internacional.

[271] DEACTO, 2002, p. 109.

[272] As relações entre os investidores imobiliários e o comércio pode ser traçada através do percurso daqueles que aportaram na cidade em finais do século XIX e início do século XX, iniciando suas atividades no comércio e que, a seguir, amealhavam ou traziam recursos para investir também no setor imobiliário. Na Rua Augusta, tivemos exemplos de comerciantes e investidores em diferentes escalas, como José Pereira Belleza, Manuel Garcia, os Paim Vieira e os Pamplona, entre outros.

Na década de 1910, grandes casas que tradicionalmente vendiam no atacado passaram a oferecer também a venda de produtos diretamente ao consumidor. Com esta prática, pretendia-se competir com o pequeno comércio, anunciando melhores preços, produtos mais frescos e facilidades para os fregueses. O proprietário do grande armazém J. A. A. L. Pereira Coutinho afirmava que em sua loja o freguês poderia apreciar a "ordem e asseio" do local, além das vantagens de um serviço de entrega que servia tanto a capital como o interior.

> Muita gente tem a preocupação de comprar gêneros para consumo somente em pequenas casas, na ideia de que os compra mais baratos, julgando não os poder obter por eguaes preços em casas de primeira ordem. Ora, as grandes casas de vendas destes gêneros, exactamente estão em egaues condições, senão melhores para garantirem aos clientes os gêneros com bom peso, de primeira qualidade e por preços módicos.[273]

As companhias importadoras expandiram seus negócios, passando a distribuir produtos agrícolas e da indústria nacional para o comércio. Com a extinção do cinturão de chácaras que circundava a cidade, os proprietários dos armazéns perdiam pouco a pouco o acesso direto aos produtores. Assim, desde o início do século XX, as distribuidoras traziam para a cidade os produtos frescos produzidos nas margens da cidade, agora mais distantes, centralizando a circulação de todo tipo de produto vendido pelos armazéns. O grupo dos atacadistas/importadoras se conformou a partir de então como a elite da classe comercial, interagindo em todos os ramos, monopolizando vários setores comerciais, controlando o preço dos produtos, formando redes de circulação com o auxílio das estradas de ferro e contando ainda com a proteção do Estado.[274]

Para enfrentar as pressões das grandes distribuidoras, os pequenos comerciantes adotavam diversas táticas. Entre elas citamos as associações de defesa dos comerciantes de secos e molhados, as parcerias e as pequenas sociedades que conformavam suas redes próprias e independentes de distribuição.[275] Já em 1884 havia se formado a primeira organização de auxilio mútuo dos

[273] *O Estado de S. Paulo*, 24/07/1911, p. 5.

[274] Os atacadistas se reuniam em sociedades anônimas de capitais, monopolizando o comércio de certas marcas de alimentos ou bebidas importadas, negociando "com cereais em atacado, por meio de modalidades de crédito denominadas de comissões e consignações". (SILVA, 2005, p. 7)

[275] Entre diversas associações de comerciantes que anunciavam suas parcerias nos jornais, encontramos, em 1893, Albernaz, com a sociedade comercial para venda de secos e molhados na cidade (*O Estado de S. Paulo*, 05/10/1893, p. 3) e Bueno, Ferreira & Oliveira que constituíram Sociedade Solidária para o comércio em 1895 (*O Estado de S. Paulo*, 04/05/1895, p. 4).

comerciantes paulistas, que se tornou a Associação Comercial de São Paulo. Estas associações tiveram voz ativa nas negociações com as grandes firmas, buscando proteger o pequeno comerciante e seus empregados. Os grandes comerciantes constituíram também suas próprias organizações, como o Centro Comercial Atacadista de Secos e Molhados de São Paulo e a Liga de Defesa do Comércio e Indústria. Na década de 1920 inaugura-se a Liga do Comércio Alto Conselho do Comércio e da Industria, entre outras.[276]

Além da dificuldade de negociação com as grandes firmas atacadistas e importadoras, os varejistas estavam sujeitos a impostos crescentes, que via de regra afetavam negativamente os pequenos comerciantes, entre eles os armazéns de bairro. Durante o período da primeira guerra, o pequeno comércio teve de ajustar seu estoque e substituir muitas das mercadorias importadas pelas que passavam a ser produzidas pela indústria nacional. Durante a segunda guerra, as condições de abastecimento alteram-se novamente, com as interrupções e flutuações dos fluxos comerciais internacionais, de maneira que os países periféricos se viram compelidos a adaptar-se para atender as demandas internacionais por bens primários e ao mesmo tempo suprir as demandas por produtos manufaturados em seu mercado interno. Durante este período, a estrutura produtiva e comercial brasileira foram forçadas a rapidamente se adaptar ao momento e diversificar.[277]

O reflexo nas vendas dos produtos básicos foi sentido pelos armazéns de secos e molhados, com disputas entre os bancos, os fabricantes, as distribuidoras e o governo, que ao invés de interferir nas cadeias produtivas, propôs solucionar o problema na ponta, tabelando os produtos. Os proprietários dos armazéns, apelidados pelo repórter do Diário da Noite de "pequenos tubarões da economia popular", terminaram responsabilizados pela carestia.

[276] DEAECTO, 2002, p. 97. As câmaras do comércio, por sua vez, representavam os interesses internacionais: Câmara Italiana de Comércio e Arte, Câmara de Comércio Britânica, Câmara Portuguesa de Comércio e Arte, etc (DEAECTO, p. 98)

[277] A indústria nacional cresce e se diversifica para suprir as demandas interna e externa, mas para isso exige grandes investimentos, que desequilibram a produção dos bens primários e semimanufaturados (FONTAINE, 2020).



Figura 65: Reportagem sobre o papel dos varejistas e atacadistas no aumento dos preços em 1946.[278]

Ao ser entrevistado sobre o assunto, Manuel Rodrigues Pereira, proprietário de secos e molhados finos, expressou sua opinião, pragmática como a de todo bom comerciante:

> Sim senhor, sim senhor, foi ele dizendo. Já li a noticia de que a especulação vai acabar. E é preciso mesmo. O povo inda acaba botando fogo neste Brasil, se a vida continuar desse jeito. A minha opinião, já que o sr. insiste, é a seguinte: o tabelamento é a mãe do câmbio negro. E o câmbio negro é o pai da miséria. As vitimas somos todos nós.[279]

Os comerciantes protestavam, acudando os distribuidores e os fabricantes pelo aumento dos preços. Na reportagem seguinte, o jornalista retruca: "Os varejistas, esses não são tubarões, não senhor. Não passam de piranhas, pequenas e numerosas piranhas, vorazes piranhas se assim os desejarem, mas nunca tubarões" e a reportagem termina concluindo que "os lambaris somos nós, os consumidores".[280]

II.2 As mercadorias

Durante o século XIX, o estoque típico do armazém de secos e molhados da cidade de São Paulo oferecia bebidas alcoólicas como o vinho, o cognac e o fernet, e os ingredientes mais básicos da alimentação paulista, como a mandioca, o feijão e o milho (originários das culturas indígenas regionais), complementados com as carnes e as frutas. Além dos secos e dos molhados, os armazéns

[278] *Diário da Noite*, 11/03/1946, p. 1, 1946, Edição 06529; 13/03/1946, p. 2, 1946, Edição 06531.
[279] *Diário da Noite*, 14/03/1946, p. 2, 1946, Edição 06531.
[280] *Diário da Noite*, 13/03/1946, p. 2, 1946, Edição 06531.

vendiam inúmeros outros artigos de primeira necessidade, como "peneiras, cestas, samburás [...] enxadas, caixões, fósforos, velas, panelas, lampiões, tamancos, vassouras, cera, sabão".[281]

Na transição para o século XX os hábitos alimentares da cidade transformaram-se por conta das importações e da chegada de diversas levas de imigrantes. Além de incentivarem o cultivo de novos alimentos, os novos habitantes estimularam o consumo de toda sorte de produtos importados, principalmente bebidas e alimentos. A sobreposição dos produtos tradicionais da cultura paulista, por produtos trazidos pelo gosto dos novos habitantes, foi o que caracterizou o estoque dos secos e molhados em São Paulo no período da primeira república. Os produtos vendidos nos armazéns do centro da cidade e os dos bairros podiam variar, respondendo à freguesia, mas também àquilo que seus proprietários preferiam ou conseguiam importar.[282] O armazém de Guilherme Kreuter (1828-1830)[283] vendia bebidas, chás, instrumentos musicais e móveis, enquanto que a Loja da Rapoza[284] vendia vidros e papéis pintados à mão, a Loja do Japão e a Loja da China[285] vendiam chás, tabaco, charutos e rapés.[286] Nos bairros, os artigos estrangeiros eram encontrados nas pequenas lojas, nos empórios e nos armazéns, junto às bebidas e alimentos, mas ocasionalmente outras mercadorias especiais eram oferecidas. Com a expansão da ferrovia, o transporte de carga

[281] Itens listados para venda em anúncio típico de leilão de secos e molhados em São Paulo (*O Estado de S. Paulo*, 18/12/1886, p. 3).

[282] Em 1898 a especialização dos negócios ainda não era regra para o varejo, tampouco para as importadoras. As mercadorias estrangeiras eram esperadas por meses, anunciadas desde a chegada dos vapores nos portos, passando pelas distribuidoras, e finalmente sendo distribuídas aos armazéns: "Vapor inglês Rosse, vindo de Montevidéo e escalas, com carregamento de vários gêneros, consignado a Hampshire & Co. O vapor francez Villa San Nicolas, vindo de Havre e escalas, com carregamento de vários gêneros, consignado a Desaulnée". Algumas semanas mais tarde, após percorrer longo caminho por mar e por terra, com várias escalas, o vinho, o azeite e o bacalhau "em caixa e caixinha" finalmente alcançavam os varejistas.

[283] "Guilherme Kraeuter tem para vender os generos seguintes, ultimamente chegados pelo Bergantim Alexandre - Uma porção de Chá da ìndia, em caixas de 2 arrobas - Papel de pezo 1a. qualidade - Dicto para embrulho - Chapeos Inglezes de lustre fino - Pentes para Snr.a de todas as qualidades - Gazimira de cores - Trastes elegantes de Mahagony tudo de palhinha - Um Piano-forte, fabrica de Londres - Uma porção de louça fina e vidros de todas qualidades - Vinho do Porto da Feitoria - Dicto dicto Catalão - Genebra em Butijas e Frasqueiras - Garrafões empalhadas etc. - Quem quizer comprar dirija-se ao Annunciante, assim como am Sanctos ao Sr. Antonio Ferreira da Silva" (*O Farol Paulistano*, n. 120, 11/06/1828).

[284] De Mariano Antonio Vieira, o mesmo proprietário da Chácara do Capão (VIEIRA, 1952, p. 116).

[285] A Loja da China foi fundada em 1822 na rua São Bento por Antônio Félix Sarafana, comercializando chás, plantas, sementes, cera e tabaco. Na mesma rua, a Loja do Japão fundada em 1884 por Manuel Garcia da Silva vendia produtos importados da China e Japão, charutos e rapés. Disponível em: http://www.arquiamigos.org.br/info/info18/i-estudos.htm. Acesso em 20/11/2021.

[286] Marisa Midori Deaecto percorre a trajetória da Loja do Japão em detalhes em seu livro *Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930)*, (DEAECTO, 2002, p. 110-113).

se tornaria muito mais rápido e com o avanço da industrialização, novos produtos surgiam nas prateleiras.

A origem dos produtos importados oferecidos no comércio local mantinha relação direta com as políticas de importação de cada época. Em finais do século XIX, os maiores volumes de produtos importados provinham da Inglaterra e da Alemanha. Da Inglaterra chegavam todos os tipos de produto, como bebidas, artigos para construção, tecidos e outros. Da Alemanha vinha o algodão, o maquinário, porcelanas, corantes e produtos químicos, e artigos de couro. Da Argentina o Brasil importava o trigo, até 1910, quando os Estados Unidos assumem este mercado, ao qual somou-se também outros produtos como o petróleo, a madeira, o maquinário para a indústria e o comércio, o ferro e o aço manufaturados. Desde finais do século XIX, o Brasil passara a importar desde as colunas para a estação de trem, equipamento para as indústrias, as balanças e as registradoras para os mercados e armazéns, até armamentos para caça e proteção. Com o passar dos anos, o mercado de importação se diversificou, dividindo-se entre os Estados Unidos, a Argentina, a França, a Itália, a Bélgica e vários outros países. Da França e da Itália vinham lãs, linhas e sedas para moda, além dos diversos tipos de alimentos e de bebidas. A importação de produtos manufaturados dos Estados Unidos aumentava a cada ano, representando um terço do total já em 1927.[287]

PAÍS / ANO	1872-1874 (em %)	1915 (em %)	1927 (em %)
Grã Bretanha	24,9	20	17,4
Alemanha	18,4	2	9
Argentina	12,7	11,8	11,9
Estados Unidos	11,5	18	31,5
Itália	10,3	10,9	6,6
França	7,3	6,4	6,1
Portugal	-	4,1	1,9
Outros	14,9	26,8	15,6

Tabela 5: Movimento de importação por país de origem, de 1872 a 1927.[288]

A variedade e o volume dos importados continuou crescendo, multiplicando-se por dez entre 1872 e 1927. A população brasileira havia triplicado de 9.930.478 habitantes em 1870 para 30.635.605 habitantes em 1920, enquanto a população paulistana aumentara na ordem de dezoito vezes, de

[287] DEAECTO, ibid., p. 48 e 55.

[288] Tabela elaborada com dados da Secretaria da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo, dos Boletins da Diretoria de Industria e Comércio de São Paulo, da Tipografia Brasil de Rothschild e Cia., nos anos de 1908, 1916 e 1919 (apud DEAECTO, op. cit., p. 42-45).

31.385 habitantes em 1872 para 579.033 habitantes em 1920, duplicando mais uma vez nos próximos vinte anos, atingindo 1.326.261 habitantes em 1940.[289]

A partir da primeira guerra, a indústria brasileira passou a substituir e a complementar a produção industrial estrangeira negociada nos armazéns. As relações que conformaram essa dinâmica não inibiram, mas complementaram e incentivaram o mercado importador e, ao mesmo tempo, a nascente indústria nacional, que se voltou para o consumo em massa, mas ainda continuava dependente de insumos vindos do estrangeiro.[290] Alguns reflexos dessas dinâmicas podem ser acompanhados nos anúncios dos armazéns e dos leilões de secos e molhados.[291] Ali observamos as novidades e os produtos tradicionais que foram comercializados a cada tempo.[292] O leilão de um armazém na Rua da Quitanda, no centro, anunciava em 1879 muitas das mercadorias genéricas que veríamos nas próximas décadas, como peixe em lata, farinha, azeite, mostarda, charutos e diversas bebidas, incluindo vinho, licores, Xerez, cerveja e Cognac, ao mesmo tempo em que, em 1890, o armazém do Bueno, em Santa Ifigênia, anunciava a chegada da "afamada" farinha de "mandio'ca" e do "feijão plantado na montanha, que é muito bom para a saúde".[293] Por muitos anos ainda os armazéns venderiam os secos: farinha de milho, mandioca, feijão, cebola, polvilho, açúcar, café, banha, toucinho, biscoitos e macarrão. E os molhados: vinho e outras bebidas

[289] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil:* 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000, p. 221. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html. Acesso em 12/03/2022.

[290] A indústria nacional, na época, dependia com frequência de maquinário e de matéria prima importados para sua produção (DEAECTO, 2002, p. 24). Se a indústria nacional trabalhava de maneira complementar à indústria estrangeira nesse período, dos anos 1930 até a década de 1950, o Brasil expandiu e diversificou seu parque industrial, que ainda permaneceu, no entanto, atrelado a insumos internacionais.

[291] A instabilidade do pequeno comércio é evidenciada nos frequentes leilões de secos e molhados, tipicamente organizados para pagamento dos credores e distribuição dos rendimentos entre os herdeiros, após a morte dos proprietários. Em outros casos, os leilões seguiam-se ao fechamento de um negócio, quando se liquidavam além do estoque, o mobiliário, o equipamento e até mesmo o edifício.

[292] Existem estudos que tomam as mercadorias vendidas pelo pequeno comércio para analisar as relações comerciais em seu contexto histórico. Isso pois os produtos oferecidos tinham origens diferentes, traduziam questões locais, regionais e internacionais de produção, distribuição e de comércio. As implicações da comercialização de determinados produtos, o contexto de sua produção e seu significado sócio cultural têm sido objeto de pesquisas como as de Heloisa Barbuy (2006), Beatriz P. Siqueira (2012), Marisa Midori Deaecto (2002), Maria Luiza de Oliveira (2005), e Leopoldo Silva (2011). Ana Lucia Lanna fez também um estudo sobre as padarias do Bexiga (2017, 2018) e outro sobre a venda de carne na cidade de São Paulo (2015). De estudos como estes, pode-se derivar um maior entendimento dos mercados nacionais e internacionais, de suas relações com a cidade e as implicações socioculturais que são também constitutivas destes processos.

[293] *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1905, p. 3.

nacionais e estrangeiras.[294] Os artigos mais vendidos pelos armazéns em 1910 foram a farinha de trigo, o azeite e o queijo, que entre os produtos manufaturados representavam, neste ano, cerca de 90% da balança comercial do Estado de São Paulo.[295] Os produtos industrializados mais frequentes eram "conservas, latas, peixes em latas, goiabada, ostras, sardinhas, tono, massa de tomates, etc.".[296]

Na primeira década do século XX, os imigrantes imprimem suas preferências, adicionando aos alimentos básicos artigos como o bacalhau (sempre importado), os doces em lata (de diversas procedências), a mortadela (de influência italiana) e a goiabada nacional. Como resultado das demandas da população imigrante que chegava a São Paulo, os armazéns passaram a incluir em seu estoque a farinha de trigo, por exemplo, que teria sido trazida pelos costumes alimentares dos imigrantes da Itália e já em 1900 passou a ser processada na cidade.[297] Outros alimentos, como o alho e a cebola, teriam sido introduzidos na alimentação paulistana pelos imigrantes espanhóis.[298]

O fornecimento de produtos importados era intermediado pelas distribuidoras, enquanto os negociantes adquiriam outras mercadorias diretamente com produtores locais, como o leite, as verduras e frutas, e os grãos. Os "molhados" mais consumidos variavam ao longo dos anos, com o aumento na importação de bebidas de origens variadas. Dependendo da freguesia, determinados produtos eram preferidos e em alguns casos eram substituídos por equivalentes nacionais. As bebidas alcoólicas representavam o maior investimento em estoque dos armazéns e, portanto, foram as mais suscetíveis à falsificação. Durante todo o período estudado encontramos nos jornais frequentes notícias a esse respeito. Em 1915 encontrou-se no cortiço da rua Santa Rosa no Brás um "arsenal completo para falsificação de bebidas, e mais 10 caixas de vinho Adriano, todo rotulado e prompto para ser vendido na praça; uma caixa de cognac Jules Rubin, nas mesmas condições; um decimo de fernet [...] e grande quantidade de matéria prima, composta de raízes e

[294] Até finais do século XIX, nas encostas ribeirinhas fabricava-se, em pequenas quantidades, o vinho que era ofertado nos armazéns locais. Mariano Antonio Vieira e seu sogro Pamplona teriam produzido vinho em suas terras até 1890, como anunciado em vários jornais da época.
[295] SILVA, 2011, p. 44-45.
[296] Leilão judicial dos produtos de um armazém de secos e molhados na rua Sete de Setembro, penhorados para pagamento de aluguel.*O Estado de S. Paulo*, 03/11/1905, p. 3.
[297] O Moinho Mattarazzo foi pioneiro na moagem e distribuição de trigo. Como os anos, os Mattarazzo expandem suas unidades industriais pelo país, passando a produzir alimentos, tecidos e bebidas e diversificam seus investimentos, incluindo transporte (marítimo e ferroviário), metalurgia e energia e bancos.
[298] Ibid., p. 45.

essências".[299] Assim, os representantes das diferentes marcas e dos países produtores reclamavam maior fiscalização por parte das autoridades. Além dos vinhos, o azeite, a farinha e a banha eram alterados e falsificados com frequência. Os comerciantes eram multados reiteradamente pela inexata calibração das balanças e pela venda de produtos vencidos ou irregulares.

Em 1917, a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria reuniu-se com o intuito de coibir a venda de vinhos portugueses falsificados, pois a "infinidade de mixordeiros que ás claras vinham já exercendo seu deshonesto e perigoso comércio" prejudicava a reputação do vinho português.[300] Em outra notícia, relatou-se a tentativa de venda de sacas de feijão roubadas de armazém no Brás a um negociante da Bela Vista. O preço era vantajoso e o comerciante Antonio Barros quis aproveitar, mas os gatunos foram apreendidos antes que o negócio se completasse.[301] A falsificação dos produtos, principalmente dos molhados, nunca deixou de existir. E não eram somente os pequenos falsificadores que se mantiveram ativos, pois o crime estava presente em todos os níveis. Os jornais anunciam inúmeros pequenos casos dispersos pela cidade, até grandes esquemas, como o que envolveu as Casas Aimoré e Mourisca em Santos na década de 1930.[302]

II.3 Equipamentos e mobiliário

O armazém, assim como a grande maioria do pequeno comércio na cidade de São Paulo, pelo menos até meados dos anos 1920, tinha seus espaços confundidos com a habitação, e com frequência também com outros usos sobrepostos no mesmo lote e/ou edifício. Assim, ao estudar os projetos para os prédios construídos na Rua Augusta, constatamos que as atividades comerciais ocupavam o cômodo que se abria para a rua, enquanto as outras atividades ocorriam nos fundos dos imóveis. Os pequenos armazéns que se instalaram na cidade ainda no século XIX, com frequência em casinhas de porta e janela, tinham apenas um ou dois cômodos, onde vivia toda a

[299] *Correio Paulistano*, 08/10/1915, p. 7.
[300] *O Estado de S. Paulo*, 13/11/1917, p. 7.
[301] Id. ibid.
[302] No caso das Casas Aimoré e Mourisca, localizadas em Santos, os lucros envolvendo a operação de falsificação de selos de consumo em 1932 parece ter sido tão grande – calcula-se que o montante chegava a 500.000 contos de réis – que foi suficiente para abafar a descoberta e fazer desaparecer os autos do processo, segundo o autor da reportagem da Gazeta Popular. Na época, a polícia encontrou os cofres onde se escondiam os tais selos falsificados, abriu-se inquérito, e, dois anos depois, em 1934, o processo foi interrompido por falta dos documentos. As Casas Aimoré e Mourisca, que negociavam secos e molhados no atacado e no varejo, fecharam suas portas, e nada mais foi feito (*Gazeta Popular*, 1932, Edição 00568 (2); *Gazeta Popular*, 1934, Edição 00988).

família. A cozinha, o forno, a criação de animais, o plantio de frutas e hortaliças se instalavam nos quintais, onde também se preparavam os alimentos para as refeições da família e para serem vendidos no armazém. Essa configuração se transformou ao longo do tempo com as tentativas de separar as atividades que, no caso dos armazéns, continuaram sempre um pouco misturadas.

Para acessar o mobiliário utilizado pelos armazéns recorremos aos estudos acadêmicos, a alguns depoimentos encontrados em diferentes websites e às fotografias antigas de alguns armazéns, não necessariamente em São Paulo, mas que reportavam às descrições similares aos desta cidade. De maneira geral, os armazéns tiveram configuração interna bastante simples: balcão, prateleiras e muitos potes, vidros, tonéis e sacos para guardar e exibir os alimentos. Em alguns casos adicionavam-se pequenas mesas ou banquetas ao longo do balcão facilitando o consumo in loco de alimentos e bebidas. Os produtos a granel eram dispostos em sacos e vidros e, aqueles embalados, em prateleiras abertas. Alguns estabelecimentos utilizavam vitrinas que permitiam a exposição das mercadorias e adotavam equipamentos e decoração mais elaborados.

Ao estudar inventários de comerciantes da cidade de São Paulo, Maria Luiza de Oliveira descreve os móveis simples encontrados nas casas populares: mesas, cadeiras, uma cama e gaveteiros, e, vez por outra, um piano, que era para poucos, mas muito valorizado.[303] Para os pequenos comerciantes o estoque era o maior investimento. Em poucos casos o imóvel era próprio e podia ser incluído nos leilões para serem liquidados juntamente com o equipamento, o mobiliário e o estoque.[304] Os anúncios de leilão explicitavam:

> Venda para pagamento de credores:
> Armações, balcão, balança, pesos, medidas para seccos, ditas para molhados, ferramentas e untensis de um bem montado armazém neste gênero.[305]

[303] Maria Luiza Oliveira nos conta que muitas famílias demoravam a comunicar às autoridades a morte do comerciante, pois ao quitarem-se as dívidas, pouco sobrava para o sustento dos herdeiros. Em sua pesquisa, a autora concluiu que quase metade dos estabelecimentos comerciais tiveram que ser vendidos após a morte dos proprietários originais para pagamento de dívidas. (OLIVEIRA, 2011, p. 255)

[304] No caso dos leilões dos pequenos armazéns, estes ocorriam para quitar dívidas, por falência ou transferência do negócio, e também após a morte de seu proprietário, a fim de pagar os credores, os impostos e se possível, distribuir algum valor aos herdeiros.

[305] *O Estado de S. Paulo*, 18/12/1886, p. 3.

> Bonito sortimento de secos e molhados [...] solida armação envidraçada, bom balcão com mármore, escoador para copos, exacta balança e pesos de metal, terno de medidas para seccos, copos, vitrinas para amostras, ci... para cigarros, vidros de boca larga para doces, caixas com bacalhau, malas com carne seca, machina para engarrafar e para arrolhar, caixões e barricas com tampo para mantimentos, depósitos com torneiras para querosene e para azeite.[306]

Até finais da década de 1920, a maior parte dos armazéns na Rua Augusta era de pequeno a médio porte e, portanto, seus proprietários não tinham condições para investir em novos equipamentos, tampouco para a formação de grandes estoques. Quando podiam, os comerciantes tiravam proveito dos leilões, esperando "baixar o preço para oferecer lances quando havia uma venda anunciada de herança, sobretudo de fundos comerciais, de lojistas endividados". [307] Assim podiam adquirir mercadorias, equipamentos, e até mesmo imóveis com preço mais acessível.

Quanto aos equipamentos, a balança e a registradora estavam sempre presentes, a primeira deveria ser calibrada pelos fiscais, garantindo ao freguês o peso certo, a segunda – como prometido pelo fabricante – garantiria o controle das entradas ao comerciante. Ainda assim os comerciantes não deixavam de usar as velhas cadernetas para registrar as compras a fiado.





Figura 66 e 66A: O Estado de S. Paulo, 25/06/1916, p. 1, 7.

Entre os equipamentos mais sofisticados incluíam-se os armários frigoríficos, que se tornaram a novidade da Industria Americana nos anos 1880: "com divisões e prateleiras para a conservação, em gelo, de comestíveis, bebidas, etc. Mesmo o gelo depositado nesses armários, que são hermeticamente fechados, conserva-se por alguns dias". Os armários frigoríficos eram vendidos na

[306] *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1905, p. 3.
[307] OLIVEIRA, 2005, p. 223-224.

mesma loja da rua São Bento, onde se podia também comprar sorveteiras, vidros e papéis pintados.[308] Aqueles que podiam, adquiriam novos e modernos equipamentos, geladeiras, balanças, medidores e outras ferramentas. Os outros contentavam-se com os equipamentos usados adquiridos nos leilões. Os revendedores dos novos produtos viajavam de uma capital à outra, oferecendo atendimento pessoal aos interessados: "O gerente desta casa achando-se de passagem pela cidade, oferece seus préstimos ao respeitável público, no Grande Hotel, onde se acha hospedado". E onde o catálogo achava-se em exposição para encomendas.

Com a expansão da indústria nacional, os equipamentos importados foram substituídos pelos fabricados no Brasil. Esse foi o caso da calculadora Dalton, fabricada na Inglaterra desde 1902 e frequente nos antigos leilões de secos e molhados que encontramos nos jornais. Desde a década de 1910, a Dalton foi substituída nos armazéns pela popular registradora Nacional, vendida em casas como a Pratt em 1916.[309] A mesma fábrica, com sede no Rio de Janeiro, produziu balanças de vários modelos, além de outros equipamentos e maquinário para facilitar a operação do dia-a-dia do comércio.[310] A National foi fundada em 1854 e cresceu com o comércio, fornecendo diversos equipamentos, além de promover técnicas mais eficientes – que sempre incluíam o uso de seus produtos – para administração dos negócios. Não é surpreendente então que, no início dos anos 1950, foi a própria National quem introduziu no Brasil, junto com a registradora, o modelo auto serviço que iniciou a transformação dos tradicionais armazéns em supermercados.

II.4 O crédito e as cadernetas

A estratégia mais importante para o pequeno comerciante foi o crédito.[311] O crédito permitia aos proprietários dos armazéns efetuarem compras no atacado, adiando o pagamento até que a venda dos produtos lhes permitisse quitar as dívidas. O crédito tornava também possível a aquisição de

[308] A diversidade dos itens oferecidos por esse mesmo comerciante nos dá uma ideia de como o comércio operava no século XIX. (*O Estado de S. Paulo*, 12/11/1886, p. 4).
[309] *O Estado de S. Paulo*, 25/06/1916, p. 4.
[310] *O Estado de S. Paulo*, 21/02/1879, p. 3.
[311] Maria Luiza Oliveira afirma na introdução de seu livro Entre a Casa e o Armazém que o crédito foi um "dos nervos do que (acreditamos) estruturava a vida urbana na época". (OLIVEIRA, 2005, p. 31).

mobiliário, o pagamento das dívidas, do aluguel, das contas pessoais e até mesmo dos impostos.[312] Os bancos e as companhias exportadoras e distribuidoras emprestavam aos comerciantes, e utilizavam o estoque ou o próprio imóvel como garantia para o pagamento das mercadorias. A possibilidade de obter crédito dos fornecedores e de providenciar crédito à clientela era indispensável para viabilizar a existência dos armazéns.[313] A caderneta permitia aos fregueses a compra "a fiado" e baseava-se na confiança e nas redes de solidariedade entre conterrâneos, vizinhos e familiares. A oferta de crédito pessoal – através das "cadernetas" – era utilizada pela clientela do armazém, que, na maior parte dos casos, não tinha como pagar à vista pelos produtos que consumia no dia-a-dia. O sistema de "caderneta" implicava em

> anotar em dois cadernos, ou duas cadernetas, as compras que seriam quitadas no final do mês, quando o freguês receberia o salário e quitaria a dívida, comparando-se ambos os cadernos, o do comerciante e o do freguês, que deveriam apresentar anotações e cifras idênticas. Já se deduz que o componente essencial das transações era a confiança que o comerciante depositava no freguês. Afinal, era "vender fiado" [...], o que não se fazia sem conhecer muito bem a qualidade de bom pagador do freguês.[314]

O uso da caderneta foi uma prática comercial utilizada por todos os armazéns da cidade, perpassando todos os grupos sociais.[315] Tanto a clientela de baixa renda, como as famílias mais ricas utilizavam este recurso para se abastecer nos armazéns. Ao longo da primeira metade do século XX, a cultura do crédito se transformou e tornou-o mais difícil para as camadas mais pobres da população. As cadernetas dependiam da confiança pessoal que era mantida pelas redes comunitárias e de solidariedade, as quais se formavam com base no sentimento de identidade cultural e étnica, ou mesmo pelas dificuldades econômicas que comerciante e freguês compartilhavam entre si.[316] O sistema era imprescindível, mas nem sempre rentável para os

[312] Ainda assim, muitas das dívidas, tanto dos comerciantes como de seus fregueses só chegavam ao conhecimento público e à cobrança após a falência ou morte do proprietário, como detalha Oliveira ao analisar os inventários de comerciantes em São Paulo, entre 1850 e 1900. (OLIVEIRA, ibid.).

[313] Em um dos armazéns de secos e molhados estudado por Silva (2011), os proprietários chegaram a alocar 61% dos bens em dívidas concedidas no balcão, o que, adicionado à hipoteca, chegava a 78% do valor total dos bens da família.

[314] BENÇAL & COSTA, 2019, s/p.

[315] Interessante notar que essa prática se mantém até os dias de hoje em 47% dos pequenos mercados de bairro, segundo a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, e 38% segundo a SEBRAE (SEBRAE. Estudo Setorial Minimercados – Série Estudos Mercadológicos, 2014).

[316] Com o espraiamento, a verticalização da cidade e a cultura individualista e massificada que se estabelecem na segunda metade do século XX, essas relações comunitárias e de confiança se viram enfraquecidas a "figura do cidadão é substituída pela do contribuinte e, especialmente pela do consumidor". O individualismo passou a definir "o valor

comerciantes. Os armazéns existentes nas décadas de 1890 e 1920 estudados por Silva (2011) evidenciam o frágil equilíbrio financeiro dos proprietários, mantido entre o comerciante e sua clientela, a despeito das oscilações econômicas e das crises conjunturais de cada época. Durante o século XX essa relação se modifica aos poucos, como esclarece Álvaro Lopes sobre a extinção gradual da venda por "cadernetas" no armazém Lopes & Irmão (mais tarde Casa Santa Luzia):

> É, antigamente era assim você fazia o pedido, e tinha uma caderneta que ainda tem lá de amostra. (...) Era caderneta mensal, ia tomando nota, no fim do mês fechava e entregava pra pessoa conferir e pagar era, isso era normal, era o que se fazia antigamente, não era de levar o dinheiro e pagar na hora, isso é modernização. (...) Não, quando a inflação passou dos 20, teve que cortar, porque você no fim do mês ia receber menos que você tinha vendido por causa da inflação. Aí não compensava, não compensou mais, nós suspendemos e mantivemos a tradição com alguns clientes (...).[317]

Na verdade, todos os comerciantes, mas principalmente os pequenos, dependiam de tais arranjos. A fragilidade econômica vinha das dívidas que contraíam com os fornecedores, com o pagamento do aluguel, com algum agregado ou conterrâneo que lhe pedira ajuda. Somado a isso, haviam os empréstimos que se fazia aos antigos fregueses e as anotações na caderneta, problemas a serem resolvidos no futuro. A simplicidade e a desorganização também contribuíam com as dificuldades, pois a contabilidade muitas vezes se atrasava pelos muitos afazeres do dia-a-dia. Como dizia o proprietário do armazém Ordem e Progresso de Alcântara Machado, depois de trabalhar o dia todo, Natale ainda tinha que arranjar com o "doutor" da Comissão do Abastecimento um "acerto" para quitar "essa cousa de imposto"[318].

II.5 Os impostos

Acompanhamos pelos jornais os intermitentes movimentos dos pequenos comerciantes (e mais especificamente dos armazéns de secos e molhados) contra os impostos cobrados pela municipalidade. Em 1881, mais de duzentos comerciantes de secos e molhados reuniram-se no Theatro São José para protestar contra o imposto de 130$000, exigido para venda de bebidas

do homem à quantidade e à qualidade do consumo" possível para cada grupo social (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 655-656).

[317] Álvaro Lopes, proprietário da Casa Santa Luzia, fundada por seu pai como armazém Lopes & Irmão em 1926, na Rua Augusta esquina com a rua Oscar Freire. (Museu da Pessoa, 2005. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/pessoa/alvaro-lopes-15000. Acesso em 20/10/2019).

[318] MACHADO, 1927, p. 65-68

alcoólicas nos armazéns.[319] Dizia-se que o aumento do imposto resultara de erro de um escriturário desatento e, portanto, deveria ser nulificado pelas disposições do mesmo decreto. A Comissão dos Comerciantes de Seccos e Molhados argumentava que tais impostos impossibilitariam "a muitos de nós poder continuar com nossas pequenas casas de comércio".[320] Resultado de erro intencional ou não, os impostos em excesso cobrados naquele ano não foram devolvidos. Tampouco foram devolvidos os impostos diferenciados exigidos dos pequenos comerciantes estrangeiros. João Rodrigues, comerciante, reclamava em 1890 da injustiça contra os imigrantes: "E porque motivo essa diferença entre mascates turcos e não turcos para pagarem aquelles impostos no dobro do que pagam os outros mascates?..."[321] Desde 1903, a carne de porco e o toucinho já haviam se tornado exclusividade dos açougues, não podendo mais ser comercializados nos armazéns, segundo lei municipal.[322] Mais tarde foi também regulamentada a abertura do comércio aos domingos e dias santificados, exigindo pagamento de licença para manter as portas abertas nestes dias. Para resolver tal restrição, alguns comerciantes obtinham a licença especial, mas aqueles que não podiam pagar, simplesmente deixavam as portas do armazém entreabertas.[323]

Até 1915, os impostos dos armazéns de secos e molhados eram calculados de acordo com três categorias (ou ordens), dependendo do valor de vendas. Os valores cobrados pelo Estado foram definidos pela Lei 920 de 4/8/1904. O imposto sobre o capital equivalia a 0,5% sobre o volume realizado pelas casas de comércio. Na Rua Augusta, a grande maioria dos armazéns recebia classificação de terceira ordem, sendo alguns poucos de segunda ordem, o que indica um valor médio de vendas similar à maior parte dos bairros da cidade.[324] Havia também o imposto sobre a renda, que variava de 5 a 10% dos vencimentos dos funcionários, e o imposto sobre o consumo de aguardente, na razão de vinte réis por litro. Por fim, a lei criava também a taxa judiciária, que cobrava meio por cento sobre o valor pedido nas falências, liquidações e partilhas judiciais.[325] Ainda assim, todos os valores e porcentagens sofriam reajustes de tempo em tempo: a partir de

[319] *O Estado de S. Paulo*, 27/01/1881, p. 3 e 30/01/1881, p. 3.
[320] *O Estado de S. Paulo*, 30/01/1881, p. 2.
[321] *O Estado de S. Paulo*, 02/07/1890, p. 2.
[322] *O Estado de S. Paulo*, 03/07/1903, p. 1.
[323] OLIVEIRA, 2005.
[324] Para referência, lembramos que, na maior parte das ruas centrais, os armazéns estavam classificados nas categorias 1 e 2, e no Bexiga a maior parte estava classificado na categoria 3.
[325] Em todos os casos havia um patamar mínimo acima do qual incidiriam as cobranças. Para saber mais detalhes sobre a Lei: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1904/lei-920-04.08.1904.html. Acesso em: 12/01/2022.

1915, os impostos aumentaram de 0,5% para 0,7% sobre a renda dos armazéns, e o valor para o consumo de aguardente subiu de vinte para trinta réis por litro. A nova lei reclassificava os armazéns de secos e molhados, refletindo o início da especialização, quando alguns estabelecimentos optavam por trabalhar principalmente com artigos "finos" e importados.[326]

Os impostos pesavam para as pequenas casas e, por isso mesmo, se mantiveram como assunto recorrente durante todo o período que estudamos, aparecendo nos jornais com frequência, seja em movimentos mais genéricos das classes dos comerciantes, como em representações específicas dos secos e molhados no varejo.[327] Com a diversificação do comércio e a inauguração de novas casas que ofereciam os mesmos produtos comercializados pelos armazéns, o governo passou a controlar as mercadorias a serem vendidas por cada ramo do comércio, e a regulamentar o horário de seu funcionamento.

III. OS ARMAZÉNS DE SECOS E MOLHADOS DA RUA AUGUSTA

No processo de reocupação das freguesias em torno do centro da cidade, a Rua Augusta encontrava-se numa situação peculiar. Por conta de sua proximidade ao centro e à novas áreas de ocupação que se diziam "aristocráticas"[328], a rua atraiu para suas vizinhanças moradores com perfis diversos. Aos pequenos proprietários que tinham construído suas casinhas e aos pobres que viviam de aluguel, somaram-se famílias de maior poder aquisitivo, setores médios formados por

[326] Seis novas categorias são criadas: Armazéns de secos e molhados de 1a Classe; Armazéns de secos e molhados de 2ª Classe; Armazéns de secos e molhados finos de 1ª Classe e Armazéns de secos e molhados finos de 2ª Classe (*O Estado de S. Paulo*, 08/12/1915, p. 4). Os valores dos impostos foram definidos na Lei 1.461, de 29/12/1914 (Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1914/lei-1461-29.12.1914.html. Acesso em 12/01/2022).

[327] Em 1916, a Associação Comercial dos Varejistas reclama em favor dos proprietários de secos e molhados da injustiça de imposto fixo para todos, inclusive para aqueles atuavam em apenas um ramo de atividade. No mesmo ano, alguns dias depois, José S. Salles escreve em nome dos varejistas, a fim de defender os proprietários do pequeno comércio das extorsivas taxas que eram obrigados a pagar para manter seus negócios, principalmente em comparação com as grandes casas que lucravam muito mais. Ameaçam convocar os proprietários a fechar as portas, devido à gravidade das consequências das novas cobranças.

[328] Áreas como Higienópolis, a avenida Paulista e mais tarde o Jardim América receberam as nomenclaturas de bairro nobre, de elite, aristocrático. Na história de São Paulo estas regiões da cidade conformaram-se como os primeiros redutos das elites ao deixar o centro da cidade; no entanto, o processo de formação desses bairros é mais complexo do que a visão hegemônica que se procurou transmitir. O "nobre" Jardim América foi, na origem, desenhado para servir às classes médias que cresciam com a indústria na São Paulo da primeira metade do século XX (WOLFF, 1998). Neste caso, o controle dos usos foi efetivado, mas em Higienópolis, que também recebeu a alcunha de bairro aristocrático, a mistura de diferentes usos e de diferentes formas de ocupar suas ruas tornou-o muito menos homogêneo do que o discurso pretendia pregar. (FERREIRA, 2017).

comerciantes, prestadores de serviço, e, com o passar dos anos, também profissionais liberais, altos funcionários públicos, e membros da elite industrial e financeira. A presença de grupos tão diferentes trouxe novas demandas para o comércio e para os serviços oferecidos na rua. A abertura da avenida Paulista, e sua ocupação, assim como a presença do Jardim América ancorando a Rua Augusta ao Sul, catalisaram a expansão do transporte público naquela direção e estimularam – desde muito cedo (meados da década de 1920) – a intensa presença do automóvel na Rua Augusta.

A diversidade que então se experimentava somente nas ruas centrais pouco a pouco se tornou característica de grande parte da cidade, mesmo com as tentativas de separar e controlar a ocupação de determinadas áreas através do controle dos usos e usuários e da legislação urbana. A mistura se tornou indesejável, assim, os novos loteamentos passaram a promover a homogeneidade da ocupação socioeconômica de determinadas áreas, prometendo a possibilidade de evitar as "surpresas desagradáveis" (Figura 68) que se tornavam cada vez mais aparentes nas ruas da cidade. No cartaz distribuído pela Cia. City, a alusão aos usos "indesejáveis" fica evidenciada pelo contraste entre o moderno sobrado, com recuos e jardim, protegendo seus moradores das agruras da vida urbana. Os portões e a distância asseguravam a separação entre os moradores, os ambulantes e outros transeuntes. O controle dos usos, que garantia exclusividade para a residência unifamiliar, pretendia coibir a presença de "vizinhos incômodos", como a serraria ou o armazém de secos e molhados. Dentro destes bairros "de elite", que eram o "logar dos espaços grandes, das residências finas e jardins seductores", não haveria espaço para atividades que pudessem incomodar "o descanso do labor quotidiano", como as oficinas, as fabriquetas, e o pequeno comércio que a essa altura já tinha se espalhado por toda a cidade.[329]

[329] Publicidade do Jardim América (*O Estado de S. Paulo*, 09/06/1935, p. 7).



Figura 67: Anúncio dos loteamentos da Cia. City, década de 1930.[330]

O comércio nas ruas exclusivamente residenciais era proibido, mas seus moradores precisavam se abastecer cotidianamente e, para tanto, as barreiras da segregação tinham que ser relativizadas. Assim, soubemos através de depoimentos deixados pelos comerciantes que o Jardim América recebia vendedores ambulantes em suas portas, e também as entregas das casas comerciais das redondezas. O efeito da proibição de comércio dentro dos loteamentos Jardim América e Jardim Europa foi a ampliação do desenvolvimento comercial na Rua Augusta. Ancorada pelos loteamentos Jardim América, avenida Paulista e Anhangabahu (projetos de Joaquim Eugênio de Lima e da Cia. City) e ladeada por áreas que foram em algum tempo majoritariamente residenciais, como o Jardim Paulistano (originalmente Villa America) e Cerqueira Cesar, a Rua Augusta-Jardins se viu destinada a acomodar nas próximas décadas, além da moradia – que sempre esteve presente –, a demanda local para serviços e comércios ao longo de suas quadras.

A outra metade da Rua Augusta relacionava-se mais com a vizinha Bela Vista e com o centro da cidade, áreas consideradas menos nobres e menos homogêneas.[331] Talvez por isso, a presença da fábrica Melillo, das escolas Des Oiseaux e Santa Mônica, dos imigrantes de toda parte, das famílias que dividiam os antigos sobrados, das pensões que se acomodavam no andar superior, dos botequins, das costureiras, das oficinas, não foi suficiente para este trecho da Rua Augusta ser caracterizada como excepcional. Na literatura, na imprensa, e mesmo na memória de muitos

[330] Revista Architectura e Construcções (SEGAWA, 2000, p. 114).
[331] A partir do final do século XIX, o centro da cidade se tornara indesejado como morada dos grupos de elite, pela densidade e diversidade dos usos e a convivência entre diferentes. A Bela Vista tem sido historicamente compreendida como bairro popular e multiétnico, emprestando as características do Bexiga. A literatura sobre cada um dos temas é extensa. Algumas referências: LANNA, 2011; MARINS, 2011, 2006; FERREIRA, 2019; SCHNECK, 2018; BORIN, 2020; MARZOLA, 1979.

moradores, este trecho foi muito tempo caracterizado como o de uma rua "comum", igual a muitas outras da cidade.[332]

III.1 Os fluxos

A partir da década de 1920 o comércio ao longo de toda a Augusta tornou-se mais numeroso, mais diversificado e também mais rentável.[333] Com a rua quase completamente ocupada e os bairros adjacentes se adensando, a demanda por serviços e comércio crescia a cada ano. Nas primeiras quadras da rua, os mais ricos construíam grandes sobrados com jardins e garagens, enquanto os remediados alugavam casas que dividiam com familiares e agregados. Subindo a ladeira, chegava-se na Paulista das grandes mansões, e, seguindo na direção sul, os bairros Villa America, Cerqueira Cesar e Jardim América consolidavam sua ocupação. Estes bairros, antes distantes, podiam agora ser acessados pelo bonde, que já percorria toda a rua desde 1910, e pelo automóvel, que esteve presente na Augusta desde 1924. O ir e vir ao longo da rua, expandia-se, e como o comércio é estimulado pelo movimento, o aumento dos fluxos na rua estimulou ainda mais seu caráter comercial.[334]

Com o aumento dos fluxos surgiram também os conflitos entre as pessoas e os vários tipos de veículos que compartilhavam o espaço da rua: pedestres, carroças, bondes e automóveis. Como já vimos, a Augusta entrou na década de 1930 como radial secundária do Plano de Avenidas, e assim lhe caberia desempenhar o papel de via alternativa para os percursos Centro-Zona Sul e Oeste, acentuando sua importância na malha viária como via de passagem. Ao percorrer a rua, os moradores, motoristas, transeuntes e passageiros usufruíam de seus serviços e compravam em suas lojas: consertavam seu pneumático; enchiam o tanque com gasolina; encomendavam um terno ou vestido; arrumavam o cabelo; adquiriam ingredientes e a frigideira para o jantar. Entre as

[332] Entre eles, Maria de Lourdes Teixeira, em seu livro *Rua Augusta*, descreve este trecho da rua como comum: "Enquanto fumava, prestava atenção na Rua Augusta, além da avenida Paulista, que o carro descia rumando para o centro da cidade. Já então aquela artéria apresentava um aspecto comum. Botequins, casas de moveis, velhas residências, um colégio, cafés, e até um sobrado velho com uma placa – *Empresa Social de Luto*" (TEIXEIRA, 1959, p. 30-31).

[333] Verificamos isso na comparação dos impostos pagos por ano pelos registros comerciais.

[334] Heliana Vargas, pesquisadora do comércio na cidade, afirma em seus textos: "o setor de comércio e serviços é atraído pelo *fluxo* e não o revés"; "a origem do mercado está, portanto, no ponto de encontro de *fluxos"*; enfatizando sua opinião que vê *"*o comércio como polo gerador de fluxos" (Diversas publicações entre os anos de 2001 e 2020).

atividades comerciais de pequeno porte, além dos armazéns, a Augusta apresentava pequenas fábricas, padarias e ferrarias, cocheiras, carpintarias e funilarias, que dividiam seus lotes com os diversos tipos de arranjos para moradia.

Para identificar o comércio que se distribuía pela Rua Augusta no início do século XX, examinamos os Lançamentos da Indústria e Comércio dos anos 1915 a 1929.[335] Durante esse período houve significativo crescimento dos estabelecimentos comerciais com registro, principalmente até 1920. A cada ano havia entre 29 e 40 estabelecimentos comerciais ao longo da rua. Destes, a grande maioria dedicava-se à venda de alimentos e bebidas, e cerca de um terço tinha registro para comercializar secos e molhados. A partir de 1926 o comércio aumentou ainda mais, chegando a 74 endereços na Rua Augusta em 1928.

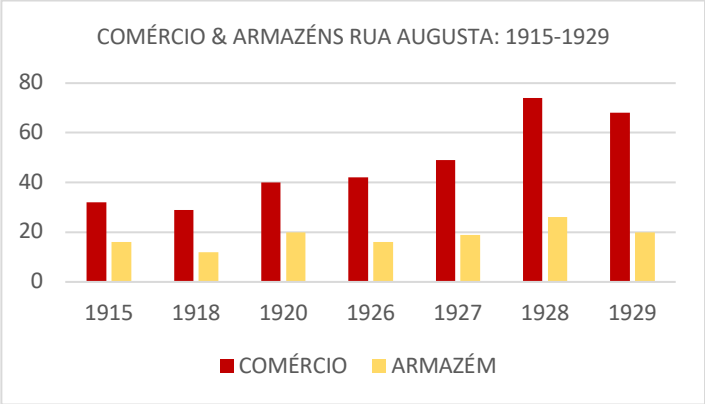


Tabela 6: Estabelecimentos comerciais e de armazéns na Rua Augusta, 1915-1929, LIP-AHM-SP.[336]

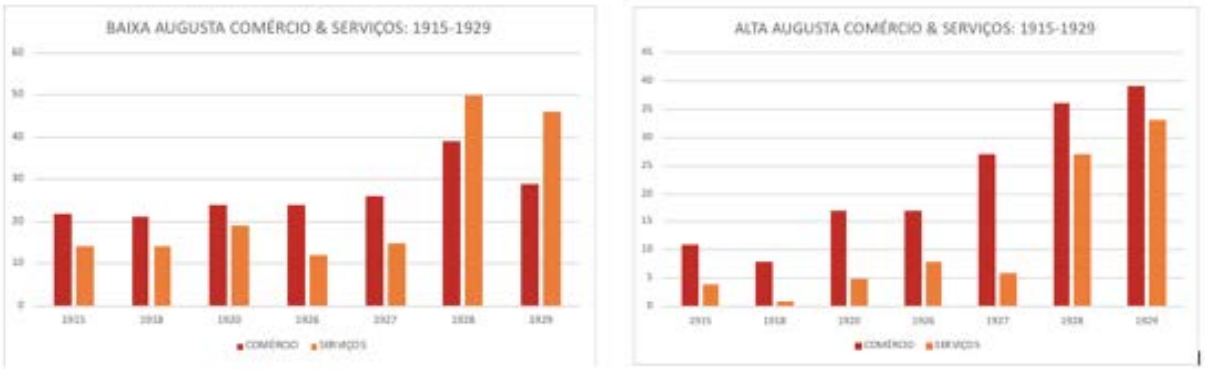


Tabela 7 e 7A: Comércio e serviços na Rua Augusta, 1915-1929, LIP-AHM-SP.[337]

[335] Consideramos como "comércio" todo tipo de estabelecimento para a venda de alimentos, roupas e afins, calçados, plantas e flores, ferragens e farmácias
[336] Desenvolvido com base nos Lançamentos da Indústria e Profissões, AHM-SP.
[337] Idem.

No final da década de 1920 o número de estabelecimentos que prestavam serviços aumentou na Augusta, chegando a 75 registros em 1928.[338] A oferta de serviços cresceu principalmente na região da rua mais próxima ao centro da cidade, onde superou numericamente a presença de estabelecimentos comerciais. A Augusta passou a atrair, além do comércio, outros tipos de usuários, que encontraram ali um endereço simbolicamente enobrecido pelas vizinhanças e ao mesmo tempo em localização conveniente entre o centro e os bairros de moradia. Os profissionais liberais passaram também a escolher a Rua Augusta como endereço, passando de 5 profissionais registrados com endereço na Rua Augusta em 1915, para pelo menos 30 profissionais em 1928.[339] Se todos obtivessem registro oficial, sua presença seria ainda mais prevalente, mas sabemos, por anúncios de jornal, que este não foi o caso. Construtores, parteiras e professores particulares, por exemplo, anunciavam seus serviços nos periódicos com frequência, mas poucos constavam nas listas de registro da Prefeitura.

III.2 A localização

A pesquisa dos edifícios construídos para abrigar os armazéns mostrou que eles estiveram presentes em todas as quadras da Rua Augusta, com maior incidência nas esquinas, apesar de muitos localizarem-se nos miolos das quadras. Entre 1893 e 1912 (Primeiro Período), a malha e a trama urbanas da Rua Augusta e de suas vizinhanças já estavam quase completamente constituídas. A ocupação iniciara-se na região da Augusta-Bella Cintra, quando os terrenos foram subdivididos (até 1890) e ocupados ao mesmo tempo em que as vias transversais se completavam. A pavimentação alcançava parcialmente a Augusta, possibilitando o caminho do bonde até a avenida Paulista já em 1891, marcando essa época de drásticas transformações na região e na cidade toda.

Em 1912 parte dos lotes adjacentes à Rua Augusta-Cerqueira Cesar ainda não estavam ocupados, assim como suas quadras internas. Por isso o movimento imobiliário ao longo da Augusta nas próximas décadas foi o de preencher os vazios e reformar, ampliar e reconstruir os pequenos

[338] Consideramos na categoria "serviços" aqueles que trabalhavam como cabeleireiros e barbeiros, parteiras, marceneiros, pintores, carpinteiros, encanadores, eletricistas, serralheiros, bordadeiras, costureiras e alfaiates, sapateiros, cocheiros, tintureiros e engomadeiras, enceradores de móveis e estofadores, funileiros, aluguel e mecânicos de automóvel.

[339] Consideramos na categoria "profissionais liberais" aqueles que trabalhavam como médicos, parteiras, dentistas, advogados, construtores e professores particulares.

prédios existentes, principalmente com intenção de aumentar a densidade de ocupação dos lotes para acomodar a expansão dos usos comerciais e residenciais da rua. Entre 1913 e 1923 (Período II), as novas construções responderam às intensas mudanças que aconteceram em suas vizinhanças, com significativo aumento das reformas, intensificando a ocupação dos lotes e diminuindo os quintais. A atividade comercial em geral aumentou, assim como a quantidade de armazéns, que cresceram em área ocupada e passaram a oferecer entrada independente para a residência e para o comércio. Nas esquinas construíram-se prédios maiores, alguns com armazéns no térreo e com maior detalhamento nas fachadas, como, aliás, requeriam as posturas municipais.

Entre 1923 e 1929 (Período III) quase todos os projetos aprovados se destinavam a construção de sobrados residenciais localizados nas duas extremidades da Rua Augusta, próximo ao centro e aos bairros jardins. Todos incluíam garagens. Exceções a esse modelo foram alguns edifícios que continham residências nos andares superiores e comércio no térreo. Nestes edifícios, os armazéns eram espaçosos e quase sempre mantinham circulação independente da moradia, com depósitos e/ou escritórios adjacentes. Os negócios expandiam-se e a rua se tornava cada vez mais movimentada: bonde, automóvel, gente; confeitarias, sorveterias, leiterias, e os armazéns, que em breve cederiam lugar para novos tipos de comércio e de serviços.

III.3 A especialização

Entre os anos 1915 a 1927, notamos que a quantidade de estabelecimentos comerciais registrados supera a daqueles que prestavam serviços. Essa situação reverteu-se a partir de 1928, quando a oferta de serviços aumentou significativamente na Rua Augusta. Como nossos registros não avançam para os anos seguintes, não pudemos acompanhar esse crescimento especificamente na Augusta, mas sabemos que o setor terciário cresceu, principalmente com o aumento da oferta de serviços em todas as regiões mais centrais da cidade.[340]

[340] O crescimento da população empregada no comércio no Estado de São Paulo foi de 88.088 pessoas, equivalente a 6,1% do total empregado em 1920 para 189.052 pessoas, o que equivalia a 8.4% do total empregado em 1934 (DEAECTO, 2002, Anexos).

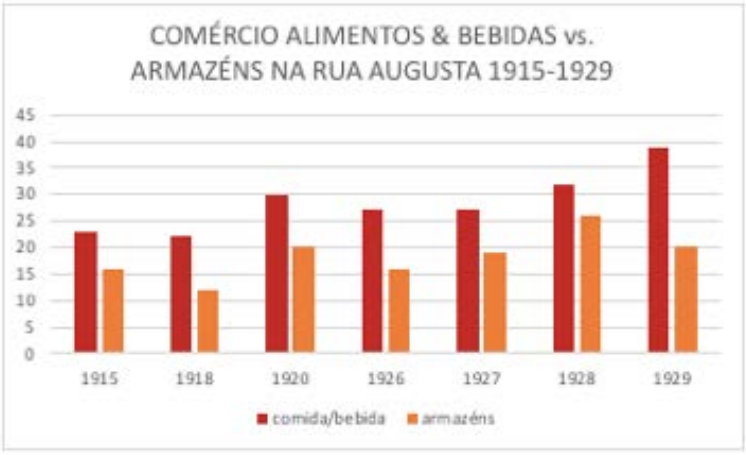


Tabela 8: Comércio de bebidas e alimentos, e armazéns na Rua Augusta, 1915-1929, LIP-AHM-SP.[341]

Neste gráfico agrupamos os comerciantes que negociavam alimentos e bebidas, e dentre estes isolamos os armazéns, que representavam pelo menos metade do comércio existente entre 1915 e 1920. Entre os anos de 1927 e 1929 já se podia perceber a diminuição dos armazéns na rua. Os estabelecimentos que negociavam mercadorias mais específicas, como os açougues, as leiterias, as frutarias, as confeitarias e doçarias, as quitandas, os botequins e as padarias, tornaram-se a cada ano mais presentes, confirmando a tendência à especialização comercial que se expandia por todos os bairros centrais da cidade.

Os trabalhos que se dedicam a estudar o comércio em São Paulo destacam a especialização como o principal vetor da transformação do setor durante o século XX.[342] Esse movimento de transformação do comércio se concentrou, a princípio, nos bairros mais centrais, sendo que nos mais distantes o comércio genérico, como a venda, o empório e o armazém, ainda se mantiveram dominantes por muito tempo. Na Rua Augusta, as transformações do comércio continuaram avançando ainda mais a partir da década de 1940. Em 1945 encontramos lojas de cristaleiras e de guarda casacas ao invés de "lojas de móveis"; boutiques que se especializavam na venda de camisas e de cuecas, ao invés de "roupas prontas". Outras lojas vendiam relógios, lustres, tapetes e seringas. Os serviços seguem a mesma tendência, oferecendo especialistas no conserto de acumuladores, em encadernações, bordados e ponto "à jour".

[341] Desenvolvido com base nos Lançamentos da Indústria e Profissões, AHM-SP.
[342] Nos referimos aqui aos trabalhos de Heloisa Barbuy (2006), Beatriz P. Siqueira (2012), Marisa M. Deaecto (2002), Maria Luiza de Oliveira (2005), Leopoldo Silva (2011), entre outros.

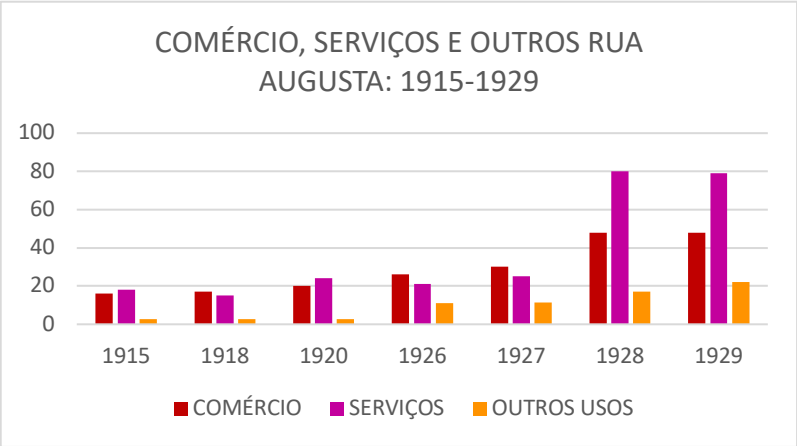


Tabela 9: Comércio, serviços e outros usos comerciais na Rua Augusta, 1915-1929, LIP-AHM-SP.[343]

Entre os "outros usos" identificados a partir de 1926, sobressaem-se dois temas que marcariam definitivamente o caráter da Rua Augusta nas décadas seguintes: o automóvel e a moda.[344] Os negócios com licença para venda de fazendas, armarinhos, roupas prontas, alfaiatarias, tinturarias, costureiras, fabricantes de chapéus e sapatos aumentam de 2 para 17 estabelecimentos entre 1915 e 1929. As mecânicas, os funileiros, as lojas de comércio de automóveis também marcaram sua presença, além dos inúmeros pontos de aluguel de veículos (taxis) e bombas de gasolina que foram instalados por toda a extensão da Rua Augusta a partir de 1925.[345]

De uma maneira geral, o comércio cresceu no período de 1915 a 1929, e mais ainda a oferta de serviços na rua. No entanto, isso não aconteceu de forma homogênea. Na região mais próxima ao centro, que inclui os bairros da Bela Vista e da Consolação, os estabelecimentos que ofereciam serviços cresceram muito mais – de 14 para 50 – e superaram os estabelecimentos comerciais que se ampliaram de 21 para 39 entre os anos de 1915 a 1928. Já do outro lado, na Augusta-Jardins, a oferta de serviços também cresceu, aumentando de 4 para 33, mas o número de estabelecimentos

[343] Desenvolvido com base nos Lançamentos da Indústria e Profissões, AHM-SP.

[344] A Rua Augusta ficou conhecida nas décadas de 1950 a 1970 como centro de comércio e de divulgação da moda e das tendências culturais jovens. Neste período São Paulo experimentava também novas maneiras de ocupação do espaço urbano, quando a Augusta foi uma das arenas dessa nova maneira de experimentar a cidade. A indústria e as estratégias de marketing incorporaram a juventude em suas estratégias, onde a moda e a música eram elementos importantes nas práticas de consumo. A Rua Augusta foi, em fases intermitentes e em trechos diversos, um ícone para essas práticas na cidade de São Paulo. Entre os poucos autores acadêmicos que discutem essa fase da Rua Augusta, destacamos Maíra Zimmermann, que discute a "formação de uma cultura juvenil no Brasil e suas referências de internacionalização, desde os anos 1950" abordando alguns aspectos da conformação do trecho Sul da Rua Augusta (ZIMMERMANN, 2016).

[345] Para os anos de 1924 e 1925 obtivemos os dados na Série de Licenças e Alvarás (AHM-SP) e para os anos seguintes utilizamos os Lançamentos Indústrias e Profissões.

comerciais aumentou ainda mais, de 11 para 39. Assim, em finais dos anos 1920 conformava-se uma Augusta-Bela Vista mais ligada aos serviços, e uma Augusta-Jardins que começa a se transformar em um corredor comercial.

III.4 A heterogeneidade da ocupação

Entre as décadas de 1870 e 1890, as grandes glebas suburbanas e semi-rurais que circundavam o centro da cidade já estavam subdivididas, as estradas e os antigos caminhos já haviam se convertido em ruas onde a ocupação e as atividades estavam urbanizadas. Nas vias principais, como a rua da Consolação e a avenida Brigadeiro Luís Antônio, as pequenas casas abrigavam atividades comerciais e serviços, intercaladas com grandes mansões, fábricas, escolas e outras instituições.[346] Nas vias secundárias havia menos mistura e o uso residencial prevalecia.

Os Almanachs da Província de São Paulo de 1881, 1884 a 1888, destacaram alguns dos primeiros estabelecimentos comerciais que se estabeleceram em torno das primeiras quadras da Rua Augusta, como na rua da Consolação, no morro do Bexiga e na várzea do Caaguassú.[347] Nestas áreas desenvolviam-se atividades fabris, como cervejarias, fábrica de chapéus e de fogos de artifício, refinaria de açúcar, torrefação de café e moinho de fubá. Os estabelecimentos que comercializavam secos e molhados a varejo estavam também presentes, em maior número do que qualquer outro tipo de negócio.

As primeiras quadras da Rua Augusta demoraram a ser urbanizadas, pois as terras que as envolviam ficaram alheias às mudanças que ocorriam ao seu redor até que se efetivasse o parcelamento das chácaras de Dona Veridiana e do Capão, o que ocorreu apenas a partir da década de 1890 e 1880 respectivamente. A essa altura, tanto a Bela Vista (incluindo o Bexiga) como a Consolação já estavam sendo ocupadas por moradores e por atividades econômicas de caráter urbano, que, ao transbordar suas fronteiras, se encontraram na Rua Augusta. Entre os anos 1894 e 1929 o tecido urbano da região se completou. Para atender os novos grupos de

[346] Ao longo da rua da Consolação e no bairro do Bexiga, os anúncios nos jornais e os almanaques dos anos 1880 indicam toda a sorte de negócios de vários tamanhos, fabris e comerciais, incluindo estabelecimentos de secos e molhados que vão se misturando às residências e às instituições (igreja, escolas, cemitério) existentes.

[347] Ao analisar os Almanaques, Maria Luiza de Oliveira observa que a categoria comercial mais numerosa, composta pelos armazéns de secos e molhados e gêneros do país, congregava as casas mais simples e mais pobres, espalhadas pela cidade, em ruas laterais, mais distantes do centro (OLIVEIRA, 2005, p. 277-278).

habitantes das suas vizinhanças, o comércio buscou diversificar a oferta de mercadorias, acompanhando as mudanças sociais e a internacionalização cultural da cidade. Ali os brasileiros conviveram com imigrantes portugueses e italianos e também com ingleses, franceses, espanhóis, alemães, poloneses, sírio-libaneses, entre outros. Nas décadas seguintes as casas térreas se tornaram sobrados, os grandes quintais deram lugar aos automóveis e nas cozinhas modernizadas as mulheres buscavam mais eficiência e praticidade.

Ainda que os registros oficiais nos deem uma primeira impressão do que de fato ocorria por trás das fachadas desses prédios, eles não conseguem expressar a complexidade e a variedade dos arranjos presentes na Rua Augusta e no cotidiano de seus moradores. Como já revelaram os estudos sobre a São Paulo desse período, a cidade na virada do século XIX para o XX ainda era muito misturada, como observou Maria Luiza de Oliveira:

> Um ferreiro pobre morando ao lado de médico que era proprietário de várias casas na cidade. Um telheiro no coração da cidade sendo habitado por seus proprietários. Não estavam ali de favor, os mais ricos tinham que negociar com eles, de igual para igual. Ou seja, de fato a propriedade era ainda mais acessível.[348]

Essa complexidade nunca se extinguiu por completo na Augusta, que sempre foi uma rua bastante "misturada". Décadas mais tarde, o sobrado que ocupava o número 412 da Rua Augusta em 1929 abrigava o armazém de Flaquer da Rocha, que dividia o mesmo edifício com a sapataria de Narciso Lognani, o consultório do dentista João da ..... (ilegível) e a loja de loterias de Paschoal de Souza. Na próxima quadra, após duas dúzias de prédios onde viviam e trabalhavam dentistas, sapateiros, advogados, médicos e vários comerciantes de alimentos, Mario de Grazia vendia automóveis e bilhetes de loteria, enquanto José Gomes Bizarro vendia frutas e hortaliças, ao lado de uma peixaria.[349] Ambos os prédios incluíam também moradia, sendo que o primeiro se anunciava para aluguel em 1928, oferecendo "4 dormitórios, quintal amplo e demais dependências, pegado ao armazém".[350]

---

[348] Nesse caso a autora refere-se especificamente ao bairro Santa Efigênia em São Paulo (OLIVEIRA, 2005, p. 341).
[349] Lista de Indústrias e Profissões, 11º Distrito de São Paulo, AHM-SP, 1929.
[350] Anúncio de imóvel para alugar na Rua Augusta 142 (*O Estado de S. Paulo*, 21/11/1928, p. 13). Em 1924 o sobrado tinha três dormitórios, duas salas e leiteria no piso térreo (*O Estado de S. Paulo*, 12/09/1924, p. 9). Este mesmo prédio foi reformado antes de 1929, recebendo mais um dormitório e dois anos depois mais um dormitório e dependências foram incluídos (*O Estado de S. Paulo*, 15/11/1930, p. 8).

III.5 O espaço do armazém

Para os anos entre 1893 e 1912 (Período I) encontramos na Série de Obras Particulares, 189 requerimentos para construção de novos edifícios ao longo da Rua Augusta, sendo que 51 destes envolviam espaços designados para alguma atividade comercial, 49 conjugando comércio com residência, sendo 30 deles armazéns. Até 1897, a maior parte dos projetos propunham o uso residencial, em dois a três cômodos com extensos quintais. Nos anos seguintes alguns desses prédios sofreram reformas que incluíram espaços para outras atividades, como a adição de espaço comercial na frente dos imóveis ou espaços acessórios ao uso comercial. Com o avanço da ocupação e a transformação do caráter rural em urbano desta região, sabemos que muitos dos 135 novos edifícios que se declaravam residenciais durante este período foram também utilizados para atividades comerciais, para prestação de serviços e atividades fabris. O que ficou evidente ao nos aproximarmos de casos particulares, foi a prevalência da ocupação do uso misto dentro do mesmo lote, confirmando o que outros estudos já apontaram.[351]

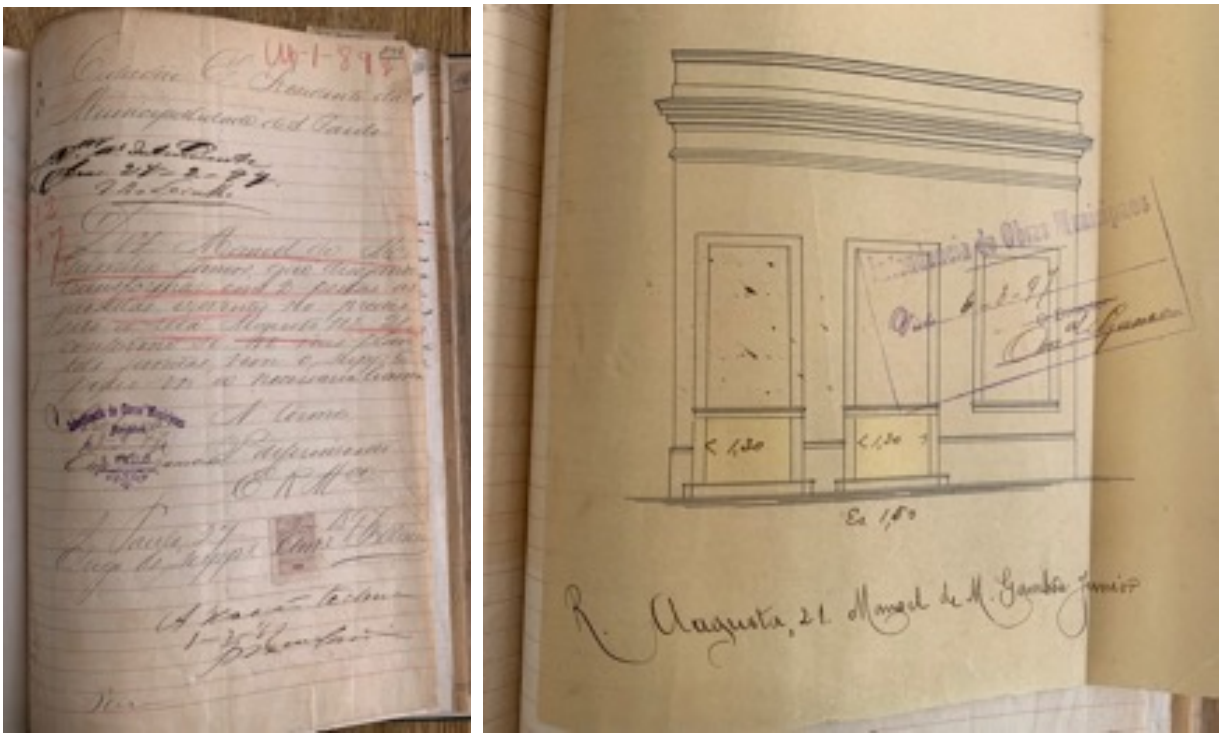


Figura 68 e 68A: Requerimento de Manoel de M. Gamboa Junior para transformar as janelas de sua casa em portas, provavelmente com intenção de fixar ali algum uso comercial, Rua Augusta 25, ano 1897. SOP, AHM-SP.

[351] Nos referimos aqui aos trabalhos de Heloisa Barbuy (2006), Beatriz P. Siqueira (2012), Marisa Midori Deaecto (2002), Maria Luiza de Oliveira (2005), Leopoldo Silva (2011), entre outros.

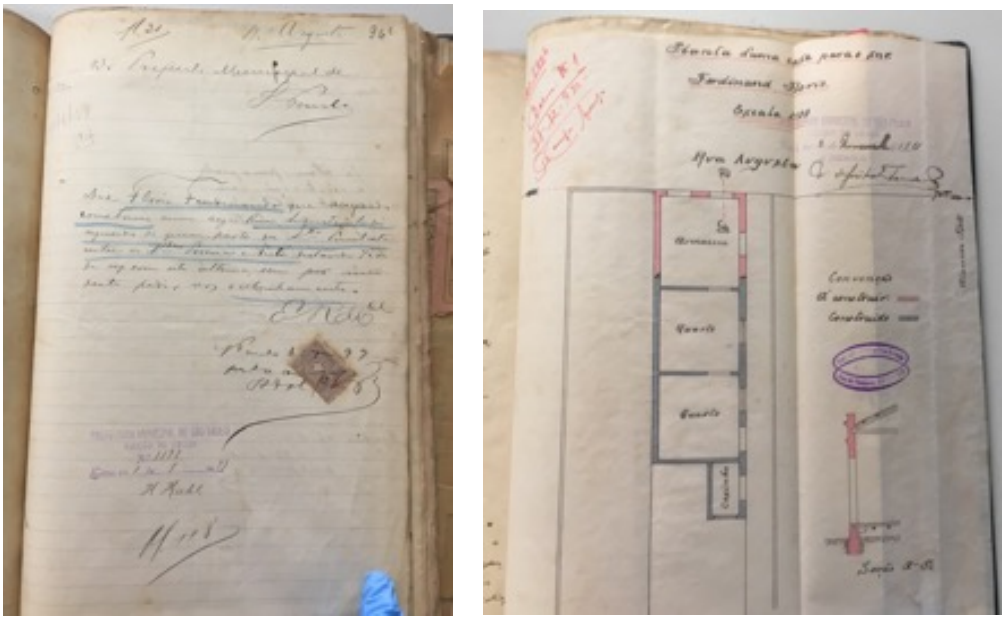


Figura 69: Requerimento para construção de armazém na frente da casa de Fernando Florio na Rua Augusta s/n (entre alameda Lorena e Tietê), ano 1899. SOP, AHM-SP.

Entre 1913 e 1922 (Período II), encontramos 119 requerimentos, sendo que 21 destes buscavam aprovar projetos para edifícios de uso misto, incluindo 15 novos armazéns que se combinavam sempre com a moradia no mesmo lote. Dos 35 pedidos para reforma, 4 pretendiam adicionar formalmente o uso comercial ao edifício residencial já existente. Apenas dois prédios foram construídos para servir exclusivamente ao comércio, um açougue e um bar, ambos do lado Jardins da Rua Augusta e com a residência do proprietário localizada na outra metade do lote.



Figura 70: Projeto para construção de armazém para confeitaria na Rua Augusta 477, entre as alamedas Tietê e Lorena, proprietário Carlos Teixeira da Silva, ano 1920. SOP, AHM-SP.

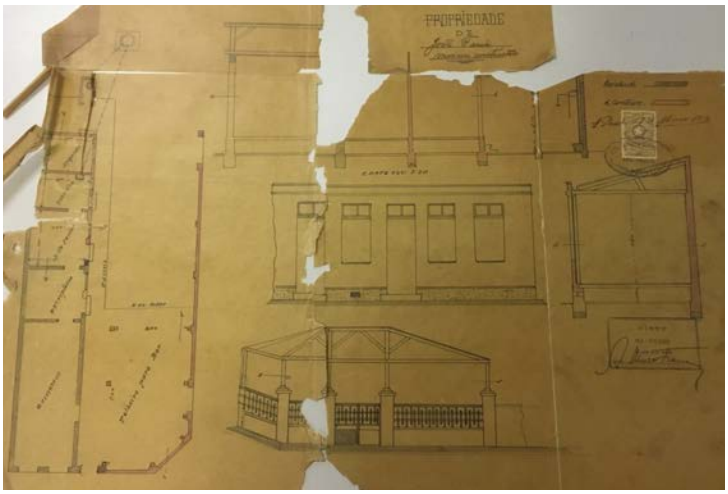


Figura 71: Projeto de bar ao lado da propriedade de João Faria, na Rua Augusta esquina com a rua Estados Unidos, ano 1920. SOP, AHM-SP.

Somente na segunda metade da década de 1920, a Rua Augusta iria receber edifícios com espaços destinados à atividade comercial separados da residência. Ainda assim, muitos dos proprietários viveriam nas unidades residenciais imediatamente acima ou lado de seu comércio, ambos alugados. Na década de 1930 as primeiras construções inteiramente dedicadas aos negócios foram inauguradas. Com elas vieram outras atrações para um público que não era mais apenas local. No trecho da Augusta-Cerqueira César inaugurou-se em 1934 a sua primeira atração fixa, o Cine Paulista, diversas lojas de tecidos e armarinhos e mais algumas escolas. A rua se abriu para a cidade, esboçando o polo de atração que se conformaria nas próximas duas décadas. Com estas mudanças, estabeleceram-se pelo menos seis grandes empórios e armazéns no trecho Augusta-Cerqueira César entre 1933 e 1940: o Empório e Confeitaria Jardim América, fundado em 1915, a Casa Santa Luzia e o Empório Jardim América e a Confeitaria Cine Paulista, o Empório Nobre e o empório Moraes e Fornaglio, e, por fim, o Empório Mascotte.[352]

No trecho Augusta-Bela Vista, a fábrica de sapato Melillo se transformou na Gráfica Siqueira, a Escola de Santa Mônica foi construída junto ao tradicional Colégio Des Oiseaux e a Rua Augusta passou a se conectar diretamente ao centro da cidade com a abertura da rua Martins Fontes (1936), e através desta por sua ligação com a rua Álvaro de Carvalho. Entre 1933 e 1940 serviam a região o Empório Triumphante; o Empório Santa Cruz; a Casa Mourisca; o antigo Armazém Nazário;

[352] Lista dos armazéns que vendiam o açúcar União (1933) e Chocolate Behring (1937) na cidade de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*, 25/06/1933, p. 9).

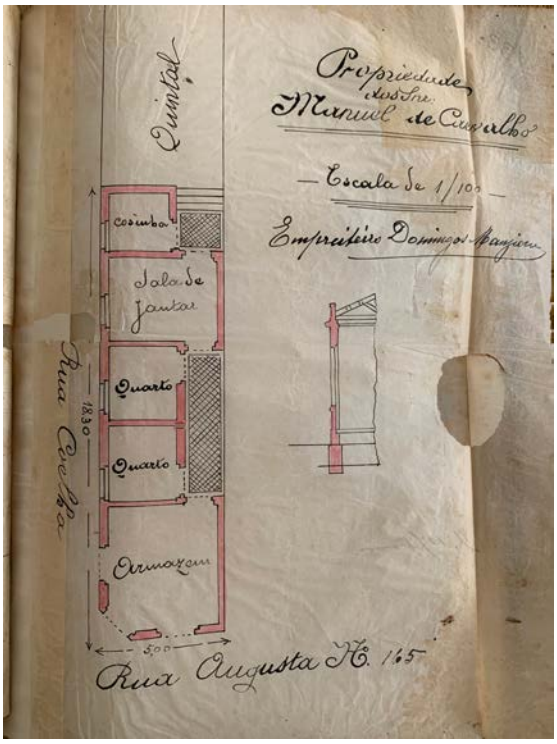
o Empório Montenegro; e finalmente o Empório Augusta.[353] Nas próximas décadas, alguns destes empórios dos anos 1930 permaneceram, mas para resistir à competição tiveram que se transformar. Este foi o caso da Casa Santa Luzia, que optou pela venda de produtos exclusivos e importados, atendendo as demandas de um público de estrangeiros que crescia na cidade no período do pós-segunda guerra. Inauguram-se ainda na década de 1950 a Casa Vilex, na região da Augusta-Cerqueira César, que também se especializou em importados, e a Confeitaria Bologna, transferida do Vale do Anhangabú para o trecho da Augusta-Bela Vista.

III.6 Os proprietários e os construtores dos armazéns

Nos primeiros anos da ocupação da Rua Augusta-Bela Vista, entre 1893 e 1899, encontramos pequenos investidores que construíram casinhas, muitas vezes em terrenos contíguos. Não podemos confirmar quais imóveis foram alugados e quais foram ocupados por seus proprietários, mas sabemos que durante este período a maior parte dos imóveis para os setores médios era para aluguel. Os terrenos deste trecho da rua Augusta foram ocupados em várias fases, com adições ao prédio principal incluindo espaço para algum negócio, na frente ou nos quintais, e para moradia, sempre nos fundos do lote. Em alguns casos, os próprios proprietários desenharam seus projetos, mas em geral estes foram assinados por profissionais da construção, por arquitetos ou engenheiros.[354] Tratavam-se, em sua maioria, de casinhas de porta e janela com dois cômodos, com o negócio no cômodo que se abria para a rua. Por conta da frágil situação financeira dos pequenos comerciantes, verificamos uma alta rotatividade de seus endereços. De uma maneira geral os comerciantes da rua deslocavam-se entre o centro da cidade e os bairros de Santa Ifigênia, o Bexiga e o Brás, bairros que tinham forte presença imigrante, à semelhança das vizinhanças da Augusta.

[353] Diversas listas em anúncios do Açúcar União, publicados no Jornal O Estado de S. Paulo, na década de 1950.

[354] Sheila Shneck estudou a presença dos italianos (ou aqueles que ela classificou como de nacionalidade "supostamente italiana", p. 102) no Bexiga, onde eles chegavam a compor 63% dos proprietários de imóveis entre os anos 1881-1913. Apesar de possuírem maioria numérica, a autora indica que a média de valor desses imóveis era bastante baixa. Esta constatação reflete a tipologia predominante na região da Augusta-Bela Vista, onde as pequenas casas que conjugavam atividades comerciais com moradia perfaziam a maior parte das propriedades pertencentes aos italianos. Quanto aos construtores desses imóveis no Bexiga, Shneck descreve-os como profissionais sem diploma, que em alguns casos, como explica Lindener Pareto (2011), se tornaram os "práticos licenciados".



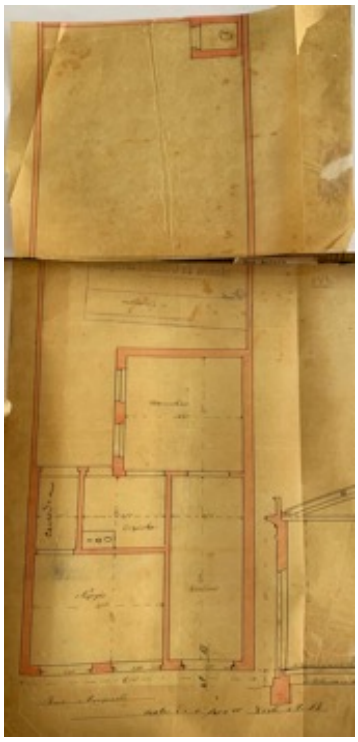


Figura 72: Casa térrea com armazém para Manuel de Carvalho, Rua Augusta 165 esquina com a rua Coelho, com projeto de Domingos Mangione, ano 1898. SOP, AHM-SP
Figura 73: Casa térrea com armazém na Rua Augusta 86 de propriedade de Michelle Jurillo com projeto de Colloni Atilio, ano 1897. SOP, AHM-SP.

No caso dos prédios com armazéns, a construção de quartos e de novas unidades residenciais para aluguel – nos fundos ou adjacentes ao negócio – fazia parte das estratégias dos proprietários. Na maior parte dos casos, o movimento iniciava-se com a construção de uma pequena unidade residencial utilizando metade do lote, que recebia adição de espaço para o comércio. A outra metade do lote seria ocupada nos anos subsequentes, quando outros cômodos eram adicionados nos fundos.

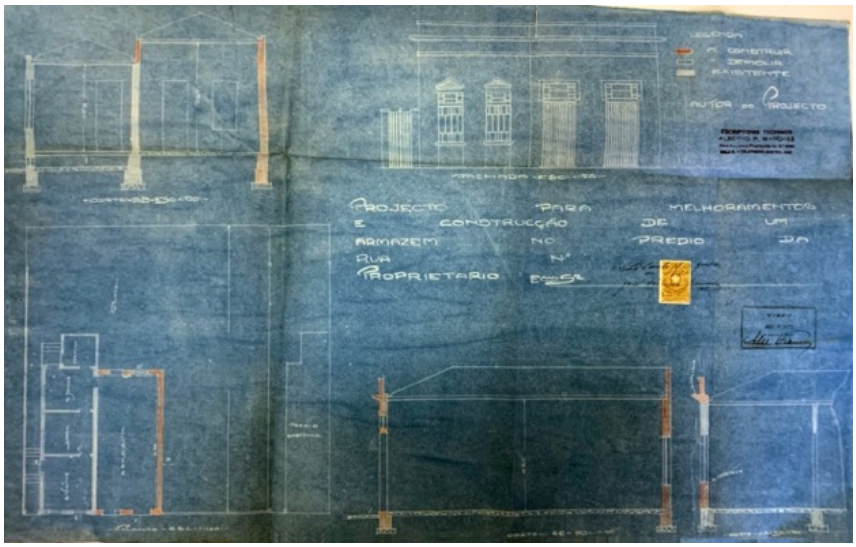


Figura 74: Adição de armazém ao lado de casa na Rua Augusta 517, propriedade de José Ferreira Granada, ano 1921. SOP, AHM-SP.

Médicos, advogados e dentistas investiram em imóveis na Rua Augusta (principalmente entre 1900 e 1920), construindo casas térreas geminadas com uso residencial para aluguel e sobrados para uso próprio. Confirmamos apenas um caso em que o proprietário utilizava o andar superior como residência e alugava o espaço comercial no térreo para um armazém. Este foi o caso da família Sola, que estudamos no final deste capítulo.

Os grandes investidores imobiliários construíram na Rua Augusta principalmente para os setores médios mais abastados, como vimos no estudo da cartografia. Joaquim Franco de Mello foi uma exceção, pois além de construir pelo menos uma das casas térreas de porão alto que se fizeram nas primeiras quadras da Rua Augusta, como seus vizinhos da avenida Paulista, experimentou com outras tipologias.[355] Em 1920 Mello construiu na Augusta um grande edifício sem recuos, com quatro unidades para residência em sobrado, com armazém na esquina.[356] Cada uma das unidades tinha planta diferente, com um, dois e três dormitórios, sala de visitas e de jantar, escritório e gabinete, um banheiro por unidade, quarto para criados, copa, cozinha e varandas. O porão acessado pelo armazém, tinha ainda uma adega, escritório, biblioteca e depósitos.

[355] Interessante notar as redes que se formavam entre os grandes investidores imobiliários e os construtores da cidade, como no caso de Antonio Fernandes Pinto que tinha sido o responsável pela obra do palacete de Franco de Mello na avenida Paulista, construído em 1905. Em 1912, já reconhecido pelo mercado e provavelmente com certo capital acumulado, investiu em uma casa vizinha à casa construída por Franco de Mello.
[356] O proprietário assinou a planta e não conseguimos encontrar o construtor ou o autor do projeto.

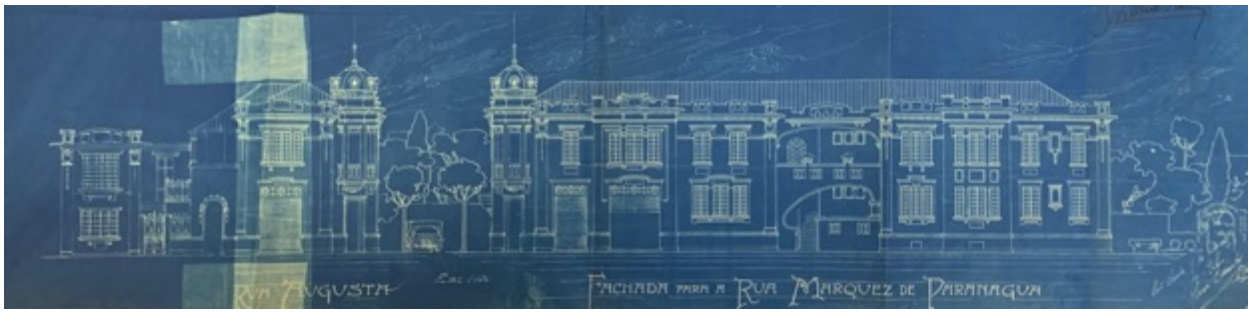


Figura 75: Projeto de para 4 unidades residenciais com armazém e porão, na esquina das ruas Augusta e Marquês de Paranaguá, propriedade de Joaquim Franco de Mello, ano 1920. SOP, AHM-SP.

Nesta esquina hoje remanescem o Bologna, que abriu suas portas nos anos 1950, e, do outro lado, o Parque Augusta, nas terras que foram ocupadas entre 1902 e 1974 pela Villa Uchôa e pelo complexo educacional das Cônegas de Santo Agostinho. O armazém construído por Franco de Mello teve vários inquilinos até que, em 1930, instalou-se ali o Empório Montenegro. Na portinha ao lado, em frente à entrada da Escola de Santa, Mônica viveu Ministrinho, sapateiro remendão, jogador de futebol aposentado.

Para encontrar outro prédio similar ao de Franco de Mello, subiremos a ladeira, atravessando a avenida Paulista e descendo pela Augusta, em direção às terras alagadas onde em poucos anos se inauguraria o Jardim América. A partir de 1910, neste trecho da rua as pequenas casas de moradia e comércio começavam a ser reformadas. A elas adicionavam-se barracões e telheiros nos quintais, e mais cômodos para ampliar a área de moradia. O comércio desta área se caracterizou como de alcance local e tipologia bastante simples até 1920, quando se iniciaram as construções de prédios em grupo com armazéns no térreo em várias das esquinas, seguindo o mesmo molde do edifício de Franco de Mello. (Figura 76)

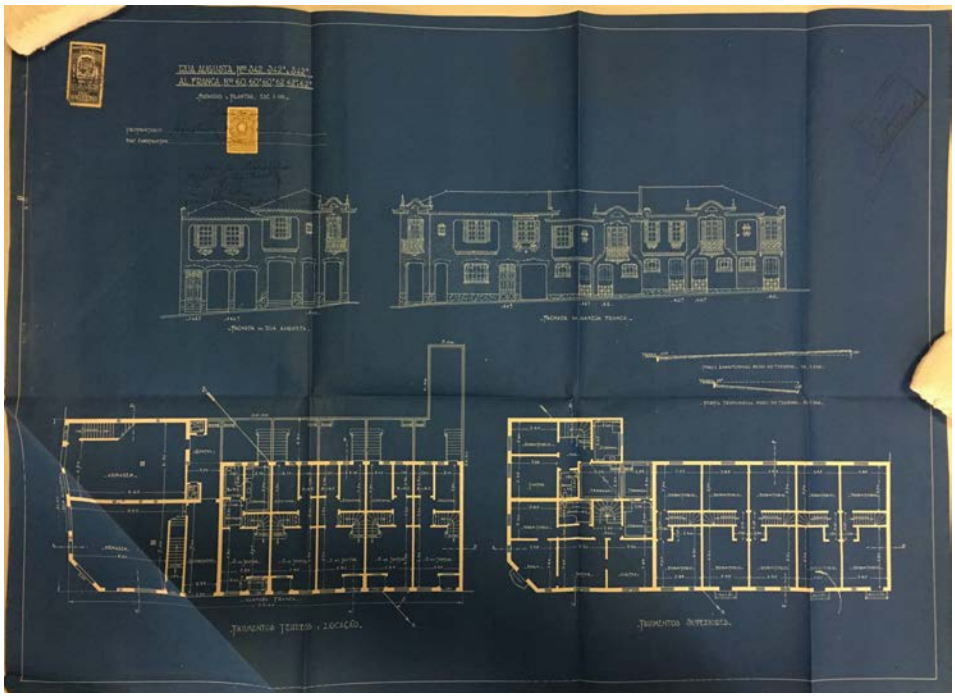


Figura 76: Projeto para cinco prédios de moradia e dois armazéns, com moradia e garagem para a Aristides de Almeida construída por Felix na Rua Augusta 342, 342A, 342B esquina com alameda Franca, 60, 60A, 60B, 62, 62ª, ano 1927. SOP, AHM-SP.

Neste projeto de Felix Hegg os armazéns se situavam de frente para a Rua Augusta e se conectavam com a habitação no piso superior por escada interna. (Figura 77) As cinco unidades residenciais continham dois dormitórios cada, com um pequeno jardim nos fundos. O prédio não tinha recuos e as portas abriam-se diretamente para a calçada, com uma pequena cobertura. Hegg foi o construtor do último armazém na Rua Augusta que analisamos nesta pesquisa. Desta vez, o prédio localizava-se na outra metade da rua, entre as ruas Matias Aires e Fernando de Albuquerque, com duas garagens, uma de cada lado da loja, uma unidade residencial para o proprietário do armazém e outra no andar superior com dois quartos, sala de visitas e jantar, a copa dividindo a área de serviço, onde estava alocado também um quarto para a criada.

III.7 Os imigrantes e os trabalhadores dos armazéns

A partir de 1890, a cidade de São Paulo passou a experimentar uma nova estrutura social, composta por atores que se transformavam e por aqueles que chegavam: os negros que se tornaram livres; os imigrantes de distintas origens e os antigos habitantes da cidade combinando as diversas culturas. O convívio entre estes novos grupos e os paulistanos transformou os hábitos, as

manifestações culturais, a linguagem e as dinâmicas sociais da cidade. São Paulo foi o maior centro urbano receptor da imigração durante a Primeira República, com os estrangeiros representando entre 10 a 15% da população, total que variou de 64.934 habitantes em 1890 para 1.326.261 habitantes em 1940.[357] Entre 1890 e 1930, 694.489 imigrantes das diversas províncias da Itália[358] chegaram na cidade, seguidos pelos 374.658 espanhóis e 362.156 de origem portuguesa[359] e ainda pelos 80.103 japoneses e 50.507 alemães.[360] Em São Paulo, os estrangeiros tiveram notável presença na expansão comercial, em todos os ramos e em todas as escalas, desde o comércio exterior, a fabricação de alimentos, o desenvolvimento imobiliário, a construção e a administração dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais, além de prover mão-de-obra e apoio para todas estas atividades.

Em 1920, dos 829.851 estrangeiros no estado de São Paulo, 24,7% ou 205.245 estavam na capital. Em 1934, essa proporção saltou para 30,9%, pois dos 931.691 estrangeiros no estado, 287.690 permaneceram na capital. Os maiores contingentes vieram da Espanha, principalmente no período entre 1904 e 1913, quando 224.672 entraram no país; e na década seguinte, entre 1924 e 1933 os japoneses que somaram 110.191. Em menor número, mas com importante presença na capital foram os imigrantes originários da Síria, da Alemanha e de outros países europeus.

[357] IBGE, Censos Demográficos.

[358] Vale lembrar que o processo de unificação da Itália terminou apenas em 1871. Assim, na virada do século, a concepção de Itália como um país uno ainda não era consolidada entre seus habitantes. Ao imigrar, os "italianos" naturalmente tinham maior ligação com aqueles de mesma origem, por isso mantiveram-se fortes as relações dos grupos que vinham das mesmas regiões: Veneza, Calábria, Campânia, Lombardia, etc.

[359] Nas estatísticas oficiais disponíveis, eram considerados "portugueses" aqueles imigrantes vindos de Portugal, mas também de suas colônias. Para complicar ainda mais a acurácia das estatísticas sobre os portugueses, alguns estudiosos apontam que os números de portugueses imigrados nos séculos XIX e XX foram subestimados, pois muitos deles foram classificados como brasileiros por conta dos sobrenomes comuns dos descendentes que haviam chegado anteriormente.

[360] Ao oferecer estatísticas sobre os estrangeiros que imigraram para o Brasil, lembramos que elas escondem detalhes importantes. No caso dos negros e indígenas, sua presença foi minimizada ou incorporada nas estatísticas do grupo de "brasileiros", sem diferenciação de sua origem étnica. No caso dos portugueses, a grande maioria teria saído da região Norte de Portugal (PASCKES, 1990/91, p. 89-90), mas estes teriam vindo ao Brasil por motivos diversos e em diferentes momentos históricos. No caso da região em torno da Rua Augusta (no bairro conhecido como Bella Cintra na virada do século), os açorianos foram prevalentes. Este grupo de imigrantes não necessariamente compartilhava dos traços socioculturais daqueles que vieram de Portugal, mas foram assim classificados ao entrar no país. Mesmo entre os imigrantes provindos das ilhas açorianas existiam diferenças importantes, não somente entre os diversos grupos sociais, mas entre aqueles oriundos de uma ou de outra destas ilhas, que guardavam características distintas entre si.



Figura 77: Imigrantes chegando em São Paulo e procurando assistência. Circa 1882-1892.[361]

Os primeiros ocupantes dos bairros que se avizinham da Rua Augusta – entre 1880 e 1920, aproximadamente – foram os italianos, os açorianos, os portugueses e os brasileiros, incluindo os africanos e os descendentes dos portugueses que haviam imigrado antes da virada do século XIX.

Os imigrantes da Itália

A presença italiana na Rua Augusta, entre os anos 1880 e 1930 foi significativa. Chegando ao Brasil em diferentes ondas – entre os anos 1890 e 1900; entre 1910 e 1929; e novamente nos anos 1950[362] –, os italianos foram os grandes responsáveis pela construção na Rua Augusta. Nem todos dirigiram-se ao interior e ao cinturão verde em torno da capital, como deles se esperava. Vários

[361] Acervo Público do Estado de Saulo. Disponível em: http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/assistencia-social-migrantes-e-imigrantes;isad. Acesso em 23/04/2019.

[362] Perfazendo um total de 1.198.327 entre 1890-1900; 815.453 entre 1900-1909; 846.647 entre 1910-1919 e 583.587 entre 1920-59-1959 (DOMINGUEZ, Juliana Arantes. Processos imigratórios, In: *Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo,* v. 10, 2013, p. 184. Disponível em: https://www.academia.edu/5181510/Os_Bairros_Imigrantes_da_Cidade_de_S%C3%A3o_Paulo_na_d%C3%A9cada_de_1930?email_work_card=title. Acesso em 24/10/2021).

optaram por permanecer na cidade, onde encontravam melhores oportunidades de trabalho junto a seus familiares e conterrâneos. Uma vez na cidade, a difícil busca por emprego levava os imigrantes pobres a aceitarem pouco ou nenhum salário para trabalhar como ajudante em algum serviço, como trabalhador manual ou do comércio, desde que um teto e um prato de comida lhes fosse garantido.[363]

O grupo de imigrantes que veio a compor a italianidade do Bexiga foi identificado pela historiadora Ana Lanna como parte de um fluxo "estimulado e viabilizado" pela recepção de conterrâneos e familiares no bairro, em sua maioria com origem na região da Calábria. As famílias desses imigrantes iam se completando com a chegada dos filhos, esposas e irmãos que haviam ficado para trás, com novos casamentos, parcerias e arranjos diversos entre os conterrâneos e outros estrangeiros, viabilizando a permanência na cidade. Aqueles que emigraram mais cedo tiveram maior facilidade de acesso à propriedade, mas após a virada do século a maioria morava de aluguel, em terrenos e prédios subdivididos e cada vez mais adensados. De maneira similar ao Bexiga, conformou-se a região da Augusta-Bela Vista, através de uma "pluralidade de arranjos que revelam a coexistência de diversos extratos sociais".[364] As famílias, os amigos, a comida, as festas e as atividades culturais garantiram as fortes relações entre estes dois bairros vizinhos por muitas décadas.

Acomodar os conterrâneos em seus empreendimentos e em suas casas foi prática comum de todos os imigrantes, na medida em que suas condições permitiam. Assim, os recém-chegados conseguiam se empregar no comércio e nas oficinas de seus conhecidos e familiares. A congregação da comunidade açoriana nos bairros da Bella Cintra e da Bela Vista evidencia as formas de relacionamento que se repetiam para vários grupos de imigrantes: importação de costumes; paridade religiosa e manutenção dos laços familiares, por meio da solidariedade e da cumplicidade cultural. Em suma, o imigrante buscava ao mesmo tempo diferenciar-se através da manutenção

[363] *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1885, p. 3.

[364] A diversidade de estrangeiros e a heterogeneidade dos modos de vida, de expressão e significação da vida na cidade são discutidos no livro "São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades". A obra resultou de um projeto de pesquisa coletivo, abordando a formação de "redes e territórios étnicos"; o papel dos imigrantes enquanto agentes da construção da cidade; as práticas e experiências dos imigrantes e a forma como a cidade foi pensada, debatida e analisada pelo olhar dos estrangeiros. LANNA *et al.*, 2011, p. 123-125.

dos traços socioculturais peculiares trazidos da terra natal e integrar-se ao novo território, enquanto construía um espaço com o qual se identificasse.

A proximidade da Rua Augusta ao Bexiga e ao Saracura estimulou as relações entre os vários trabalhadores, comerciantes e artesãos que ali se encontravam. Também as fronteiras flexíveis entre os bairros – Consolação, Bella Cintra, Bela Vista e Bexiga – ajudaram a estabelecer vínculos entre os dois grupos de imigrantes majoritários da região, calabreses do Bexiga e açorianos da Bella Cintra. De maneira geral, estes dois grupos apresentaram ao chegar na capital, traços socioeconômicos similares, pois enfrentavam problemas semelhantes que os tinham levado a emigrar. Ainda assim, mantiveram forte sua ligação com a terra de origem. Além dos novos imigrantes, haviam os brasileiros, os negros e os portugueses de segunda geração que compartilhavam os espaços em torno da Rua Augusta, e que não deixaram de expressar-se culturalmente à sua maneira, peculiar e distinta.

Os açorianos [365]

Entre os habitantes da região da Rua Augusta-Bela Vista a partir de 1880, verificamos que muitos tiveram origem na região dos Açores, chegando na virada do século para viver e trabalhar na Chácara do Capão.[366] Os açorianos migraram para São Paulo em finais do século XIX e início do XX. Eram, em sua maioria, muito pobres e os motivos que os induziam a imigrar não eram de todo diferentes daqueles que levaram os "calabreses" do Bexiga a deixar suas terras. Além disso, muitos chegavam com baixo nível de alfabetização e embarcados "de calhau"[367], fugindo da

[365] Vale lembrar que ao entrar no Brasil, imigrantes originários dos Açores foram catalogados como portugueses, dificultando sua identificação.

[366] Tomando a lista de proprietários e construtores da Rua Augusta, utilizamos dispositivos eletrônicos para busca de origem dos imigrantes, tais com a Geneanet: https://pt.geneanet.org/fonds/individus/ e o acervo online do Museu da Imigração de São Paulo, disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/livros.php. Conseguimos localizar nomes que tiveram origem nas ilhas açorianas entre aqueles que viveram na região da Augusta-Bela Vista. As primeiras pistas indicando a origem destes imigrantes vieram das memórias de Paim Vieira (filho de Mariano Vieira, antigo proprietário da Chácara do Capão) e pelos seguidores das festas do Divino Espirito Santo na região, que mantêm até hoje esta tradição originária dos Açores.

[367] "Embarcar de calhau" é uma expressão açoriana que designa o ato de emigrar clandestinamente, longe das alfândegas e da vigilância portuária dos Governos Civis, à margem de papéis e passaportes, muitas vezes em fuga ao famigerado recrutamento militar (RILEY, Carlos Guilherme. *A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais*. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/386/1/Carlos_Riley_p143-172.pdf. Acesso em 26/10/2021).

pobreza em que se encontravam.[368] Naquelas ilhas vulcânicas, os desastres naturais eram frequentes e dificultavam as atividades agrícolas que, somados à falta de apoio por parte da Coroa portuguesa, estimulou a cultura de migrações entre os açorianos. Com perfis culturais e socioeconômicos diferentes entre si, os imigrantes de cada uma das ilhas vieram em épocas distintas e por motivos diferentes. Na capital, Ilha de Ponta Delgada, a maioria dos 2.108 açorianos que se dirigiram ao Brasil em 1895 foi classificada com a profissão "doméstica" (609 pessoas), seguida pela de trabalhador (415 pessoas), camponês (110 pessoas) e proprietário (25 pessoas). Cinco anos depois, em 1900, vieram apenas 231 pessoas, novamente com maioria de domésticas (45 pessoas), mais proprietários (42 pessoas), trabalhadores (29 pessoas) e camponeses (20 pessoas).[369] Na primeira leva vieram muitas mulheres e camponeses; já na segunda a proporção de "proprietários" foi bem maior, indicando imigrantes que chegaram ao Brasil com algum dinheiro para investir. Os estudiosos da imigração açoriana nos contam que até finais do século XIX as famílias mais abastadas, via de regra, transferiam-se para o Rio de Janeiro em busca de novas frentes de investimento.[370] Neste período, vieram as famílias de José Paim Pamplona (1822-1893) e de Mariano Antonio Vieira (1826-1934), que após a infância e longas temporadas entre o Rio de Janeiro e na Europa, transferiram-se para São Paulo.[371]

Desde 1880, os terrenos do bairro da Bella Cintra – com fronteiras que incluíam a área onde os atuais bairros Bela Vista e Consolação se interceptam – foram ocupados por prédios construídos

[368] Os açorianos mantiveram desde seus primórdios a tradição migrante, pelos mais variados motivos: oportunidades de trabalho em viagens sazonais entre as ilhas; o desejo de melhorar as condições de vida; e também respondendo aos interesses da Coroa, que enviava-os para ocupar suas colônias. Ao longo dos séculos XV ao XVIII, houve governantes e militares que se opuseram às ordens da Coroa para colonizar, argumentando contra o esvaziamento populacional e as consequências na economia das ilhas. Ainda assim, com a falta de incentivo à agricultura aliada às políticas de subsídio para a emigração do governo português, aqueles que se dispunham a atravessar o Atlântico encontravam na imigração uma possibilidade de adquirir uma condição de vida melhor (CORDEIRO & MADEIRA, 2003).

[369] Tabelas de registro de passaporte de imigrantes com origem em Ponta Delgada, Açores, por profissão. Anos 1895 e 1900 (SILVA, 2017, p. 176 e 181).

[370] Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2001), Susana Serpa Silva (2017), Guilherme Riley (2003), Mario Luís Grangeia (2017), Ana Silvia Volpi Scott (2001) e Izilda Matos (2013, 2018), entre outros.

[371] A chácara do Capão de Vieira fazia fronteira, ao sul, com a chácara de Manoel Garcia da Silva, que a partir de 1921 veio a compor o Jardim Europa. Assim como Vieira, Garcia da Silva também fora comerciante, proprietário da Loja do Japão no centro da cidade, e banqueiro. A trajetória destes dois açorianos exemplifica a de muitos imigrantes que chegaram no Brasil no século XIX com capital para abrir seu próprio negócio, expandindo seus investimentos em imóveis, em bancos e importadoras, e mais tarde em companhias provedoras de serviços urbanos.

pelas mãos dos *capomastri* italianos e também pelos construtores profissionais brasileiros, portugueses, e possivelmente os construtores de origem nas ilhas açorianas.

Sabemos que a presença dos imigrantes dos Açores nas vizinhanças da Rua Augusta vinha pelo menos desde1880, quando José Coelho Pamplona se instalara na área, formando o núcleo de ocupação entre as ruas Augusta e a atual Frei Caneca. Em1887, Mariano Antonio Vieira, o proprietário das terras do Capão, transferiu-se com a família para um chalet na rua da Real Grandeza[372], loteando as terras adjacentes e estimulando sua ocupação por casas simples de famílias originárias das ilhas açorianas. Viveram ali cocheiros, carroceiros, lenhadores, fabricantes de linguiça, chouriço e morcela, produção que era negociada nos mercados da cidade. A ligação mais rápida com o centro era então feita pela Rua Augusta onde algumas casas já estavam sendo construídas. Diz-se que nesse tempo havia no bairro um único armazém, situado na rua Frei Caneca esquina com a rua de São Miguel, em terras de Pamplona. Em uma sala logo atrás do armazém de Julio Jacinto Alvez, as filhas de seu proprietário, Julia e Isabel, organizaram a primeira escola do bairro.[373] Surgiram juntos nesta região, o comércio e a escola, num só edifício duas atividades que marcariam a trajetória da Rua Augusta ainda por muitas décadas.

Os portugueses

A maior parte dos imigrantes originários de Portugal chegaram a São Paulo entre os anos 1904 e 1913. Durante este período chegou Daniel Lopes, proprietário do armazém Lopes & Irmão (que detalharemos mais adiante) e, em tempos diferentes, seu irmão e seus sobrinhos. A presença de parentes e conhecidos, a familiaridade com a cultura, o idioma e a religião contribuíram para a escolha do Brasil como um dos destinos preferidos dos portugueses que imigravam no inicio do século XX.[374] Em menor quantidade, emigraram também investidores, profissionais liberais e artistas.[375] O perfil típico do imigrante português neste período era de jovens (com idade em torno dos vinte anos), do sexo masculino (em torno de 70%), pobres e analfabetos (75%) e católicos

[372] Hoje Avenida Paulista.
[373] PAIM, 1952, p. 139.
[374] Sendo a segunda opção até 1900, os Estados Unidos da América. Essa equação se inverte no século XX e o Brasil deixa a primeira posição como destino preferido dos portugueses.
[375] SERRÃO, 1982 apud GRANGEIA, 2017, p. 4.

(99,9%)[376], vindo a convite de familiares já estabelecidos. As "cartas de chamada" prometiam a familiares e conhecidos o sustento e auxílio necessário para viabilizar as transferências.[377] Uma vez assentados no Brasil, a renda obtida pelos imigrantes garantia não somente seu próprio sustento, mas com frequência contribuía com as finanças de familiares deixados na terra natal. Os portugueses que imigravam para o Brasil eram chamados em Portugal de "brasileiros"[378]. Os "brasileiros" enviavam remessas com frequência e, como eram tantos, os montantes por eles enviados tiveram de fato valor significativo para a economia portuguesa da época.[379]

A grande maioria dos portugueses que vieram a São Paulo optaram por atividades como a construção, o comércio atacadista e varejista, trabalhando também como vendedores ambulantes,; nos negócios de importação e exportação de bebidas e gêneros alimentícios, e diversas outras atividades manuais.[380] Entre aqueles que se estabeleceram no comércio, os caixeiros[381] ou marçanos[382] empregavam-se ainda na infância. Assim, encontramos em 1889 anúncios nos jornais como o de um "mocinho de 12 anos" que já tivera experiência em secos e molhados e outro que, solteiro, buscava uma "casa de estimação", esclarecendo que salário não era necessário.[383] Dos trabalhadores dos secos e molhados não se exigia muita prática ou experiência. O serviço era compartilhado com membros da família e agregados, incluindo as crianças. Não era infrequente algum viajante ou imigrante recém-chegado na cidade oferecer seus serviços em troca de comida e abrigo. Gilberto Freyre, tratando das intrincadas relações que se estabeleciam no comércio da cidade desde meados do século XIX, justifica a preferência dos proprietários de armazéns de secos e molhados em empregar como caixeiro alguém de fora da família. Evitava-se dar a seus próprios filhos o trabalho, ao qual teriam que se submeter à severa disciplina "quase como escravo", "escravo louro cuja formação se fazia dentro do próprio armazém despoticamente patriarcal e

[376] SCOTT, 2001.
[377] Nas Cartas de Chamada, portugueses radicados no Brasil responsabilizavam-se pelo sustento de novos imigrantes.
[378] Os "brasileiros", portugueses que emigravam para o Brasil. Foram também chamados de "torna viagem", quando regressavam à Portugal em situação econômica mais confortável do que quando saíram.
[379] O volume das remessas era significativo, chegando a ultrapassar a soma das exportações portuguesas para o Brasil no final do século XIX. Enquanto através das remessas Portugal recebia 18.000 contos de réis anuais, pelo comércio exportador essa soma não atingia 4.000 contos de réis anuais (PASCKES, 1990/1991).
[380] Em sua maioria em empresas familiares, como alfaiatarias, lojas de roupas, tecidos, armarinhos, ferragens, louças e vidros, padarias, quitandas, mercearias, leiterias, açougues, bares, cafés e botequins, confeitarias, pastelarias, hotéis pensões (MATOS, 2010).
[381] BRAGA, 2013, p. 96.
[382] Marçano é mesmo que aprendiz (SERRÃO, 1970).
[383] *O Estado de S. Paulo*, 07/09/1889, p. 3; *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1909, p. 7.

monosexual".[384] Esses meninos caixeiros eram escolhidos preferencialmente entre aqueles portugueses pobres e analfabetos recém-chegados, que não tinham outras possibilidades de trabalho. "As vezes os caixeiros fugiam, como os escravos", segue Freyre, descrevendo a exploração dos jovens meninos indefesos denunciada em 1852. Mas nem todos eram maltratados e muitos caixeiros terminaram por casar-se dentro da mesma família que o recebera.[385]

Os negros

A prestação de serviços a particulares, comércio (principalmente ambulante) e os trabalhos manuais, foram as formas de emprego mais comuns para este grupo, que de certa maneira continuou operando as atividades que já exerciam na cidade desde o século XIX, mesmo antes da abolição. Apesar das poucas notícias que encontramos sobre sua presença na Rua Augusta, sabemos que as ruas foram sempre o espaço mais importante de interação entre os diversos grupos mais pobres. O espaço das ruas "estabelecia o esteio dos relacionamentos sociais experimentados pelos trabalhadores negros", que no ir e vir de seus afazeres, se encontravam na bica ao buscar água, no mato onde buscavam lenha ou capim que vendiam aos moradores.

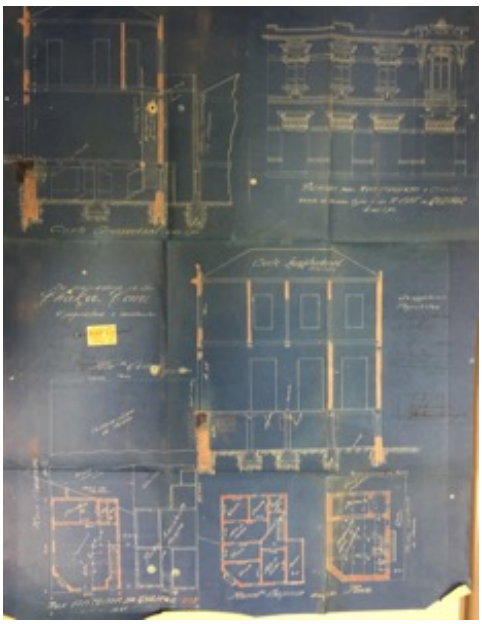
O espaço da rua no centro da cidade sempre fora compartilhado entre todos os grupos, e foi justamente a convivência forçosa entre negro e branco, imigrante e brasileiro, pobre e rico na região central que levou às diferentes tentativas de separação dos mais ricos, e exclusão dos setores mais pobres nos novos bairros que se inauguram a partir da virada do século. Esse movimento não foi diferente nos novos loteamentos da Bella Vista e da Bella Cintra que circundaram a Rua Augusta no início do século XX. Trabalhando com os inquéritos jurídico-policiais, Wissenbach identificou núcleos onde se concentraram, na segunda metade do século XIX, pessoas negras que haviam obtido suas cartas de alforria. Um desses núcleos teria se situado em torno do princípio da Estrada de Santo Amaro e outro nos altos do Caaguaçu[386], confirmando sua presença nas terras que circundavam a Rua Augusta.[387] Além de venderem quitandas pelo centro e outros comestíveis

[384] FREYRE, [1936] 2013, p. 244.
[385] A profissão de mascate e negociante, exaltada pela coroa portuguesa em meados do século XIX, perde seu prestígio com os anos. Os filhos de comerciantes de maior sucesso buscaram, a partir de então, dar a seus filhos educação para que pudessem seguir uma das tradicionais carreiras profissionais: advogado, médico ou engenheiro.
[386] WISSENBACH, 1998, p. 134-155 e p. 189-190.
[387] No Capitulo 3 deste trabalho veremos que na Escola de Santa Mônica, localizada na Rua Augusta, haviam muitas crianças negras que viviam na região, pelo menos até o início da década de 1930.

pela cidade, os negros ajudavam nas oficinas (como as de alfaiate e sapateiro), no comércio, transporte, cuidado com os animais e na construção.

Outros grupos

Como vimos, o comércio da Rua Augusta entre 1890 até os anos 1930 foi majoritariamente mantido por imigrantes açorianos, italianos e portugueses, mas também por indivíduos de diferentes nacionalidades, espanhóis, alemães, ingleses, poloneses e franceses.. [388]



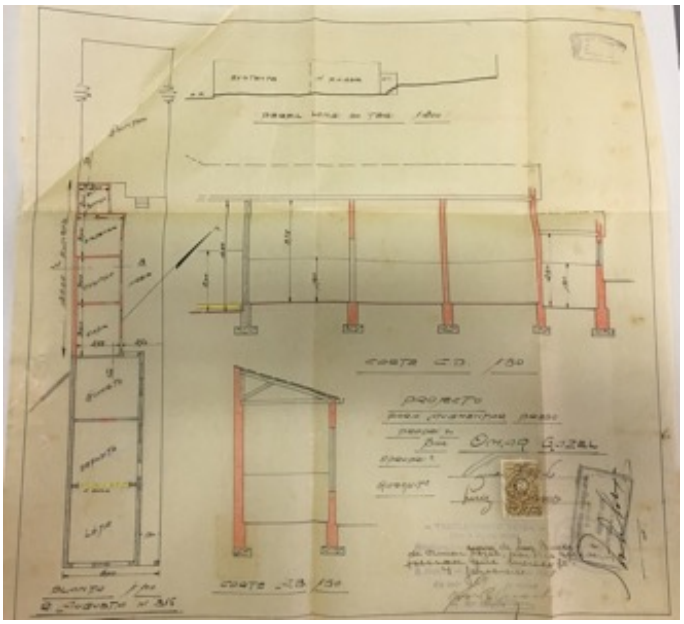


Figura 78: Loja de fazendas e armarinho de Chaker Coury, Rua Augusta 411, esquina com rua Dona Antonia de Queirós, ano 1922. SOP, AHM-SP.
Figura 79: Rua Augusta 316, propriedade de Omar Gazel, com projeto do arquiteto Luiz Bianco, ano 1926. SOP, AHM-SP.

Na Rua Augusta, aqueles que se especializaram desde o início foram os sírio-libaneses, Alfredo Schaim, Chafik Khoury, Nicolau Dib, Omar Gazel, Camilo Cateb e Abdo Cury, que inauguraram as primeiras lojas de fazendas e de armarinhos, algumas das quais mantiveram-se na rua até pelo menos a década de 1950. Assim como os outros grupos de estrangeiros, eles utilizavam suas redes familiares e de conterrâneos como apoio para as primeiras empreitadas na cidade. A maior parte

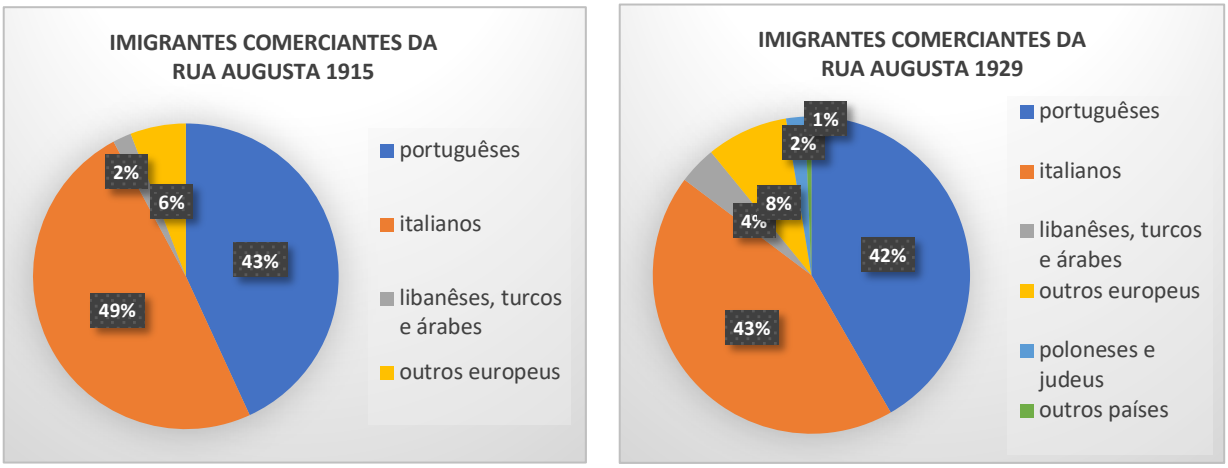
[388] Lembramos aqui que utilizamos os sobrenomes dos proprietários dos armazéns na Rua Augusta para inferir a origem. Em alguns casos conseguimos confirmar a nacionalidade desses, mas não da maior parte. Outra questão, já explicitada acima, é a de que tanto os comerciantes aqui denominados "portugueses", como os denominados "italianos" tiveram origens em reinos e colônias distintas.

da família Cury residia em Piracicaba, onde o pai, lavrador, havia conseguido que alguns de seus filhos se formassem agrônomos e advogados.[389] Abdo Cury, assim como um de seus irmãos em Piracicaba dedicou-se ao comércio, negociando fazendas e armarinhos na Rua Augusta-Bela Vista, pelo menos entre 1915 e 1929.[390] Além de seu comércio na Augusta, Abdo Cury adquiriu terras na Vila Brasilina em 1925.[391] A Vila Brasilina era então uma região de chácaras onde fazendeiros, industriais e comerciantes passavam seus finais de semana na década de 1920. Mas o período de bonança não durou muito, pois com loja ainda aberta na Rua Augusta, em 1929, Abdo Cury foi afetado pela crise econômica mundial, figurando em lista de indivíduos – formada em sua quase totalidade por nomes sírio-libaneses – que segundo reportagem estariam com "crédito totalmente impugnado" na cidade.[392]

Entre os comerciantes de origem italiana encontramos José Grecco, proprietário de uma padaria na Rua Augusta em 1915. Filho de Giovanni Grecco, que também possuíra padaria ali perto, no Bexiga, no início dos 1900, mais tarde mudara-se para o Bom Retiro, segundo a pesquisa histórica de Ana Lanna. A primeira padaria de Giovanni, pai de José, onde se havia produzido "o pão caseiro que aqui passou a ser conhecido como pão italiano" teria sido inaugurada em sociedade com seu irmão Domenico, que a essa altura já teria retornado à Itália, onde teve 11 filhos.[393] Ainda segundo Lanna, a partir de 1924 seus filhos teriam emigrado para o Brasil. Entre estes migrantes estava Domingos Grecco, que em 1926 se tornou proprietário de um armazém de secos e molhados na Rua Augusta 165. A trajetória desta família evidencia a tradição de manter os familiares no mesmo ramo de negócio, com pelo menos quatro padarias e um armazém em duas gerações, localizados no Bexiga, Bom Retiro e na Rua Augusta. Podemos identificar aqui o processo de formação das redes de relações entre os diversos bairros da cidade, e ainda entre a Itália e o Brasil, países que para os Grecco já faziam parte da trajetória familiar. Quanto ao armazém mantido por Domingos Grecco na Rua Augusta, sabemos que ele se instalou em imóvel

[389] *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1943, p. 3.
[390] No Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) encontramos, a partir de 1911, indivíduos com o sobrenome Coury, às vezes grafado de outras maneiras, como Cury ou Khoury, em várias cidades, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e invariavelmente associados ao comércio de tecidos, armarinhos e roupas.
[391] A Vila Brasilina fica na região sudeste da cidade de São Paulo. Nesse bairro Abdo Cury adquiriu um terreno por 500$000 em 1925 (*Correio Paulistano*, 21/11/1925 - Edição 22388).
[392] *Correio Paulistano*, 13/06/1929, p. 12, Edição 23578.
[393] LANNA, 2012, p. 883.

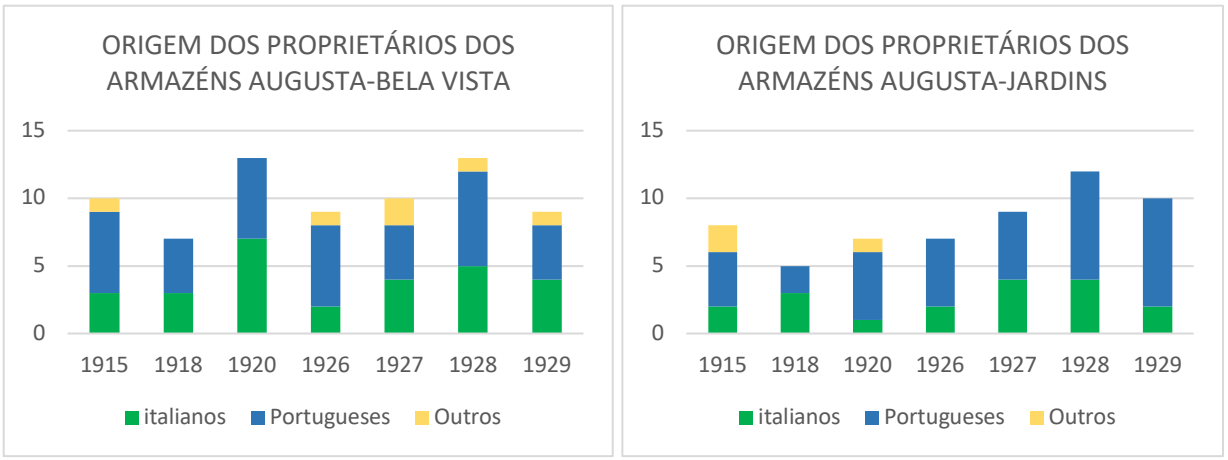
de propriedade de seu sogro, Ângelo Lodigiani.[394] Por sua vez, Lodigiani havia construído sua primeira casa na Rua Augusta esquina com a rua Fernando de Albuquerque em 1897. No ano seguinte, em 1898, ele teria adicionado no mesmo lote outra casa similar geminada à sua, que foi ampliada em 1904. Por ali permaneceu até 1912, quando vendeu sua casa ao se retirar para a Europa.[395] Catorze anos depois, com o recuo frontal edificado, este mesmo imóvel acolheu o armazém de Domingos Grecco, em 1926.



Gráficos e tabelas 10: Presença de diferentes imigrantes comerciantes na Rua Augusta, com origem dos proprietários inferida pelos sobrenomes. LIP, AHM-SP.[396]

Entre os comerciantes presentes na Rua Augusta, os sobrenomes dividiam-se claramente entre italianos e portugueses ou açorianos (como vemos nos gráficos 10, acima), em proporções similares, modificando-se a partir dos anos 1920 com a chegada de imigrantes de outros países. A partir de então a Augusta se internacionalizava ainda mais, pois além dos comerciantes, os novos moradores da rua e de suas adjacências também trouxeram consigo novas manifestações culturais e outras formas de fazer e viver na cidade.

[394] *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1925, p. 12.
[395] *O Estado de S. Paulo*, 16/04/1912, p. 12.
[396] Elaborados com base nos Lançamentos de Indústrias e Profissões, anos 1915 a 1929, AHM-SP e Correio Paulistano.



Gráficos e tabelas 11: Presumível origem dos proprietários dos armazéns da Rua Augusta entre os anos 1915 e 1929. LIP, AHM-SP.[397]

IV. O ESPAÇO DOS ARMAZÉNS DA RUA AUGUSTA

Em finais do século XIX, a produção imobiliária caracterizou-se por atender os investidores que construíam para si e para as elites, ao mesmo tempo em que produziam casas para aluguel. Este processo se acentuou com a "bolha especulativa" criada pelo Encilhamento, aumentando o preço dos imóveis próprios, que se tornaram ainda mais restritos às elites.[398] Às camadas mais pobres da população estavam reservados os cortiços e as pequenas casas "operárias", e para as classes médias as casas geminadas, como as que se via na Rua Augusta, principalmente até finais da década de 1910. Até então, segundo Nabil Bonduki, apenas 19% dos prédios da cidade eram habitados por seus proprietários. O imóvel para aluguel era predominante e era a forma básica de acesso à moradia.[399]

Investir na produção de casas para a população de baixa renda era lucrativo, pois o mercado era garantido e não implicava em grandes gastos para construção ou manutenção. Por isso não era incomum que as casas de aluguel e aquelas destinadas à habitação coletiva não tivessem atenção adequada, com proprietários de muitas posses, mas que optavam por não investir na conservação de seus prédios alugados. Nos jornais encontramos notícias sobre os problemas frequentes nos

[397] Elaborados com os Lançamentos de Indústria e Profissões, AHM-SP e Correio Paulistano.
[398] KUSVANEY, 2017, p. 46.
[399] Anteriormente à Lei do Inquilinato de 1942, o mercado para investimento em imóveis para aluguel continuou estimulando a construção de casas para moradia dos pobres e das classes médias, "sobretudo em cidades de grande crescimento e dinamismo econômico, como São Paulo (BONDUKI, 1998, p. 44 apud KUVASNEY, p. 44).

edifícios que abrigavam a moradia e ao mesmo tempo prestadores de serviços e pequenos comerciantes – incluindo os armazéns. Reiteradas vezes, seus moradores sofriam com problemas sanitários, incluindo a falta de água para limpeza, a falta de latrinas, de tanques e de pias, e a ausência de espaço para o preparo dos alimentos, o que causava incêndios e outros acidentes acarretados pelas condições de superlotação e de superposição de atividades diversas nos mesmos cômodos. Assim se deu o acidente de 1887 no prédio de Victor Nothman no Brás, ao qual acolheram os moradores da vizinhança, chamados pelos sinos das igrejas do bairro. Isso pois "em vista da irregularidade da Estação Telephonica, só uma hora depois de manifestar-se o fogo, compareceu a secção de bombeiros". Na ocasião ficaram feridos o chefe de polícia e um italiano. O prejuízo de 12:000$, sem seguro, manteve-se circunscrito ao armazém.[400]

Os relatórios dos fiscais sanitários das habitações coletivas incluíam frequentemente problemas relacionados aos armazéns localizados em propriedades de aluguel para a população mais pobre. Ainda assim, apesar de relatarem as irregularidades, por vezes os fiscais se esquivavam de multar os inquilinos, admitindo que estes não tinham como manter o asseio de sua habitação por conta da lotação e da falta de água com que tinham que conviver, e que tampouco teriam como pagar as multas que lhes fossem aplicadas devido à absoluta pobreza em que viviam.[401]

Apesar das dificuldades para investir em imóveis, com o acesso ao crédito bancário alguns grupos da classe média conseguiam diversificar seus investimentos e optavam pela construção e aquisição de propriedades urbanas pra renda.[402] Assim consolidou-se o mercado da produção de habitação, que passou a incluir casas para a crescente classe média e para os mais pobres. Nos terrenos adjacentes à Rua Augusta, avaliamos que durante os anos 1910 boa parte das construções foi custeada por pequenos investidores seguindo caminhos parecidos: compravam um terreno onde construíam uma pequena casa para moradia – com um ou dois cômodos, logo adicionando espaço para acomodar as atividades comerciais ou fabris – um forno, um barracão ou cocheira no quintal. Em seguida subdividiam seu lote a fim de construir outra casinha geminada àquela existente e por fim ampliavam as construções existentes, adicionando novas unidades residenciais ou comerciais nos fundos do terreno. A partir da década de 1920 este processo se transformou com a valorização

[400] *O Estado de S. Paulo*, 18/12/1887, p. 2.
[401] LUCCHESI, 2018.
[402] A partir de 1923 o crédito pessoal foi juridicamente regulamentado e centralizado nas mãos dos bancos e das casas bancárias (SAES, 2004, p. 239).

dos terrenos nos bairros mais centrais, como é o caso da Rua Augusta. As construções passaram a exigir maior volume de capital e de financiamento, e os mais ricos se tornaram novamente os maiores investidores em imóveis na rua.

Na Rua Augusta, assim como em outras ruas menos centrais, os edifícios construídos com área reservada exclusivamente para a atividade comercial surgiram somente no final da década de 1920. Estes edifícios tendiam a ocupar toda ou uma grande porção do lote, diferente daqueles de ocupação mista que mantiveram livres seus quintais. A partir de então, o proprietário do comércio nem sempre habitaria o mesmo edifício. Ainda na década de 1920, tornou-se mais frequente a presença de arquitetos e engenheiros como autores dos projetos, que se tornaram tecnicamente mais refinados, começando pelos edifícios da região central, em tendência que se repetiu em outros bairros da cidade.

Os moradores das pequenas casas de aluguel que dividiam espaço com os armazéns, as fabriquetas e as casas de operários ao longo da Augusta tinham rendimentos bastante baixos e adaptavam-se às difíceis condições, mudando de trabalho, de bairro e de casa com frequência. Assim, muitos não tinham meios para obter a casa própria na região da Consolação, da Bela Cintra ou da Villa America, onde haviam estabelecido suas redes de relações. Para esses moradores, fazer compras diárias nos mercados centrais não era factível, o que reforçava a popularidade dos armazéns de bairro. Com pouca variação ao longo do tempo, esta realidade permeou a existência dos armazéns e empórios da Rua Augusta até seu desaparecimento e/ou transformação nos anos 1950.

Aqueles que viveram na Rua Augusta durante as décadas de 1930 a 1950 descrevem a relação que tinham com as vizinhanças, a conveniência da localização no trajeto diário para o trabalho, as compras nos armazéns da rua e as eventuais visitas às lojas especializadas e aos estabelecimentos de lazer do centro da cidade. Durante a década de 1950 e 1960 estes mesmos moradores mudaram-se para bairros mais distantes do centro e da estimada Rua Augusta. Muitos relatam que o desejo de permanecer na rua foi cerceado pela impossibilidade monetária para custear o encarecimento da área.[403]

[403] Essas experiências foram relatadas em três fontes por nós estudadas, principalmente no Capitulo 3 desta tese: depoimentos encontrados no Museu da Pessoa, na página da *internet* "São Paulo Minha Cidade", organizada pela

IV.1 O adensamento do lote e a legalização da ocupação

Os edifícios que alocavam espaço para "venda" e "armazém" na Rua Augusta eram muitos e se espacializavam de algumas maneiras diferentes, dependendo de sua localização e da data de construção. Na virada do século XIX para o XX, as modificações dos imóveis de uso misto e comerciais seguiam as mesmas recomendações sanitaristas que se aplicavam para todos os edifícios da cidade, numa época em que "não se queria mais dar lugar às vielas, casas toscas, ambientes escuros e esfumaçados". Na concepção da cidade moderna não era mais desejado "o comércio em armazéns onde apenas se estocavam as mercadorias, sem estratégias especiais para exibi-las".[404]

Datam de 1893 os primeiros processos para a Rua Augusta, quando a Prefeitura passou a exigir o projeto arquitetônico para aprovação de novas construções. Como a rua só teve seu leito formalizado em 1891, todos os novos projetos dentro do primeiro período – de 1893 a 1912, aproximadamente – exigiam nivelamento e alinhamento, por serem as primeiras edificações a ocupar o lote. O Código de Posturas de 1886, que vigorou até 1920, indicava que a Câmara deveria nomear os arruadores a quem competia "Alinhar e regular a frente do edifício conforme o plano estabelecido", sob pena de 10$ a 30$ de multa. Muitas das ruas próximas à Augusta – como a rua Nova (hoje rua Gravataí), nas terras de Veridiana Prado, a travessa Augusta (hoje Marquês de Paranaguá) e outras ruas da Villa America, só foram oficializadas na primeira década do século XX. Assim, acompanhamos nos processos o eventual indeferimento do alinhamento de algumas propriedades que aguardavam a Câmara definir as diretrizes para posterior aprovação dos novos projetos. Os processos indicam também os pedidos frequentes para extensão dos prazos para construção de cercas e passeios em frente às propriedades. No caso das pequenas casas, seus proprietários indicavam os altos custos para empreender tais melhorias.

Secretaria Municipal de Turismo da Cidade de São Paulo (site atualmente desativado), e nos depoimentos coletados por Milton Jung no programa de rádio da CBN "Conte Sua História de São Paulo".

[404] BARBUY, 2006, p. 28 e 71.

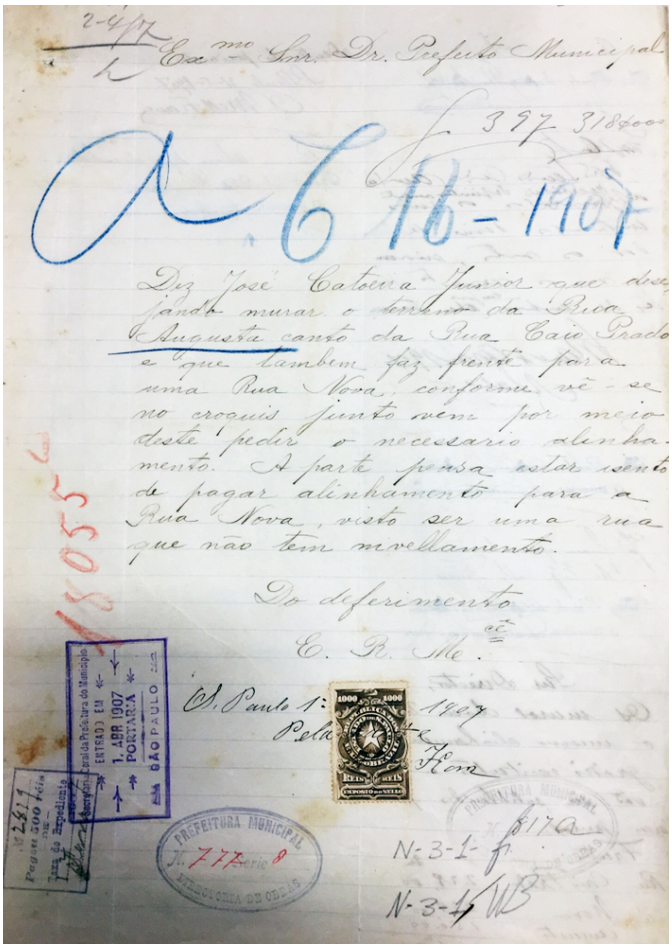


Figura 80: Processo para construção de muro na esquina da Rua Augusta com a rua Nova, que ainda não tinha nivelamento, ano 1907. SOP, AHM-SP.

Entre os anos 1890 e 1915, a atuação da Câmara e de seus fiscais foi no sentido de legalizar as construções informais, fazer cumprir as regras do padrão municipal, e garantir que todas as construções seguissem o alinhamento determinado, assegurando a ordem no desenho da rua.[405] Especificamente nos anos de 1917 e 1918, a grande maioria dos requerimentos encontrados na Série de Obras Particulares foi para alinhamento, instalação de passeio e de muros nas propriedades já edificadas da Rua Augusta. Em 1917 houveram 33 pedidos e em 1918 houveram 86 pedidos para erigir muros, passeio e alinhamento para edifícios já existentes, além daqueles novos e das reformas, que incluíam a mesma exigência.

[405] Em 1896 o padrão municipal requeria em seu primeiro artigo, que "o edifício, muro ou obra de qualquer natureza, que ameaçar ruina, damno ao vizinho ou perigo aos que passam pela rua, ou estiver sendo construída fora do alinhamento, ou do padrão adoptado pela Camara, será demolido no todo ou em parte, pelo proprietário ou por conta deste, de ordem do Indente da Policia e Hygiene, sem prejuízo da multa em que incorrerá o infractor".

Em busca de controlar a forma como a cidade se construía, os poderes municipais procuravam impingir aos proprietários os custos para ordenar a implantação de seus edifícios, retificando a regularidade pretendida. Na cidade que crescia planejada pelo setor privado, a lei vinha depois para ratificar a imagem, a manutenção do controle sobre a profitabilidade e a eficiência que os investimentos das elites exigiam. Borin discute a questão da regularidade que se pretendia alcançar com os alinhamentos, que por um lado advogavam em nome da eficiência da circulação e do controle da ocupação, como substituição ao planejamento da cidade e, por outro lado, implicariam num comportamento mais ordenado dos seus habitantes. O mesmo Padrão Municipal que definia a obrigatoriedade do alinhamento, controlava os movimentos e o comportamento dos cidadãos. "A questão da forma urbana está ligada também às práticas de ocupação do espaço: o imperativo da liberação para circulação uma contraposição às práticas de sociabilidade e ocupação das ruas e calçadas", que eram controladas pelo poder municipal. Explicitam-se nas formas de controle da ocupação das ruas, "as disputas pelos projetos de cidade cravados na forma urbana".[406]

Como resposta às estratégias elaboradas pela legislação e pelo mercado, os proprietários dos imóveis da Rua Augusta responderam sistematicamente com o adensamento de seus lotes. As subdivisões dos terrenos em duas metades já era praxe desde os primórdios da ocupação desta rua. Em cada edifício somavam-se as reformas que permitissem o diversificação e sobreposição dos usos da propriedade, para prestação de serviços, fabricações caseiras e atividades comerciais. Construíam-se ao lado e nos fundos quartos extras para o manuseio e o armazenamento de mercadorias, além das oficinas e das garagens para efetuar as entregas. Outras modificações recorrentes durante esse período foram a construção de novas unidades habitacionais nos fundos e as reformas internas e externas, incluindo a reconstrução e a modernização das fachadas.[407]

[406] BORIN, 2020, p. 274.

[407] Muitos dos edifícios construídos entre os anos 1893 e 1930 permaneceram até os dias de hoje, com sucessivos acréscimos e ocupação quase ou completa do lote.

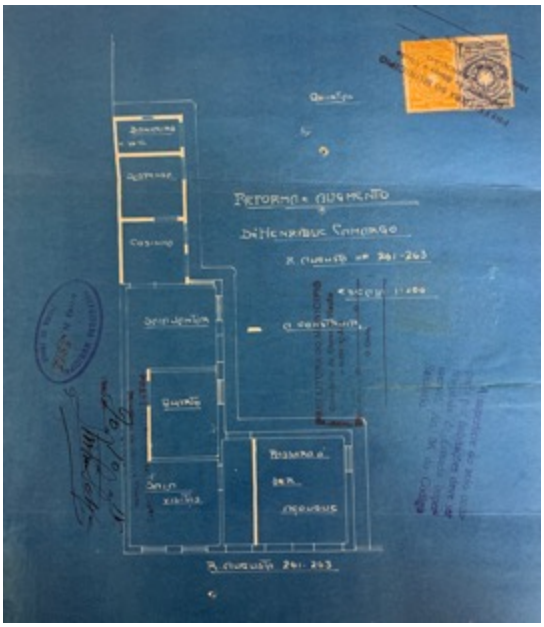




Figura 81 e 81A: Projeto para reforma e adição de açougue ao lado da residência de D. Henrique Camargo na Rua Augusta 261 e 263. SOP, AHM-SP, 1915.

Ao cruzar a Bela Vista, a Consolação, a avenida Paulista e a Villa America, os terrenos da Rua Augusta variavam de tamanho, com 6 a 15 metros de largura por 40 a 50 metros de fundo. Esta conformação induziu à construção de casas com cômodos alinhados, entrada por corredor longitudinal, que por vezes conduzia também a outras unidades residenciais e ao quintal. Até a década de 1910, a maior parte das construções no bairro Bella Cintra consistiu de casas térreas onde as atividades residenciais e comerciais se misturavam lado a lado e por vezes dividiam os mesmos aposentos. Com os anos, essas casas foram reformadas, receberam mais cômodos, permitindo assim uma relativa separação das atividades comercial e residencial. Ao mesmo tempo, novas unidades de aluguel foram adicionadas ao lado e nos fundos dos lotes, possibilitando mais uma fonte de renda para os proprietários dos imóveis. Iniciava-se aí o processo que culminaria na extinção quase completa dos espaços livres nas propriedades ocupadas pelos setores médios. Mesmo os prédios que haviam sido construídos com jardins e quintais vão aos poucos cedendo seus espaços livres para as novas unidades e para o automóvel.

IV.2 As fronteiras e as conexões com a cidade

Ao observarmos as plantas baixas dos prédios construídos na Rua Augusta, notamos transformações na forma de ocupação do lote ao longo dos anos.[408] Nas duas casinhas com armazém apresentados a seguir notamos, como em muitos dos projetos deste período e anteriores, que a delimitação dos fundos do lote não aparece nas requisições. Com o passar dos anos a delineação dos limites de cada propriedade se tornaria mais precisa, não só por exigência oficial, mas para indicar a ocupação dos espaços antes livres, onde a indefinição de seu uso permitia ao morador certa liberdade no uso dos espaços intersticiais da cidade.[409]

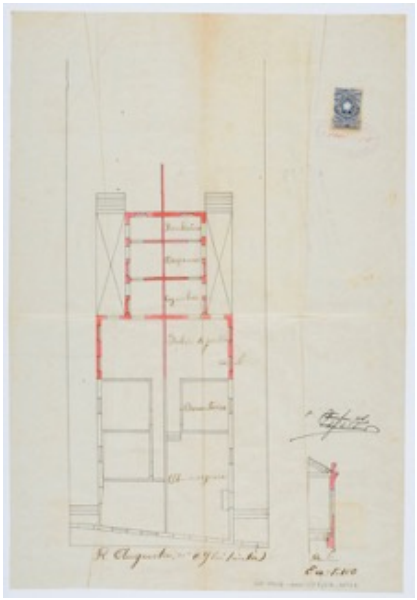
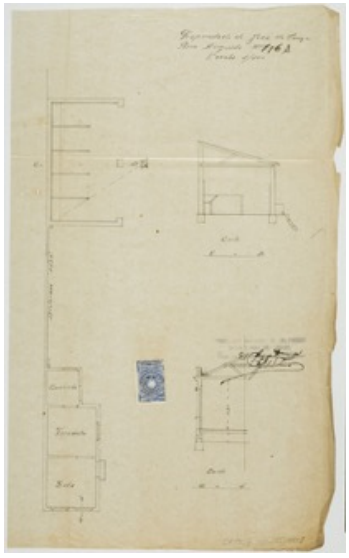




Figura 82: Casinha com armazém na Rua Augusta 69, de Adelardo Soares Caiuby, ano 1908. SOP, AHM-SP.
Figura 83: Casinha com armazém na Rua Augusta 97, sem nome do proprietário, ano 1908. SOP, AHM-SP.

[408] Nos parece existir uma relação entre a cartografia da região e o uso que se fazia dos espaços públicos e particulares. As plantas mais antigas não apresentavam dimensões ou indicação dos limites dos lotes. Muitas propriedades levaram anos para pedir o alinhamento e construir cercas e muros, postergando a formalização de seus limites e de seus proprietários.

[409] Bianca Lucchesi (2021) estuda o papel dos quintais em São Paulo na virada do século XIX para o XX, notando que estes foram ocupados de forma utilitarista, sem muita preocupação com a estética. Os quintais – principalmente nas casas dos setores médios e populares - serviam para manutenção da casa e dos negócios, ao mesmo tempo em que serviam de espaço de lazer, estabeleciam as relações entre a casa e o espaço público da rua. A autora foca sua pesquisa nos quintais das habitações coletivas (cortiços) e vilas operárias, onde a utilização desses espaços era intensificada pela densidade da ocupação, permitindo a socialização dos moradores, ainda que obedecendo regras estabelecidas pelos proprietários dos edifícios. (pp. 149-150) Ainda assim, estes eram os espaços por excelência das festas e comemorações, música e dança, conformando para alguns um "espaço de resistência", onde suas manifestações não podiam ser censuradas. (LUCCHESI, p.170)



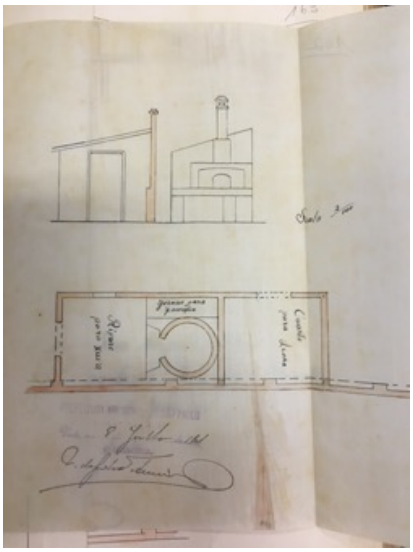
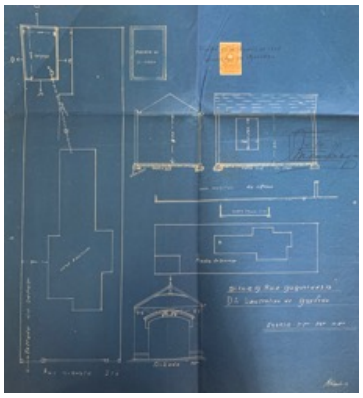


Figura 84: Adição de cocheira na casa de José de Souza, Rua Augusta 196A, ano 1909.
Figura 85: Adição de forno no fundo do quintal na Rua Augusta 61, ano 1901. Propriedade de Francisco Perrota.

Em 1901, Francisco Perrota pediu autorização para transformar seu barracão de tijolo, coberto com telhas nacionais em dois quartos e uma cozinha, abrindo uma janela. Com uma nova unidade habitacional, Perrota poderia abrigar mais uma família no mesmo terreno. (Figura 86) No ano seguinte, Antonio Senisi e Geronimo dos Santos construíram estrebaria e barracão no fundo de suas propriedades. Francisco Montagna adicionou em 1903 um armazém ao lado de sua casinha, Luis Canhaça adicionou forno no quintal em 1905, enquanto José Dias Pinho pedia para construir nova casinha ao lado da existente. E assim, ano a ano, os quintais foram diminuindo de tamanho e os terrenos foram sendo subdivididos, ocupando todos os espaços livres enquanto os quintais separavam-se por cercas e muros.



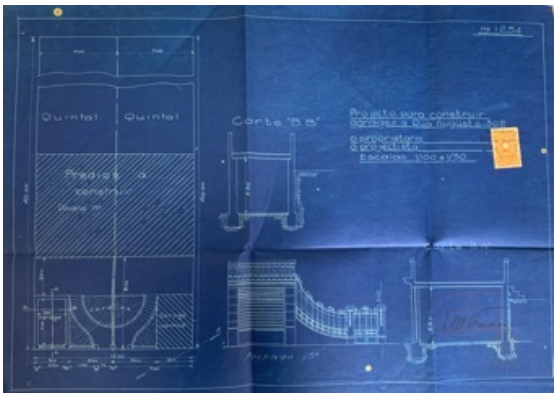


Figura 86: Pedidos para construção de garagens na Rua Augusta, 213 e 302, ano 1921. SOP, AHM-SP.

A partir de 1916, não só as novas casas foram construídas com espaço para o automóvel, mas aos edifícios existentes, adicionaram-se garagens. Esta prática não se aplicava ainda aos edifícios comerciais, já que estes precisavam manter suas portas abertas para a rua. Os novos edifícios com espaço comercial, construídos numa Rua Augusta mais valorizada, passaram a ocupar o lote mais intensamente, com dois a três pavimentos e ocupação máxima ou total das laterais e dos fundos do lote para armazenamento de mercadorias, escritórios e outros usos acessórios. Na segunda metade da década de 1920 chegariam à rua os "prédios em grupo" ocupando todo o terreno e aí sim, surgem as garagens acessórias aos negócios.



Figura 87: Projeto para casa com armazém na Rua Augusta 96A, construída por Francisco Prota & Filhos, ano 1915. SOP, AHM-SP.

Com os quintais ocupados, as dimensões de contato entre os moradores e vizinhos se transformaram junto aos muros entre as propriedades, os automóveis tomaram o lugar dos quintais, assim como os espaços para armazenamento. A evolução da ocupação do solo na Rua Augusta revela as fronteiras entre os espaços público e privado, que eram tênues e flexíveis, e que com o tempo se tornam mais rígidas e intransponíveis. As relações de vizinhança cada vez mais dependeriam dos lugares onde ainda se podia atravessar os limites entre o público e o privado. O pequeno comércio, ao estender seus domínios para dentro e para fora de suas portas, conectando o quintal com o balcão e a calçada ao atender a freguesia, passa a ser um importante lugar da interação entre vizinhos e da sociabilização dos moradores.

IV.3 O edifício do armazém e as diferentes tipologias

Para entendermos mais claramente as mudanças por que passaram os edifícios que incluíram armazéns na Rua Augusta, sugerimos classificar as tipologias mais prevalentes entre os edifícios que incluíram espaço para o armazém dos processos submetidos entre os anos 1893 e 1929. Os projetos apresentados a seguir são indicativos das mudanças tipológicas das construções ao longo da Rua Augusta, considerando os desenhos arquitetônicos, suas elevações, plantas e requerimentos, e foram classificados em 4 grupos:

1) Pequenas casas com armazém no aposento que dá frente para a rua, com uma variante, quando ao invés de uma ou duas unidades, construía-se nos fundos do lote outras unidades residenciais;

2) Armazéns maiores, que apresentavam mais de uma porta para a calçada, enfatizando a percepção e o espaço dedicado à função comercial e à moradia localizada nos fundos do prédio e com entrada separada;

3) Armazéns similares aos anteriores, porém ainda maiores, já que todo o pavimento térreo era dedicado à atividade comercial, com a moradia localizada no piso superior e

4) Edifícios de dois a três pavimentos com várias unidades residenciais e entrada independente para os espaços comerciais, que são localizados no térreo.

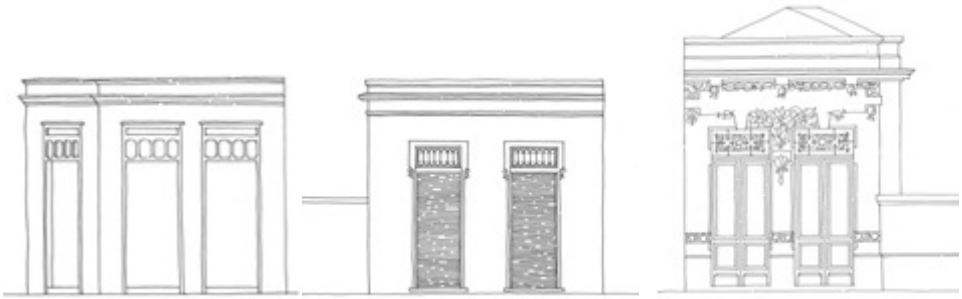


Figura 88: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 1, reproduções e extrapolações com base em projetos SOP, AHM-SP.

Armazéns do Tipo 1 (com maior incidência nos anos de 1897 – 1905): Entre os edifícios que indicavam espaço para armazém, identificamos o mais antigo com data de 1897. Invariavelmente conjugados à moradia dos proprietários, o arranjo espacial dos armazéns deste período se repetia por vários bairros da cidade e era caracterizado por um pequeno prédio construído junto à rua, ao qual se seguiam os cômodos para habitação e os extensos quintais nos fundos. Os longos lotes

tinham suas estreitas frentes ao longo da Rua Augusta.[410] A conjugação do comércio com a habitação, com entrada comum para os dois usos, era o padrão na época. Os grandes quintais se faziam necessários para o cultivo de pequenas hortas e pomares, para a criação de animais e para os fornos onde se preparavam os assados e os pães. Além disso, o espaço do quintal era utilizado para trabalhos acessórios ao comércio, trabalhos manuais (marcenaria, carpintaria, etc.) e muitas vezes para atividades fabris que complementavam a renda familiar.

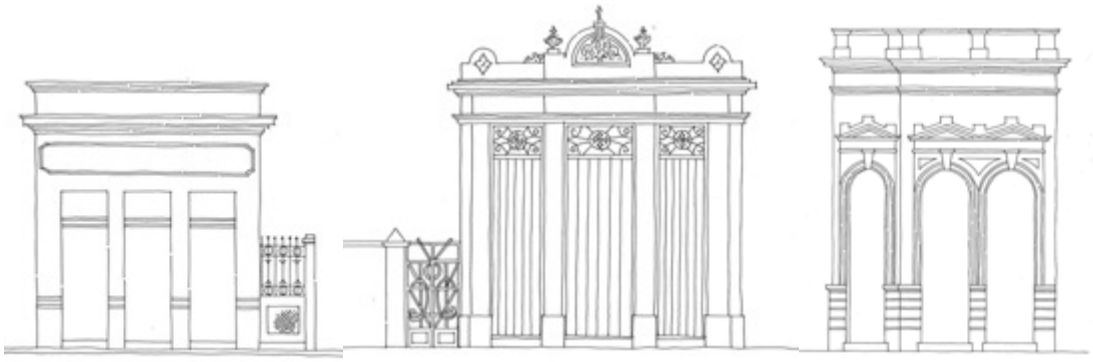


Figura 89: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 2, reproduções com base em projetos SOP, AHM-SP.

Armazéns do tipo 2 (com maior incidência nos anos de 1905-1913): A partir dos anos 1905 até aproximadamente 1913, a função comercial dos edifícios foi ressaltada pela arquitetura, apresentando maiores aberturas para a rua, com portas e portões altos e separação clara entre o espaço comercial e residencial. A habitação ainda se localizava imediatamente atrás do armazém, com conexão interna, mas podia também ser acessada desde a rua por corredor lateral. Este tipo de construção apresentava maior número de cômodos do que o anterior, com cozinha e banheiros localizados nos fundos, quase sempre acoplados ao corpo da edificação. Também dessa época são as pequenas unidades habitacionais construídas em grupo, para aluguel, com espaço para o armazém junto à rua. As variações incluíam pequenas casinhas de três cômodos e os conjuntos de aposentos enfileirados que serviam para moradia (no caso das moradias coletivas), acessados por longos corredores e com quintais para uso coletivo.

[410] Os lotes da região apresentavam tamanhos bastante diversos, com frentes de 5 a 15 metros e fundos de 25 a 90 metros.



Figura 90: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 3, reprodução e extrapolação com base em projetos SOP, AHM-SP.

Armazéns do tipo 3 (com maior incidência entre os anos 1913-1920): Esta nova tipologia faz maior aproveitamento do lote, até mesmo por conta da valorização da terra na região em torno da Rua Augusta a partir da década de 1910. A proximidade se deve não somente ao crescimento da região central da cidade, mas principalmente à implementação de melhorias e de meios de transporte público, facilitando as conexões da rua com outros bairros. Assim construía-se em dois pavimentos, com o térreo reservado às funções comerciais e o pavimento superior residencial.



Figura 91: Tipologia das fachadas dos armazéns do Tipo 4, reprodução e extrapolação com base em projetos SOP, AHM-SP.

Armazéns do tipo 4 (com maior incidência entre os anos 1920-1928): Nesse período, edifícios de dois a três andares – as "casas em grupo" – com comércio no térreo e várias unidades habitacionais nos pisos superiores foram frequentes. Neste caso, a ocupação do lote foi ainda mais intensa, o que se justificava pela maior conectividade e centralidade da Rua Augusta no período. O centro crescia, mas também as conexões entre os vários núcleos urbanos – as diferentes freguesias –

intensificavam o movimento e a ocupação da região: os fluxos e a localização, os principais formadores de clientela para o comércio.

V. O ARMAZÉM COMO LUGAR

De 1893 até finais dos anos 1920, percorremos a trajetória dos armazéns paralelamente a mudanças que aconteceram na cidade. Ao subir e descer a Rua Augusta, visitamos aqui e ali os pequenos mercados, os empórios, os botequins, os armazéns de gêneros secos e molhados. As mudanças que vimos acontecer em sua forma, sua inserção no tecido da cidade, as redes socioeconômicas que se formaram, e mesmo o significado desses pequenos lugares que tinham larga importância na vida da Rua Augusta nos ajudaram a conhecer um pouco mais sobre o processo de formação e ocupação das ruas de São Paulo: a densificação das áreas mais centrais; a presença dos estrangeiros; a diversidade nos arranjos para acomodar moradia e trabalho, frequentemente justapostos no mesmo lote; a ocupação dos prédios e dos espaços livres e suas relações com os espaços públicos, com as ruas; o papel da legislação e as soluções encontradas pelos habitantes para se adaptar às regras e ao controle sobre suas formas de habitar, trabalhar, se encontrar, festejar, etc.

Na Augusta, os armazéns ocupavam de 12 a 30m^2, às vezes mais, às vezes menos. Mas isso não importava tanto, pois as atividades comerciais estendiam-se invariavelmente até a cozinha ou o quintal. Assim, com frequência, a casa toda estava envolvida nas vendas que aconteciam ali na frente, onde a porta se abria para a calçada em lotes que se retalhavam em poucos anos, em todos os sentidos: ao lado outra casa se espelhava, na frente as janelas viravam portas, nos fundos construía-se a cozinha, o tanque, um depósito, cocheira, latrina ou o forno para o pão. Além disso nos espaços livres podia haver outras unidades para moradia que se abriam para os corredores, longos e estreitos.

O que se sabe sobre o cotidiano dentro dos armazéns nos foi trazido principalmente pela literatura e pelos registros de memórias.[411] A crônica literária talvez tenha sido a forma de registro que mais

[411] A partir do século XIX surgem novas formas literárias, onde narra-se a vida da sociedade, das personagens, mas também onde a cidade e seus lugares passam a ser protagonistas. A literatura torna-se uma fonte bastante

se aproximou da vida cotidiana das pessoas comuns que frequentavam os armazéns, daqueles que vendiam e que compravam nos secos e molhados. No espaço do quintal se fazia a criação de animais para venda e para o jantar, se dava o preparo de alimentos para o consumo próprio e para o comércio.

> Lembro que íamos ao fundo do quintal para fazer pão uma vez por semana, aos sábados. Meus pais começavam a fazer os pães de manhã bem cedinho, fogassas, piccicatellas scabeche (salgadas) e pi lu zucchero (adocicadas), scartelettes (massa enrolada embebida em mel). Todos eles feitos com amor, carinho e muito trabalho. Às 4 da matina meu pai acendia o forno, de formato iglu, e depois de duas horas, com o forno bem quente e fechado, começava a introduzir os pães e as demais guloseimas sobre uma camada de cinza, exalando um perfume que alcançava toda a vizinhança.

E para as entregas, "a família, quase completa, ia de bonde do Brás para Penha, Vila Mariana, Belém, Cambuci etc, e cada membro do clã trazia um filão.[412] Os depoimentos sobre o uso dos quintais em diversos bairros da cidade nas décadas de 1940 e 1960, descrevem os vários arranjos que se faziam para viver e trabalhar no mesmo lugar, a criação de animais, as hortas nos quintais e os tanques para abastecimento de água onde a rede municipal ainda não tinha alcançava:

> Bartholomeu, casado com Felícia Monaco, tem dois filhos e um armazém de secos e molhados. Agora com a Carmela, o pai Vito e a Maria moram juntos na casa dos fundos do empório (armazém na Travessa do gasômetro, ano 1924). [413]

> A carne, ou era de galinha ou de pato, criados no quintal, ou o leitãozinho, também alimentado domesticamente no fundo dos quintais. Quanto às verduras, eram todas produzidas em horta caseira. Era um entra-e-sai ininterrupto de vira-latas do quintal para a rua, naqueles tempos de muros baixos e portões escancarados (Penha, anos 1950).[414]
> A nossa casinha era pequenina, mas linda. Tirávamos água do poço para beber e para o uso doméstico. Os proprietários fizeram no quintal uma sala de banho e nós enchíamos a banheira com balde – e se nos descuidávamos um pouco, alguém mais esperto nos roubava o lugar (Sacomã, anos 1950).[415]

---

interessante para os estudos urbanos, trazendo uma outra escala possível de ver a cidade. (CASTRO, 2015) Além dos romances, as crônicas publicadas originalmente em periódicos, são hoje uma fonte bastante interessante para os estudos das formas de entendimento da urbe. No campo do urbanismo, citamos o trabalho de Ana Castro que analisa as crônicas de Menotti del Picchia dos anos 1920, para discutir as contradições e ambivalências deste período, quando a imagem de modernidade que São Paulo buscava alcançar nas primeiras décadas do século XX, revelava-se "muitas vezes como ambígua e contraditória". (CASTRO, 2008)

[412] LARUCCIA, 2008, p. 209.

[413] São Paulo (Cidade), 2008, p. 214.

[414] Ibid., p. 326.

[415] Ibid., p. 100.

> Lembro também de ir buscar leite na casa do seu Jacinto, seu quintal havia se transformado em curral, ficava na Rua do Porto (Itaim, época da II guerra).[416]

Passamos adiante para entender como viveram os proprietários de alguns armazéns na Augusta, utilizando dos depoimentos disponibilizados na internet[417], pesquisa em jornais[418], complementados pela pesquisa na Série de Obras Particulares do arquivo municipal.[419]

V.1 Daniel Lopes e o armazém de secos e molhados Nazário e a Casa Santa Luzia

No Armazém Nazário, localizado na esquina das ruas Augusta com Marquês de Paranaguá, em 1920, instalou-se Daniel Lopes com sua família no prédio construído por Manuel Nazário dos Santos. Nazário havia obtido em 1912 financiamento da Caixa Mútua de Pensões Vitalícias para construção do prédio.[420] O edifício já havia sido ocupado anteriormente por Rocco Cimino (até 1915) com seu primeiro armazém na Rua Augusta, que já levava o nome do proprietário Nazário.[421]

---

[416] São Paulo (Cidade), 2008, p. 156.

[417] Utilizamos os websites: São Paulo Minha Cidade (https://saopaulominhacidade.com.br/conteudo/9/Sobre+o+SPMC); Projeto Memoria do Comércio do Museu da Pessoa (https://acervo.museudapessoa.org/pt/memorias-do-comercio) e os arquivos do programa de rádio Conte sua História de São Paulo de Milton Jung (https://miltonjung.com.br/tag/conte-sua-historia-de-sao-paulo/). Acessos em: 26/11/2021.

[418] Acervo dos jornais O Estado de S. Paulo e Correio Paulistano.

[419] A escassez de fotografias da Rua Augusta anterior à década de 1960, com a única exceção da Casa Santa Luzia na esquina com a Oscar Freire, nos fez buscar outras fontes.

[420] A Caixa Mútua de Pensões Vitalícias foi uma agência hipotecária fundada majoritariamente por italianos em 1908, com base no sistema de "economia collectiva na obra imorredoura do Chatelu, a sociedade Prevoyants de l'Avenir de Pariz". Em reportagem seus diretores defendem seu sistema como mais honesto e seguro para o cliente frente à provocação de nova firma concorrente fundada por brasileiros, que por isso se diziam mais honestos do que a Caixa fundada por italianos (*O Estado de S. Paulo*, 21/10/1906, p. 3). Segundo Marcondes, a Caixa Mútua, foi autorizada a funcionar em 1908, mas já funcionava anteriormente, realizando hipotecas e financiando a construção de prédios para serem pagos em prestações mensais mais ou menos correspondentes a um aluguel (MARCONDES, Renato Leite. Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos [1865-1930], *Lócus Revista de História*, 2014, p. 226). Outra agência hipotecária, a União Mútua, atuou também na Rua Augusta, financiando a construção de pelo menos duas propriedades em 1912.

[421] No ano seguinte, 1916, Roco Cimino construiu para si um armazém na esquina da Augusta com a Caio Prado em 1916.

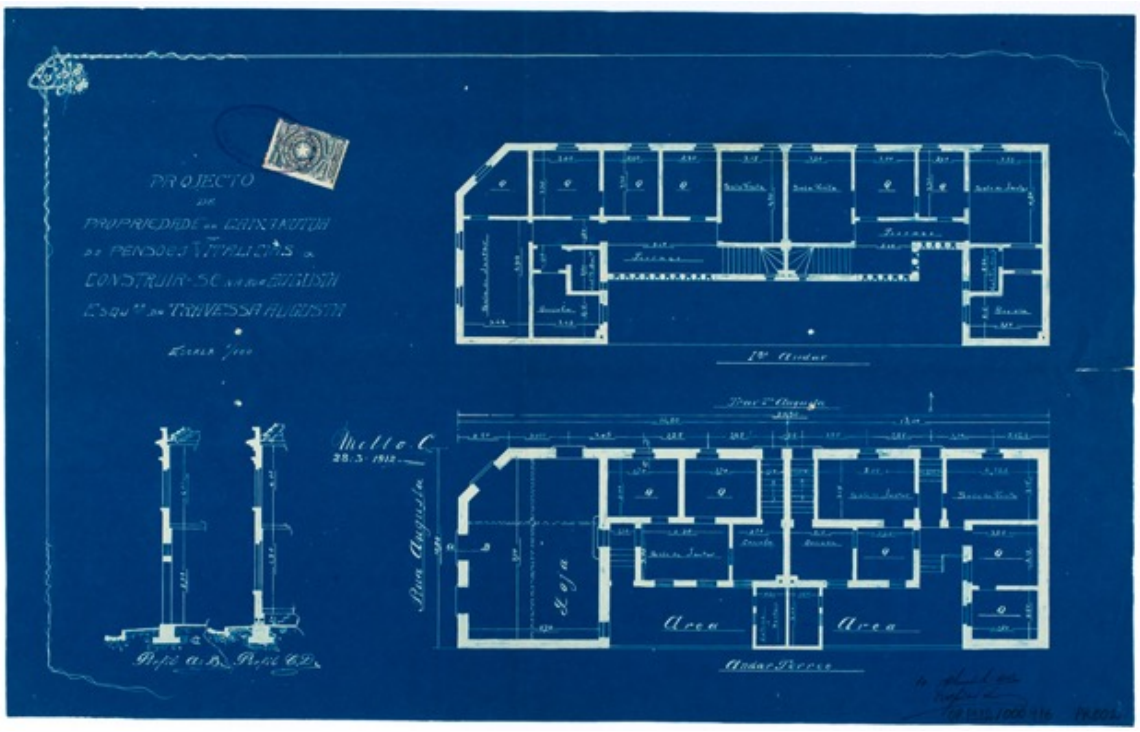


Figura 92: Projeto para sobrado com 4 unidades para moradia e armazém na Rua Augusta esquina com a Travessa Augusta (atual rua Marquês de Paranaguá), para Manuel Nazário dos Santos, ano 1912. Projeto SIRCA: FAUUSP e AHM-SP.

O armazém Nazário era estabelecido no piso inferior do edifício de dois andares, na esquina da Augusta com a rua Marquês de Paranaguá e foi construído por Manuel dos Santos Nazário[422] para renda. Assim como outros pequenos investidores, Nazário adquiriu em 1925 pelo menos mais uma propriedade para investimento, na rua da Consolação.

Antes de se estabelecer na Augusta, Daniel Lopes aportara em Santos em 1915, mesmo ano em que os maiores contingentes de portugueses chegavam ao Brasil[423]. Solteiro e com apenas vinte anos, Lopes foi recebido por uma tia que vivia em São Paulo e havia providenciado documentação para o sobrinho. Com a carta de chamada, Lopes conseguiu o passaporte, preparado em 1912 pelo Governo Civil de Leiria autorizando-o a viajar da "villa de Figueiró dos Vinhos d'este districto para Santos".[424] Ao chegar no Brasil em 1915, Lopes começara empalhando cadeiras no bairro da Moóca e morando na casa da família. A seguir partiu para o interior, Orlândia e outras cidades, percorreu o estado de São Paulo comercializando cereais, trabalhando como empreiteiro,

[422] *Correio Paulistano*, 01/06/1920, 1920, Edição 20442.
[423] Durante a década de 1910, o volume de portugueses que vieram a se estabelecer no país atinge seu auge, com 318,5 mil pessoas, de um total de 815,4 mil imigrantes. A maior concentração de portugueses na época se deu no estado de São Paulo (218,4 mil) e no Distrito Federal (273,3 mil).
[424] BARTABURU, 2013.

marceneiro e carpinteiro. Em 1920 transferiu-se para São Paulo com a esposa Lucia Zigonato e suas três primeiras filhas. Os outros dois filhos nasceram já em São Paulo.

Na esquina oposta ao Nazário estava o portão que dava acesso à Escola de Santa Mônica, a escola para pobres mantida pela Cônegas de Santo Agostinho. Na próxima esquina funcionava então a Fábrica de Sapatos Melillo. Subindo a Augusta, outras pequenas fábricas, armazéns e outros negócios já estavam em funcionamento desde 1897. Alguns desses negócios perpetuaram-se por várias décadas, outros trocaram de mãos em poucos anos, como o Nazário que se manteve por seis anos sob controle da família Lopes. Em 1926, o Nazário não diferia muito de seus vizinhos em termos de tamanho e de lucratividade, pelo que indicam os impostos cobrados em seu último ano nas mãos de Daniel Lopes.[425] A partir de então o Nazário seria comandado por João Lenci, que manteve o nome e a freguesia do negócio até 1930, quando transferiu para seu filho Vicente Lenci todos os direitos sobre o armazém.[426]

Nesse mesmo trecho da Augusta, entre a rua Martinho Prado e a avenida Paulista, funcionavam em 1920 outros doze armazéns. Em 1926 esse número tinha caído para nove, mas novos armazéns ainda seriam inaugurados neste segmento da rua até 1928. Como já vimos, depois de 1926 a quantidade de estabelecimentos que ofereciam serviços – barbearias, sapatarias, tinturarias, mecânicas, etc. – cresceu significativamente nessa região, superando em número o crescimento das casas comerciais.

Em 1925, um ano antes de mudar-se do Nazário para o novo armazém na esquina da rua Oscar Freire, Daniel Lopes já estava instalado na diretoria da Associação Comercial dos Varejistas da cidade de São Paulo. Neste ano, Daniel assinou a petição que requisitava alteração da lei que restringia o horário de abertura dos estabelecimentos varejistas. A associação argumentava que tal lei era injusta, já que a maior parte dos fregueses não teria tempo para fazer suas compras entre as 8 e 18hs, horário que coincidia com os turnos regulares dos trabalhadores e que traria "às zonas central e urbana grandes e irremediáveis prejuízos, quer para os commerciantes, quer para o povo consumidor". A representação argumentava que "às 5 horas da manhã [o consumidor] já se acha

[425] Inferido através do valor cobrado como imposto para o Exercício 1926 (Correio Paulistano), em comparação com os outros armazéns e empórios registrados na mesma Rua Augusta.
[426] *Correio Paulistano*, 08/02/1930, p. 14, 1930, Edição 23783.

de pé para o labor diário; e não as 8 ou 10 horas, como se fosse um povo degenerado, indolente e preguiçoso, como aquella lei."[427]

Em 1926, ano em que 42 novos estabelecimentos comerciais – incluindo 16 armazéns – estavam registrados ao longo da Rua Augusta, Lopes em associação com seu irmão transferiu-se para a outra extremidade da Rua Augusta. Estabelecendo-se na esquina da Oscar Freire, nas proximidades dos novos bairros Jardins, Lopes inaugurou sua casa no dia 13 de dezembro de 1926, dia de Santa Luzia[428]. Álvaro Lopes, seu filho, então com um ano e meio, conta que durante sua infância a maior parte das ruas

> Não era calçada, era só a rua Augusta que foi calçada a seguir, depois a Oscar Freire, sem calçamento ainda, e a coleta de lixo era feita por burro. [...] naquele tempo eu era garoto, pequenininho, depois eu fui crescendo e os bondes eram todos abertos, não tinha bonde fechado, depois é que apareceram os bondes fechados e depois é que duplicou a linha na Augusta, que era linha simples e ia pertinho ali, só até o Jardim Europa, depois não tinha mais linha.[429]

Até 1912, o calçamento da Rua Augusta alcançava apenas o trecho central, entre a rua Álvaro de Carvalho e avenida Paulista. No entanto, com a compra dos terrenos pela Cia. City em associação com a Cia. Light, foi aprovado o calçamento do restante da via e assim inaugurou-se a nova linha de bonde – Garden City, que alcançou a rua Estados Unidos a partir de 1914. As vias transversais foram pavimentadas em etapas distintas durante a década de 1920.

[427] *Jornal O Combate*, 1925, Edição 02948.
[428] BARTABURU, 2013, p. 19.
[429] LOPES, Álvaro. *Entrevista para o Museu da Pessoa*, 03/06/2005. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/pessoa/alvaro-lopes-15000. Acesso: 12/02/2019.

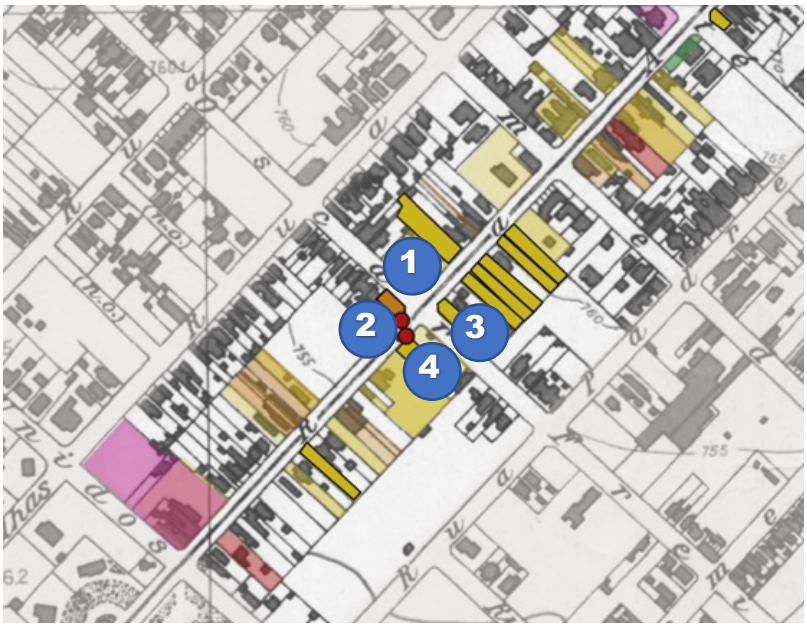


Figura 93: Pormenor da esquina da Rua Augusta com a rua Oscar Freire, em 1929.

Em 1926, ano da inauguração do armazém Lopes & Irmão, a esquina da Oscar Freire com a Augusta compunha-se do Santa Luzia, que ocupava metade de um edifício recém-construído, de um terreno vazio e de duas residências com projetos que foram aprovados em 1922 e 1923. As duas residências eram características da nova ocupação que se expandia pela região, generosos sobrados como os primeiros que se construíam no loteamento vizinho, o Jardim América. A casa de Maria Amalia Fleury (marcada na Figura 93 com o número **1**), construída em 1922, e a casa de Agenor Couto de Magalhães (marcada na Figura 93 com o número **3**), de 1923, apresentavam distribuição interna que valorizava as áreas sociais da casa, com pórtico e garagem para automóveis, que a partir de então estariam presentes em todas as residências da região.

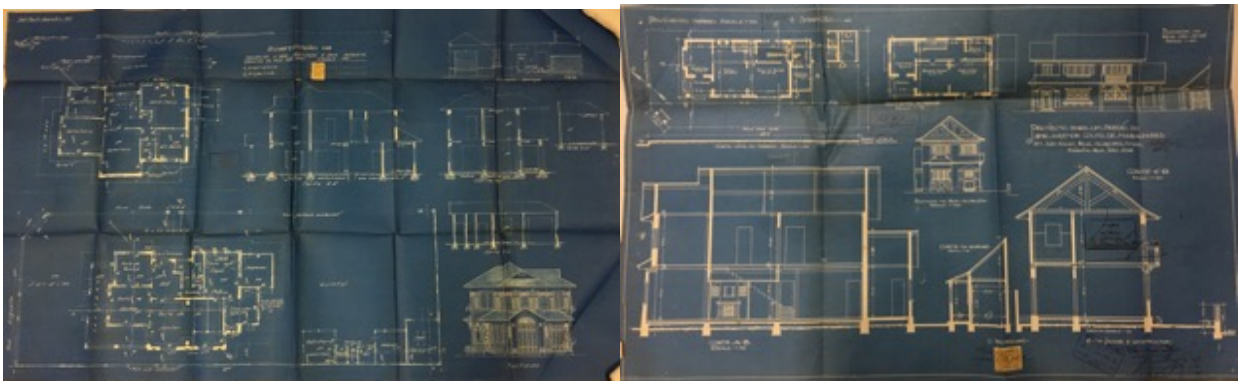


Figura 94: Projeto na Rua Augusta 424, para residência de Amalia Fleury, ano 1922/1923. SOP, AHM-SP.
Figura 95: Casa na Rua Augusta 499, para residência de Agenor Couto Magalhães, ano 1923. SOP, AHM-SP

A residência de Maria Amalia Fleury distribuía, através do hall de entrada, a sala de música, a sala de visitas, a sala de jantar, a copa, cozinha e a despensa no primeiro piso. Com planta de base retangular e pórtico de acesso, que se repetia "em inúmeras construções do bairro projetadas em continuidade à tradição local da arquitetura dos palacetes ecléticos do final do século XIX, por sua vez também influenciados pela arquitetura europeia".[430] Pode-se supor que os moradores contavam recepcionar seus pares nos vários ambientes, cada um projetado para determinada ocasião. No grande quintal, o galinheiro, o tanque, e quarto de despejo revelam que ainda havia necessidade de espaço para processar os alimentos e para criar animais nos quintais, presente nas grandes e nas pequenas casas da cidade dos anos 1920 e 1930.

O sobrado de Agenor de Magalhães seguia a concepção assimétrica de outros chalets que foram construídos neste trecho da rua durante a década de 1920. Possuía apenas dois dormitórios e entrada lateral para a garagem. Com escritório na rua Libero Badaró, Magalhães trabalhava com corretagem de imóveis.[431] O proprietário provavelmente atendia também de seu escritório na Rua Augusta, que permitia acesso direto à rua.

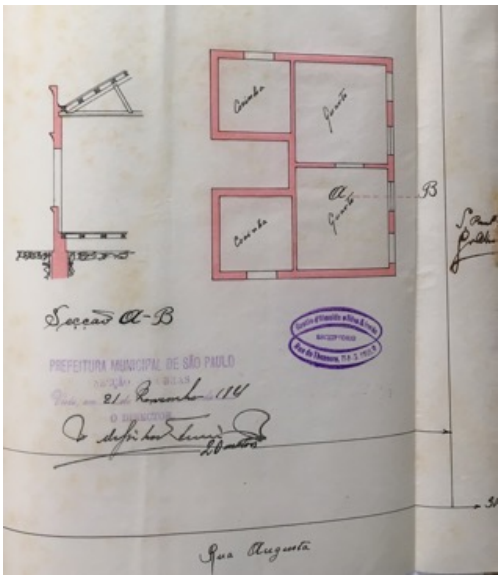


Figura 96: Planta do prédio do Sr. Luciano Caruso (ou Curuzzo) na Rua Augusta esquina com a alameda Iguape, ano 1899. SOP-AHM-SP.

[430] Descrição de Silvia Wolff ao analisar as soluções espaciais típicas do Jardim América, que inspiraram a forma e a planta das residências maiores que se construíram nos aos 1920 nas últimas quadras da Rua Augusta. WOLFF, 2015, p. 198.
[431] *Jornal Correio Paulistano*, 1927, Edição 22921.

Com relação ao terceiro lote dessa esquina, não se sabe ao certo se a construção original permanecera, porém em 1930 aparece no mapa Sara Brasil como vazio. Neste terreno (marcada na Figura 93 com o número **4**), as duas pequenas casinhas de Antonio Caruso haviam sido construídas em data anterior a 1899, ano em que ele fora intimado pela Prefeitura a apresentar planta para aprovação das duas casinhas geminadas, que continham nada mais do que uma cozinha e um quarto cada. Em 1912, Caruso se transferiu para o outro lado da rua, próximo à avenida Paulista, onde inaugurou uma barbearia.

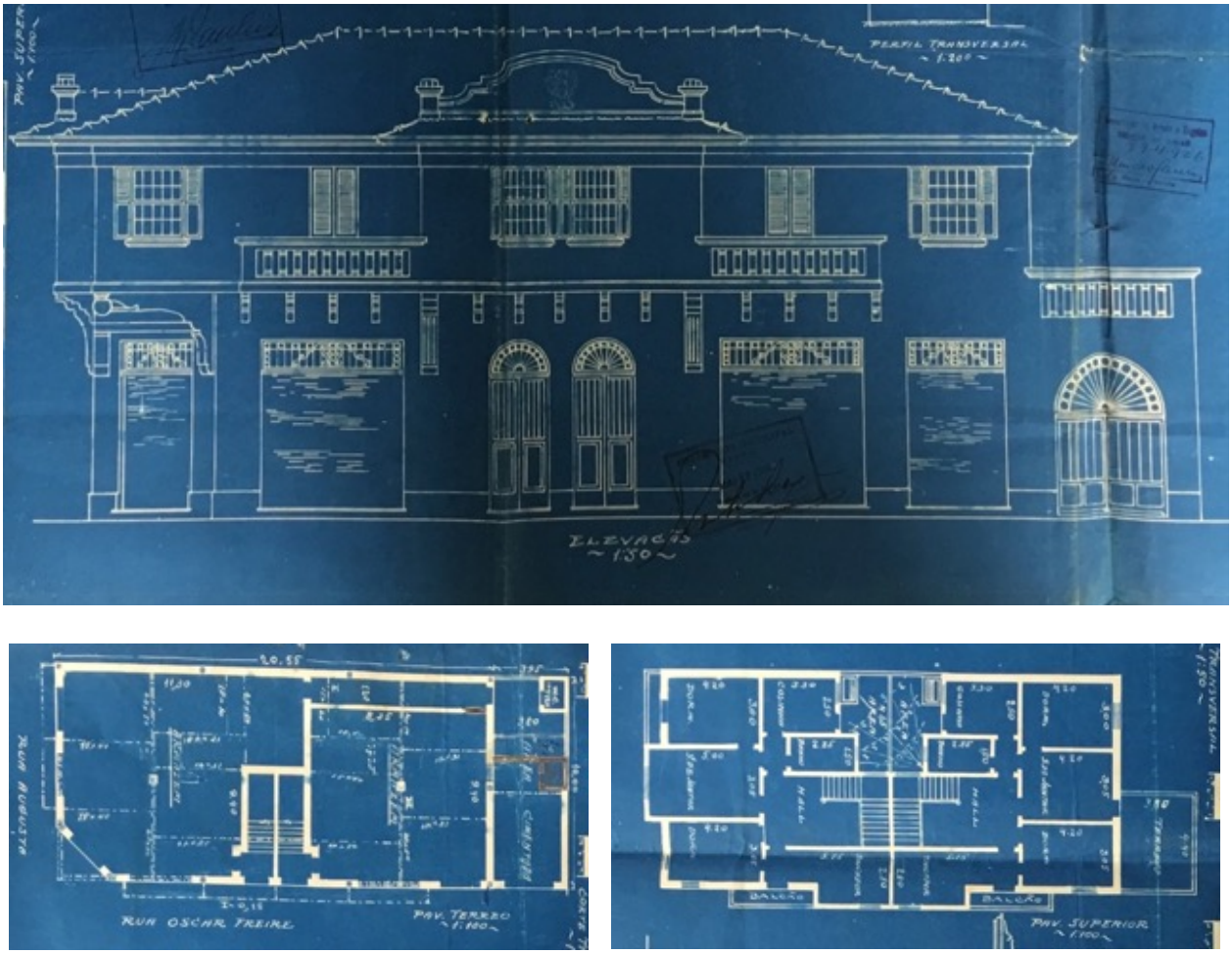


Figura 97, 97A e 97B: Projeto de Casas para Renda de propriedade do Exmo. Sr. Alberto Henrique Alves & Irmãos, na Rua Augusta, 488, ano 1926. SOP, AHM-SP.

Na esquina sudoeste (marcada na Figura 93 com o numero **2**), o prédio de Alberto Henrique Alves & Irmãos incluía duas unidades de comércio e residência conjugadas. Uma das unidades com

frente para a Rua Augusta e a outra para a rua Oscar Freire. Ali inaugurou-se o armazém Lopes & Irmão, que mais tarde expandiu-se por todo o prédio. A família Lopes vivia no apartamento logo acima do empório, o casal e os cinco filhos distribuíam-se pelos dois dormitórios. Todos os Lopes empregavam-se de alguma maneira no armazém. No empreendimento familiar todos participavam, em arranjo que implicava na justaposição do trabalho com a vida doméstica.

Em 1926, o trecho Villa America da Rua Augusta ainda era iluminado por lampiões a gás, como nos conta Álvaro Lopes. Ainda criança, sentado no degrau da loja, ele esperava pelo homem que vinha acender os lampiões todas as tardes ao escurecer e pela manhã voltava para apagá-los.[432] Pela Augusta já corriam duas linhas de bonde[433], mas a Oscar Freire ainda era uma rua de terra esparsamente delineada por casinhas onde várias famílias dividiam o lote com cocheiras nos quintais. A continuação da Rua Augusta em direção ao rio Pinheiros terminava num bosque que estava sendo derrubado para dar lugar ao Jardim Europa.

Na fotografia a seguir podemos apreciar a relação entre o armazém e a rua. (Figura 99) As bicicletas na porta, o cliente que se preparava para entrar na loja e a continuidade entre a calçada e o interior do armazém. A bicicleta era utilizada pelos Lopes para recolher encomendas e fazer entregas na região. A família toda posando no balcão, os homens de terno e gravata, as crianças junto às mulheres, as gaiolas na parede. No imóvel vizinho, moravam os funcionários da casa. A essa altura, a família Lopes havia crescido com os casamentos e não mais podia viver em apenas em dois quartos. Em 1932, Daniel e esposa, e a filha com sua família, mudaram-se para os apartamentos do prédio que ele mesmo fizera construir na rua Oscar Freire.[434]

[432] Depoimento de Álvaro Lopes ao Museu da Pessoa. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/pessoa/alvaro-lopes-15000. Acesso em 12/01/2019.
[433] As linhas 44 Jardim Europa e 45 Jardim Paulistano, que seguiam pelas ruas Augusta e Colômbia em direção aos bairros Jardins.
[434] O edifício foi construído na Rua Augusta 535 (hoje seria o número 2695), com plantas aprovadas em 1932 (*Correio Paulistano*, 01/11/1932).



Figura 98: Os filhos de Daniel Lopes, Álvaro e Jorge, com suas esposas e famílias no apartamento acima da loja, década de 1930.[435]

Nos primeiros anos do Santa Luzia, as mercadorias e o lucro do armazém não se diferenciavam muito dos outros que operavam no bairro. Na Augusta haviam 16 armazéns, e no trecho da Villa America eram oito em 1926. Nas palavras de Álvaro Lopes, os fregueses pediam sempre o "trivial", pois "coisas especiais não tinha muito naquela época [...]. Nem havia frango como tem hoje, nem havia as carnes que tem hoje, embaladas, preparadas, nada disso, era muito mais simples". O Santa Luzia manteve até os anos 1950 um galinheiro no pátio, pois estas eram vendidas vivas e abatidas pela própria freguesia: "Porque antigamente as donas de casa tinham cozinheiras, matavam, limpavam, arrumavam".[436] Jorge Lopes, primo de Álvaro, lembra que "o dia em que eu vendi o primeiro frango morto estendido na Santa Luzia foi um escândalo".[437]

Em 1927, Lopes buscava agilizar os negócios, requerendo da Prefeitura autorização para instalar uma bomba de gasolina com localização interna, junto ao depósito do armazém.

> O requerente é estabelecido com um grande armazém e secos e molhados na rua Augusta 488, esquina da rua Oscar Freire e pede para instalar internamente no portão que dá frente para rua Oscar Freire [...] a licença poderá ser concedida.[438]

A condição imposta pela Prefeitura foi de que o aparelho não fosse transferido para a via pública. O pedido foi aprovado em 1927, mas no final foi retraído pelos requerentes em 1928. A ideia era facilitar o abastecimento do caminhão Chevrolet do Santa Luzia, com sua "cabine de madeira e apenas uma porta", que levava os funcionários todas as manhãs a buscar nos mercados os produtos para abastecer o armazém. As compras de cereais se davam na rua Santa Rosa e as frutas vinham do Mercado Municipal. As especialidades eram encomendadas pelas distribuidoras.

> Arroz, feijão, passava no mercado e pegava aquele parmesão italiano lá na, na Rua da Moóca, [...] O mesmo tinha um depósito de azeitonas e de queijo parmesão. Meu amigo até hoje, o filho dele, o pai morreu. Eu ia lá comprar essas coisas especiais que precisávamos. Passava no mercado, carregava fruta seca, também comprava no mercado, hoje nós não compramos nada na praça, importamos tudo, o Santa Luzia hoje, fruta seca, importa tudo e vende pelo melhor preço.[439]

[435] BARTABURU, 2013, p. 57.
[436] LOPES, 2005.
[437] BARTABURU, 2013, p. 35.
[438] Processo número 56506.L46, AHMWL-SP, 1927.
[439] LOPES, op. cit.

Em 1932, os Lopes passaram a servir bebidas alcoólicas contando com a "licença para botequim". No ano seguinte, obtiveram licença para abrir também nos domingos e feriados, passando a servir sorvetes a partir de 1934. Esse foi o ano em que se inaugurou o Cine Paulista, cuja freguesia era atendida nas sorveterias da região[440] e também por uma portinha do Santa Luzia que se abria após as animadas sessões de cinema.[441] Ali Rosalina vendia o gelado diariamente preparado em casa pela mãe Dona Lúcia Lopes e por suas irmãs.[442]

> Lá na Augusta, era feito lá mesmo, minhas irmãs faziam a massa e batia na própria sorveteira, que antigamente o sistema era uma caixa grande onde guardavam-se os tubos com o sorvete [...] ele ia batendo, e tirando da beiradinha, tirava com a pá de madeira e ia ficando consistente, era assim que era o sorvete antigamente.[443]

Dona Lúcia e as filhas eram também responsáveis pelas refeições fornecidas aos funcionários. Às mulheres não era permitido trabalhar fora de casa, assim elas encontravam sempre uma atividade dentro do próprio armazém. A cultura católica lusitana e conservadora da família Lopes limitava as responsabilidades femininas às atividades domésticas, designando a cada gênero o papel que deveriam desenvolver na sociedade: para os homens, o espaço público – a rua, a política, a gerência das finanças e dos negócios; para as mulheres, o espaço privado – a casa, a dependência financeira e emocional. As mulheres dedicavam-se aos afazeres domésticos e à família. Participavam dos negócios, mas quase nunca em contato com o público. Álvaro, único filho homem, cresceu dentro do empório, onde desde menino engarrafava o vinho importado em barricas; aplicava etiquetas às latas de azeite e acompanhava os funcionários nas compras nos mercados.

> Eu ajudava em tudo que eu pudesse. Quando eu era pequenininho o azeite português era selado, tinha um selo vermelho, então a minha função era pegar o sabão – até lembro até o nome do sabão: Vencedor, porque era mais macio, do Matarazzo – eu passava o sabão nas latas e colocava o selinho, isso eu lembro perfeitamente. E outra, antigamente engarrafava vinho na própria loja, então uma vez por semana era dia de engarrafar vinho, então eu ajudava a lavar as garrafas [...].[444]

[440] Nas proximidades da Augusta com a Oscar Freire já haviam na época outros dois estabelecimentos com licença para vender sorvetes, um deles no próprio cinema.
[441] O Cine Paulista toma a partir de 1934 o lugar na esquina da antiga casinha de Luciano Curuzzo.
[442] BARTABURU, 2013, p. 58.
[443] Depoimento Álvaro Lopes, 2005.
[444] Op. cit.

Por fora o armazém se parecia a muitos outros da cidade, no entanto, seu interior denotava a ordem e obstinação do proprietário, que segundo seus descendentes, mantinha suas dependências impecáveis. As vitrinas em madeira de lei com portas de vidro permitiam a exposição das mercadorias, as bancadas em mármore estavam sempre limpas e o piso era esfregado pela família uma vez por semana. Daniel Lopes era muito exigente, com os funcionários e com a própria família. "Quando seus filhos eram crianças, por exemplo, ninguém escapava da faxina: toda sexta-feira era dia de calçar os tamancos e lavar a loja, e ai de quem não esfregasse direito os degraus de mármore da entrada." Diz sua filha Elza que se o serviço não estivesse bem feito ele "jogava uma lata de água em cima".[445]



Figura 99: Interior da Casa Santa Luzia, década de 1930. Da esquerda para a direita: Daniel Lopes (atrás do balcão), seu sobrinho Antônio Lopes da Silva, a filha Rosalina, Júlio e três fornecedores..[446]

[445] BARTABURU, 2013, p. 53.
[446] BARTABURU, 2013, p. 27.

A fotografia do Santa Luzia na década de 1930 expõe a organização primorosa do armazém e a imagem de distinção dos personagens para a foto. Ao mesmo tempo, a posição dos proprietários indica que estavam ali, bem trajados e prontos para servir a freguesia dos novos bairros que se formavam ao redor do armazém. Os fornecedores faziam parte das relações da família (como indicado nos depoimentos dos proprietários), e assim postam-se atrás do balcão para participar da foto, numa época em que as relações pessoais e profissionais ainda se misturavam. A grande quantidade de garrafas e de latas, organizadas meticulosamente indicam o asseio do lugar. O balcão de pedra e os armários de pinho de riga transmitiam a impressão de solidez, e as prateleiras de vidro garantiam a limpeza e higiene da loja, com os produtos à vista. O cuidado com a decoração está expresso nos pequenos detalhes, como as prateleiras adornadas uma a uma com as pequenas toalhinhas triangulares, que ornamentavam também a coluna central da loja.

Entre 1920 e 1929 haviam entre 16 e 23 armazéns abertos ao mesmo tempo, com alguns deles se mantendo ativos durante todo o período.[447] Os mais simples fechavam suas portas ou mudavam-se para outros bairros em poucos anos. Com a consolidação da ocupação dos bairros Jardins e da Villa America, o armazém da família Lopes, assim como outros, procurou especializar-se abastecendo-se também com os produtos importados requisitados pela freguesia. Imigrantes de toda parte mudavam-se para a região: portugueses, espanhóis, italianos, alemães, sírio libaneses, poloneses e judeus. Os proprietários dos novos estabelecimentos comerciais também tinham origens diversas, ainda que os de sobrenome português e italiano prevalecessem.



Figura 100: Anúncios da Casa Vilex em 1950.[448]

[447] Encontramos pelo menos 8 endereços de armazéns e empórios que se mantiveram abertos durante o período 1915 a 1929.
[448] Anúncios da Casa Vilex, *Revista O Paulistano*, novembro de 1950, p. 14; e *Revista O Paulistano*, dezembro 1950.

A importância da proximidade do Santa Luzia aos bairros residenciais, Jardim América e Cerqueira Cesar em sua localização foi também reconhecida por outros comerciantes. Na mesma quadra localizaram-se pelo menos mais três lojas: o Empório e Confeitaria Jardim América e o Empório Benelli (entre as ruas Oscar Freire e Estados Unidos) e a Confeitaria Cine Paulista (na esquina com a Oscar Freire). Ainda neste mesmo trecho da Augusta, localizaram-se em 1940 o Empório Carioca (pouco acima da Oscar Freire); o Empório Nobre (na esquina da alameda Tietê); o Empório Moraes e Fornaglio e a Mercearia Soeiro (ambos entre as alamedas Tietê e a Lorena); o Empório Paulista (entre Itu e Jahu); Empório Itú (esquina com a alameda Itú), e, por fim, o Empório Mascotte (esquina com a alameda Jaú). Além dos armazéns citados aqui, havia outros localizados nas ruas que atravessavam a Rua Augusta e suas paralelas, Bela Cintra, Haddock Lobo, Consolação. Cada um desses armazéns tinha suas especialidades, com muitos produtos importados, mas todos vendiam os básicos arroz, feijão, farinha, café e açúcar. Mais tarde inaugurou-se a Casa Vilex, a meia quadra da Casa Santa Luzia, sua similar e concorrente, que também comercializava importados e bebidas finas. [449]

As décadas de 1930 a 1950 representaram profundas transformações na vida doméstica paulistana, refletindo nos padrões de consumo e nos hábitos alimentares da população. As cozinhas tornam-se progressivamente mais equipadas, geladeiras que permitiam a compra de artigos perecíveis em maior quantidade, eletrodomésticos que economizavam o tempo da dona-de-casa e deveriam alegrar a mulher "do lar", a família e o marido.

[449] *O Estado de S. Paulo*, 13/10/1925, p. 8; *Folha da Manhã*, 29/12/1926, p. 11; *O Estado de S. Paulo*, 25/06/1933, p. 9, *O Estado de S. Paulo*, 23/07/1933, p. 11; *O Estado de S. Paulo*, 31/01/1937, p. 5; *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1940, p. 1.





Figura 101 E 101A: Propaganda Geladeira G.E. e Liquidificador Walita, 1940

A empregada, negra (como se vê na propaganda da General Electric), prepara e oferece a sobremesa, segura as taças, mas os créditos do trabalho recaem sobre a dona da casa. A propaganda assevera que "em seu lar, a senhora poderá preparar numerosas sobremesas diferentes e deliciosas" contando com o refrigerador G.E. Acompanharam as mudanças da vida doméstica os novos produtos de limpeza, os eficientes eletrodomésticos e também os alimentos industrializados. Os empórios passaram a receber maior variedade de alimentos enlatados e pré-embalados, como banha e manteiga, fermento em pó, aveia em flocos e amido de milho.

Os próprios fregueses estimulavam a importação de ingredientes europeus e norte-americanos, requisitando aquilo que viam nas revistas e em suas viagens internacionais. Segundo Álvaro Lopes, foi o Santa Luzia quem iniciou a importação de macarrão e de queijo francês para o Brasil.[450] Seus fregueses viajavam com frequência e traziam recortes das embalagens dos produtos favoritos que ele ia pessoalmente encomendar. Visitava importadores, negociava tarifas com diversos consulados e, em alguns casos, trazia o produto diretamente do país de origem com exclusividade para a Casa Santa Luzia.[451] Expande-se nesse período também a tradição de ofertar produtos "finos" e cestas nas ocasiões especiais. Todos os anos, desde 1930, a Casa Santa Luzia, acompanhando outras

[450] BARTABURU, 2013, p. 39.
[451] BARTABURU, ibid.

casas do ramo, preparava diversas opções de cestas para ocasiões especiais, como a Páscoa e o Natal.



CASA SANTA LUZIA IMPORTADORA

Bebidas e Comestiveis Finos

1926 - Tradição em Bons Produtos - 1956

CESTAS DE NATAL

Cestas de Natal e Sortimentos

ACONSELHAMOS FAZEREM AS SUAS COMPRAS QUANTO ANTES, EVITANDO OS ATROPELOS DA ULTIMA HORA

Figura 102: Anúncio de cestas de natal da Casa Santa Luzia, 1956.[452]

Não somente na região da Augusta, mas por toda a cidade, na primeira metade do século XX, ainda era frequente a presença diária dos vendedores ambulantes. Álvaro Lopes conta que nos primeiros anos de funcionamento a Casa Santa Luzia recebia peças de gelo diariamente. Em carroças puxadas por um ou dois burros, vinham desde o lixeiro até o leiteiro. Leite de vaca em tanques da Vigor com torneirinha e leite de cabra direto do animal para a caneca, aos domingos. Além desses, haviam vários outros ambulantes vendendo sorvetes, pirulito, cata-ventos de papel, principalmente nos finais de semana. A clientela do Santa Luzia também preferia receber os produtos no conforto da casa. Assim Lopes relata que saía de bicicleta todas as manhãs para recolher os pedidos nas redondezas. Com a lista anotada, voltava ao armazém, coletava os produtos e fazia as entregas "com o cesto no guidão ainda, uma cesta de vime grande".[453]

Na década de 1950, Daniel Lopes decidiu abrir a sociedade da empresa, escolheu quatro sócios entre seus colaboradores e se aposentou aos poucos. O sistema de registradoras com autosserviço foi instalado a partir de 1967, e a Casa Santa Luzia mudou de endereço, modernizou-se, ampliou sua planta e se transformou no supermercado de luxo que se mantém na região até hoje.

[452] *O Estado de S. Paulo*, 02/12/1956, p. 31.

[453] Depoimento de Álvaro Lopes para o Museu da Pessoa, 03/06/2005. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/memorias-da-rua-augusta-43663. Acesso em 12/02/2019.

V.2 O Empório Augusta, o Armazém do Sr. José

Em 1916, Rocco Cimino mandou construir um edifício com armazém e residência na esquina da Rua Augusta com a Caio Prado. Cimino não era novo no negócio, pois em 1915 havia operado outro armazém na Rua Augusta 49, há uma quadra dali, na esquina com a rua Marquês de Paranaguá.[454] Oito anos depois, em 1924, Cimino se desfez de um outro armazém de sua propriedade, localizado na primeira quadra da Rua Augusta. Este foi então vendido, como anunciado, juntamente com os "móveis e utensílios e mercadorias constantes do respectivo balanço, livre e desembaraçado de quaisquer ônus".[455]

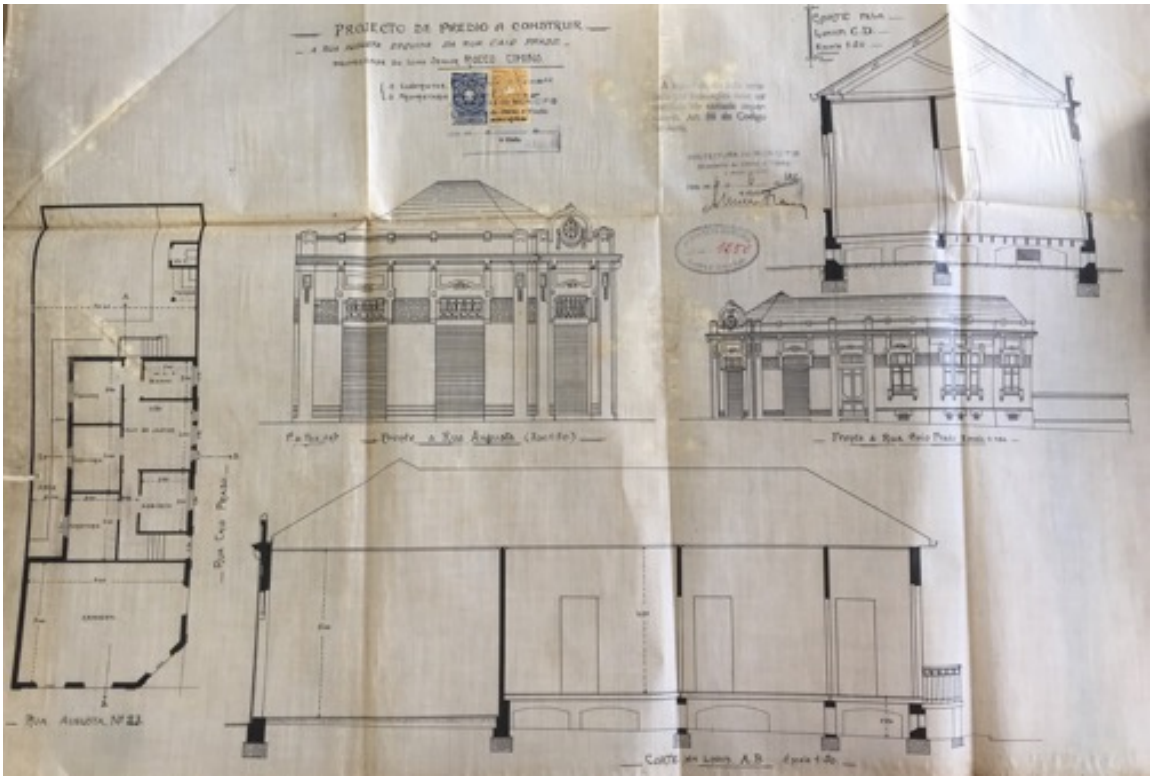


Figura 103: Requerimento para construção de residência com armazém para Rocco Cimino na Rua Augusta 23 (esquina com a rua Caio Prado), desenho assinado por Palmorino Mônaco, ano de 1916. SOP, AHM-SP.

Não era incomum aos proprietários de imóveis na região repartir seus terrenos, construir nos fundos, ao lado e na frente, assim como investir em terrenos próximos ou contíguos, como o fez Cimino. O comerciante vivia próximo a seus armazéns, em casa própria na rua Caio Prado,

[454] Provavelmente alugando o mesmo armazém Nazário que seria locado para Daniel Lopes em 1920.
[455] *Correio Paulistano*, 07/10/1924, p. 8, Edição 21981.

construída em 1923. A casa situava-se logo em frente ao portão do colégio feminino Des Oiseaux, onde ele viveu até sua morte em 1961 aos 87 anos.[456]

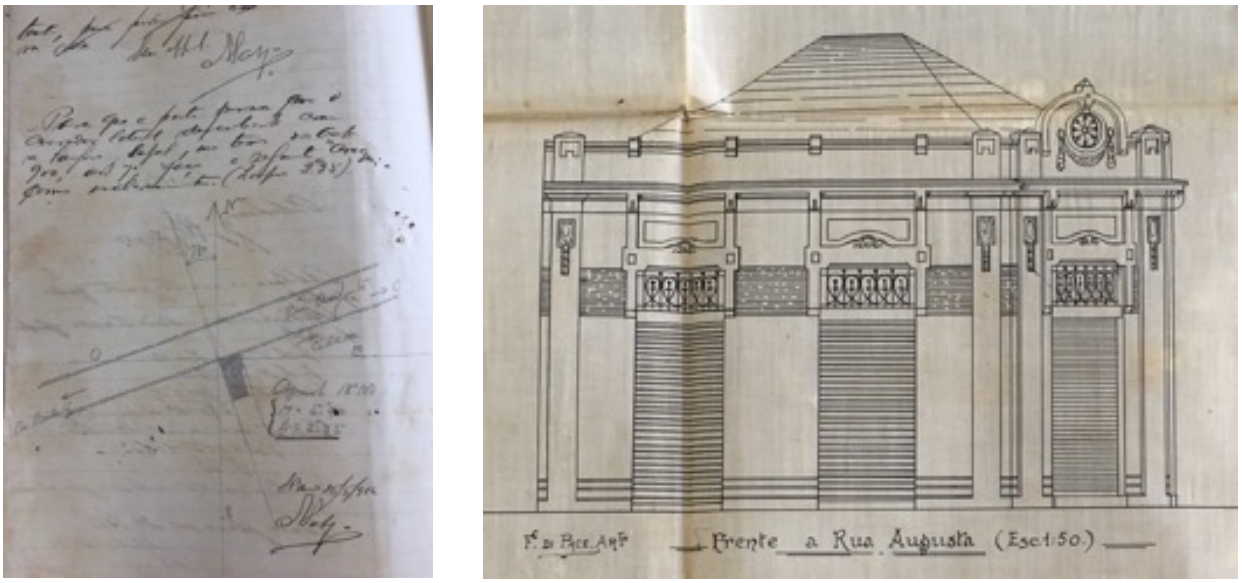


Figura 104: Localização e elevação do armazém com moradia na Rua Augusta esquina com a rua Caio Prado, para Rocco Cimino, com projeto do engenheiro Palmorino Monaco, ano 1916. SOP, AHM-SP.

Além do Empório Augusta, entre 1933 e 1940 os outros armazéns que serviram essa vizinhança eram o Armazém Nazário (apresentado acima); o Empório Allemão (na esquina com a rua Dona Antônia de Queiros); a Casa Mourisca que depois chamou-se Empório São Jorge (entre as ruas Costa e Antônia de Queirós); o Empório De Franco a Mercearia Luso Paulista e o Triumphante (os três na esquina com a rua Fernando de Albuquerque); o Empório Santa Cruz e a Mercearia J. Almeida & Irmão (na esquina com a rua Matias Aires) e o Empório Montenegro (entre a Luís Coelho e a avenida Paulista).[457]

[456] *O Estado de S. Paulo*, 16/06/1961, p. 23.
[457] Lista dos armazéns que vendiam o açúcar União (1933) e Chocolate Behring (1937) na cidade de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*, 25/06/1933.



Figura 105: Empório Montenegro, 1926.[458]



Figura 106: Café Behring, 1933.[459]

O Empório Augusta foi vendido em 1924 por seu primeiro proprietário e chegou às mãos do Sr. José antes dos anos 1940. Seus antigos fregueses mantêm recordações da época em que o armazém servia a vizinhança. Entre seus fregueses incluía-se Miguel Chammas[460], que recorda suas visitas quase diárias:

> Lembrei-me do Armazém do Sr. José, que ficava bem na esquina da rua Augusta com a rua Caio Prado, onde hoje está instalado o Hotel Ca'D'Oro. Era um empório de secos, molhados e outras quinquilharias. Ali também se comprava meio litro de leite, 250 gramas de manteiga (embrulhada em papel manteiga), um pedaço de fumo de rolo ou de corda (comprei diversas vezes para meu avô Gido) e a palha para cigarros.[461]

O armazém do Sr. José abastecia os vizinhos com as necessidades do dia-a-dia, trocava garrafas vazias por crédito e também servia como ponto de encontro e de referência no bairro. O sistema de cobrança "a fiado" através das cadernetas era a prática mais comum para efetuar os pagamentos:

> Foi nesse armazém que vendi, para gastar o dinheiro em balas e doces, as garrafas e litros que meu avô armazenara durante anos, de acordo com o que já relatei em outros textos neste site. Eu, na época, não entendia por que meus pais ou avós não pagavam as compras feitas no armazém. Depois, crescendo, foi que percebi que o dinheiro para pagamento só era entregue ao Sr. José no final do mês, e as

[458] O anúncio lista todos os armazéns da cidade que comercializavam esse produto (*O Estado de S. Paulo*, 23/07/1933, p. 11).
[459] *Folha da Manhã*, 29/12/1926, p. 11.
[460] Miguel Chammas é um dos informantes desse trabalho, através de seus depoimentos em blogs e entrevistas pessoais com a autora, e é apresentado no Capítulos 2 e 3 dessa tese.
[461] CHAMMAS, Miguel. *São Paulo Minha Cidade*, blog. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/2163/Memorias%2Bda%2Bvenda%2Beou%2Barmazem. Acesso em: 02/02/2017.

> compras até então realizadas estavam devidamente anotadas numa caderneta de capa amarela.[462]

Chammas e outros antigos fregueses deste mesmo armazém recordam-se que, alguns anos mais tarde, o que lhes fascinava eram os modernos supermercados. Eles relembram com saudosismo suas visitas ao Sirva-se e ao Peg Pag, dois dos pioneiros supermercados da cidade, inaugurados na rua da Consolação, a poucas quadras da Rua Augusta.

> Depois, com o advento dos supermercados, quando o primeiro de São Paulo foi instalado na Rua da Consolação, no prédio do antigo Cine Odeon, era uma maravilha acompanhar minha mãe ou minha tia às compras. Mesmo sabendo que me caberia carregar algumas sacolas, eu ia alegre só para poder degustar alguns produtos que eram oferecidos diante das gôndolas.[463]

Assim o auto serviço e o fascínio pela novidade e praticidade do supermercado vão substituindo a frequência ao armazém que costumava servir a vizinhança todos os dias. As compras no armazém se tornam mais esporádicas, muitas vezes servindo para compras de última hora ou para pequenos itens. Outros armazéns se transformam, como o Santa Luzia, em resposta à concorrência e às novas demandas da clientela.

V.3 O empório Montenegro

O italiano Raphael e seu filho Valentim Sola chegaram ao Brasil em datas distintas, ambos antes de 1900. Raphael já vivia na Augusta pelo menos desde 1911, quando fez construir ali uma casa térrea. (Figura 109) A casa de Raphael tinha porão, três dormitórios, com sala e um "gabinete" abrindo as janelas para a rua. Por um longo corredor lateral adentrava-se a propriedade, com a opção de subir as escadas e dirigir-se aos aposentos interiores ou seguir direto para o quintal.

[462] CHAMMAS, ibid.

[463] CHAMMAS, Miguel. *São Paulo Minha Cidade*, blog. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/2163/Memorias%2Bda%2Bvenda%2Beou%2Barmazem. Acesso em: 02/02/2017.

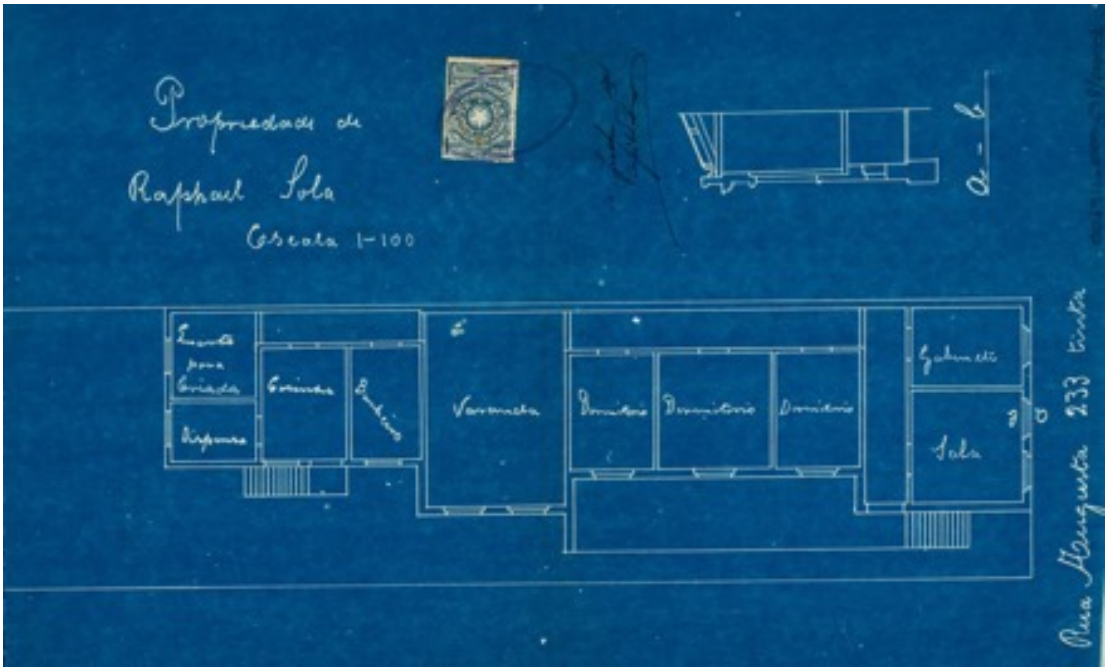


Figura 107: Casa térrea na Rua Augusta, 233, de propriedade de Raphael Sola, ano 1911. SOP-AHM-SP.

Dois anos mais tarde, Sola construiu um sobrado geminado à sua propriedade para acomodar um armazém e um escritório. (Figura 110) Buscando expandir seus rendimentos, desde o início dos 1900 o comerciante participou de diferentes companhias importadoras, entre elas a Sociedade Mercantil para Commercio de Seccos e Molhados por Atacado e Importação, sob direção de seus cunhados. Com diferentes denominações, as firmas às quais associou-se, faliram de um ano para o outro, encerrando-se e assim incorporando novos sócios para novamente abrir e decretar falência. Isso parece ter acontecido pelo menos três vezes entre 1902 e 1905, sempre com a participação dos mesmos sócios, Perroni e Olita (cunhados), em posições distintas.[464]

[464] *O Estado de S. Paulo*, 18/06/1905, p. 4.

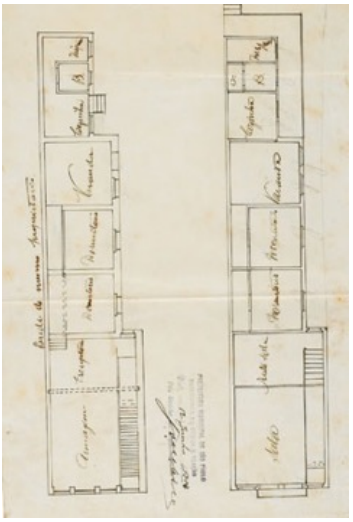


Figura 108: Planta do sobrado de Raphael Sola

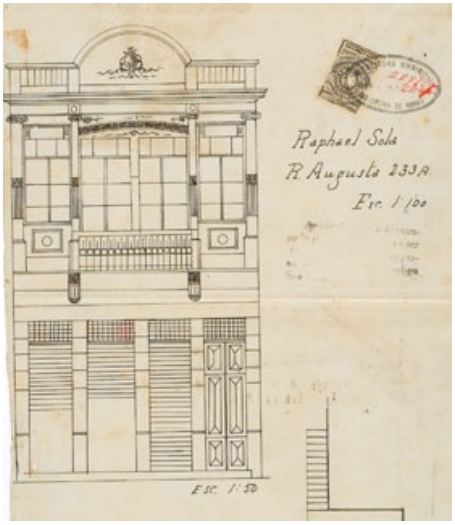
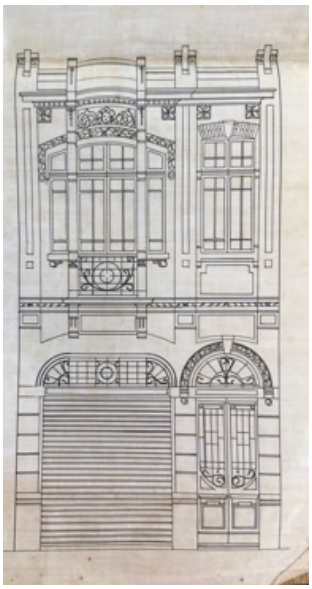


Figura 109: Sobrado com armazém e duas moradias, propriedade de Raphael Sola na Rua Augusta 233A (geminado à casa térrea de 1911), ano 1913. SOP-AHM-SP.

O Dr. Valentim Sola, filho de Raphael, que atuara até 1915 na cidade de Jaú, passou a ocupar em 1916 um novo edifício de seu pai na Rua Augusta, entre as alamedas Tietê e Franca, na Villa America. O prédio em dois pavimentos incluía duas habitações e espaço para comércio. As entradas para o negócio e para a habitação eram separadas, e no térreo o grande armazém se abria para a calçada.



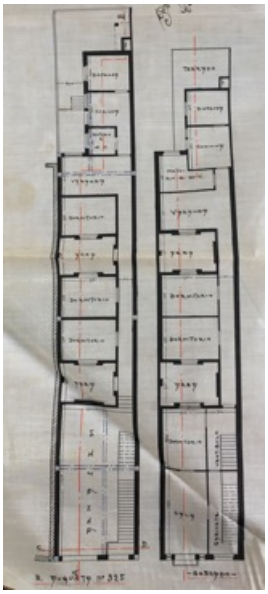


Figura 110Elevacao do sobrado de Raphael Sola
Figura 111: Sobrado com armazém e duas residências na Rua Augusta 325, construído por Zaccaro Bologna, propriedade de Raphael Sola, ano 1916. SOP-AHM-SP.

Dr. Sola, médico diplomado pela Real Universidade de Roma, com experiência em clínicas de Roma e Paris, fora habilitado na Europa[465] em "cirurgia geral, das vias urinárias e moléstias das senhoras", "especialista das moléstias da pelle, venéreas e syphiliticas"[466]. Sola atendia em sua casa na Rua Augusta e no consultório da rua Direita.[467] Além disso, Dr. Sola foi o presidente do Palestra Itália que coordenou os esforços da Cruz Vermelha para receber em sua sede os doentes da pandemia gripal de 1918.[468] A equipe atendera na sede do Palestra, então localizado na rua Libero Badaró esquina com a praça Patriarca, a 3.191 chamados domiciliares e passara 544 vistas no ambulatório. Dr. Sola segue informando que entre os "internados 37 eram brasileiros, 31 italianos, 7 portugueses, 2 syrios, 2 argentinos e 1 polaco. E dos mortos: 4 eram brasileiros, 11 italianos, 1 portuguez, 1 syrio e 1 argentino".[469] Dr. Sola faleceu em 1930, com apenas 42 anos.[470]

A história dos Sola indica mais uma vez as múltiplas redes sociais que se conformavam durante as vidas dos habitantes da cidade, incluindo as instituições de ensino internacionais que formaram o médico e lhe davam prestígio, as instituições esportivas dirigidas pelo mesmo Dr. Sola que acudiu os doentes da pandemia de 1918 (incluindo um número significativo de estrangeiros de diversas procedências). Nos prédios da família Sola, a conjugação do local de moradia do proprietário junto ao consultório e o armazém alugado representa arranjo recorrente em grande parte da cidade neste período, com atividades distintas dividindo o mesmo lote.

V.4 Os armazéns da esquina com a rua Santa Cruz (hoje Matias Aires)

Em 1906, na esquina da Rua Augusta com a rua Santa Cruz viviam um conhecido e controverso coronel, um subdelegado e dois comerciantes. Os edifícios erguidos por dois construtores de origem portuguesa (1898), por um engenheiro (1905) e por dois irmãos descendestes de italianos, que se tornaram "práticos licenciados" (1905 e 1906) eram todos similares. Com pequenas diferenças, eram prédios térreos com porão e corredor lateral para circulação. Nas esquinas, as

[465] Valentim Sola teve a habilitação de seu diploma no Brasil recusada: "Não pode ser atendido, visto não haver satisfeito as exigências das leis sanitárias do Estado" (*Jornal Correio Paulistano*, 07/03/1918, p. 8, Edição 19635).
[466] *A Gazeta de São Paulo*, 06/12/1917, p. 4, Edição 03563.
[467] *O Estado de S. Paulo*, 18/05/1918, p. 8.
[468] *Correio Paulistano*, 30/10/1918, p. 2, Edição 19871.
[469] *Correio Paulistano*, 07/12/1918, p. 3, Edição 19910.
[470] *O Estado de S. Paulo*, 1930.

arestas eram aparadas e as platibandas devidamente decoradas, como requeria o Código de 1886, que vigorava no período de sua construção.

No	ATIVIDADE	PESSOA 1	IDENTIFICAÇÃO PESSOA 1	PESSOA 2	IDENTIFICAÇÃO PESSOA 2	ANO	LOGRADOURO	NÚMERO ORIGINAL
1	Residência	Joaquim Dante Ferreira Lopes	proprietário imóvel	Adolfo Rodrigues	construtor	1898	Augusta (esq. Oeste)	138, 140, 142, 146, 148
2	Residência + Comércio	Antonio Guimarães	proprietário imóvel	Antonio Rodrigues Gomes	construtor	1898	Augusta (esq. Sul)	159
3	Residência	Cel. José Piedade	proprietário imóvel	-	-	1899	Augusta (esq. Leste)	152
4A	Residência + Comércio	João Maria de Almeida	proprietário negócio	Alexandre Capelato	engenheiro	1905	Augusta (esq. Norte)	144
4B	Residência + Comércio	José Pereira Belleza	proprietário imóvel	José Pereira Belleza	construtor	1906	Augusta (esq. Norte)	144 (junto)

Tabela 12: Proprietários e construtores dos edifícios da esquina das ruas Augusta e Santa Cruz (atual Matias Aires), 1898 – 1906.



Figura 112: Planta de localização dos edifícios da esquina das ruas Augusta e Santa Cruz (atual Matias Aires), entre os anos 1898 – 1906.

Na esquina a oeste (Figura 112, numero **1**), construiu-se em 1898 um conjunto de quatro casas térreas geminadas de porta e janela para aluguel, seguidas por uma casa maior e mais decorada, ocupada por Joaquim Dante Ferreira Lopes. Repetiu-se neste projeto a prática de subdivisão dos lotes para construção de casas para renda, ao lado da residência do proprietário. Para aprovar o projeto, a Câmara solicitara ao proprietário: "o canto da rua Santa Cruz deve ser cortado, com altura não menor do que 2m 50 e o mesmo deverá ser preenchido por janela e porta ou outros motivos decorativos, conforme exige o padrão municipal". Iniciava-se nessa década a primeira ocupação deste trecho e a manutenção das regras construtivas garantiria a desejada homogeneidade na aparência e no traçado da rua.



Figura 113: Projeto para cinco casas térreas na Rua Augusta 138, 140, 142, 144, 146, esquina com a rua Santa Cruz, para Joaquim Dante Ferreira Lopes, com projeto de Adolfo Rodrigues, ano 1898. SOP, AHM-SP.

Em 1901 o jornal O Estado de S. Paulo, publica o primeiro anúncio para "Liquidação de armazém de secos e molhados" da Rua Augusta. Assumindo que a numeração sugerida pelo projeto esteja correta, temos duas possibilidades para a localização anunciada por este leilão. A primeira hipótese seria a de que uma das pequenas casas de Joaquim Lopes (Figura 113) tenha sido utilizada como armazém, apesar da planta original indicar uso residencial para todas elas. A segunda hipótese seria a de que a numeração estaria incorreta e, portanto, o armazém teria se localizado numa das outras duas esquinas pares na esquina da Rua Augusta com a rua Santa Cruz. De qualquer maneira, nos pareceu interessante incluir aqui os itens que foram leiloados, para se ter uma ideia dos produtos que vendidos ali no primeiro ano do século XX, há apenas três quadras da avenida Paulista. Este armazém teria atendido a clientela da Rua Augusta e da avenida Paulista, mas também os moradores das quadras próximas entre a rua Bela Cintra e Consolação, que já estavam sendo ocupadas desde os anos 1890. O leilão anunciava os seguintes itens:

> Quantidade de garrafas com cognac, rhum, vermouth, aniz, lambrusco napolitano, fernet, reino, vinho Chianti, vinho do Porto, de diversas marcas, Amaro Febina, curaçao, cação, genebra, etc.
> Latas com biscoutos, azeitonas, fructas, doces, sardinhas, peixes, azeite, etc., pacotes de anil, café em pó, pesos, lixívia, etc., charutos, cigarros, fumo veado, envelopes, papel, torueiras, lampeões, tinteiros, phosphoros, papel ambré e Duc, lampeão electrico, mostrador, duas carroças para aterro, décimos vazios, depósitos para mantimentos, bancos, quadros, mesas, talheres, vidros de boccas largas, pimenta do reino, caixao com velas, cebolas, toalhas, armarinho, etc. [471]

Os primeiros itens destacados pelo leiloeiro foram as bebidas, que decerto representavam o maior valor entre as mercadorias dos armazéns. Bebidas nacionais e importadas em grande diversidade, vinhos de várias marcas e alguns poucos itens de alimentação, biscoitos, frutas, azeitonas, peixes, doces enlatados, café em pó e azeite. Alguns itens de papelaria, apetrechos que facilitavam o funcionamento do armazém e carroças para aterro. Este leilão da Augusta pode ser considerado como típico da época, não incluindo nenhum item original ou que chamasse a atenção; não anunciou falência ou necessidade de pagamento dos credores, apenas a venda de itens que eram característicos nos armazéns que pudemos examinar.

Ainda nesta mesma esquina da Augusta com a Santa Cruz, ao sul (Figura 112, numero **2**), Antonio Guimarães construíra sua casa com armazém no mesmo ano que Joaquim Dante Lopes. O prédio

[471] Anúncio de leilão de secos molhados na Rua Augusta n. 142 (*O Estado de S. Paulo*, 15/02/1901).

incluía espaço para o negócio junto à esquina com abertura para a rua Santa Cruz. A entrada para a residência era feita pela Rua Augusta. A planta retrata uma casa típica de classe média do período, com porão, que pode ter sido alugado para moradia, ou habitado por algum criado, ou utilizado para armazenamento ou algum negócio. A circulação era feita pela lateral do edifício e o banheiro situava-se fora do corpo principal. A cozinha também não aparece indicada na planta, provavelmente localizava-se no quintal. Na esquina, vemos o chanfro e a decoração exigidos pelo padrão municipal.

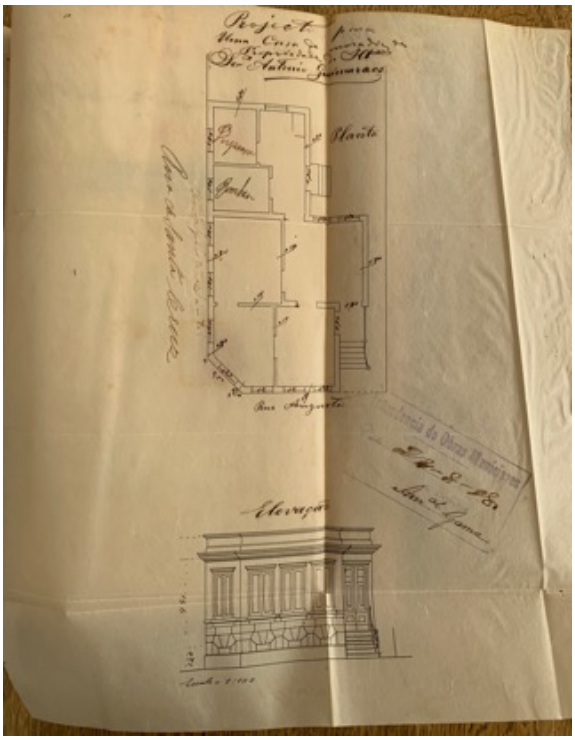


Figura 114: Residência com armazém localizada na esquina da Rua Augusta com a rua Santa Cruz para Antonio Guimarães, ano 1898. SOP, AHM-SP.

A casa de Antonio Guimaraes era vizinha dos terrenos de José Coelho Pamplona, mais conhecido como Visconde de Porto Martins. (Figura 114) Pamplona ainda mantinha nesta região alguns terrenos remanescentes da subdivisão de sua parte da Chácara do Capão, partilhada entre os anos 1880 e 1890, como vimos no primeiro capítulo desta tese. Na mesma Rua Augusta, Pamplona mandara construir pelo menos mais duas casas geminadas para renda e uma casa bem pequena, onde habitou com sua esposa até falecer.

Antonio Guimarães, cidadão brasileiro, construiu sua casa térrea com porão e armazém em 1898 sob as mãos de Antonio Rodrigues Gomes, seu empreiteiro. O proprietário, agraciado em 1891

pelo governo português com a Commenda de Christo[472], condecoração da ordem militar, ficou conhecido como Comendador Guimarães. Seguindo sua vocação militar, alguns anos mais tarde Guimarães assumiu a posição de subdelegado da 3ª circunscrição, tornando-se responsável pela região que incluía a freguesia da Consolação.[473]

Ao mesmo tempo em que se construíram nas outras duas esquinas, em 1898, completou-se a sudeste (Figura 112, numero **3**) uma nova casa térrea para o Coronel José Piedade. Casado com Maria Ramos, Piedade foi escrivão até 1896, estabelecendo-se a partir de 1897 em escritório no Largo da Sé. Em 1898, transferiu-se de sua residência na rua de Santa Ephigenia para a Rua Augusta e em 1899 já era oficial da Guarda Municipal.[474]

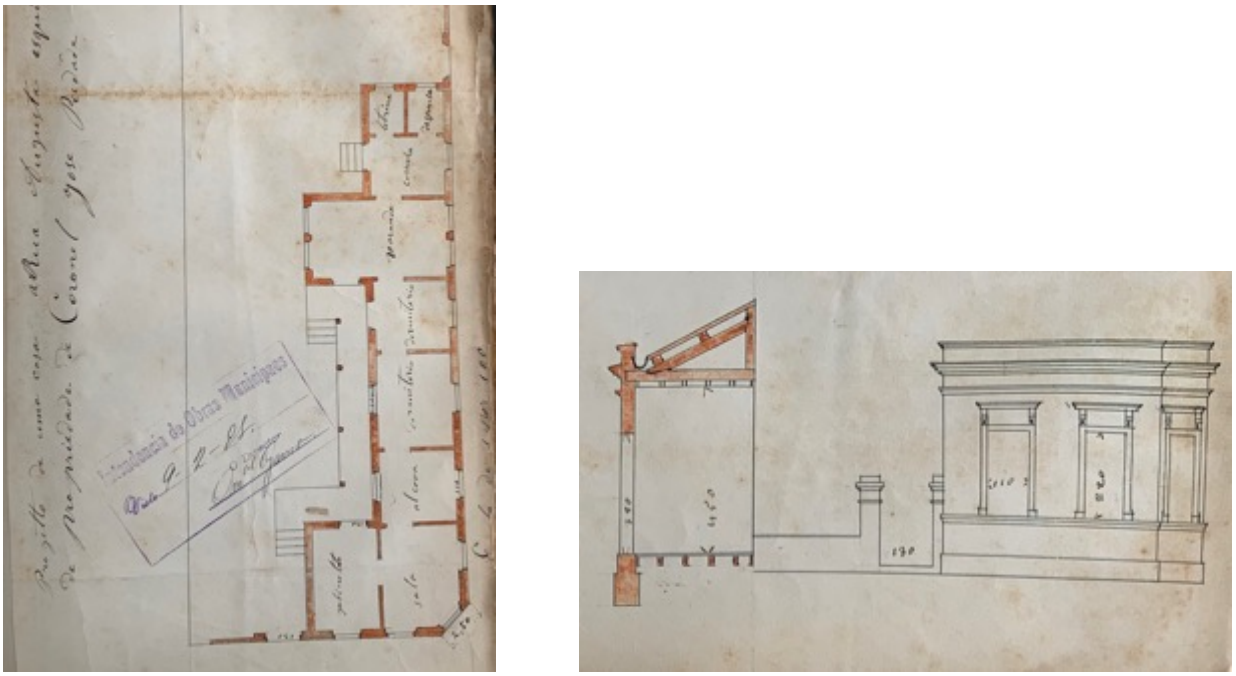


Figura 115: Casa térrea na Rua Augusta esquina com rua Santa Cruz, propriedade do Coronel José Piedade, ano 1898. SOP, AHM-SP.

[472] *O Estado de S. Paulo*, 01/07/1891, p. 1.
[473] *O Estado de S. Paulo*, 17/12/1899, p. 2.
[474] *O Estado de S. Paulo*, 16/11/1899, p. 1.

Além do escritório no centro da cidade, o coronel atendia seus clientes no Gabinette de sua casa na Rua Augusta. Membro e presidente da assistência judiciária do Instituto Forense[475] de 1898 a 1900, Piedade oferecia defesa aos réus que não eram atendidos pelo Instituto dos Advogados. Com frequência seus clientes eram imigrantes acusados de pequenos delitos, como a falsificação de bilhetes de loteria, roubo de carteira, móveis e objetos. O coronel, no entanto, defendeu também aqueles acusados de homicídio, que foram para sempre gratos pelo auxílio legal recebido. Pelo menos dois de seus clientes tornaram público, através de cartas aos jornais, seus agradecimentos ao coronel pelos serviços prestados "em difícil emergência, incançavel como foi no mandato que lhe foi confiado, conseguindo a victoria da lei do direito". Garantindo posição de destaque na cidade, o Coronel apoiou o Conselheiro Antonio Prado nas eleições de 1901, tornando-se a partir de então secretário da Guarda Nacional. Em 1904 já não se encontrava mais na Augusta. Mudara-se para a rua do Ipiranga onde se tornou juiz de paz do Norte da Sé em 1907, além de manter-se ativo na Guarda Nacional, cargo que ainda manteve por muitos anos.[476]

A carreira ascendente do Coronel Piedade foi interrompida em 1911, quando foi acusado de utilizar para benefício pessoal dinheiro arrecadado para a Guarda Nacional. Em 1913 surgiu mais uma acusação, a de organizar "jogatina, dissimulada com o nome de Club da Guarda Nacional de São Paulo", segundo seu opositor Tenente Joaquim Antunes, que publicou a acusação em diversos jornais. Com seu clube descoberto e as roletas levadas pela polícia, o Coronel Piedade foi demitido e em seguida tentou o suicídio, sem sucesso. Em 1915, já recuperado da derrocada anterior, fez-se candidato a deputado pelo 1º Subdistrito da Capital, mas perdeu a eleição. Em 1916, Piedade candidatou-se a vereador, desta feita saindo vitorioso. Finalmente, em 1918, após escapar por pouco de condenação por furto, o coronel foi exonerado do cargo de comandante superior da Guarda Nacional, e assim desapareceu por vários anos da cena pública, ressurgindo na década de 1930 como presidente da Associação dos Proprietários de Imóveis de São Paulo. O Coronel Piedade faleceu em 1944.[477]

[475] Fundado em 1898, o Instituto Forense de São Paulo foi uma sociedade de solicitadores e advogados provisionados de foro da capital.
[476] *O Estado de S. Paulo*, 29/03/1900, p. 3; 29/02/1904, p. 2 e 02/10/1904, p. 3.
[477] *O Estado de S. Paulo*, 05/08/1913, p. 10; 07/09/1913, p. 15; 13/11/1915, p. 6 e 25/01/1915, p. 7; 19/10/1916, p. 10; 17/03/1918, p. 9; 17/05/1918, p. 2; 30/09/1944, p. 3.

O último lote desta intersecção permaneceu vazio até 1905, quando os Belleza decidiram investir neste trecho da rua. Neste ano, Antonio Belleza fez construir na esquina norte da Rua Augusta (Figura 112, numero **4A**) com a rua Santa Cruz uma casa térrea com armazém. Com a cozinha localizada nos fundos junto ao W.C., Belleza manteve a entrada para a parte residencial do prédio associada ao negócio. Belleza solicitou ao Prefeito o alinhamento do lote, a permissão para conectar água e esgoto à sua propriedade e em seguida elevar a altura da calçada. Seu pedido já incluíra também autorização para o funcionamento do negócio na esquina.

Nota-se na planta que Antonio Belleza indica ser proprietário do lote vizinho, onde seu parente José Pereira Belleza construiria mais uma casa com armazém no ano seguinte (Figura 112, número **4B**).[478] Desta feita o pequeno armazém dividia a frente para a rua com a sala da residência. A circulação do armazém, nesse caso, se mantinha separada do resto da casa, mas conectava-se diretamente com o quintal. Nesta casa foram previstos dois W.C., um no interior da casa e outro instalado no quintal. Este projeto incluiu um quarto para os criados, que seria também utilizado como quarto para engomar. Os quartos para criados começaram a aparecer em quase todas as construções para os setores médios nesta região da cidade.

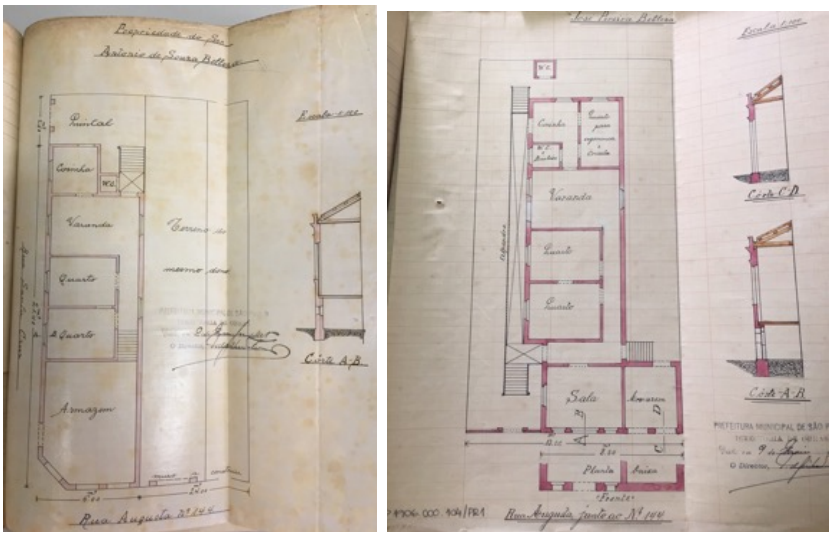


Figura 116: Projeto para residência com armazém na Rua Augusta 144 para Antonio de Souza Belleza, ano 1905. SOP, AHM-SP.
Figura 117: Projeto para residência com armazém na Rua Augusta 144A para José Pereira Belleza, ano 1906. SOP, AHM-SP.

[478] Não sabemos ao certo qual era a relação entre José Pereira Belleza e Antonio Belleza. Supomos que tenham pertencido à mesma família portuguesa de construtores de Joaquim Belleza, Manoel Belleza e José Domingues da Silva Belleza, que foram responsáveis pelas obras de diversos edifícios no centro da cidade, nos bairros do Bexiga, Santa Ephigenia e outros, nos primeiros anos do século XX, como indicado por Lindener Pareto (PARETO, 2011, p. 76 e 96) e Monique Borin (2020, p.188).

O armazém construído por Antonio Belleza foi alugado para João Maria de Almeida até 1912, quando seu parente, José Pereira Belleza, adquiriu o direito de administrar o negócio.[479] Os Belleza e João Maria de Almeida mantinham relações pessoais, frequentando juntos diversas competições de tiro na cidade e outros eventos sociais. Em 1909, José Pereira Belleza e João Maria de Almeida formaram uma comissão de moradores da Rua Augusta para as comemorações da novidade que desde 1901 a vizinhança aguardara ansiosamente. O imbróglio entre a Viação Paulista e a Cia. Light tinha se resolvido e, após muita pressão dos moradores da região, conseguiu-se finalmente que os bondes elétricos retornassem à Augusta. A nova linha, sairia do centro, passando pelo antigo tanque do Bexiga, subiria a Rua Augusta atingindo a avenida Paulista e de lá seguiria em direção a Pinheiros. Para explicar a importância do novo percurso, o repórter indicava que a essa altura a Rua Augusta já contava com mais de 200 prédios e "percorria aquelle trecho que se liga a uma das mais aprazíveis avenidas da capital", a avenida Paulista. No dia da inauguração foram queimados foguetes e baterias. Os convidados foram acompanhados por uma banda enquanto que "em um terreno em aberto, sombreado de arvoredo" foi-lhes oferecida "uma lauta mesa de doces". Além dos moradores e das autoridades, os vereadores Correa Dias e Rocha Azevedo, ministros e representantes da Cia. Light, compareceu o padre Adoniro Alfredo Kraus, "vigário da Bella Cintra, representante de jornaes e outras pessoas" para dar sua benção ao empreendimento[480]

Em apenas uma das esquinas da Rua Augusta, em prédios bastante similares construídos pelos mesmos italianos e portugueses que ergueram a maior parte dos edifícios desta rua, vimos desenrolarem-se os destinos do controverso Coronel Piedade, de um subdelegado, de dois comerciantes e alguns construtores. Não encontramos notícias de suas famílias, esposas, agregados, empregados, clientela, que certamente incluiriam à narrativa mais infinitos detalhes sobre as vidas, as relações e as redes sociais que se formavam em cada ponto da rua, definindo seus espaços e suas qualidades. A Augusta foi se conformando ponto a ponto, ano a ano, por cada um dos habitantes e frequentadores que deixaram suas marcas e conformaram os lugares que compõem essa rua.

[479] *O Estado de S. Paulo*, 26/02/1912, p. 8. Muitas décadas depois, encontramos nesse mesmo prédio o Empório Santa Cruz. Nome dado em homenagem ao antigo nome da rua, que hoje é conhecida como Matias Aires.
[480] *O Estado de S. Paulo*, 03/08/1909, p. 3-4.

VI. As referências, os encontros e os cruzamentos possíveis

Até os anos 1870, fora do triângulo central de São Paulo, os primeiros armazéns localizavam-se dentro das chácaras, junto às paradas dos tropeiros e nas proximidades das igrejas e das capelas. Com a chegada da ferrovia, estes deslocaram-se para as proximidades das estações, onde a circulação era maior.[481] O comércio se deixou guiar pelos caminhos das pessoas pela cidade e, assim, nos demais bairros os armazéns acompanharam as estradas, os caminhos, os pontos de descanso e de ajuntamento de gente.[482] Na virada do século XIX para o XX, uma nova lógica de circulação redistribuiu e reconfigurou as atividades urbanas de São Paulo, com a adição dos bondes, a tração animal, logo substituídos pelos carros elétricos.[483] Para além do centro, os movimentos de entrada e saída da cidade e as relações entre os diversos núcleos de ocupação (que se transformavam de loteamentos em bairros e freguesias) e os velhos caminhos (que se transformaram em ruas e avenidas) definiram os pontos preferenciais para moradia, para o comércio e os serviços que operavam ao nível local.

Na Augusta, a combinação das casinhas com pequenas atividades comerciais trazia movimento à rua que, mesmo parcialmente macadamizada, enlameava-se com as chuvas, interrompendo a subida do bonde e dificultando a passagem dos primeiros automóveis que passeavam por ali. Os mais pobres, comerciantes, pequenos fabricantes e prestadores de serviços, expandiam suas premissas, incluindo fornos para padaria, telheiros para o trabalho em madeira e ferro, cocheiras para as carroças das entregas e balcões para servir a freguesia do bairro. Os indefinidos quintais serviam também para pequenas criações de animais, o cultivo de alimentos e a socialização dos vizinhos. Ruas, córregos, caminhos, trilhas, quintais eram todos interligados até a chegada do bonde e os subsequentes alinhamentos dos terrenos, a construção de cercas e muros, a pavimentação colocando ordem, estabelecendo limites e reinventando as relações entre os espaços

[481] BRUNO, 1953, p. 1053.

[482] Nos bairros que cercaram a Rua Augusta, o comércio instalara-se inicialmente (desde o início do século XIX), ao longo das ruas de Santo Amaro e da Consolação e na direção sudoeste ao longo da avenida Rebouças, cruzando da Cerqueira Cesar para a Villa America pela rua de São José.

[483] Os ramais de bondes a tração animal da Viação Paulista, Bela Cintra e Cemitério iniciam seu percurso na rua Augusta, a partir de 1891, em funcionamento até 1901, ano em que a companhia é posta a leilão e adquirida pela Light & Co. O serviço de bonde somente retornou à Rua Augusta em 1902, como extensão da linha Cerqueira Cesar, conformando a linha 45, que percorre a Rua Augusta da rua Martinho Prado até a avenida Paulista. Entre 1915 e 1918 estende-se a linha de bonde que descia toda a Augusta até a rua Estados Unidos.

públicos e privados. Intermediando as novas configurações, os armazéns tornaram-se lugares de encontro e de socialização da vizinhança.

A calçada e a rua passaram a funcionar como extensão dos negócios que, com frequência, avançavam para dentro das casas. O fogão onde eram preparados os quitutes para a venda ficava ainda no quintal. Lá nos fundos jogava-se também o *bocce* e recolhiam-se as galinhas vivas que, como toda alimentação do dia-a-dia, podiam ser arrematadas no armazém. Enquanto isso as crianças brincavam e ao mesmo tempo ajudavam nos afazeres domésticos e do comércio. Os pequenos caixeiros já a partir dos oito anos trabalhavam de manhã e à noite servindo no balcão, e enfrentando as brigas da bebida excedida, as conversas fiadas dos devedores pedindo crédito, as histórias de amor e traição dos vizinhos. Os proprietários e seus familiares negociavam as mercadorias com as distribuidoras e importadoras, na caderneta anotavam o consumo da freguesia, construíam mais um cômodo para aluguel e para acolher mais um agregado. As dívidas, os impostos, as multas atordoavam os portugueses, os italianos e todos os imigrantes e comerciantes que, com suas misturas de sotaques, se arranjavam para alimentar suas famílias e enviar remessas frequentes àqueles que tinham ficado na terra natal.

Durante o século XX, com ocupação mais intensa dos lotes, os lugares de encontro e de socialização tendiam a convergir para os espaços disponibilizados pela atividade comercial, as oficinas, as barbearias, as padarias e os armazéns. Tanto as atividades dos armazéns transbordavam no espaço das ruas, como os conflitos do cotidiano adentravam seus balcões. A cidade que se modernizava lá fora, a cidade das fachadas alinhadas, das cornijas decoradas e dos impostos proporcionalmente calculados nem sempre se ajustava aos arranjos complexos entre as diversas famílias para pagar as contas, educar-se, festejar e cuidar da saúde sob o mesmo telhado. É tentador explicar a coexistência anacrônica desses vários tempos dentro do conceito carregado de modernidade. Termo que "explica, mas também encobre: encobre diferenças, releituras e ressignificações".[484]

Os armazéns de secos e molhados fizeram parte intrínseca do processo de transformação de São Paulo de "comunidade" em "metrópole", ou, ainda, eles talvez tenham sido representantes evidentes da convivência da comunidade, que nunca deixou de existir, com a metrópole que se

[484] Introdução de *Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*, de Fraya Frehse (2011).

conformava. Os armazéns responderam às transformações da vida urbana durante a primeira metade do século XX como lugares do cotidiano. Ali, a vida doméstica que se desenrolava dentro das casinhas e dos armazéns convivia com a Rua Augusta cosmopolita que importava mercadorias e costumes para satisfazer seus novos habitantes. Os *capomastri* que erigiram as pequenas casinhas foram os mesmos que as reformavam em grandes sobrados e que construíam no centro os novos edifícios-símbolo da pujante cidade moderna.

Nos acervos pesquisados, os velhos projetos e os antigos requerimentos ganharam vida ao encontrarmos – e reencontrarmos – personagens que até há pouco estavam invisíveis, pessoas comuns que através de nossas pesquisas começam a ganhar corpo. Reconhecemos neste capítulo alguns dos protagonistas na construção da Rua Augusta: os construtores das casinhas e dos sobrados "em grupo", os imigrantes açorianos, portugueses e italianos, os investidores, a freguesia e os proprietários dos armazéns de secos e molhados. O cruzamento de trabalhos recentes que pensam a cidade a partir de uma perspectiva plural, evitando naturalizar ou reduzir a diversidade da experiência da urbanidade neste período, nos permitiu aprofundar o entendimento da atuação dos nossos personagens pela cidade. As redes de relações sociais que se estabeleceram através dos armazéns foram muitas e se organizam em teias que incluem os pares: freguês, vendedor; devedor, credor; usuário, proprietário. As relações entre esses pares se alteram dependendo da perspectiva adotada, esfacelando a perspectiva bipolar e evidenciando a complexidade com que se desenvolvem as trajetórias profissionais e as relações humanas na cidade. Encontramos na Augusta membros da família Grecco que escaparam do Bexiga estudado por Ana Lanna (2012) e inauguraram uma padaria e um armazém na Rua Augusta. Ao mesmo tempo, a atuação dos Belleza na Augusta nos fez dialogar com os construtores da Santa Ifigênia examinados por Lindener Pareto (2011) e Monique Borin (2020) e do Bexiga sob as lentes de Sheila Schneck (2016).

Revisitando os lugares sob distintas visadas encontramos nossos personagens, que assim como a São Paulo, estão em constante movimento. Em movimento de construção e reconstrução dos lugares e de suas identidades.

CAPÍTULO 3

Memórias da Rua Augusta

Por muito que deva à memória coletiva é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, significativos dentro de um tesouro comum.
Ecléa Bosi, Memória e Sociedade: Memórias de velhos, 1979.

As lembranças de dois grupos que experienciaram a Rua Augusta nas décadas de 1940 e 1950, divulgadas através das redes digitais, compõem a base empírica deste capítulo. Para o exercício que se segue, adotamos um quarteirão da rua, onde se localizaram duas escolas das Cônegas de Santo Agostinho entre os anos 1907 e 1969. Para entender o lugar que se formou nesta quadra, mapeamos as fronteiras físicas e simbólicas dos alunos no espaço escolar e suas correspondências com suas casas, suas famílias e redes sociais.[485] A proposta aqui é aproximar as lentes na Rua

[485] Utilizamos ao longo deste capítulo o conceito de *lugar* como definido pela geografia e pela antropologia. *Lugar* – grafado em itálico – é um conceito que se confunde com o de espaço, já que ao tornar-se familiar, o espaço se torna *lugar*. Como afirma Tuan (1983): "O espaço transforma-se em *lugar* à medida que adquire definição e significado". Michel Augé (1994) discute o conceito e afirma que "um *lugar* pode se definir como identitário, relacional e histórico", em oposição aos *não-lugares* que carecem dessas três características. Norberg-Schulz também fala do *lugar* como

Augusta para através dela ver a cidade com os olhos de seus antigos habitantes.[486] Buscamos capturar o cotidiano da rua através de suas dimensões materiais (o espaço da escola e da casa); culturais (as práticas e a trajetória dos autores/atores) e simbólicas (as representações do passado) utilizando as páginas digitais como fonte principal.[487] A rua vista como "espaço do coletivo"[488], "espaço praticado" só se "transforma em lugar pela presença do pedestre"[489], pela presença de seus personagens icônicos, que não são ninguém sem a existência dos "heróis anônimos", do "ordinary man"[490]. Ao tomar como objeto a quadra e sua vizinhança imediata, ressurgiram algumas das questões discutidas anteriormente por este trabalho. Reencontramos nesta quadra as oscilações percebidas das fronteiras entre os bairros da Consolação, Bexiga e Higienópolis; as determinações do planejamento da cidade que quiseram fazer da Augusta um eixo conector; o papel agregador do comércio, incluindo os armazéns e os ambulantes; entre outros. No entanto, ao olhar para a rua em escala diferente, novas perguntas surgiram, exigindo ajustar o foco para ver outras dimensões do nosso objeto. Através das páginas digitais encontramos os primeiros rastros de um universo até então invisível para mim e praticamente ausente na literatura e nos periódicos.[491] Dos rastros, as memórias de uma escola para pobres, fizemos o fio que conduziu este capítulo.

O que ficou guardado na memória coletiva da cidade foi o magnífico edifício de Victor Dubugras que serviu de residência para a família Prado-Uchôa de 1902 a 1906. Edifício que se transformou num grande complexo educacional, incluindo o famoso Colégio Des Oiseaux sob direção da congregação das Cônegas de Santo Agostinho. As escolas fecharam, os edifícios foram todos demolidos em 1974 e com eles muitas histórias ficaram soterradas. Entre elas, está a da Escola de

---

"um fenômeno qualitativo 'total', que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta". O *lugar* seria para ele a manifestação concreta do habitar humano. (NESBIT, 2006)

[486] Procuramos superar a condição de "cegueira cognitiva", como propõe Carlos Fortuna, refletindo sobre as palavras de De Certeau: "A visibilidade tem limiares, além dos quais nada mais se consegue ver" (FORTUNA, 2019).

[487] A análise das estruturas simbólicas e de seu poder "constitutivo" nas relações sociais, como sugerido por Bordieu, guiou o esforço proposto por nós (BORDIEU, 1997 apud WACQUANT, 2013).

[488] BENJAMIN, 1982.

[489] CERTEAU, 1988, p. 117.

[490] O "homem ordinário" (*ordinary man*) descrito por De Certeau como um herói anônimo muito antigo (*the anonymous hero is very ancient*), alguém que "em todos os tempos, teria vindo antes de qualquer texto" (*in all ages, he comes before texts*). CERTEAU, ibid., apresentação, s/n.

[491] De acordo com outros pesquisadores que buscaram estudar as escolas para pobres anexas às instituições de ensino confessionais no Brasil, este é um tema difícil para a Igreja, que raramente divulga seus acervos e o histórico das práticas e arranjos que se davam neste tipo de instituição (entre esses pesquisadores: ALAMINO, 2008; LAGE, 2014).

Santa Mônica, a escola dos pobres anexa ao Colégio Des Oiseaux e a história das mais de 400 crianças que esta servia a cada ano, em 45 anos de funcionamento.

*

A Rua Augusta tem significados diferentes para cada geração e para cada grupo que viveu a cidade de São Paulo, mas para todos que a conheceram e frequentaram, ela é lembrada por sua multiplicidade, hibridismo, diversidade e mistura. Esta rua fez e continua a fazer história ao longo de seus 150 anos de existência. Como qualquer outra grande cidade mundial (ou mundializada), São Paulo "cronópolis" responde a muitos tempos, como argumenta Milton Santos (1989)[492]: os vários tempos da cidade são vividos e percebidos de formas diferentes por cada ator, criando no mesmo espaço diferentes contextos e novos lugares. A dimensão humana dos lugares da cidade revela-se em sua relação com as forças que estruturam o espaço ao longo do tempo.

Ao propor novas leituras para esta quadra, nos lembramos que nela estão condensadas diferentes temporalidades das experiências individuais e coletivas do processo de urbanização e de modernização da cidade. A Rua Augusta foi protagonista de histórias importantes que compõem a memória da cidade e, por isso apresenta vários "passados", alguns coletivamente reconhecidos, outros quase invisíveis, ou mesmo sonhados e imaginados. Ao recontar as histórias possíveis desta rua e de seus lugares, trabalhamos com a proposta de mútua fertilização entre memória e história[493] e com a certeza de que "a memória sempre pertence à nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente; a história é uma representação do passado", como afirma Pierre Nora.[494] Assim, apreendemos a cada tempo a história possível para o olhar de seu autor, reinterpretada para os meios que a divulgam.[495]

---

[492] SANTOS, 2018.

[493] Em Memória e História (1982) Le Goff discute a relação da história com a historiografia, contrapondo à hipótese de uma história "imóvel" a noção da ciência histórica como uma prática social; um estudo sobre as representações, buscando tensionar as "verdades" e os "modelos" homogeneizantes através das narrativas de seus personagens; das intersecções entre as diferentes escalas de contextualização dos problemas e do reconhecimento da posição – na sociedade e no tempo – do historiador e de suas fontes.

[494] Pierre Nora (1993), como Le Goff, questiona a possibilidade de se construir uma história estática, pois ela "é sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe" (p. 7). Ainda segundo Nora, "é a memória que dita e a história que escreve". (p.24)

[495] O caso da demolição do Palácio Monroe no Rio de Janeiro, revisitado por Fernando Atique através da análise de postagens recentes na *internet* sobre o tema, é um exemplo de como a reconstrução histórica incorpora hoje novas vozes na formação da memória coletiva da cidade. O emblemático Palácio Monroe se manteve, para além de sua

AS FONTES

Para desenvolver este capítulo trabalhamos primariamente com as memórias disponibilizadas pelas plataformas digitais.[496] A utilização de depoimentos pessoais e diálogos virtuais, nos pareceu interessante recurso a ser explorado neste estudo das representações da Rua Augusta. Foram selecionadas as fontes digitais que se referem, por meio de depoimentos pessoais (ou de reprodução destes), às experiências humanas, às relações sociais, à configuração cultural e físico-material do objeto de estudo, as diferentes ocupações de uma quadra na Rua Augusta e suas vizinhanças mais imediatas.

Ao desenvolver pesquisa nos meios digitais, atentamos para o caráter aberto e fragmentado das fontes de origem exclusivamente virtuais, sujeitas ao constante fluxo das redes que, por vezes, se modificam de maneira imprevisível. Desenvolvemos critérios para seleção das informações recolhidas das fontes digitais, priorizando aquelas qualitativas e desconsiderando as que se pretendiam informativas, técnicas ou quantitativas. Fonte tanto nebulosa quanto efêmera, foi ela que nos ofereceu as primeiras e as últimas pistas que guiaram esta pesquisa. Na internet os autores aparecem, mas também desaparecem num piscar de olhos, e com eles vai-se o "livro" e toda a cadeia de personagens e informantes que serviram para construir esta história.[497] A fim de

arquitetura e das atividades que abrigou, como um "depositório de representações, deflagrador de memórias e suporte material de referenciais urbanos". (ATIQUE, 2016, pp.149-175)

[496] As páginas digitais são todas apresentadas em *websites* (ou sites) que podem incluir a função *blog* (blogue em português) ou não. Por definição *websites* são lugares (ou sítios, na tradução literal) dentro de um conglomerado de redes eletrônicas interconectadas, mais conhecido como *internet*. Website refere-se a uma página ou a um conjunto de páginas relacionadas entre si que podem ser acessadas através da internet através de um endereço eletrônico, ou um sítio eletrônico. Os websites apresentam conteúdo estático, sem permitir interação do usuário. Determinados websites incluem blogues ou outras formas digitais que permitem ao usuário adicionar novas informações (textos ou imagens), interagir (preencher formulários, fazer compras, etc.) e participar da construção de seu conteúdo. Os blogues, assim com as redes sociais, foram construídos para permitir a atualização constante do conteúdo através da interatividade. Pela própria natureza do sistema, o controle do conteúdo publicado é limitado. Neste trabalho utilizamos os blogues e uma página privada das redes sociais como fonte, minimizando com esta restrição, a complexa discussão sobre o significado e as questões que envolvem as redes sociais. Tanto a página privada da rede social (um grupo fechado de ex-alunas do Des Oiseaux no Facebook) e os blogues que utilizamos (entrevistas no Museu da Pessoa; depoimentos e comentários do blog São Paulo Minha Cidade da Secretaria do Turismo da Cidade de São Paulo; do blog Memórias de Sampa e do programa de rádio de Milton Jung para a rádio Conte Sua História de São Paulo), foram estabelecidos de forma que seu administrador pudesse manter controle sobre o conteúdo, através de revisões periódicas que precediam qualquer nova publicação. Não utilizamos nesta pesquisa as páginas digitais pessoais, que traduzem explicitamente as ideias de seu autor e não passam por qualquer sistema de controle de seu conteúdo.

[497] Buscamos nas páginas digitais os indícios que pudessem caracterizar o autor do depoimento, para compreender a origem de cada "olhar". Em alguns casos, conseguimos localizar os autores das postagens e realizamos com estes,

minimizar as potenciais desvantagens desta fonte, ressaltamos que o cruzamento das informações encontradas na pesquisa virtual com outras fontes mais tradicionais de pesquisa, fotografias e projetos arquitetônicos, jornais e periódicos, trabalhos acadêmicos e livros autobiográficos, se fez especialmente importante neste capítulo. Enquanto expõem suas memórias, os autores das páginas digitais reinterpretam seu passado sob a perspectiva do presente. Depoimentos dos vários atores – que se organizaram em diferentes grupos: as antigas alunas e professoras de uma ou outra escola, os comerciantes, trabalhadores e moradores do bairro – revelaram a coexistência de diferentes instâncias produtoras de valores culturais e das referências identitárias que contribuíram na construção do habitus.[498] O reforço ao senso de pertencimento a cada um dos grupos é trazido pelo compartilhamento e pelos comentários, que adaptam a narrativa através da "arte de conversar", que como descreve De Certeau, pode se transformar em "um tecido oral sem proprietários individuais". A arte da conversa é capaz de "manipular 'lugares comuns' e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los 'habitáveis".[499] A conversa digital permitiu, de certa forma, o entrelaçamento das memórias individuais em um tecido coletivo.

A metodologia adotada para o exame dos textos digitais implicou em três etapas: seleção das bibliotecas digitais, os *websites*, por sua temática, estabilidade e confiabilidade, e seleção de autores; pela qualidade do texto (conteúdo e identificação do autor), e, por fim, a seleção das postagens que se referiam aos lugares que compuseram a Rua Augusta, o que implicou na inclusão, ao mesmo tempo, de toda a ilimitada cadeia de discussões e comentários despertados por cada entrada. Para

entrevistas pessoais. Ao todo foram sete entrevistas com três ex-alunas dos Colégio Des Oiseaux e quatro com ex-alunos da Escola de Santa Mônica.

[498] O conceito de *habitus* pode ser entendido como constituinte da reformulação proposta pelo sociólogo francês Pierre Bordieu para a questão de classe, enquanto categoria de análise. Loïc Wacquant descreve os conceitos-chave propostos por Bordieu em quatro "deslocamentos": "de classe para espaço social; de consciência de classe para *habitus*; de ideologia a violência simbólica e de classe dirigente a campo de poder". Enquanto parte dessa rede conceitual, em que a vida social só pode ser entendida sob um ponto de vista relacional, para Wacquant, *habitus* seria "uma articulação em camadas das relações sociais depositadas dentro de corpos individuais, na forma de esquemas mentais de percepção e apreciação. Através do *habitus* e da posição ocupada (campos ou instituições), as pessoas experimentam internamente e constroem ativamente o mundo vivido" (WACQUANT, 2013).

[499] Essa sequência faz parte de um trecho em que De Certeau propõe uma comparação à arte da leitura com a "arte da conversa", enquanto uma das práticas que transformavam as "situações de palavra', de produções verbais" em manifestações culturais (CERTEAU, 1988, p. 50).

analisar os textos digitais, buscamos contrapor as lembranças e as experiências dos autores à materialização dos espaços e às narrativas generalizantes, como veiculadas por outras fontes.[500]

Trata-se de difícil tarefa identificar a origem e o contexto dos autores e protagonistas dos blogues e das páginas digitais, assim como o conteúdo das postagens. Isso se dá pois em sua maioria os autores não são profissionais, por mais que sejam comprometidos com a função de blogueiro ou de leitor. Tampouco pode-se precisar as motivações, a dedicação e o comprometimento dos autores com as postagens e com seus receptores. O que se pode inferir são alguns espaços e temas comuns, que, acompanhados pela memória afetiva, nos dão indicações sobre a qualidade do tempo-espaço que estamos estudando: a maneira pela qual este foi percebido, como se organizava em determinado contexto e como ficou representado na memória.

As redes digitais modificaram completamente o modo como nos relacionamos com a informação, transformando a forma como percebemos o espaço e o tempo. Os meios digitais abriram a conexão entre pessoas que não poderiam se encontrar por outros meios e agilizaram a troca de conteúdo entre internautas e o público em geral. Os blogues são avessos a um controle sistemático e, ao contrário das mídias tradicionais, nos parecem mais "honestos e verdadeiros" quando estão livres de qualquer atividade lucrativa.[501] Hoje existem autores de páginas digitais que se converteram em líderes de opinião e tornam-se cada dia mais populares, gerando discussões que já não podem mais ser ignoradas pela academia, apesar das dificuldades do trabalho com essa fonte. Esta pesquisa possibilitou recuperar memórias e resgatar algumas informações inéditas, ainda que estas estejam intrinsecamente mergulhadas em seu meio digital. De alguma maneira, pode-se considerar

[500] Narrativas que construíram a imagem dos diferentes trechos da Rua Augusta em diferentes tempos como "rua comum", "acolhedora da diversidade", "rua democrática", "rua das prostitutas", "rua das baladas", etc. Alguns estudos discutem a imagem e a composição histórica da Rua Augusta: A dissertação *A Rua Apropriada: estudo sobre as transformações e usos urbanos da Rua Augusta (São Paulo, 1891-2012)* de Felipe Melo Pissardo, defendida em 2013; a tese de Maíra Andrade, *Rebeldia pronta para o consumo: a construção da cultura juvenil no Brasil dos anos 1950-60*, de 2016; a dissertação de Teresa Malafaia, *A memória no resgate do passado: a Rua Augusta em São Paulo*, de 2016; o artigo de Yara Schreiber Dynes, *Rua Augusta, imaginários urbanos em diálogo,* de 2011. Além desses trabalhos acadêmicos, existem inúmeros trabalhos artísticos (artes plásticas, moda, música, teatro, performances) e literários (romances e revistas) que tratam da Rua Augusta, com foco nas décadas de 1950 a 1970.

[501] Outras plataformas digitais, como Instagram e YouTube, por exemplo, se aproveitam do grande sucesso de alguns de seus usuários e têm convertido suas postagens em negócio altamente lucrativo. Assim, muitos de seus autores convertem suas postagens em propaganda de costumes, de produtos, de marcas, etc.

os blogues como uma forma de "periodismo cidadão", que dá voz a grupos que estiveram invisíveis até que o meio digital possibilitou sua manifestação.[502]

De início, a pesquisa em trabalhos acadêmicos e através dos jornais revelou a reconhecida representação deste lugar: uma quadra da Rua Augusta, ocupada pela notável Vila Uchôa; adotada pelo aristocrático Colégio Des Oiseaux e, já no século XXI, palco dos polêmicos projetos e debates para o Parque Augusta. A tese de Graziela Perosa (2005) sobre três escolas confessionais, incluindo o Colégio Des Oiseaux, informou esta parte da pesquisa. A autora percorre o histórico de três instituições para entender as relações entre a escola e a trajetória futura das alunas.[503] No nosso caso, a adoção do *lugar* que se formou nesta quadra definiu a escala e a metodologia, a unidade de observação e os limites propostos para análise. As experiências individuais e familiares – os pequenos mundos de cada cidadão – conformaram a estrutura micro social particular que estudamos. Ao se relacionar e interagir com a estrutura macrossocial – composta pelas disposições institucionais e sócio-políticas – as várias identidades deste *lugar* na Rua Augusta foram se definindo.[504]

Nas páginas digitais encontramos referências a uma escola para crianças pobres (a Escola de Santa Mônica), que se localizou num canto da quadra em questão, com entrada pela Rua Augusta. Diferente das estudantes do Colégio Des Oiseaux, seus alunos viviam nas vizinhanças e conheciam bem aquelas ruas e seus habitantes. Das conversas virtuais entre seu ex-alunos obtivemos notícias do cotidiano que se desenrolaram nas calçadas, nas casas e neste trecho da Rua Augusta. As fontes virtuais expuseram representações distintas daquelas mais divulgadas por outros meios, revelando um "novo" passado e instigando novas interpretações. O exame dos projetos de obras particulares

[502] O "periodismo cidadão", também conhecido como "periodismo 3.0" ou "periodismo cívico" é um fenômeno que faz frente aos meios tradicionais, ao incorporar manifestações em modelo "bidirecional e simétrico", que contrasta com os modelos "unidirecionais e assimétricos dos meios tradicionais", posicionando-se criticamente a esses modelos, dando à comunidade a prerrogativa de filtrar os conteúdos. (p.68-69) Ainda assim, em 2006 o autor acreditava que os *weblogs* não deveriam substituir os periódicos tradicionais, mas serviriam como complementares a eles. (ORIHUELA, 2006, p. 73) Hoje, José Luís Orihuela estuda a expansão das redes sociais que vieram a substituir os antigos blogues (analisados por ele no início dos anos 2000), em movimento que tem polarizado as diferenças e beneficiado as atitudes de "confrontamento, medo, irracionalidade e choque". O autor adverte a urgência em promover ferramentas para a utilização crítica dos meios digitais, possibilitando uma "alfabetização digital" da sociedade. (ORIHUELA, 24/9/2021. *Tradução minha*. Disponível em: <https://www.zendalibros.com/jose-luis-orihuela-internet-redes-sociales-favorecen-a-los-extremos/>. Acesso em 12/2/2022)

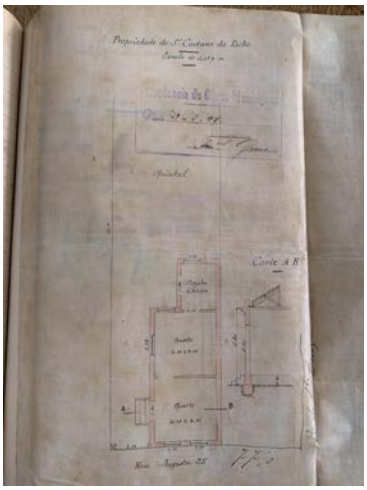
[503] Graziela Perosa (2005) acompanhou em seu estudo, ex-alunas do Colégio Des Oiseaux na década de 1940, buscando compreender as correspondências entre as trajetórias escolar, familiar e profissional dessas mulheres.

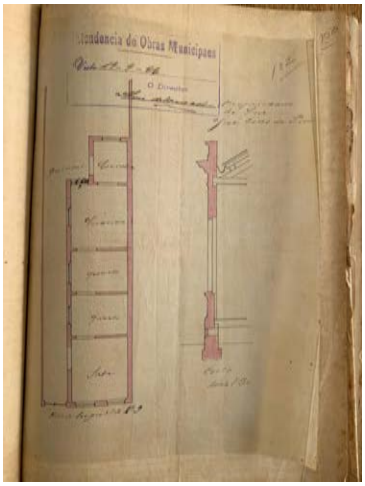
[504] Os conhecimentos sobre o *lugar* serão aqui "ancorados no nível microsocial", como proposto por Agier (2011).

deste trecho da Rua Augusta, os documentos e as fotografias encontrados no acervo das Cônegas de Santo Agostinho trouxeram a Escola de Santa Mônica à superfície, permitindo o cruzamento com as informações encontradas nos meios digitais. Com estas diversas fontes em mãos, a tarefa deste capítulo foi a de fazer uma leitura do cotidiano e através dele problematizar as questões sociais da exclusão, da formação do habitus e das identidades daqueles que habitaram este lugar.

I. PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO

Como já vimos, Veridiana da Silva Prado possuía duas chácaras nas proximidades do centro da cidade, a primeira na avenida Higienópolis e outra que se estendia da rua da Consolação até as bordas da Chácara do Bexiga. A primeira ocupação da Chácara da Consolação constituiu-se do casarão de Dona Veridiana e de pequenas casas que abrigavam seus trabalhadores – cocheiros, carpinteiros, marceneiros e outros – e também botequins e armazéns de secos e molhados, onde se comercializavam alguns produtos para consumo local. Até meados do século XX, esta chácara, como outras, manteve-se produtiva, suprindo as demandas locais, complementadas pelo comércio da "cidade". Na vizinha chácara do Capão, cortava-se lenha, fabricava-se pão, criavam-se animais para corte e cultivavam-se outros alimentos. Entre os anos de 1893 e 1912 os trabalhadores do Capão moravam na rua Frei Caneca, na rua Bella Cintra, na Rua Augusta e nas vizinhanças em pequenas casas de porta e janela, onde também mantinham seus armazéns e oficinas.





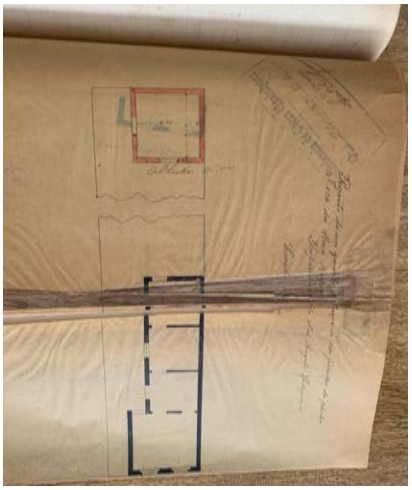


Figura 118: Projeto casas operárias na Rua Augusta 9A e 25 para José Dias de Pinho e para Caetano da Pacha (pelo construtor Michele Delcima), ano 1897, SOP, AHM-SP.
Figura 119: Projeto de quarto para lenha nos fundos do lote da Rua Augusta 134 para Angelo Lodigiani, ano 1898. SOP, AHM-SP.

Ao mesmo tempo em que se construíam pequenas casinhas dispersas nos terrenos que se urbanizavam, as terras de Veridiana se preparavam para o parcelamento. Em torno da rua da Consolação, onde se situou a sede da chácara, fez-se construir em 1873 o Colégio Morton ao lado da Igreja da Consolação. A partir de 1901, o edifício ocupado pelo colégio foi ocupado pelo Seminário das Educandas.[505] Alguns metros mais abaixo, encarregou-se o arquiteto Tommaso Gaudenzio Bezz de projetar um velódromo para a cidade em 1890. Reformado para receber mais um estádio para os jogos de futebol, tornou-se a primeira sede do São Paulo Athletic Club (hoje Clube Atlético Paulistano).[506] Este não foi o primeiro clube de futebol na área, Veridiana já havia doado em 1888 as terras necessárias para o clube inglês SPAC abrir seus campos. O futebol tornava-se popular por toda a cidade e era também praticado nos campinhos do Bexiga e da Bella Cintra.

Veridiana mudara-se para a Vila Maria (1878-1884), na região onde se desenvolveria o bairro de Higienópolis. Em 1890, ao tempo em que seu filho foi prefeito da cidade, Veridiana fez aprovar a abertura de uma rua nova, que se chamou Caio Prado. Essa rua foi desenhada como continuação da rua Dona Maria Antonia, fazendo a ligação entre os bairros de Higienópolis e Consolação. Com este projeto, as terras remanescentes da chácara valorizaram-se, facilitando sua comercialização. A este tempo abriram-se novas ruas entre a Consolação e a Rua Augusta (entre elas as ruas Marquês de Paranaguá e Antônia de Queirós). Em 1901, Evangelina da Silva Prado e Flávio Uchôa construíram na rua Caio Prado sua casa na cidade. O casal viveu por ali até 1906, quando a propriedade foi vendida pra saldar as dívidas da família. No final de 1906, após dois leilões seguidos, a propriedade dos Uchôa foi finalmente arrematada pelas Cônegas (belgas) de Santo Agostinho, recém-chegadas na cidade.

[505] O Seminário das Educandas dirigidos pelas irmãs de São José ficava "na rua da Consolação, em frente à travessa deste nome e ao lado da Matriz. Occupa um prédio velho, que tem passado por diversos reparos. É custeado pelo governo estadoal e se destina a receber 100 meninas, orphãs de pai ou de mãe, que recebem educação e instrucção até a edade de 18 annos, findos os quaes são aos pais ou tutores, que lhes dão conveniente destino" (PINTO, 1900, p. 120-121).

[506] Em 1915, o terreno utilizado pelo clube foi desapropriado para a abertura da Rua Nestor pestana, permitindo a conexão da Rua da Consolação com a Martinho Prado, e indiretamente com a Rua Augusta. O clube transferiu-se então para nova sede na esquina da Rua Estados Unidos com a Augusta, junto ao Jardim América, onde permanece até hoje.

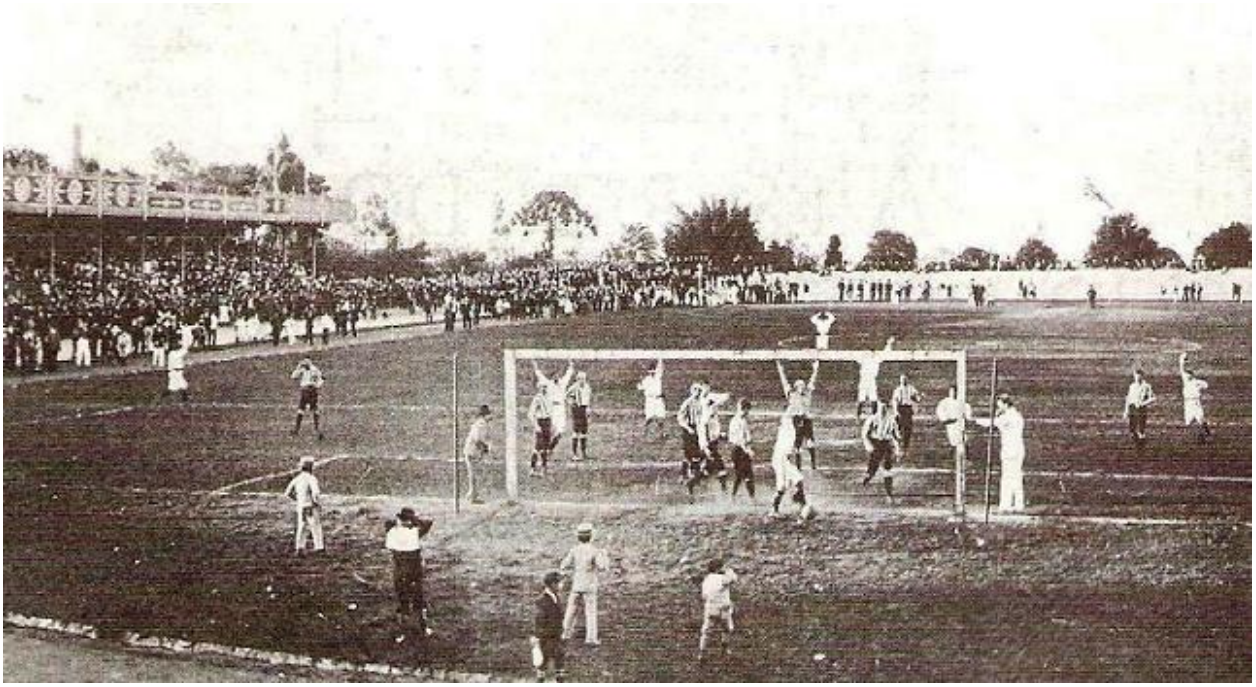


Figura 120: Gol do Paulistano, no Velódromo da rua da Consolação, 1902. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paulistano_-_S%C3%A3o_Paulo_Athletic_-_Vel%C3%B3dromo_-_1905.jpg. Acesso em 17/3/2022.

Ainda em 1907, foi aberta a rua Olinda, que fazia a ligação entre a rua Caio Prado e a Igreja da Consolação, e onde alguns anos mais tarde instalou-se a Escola Alemã (1913) [507]. Nas próximas décadas, diversas instituições de ensino privado foram abertas para servir aos bairros que se adensavam na região. Além do Colégio Des Oiseaux (1907-1974) e da Escola de Santa Mônica (1921-1969), havia o Colégio São Luís (1918) e o Pais Leme na esquina com a Rua Augusta (1948-finais de 1960), na alameda Santos operavam o Colégio Preparatório Elvira (Sabino) Brandão (1904/1915) e o Colégio Dante Allighieri (1911), além de outras escolas menores. Do outro lado da rua da Consolação, havia o Colégio Mackenzie (desde 1877) e o Colégio Sion (de 1901).

Os colégios católicos que se instalaram na cidade de São Paulo a partir de finais do século XIX serviam aos descendentes dos proprietários rurais que iniciavam o processo de transferência de suas famílias para a capital.[508] Desejando replicar para seus descendentes a educação que haviam recebido nas escolas católicas da Europa, essas famílias receberam com entusiasmo a opção de

[507] A Escola Alemã foi fundada em 1878 com o nome de Deutsche Schule no centro da cidade e transferiu-se para a rua Olinda em 1913. Mudou-se para sua atual sede no Morumbi em 1974, já com o nome de Colégio Porto Seguro.
[508] A pesquisa de Graziela Perosa (2005) indicou que dezessete novas escolas confessionais foram abertas entre 1858 e 1919, sendo treze destas inauguradas entre 1901 e 1919.

enviar seus filhos e filhas para estudar nas escolas da cidade. Tanto melhor se essas novas escolas tivessem afiliações com aquelas já reconhecidas, no interior ou mesmo em outros países. Caso do Colégio São Luís, fundado em Itú em 1867 e transferido para São Paulo em 1917 e do Colégio das Cônegas de Santo Agostinho, que se pretendia uma filial do Notre-Dame des Oiseaux de Paris. Já na primeira década do século XX, o público-alvo crescera e não era mais somente composto pelas filhas dos fazendeiros do café, mas por profissionais liberais e funcionários públicos, e por aqueles ligados à nascente indústria, comércio e também ao setor financeiro.

Para os setores médios menos abastados, havia as escolas públicas no centro da cidade e nas proximidades, como o Grupo Escolar São Paulo (hoje denominado Colégio Marina Cintra) instalado na rua da Consolação. Esta região ofereceu também para os setores médios a opção de pequenas escolas privadas e assistencialistas. Algumas apenas com ensino primário e outras com ensino secundário, as últimas com currículo focado na produção de mão-de-obra para a indústria e para os serviços, com ensino técnico e profissionalizante. Para os operários fundou-se em 1915 a Escola Preliminar Operária noturna e masculina no edifício da fábrica de calçados Melillo, na Rua Augusta, 23. Pioneira na educação para os pobres da região, Anália Franco estabeleceu desde 1911 uma escola primária na Rua Augusta 154 para alfabetização de meninas.[509] Por breve período, entre 1911 e 1917, funcionou também, ao lado da Escola Alemã, o Instituto Universitário de São Paulo, que oferecia cursos superiores em Direito e Medicina.[510] Mais tarde surgiu, no mesmo terreno do Colégio Des Oiseaux, o Instituto Sedes Sapientiae (desde 1933) que, antes de se mudar para nova sede nas Perdizes, foi incorporado pela Pontifícia Universidade Católica a partir de 1946. As diversas escolas (algumas delas marcadas na Figura 121 com pontos brancos) surgiram para atender os bairros que se adensavam nesta região, que se caracterizou por uma ocupação tão diversa quanto as instituições de ensino que as serviam.

[509] A filantropista Anália Franco fundou dezenas de escolas, asilos para crianças órfãs, albergues, instituições femininas, além de estabelecimentos artísticos e musicais no interior e na capital de São Paulo.

[510] PISSARDO, 2016, p. 70. Em finais da década de 1950, instalou-se nesse mesmo edifício ao lado da antiga Escola Alemã, o Instituto Ozanan, que oferecia cursos técnicos, como contabilidade e secretariado. Alguns dos ex-alunos da Escola de Santa Mônica se formaram nessa instituição.



Figura 121 Mapa com pontos de referência e escolas que serviram esta região em diferentes períodos, como indicado no texto, sobre pormenor da Planta da Cidade de São Paulo, por Alexandre Cococi & Luiz Fructuoso Costa, 1913/14.

O maior empregador de toda a Rua Augusta esteve por muitas décadas localizado na esquina com a rua Caio Prado, no edifício construído por Miguel Melillo. Inicialmente instalada na rua de São Bento, a fábrica de calçados transferiu-se em 1910 para nova sede, junto à residência de seu proprietário e de seus sócios, que viveram na Rua Augusta até 1918. O edifício ocupava quase metade da quadra entre a Rua Augusta e Frei Caneca e as ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá (ver Figura 122, adiante).



Figura 122: Projeto da Fábrica de Calçados Melillo na Rua Augusta esquina com a rua Caio Prado, construída por João Gallo em 1910, de propriedade de Miguel Melillo. SOP, AHM-SP.

Heloisa Barbuy nos conta que desde os primeiros anos, ainda no centro da cidade, a fábrica de Miguel Melillo mantinha preferência pelos trabalhadores imigrantes e que "não tinha um só operário nacional, ali trabalhando 205 estrangeiros".[511] Os jornais nos informam que haviam ainda duas outras grandes fábricas de sapatos na cidade, a Clark e a Rocha, onde também a preferência era dar emprego aos estrangeiros.[512] A participação do imigrante na indústria que se expandia na capital foi marcante durante este período, principalmente nos setores da alimentação e do vestuário. Na Rua Augusta e vizinhanças, além da indústria, estes tiveram participação também na construção, nos serviços e no comércio, como vimos. Esses trabalhadores compunham um grupo que não era unificado, já que atuavam em diferentes níveis e condições dentro da indústria e do comércio: podiam ser proprietários ou operários, pequenos ou grandes comerciantes, investidores ou pedreiros. Entre aqueles que proviam os serviços para a região encontravam-se marceneiros, mecânicos, costureiras, além dos profissionais como os médicos, dentistas, advogados, engenheiros e funcionários públicos. A Melillo operou sob a direção da família até 1921, quando faleceu o proprietário, ao que seguiu o leilão dos bens e a nova direção, sob o nome de Bordallo.[513] Na década de 1930 já estava instalada no mesmo prédio da Melillo a gráfica Salles de Oliveira[514]. Apesar de oferecer emprego para mais de 200 trabalhadores, esta gráfica guardou um histórico de constantes problemas trabalhistas, figurando nos jornais dos anos 1950 em processos promovidos pelos trabalhadores contra seus proprietários.[515]

As primeiras quadras da Rua Augusta, entre a rua Martinho Prado e rua Dona Antonia de Queirós, sofreram grandes transformações a partir de 1912, com a derrubada das pequenas

[511] Segundo Bandeira Junior (BARBUY, 2006, p. 202).
[512] Em 1912 houve um grande movimento dos funcionários da fábrica de Sapatos Rocha, que utilizaram as premissas da Melillo para suas reuniões. O motivo não era a direção geral da fábrica, tampouco os salários, mas sim o mestre geral do estabelecimento, um espanhol que destratava todos os funcionários que não fossem seus conterrâneos. Os operários exigiam a sua demissão (*O Estado de S. Paulo*, 31/03/1912, p. 6).
[513] *Folha da Noite*, 15/09/1921, p. 6.
[514] A partir de 12/11/1947 a firma Salles de Oliveira e Cia. (fundada em 1900) sob a razão social de Industria Gráfica Siqueira, manteve suas atividades, mas agora transformada em sociedade anônima. Em fins de 1949, as ações foram vendidas a um grupo financeiro que passou a dirigi-la, incluindo o ex-prefeito da cidade Sr. Ademar de Barros (*O Estado de S. Paulo*, 25/06/1954, p. 5).
[515] Entre os acionistas da empresa, destacamos Ademar de Barros, o acionista majoritário da gráfica Salles & Oliveira a partir de 1949. Desde 1941, a companhia já enfrentava inúmeros processos trabalhistas, por falta de pagamento dos funcionários, por descumprir decisões da justiça e os acordos com o sindicato para aumento dos salários, entre outros. A postura irredutível da companhia acentua-se a partir de 1954, levando seus empregados a greves sucessivas, às quais seguiam-se demissões em massa, sem a devida compensação. (*O Estado de S. Paulo*, 25/6/1954; 18/11/1955; 15/12/1955; 27/11/1957)

habitações e a substituição por casas maiores, que foram ocupadas por famílias dos setores médios mais abastados, como médicos, advogados, engenheiros, grandes comerciantes e empresários ligados à crescente indústria e à administração pública.[516] Alguns edifícios com projetos de arquitetos renomados, como Victor Dubugras, Ramos de Azevedo e Carlos Eckman povoaram as três primeiras quadras da Rua Augusta, refletindo as ambições de seus proprietários em compartilhar da grife arquitetônica que servia os grupos de elite.

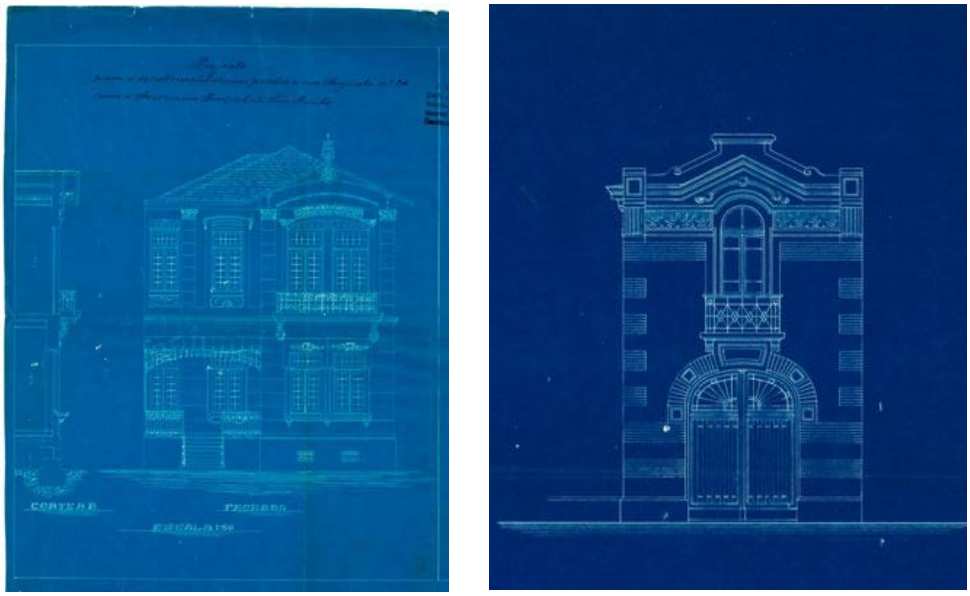


Figura 123: Sobrado e garagem na Rua Augusta 24, construídos pela Associação Predial de São Paulo para o Coronel Frederico Branco, com projeto elaborado pelo escritório Ramos de Azevedo, ano 1912 e 1913. SOP, AHM-SP.

O sobrado do Coronel Frederico Branco, fazendeiro e vereador de São Paulo[517] exemplifica a tipologia construtiva que delineava as quadras em torno do Colégio Des Oiseaux, com planta que atendia as aspirações de seus moradores: um gabinete para o proprietário, separado do restante da casa e o quarto de costuras, reservado para as mulheres. Entre a área social e as áreas de serviço, a copa fazia a transição. O ecletismo adotado como a estética da belle époque combinava a forma arquitetônica com os ideais do "morar à francesa". [518] No ano seguinte à sua construção, o Coronel encomendou a adição de uma garagem com aposentos no pavimento superior.

[516] Identificamos a atividade profissional dos moradores desta região por anúncios de consultórios médicos e advogados nos jornais: Il Pasquino Coloniale e Jornal O Pirralho (1910-1917) e também nos Lançamentos da Indústria e Profissões (1915-1934), AHM-SP.

[517] *O Estado de S. Paulo*, 07/4/1909; 21/05/1907, p. 2.; 23/04/1912, p.7

[518] "A casa do Ecletismo nos faz lembrar um disco voador caído de surpresa, numa cidade modorrenta, numa tarde de mormaço, espantando a todos [...] para possibilitar plantas e espaços inspirados em revistas europeias, onde

Foram tantas as obras durante o ano de 1912, que a parte baixa da Rua Augusta se tornou intransitável, com "diversas e pesadas carroças, cheias a mais não poder ser", puxadas por "pobres burros, mortos de cansaço e com o costado cheio de pancadaria". Armava-se ali um "espetáculo selvático", com os condutores dando pancadas sobre os animais para diminuir o atraso dos carros dos bondes.[519]

Além das dificuldades dos condutores e dos operários com os vários acidentes que se sobrepunham nas obras, nos bares e na rua, estas três quadras preparavam-se para receber seus novos habitantes.[520] Neste mesmo ano, a Companhia Telephonica do Estado anunciava a extensão de suas linhas para as ruas Caio Prado e Martinho Prado, em esforço do engenheiro norte-americano que viera a São Paulo para organizar o serviço da companhia na capital "nos moldes dos mais adiantados, de acordo com os preceitos modernos".[521] Mudavam-se os pobres, chegava o progresso e os mais ricos demoliam as velhas casinhas. Para abrir o caminho, os terrenos eram vendidos a prestação para novas construções (pelo menos cinco somente neste trecho em 1912); fecharam as portas um botequim de esquina, uma pequena fábrica de malas, um armazém de secos e molhados. Para manter a ordem, os fiscais intimavam os relapsos proprietários a acabar com os formigueiros e a cortar o mato dos terrenos.[522]

Adelina Oliveira, engomadeira de 56 anos vivia a poucos metros de toda essa balburdia e, "desesperada" com o excesso de trabalho que "dia a dia lhe aumentava" tentou se suicidar com "naftalina dissolvida num líquido qualquer".[523] A modernidade se apossava da Augusta e enquanto isso Ernesto Rossi continuava vendendo uvas e parreiras em sua chácara da rua Frei Caneca, a apenas uma quadra dali.

---

haveria de ser satisfeita uma programação nova, alheia ao trivial cotidiano. [...] O 'morar à francesa' pressupunha a divisão da moradia em três zonas distintas: a de estar e receber, a de repousar e a de serviço. Necessariamente devia-se ir de uma para a outra, sem passar pela terceira." (LEMOS, 1993, p. 101-104).

[519] *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1912, p. 7.

[520] A casa de Antonio Massariol, localizada na Rua Augusta 170 foi reformada em 1915. No requerimento, o proprietário justificava a necessidade do projeto para "construir alguns annexos nos fundos do prédio de sua propriedade, na Rua Augusta 170, annexos esses indispensáveis numa casa de família [...]. Esses annexos são: Latrina de creados, tanque de lavar roupa, quarto para lenha e um barracão para depósito de moveis e outros objetos de usos domésticos" (Requerimento para reforma da casa de Antonio Massariol na Rua Augusta 170, 1914. SOP, AHM-SP).

[521] *O Estado de S. Paulo*, 23/04/1912, p. 12.

[522] *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1912, p. 6.

[523] *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1912, p. 7.

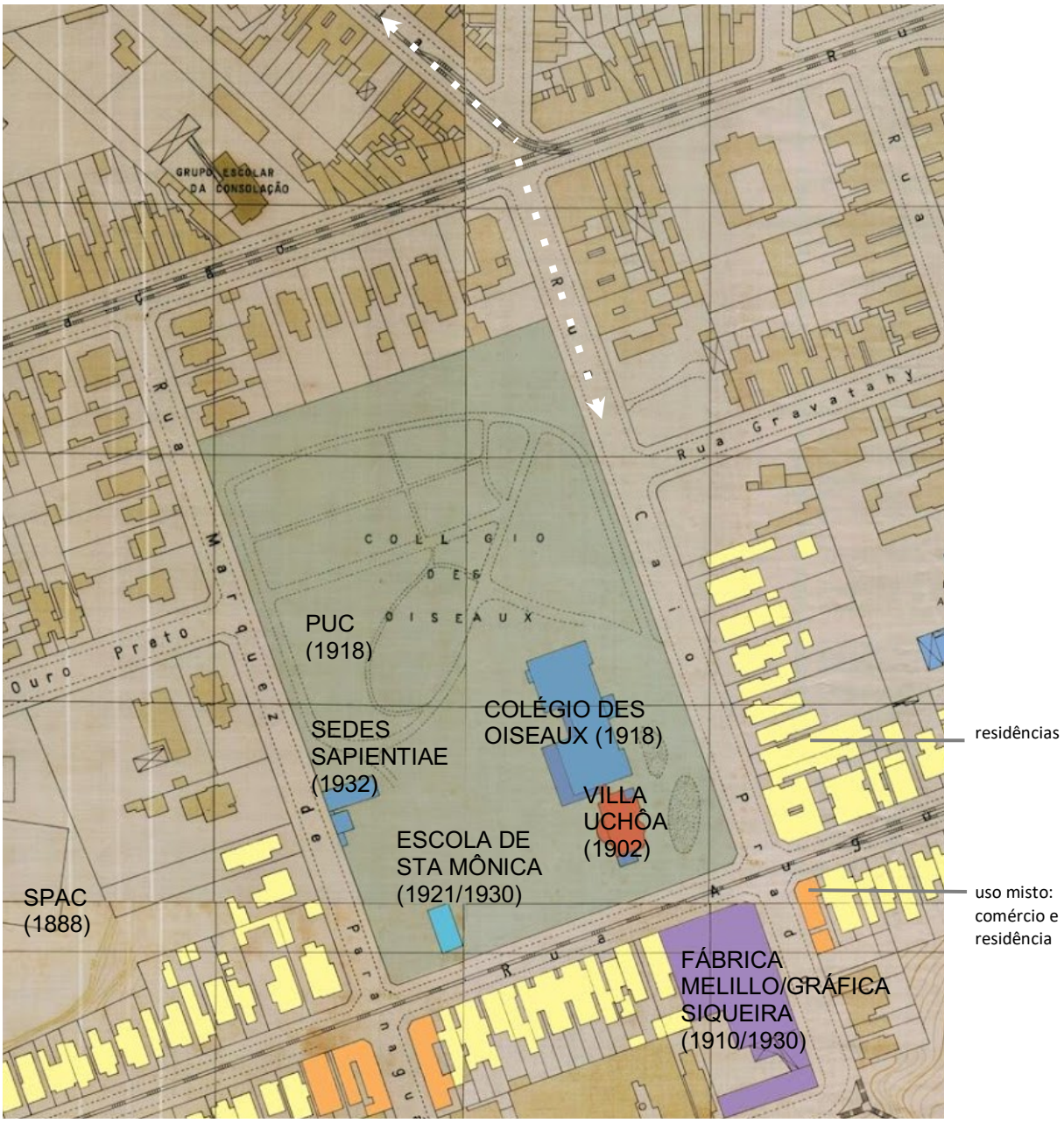


Figura 124: Mapa da Vila Uchôa/Colégio Des Oiseaux e Escola de Santa Mônica indicando as datas de fundação/construção, sobre pormenor do mapa Sara Brasil de 1930.

Entre 1918 e 1920 foram emitidas 16 licenças para consultórios médicos, dentistas, escritórios de advogados, um construtor e uma parteira. A fábrica de calçados Melillo ampliou sua planta e abriram-se uma loja de fazendas e armarinhos, uma quitanda e dois armazéns de secos e molhados. O uso comercial se ampliou nos anos seguintes, com o aumento dos consultórios e escritórios para profissionais liberais, a abertura de uma oficina mecânica, um estabelecimento para torrefação do café, uma casa para aulas particulares e uma casa de massagem. Entre 1920 e 1921, um novo surto

de obras tomou mais uma vez estas três primeiras quadras da Augusta. Em dois anos foram construídas mais duas casas térreas, quatro sobrados soltos no lote e três pares de sobrados geminados. Foram ainda reformados seis prédios para incluir espaços comerciais (uma marcenaria e um açougue) e outras seis residências foram ampliadas.

II. A VILLA UCHÔA: 1902 A 1907

II.1 Flávio Uchôa e Evangelina da Silva Prado

Servindo-se de sua qualificação de engenheiro[524], Flávio Uchôa atuou em três frentes: a de administrador e fazendeiro do café (de 1890 em diante), a de empresário dos serviços urbanos – na região de Ribeirão Preto e municípios vizinhos (de 1903 a 1922) e também na capital, onde participou dos primeiros esforços para retificação do Rio Tietê (a partir de 1894)[525] e mais tarde dedicou-se à produção de aço, sendo um dos fundadores e o primeiro presidente da Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira.[526] Parceiro dos negócios da família Silva Prado, Flávio de Mendonça Uchôa iniciou sua vida profissional trabalhando no desenvolvimento da Estrada de Ferro de Pôrto Alegre a Uruguaiana[527] e na diretoria de Obras Públicas de São Paulo, onde chefiou o departamento de rede de águas e esgotos.[528] Após seu casamento com Evangelina da Silva Prado em 1894, Flávio Uchôa assumiu a administração das fazendas de seu sogro, Martinho Prado em Ribeirão Preto, cidade com a qual manteve por toda vida relações profissionais, sociais e políticas.

Para provisão dos serviços urbanos – pavimentação, distribuição de água, expansão do sistema de esgotos e iluminação – o empresário constituiu diversas sociedades, com as quais se fundavam

[524] Flávio Uchôa graduou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1892 (PAZIANI, & MELLO, 2011, p. 103).
[525] Entre 1902 e 1903 o engenheiro envolveu-se na provisão de obras de saneamento na cidade de Santos, mas após pressão política entre o Estado e as firmas concessionárias, retirou-se do processo (PAZIANI & MELLO, 2011, ibid., p. 107).
[526] LUCCHESE, 2014.
[527] A construção dessa linha foi iniciada no último quartel do século XIX e foi interrompida algumas vezes. Tanto esta, como outras estradas de ferro construídas neste período, foram objeto de estudos que afirmam a preponderância dos interesses dos construtores e dos governos em detrimento do interesse público em ver a ferrovia bem construída e em funcionamento. (LANNA, 2012; SILVA, 2018; AXTGUNTER, 2020 entre outros)
[528] A ligação de Flavio Uchôa com a família Silva Prado, uma das mais importantes famílias da aristocracia cafeeira paulista, propiciou o crescimento de seus negócios, em tempo onde as relações entre os investidores, do café, da indústria, da provisão dos serviços urbanos e do setor imobiliário estavam todas imbricadas em um só grupo que se não as dominava completamente, mantinha relações de interesse com as autoridades públicas. (LEVI, 1977).

empresas de serviços públicos por várias cidades do interior.[529] O sucesso de seus negócios estava atrelado ao período de intensas reformas urbanas, com intuito de higienizar, sanear e embelezar as cidades paulistas, utilizando-se cada vez mais do capital privado para investimento nos projetos de requalificação da cidade. Em finais do século XIX e início do século XX, o capital privado, nacional e estrangeiro, buscava parceria com os governos em projetos de melhoramentos urbanos, pavimentação, abertura de vias e criação de infraestrutura para os transportes, sempre em articulação com a crescente especulação imobiliária.

Em Gênese da Cidade Como Mercadoria, Valéria Garcia discute as articulações empresariais que se estabeleciam para o desempenho das várias atividades urbanizadoras[530] envolvendo um pequeno grupo de famílias que detinham o poder econômico e político no Brasil, também em aliança com o capital internacional.[531] Finda a Primeira Guerra Mundial, a família Uchôa e Prado, assim como outras famílias da elite paulista, diversificaram seus negócios, administrando capitais provindos dos negócios relacionados ao café para investir na emergente indústria pesada, como a siderurgia e a metalurgia. O grande empreendimento de Flávio Uchôa dessa época, em conjunto com vários sócios incluindo a família Prado, foi a Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira, fundada em 1921. A companhia faliu em 1931 por vários motivos, entre eles as muitas disputas políticas nacionais e locais, uma prolongada seca no interior de São Paulo e os efeitos da grande crise econômica internacional de 1929.[532]

Enquanto a atividade profissional demandava de Flávio Uchôa constantes viagens, sua esposa Maria Evangelina da Silva Prado e os dez filhos do casal, transferiram-se em 1902 para São Paulo, onde já habitavam muitos de seus familiares. Em um grande lote, localizado na esquina da recém-aberta rua Caio Prado com Augusta, o casal fez construir sua vila, com projeto de Victor Dubugras

[529] PAZIANI, 2013.
[530] Essas atividades incluíam todas as "cadeias de circulação do capital associado à produção cafeeira: propriedade da terra, loteamento urbano, expansão da rede ferroviária, estimulo à imigração, fornecimento e administração de benfeitorias de infraestrutura, coordenação de serviços bancários e casas comissárias, empréstimos hipotecários e, finalmente, mercado imobiliário" (GARCIA, 2013, p. 348; DOMINICE, 2015).
[531] A família Silva Prado exemplificava a prática do clientelismo, praticada durante este período, favorecendo agregados e familiares a fim de efetivar seus negócios e perpetuar sua posição socioeconômica na sociedade paulista.
[532] PAZIANI & MELLO, 2011, p. 111.

e inspiração na arquitetura contemporânea francesa, cercada por luxuosos jardins dispersos em 24.000m^2 de terreno.

II.2 O edifício

Com elementos do *art-noveau* ou "floreal" e características do neogótico, como descrito por Nestor Goulart Reis Filho, o partido arquitetônico adotado para o palacete de Flávio Uchôa foi um dos primeiros projetos que seguiu orientação racionalista em São Paulo.[533] A arquitetura *art noveau* foi trazida ao Brasil no início do século XX, momento de rompimento com os estilos academistas e de modernização das cidades. A utilização do ferro, do vidro e do cimento nas residências para as elites, reafirmava a relação deste grupo com o mundo industrial e a com a racionalidade construtiva permitida pelos novos materiais disponíveis para a construção. A arquitetura adotada por Victor Dubugras no caso da Vila Uchôa, desenvolvida com apoio do engenheiro Emilio Fagnani, utilizou-se dos novos materiais e das novidades tecnológicas da época, como a iluminação elétrica e as persianas de rolar, além da grande rampa e cobertura metálica de acesso para o automóvel.[534] Os princípios da arquitetura racionalista – funcionalidade e respeito à natureza dos materiais e a submissão da forma à função – reafirmavam a prática do urbanismo sanitarista que o engenheiro Uchôa adotava em sua vida profissional.

[533] A arquitetura *art noveau* foi trazida ao Brasil no início do século XX, momento de rompimento com os estilos academistas e de modernização das cidades. A utilização de materiais construtivos como o ferro, o vidro e o cimento, reafirmaram a relação do homem com o mundo industrial e a racionalidade construtiva desses materiais (REIS FILHO, 1961, p. 16).
[534] TOLEDO, 1985, p. 51.



Figura 125: Villa Uchôa em 1903. Acervo Dubugras – Seção Técnica de Materiais Iconográficos, FAU USP. Fotografias no acervo de Benedito de Toledo. Reprodução de: REIS FILHO, Nestor Goulart. Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras, São Paulo.

A imponência do edifício na paisagem enfatiza as linhas assimétricas da composição do edifício e a moderna concepção das aberturas, com discreto detalhamento da varanda, demarcando a entrada e o torreão. A escadaria suntuosa cercada por portal em arco, onde na varanda se vê uma senhora, talvez alguém da família. A imagem revela também a delicada cerca que marca a propriedade e seus limites com as calçadas. O jardineiro, o motorista e outros dois funcionários trabalhavam dentro dos portões no momento da fotografia, parte do grande contingente de empregados necessários para conservar uma propriedade como esta. Alguns destes trabalhadores

tinham abrigo na casa dos senhores, nos quartos dos criados do edifício.[535] Outros empregados viviam nas redondezas em alguma casinha que a fotografia não captou.



Figura 126: Fotografia da Vila Uchôa em 1903. Acervo Dubugras – Seção Técnica de Materiais Iconográficos, FAU USP. Reprodução de: REIS FILHO, Nestor Goulart. Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras, São Paulo: FBSP, 1997, p. 139.

Aproximando-se do palacete notamos a riqueza dos detalhes nas coberturas para o automóvel e a sacada, seguindo o padrão e os motivos florais que se replicavam nas janelas, nas portas e colunas. Antes mesmo de terminada sua construção, o projeto original da Villa Uchôa foi modificado a pedido do proprietário, para incluir o luxuoso *port cochère* que dava acesso aos automóveis, "cuja grandiloquência justificava-se pela raridade do item: em 1903 existiam apenas dezesseis automóveis em São Paulo".[536] Confirmando o desejo do proprietário em prover acesso de automóveis a sua residência, Uchôa solicitou em 1903 a pavimentação em macadame da rua Caio

[535] O Arquivo Municipal nos deu acesso a uma cópia avariada das plantas, de difícil leitura, portanto não pudemos confirmar a localização exata dos aposentos para criados. Havia pelo menos um quarto para criada no segundo pavimento, ao lado dos quartos da família. Julgamos que esse seria o quarto da babá, que auxiliava no cuidado dos dez filhos de Evangelina e Flávio Uchôa.
[536] MIYOSHI, 2009.

Prado entre as ruas da Consolação e Augusta[537], além da instalação de serviços de telefonia.[538] Em tempos de modernização da vida urbana e de transformação dos sistemas de transporte, Flávio Uchôa, engenheiro sanitarista e pioneiro da indústria, não poderia deixar de garantir que sua mansão refletisse seus anseios pela modernidade.

II.3 O leilão e a mudança

Menos de cinco anos após terminada a construção, a Vila Uchôa foi arrematada pelas cônegas belgas de Santo Agostinho. O leilão, primeiramente anunciado em dezembro de 1906 (quando não atingiu o preço mínimo) e novamente em janeiro de 1907, descrevia a construção que se expandia num terreno de 80 x 150m: construção de concreto, alvenaria de pedra, tijolo, cal e areia e cobertura de telhas francesas. Com escadarias nas duas entradas de granito lavrado, tendo uma delas, a que serve para o carro, cobertura de cobre. O prédio continha nove quartos e uma torre com escada em espiral, uma cocheira para animais e quarto para os empregados, tudo servido por moderno sistema de iluminação, de canalização e irrigação para o jardim e pomar. As calçadas com sarjetas eram de tijolo e as ruas do entorno já estavam macadamizadas. O anúncio do leilão indicava também que o valor obtido com a venda do imóvel seria utilizado para pagamento de dívida contraída por Uchôa junto ao Sr. Ignácio Penteado.[539] O restante das terras que compunham a Chácara da Consolação já haviam sido hipotecadas por Dona Veridiana em 1905, para pagamento de dívida à Cia. Prado Chaves.[540] As terras hipotecadas foram aquelas situadas entre as ruas da Consolação, Martinho Prado, Augusta, Caio Prado, Travessa Augusta (futura Marquês de Paranaguá), Olinda e Paim, além de outras dezenove casas na Rua Martinho Prado.[541]

A dívida com a família Penteado, a penhora das terras e o seu rápido parcelamento em lotes urbanos em torno da Vila Uchôa foram o estopim para a decisão da família em mudar-se dali. Mas é também fato que, apesar da Villa distar poucas quadras de Higienópolis, onde viviam as

[537] Pedido descrito na Synopse dos Trabalhos da Câmara Municipal no ano de 1903. Sendo o prefeito seu cunhado não é de estranhar que Flávio Uchôa consiga realizar uma série de melhoramentos, a encargo da municipalidade, no entorno de sua propriedade.
[538] Confirmação da instalação pela Companhia Telefônica no jornal Correio Paulistano, 1903.
[539] *O Estado de S. Paulo*, 16/01/1907.
[540] INNOCENTI, 1985, p. 156.
[541] PISSARDO, 2013, p. 32.

famílias Silva Prado, Uchôa e outras de seu círculo social, a diversidade da ocupação que se conformava em suas adjacências não correspondia às aspirações da família. Em junho de 1907, a família já se encontrava em novo endereço, agora no início da rua da Consolação, alojados em imóvel da família.[542] Em 1912 Flávio Uchôa fez construir nova residência, novamente com projeto de Victor Dubugras, mais sóbria e com menos detalhes neogóticos do que sua primeira vila na Caio Prado. A nova Villa Uchôa foi construída na avenida Martinho Prado (futura avenida Higienópolis), entre as ruas Sabará e Marquês de Itu no bairro de Higienópolis. Como vizinhos tiveram vários membros da família de Evangelina da Silva Prado, o irmão de Flávio Uchôa, seus sócios nos negócios e parceiros de vida social. Por mais três anos o casal se acomodou junto a seus pares, até a morte de Evangelina em 1915, quando Flávio Uchôa se transferiu para o Rio de Janeiro.[543]

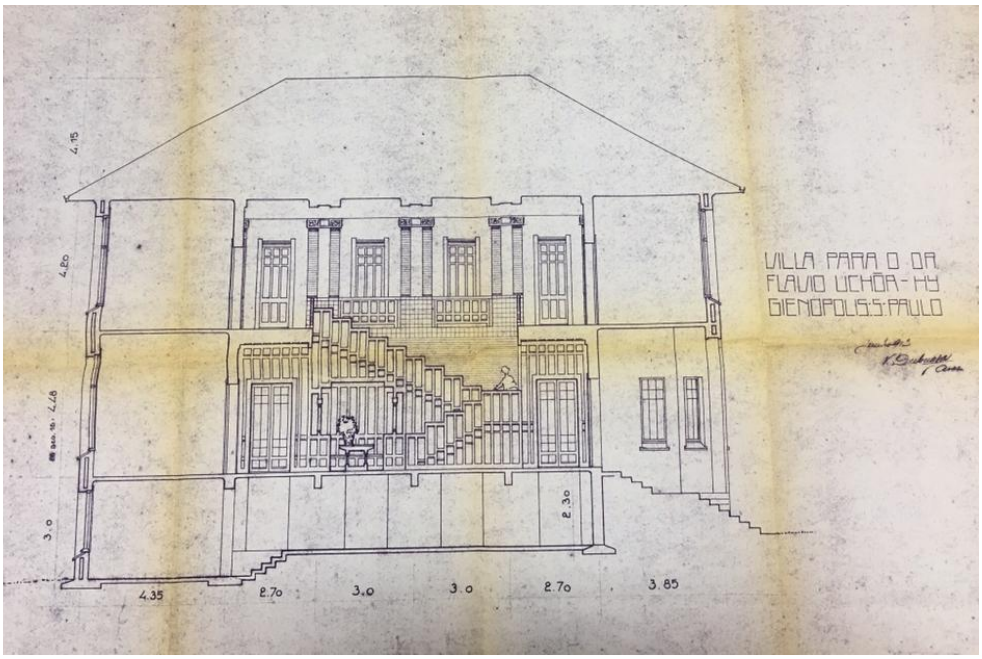


Figura 127: Projeto de nova Villa para Flávio Uchôa em Higienópolis, projeto de Victor Dubugras, 1912. Acervo Dubugras – Seção Técnica de Materiais Iconográficos, FAU USP.

[542] Localizamos o endereço de Flávio Uchôa em 1907 através de notícia no jornal, com o título de "Creada Infiel", onde é relatado o roubo de "objetos de uso" (roupas de cama e mesa e artigos de cristal) da família por Antônia Palmieri, antiga empregada da casa (*O Estado de S. Paulo*, 13/06/1907).

[543] Após a morte de sua esposa, então com apenas 40 anos, Flávio Uchôa decidiu passar alguns anos no Rio de Janeiro. Retornou em 1919 para Ribeirão Preto com o projeto de desenvolver a Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira, em sociedade com os Silva Prado, entre outros (PAZIANI & MELLO, 2011).

A implantação do palacete Uchôa, nos primeiros anos do século XX, destoava muito de suas vizinhanças. Isso pois a ocupação dessa área só foi transformada nos anos 1910, quando as pequenas casas com algum comércio começaram a ser substituídas por casas para os setores médios e os terrenos vazios começaram a ser ocupados, como vimos há pouco, no histórico da ocupação destas vizinhanças.[544] Durante a construção do palacete e nos anos em que a família Uchôa habitou a área, seus vizinhos consistiam de famílias pobres e de alguns pequenos comerciantes, além de diversos terrenos vazios, como se pode ver na fotografia (Figura 128, abaixo).

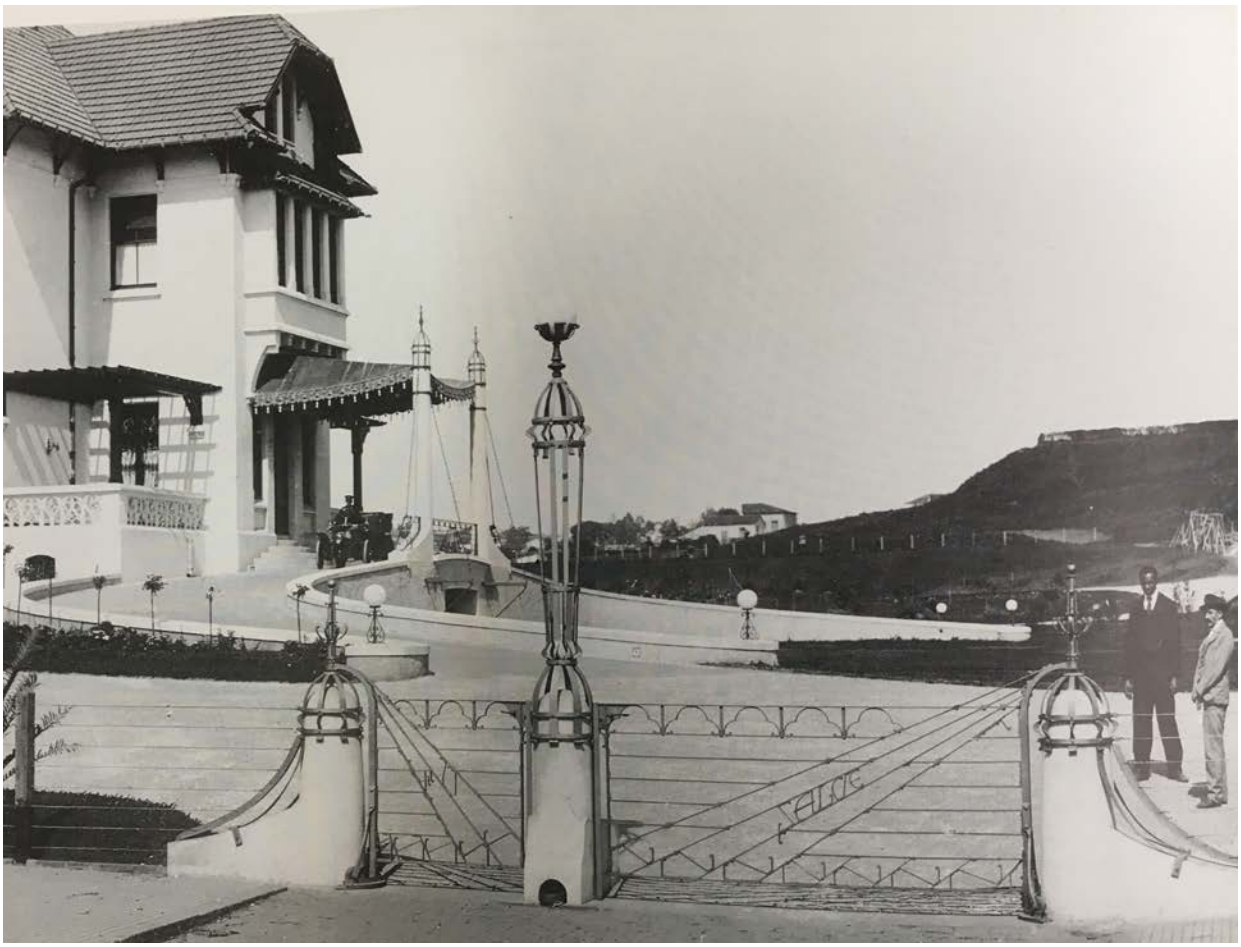


Figura 128: Entrada da Vila Uchôa pela Rua Caio Prado. A fotografia denota o caráter rural da ocupação do entorno, 1903. Acervo Dubugras – Seção Técnica de Materiais Iconográficos, FAU USP. Reprodução de: REIS FILHO, Nestor Goulart. Racionalismo e proto-modernismo.

[544] Ver as Figuras 84 e 117, com exemplos das casinhas de José Dias Pinho e Antonio Pacha, e de Angelo Lodigiani, construídas em 1897 e 1898, e que mais tarde foram substituídas por casas maiores, com a tipologia da casa do Coronel Frederico Branco, construída em 1912 (Figura 121).

A fotografia da Vila Uchôa em 1903 (Figura 128) revela o caráter semi-rural da região, sendo à época difícil antever sua futura urbanização e ocupação híbrida. Ao mesmo tempo em que nessa quadra construía-se o palacete de Dubugras (anos 1902-03), na avenida São Luiz construíam-se casarões como o do embaixador Soares e de Sousa Queirós, além da sede da Arquidiocese de São Paulo e do Circolo Italiano. Neste período, a avenida São Luiz estabelecia certa continuidade de percurso com a Rua Augusta. Da mesma forma, a rua Caio Prado alinhava-se com a rua Maria Antônia como se fosse sua continuação, conectando o bairro "aristocrático" de Higienópolis com aquele trecho da Rua Augusta.[545]

O desenvolvimento de um bairro que queria ser uma extensão do bairro de elite do outro lado da rua da Consolação, em consonância com a posição social da família Uchôa, foi impossibilitado por vários fatores. Primeiramente, a ocupação comercial, o movimento e o fluxo que percorriam a rua da Consolação tornaram-se progressivamente mais intensos, conformando-a (juntamente com o Cemitério) como grande barreira entre os bairros de Higienópolis e esta área. Por outro lado, o Vale do Saracura e a ocupação do bairro Bella Cintra formavam outra barreira ao Sul. Em direção ao centro, o grande lote ocupado pelo Velódromo e pelo Clube Athletico Paulistano e em direção à Avenida Paulista, o Clube Athletico São Paulo e o reservatório de água (na Consolação desde 1877) contribuíram também para a insularidade que veio a caracterizar essa área. Some-se a essas barreiras físicas, a vizinhança das inúmeras casinhas e cortiços, intercalados pelas casas de classe média com pequeno comércio, os galpões das pequenas fábricas e as cocheiras na mesma esquina. Por conseguinte, não foi possível impor ali a desejada homogeneidade em sua ocupação, levando à saída dos Prado-Uchôa daquela área que se afigurava como plebeia. Sabemos que os terrenos no entorno foram hipotecados por Dona Veridiana em 1905 e que Flávio Uchôa anunciou o leilão do imóvel com intenção de ressarcir dívida com a família Penteado, mas notamos que em ambas as famílias abastadas deveria haver a possibilidade de pagamento das dívidas sem a venda dessas propriedades. As terras de Veridiana foram vendidas para Martim Buchard e Victor Nothmann[546],

[545] A discussão sobre as regiões da cidade que se vendiam como "bairros aristocráticos", utilizando a avenida Angélica e o bairro de Higienópolis como um caso, foi feita por Pedro Beresin Ferreira ao estudar as fissuras e tensões do projeto de homogeneidade que se buscara construir em Higienópolis, mas também em outros bairros ditos "aristocráticos" na cidade. (FERREIRA, 2016).

[546] Victor Nothman, em associação com Frederico Glette foi o idealizador do loteamento de Campos Elíseos (1878) e em 1894, em sociedade com Martim Buchard foi o responsável pelo loteamento de Higienópolis (1893). A compra dessas terras pelos dois investidores é apontada por Antonio Paim Vieira (VIEIRA, 1952, p. 115).

que seguiram com o plano imobiliário ao longo da rua Caio Prado e vizinhanças, com modelo de parcelamento e ocupação similar a Higienópolis. A intenção teria sido seguir em direção ao Saracura, alcançando a outra borda dos terrenos de Veridiana, formando uma espécie de "arco nobre" em torno do centro da cidade. O projeto não se consolidou, o ex-marido de Dona Veridiana (Martinho da Silva Prado, 1843-1906) faleceu, quando ela transferiu o que restava de suas terras para Martim Burchard no mesmo ano em que Flávio Uchôa e Evangelina Prado venderam seu palacete para as cônegas belgas. O abastado casal não quis conviver com a ocupação híbrida das vizinhanças. Veridiana delegou o projeto de expansão de Higienópolis para Buchard e sua continuação ficou a cargo da Cia. City, que em 1917 já iniciava as vendas das terras loteadas sob o nome de Anhangabahu.

III. O COLÉGIO DES OISEAUX: 1907 A 1969

As cinco cônegas de Santo Agostinho chegaram a São Paulo em finais de 1906 e foram recebidas por um religioso do Mosteiro de São Bento que providenciou uma morada provisória na Avenida Paulista. No imóvel alugado, iniciaram-se no mesmo ano as aulas com duas alunas: Camilla Souza Queirós, a filha do barão de Sousa Queirós, e sua sobrinha Vera Amaral. Em apenas três meses Mère Patricia e Mère Saint Ignace encontraram e arrematararam a propriedade do Dr. Flávio Uchôa, na data de 16 de janeiro de 1907.[547]

[547] Quase diariamente, M. Patricia e M. St. Ignace saíam para visitar casas, e nisto souberam que se anunciava a venda da residência do Dr. Flavio Uchôa, à rua Caio Prado. "Era a realização do sonho de M. Patricia. Na noite da nossa chegada, ao passar pelo local, ela dissera: Ali esta uma casa interessante com bom terreno. Quem dera estivesse à venda! Não estava, entretanto, e ninguém pensou mais nisso. Nosso Senhor, porém, pensava por nós" (A Procura de Uma Casa. Documento do acervo das Cônegas de Santo Agostinho, s/d).



Figura 129: Entrada do Colégio Des Oiseaux nos primeiros anos após sua fundação, s/d.[548]

A escola definitiva foi instalada com missa solene em março de 1907 no prédio adquirido em conjunto com o grande terreno adjacente que ainda pertencia a Veridiana Prado. A casa de Uchôa foi considerada "bastante espaçosa e adaptável a um colégio incipiente, oferecendo a vantagem de um terreno bem grande", quase a quadra completa entre as ruas Caio Prado, Augusta, Consolação e Marquês de Paranaguá.[549] Fez-se a limpeza, compraram-se os móveis escolares, montou-se um altar em uma das salas e as cônegas se mudaram para a nova casa.[550]

III.1 Arquitetura e o espaço

> Era época de Carnaval em 1907. Preparavam-se fantasias, havia corso e carros alegóricos, confirmou-se em meio deste o nome do colégio. Entre seus carros que faziam alusão ao assunto do momento – como aliás se faz até hoje – um deles anunciava a vinda para a nossa cidade da famosa casa de ensino da Europa. Assim, rodando em meio a confetes e serpentinas, na alegria de um carnaval bonito e colorido, um carro, levando uma enorme gaiola cheia de passarinhos anunciava, a fundação do colégio e consagrava-lhe o nome em definitivo.[551]

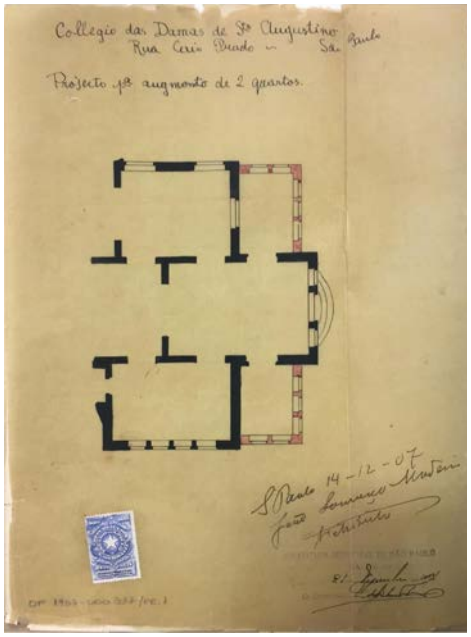
[548] Wikimedia, data e autor desconhecidos. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Col%C3%A9gio_Des_Oiseaux_entrance_(1900).jpg. Acesso em 21/01/2022.

[549] A Procura de Uma Casa. Documento do acervo das Cônegas de Santo Agostinho, s/d.

[550] A escola acomodou-se no prédio residencial, o que se repetiu com outras escolas antigas em torno da rua Augusta. A primeira delas, como mencionamos antes, funcionou atrás de um armazém, onde também viviam seus proprietários em terras de José Coelho Pamplona na década de 1880. Em 1921 Elvira Brandão reformou sua casa, adicionando duas salas de aula transferindo sua escola do centro para a Alameda Santos, esquina com a Rua Augusta (o projeto foi submetido por Aida Brandão Caiuby, SOP, AHM-SP)

[551] *O Estado de S. Paulo*, 1974.

No novo endereço, em julho de 1907 iniciaram-se as aulas com cinco alunas.[552] No ano seguinte a procura pelo novo "colégio dos pássaros" cresceu, e com as primeiras reformas concluídas em 1909 e 1913, adicionaram-se novas turmas, em regime de internato para as descendentes dos fazendeiros, e semi-internato para as famílias que residiam na capital.[553] A área ocupada pelas cônegas consistia de toda a quadra situada entre as ruas Caio Prado, Augusta, Marquês de Paranaguá e Consolação, excluindo apenas os edifícios no alinhamento da rua da Consolação. O colégio se acomodou no palacete de Victor Dubugras até 1917, com pequenas reformas, até a conclusão do prédio anexo para onde o colégio se expandiu.[554]



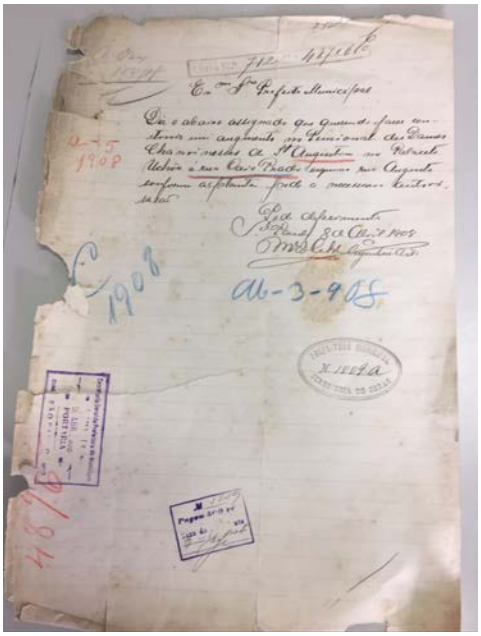


Figura 130: Reforma do colégio com projeto do arquiteto João Lourenço Madeim, ano 1907. SOP, AHM-SP.

Figura 131: Pedido para a segunda obra de expansão do Colégio das Damas de Santo Agostinho com projeto do arquiteto Maximilian Hehl, ano 1908. SOP, AHM-SP.

[552] O Colégio Des Oiseaux foi também conhecido como Colégio das Cônegas Regradas de Santo Agostinho e Colégio das Damas de Santo Agostinho.

[553] Eram oferecidas às alunas as duas opções: internas ou não. "Inclusive podia ser externa e em alguns períodos interna – por exemplo em tempo de colheita nas fazendas os pais viajavam e filhas ficavam internas neste período" (Comentário de Carminha Davids do Amaral a postagem no Facebook de Waleria Leme, 29/06/2021).

[554] Uma cópia da planta, parte do projeto original encontra-se na Série de Obras Particulares AHMWL, submetido junto a pedido de ampliação do colégio. O professor Benedito Lima de Toledo possui cópia completa do projeto original, publicada em seu livro: TOLEDO, Benedito Lima de. *Victor Dubugras e as atitudes de inovação em seu tempo*. Tese (Livre Docência), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

Na primeira reforma, adicionaram-se duas salas nos fundos do palacete, e no ano seguinte já se fariam outras ampliações. O colégio crescia junto com a cidade, que dobrara sua população entre 1900 (64.934 habitantes) e 1920 (579.033 habitantes). Os novos portões, construídos em 1913, marcaram não somente a entrada formal para o colégio, mas também o fechamento com cerca alta e muros instalados em torno de todo o terreno, isolando os edifícios de seu contato com a rua. Os delicados gradis da antiga Vila Uchôa não eram mais suficientes para proteger as alunas dos dissabores que se podia encontrar nas ruas da vizinhança. Em 1917 foi construído o grandioso prédio pelo escritório Ramos de Azevedo, com projeto do arquiteto alemão Maximilian Hehl (1861-1916).[555]



Figura 132: Projeto de novo edifício para o Colégio das Cônegas de Santo Agostinho, de Maximilian Hehl, ano 1918. SOP, AHM-SP.

[555] Hehl nasceu e se formou em Hanover na Alemanha, chegou ao Brasil em 1888 para trabalhar na construção de estradas de ferro em Minas Gerais. Transferiu-se para São Paulo onde se tornou professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e sócio do escritório Ramos de Azevedo em 1898. O escritório de arquitetura, engenharia e construção Ramos de Azevedo foi "o mais longevo" da cidade, projetando e construindo milhares de projetos, entre eles diversos edifícios referenciais em São Paulo. O volume de obras empreendidas por este escritório implicou na participação ativa de seus profissionais que atuavam com certa independência. Hehl fez parte do grupo de profissionais formados na Europa que produziam edifícios em arquitetura eclética. Beatriz Bueno caracterizou os aspectos que destacaram o escritório em sua trajetória: longevidade, pluralidade e modernidade, em projetos que eram desenvolvidos sempre com "preocupação urbanística", buscando integrar os novos edifícios a seu contexto (SIQUEIRA BUENO, 2015).

O colégio em estilo neogótico – mesmo estilo utilizado em instituições análogas na Bélgica e Alemanha – enfatizava suas origens europeias, a grandeza e a pompa do empreendimento.[556] O novo edifício anunciava para a cidade a sua imponência e sobriedade, enfatizando ainda mais sua diferença com relação à ocupação diversa das vizinhanças.

A presença do majestoso edifício combinada ao aumento da densidade na ocupação dos bairros vizinhos, contribuiu para o novo surto construtivo nas quadras imediatamente adjacentes ao colégio durante o período de 1919 a 1921, quando pelo menos 24 novos prédios surgiram na Rua Augusta entre as ruas Martinho Prado e Marquês de Paranaguá. Destes, a grande maioria foi de sobrados geminados, sendo apenas três casas térreas, três prédios que incluíam espaço para o comércio no térreo, além da adição de garagens em prédios existentes. A ampliação de 1918 da respeitada instituição católica impactou mais uma vez as quadras vizinhas, que passaram a atrair profissionais dos setores médios que se transferiam do centro para a Rua Augusta, e também aqueles que investiam em imóveis para renda, num endereço que se valorizava.

As casas térreas geminadas encomendadas pelo advogado Laurentino de Azevedo (Figura 134) são representativas da tipologia que ocupou as quadras adjacentes ao Des Oiseaux a partir da década de 1920. Como Azevedo, muitos profissionais tiveram suas trajetórias cruzadas pelo crescimento da indústria. Iniciando carreira como promotor público, as causas advogadas por Azevedo passaram a partir da década de 1920 à defesa de grandes firmas, incluindo seguradoras, bancos estrangeiros e indústrias.[557]

[556] No mesmo ano em que o projeto de Maximilian Hehl foi aprovado, o Colégio Des Oiseaux foi temporariamente transformado em hospital, pois a gripe espanhola assolava a cidade. Assim como muitos colégios grandes, as portas fecharam por meses para os alunos e 150 leitos foram disponibilizados para atender os doentes.
[557] *O Estado de S. Paulo*, 27/02/1918, p. 9; 06/03/1926, p. 1; 17/08/1919, p. 3; 22/11/1916, p. 4.

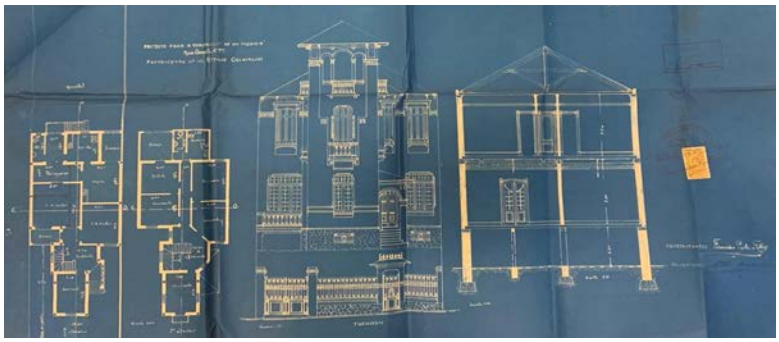


Figura 133: Projeto de sobrado na Rua Augusta 73 para Acttilio Occhialini, construído por Francisco Prota e Filhos, ano 1920. SOP, AHM-SP.



Figura 134: Projeto de casas térreas geminadas na Rua Augusta 79 e 79A para o Dr. Laurentino de Azevedo, ano 1920. SOP, AHM-SP.

O sobrado de Occhialini, assim como as casas geminadas de Azevedo apresentavam porões altos, mureta baixa com recuo, um pequeno jardim e escada para o vestíbulo – que nas casas mais luxuosas se fazia pelo centro e não pelos corredores laterais. Não sabemos ao certo se Occhialini viveu no prédio, mas como o projeto de seu sobrado indica traços peculiares (a localização e o desenho do gabinete que realçava a fachada, além dos terraços nos dois lados que completavam as elevações frontal e traseira), supõe-se que o proprietário teria construído o imóvel para uso próprio. Neste caso, assim como em outros edifícios residenciais construídos durante este período, estão presentes a copa que servia de transição entre a os aposentos da família e a área de serviços. O gabinete à frente e em destaque, indica a importância da preservação do lugar exclusivo do "homem da casa", em localização independente do restante

da planta. Carlos Lemos refere-se aos gabinetes como a "nova dependência que viria dar às residências uma aura de intelectualidade".[558]

A quantidade e diversidade de escolas inauguradas nesta região tornava suas vizinhanças mais atraentes para os moradores das novas casas.[559] Entre os habitantes desses sobrados, encontramos jovens alunos do Colégio Anglo-latino da avenida Paulista, mais tarde Colégio São Luís, e entre as meninas haviam alunas de colégios como o Nossa Senhora do Sion e o Colégio Mackenzie em Higienópolis e o Des Oiseaux. Mas isso mudou com o tempo e a Augusta deixou de ser endereço para os setores médios mais abastados que se mudaram para bairros tidos como mais "aristocráticos". As alunas que estudaram no Des Oiseaux durante a década de 1940 e 1950 viviam nos bairros Jardim América, Jardim Paulistano, Higienópolis e Pacaembu, como relatou Graziela Perosa em sua pesquisa.[560] Nas páginas digitais confirmamos que estes continuaram a ser os bairros preferidos pelas ex-alunas até os últimos anos de funcionamento do colégio. Os grupos que atendiam as escolas de elite podiam ser identificados também pela localização e pela tipologia de sua residência.[561]

As relações que o desenho do bairro onde viviam as alunas do Des Oiseaux estabelecia com a cidade replicava-se na configuração do campus da escola: a arquitetura e a planta generosa dos corredores e das salas, a distância que protegia os prédios da instituição de seu entorno, a presença de espaços verdes que, como reclamavam os anúncios dos bairros da Cia. City – onde viviam muitas alunas do Des Oiseaux – proporcionavam "o maior bem para a formação sadia da criança" e garantiam às famílias "conforto e alegria".[562]

---

[558] LEMOS, 1976, p. 138.

[559] Ver a localização de algumas dessas escolas na Figura 138, mais à frente.

[560] PEROSA, Graziela. *Três escolas para meninas, Campinas*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

[561] Adélia Bezerra de Meneses, aluna do Colégio Des Oiseaux durante a década de 1950, descreve a dificuldade em organizar o transporte para a escola, que não servia seu bairro, nas proximidades da Liberdade. A escola teria oferecido a possibilidade de a menina realizar o primeiro trecho da viagem acompanhada somente do motorista, que poderia buscá-la antes de apanhar a "concierge". Esta proposta foi desconsiderada por seus pais, que preferiram providenciar o transporte por outros meios até a mudança para novo endereço, onde a aluna passou a utilizar o transporte escolar junto com as suas colegas (Entrevista feita em seu apartamento no bairro Jardim Paulistano, em 2019).

[562] Propaganda da Cia. City em 1929, publicada originalmente no jornal O estado de São Paulo (OLIVA & FONSECA, 2016).



Figura 135: Colégio Des Oiseaux, década de 1950.[563]

Em diversas fases e com grandes ampliações, o grande complexo educacional e religioso completou-se em 1937. Distribuído em vários edifícios interconectados, passou a incluir além do colégio, uma capela, um convento, um pátio cercado por um imenso jardim e, a partir de 1921, uma escola primária para as crianças pobres.

III.2 A CASA E A ESCOLA

As famílias ricas que frequentavam o Colégio Des Oiseaux habitavam a cidade de duas maneiras: nos espaços confinados da casa, do clube, do café e do teatro que frequentavam e, ao sair às ruas, protegidas dentro de seus automóveis. A vida escolar era para estas jovens um elemento integrante da experiência que tinham com o espaço e com a vida social. Assim, a experiência na escola contribuía com o desenvolvimento da independência intelectual, mas também com a formação – e reafirmação – da maneira de ser, nas disposições e nos gostos que

[563] Programa da graduação do Colégio das Cônegas de Santo Agostinho, 1958 (Acervo particular de Maria Adélia Menezes).

aprendiam em casa desde cedo. A casa e a escola conformavam o capital simbólico das elites enquanto lugares centrais de sua socialização.[564] O contato com as ruas era efêmero e para elas estas serviam mesmo como conexão entre um ponto e outro, não eram espaços para ficar. Ao proteger a maneira de viver e os bairros preferidos por esses grupos, a municipalidade incorria em altos investimentos com a infraestrutura urbana e com a melhoria das vias públicas. Para tanto os fluxos eram potencializados nas áreas centrais, enfatizando o espraiamento da cidade, facilitando a mobilidade daqueles que possuíam automóvel particular e dificultando a locomoção para aqueles que dependiam do transporte público. Para os habitantes dos bairros Jardins e da avenida Paulista, a proposta de 1929 para transformar a rua em eixo conector da cidade fazia sentido, por outro lado o projeto aumentou os acidentes e o trânsito para aqueles que moravam na Augusta. De qualquer maneira, a vida na cidade para os mais ricos era fisicamente confinada entre muros e automóveis, mas as fronteiras se alargavam de outras maneiras: através da exposição cultural; das frequentes viagens, para as fazendas, para as casas de praia e para outros países, principalmente a Europa e a América do Norte, o berço da erudição e da modernidade. A escola e a família estimulavam os passeios para conhecer países longínquos, mas caminhar pelas ruas da cidade, da casa para a escola não era permitido.[565]

Além dos padrões formais importados, que eram complementados pelas viagens internacionais, pela literatura e pela educação recebida em casa, a proposta educacional também envolvia o conhecimento da arte e da filosofia.[566] O colégio oferecia a suas alunas a possibilidade de formação cultural similar àquela que suas mães e avós haviam obtido, já que muitas delas tinham se educado no próprio Des Oiseaux ou na Europa.[567] A escola oferecia

[564] Como indicam os estudos de Bordieu buscando compreender as relações entre o sistema escolar e a definição da posição social dos alunos em suas vidas futuras (BOURDIEU, 1998).

[565] Em entrevista com a ex-aluna do Des Oiseaux, Maria Alice Vassimon, ficamos sabendo que durante a juventude sua família – de origem francesa – vivia na rua Avanhandava. Apesar da proximidade entre a casa e a escola, menos de duas quadras, seu pai não permitia que o caminho fosse percorrido a pé. O motorista estava sempre encarregado de acompanha-la de automóvel no curto percurso diário (Entrevista com Maria Alice Vassimon, em sua casa no bairro de Pinheiros, 2019).

[566] As ex-alunas relatam com orgulho suas conexões e viagens à Europa, principalmente às cidades francesas, onde identificavam-se com os dias vividos dentro do Des Oiseaux.

[567] Vários foram os parentes de alunas do Colégio Des Oiseaux que se formaram na Europa, mais especificamente em escolas francesas. Os princípios que definiram o currículo, o perfil econômico e social das alunas e os objetivos da família ao investir no colégio da rua Caio Prado e de colégios similares na Europa eram os mesmos. Tanto lá, como aqui, a maior parte das alunas provinham de famílias burguesas, com algumas filhas de profissionais liberais e pouquíssimas com origem nas camadas populares, que recebiam bolsa para os estudos (SAINT MARTIN, [1990] 1999).

certa homogeneidade nas relações entre as estudantes, contribuindo para a manutenção dos privilégios conquistados por suas famílias. A educação replicava as disposições aprendidas em casa e no meio social frequentado pelas famílias, construindo "afinidades entre iguais"[568]. Para as alunas menos abastadas, o Des Oiseaux proporcionava convivência com o que havia de mais sofisticado social e culturalmente em São Paulo. A escola garantia para o primeiro grupo a perpetuação dos elementos de distinção de suas alunas, onde cada detalhe funcionava como uma marca registrada que confirmava a afinidade e o senso de pertencimento. Para o segundo grupo, o estabelecimento de relações e o aprendizado da linguagem e dos códigos que regiam as comunicações e o comportamento das elites garantiriam seu sucesso no futuro e se tornariam tão importantes quanto aprender os conteúdos da escola.



Figura 136: Caderno de Beaux Arts de mãe de aluna, formada em 1931 (Facebook, 24/10/2020).

Em postagem no grupo do Facebook formado pelas ex-alunas dos colégios Des Oiseaux, encontramos o caderno de anotações de uma antiga aluna, que frequentou o colégio na década de 1920. As internautas identificam-se com as anotações do caderno, ressaltando a alta qualidade do ensino e os "detalhes" que as diferenciavam das alunas de outras escolas.[569]

[568] PEROSA, 2005, p. 105.

[569] Os detalhes discutidos foram a precisão dos desenhos e a letra utilizada nas anotações, que também teriam aprendido na escola trinta anos depois. (Comentário em postagem no Facebook sobre o Caderno de Beaux Arts de 1931, em 14/04/2021 e 06/09/2021).



Figura 137: O refeitório do Des Oiseaux na década de 1950. Programa da cerimônia de graduação do ginásio em 1958 (acervo particular da ex-aluna Adelia Bezerra de Meneses).

Além da letra, as maneiras à mesa modelavam o comportamento das alunas, para que se adaptassem às regras de socialização que lhes seriam úteis na vida fora da escola. As regras do "saber comer" se transformaram em mais um dos códigos de comportamento, um *savoir-vivre* de seu tempo. No caso das alunas do Des Oiseaux esperava-se que as bases de sua conduta fossem estabelecidas em casa, pela família e no convívio social. O papel da escola seria o de reforçar o aprendizado. Para as famílias dos setores médios que frequentavam o Des Oiseaux, a intenção era prover suas filhas com a "boa educação", garantindo-lhes um lugar na sociedade, um bom casamento e um "futuro promissor". Norbert Elias (1939) sugere que os guias de comportamento não eram feitos para aqueles que "vivem ou fazem parte do círculo", mas para aqueles, que, hierarquicamente abaixo, pretendiam alcançar o mais alto patamar na escala social.[570] A escola permitia que outros grupos pudessem aprender as maneiras que antes eram exclusivas das meninas de elite: "Que grande escola foi o Des Oiseaux. Nós fomos previlegiadas de estudar lá. Até hoje, quando vejo uma falta de educação, falo: não estudou no

[570] ELIAS, [1939] 1990, p. 109.

Des Oiseaux. As freiras nos preparavam para ser diferenciadas".[571] No microcosmo da cerimônia das refeições, o prestígio simbólico das maneiras à mesa se torna um importante elemento na composição do habitus, na medida em que reforça os laços recíprocos entre os membros do mesmo grupo, como enfatizam Elias e Pierre Bordieu. A importância do cerimonial à mesa como prática do cotidiano evidencia-se nas postagens onde as alunas descrevem em detalhe os guardanapos bordados com números de matrícula e os copos de prata fornecidos pelas famílias, objetos que materializam e reafirmam a simbologia da rede que as unia.[572] As redes sociais digitais, nesse caso, não só servem para recordar, rever e relembrar o passado, mas para mantê-lo em fluxo e, portanto, mantê-lo vivo.

Os códigos da boa conduta confirmavam o senso de pertencimento, em estratégia combinada entre a casa e a escola, entre a família e a sociedade. A escola era para muitas considerada como uma segunda casa: "Quantas saudades desse meu 2º lar", declara uma ex-aluna às suas antigas colegas.[573] As cônegas, por sua vez, preferiam ressaltar os princípios religiosos do colégio e não suas ramificações em outras esferas: "Veja lá de não dizer que este é o colégio das famílias tradicionais de São Paulo".[574] Incitada pela professora, a jovem aluna esclarece:

> O Des Oiseaux, ou melhor, Colégio das Cônegas de Santo Agostinho é, acima de tudo, a casa em que todas as famílias regularmente constituídas encontrarão o lugar certo para educar e instruir suas filhas e as meninas simbolizadas nos pássaros engaiolados que desfilaram pelas ruas no longínquo carnaval de 1907, continuarão na sua alacridade, enfrentando a cidade onde o progresso esmagador que tudo supera, não chegou para abalar os preceitos morais que formam a estrutura básica da velha casa de ensino.[575]

Por muitos anos, o uso corrente da língua francesa, assim como o uniforme – o mesmo utilizado na matriz parisiense, da qual havia se emprestado também o nome Des Oiseaux – combinava com as qualidades estéticas da arquitetura e da atmosfera encontrada nas casas, nos clubes esportivos e nos salões de festa frequentados pelas alunas. Os dois pilares básicos e complementares da estratégia adotada pelas escolas da elite eram o de segregação e o de acolhimento: ao mesmo tempo em que seus alunos se esforçavam por distinguir-se dos alunos

[571] Comentário à postagem no Facebook sobre o Caderno de Beaux Arts de 1931, em 14/04/2021.
[572] Id., em 20/05/2021.
[573] Id., em 15/04/2021.
[574] Recorte de jornal sem identificação e com indicação de data 1974. Acervo das Cônegas de Santo Agostinho.
[575] Id. Ibid.

de outras escolas, o grupo se unificava em torno de uma imagem de "excelência compartilhada"[576]. Tal estratégia – que perdura até hoje – se explicita nas características do currículo e nas redes de sociabilidade, e também no espaço físico das escolas privadas da elite brasileira.

Através das páginas digitais, nos aproximamos dos costumes, das tradições e do habitus que diferenciava as alunas do Des Oiseaux das estudantes de outros colégios de menor prestígio. O colégio esteve aberto por sessenta anos, as normas de conduta mudaram, o currículo foi atualizado (e regulamentado pelo Estado), o corpo de professores tornou-se mais profissional e menos religioso, mas a relação entre as alunas, a escola e a sociedade mantiveram intactas certas características estruturais. Estas características incluíam dotar as alunas da capacidade de produzir conhecimento, reforçando sua posição de vanguarda intelectual da cidade. Afinal as alunas dos anos 1940 e 1950 eram filhas e netas das elites alunas de outrora, e para que sua posição na sociedade fosse mantida, o capital simbólico – que incluía atualizações de tempo em tempo – tinha que se reproduzir de uma geração para a outra. A manutenção da relação com as gerações anteriores combinava também as experiências no lar e na escola com sua presença na cena sócio-cultural da cidade.

Nas redes sociais as ex-alunas discutem o difundido hábito de fumar nas décadas de 1940 e 1950 e a aceitação dissimulada por parte das freiras às mudanças de hábitos, impostas pelo tempo. As meninas fumavam escondido, os pais na sala de TV, ou no automóvel. Uma das alunas, neta do fundador da Tabacaria Caruso (fundada em 1885), descreve o quarto de sua casa que era reservado para essa atividade. Na casa de seus avós, na alameda Santos, "um palacete", havia o *fumoir*. "Depois vinha o toilette. Era uma saleta com janelão, muito agradável. [...] Esse palacete foi adquirido por volta de 1924".[577] Repetidamente as alunas enfatizam suas "grifes" espaciais: o endereço, alameda Santos; o tipo de moradia, um palacete,

[576] ALMEIDA, 1995, p. 7. Ana Almeida, em sua pesquisa descreve o papel do Colégio X (provavelmente o Colégio Santa Cruz, em São Paulo) no processo de modernização do ensino privado, garantindo assim a seus alunos a diferenciação social que tal grupo da elite desejava, em processo semelhante ao que acontece no Colégio Des Oiseaux, ao expandir seu currículo e oferecer formação culturalmente mais ampla para suas alunas.
[577] Comentário de Beatriz Romeiro à postagem no Facebook em 05/08/2021.

e como um toque de exclusividade, o espaço designado para uma atividade exclusiva, o *fumoir*, o aposento com designação em francês.

Os anúncios e colunas sociais do jornal Correio Paulistano, publicados nas décadas de 1930 e 1940 e da Revista Augusta Chic, de 1958, confirmam a longevidade das estratégias de socialização deste grupo, que se encontrava nas festas e celebrava em conjunto. Formaturas, encontros e palestras, eventos culturais e esportivos eram compartilhados por alunos de diversas escolas de elite.[578] O capital simbólico era constantemente fortalecido pela interiorização dos costumes, pela manutenção das redes de sociabilidade e pela celebração dos sucessos de seus membros, replicando indefinidamente o ethos que regia a moral cotidiana.[579] A fortuna dessas famílias proporcionou a acumulação de capital que ia além do material: o capital cultural, garantindo aos seus descendentes a perpetuação das vantagens nas negociações sociais. Sua posição privilegiada refletia-se nas relações que as famílias de elite tinham com o restante dos habitantes, inclusive aqueles com quem dividiam diariamente o mesmo espaço na cidade.

O lugar exclusivo que ocupavam não lhes deixava ver a realidade que estava tão perto. Nas postagens encontradas no Facebook, em entrevistas encontradas em revistas e em duas das entrevistas que realizamos, as ex-alunas do Des Oiseaux revelaram o completo desconhecimento da escola para pobres que dividia a mesma quadra com os outros edifícios da congregação. Enquanto muitas alunas deste colégio ignoravam a existência da escola gratuita adjacente à sua, do outro lado do muro, os alunos da Escola de Santa Mônica nunca deixaram de admirar as maneiras, a classe e a elegância, enfim, o habitus das alunas ricas.

A descrição feita por Jacy Silveira, morador do Bexiga, seu caminho diário pela avenida Paulista para a escola revelava as diferenças de poder aquisitivo, dos costumes e do cotidiano

[578] O jornal *Correio Paulistano* de 29/12/1940 divulga a celebração conjunta das graduandas do Colégio Des Oiseaux e do Colégio Sion no Clube Paulistano. Observamos em outras edições chamadas para encontros, festas e eventos que incluem alunas e alunos das escolas de elite, repetidamente o mesmo grupo de escolas desta região, incluindo com o tempo instituições localizadas na zona oeste, que foi o vetor de expansão da cidade a partir dos anos 1940/50.

[579] *Ethos*: "Forma de condução dos atores, que é regulada pelos princípios de escolhas práticas que são [...] guiadas por um senso intuitivo (derivado da experiência social) do que se deve ou não se deve fazer em situações socialmente tipificadas" (PETERS, 2009).

que existia entre os moradores daquelas mansões e os menos apossados. Silveira e as elites, dividiam a mesma avenida, uns nas calçadas e outros por detrás dos muros, mas de alguma maneira nunca se encontravam.[580]

> Todos os dias, nos anos de 1950, caminhávamos por ela, eu e minha irmã, até o colégio, e ficava percorrendo com os olhos cada mansão, cada jardim, num misto de admiração e medo do poder daqueles moradores, achando que só poderiam ser pessoas muito especiais, quase deuses, para merecem toda aquela beleza, conforto e proteção: somente o mérito poderia proporcionar esse mundo tão privilegiado, oposto àquele em que vivíamos. [...] Quando chegávamos à Avenida Paulista entravamos num mundo particular. Os moradores não ficavam nos portões fofocando com a mão na cintura, como aqueles da nossa rua, comentando maldosamente a vida alheia, não gritavam uns com os outros e tampouco dirigiam palavras ofensivas ao vizinho. Ao contrário, falavam baixo, cumprimentavam educadamente as pessoas e cuidavam de suas vidas de uma forma discreta.[581]

Pelo percurso declarado, Jacy Silveira teria habitado o Bexiga ou a Bela Vista, onde viviam muitos imigrantes (a essa altura, já de segunda e terceira geração), de várias procedências, com forte presença daqueles de origem italiana. Suas declarações podem indicar sua ascendência ou podem ter sido utilizadas por ele com sentido figurado. De qualquer maneira, a intenção de seu discurso foi explicitar o menosprezo pela cultura de seu próprio bairro e seus habitantes, revelando as diferenças, a segregação e as desigualdades da cidade grande. Mas nem todos habitantes de seu grupo social concordavam com Jacy. Miguel Chammas, morador da Rua Augusta, declara não ter qualquer inveja do isolamento dessas famílias: "A avenida Paulista ainda tinha muitos casarões. Não tinha muito contato com essas pessoas. Nós saiamos da Augusta pra passear na Paulista. O pessoal que morava lá não tinha turma, ficava cada qual na sua casa".[582]

III.3 A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO: A ELITE PRODUTORA DO CONHECIMENTO

Os padrões europeus utilizados desde o início do século XX para a educação nas escolas privadas de elite foram adaptados ao longo dos anos, acompanhando as transformações

[580] No caso, Jacy Silveira não revela o nome da escola em que estudou, apenas seu percurso: subia a Avenida Brigadeiro Luís Antonio e percorria toda a Avenida Paulista.
[581] SILVEIRA, 2006, p. 209.
[582] Entrevista da autora com Miguel Chammas, 09/05/2018.

estruturais da igreja, o crescimento da cidade e as mudanças que ocorriam especificamente no campo da educação. Durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1931 e 1937, o projeto nacionalista transformou o sistema educacional no Brasil. O novo projeto requeria que as escolas estrangeiras fossem progressivamente nacionalizadas, com a substituição do corpo docente por professores nacionais, além de impor limites à influência estrangeira em vários aspectos do ensino.[583] No caso do Des Oiseaux e de outras escolas onde os idiomas correntes eram o francês, o italiano e o alemão, o português foi instituído como o idioma mandatório. Ao mesmo tempo, professores laicos passaram a ser admitidos nas escolas confessionais e, em 1931, o ensino religioso voltou a fazer parte do currículo das escolas públicas, em tentativa de aproximar o ensino das escolas públicas ao oferecido nas escolas confessionais.[584]

Acompanhando a continuação das mudanças no sistema educacional decretadas pelo governo federal durante os anos 1940 e 1950, o Colégio Des Oiseaux passou a incorporar ao seu corpo docente professores altamente conceituados e a atualizar sua grade curricular com frequência. A ex-aluna antropóloga Manuela Carneiro da Cunha nos conta: "O Des Oiseux não era só liberal, como tinha muitos bons professores. O Ulpiano Bezerra de Meneses era professor, a minha professora de matemática era Dulce, mulher do Juarez Brandão e a professora de Português era Leonor Fávero."[585] O colégio, que ficou conhecido por seu ensino rigoroso, ao mesmo tempo permitia o contato das alunas com os movimentos culturais de vanguarda. Continuando com Manuela da Cunha: "quando Sartre e Simone de Beauvoir estiveram no Brasil, a Vera e eu pedimos para Mère Tarsila, a superiora, para faltarmos às aulas da tarde para assistirmos a conferência deles e ela assentiu". A visita de Sartre se deu em 1960, época em que a Igreja Católica brasileira estava em um período de ebulição, com setores mais à

[583] ALAMINO, 2008.

[584] Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propunha a adoção do "sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até os 18 anos", defendendo a expansão do sistema educacional gratuito em busca de uma estrutura menos elitista e também com intuito de preparar a mão-de-obra para a crescente industrialização do país. Em 1937 foi instalada ampla reforma no sistema educacional promovendo o ensino superior e profissionalizante, seguida por diversas iniciativas na área cultural e educacional: fundação do SPHAN; do Instituto Nacional do Cinema Educativo; do Museu Nacional de Belas Artes; Instituto Nacional do Livro e Instituto Nacional da Pedagogia; ensino industrial; ensino agrícola; comercial e normal; fundação da CAPES (1951); reorganização do MEC (1953), etc. (Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em 12/2/2022.

[585] Entrevista de Manuela Carneiro da Cunha ao Boletim da ABA (AMOROSO & PEIXOTO, 1998).

esquerda participando ativamente dos movimentos populares e, ao mesmo tempo, enfrentando oposição dos setores mais tradicionais. As contradições das diferentes correntes de membros da Igreja se faziam presente no Des Oiseaux, como se percebe na contrastante declaração de Ana de Hollanda sobre a mesma visita de Sartre:

> Eu estudava no Des Oiseaux, um colégio burguês, de freiras, completamente descompassado com a vida dentro de casa. Quando Sartre e Simone de Beauvoir vieram ao Brasil, as freiras do colégio organizaram um protesto porque eles defendiam o divórcio![586]

Ou seja, algumas professoras encorajavam suas alunas a participarem dos movimentos culturais de vanguarda, enquanto outras reiteravam a postura da Igreja com relação à família e as tradições da sociedade. De qualquer maneira, o debate cultural acontecia naquele colégio, onde o ensino era complementado por visitas a artistas, galerias e museus de renome, palestras de intelectuais e viagens ao exterior.[587]

Incorporando essas mudanças e modernizando o ensino para perpetuar sua excelência, o Colégio Des Oiseaux foi pioneiro na implantação de um novo programa educativo na década de 1950. A proposta era garantir à suas alunas um lugar na vanguarda intelectual e cultural do país. O diretor do Instituto Estadual de Educação de São Paulo propôs, em 1958, a inclusão de um currículo experimental em escolas públicas e privadas, seguindo o modelo francês das "classes nouvelle".[588] O Colégio das Cônegas foi o primeiro a se adiantar e instaurar o novo programa, inaugurando-o em seu colégio no mesmo ano, já em 1958, com aprovação da sede da congregação na Bélgica. Apesar das estratégias do governo nacionalista, os modelos estrangeiros nunca deixaram de servir como guia para a educação no Des Oiseaux.

---

[586] Entrevista de Ana de Hollanda, quando foi Ministra da Cultura, à Revista Marie Claire, 28/06/2011. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI221165-17737,00.html>. Acesso 23/02/2022.
[587] Em 1950, 35 alunas do Des Oiseaux foram recebidas no aeroporto de Londres por "uma recepcionista da British Overseas Airways Corporation, designada especialmente" para acompanhar as jovens em sua peregrinação à Amsterdam e à Roma. (*O Estado de S. Paulo*, 12/7/1950) No ano seguinte uma de suas ilustres ex-alunas, Yolanda Penteado inaugurava a primeira bienal de São Paulo no Museu de Arte de São Paulo, que havia ajudado a fundar em 1947. (Catálogo das Artes, 08/04/2007)
[588] *Folha da Manhã*, 19 e 20/08/1958.

III.4 ESPAÇO, CULTURA E SOCIEDADE

Através das oportunidades que lhes possibilitavam suas fortunas, monetária e cultural, e também através das relações proporcionadas pelo colégio, o espaço em que as alunas do Des Oiseaux circulavam se estendia em muitas direções. As jovens visitavam o cinema, o teatro, as galerias de arte, o litoral e as fazendas, além de participarem de um circuito cultural de alcance internacional. Somente em finais da década de 1940, os passeios de suas alunas passaram a incluir também a Rua Augusta, em seu trecho próximo aos bairros Jardins. Estava então em processo de formação da Augusta que receberia a juventude "transviada" nos próximos anos, época em que a rua se transformou em centro da cultura de consumo jovem.

A americanização cultural do Brasil que se instalou a partir dos anos 1940 foi parte intrínseca da "política de boa vizinhança", que teve "Franklin Roosevelt de um lado e Getúlio Vargas do outro"[589], em movimento que se pautava no crescimento dos setores médios nos grandes centros metropolitanos brasileiros. O projeto que imputava ao "mercado" a necessidade e o prazer pelo consumo, tinha base nas políticas nacionais desenvolvimentistas que se expandiram nas Américas durante e após a segunda guerra. O mais importante componente ideológico teria sido, segundo Antonio Tota, o "progressivismo", que explicava a necessidade de "domesticar-se" a América para servir como mercado, tanto das produções culturais como materiais.[590] Em finais da década de 1950, Maria de Lourdes Teixeira descrevia a rua Augusta que se expunha "em transição", vitrines que combinavam a tradição com a vanguarda e que se preparava para a receber a turma da jovem guarda, a juventude dos anos 1960.

> Rua Augusta. De um lado e do outro, prédios utilizados para fins comerciais, tanto os recentes como os antiquados. Lojas de lãs e casimiras com tailleurs esquartejados nos mostruários. Armazéns de comestíveis exibindo pilhas de lataria em apresentação de colunas retas e curvas. Lingerie quase imponderável pendendo de biombos dourados. Bolsas de couro ao lado de fulares e luvas. Sombrinhas na mão de manequins acéfalos, feitos de arame roxo. Frascos de perfume entre brincos e pulseiras. Retalhos de damasco servindo de fundo a binóculos e maquinas fotográficas. Cofres entreabertos derramando fios de pérola e de ouro. Bancos. Sapatarias. Boutiques. Casas de chá, de discos, de modas. Farmácias. Livrarias. Automóveis estacionados. Rua Augusta. Por enquanto, um estado de transição. Em remanescentes do passado, instalações modernas ostentando um comércio de luxo que abrange

[589] TOTA, 1993, p. 197.
[590] TOTA, 2000, p. 19.

> todos os ramos das utilidades e das frivolidades. Rua em processo de evolução, com seus focos de oferta fazendo o transeunte parar. Eixo de bairro, desaguadouro de outras ruas.[591]

As alunas do Des Oiseaux subiam e desciam as ladeiras da Augusta em suas lambretas e Lamborghinis, acompanhadas das colegas, para verem e para serem vistas. Garotas de elite tinham seus perfis selecionados pela Revista Augusta Chic de 1958, que destacava as adolescentes de 15 a 17 anos de idade. Estas frequentavam os mesmos clubes e escolas: o Clube Paulistano, o Clube Harmonia, o Colégio Sion e o Des Oiseaux. As garotas se vestiam com roupas modernas e despojadas, adquiridas nas lojas de roupas da Rua Augusta, lanchavam no Hot-dog e escutavam as novidades musicais na loja da Hi-Fi. Com frequência viajavam para os Estados Unidos e para a Europa, como Norma Telles, que em abril de 1958 estava nos "States" e se declarava a favor do uso de calças compridas pelas mulheres. Norma morava em "majestosa residência na rua Itacolomi no aristocrático bairro de Higienópolis".[592] Já Dulce Lee Serra, "uma das mais encantadoras flores que frequentam nosso grand monde", gostava muito de cinema, frequentava o Clube Paulistano e organizava com amigos "reuniões muito concorridas, mas bem selecionadas".[593] A vida social deste grupo acontecia em um mundo à parte, ocupando a Augusta-Jardins que distava poucas quadras das escolas das Cônegas de Santo Agostinho, mas implicava em grandes diferenças no cotidiano de seus habitantes e na percepção que se tinha da cidade.

Sob outra perspectiva Frederico Branco nos conta que, em seu tempo, "logo depois do Viaduto Martinho Prado, onde os bondes viravam para enfrentar a subida, havia o Colégio Des Oiseaux – meninas entojadinhas, chatas de namorar – o longo paredão da Tipografia Siqueira", seguidos pela sapataria de Ministrinho. Para ele a "rua em processo de evolução" de Maria de Lourdes Teixeira, equivalia ao desmantelamento e sepultamento da rua Augusta para sempre e "sob seus próprios escombros": "Num abrir e fechar de olhos, do dia para a noite, fauna, flora e paisagem primitivas foram totalmente erradicadas" e "a ruagusta deixou

[591] Maria de Lourdes Teixeira (1907-1989), escritora, jornalista e tradutora, foi a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, após receber o primeiro de seus dois prêmios Jabuti de literatura pelos romances Rua Augusta, de 1961, e Pátio das Donzelas, de 1970. (TEIXEIRA, 1961, p. 199-200)
[592] *Augusta Chic*, São Paulo, 1958, p. 1.
[593] Id. Ibid.

de servir para morar ou para viver", tornando-se uma faixa comercial feita apenas para se ganhar ou gastar dinheiro."

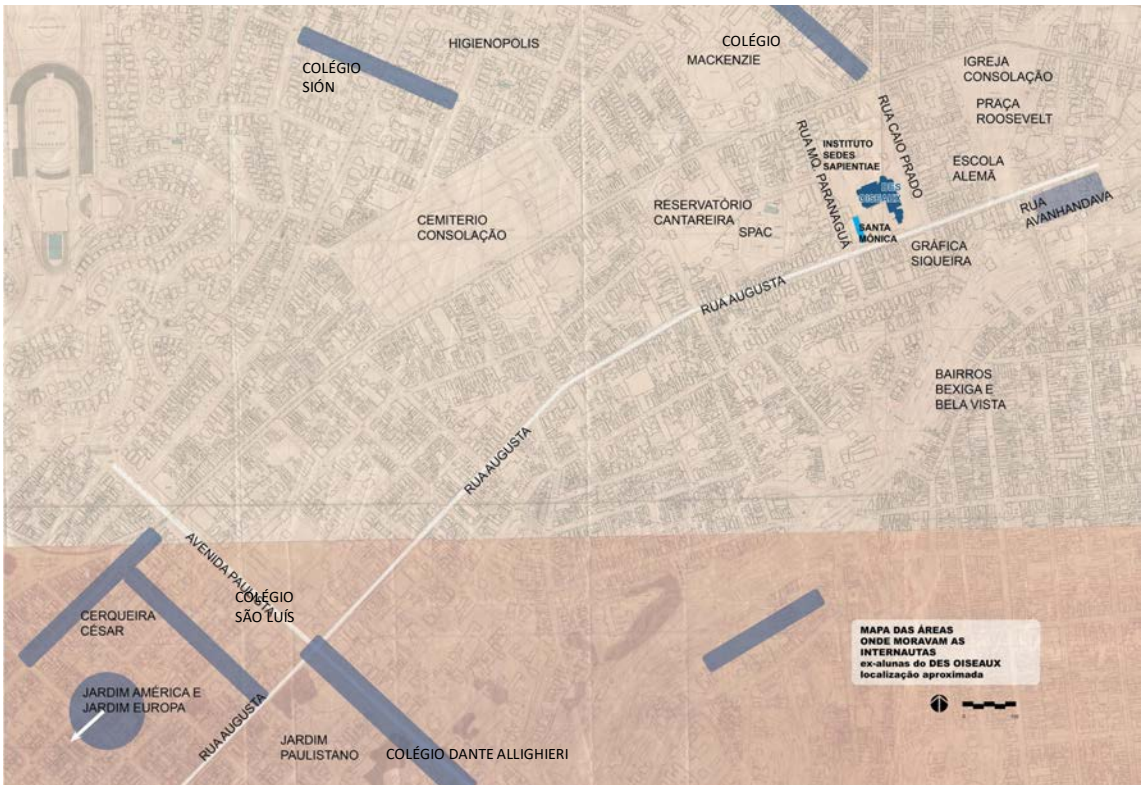


Figura 138: Mapa de localização das áreas aproximadas onde moravam as internautas ex-alunas do Colégio Des Oiseaux (indicadas em azul) nos anos 1940 e 1950. Mapa desenvolvido sobre a Planta Cartográfica de SP, 1954.

Com intensas atividades curriculares complementadas por cursinhos extras, aulas particulares e frequentes compromissos sociais, as meninas do Des Oiseaux viajavam pela cidade prioritariamente por meio do automóvel, ao invés de caminhar, ou utilizar o transporte coletivo. Consequentemente, a maior parte dessas estudantes pouco convivia com as ruas da cidade, especialmente com o trecho da Rua Augusta próximo ao colégio. Esta área em torno do Des Oiseaux representava para elas um universo desconhecido, do qual seu grupo não fazia parte e com o qual não se recomendava interação. Nos jornais e nas páginas digitais encontramos depoimentos que relatam o estranhamento por parte das alunas com relação aos habitantes da Rua Augusta e aos trabalhadores das fábricas e bares da região. A fábrica de calçados Melillo, instalada desde 1910, teve as greves de seus operários, as brigas e os problemas com a vizinhança noticiados pelos jornais.[594] A partir de 1953, os trabalhadores da

[594] *O Estado de S. Paulo* dos anos 1906, 1908 e 1914; e SIQUEIRA, 2008, p. 163-166.

gráfica que veio a ocupar o mesmo lote da Fábrica Melillo, foram também acusados de assustar e assediar as estudantes, assim como teriam feito alguns frequentadores de bares da região.

Quando as alunas do Des Oiseaux saíam às compras, buscavam ambientes mais alinhados às exigências de suas famílias. Na revista Augusta Chic, em sua edição de abril de 1958, a loja Fantasia Tecidos nos faz lembrar que entre seus melhores clientes – seus habitués – destacavam-se várias figuras ilustres da sociedade, listadas nominalmente na publicação. A loja era anunciada como "entre as casas similares, uma das que mais impressionam os compradores, pois apresenta-se com suas vitrines discretamente ornamentadas, não existindo a preocupação da super-exposição das mercadorias".[595] O anúncio traz mensagem similar àquela evidenciada pela contenção das maneiras, que está na base da formação dos grupos de elite, onde a boa educação não permite a "super-exposição" de forma alguma, principalmente em público. O controle da aparência e do comportamento que se esperava das alunas de colégios como o Des Oiseaux exigia comedimento: não destoar do conjunto, não falar, não cantar e não rir alto, enfim, exageros não faziam parte do ethos que se esperava das meninas bem-educadas.[596]

O cotidiano insular protegia as alunas do Des Oiseaux, que não estavam preparadas para conviver com os diferentes cotidianos que se misturavam do outro lado dos portões de sua escola. Para defender-se do caótico ambiente da metrópole, suas famílias buscavam os bairros com ocupação mais homogênea, onde construíam casas com linhas mais simples em expressão dos novos tempos. O repertório moderno da arquitetura residencial urbana brasileira foi introduzido nestes bairros com projetos para aqueles que valorizavam a cultura de vanguarda: tanto os arquitetos e como seus clientes, que pertenciam aos mesmos círculos sociais. Vários edifícios que se tornaram ícones da arquitetura residencial moderna da cidade de São Paulo foram construídos neste período.

[595] *Augusta Chic*, São Paulo, 1958.

[596] Qualidades como a discrição e a elegância acompanhavam os projetos dos ambientes comerciais, em tendência hoje reinventada como "minimalista". Essa tendência foi recentemente reintroduzida no vocabulário dos projetos de requalificação da rua Oscar Freire e do Shopping Iguatemi, lugares que, não por acaso, se localizam na região dos bairros Jardins-Pinheiros.

Representando a nova fase da Igreja católica e adiantando-se às tendências modernizadoras dos grupos ali representados, as Cônegas de Santo Agostinho fizeram construir no mesmo terreno do Des Oiseaux em 1941 o Instituto Sedes Sapientiae, com projeto do arquiteto Rino Levi. Muitas das ex-alunas do colégio seguiam seus estudos no Sedes, mantendo de alguma maneira seu vínculo, não somente com a instituição católica, mas com o grupo social ali presente e com os espaços físicos que eram agora tão modernos como suas casas. Os "desígnios paternos" confirmavam-se, com uma roupagem contemporânea que agradava as moças de então. O Sedes Sapientiae modificou-se na década seguinte e o simbolismo tradicional católico foi transformado com o envolvimento da ala progressista da igreja nos movimentos políticos anti-ditadura. Antecipando esse movimento, ainda no início dos anos 1960, Adélia Bezerra de Meneses, optou por "sair da gaiola do Des Oiseaux" em busca de "um ideal libertário": "Tratava-se para mim, antes de mais nada, de cruzar a Consolação: pois do outro lado, na outra ponta, quase como uma continuação da rua Caio Prado, mas, quebrando-se à esquerda, ficava a Maria Antônia."[597]

A travessia da rua da Consolação surge mais uma vez na história dessa região, agora com simbolismo renovado. Se em 1902, para os Prado-Uchôa, a rua Maria Antonia parecia seguir suavemente o percurso de Higienópolis até alcançar sua Villa na rua Caio Prado, em 1906, apesar do macadame instalado, a volta foi certa, pois o caminho lhes pareceu por demais acidentado. Nos anos 1960 de Adélia Menezes esta mesma rua levaria a jovem estudante do Des Oiseaux a atravessar a rua da Consolação em busca de cumprir seu "projeto de vida". O projeto de Adélia representou talvez o avesso do projeto dos Prado-Uchôa ao cruzar a mesma via. Desta vez tratava-se de romper com a tradição elitista em busca de um projeto da "vanguarda do pensamento renovador e na trincheira do combate à ditadura" representado na FFCL da Maria Antonia. Dentro da lógica contraditória da cidade moderna, o projeto do bairro "aristocrático" que se pretendera para Higienópolis não era uno e permitiu, bem ali, na Maria Antonia, talvez a maior de suas brechas, deixando não só Adelia Meneses, mas toda uma geração e diversas faculdades ocuparem o campus universitário – "no coração da cidade" – que se conformava ali desde os anos 1940.[598]

[597] MENESES, 1988, p. 118.
[598] SANTOS, 1988, p. 5-6.

> Ela [a rua da Consolação] era estreita em 1962, mas cruzá-la simbolizaria para a colegial do curso clássico um salto qualitativo, um ideal libertário a ser conquistado: entrar na USP. E desviar-me do Sedes Sapientiae, a faculdade de freiras e (então só) para moças, a que me destinaria o desígnio paterno, que queria, na minha formação, evitar qualquer solução de continuidade. Pois o Sedes Sapientiae dos anos 60 – apesar de ter sua entrada principal na rua Marquês de Paranaguá – apresentava um acesso natural pelos jardins do Colégio Des Oiseaux, com o qual formava um único bloco (topográfico/social/ideológico).[599]

A Consolação a que se refere Adélia Meneses ainda era "estreita", mas já muito movimentada e, por isso mesmo, foi alvo do projeto de ampliação que se concretizou poucos anos depois, em 1966-1967. Em seu entorno, edifícios altos e o excesso de trânsito transformaram a escala da rua. Como argumentamos no início do trabalho, esta é uma rua que, enquanto entidade física da urbe, ao mesmo tempo congrega e separa.[600] Com o fluxo aumentado e seu leito ampliado, a Consolação finalmente se tornou barreira e não foi mais possível imaginar qualquer continuidade física entre um lado e o outro.[601]

Ao transferir as atividades do colégio para outras unidades em 1969, as Cônegas de Santo Agostinho afirmaram que os motivos da mudança foram o aumento progressivo do tráfego, o adensamento e a verticalização da região.[602] Em outra versão, Madre Cristina declarou que a venda da propriedade se deveu à necessidade de investimento em outras iniciativas da congregação, como patrocinar a educação e catequização dos pobres, no litoral e no interior de São Paulo, e para cobrir os custos com as novas instalações do Instituto Sedes Sapientaie.[603] As novas unidades da Congregação se localizaram nos bairros Jardim Paulistano e no Morumbi. O Madre Alix e a escola gratuita Nazaré foram construídos na alameda Gabriel Monteiro da Silva, e o Colégio Nossa Senhora do Morumbi na avenida Giovanni Gronchi, para atender as famílias da zona sul da cidade.

---

[599] MENESES, 1988, p. 118.
[600] Ver Capítulo 1 deste trabalho.
[601] Continuidade física, pois em poucos anos os grupos de alunos do Sedes se juntariam à vanguarda *uspiana*, pelas mãos de Madre Cristina, do Sedes Sapientiae, "que era uma espécie de ponta de lança do apoio de outra parte da igreja ao movimento estudantil e à faculdade de filosofia" (Frei Betto, In: SANTOS, 1988, p. 142-143).
[602] *O Estado de S. Paulo*, 18/12/1970, p. 20.
[603] Depoimento de Madre Cristina (KEHL & VANNUCHI, 1990).

Nas duas instituições parceiras que se transferiam para o Jardim Europa, o Colégio Madre Alix para as meninas ricas e a Escola Nazaré para os pobres, o arranjo anterior se repetiu. Em outro tempo e em outro lugar, as escolas que compartilhavam o mesmo terreno mantiveram o antigo sistema de segregação entre os alunos. Novamente as notícias sobre a escola dos pobres são escassas e, como no caso da Escola de Santa Mônica - aparecem somente nas páginas digitais. Pelas palavras de Navarro:

> Descendo ainda a Gabriel, tínhamos o Colégio Madre Alix e a Escola Nazaré. Os dois administrados por freiras sendo o primeiro freqüentado pelas meninas mais ricas e o segundo pelas menos. Bem menos. No Madre Alix os motoristas que vinham buscar as meninas entravam no colégio com o carro por um portão e saíam por outro. Por isso não havia carros em fila dupla. No colégio Nazaré, nem havia carros. Só mães esperando as filhas saírem. Muitas delas ainda com o uniforme de cozinheira, babá, arrumadeira e etc. Quase ao lado do Madre Alix ficava a Brunela, que fazia um dos doces mais badalados da cidade. Para confirmarmos que éramos abençoados por Deus, o confeiteiro mor era nosso amigo e numa dessas, sobrava muita coisa.[604]

Com o fechamento do Colégio Des Oiseaux e da Escola de Santa Mônica, a entidade proprietária do imóvel da Rua Augusta, a Associação Instrutora da Juventude Feminina, vendeu em 1974 o terreno para um "consórcio nipo-brasileiro", que pretendia construir em 26 meses um hotel com 33 andares, 1.300 apartamentos com orçamento de 40 milhões de dólares. O decreto de 1970que designava a área de utilidade pública, teve que ser revogado para que o novo projeto fosse aprovado. Os proprietários assumiram então o compromisso de ocupar no máximo 25% do terreno, preservar as árvores e ainda inserir um jardim japonês no centro. O projeto garantia acesso livre para o público à área verde e serviços culturais, comerciais e sociais para os hóspedes e visitantes dos novos edifícios. O componente habitacional prometia estabelecer com os outros usos um "conjunto que será integrado profundamente ao parque".[605] As negociações para a reocupação dessas terras começavam.

Em 1967, dois anos antes do fechamento do colégio, as atividades da Escola de Santa Mônica já haviam se encerrado, fato que foi noticiado pelos jornais com indiferença que a tratavam como "a escola gratuita que funcionava atrás do Des Oiseaux".[606] Curiosamente, foram os ex-

[604] NAVARRO, 2007.
[605] *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1974.
[606] *O Estado de S. Paulo*, 18/12/1970, p. 20.

alunos desta escola gratuita que nos deram as primeiras e as últimas contribuições para o objetivo final deste trabalho, que é adentrar a experiência do cotidiano da Rua Augusta e da cidade, através deste pequeno trecho.

IV. A ESCOLA DE SANTA MÔNICA: 1924 A 1967

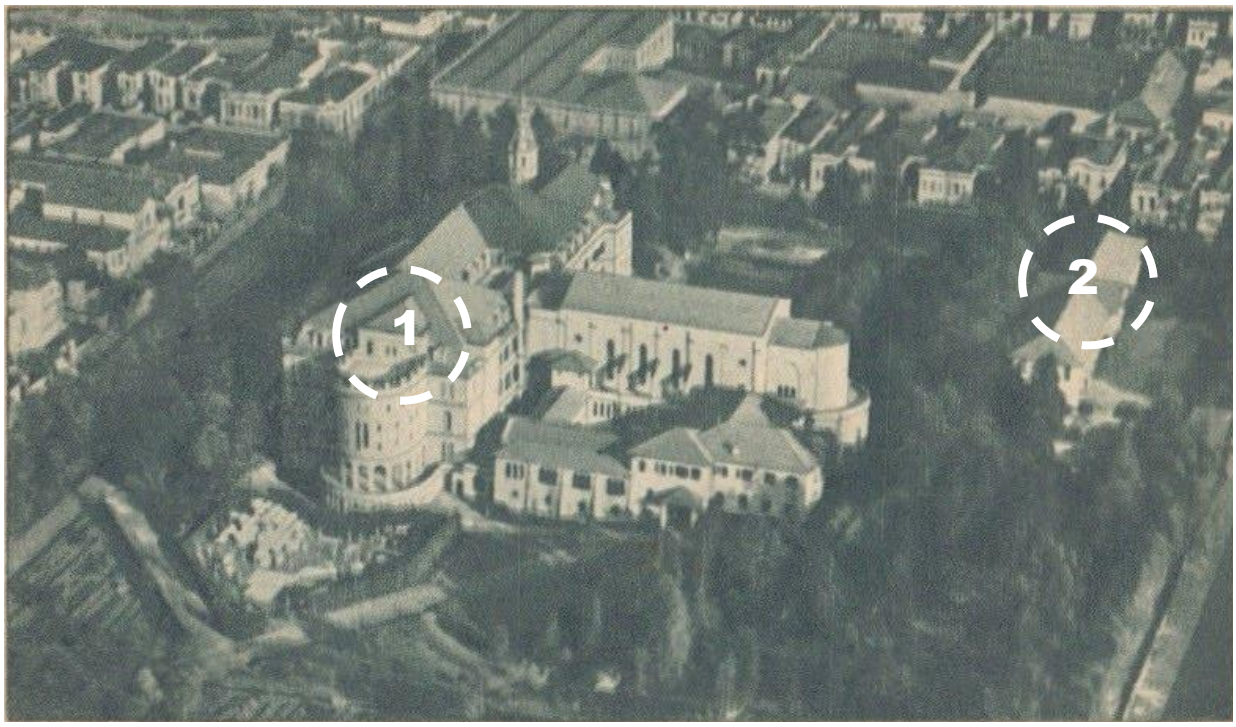


Figura 139: Vista aérea do complexo educacional das Cônegas de Santo Agostinho, circa 1940.[607] Estão marcados com o número **1** os edifícios que faziam parte do complexo das Cônegas de Santo Agostinho, incluindo o Colégio Des Oiseaux. Com o número **2** está marcada a Escola de Santa Mônica. A Rua Augusta localiza-se na parte superior da fotografia; à esquerda a rua Caio Prado e à direita a rua Marquês de Paranaguá

.

IV.1 ARQUITETURA E O ESPAÇO

> Fiéis ao que prescrevem as regras de sua Ordem, ditadas pelo santo fundador, de que não deveriam ser desprovidos os pobres de seu zêlo e cuidados, as cônegas de Santo Agostinho preocuparam-se, logo que lhes foi possível, em atender a esse sagrado dever, fundando a primeira de suas escolas gratuitas: a Escola de Santa Mônica.[608]

[607] Postagem no Facebook, dezembro de 2013.
[608] Panfleto datilografado com discurso a ser proferido em celebração da Congregação das Cônegas Regulares de Santo Agostinho, s/ data.

Seguindo a tradição das escolas confessionais, as cônegas de Santo Agostinho fizeram construir, a partir de 1920, nos fundos de sua propriedade, uma escola primária para educar as crianças pobres. O caderno comemorativo dos 25 anos da Escola de Santa Mônica descreve seu desenvolvimento em duas fases.[609] Durante a primeira fase, de 1921 a 1930, a escola contava com quatro salas oferecendo de primeiro a terceiro anos do ensino primário. Nos anos seguintes, com o aumento das matrículas, acrescentaram-se classes para o jardim da infância, desdobrando-se o quarto ano em dois períodos. No primeiro ano de funcionamento a escola atendeu 85 alunas, chegando até 565 alunas em 1927, divididas em 7 classes. A partir de 1928 a escola passou a acolher também os meninos, com uma seção feminina de 345 alunas e a seção masculina com 55 alunos.



Figura 140: Alunas da Escola de Santa Mônica na década de 1920. (Acervo da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho)

Ocupando um edifício temporário, a Escola de Santa Mônica iniciou suas atividades num canto do imenso terreno do complexo educacional (marcada na Figura 139 acima com o número **2**). As fotografias mais antigas da escola refletem a diversidade das alunas que frequentavam a escola, descendentes de italianos, portugueses, negros, todas muito pobres. A posição das meninas, intimidadas pelo fotógrafo e com braços cruzados diverge das fotografias

[609] Notícia Histórica da Escola de Santa Mônica – Anexa ao Colégio das Cônegas Regulares de Santo Agostinho, Brochura com distribuição restrita, São Paulo, 1946.

que encontramos das alunas do Des Oiseaux, que desde pequenas participavam de eventos sociais e sentiam-se mais à vontade na frente das câmeras.[610]

O prédio encomendado em 1920 para substituir o edifício temporário da escola foi obra do arquiteto polonês George Przirembel, que viera ao Brasil alguns anos antes encarregado de projetar o convento de São Bento no centro de São Paulo.[611] Przirembel havia completado seus estudos na Alemanha onde especializou-se em edifícios religiosos e residenciais. Apesar de sofrer pressão de seus clientes eclesiásticos para adotar o estilo gótico ou românico em seus projetos, o arquiteto era "encantando com nossa arquitetura colonial", e seguiu este estilo até a década de 1940.[612] A escolha de Przirembel para projetar a Escola de Santa Mônica com seu "tradicionalismo nacionalista" [613], adequava-se às intenções da escola, que tinha como missão a evangelização e a educação dos pobres.

O edifício construído em 1920 incluía quatro salas para aulas, que em seus 42m^2 cada, não foi suficiente para comportar o crescimento progressivo da escola durante seus primeiros dez anos de funcionamento. Em 1930, a escola tinha 493 alunos, divididos em sete classes, dentre eles 453 meninas e 40 meninos.[614] Até então todos recebiam em doação os uniformes e o material para os dias de festa.[615] A partir de 1925, foi também patrocinada pelas noviças uma oficina de corte, costura e bordados para as ex-alunas da escola gratuita. A intenção era iniciá-las na atividade da costura, garantindo sua inserção no mercado de trabalho. A oficina foi, no

[610] Nas fotografias dos alunos da Escola de Santa Mônica nota-se a presença de crianças de origem africana, no entanto, não encontramos qualquer menção à suas famílias, seus locais de moradia ou mesmo relação entre estas crianças e os ex-alunos internautas. Reconhecemos que o processo de invisibilização que ocorria com os alunos da escola das crianças pobres apresentava ainda outro degrau, mais difícil de ser transposto pela pesquisa, já que não encontramos registro da presença destas crianças nas postagens, nos jornais ou na literatura.
[611] George Przirembel fora o primeiro autor do projeto (não construído) para a Igreja Nossa Senhora do Brasil, na esquina da Rua Augusta com Avenida Brasil. O arquiteto ficara conhecido pelo estilo neocolonial, empregado em obras no litoral e na capital de São Paulo. Przirembel e Antônio Moya foram os únicos dois arquitetos que participaram da Semana de 1922.
[612] AMARAL, 1998.
[613] LEMOS, 2004.
[614] Notícia Histórica da Escola de Santa Mônica, Brochura de Comemoração do 25º aniversário da fundação da escola, 1946, p. 5.
[615] Notamos aqui que algumas alunas do Des Oiseaux de fato reconheciam a existência da Escola de Santa Mônica. Com o fechamento desta e de outras instituições de ensino gratuitas para servir as crianças pobres, o foco dessas alunas transferiu-se para a Associação Santo Agostinho (ASA), fundada em 1942. De acordo com o website, desde sua abertura, a ASA fundou cinco creches, cinco recantos e um lar para idosos entre 1951 e 1991 e hoje segue mantendo essas instituições (Website da ASA. Disponível em: https://asatransforma.org.br/asa/quem-somos/nossa-historia/. Acesso em 12/1/2022).

entanto, interrompida em 1935 por falta de professoras. O uniforme só se tornou obrigatório na Escola de Santa Mônica a partir da década de 1930, quando a escola passou a receber professores e apoio financeiro do governo do Estado.

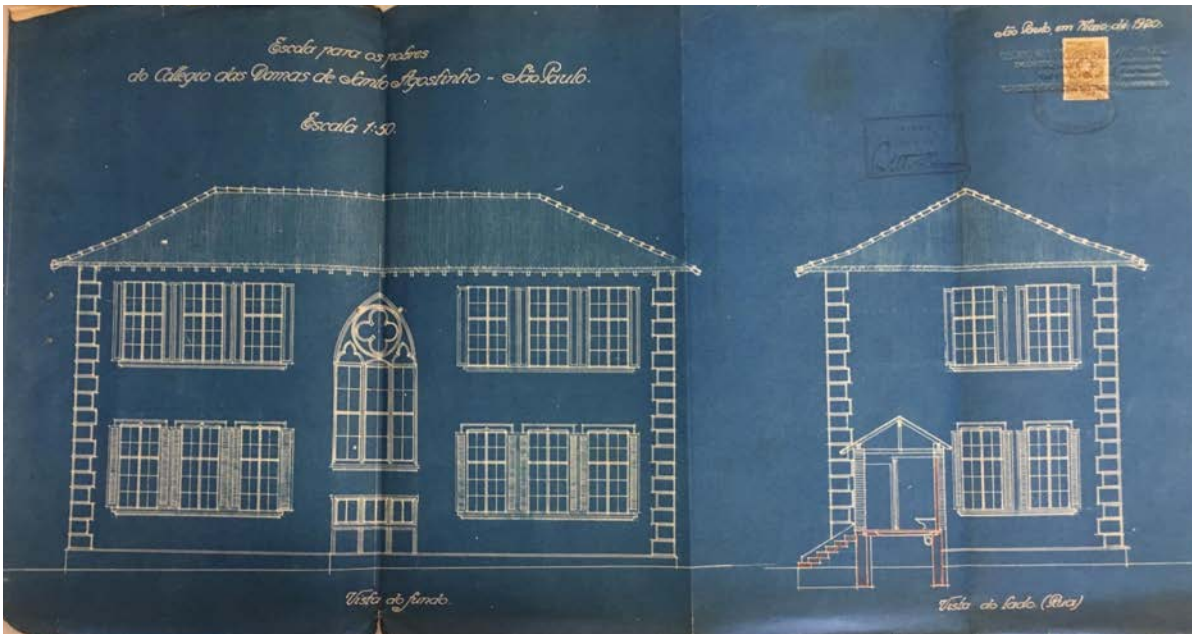


Figura 141: Primeira escola para os pobres do Colégio das Damas de Santo Agostinho, ano 1920. SOP, AHM-SP.

Com aumento significativo no número de alunos e a impossibilidade de acomodá-los no pequeno edifício original, as cônegas mandaram construir entre 1930 e 1931, seis novas salas, uma capela, um salão de festas, um "hall" e um pátio para o recreio. Na segunda fase da escola (a partir de 1930/31), já acomodada no novo edifício, o Jardim da Infância foi suprimido e a escola passou a oferecer o primeiro e segundo ano também para meninos. A opção por oferecer ensino para os meninos foi considerada inovadora para a época, já que a oferta de escolas confessionais gratuitas para o sexo masculino na cidade era então bastante reduzida. Como a divisão sexual do sistema de ensino marcou todo o sistema de educação da cidade de São Paulo até os anos 1960, os meninos tinham poucas opções. A divisão do espaço escolar brasileiro neste período ainda se conformava por gênero, pela posição social e também pelos atributos raciais dos alunos.

A partir de 1938 e até seu fechamento em 1967, ficou estabelecido que a Escola de Santa Mônica ofereceria o ensino do primeiro ao quarto ano primários, no período da manhã para os meninos e no período da tarde para as meninas. Durante este período as matrículas

variavam de ano a ano, com o máximo de 614 alunos em oito classes em 1931, e a menor turma com 309 alunos repartidos em 11 classes em 1945. A população de estudantes da escola se aproximava da população do Colégio Des Oiseaux na mesma época, ou seja, não se tratava de uma "pequena" instituição.[616]



Figura 142: Organização dos alunos no pátio da Escola de Santa Mônica, aos fundos o edifício provisório que abrigou a escola no primeiro ano de funcionamento, 1965. (Acervo da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho)

Com entrada pela Rua Augusta, os alunos não se misturavam com as alunas pagantes do Des Oiseuax, ocupando o edifício neo-colonial agora expandido, mas que continuava a ser separado por um "grande muro".[617] Segundo seus ex-alunos, o edifício da Escola de Santa

[616] A proporção de estudantes no ano de 1957 era de 682 alunas no Colégio Des Oiseaux e 580 alunos na Escola de Santa Mônica. In: Notícia Histórica da Escola de Santa Mônica, 1921 a 1946. (Acervo da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho).

[617] O "grande muro", expressão utilizada pelos alunos da Escola de Santa Mônica, era o muro dos fundos do próprio edifício da Escola de Santa Mônica.

Mônica era "imponente" na maneira como se destacava no pátio arborizado, com "bancos de cimento ao redor" e incluía também um consultório dentário.[618]

IV.2 AS ESCOLAS CONFESSIONAIS GRATUITAS

As jovens alunas do Des Oiseaux contam que aquele colégio "dava uma educação de estímulo a solidariedade, mas não de ação" e, portanto, suas alunas não tinham relação alguma com as crianças pobres.[619] Cirene Cardoso dos Reis, ex-aluna da Escola de Santa Mônica confirma que "não havia interação entre os alunos das duas escolas. Eram dois mundos bem diferentes, os mais abastados eram assistencialistas".[620] A escola gratuita fora instalada junto ao colégio, pois "o empreendimento católico tinha que se afirmar e ser reconhecido como benemerência, doação de si, sacrifício, para ter legitimidade".[621] Para que a missão se cumprisse, as escolas católicas brasileiras, seguiam o modelo das instituições confessionais com base na Europa e implementavam diferentes arranjos para acolher as crianças pobres e as órfãs. Esses arranjos variaram significativamente ao longo dos anos, com diferentes requerimentos e exigências para os alunos das escolas gratuitas. Estudos acadêmicos trazem exemplos desse tipo de arranjo em instituições confessionais no Brasil, como discutimos a seguir.

O Colégio Notre Dame de Sion (1889 - 1968), tradicionalmente frequentado pelas meninas ricas da cidade de Petrópolis, oferecia ensino gratuito para as meninas carentes que

[618] A presença do consultório dentário era muito valorizada pelos alunos da Escola de Santa Mônica, sendo mencionada por diversos deles em suas postagens (Entrevista pessoal com Cristina Boera, outubro de 2018).
[619] Maria Alice Vassimon, educadora, psicoterapeuta e ex-aluna do Des Oiseaux, conta de sua frustração em não poder ajudar as crianças carentes que estudavam ao lado. Assim, ao terminar o colegial, voluntariou-se para ensinar as crianças pobres da escola da Achiropita, do outro lado da Nove de Julho, no bairro do Bexiga (Entrevista com Cirene Reis e Maria Alice Vassimon, realizadas pessoal e virtualmente pela autora em outubro de 2018).
[620] Entrevista virtual com Cirene Cardoso dos Reis em março de 2019. O assistencialismo praticado pelas alunas do Des Oiseaux compunha-se de algumas ações: doação de roupas e material escolar para as meninas pobres; coleta de fundos para a Liga das Senhoras Católicas ou para a ASA (Associação das ex-alunas do Colégio das Cônegas de Santo Agostinho), que davam em apresentações artísticas (teatro, musica e exposições) e em chás beneficentes. Algumas alunas voluntariavam-se para visitas a outras escolas para pobres em diferentes bairros (como o Bexiga) e em favelas.
[621] PEROSA, 2005, p. 37. A benemerência ou o "sacrifício" a que se submetiam as alunas contavam com uma "fina festa de arte acolhida pela nossa sociedade culta, no Salão Nobre do Des Oiseaux: memorável acontecimento social", anunciado em *O Estado de S. Paulo* de 10/09/1938. Ou com o "Baile das 13 Listas organizado pela Srta. Estela de Souza Queiros Amaral em sua residência", que se seguiu à "bela festa" realizada na Casa de Portugal em beneficio da Escola de Santa Mônica, em reportagem em *O Estado de S. Paulo* de 4/10/1957.

trabalhavam em troca de instrução e moradia.[622] As vagas para as meninas, designadas pela congregação como Martinhas, eram bastante concorridas. Para assegurar um lugar na escola era necessário trazer uma carta de recomendação, manifestar parentesco com uma aluna ou empregada da mesma instituição. Ao terminar a escola primária como Martinha, as alunas carentes do Sion de Petrópolis se tornavam Martas e passavam a ser internas do colégio.[623] A partir de então, as Martas participavam de aulas que se combinavam à prestação de serviços à outra seção da escola, onde estudavam as meninas ricas, as Marias. As Martas trabalhavam na faxina, lavanderia e cozinha e eram submetidas a rigorosas regras para manter a eficiência e garantir a dedicação ao trabalho. Elas deveriam portar-se com modéstia não podiam conversar, nem erguer os olhos em direção às alunas pagantes, cumprindo suas tarefas com eficiência e invisibilidade. Em troca, as Martas recebiam aulas de catecismo, de bordado, tricô e costura. As ex-Martas do Colégio Sion durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 entrevistadas para a pesquisa de Márcia Alamino não viam a condição de subalternidade com relação às alunas ricas como um problema, pois encaravam com naturalidade o fato de serem designadas como serviçais, seguindo os mesmos passos de suas mães e parentes. Para essas famílias, a escola aparecia como opção segura e como uma forma de proteger suas filhas e garantir-lhes um futuro digno.

As alunas pagantes, as Marias, expressaram pouco ou nenhum conhecimento sobre a situação das Martinhas que lhes serviam. A separação entre as Martas, as alunas carentes, e as Marias, as alunas ricas, replicava a segregação de classes que existia fora dos muros da escola, separando aquelas que possuíam o capital financeiro e portanto podiam adquirir o capital cultural, daquelas que tinham apenas a força do trabalho a oferecer em troca do privilégio de pertencer à renomada instituição.[624] Em Petrópolis, o conformismo com a situação desigual,

[622] Márcia de Carvalho Jimenez Alamino estuda Colégio Sion em sua dissertação de mestrado intitulada *Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o Colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis*, de 2008. A autora percorre os cadernos registro das atividades diárias de cada uma das Martinhas na escola gratuita, anexa ao Sion, onde verifica que as meninas trabalhavam das 5:30 às 21hs, com apenas 3 horas de aulas e alguns minutos para descanso. Internas e sob rígido controle das freiras, tinham direito a visitar a família apenas uma vez ao ano. Além disso, as ex-alunas declaram nunca ter recebido seus diplomas. (ALAMINO, 2005, p.35-38)

[623] Marta estaria associada na Bíblia à figura e imagem da vida ativa ("ocupada com muito serviço", aquela que serve) enquanto Maria encarnaria o símbolo da vida contemplativa ("aquela que se coloca aos pés de Jesus", que aprende). (ALAMINO, 2008, p. 88; Lucas 10:38-42).

[624] ALAMINO, 2005.

expresso tanto pelas alunas pagantes como pelas carentes, e ainda pelas ordens religiosas responsáveis pelo esquema, somente sofreu mudanças a partir da década de 1950.

Além da Congregação Nossa Senhora do Sion, que manteve arranjo similar na oferta de ensino para as alunas carentes em várias outras cidades do país, como a escola em Campanha, Minas Gerais e o Colégio Sion no bairro de Higienópolis em São Paulo, o Colégio Nossa Senhora das Dores em Mariana e em Diamantina[625], existiram no Brasil outras escolas organizadas por diferentes ordens religiosas com arranjos similares entre as alunas pagantes e as pobres. Nos primeiros anos da Escola de Santa Mônica, entre 1921 e 1930/31, foi mantido esquema similar ao adotado pelas escolas confessionais da época, como descrito por Zélia Gattai em suas memórias. Levada por "Ema, filha da dona Josefina Strambi", Gattai foi aluna da Escola de Santa Mônica, que "não tinha nome, nem currículo" e se localizava no "anexo do famoso colégio de meninas ricas de São Paulo, o Des Oiseaux".[626]

Nos fundos do colégio, que "se elevava" no parque que tomava quase todo o quarteirão, o "modesto pavilhão" com entrada separada recebeu Zélia Gattai como aluna na década de 1920. Como muitas colegas, teve de aprender sem vontade nenhuma a costura e o bordado, mas depois de um ano cansou "de bordar para as freiras" e deixou a escola.[627] Nestes tempos, a separação física entre os dois prédios já era marcante, assim como entre as alunas pagantes e as carentes. Madre Cristina, ex-aluna do Colégio Des Oiseaux durante os anos 1920 e professora nos anos 1930, recorda-se que "havia o colégio das pobres e o das ricas, separados por um Muro de Berlim".[628] A segregação se aplicava também à condição social e racial das

[625] LAGE, 2013. Ana Cristina Pereira Lage discute em artigo a as conexões entre o ultramontanismo (movimento composto pelo clero mais conservador da Igreja Católica) e o liberalismo, enquanto elementos para entender as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil.
[626] GATTAI, [1986] 2009, p. 268-269.
[627] Ibid.
[628] O "muro de Berlim" de Madre Cristina era o mesmo "grande muro" mencionado pelos alunos da Santa Mônica. Madre Cristina (1916-1997) foi uma educadora, psicóloga e religiosa da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho. Por toda sua vida procurou integrar sua atuação religiosa à educação e à atividade política. Nascida em Jaboticabal, interior de São Paulo, licenciou-se em Filosofia e Pedagogia e entrou para a vida religiosa. Ficou conhecida no meio universitário por sua atuação política em defesa dos Direitos Humanos. Madre Cristina foi fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientiae em 1975, com a proposta de "encontrar a forma da Psicologia ser um instrumento a serviço do processo de transformação da sociedade". Publicou diversos livros e ficou conhecida por sua atuação durante o período da ditadura militar, escondendo presos políticos e intermediando encontros entre as lideranças que recebiam ameaças de morte e de prisão (Instituto Sedes Sapientiae. Disponível

alunas e das próprias cônegas da congregação. As negras não eram admitidas como alunas e tampouco podiam tornar-se freiras. Madre Cristina relembra que ainda nos anos 1950 havia divisão de classes dentro da própria congregação, enfatizando que "até os hábitos eram de cor diferente, conforme as religiosas fossem de família rica ou pobre".[629] Além da segregação espacial, o ensino gratuito oferecido pelas Cônegas de Santo Agostinho tinha currículo diferenciado, cujo objetivo principal era preparar os alunos pobres para o mercado de trabalho.[630] As estratégias utilizadas pelas escolas confessionais que aliavam o ensino gratuito à prestação de serviços para a instituição mantenedora se mantiveram até a década de 1930, quando as escolas gratuitas foram compelidas a equiparar os currículos àqueles das escolas públicas.[631] A exigência do trabalho na escola e de subserviência aos alunos pagantes desapareceu no Des Oiseaux na medida em que ficou instituída a oferta do ensino primário gratuito.[632] Ainda assim, as mudanças estruturais, não alteraram a segregação no espaço escolar e os alunos pobres permaneceram isolados em um canto do complexo das Cônegas de Santo Agostinho.

O período de 1930 a 1960 foi marcado, na área da educação, por disputas ideológicas, que tinham de um lado os setores liberais-progressistas, com apoio do governo federal e dos operários, que acreditavam na Escola Nova, ou seja, pregavam o oferecimento de educação primária gratuita pública de forma universal. Por outro lado, estavam as oligarquias tradicionais, mais conservadoras, com apoio de parte da igreja católica, que até então controlava a educação e defendia a manutenção da escola privada com subsídios estatais. Durante esse período, a Escola de Santa Mônica foi sustentada pela congregação, mas mantinha também professores da rede estadual de ensino.

em: https://sedes.org.br/site/instituto-sedes-sapientiae/madre-cristina/. Acesso em 01/04/2020; MEMÓRIA VIVA, 1984).

[629] Entrevista de Maria Rita Kehl e Paulo Vannuchi com Madre Cristina. Revista Teoria e Debate, 1990. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/. Acesso em 23/2/2022.

[630] Na primeira metade do século XX, escolas católicas gratuitas priorizavam em seus currículos "os trabalhos manuais, como costuras, bordados, fabricação de rendas, de flores etc. O conhecimento destas técnicas poderia assegurar um futuro trabalho feminino e a ampliação da renda familiar". (LAGE, 2014, p.28)

[631] Ainda assim em muitas escolas, como indicam os estudos de Lage e Alamino, o arranjo que diferenciava as alunas entre Martas e Marias se manteve até meados da década de 1950.

[632] Essa medida foi definida durante o primeiro governo de Vargas, quando se consolidou a construção de um sistema nacional de educação pública.

Enquanto instituição assistencial, desde sua fundação a escola participava do movimento catequético, engajando-se em diversas "ações católicas" e abrindo novos programas em diversas frentes que culminaram no movimento jocista da Ação Católica.[633] Entre outras atividades da ação católica, a partir de 1935, o edifício original da Escola de Santa Mônica passou a acolher a sede do movimento da Juventude Operária Católica Feminina (J.O.C.F.) com a presença de 84 operárias em retiro fechado.[634] Outras reuniões ainda ocupariam esse edifício, aparentemente sem qualquer envolvimento com as atividades da escola gratuita.

IV.3 O MURO DE BERLIM: EDUCAÇÃO E SEGREGAÇÃO

A Escola gratuita de Santa Mônica foi sustentada pelo Des Oiseaux como atitude de benemerência, mas ainda assim, manteve a segregação física que existia entre as duas escolas. Com as matérias obrigatórias equiparadas a partir da década de 1930, as atividades extras oferecidas pelo Des Oiseaux (como o ensino de idiomas, música, laboratórios, viagens) e o corpo de professores altamente qualificados, foram os marcadores da diferença. A Escola de Santa Mônica passou então a utilizar os professores do sistema estatal, com a participação mais reduzida das cônegas, equiparando a qualidade do ensino ofertado ali àquele oferecido pelas escolas públicas. Os ex-alunos dos anos 1940 e 1950 afirmam que o currículo era típico de qualquer escola primária da época e que aos sábados ainda se mantivera a obrigatoriedade das

[633] O movimento jocista, movimento da Juventude Operária Católica, fundado em 1932 na Bélgica por Joseph Cardjin, propunha a combinação do "ver, julgar e agir" na conformação do método para educar e evangelizar os jovens. Caracterizou-se no Brasil por uma visão crítica e de ação para resolver os problemas da realidade social, com participação política nos anos 1960 e contra a ditadura.

[634] O movimento jocista, que já havia estreado em Recife e no Rio de Janeiro em 1932, levou antigas alunas do Colégio Des Oiseaux e alunas do Curso de Catequistas a acompanharem a conferência sobre ação social. O antigo prédio da oficina de corte e costura foi então convertido em centro para os encontros da Juventude Internacional Católica Feminina e a Frente Católica Feminina (F.C.F.) e para a Juventude Internacional Católica Feminina (J.I.C.F.), que ali se reuniram até o ano de 1938. O núcleo inicial da Ação Católica havia sido formado por um grupo conservador que defendia o nacionalismo de direita: os integralistas e o movimento fascista brasileiro. Nessa época, Plinio Correa de Oliveira era professor de história do Colégio Des Oiseaux. Com o passar dos anos e sob a direção de Alceu Amoroso Lima e Dom Elder Câmara em 1947, a Ação Católica iniciou um ciclo de transformações que tomaram um rumo mais progressista. Madre Cristina conta que após o Concilio do Vaticano II, elas "conseguiram se livrar da corrente fascista que dividia espaço no Sedes e implementar a luta por um mundo mais justo", numa corrente à esquerda contra a ditadura, com apoio da congregação, que "dá uma guinada de 180 graus" no seu posicionamento político. Após o golpe de 1964, depois de muitas manifestações, exilio, torturas, prisões e mortes de membros dos vários grupos, estes movimentos foram extintos ou entraram na clandestinidade.

aulas de bordado para as meninas e os trabalhos manuais para os meninos.[635] Os diferentes relatos sobre as mudanças curriculares e na estrutura da escola expressam a mudança de projeto que visava tornar o ensino, assim como a catequese, mais "prático e intuitivo".[636] O objetivo prático alinhava-se com o futuro de muitos alunos, que mais tarde completariam cursos técnicos, tornando-se contadores, comerciantes, secretárias, esteticistas.

Os internautas ex-alunos da Santa Mônica, expõem sua apreciação e sua afinidade com o Colégio Des Oiseaux, guardando "lembranças muito boas" dos alunos bem tratados, e das "professoras bastantes competentes, umas bravas e outras bastante amigáveis".[637] Ao encerrar as atividades em 1967, a escola gratuita deixou seus alunos sem opção. Por falta de poder aquisitivo, a maior parte deles transferiu-se para escolas públicas da região, com menor prestigio e educação inferior, segundo os internautas: "que diferença!".[638] Nas memórias dos ex-alunos da Santa Mônica , o Des Oiseaux ficou marcado por seu requinte e arquitetura majestosa – "em estilo arquitetônico europeu, bonito e nobre", pelo luxo dos uniformes – "uniformes cinza e blusa branca e uma pelerine para o inverno" –, pela riqueza – "todas bem nascidas" –, as maneiras e a posição social – "a tradição e a fama" – das alunas do Des Oiseaux.[639] Nesse caso, como nas escolas de outras congregações, a segregação espacial não parecia incomodar a maior parte das alunas, que se maravilhavam com as vizinhas ricas, de quem emprestavam o prestígio de pertencer à mesma instituição.[640]

---

[635] "Eu li o livro da Zélia e fiquei muito chateada. Ela disse que lá ninguém estudava nada, só bordava. Você acha que um primário só ia dar bordado? Não tem nexo! Eu fiquei magoada com a Zélia Gattai, pois ela disse que a gente tinha que fazer bordado, mas não era verdade, não tinha bordado. Somente nos sábados, somente três horas de bordado. Aí sim era só bordado, mas eu não gostava. Então minha mãe terminava meus bordados para apresentar no final do ano, porque eu nunca conseguia acabar os meus" (Maria Cristina Boera, ex-aluna da Escola de Santa Mônica durante os anos 1950 e 1955 – Entrevista conduzida em outubro de 2018).

[636] Notícia Histórica da Escola de Santa Mônica, 1946, p. 10. (Acervo da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho)

[637] Entrevista com Maria Cristina Boera, 10/2018.

[638] Comentário de Vera Montebelere à postagem de Miguel Chammas, 2010.

[639] Maria Christina Boera, entrevista à autora em outubro de 2018; Postagem de Miguel Chammas no blog São Paulo Minha Cidade, curadoria da Secretaria de Turismo de São Paulo. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/733/Memorias%2BInfantis%2BII. Acesso em 12/01/2021.

[640] A admiração pela arquitetura dos tradicionais colégios católicos da cidade é sempre acompanhada de sua ilustre localização: o "Sion", de Higienópolis, o "L'Assomption", da Alameda Lorena e o "Sacre Coeur de Marie" que se localizava na parte nobre da Avenida Nove de Julho (Maria Christina Boera, entrevista à autora em outubro de 2018).

No portão da rua Caio Prado chegavam as meninas do Des Oiseaux pela manhã, "com uniforme, chapéu e luvas brancas e com a caderneta na mão", relata Nelly Martins Ferreira Candeias em suas memórias.[641] Moradora de um grande sobrado projetado por Ricardo Severo em 1925, na alameda Santos esquina com a Brigadeiro Luís Antônio, a família contava em casa com o auxílio de uma governante alemã, um jardineiro, uma cozinheira e sua ajudante e uma copeira, as duas arrumadeiras, uma lavadeira, uma passadeira e o *chauffeur* que levava Candeias para o Des Oiseaux e depois deixava o irmão no Colégio São Luís, na avenida Paulista. Nelly Candeias descreve a educação insular oferecida em casa, com professores particulares de música e línguas estrangeiras, seguidas das apresentações de peças de Schubert e Beethoven para os convidados importantes "em ambiente de estudada solenidade". Muitas comemorações, mas também grande exigência quanto ao rendimento escolar dos cinco filhos: "boas notas acompanhadas de privilégios, afagos; más notas eram acompanhadas por um abanar de cabeça e por duras reprimendas. O agrado e o desagrado se manifestavam por comunicação visual pelas sobrancelhas e não por palavras."[642]

O movimento de entrada e saída dos alunos das duas escolas transformava o cenário da Augusta todos os dias. Centenas de jovens chegavam pelos portões da Caio Prado, onde as aulas começavam as oito horas. Um pouco mais cedo, as sete e meia entravam os alunos da Escola de Santa Mônica pela Rua Augusta. Cruzavam o portão às 7:30 e "como era costume, levávamos na lancheira [...] o pão com banana, o sanduíche de ovo, o sanduíche de pão com manteiga e açúcar, o pão com mel e outras especialidades maternas".[643]

Os alunos da Santa Mônica caminhavam para a escola e experimentavam o cotidiano das ruas, onde encontravam seus vizinhos, cruzavam com os automóveis e as carroças, os trabalhadores da gráfica, etc. Nas horas livres, sentavam-se nos degraus de suas casas para ler gibi, pegavam carona nos bondes camarão que subiam a ladeira e corriam à esquina para buscar o leite no armazém de secos e molhados do Sr. José. Em certa ocasião, Miguel Chammas improvisou

[641] Nelly Martins Ferreira Candeias foi socióloga, sanitarista e professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com pesquisas, projetos e publicações na área de saúde no trabalho, com projetos nacionais e internacionais.
[642] CANDEIAS, 2014.
[643] CHAMMAS, Miguel. Memórias fraternais. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/1183/Memorias%2BFraternais. Acesso em 12/03/2021.

com ajuda do irmão "uma sonora e estridente bateria", que fabricada a partir de uma lata velha "daquelas de 18 litros e duas varetas". Os vizinhos reclamaram e em "poucos minutos lá estava Dona Thereza, nossa mãezinha querida, de cabo de vassoura na mão, ordenando que o artístico instrumento fosse calado e totalmente desmanchado". As manifestações de agrado e desagrado nas famílias de Chammas e Candeias representam os diferentes códigos de conduta de cada grupo. A rigidez na escola e o castigo faziam parte da educação nas duas casas, mas eram transmitidas de maneiras diferentes: "Obedientes (éramos um pouco), mas temerosos da surra que poderia vir a qualquer momento, atendíamos às ordens e nos calávamos até a próxima travessura."[644] O levantar das sobrancelhas do pai de Candeias tinha a mesma eficácia na educação dos filhos, aplicado ao contexto social da distinção e sobriedade que se esperava das famílias de elite.

Nas memórias disponibilizadas nos meios digitais, o comportamento, as expectativas e a linguagem aparecem nas manifestações dos alunos, evidenciando "os esquemas mentais de percepção e apreciação"[645] e a eficácia dos mecanismos de controle e de reprodução dos modelos impostos a cada grupo. A associação dos pobres à desordem, à simplicidade, à banalidade, e dos ricos à organização, à elegância e à exclusividade é frequente nos discursos das páginas digitais. Os "encontros" virtuais que se formam através das redes servem como suporte e afirmação para a representação que cada indivíduo faz de si, enquanto membro daquele grupo específico. Assim, a escolha em participar e a aceitação pelo grupo – que se dá através dos comentários e da atenção dada a cada postagem – tende a reforçar os pilares que reafirmam o senso de pertencimento a um grupo, o que implica na exclusão de seu "oposto".

[644] CHAMMAS, Miguel. Memórias de antigamente. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/4558/Memorias%2Bde%2Bantigamente. Acesso em 12/02/2022.

[645] Os "esquemas mentais de percepção e apreciação" articular-se-iam nas diferentes esferas que compõem o *habitus*. (WACQUANT, 2013)



Figura 143: Dia do sorvete na Escola Santa Mônica, 1931.[646]

O muro que separava as duas escolas, aquela dos ricos e a dos pobres, separava também todo um cotidiano que se construía em espaços próximos, mas por caminhos distintos. Os dois grupos se juntavam em ocasiões excepcionais, aproximados pela missão de benemerência das cônegas. Além dos encontros na capela em ocasiões festivas, uma vez por ano as internas do Des Oiseaux distribuíam picolés no pátio da escola das crianças pobres: "A única coisa que quebrava o ritmo de nossos recreios era quando por uma magnânima decisão da diretora, Madre Maria Olavo, eram distribuídos aos alunos picolés que as internas do Colégio Santo Agostinho, que estava instalado na mesma área e separado por muros, produziam."[647] Madre Cristina, professora do Des Oiseaux neste mesmo período explica: "A gente ia ao colégio das pobres levar coisas para elas. Pobre não vinha no nosso colégio. Todo mundo que entrava na congregação encontrava essa situação de fato e se acomodava a ela. Mas conseguimos mudar".[648]

[646] Acervo da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho.
[647] CHAMMAS, Miguel. Memórias fraternais. *São Paulo Minha Cidade*, Prefeitura de São Paulo, Secretaria do Turismo. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/1183/Memorias%2BFraternais. Acesso em 04/04/2019.
[648] Entrevista de Maria Rita Kehl e Paulo Vannuchi com Madre Cristina. *Revista Teoria e Debate*, 1990. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/. Acesso em 23/02/2022.

V. MEMÓRIAS DIGITAIS, 1940 E 1950

> Já havia procurado eles, sem sucesso. Busquei por décadas, mas como encontrar? Cheguei a crer que jamais os veria novamente. Mas, chegou a internet e as coisas mudaram em todos os sentidos, também nestas buscas. E aí, vencendo as distâncias, o imenso tempo decorrido, uma vida inteira de perdas e ganhos, repentinamente se torna possível reencontrar os velhos amigos, a um simples toque de teclado. Ploc, um segundo e as probabilidades aumentam espantosamente.[649]

Originários de famílias dos setores médios, a maior parte dos ex-alunos da Santa Mônica viveu nas proximidades da escola nas décadas de 1940 e 1950. Nas páginas, digitais compartilham com seus colegas e desfrutam das lembranças do passado naquele pequeno trecho da Rua Augusta. Os depoimentos desses internautas caracterizam as brincadeiras das crianças, a interação entre os vizinhos e as ruas onde grande parte da sociabilidade acontecia. Bêbados de nostalgia, recompõem suas memórias num fórum aberto e coletivo promovido pelo acesso à internet. A cada história narrada seguem-se cadeias de comentários que complementam, corrigem, enfatizam e detalham os acontecimentos, as pessoas e os lugares do passado. As leituras que os internautas fazem de suas experiências recompõem a Augusta deste período, revelando a presença dos vários tempos que são percebidos ora como resquício do passado, ora como caminho para o futuro.

[649] SAINDENBERG, Luiz. Encontros e desencontros. *Website Memórias de Sampa*, 08/2011. Disponível em: http://memoriasdesampa.blogspot.com/2011/08. Acesso em 03/01/2018.

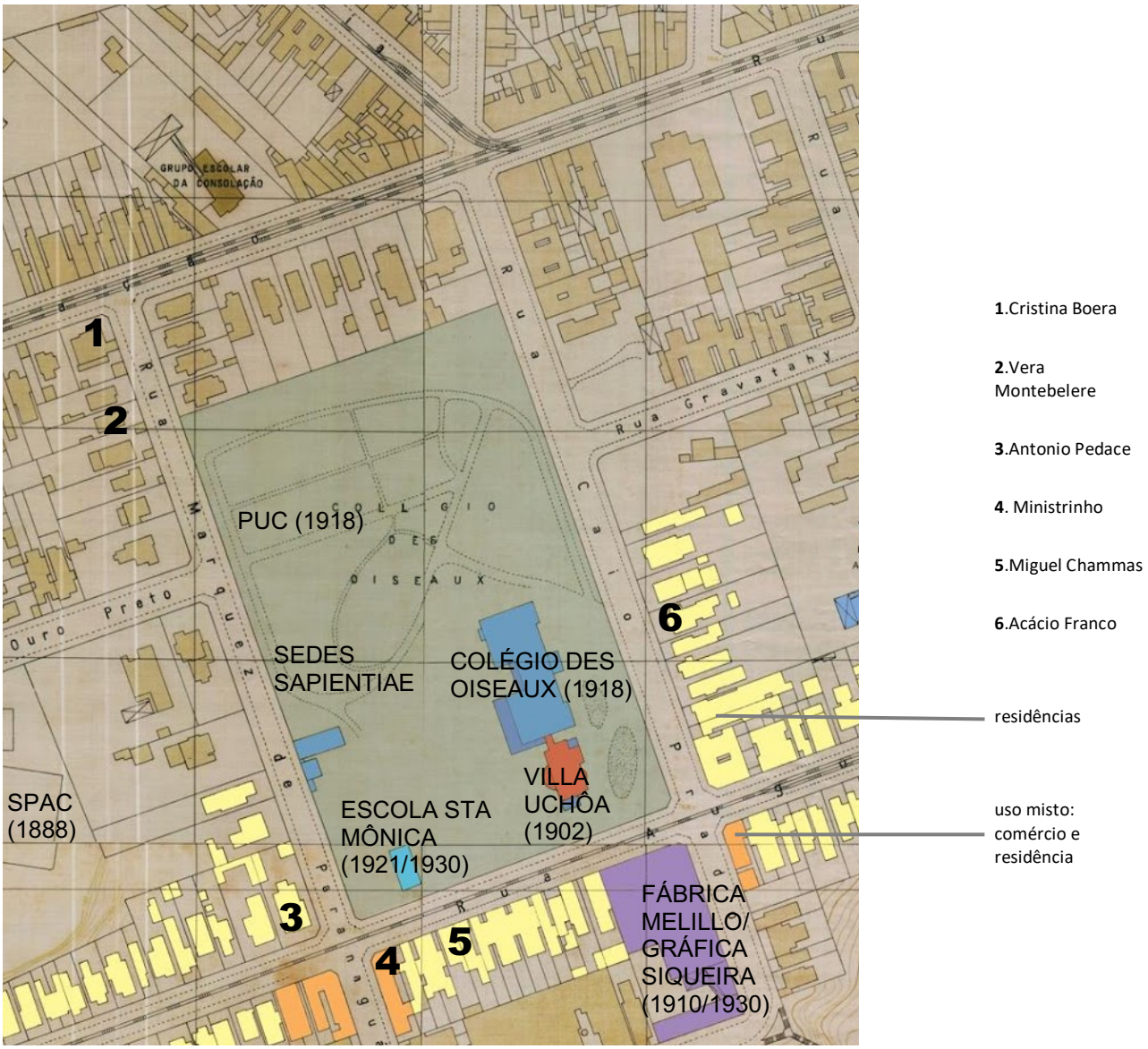


Figura 144: Mapa da Escola de Santa Mônica, Colégio Des Oiseaux e localização das casas de alguns dos internautas e moradores nos anos 1940 e 1950.

V.1 A CASA E A RUA

Na Rua Augusta 291 viviam dez pessoas e na casa do vizinho viviam oito e ainda se alugavam mais dois quartos.[650] Na casa de Miguel Chammas, viviam três gerações de uma mesma

[650] "Eram três famílias em uma, ou seja, na nossa casa de quatro quartos, lá na Rua Augusta, moravam dez pessoas: meu avô José, minha avó Laura, minha tia Neide com os dois filhos (Sonia e Roberto), meu pai, minha mãe, eu, meu irmão e minha tia Zaíra (Zazá para os íntimos)" (CHAMAS, 2008, p. 315).

família. O avô, o senhor José (ou vovô Gidi), imigrante sírio casado com uma senhora de origem russa, sustentou-se por toda vida como mascate vendendo lingeries para as "moças trabalhadoras na antiga zona de meretrício paulistana pelas ruas Itaboca, Aimorés e adjacências".[651] Assim como faziam os proprietários dos armazéns de secos e molhados, o senhor José anotava os débitos numa caderneta, a mesma onde marcava diariamente o resultado do jogo do bicho. Por parte de mãe, Miguel Chammas era descendente de napolitanos e "assim sendo sou uma salada internacional em se tratando de formação sanguínea".[652] A presença de imigrantes de diversas nacionalidades nesta área da cidade revela-se ao longo das postagens e comentários, ressaltando o parentesco com italianos e seus descendentes, o que implicava em fortes laços de seus residentes com bairros como o Brás, a Mooca e o Bexiga. As visitas ao Bexiga eram frequentes, pois podia ser alcançado a pé. Para os bairros mais distantes, a viagem era programa para o final de semana, em geral com a família toda tomando o bonde, fazendo baldeação no centro e dali seguindo caminho até o destino final.



Figura 145: Fotografia da casa com armazém, construído em 1913, onde viveu a família Pedace (Blogue São Paulo Antiga, comentário de Pedro Pedace, 15/12/2010. Disponível em: http://saopauloantiga.com.br/rua-dona-antonia-de-queiros/. Acesso em 07/01/2019).

[651] Chammas relata que após o falecimento do avô, as clientes apareceram espontaneamente em sua casa, uma atrás da outra, a fim de quitar as dívidas que tiveram com o velhinho: "confrontando essas passagens com os dias atuais é que vejo tão mudadas, e para pior, a nossa consciência e a nossa dignidade, histórias de um neto de imigrantes" (Miguel Chammas, Memórias familiares. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/842/Memorias%2Bfamiliares. Acesso em 12/03/2019.

[652] CHAMMAS, Miguel. Memórias comerciais. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/894/Memorias%2Bcomerciais. Acesso em 10/02/2022.

Comércio, moradia e também o aluguel de quartos se entremeavam na ocupação dos prédios deste trecho da Augusta. As combinações das atividades no mesmo edifício eram diversas, como na casa da família Pedace, que acomodou pizzaria, pensão e famílias pobres em seus altos porões.

> Neste casarão no armazém embaixo era o açougue do Sr. Antônio Pedace, na parte de cima tínhamos 16 cômodos fora o porão que era enorme e morava 2 famílias, nos salões em cima já teve pizzaria, depois foi uma pensão, na qual muitos jogadores do Palmeiras lá ficavam, isto na época que jogador jogava por amor ao clube, exemplo Ministrinho, Luiz Villa, Montovani. Sinto muito orgulho de passar isto adiante.[653]

O ofício dos pais dos internautas: barbeiro, zelador, dono de armazém, vendedor, bordadeira e costureira, nos deixam deduzir que os alunos da Escola de Santa Mônica eram famílias dos setores médios. Outros alunos mais pobres, filhos de jardineiros, de mulheres solteiras, ambulantes, e empregadas domésticas viviam nas pensões e nos cortiços da região. O pequeno comércio completava o cenário da Rua Augusta, que se entremeava aos outros usos, algumas vezes em estabelecimentos próprios ou servindo a clientela desde a janela ou o portão. As casas espaçosas construídas entre 1912 e 1921 foram nos anos 1940 alugadas por famílias diversas. Algumas sem relação de parentesco, enquanto outras congregavam várias gerações com o mesmo sobrenome dividindo o banheiro único, o fogão a lenha e o tanque.[654] As brincadeiras de rua se estendiam pelos quintais, o jogo de bola, de pedrinhas e o esconde-esconde alcançavam a rua.[655] O trabalho clamava o quintal para lavar a roupa, cortar a lenha e arrumar o estoque do armazém. Na casa dos Chammas, as atividades do cotidiano integravam todos os moradores nas celebrações e nas tarefas para cuidar da casa. As mulheres da família contribuíam com o orçamento doméstico bordando e lavando para fora. Seu avô Gidi

[653] Comentário de Pedro Pedace na postagem de Douglas Nascimento, no site São Paulo Antiga, sobre a demolição da propriedade na esquina da Rua Augusta com a Rua Dona Antonia de Queiróz. Disponível em: http://www.saopauloantiga.com.br/rua-dona-antonia-de-queiros/. Acesso em 05/05/2018. A casa de Acácio Franco está na Figura 144 com o número **6.**

[654] CHAMMAS, Memórias Paternais, 24/11/2012. Disponível em: http://memoriasdesampa.blogspot.com/2012/11. Acesso em 12/10/2017.

[655] CHAMMAS, Miguel. Memórias de uma dedeira vermelha. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/6467/Memorias%2Bde%2Buma%2Bdedeira%2Bvermelh. Acesso em 01/02/2019.

colecionava garrafas que mais tarde eram revendidas no armazém da esquina e os meninos buscavam a carne nas filas do pós-guerra.



Figura 146: Tipologia recorrente para as casas geminadas que se construíram nas vizinhanças do complexo das Cônegas de Santo Agostinho entre as décadas de 1910 e 1920. (Projeto para duas casas na Rua Augusta 79 e 79A, construídas para Laurentino de Azevedo em 1920.

O projeto para duas casas geminadas térreas construídas em 1920 para Laurentino de Azevedo na Rua Augusta (Figura 146), é representativo da tipologia dos sobrados que ocuparam as primeiras quadras da Rua Augusta. O projeto para esta residência é bastante similar àquela habitada pela família Chammas, que se localizou em frente ao portão da Escola de Santa Mônica. Esta casa se inseria na quadra, assim como as vizinhas, em sua maioria alinhadas à calçada, geminadas em pares e aqui e ali entremeadas por casinhas menores e um ou outro edifício grande, como a Gráfica Siqueira ou a sapataria de Ministrinho.

Num dia frio e chuvoso, Miguel Chammas convidou seus leitores a conhecer a casa onde viveu entre os anos de 1940 a 1958. A postagem, parte de uma série sobre sua infância na Rua Augusta, descreve quarto a quarto, sua experiência deste período. O texto entrelaça o uso dos espaços e as tradições da família com os sentimentos que se mantiveram como memória do passado. Os aposentos de uso coletivo, sala, cozinha e quintal, mudavam de uso conforme a

ocasião. A sala servia para as refeições, para os bailinhos da Tia Zazá e os funerais de membros da família. Os quartos eram divididos entre as diferentes unidades familiares, cada um compartilhado entre pais e filhos. O pequeno cômodo aos fundos, construído na decada de 1910 para acomodar os criados, servia na casa de Chammas para abrigar a tia solteira, a mesma Zazá que organizava bailinhos de tempo em tempo. As restrições impostas pelo período da guerra na alimentação das famílias, assim como as iguarias que representavam os dias de festa nos permitem adentrar os hábitos e as condições em que vivia a classe média do período. O texto nos permite visualizar os usos que se faziam dos imprescindíveis quintais, que serviam as oficinas, à lavagem de roupas, à criação de animais, ao cultivo de frutas e ervas, além de espaço para brincadeiras das crianças.

> Queria, de novo, subir pelas escadas de mármore, ganhar o corredor e, adentrando no quarto da frente, encontrar meu avô, já doente, e lhe fazer um cigarro de palha para, depois, então, ler uma boa parte do jornal até vê-lo ressonar, tranquilamente. Queria continuar percorrendo aquele longo corredor, ultrapassar o primeiro quarto onde dormíamos eu, meu irmão, meu pai e minha mãezinha. Passar, logo em seguida, pelo segundo dormitório que era ocupado por minha tia Neide e meus primos Sonia e Roberto e, finalmente, chegar à sala de jantar onde as reuniões familiares eram realizadas, onde a árvore de Natal era montada todos os anos, onde os presentes do "Papai Noel" eram desembrulhados a cada dia 25 de Dezembro, onde as macarronadas dos almoços dos domingos eram realizadas, onde os pacotes de doces do Bar Viaducto, comprados por meu pai, eram abertos e os doces devorados por todos, onde nós, crianças, a cada almoço, tínhamos, divididas com justiça plena, garrafas de deliciosas Tubaínas. Sala onde eu presenciei ainda garoto, os bailecos promovidos por minha tia Zazá, recheados de trilhas sonoras com Fernando Albuerne, Gregório Barrios, Lucho Gatica. Bing Crosby, Frank Sinatra, Tommy Dorsey, Glenn Miller e outros sons doces e melodiosos e, depois, passados alguns anos, mudando de assistente para promotor, passei a realizar bailinhos, não de garagem, mas de sala, abrilhantados por Pick-up e sus Negritos, amparados por "sandubas" de "Carne Louca" e espetinhos de Salsicha e Picles enfeitando abacaxis e outros que tais, regados a Ponche confeccionados com muito guaraná, Cinzano, frutas picadinhas e gelo.
>
> Sala de mil lembranças, inclusive as tristes como os velórios de meu avô e depois de minha tia Neide, onde a sala era transformada em morgue, tomada de panos pretos azuis e dourados, iluminada por velas em castiçais prateados e flores de odor doce e nauseabundo, arejada por um pequeno aparelho emissor de ozônio de barulho irritante. Ou seja, uma sala grande e facilmente adaptada às exigências da situação apresentada.
>
> Queria continuar atravessando o corredor, passando pelo pequeno quartinho ocupado por minha tia Zazá, quando de sua solteirice, passando, depois pela

> porta do único banheiro da casa, que no seu interior, guardava uma enorme e antiga cômoda de madeira que tinha suas gavetas usadas para acondicionar materiais de higiene e toalhas de rosto e banho. Tinha, também, uma enorme banheira de um metal forte e pesado, um tanto quanto enegrecida pelo tempo, e usada de quando em vez, para os banhos alegres das crianças que, depois de se refestelarem na água represada, usavam o chuveiro elétrico que desaguava ao centro da referida banheira para o desensaboamento.
>
> Chegaria, então, ao cômodo mais importante da casa, a cozinha, onde a vida inteligente da família se reunia nos dias não festivos para consumirem alimentos (poucos no pós-guerra), mas elaborados com carinho e maestria por Tia Neide e minha mãe. A cozinha era simples, tinha um fogão de ferro onde eram acesos com a ajuda de cascas de laranja que, por sua vez, eram penduradas na barrinha em frente do fogão para serem secas e, consequentemente, transformarem os carvões inerte dentro das bocas em brasas vivas, e emprestarem seu calor para uma perfeita cocção dos alimentos. Tinha também uma mesa antiga, de madeira já bastante gasta nas bordas arredondadas, um armário para guardar pratos e copos, uma pia que, nos seus baixos, tinham sido empilhadas umas tábuas para acondicionarem-se as panelas que, por sua vez, eram escondidas por uma cortininha de pano estampada com pequenas flores azuis. A geladeira, que chegou um dia, para gáudio de todos, estava instalada ao lado da pia e, pasmem, era alimentada por barras de gelo que recebíamos diariamente através do "geleiro" e sua carroça básica.
>
> Finalmente, descerrar a porta da cozinha e deparar com o cenário de minha pobre, mas alegre infância. O quintal que, ainda hoje, povoa minhas lembranças. No seguimento da porta da cozinha ficava uma escada que descia pela parede até o piso do quintal. Uma pequena parte do quintal, em que estava instalado o tanque onde um dia eu mergulhei como se fora um super-herói e quase matando de susto minha mãe. O corredor lateral e todo o porão da casa eram cimentados. O resto do enorme quintal era em terra bruta, onde além dos varais de roupa, suspensos por taquaras secas existiam, também alguns mamoeiros, uma goiabeira de frutos vermelhos, onde eu saciava a minha gula, algumas ervas aromáticas, um enorme e pesado pilão de cimento dos tempos de minha avó e, a minha paixão, uma touceira de hortênsias azuis que eram o meu esconderijo preferido depois de alguma travessura.
>
> Esta era minha casa, meu mundo, minha vida. Queria muito poder voltar a ela e matar as saudades que hoje moram no meu coração. Infelizmente, a realidade é cruel e sei, pesarosamente, ser impossível meu desejo, então tento amenizar estas saudades escrevendo e descrevendo o velho casarão (CHAMMAS, 2018).[656]

As lembranças da casa encerram momentos importantes da vida, aparecendo sempre nos depoimentos. Os amigos e familiares que trabalhavam, estudavam e circulavam na mesma

[656] Postagem no Facebook, Página Lembranças de Uma Rua Que se Chama Augusta, 24/11/2018.

região, encontravam-se diariamente. Não havia fronteira clara entre a casa, a escola, a rua e a cidade. Um espaço se costurava ao outro pelo fio da memória afetiva. Os detalhes deixavam suas marcas: "a touceira de hortênsias azuis", onde o menino se escondia; a cortininha de pano da cozinha, as cascas de laranja secando na "barrinha do fogão". Os quintais e as cozinhas, os lugares mais movimentados das casas dos mais pobres, onde se dava a "vida abrigada da família". As compras feitas no armazém da esquina incluíam muitos alimentos que precisavam dos quintais para se processar, além do leitãozinho que se guardava para uma ocasião especial e as ervas que a avó de Chammas cuidava com zêlo.[657] Interligando a rua e o quintal, o longo corredor que percorria toda a casa, para onde abriam-se todos os aposentos. Segundo Carlos Lemos (1976), o resultado dos "novos mandamentos da higiene" exigia janelas para o exterior em todos os cômodos. [658]

A indústria se expandia na capital, novos eletrodomésticos chegavam do exterior, geladeiras elétricas que já existiam desde 1934, mas todas essas modernidades eram acessíveis "somente para os ricos".[659] As classes médias seguiam usando as barras de gelo, que chegavam na Rua Augusta pela "carroça básica" do geleiro. O fogão à época "era um enorme trambolho" movido a carvão, o mesmo que "servia para esquentar o ferro de passar e engomar". Era difícil de acender e todas as manhãs as brasas eram abanadas para atear o fogo e preparar o café da manhã.[660]

V.2 A RUA E A CIDADE

Pela manhã, as entregas diárias desciam as ladeiras, o geleiro, como já dito, mas também a lenha, o carvão, o leite e o pão. No final do dia, a Augusta, ainda de paralelepípedo e com os trilhos do bonde correndo pelo meio da rua, transformava-se em aventura para a molecada da região. Joel Machado, que vivera por ali nos anos 1940, descia ladeira abaixo nas competições

[657] Nessa época os alimentos ainda precisavam ser beneficiados: "A banha era o toicinho por derreter. O café, em grãos, por torrar. Tudo era vendido a granel, não havia ainda o gênero alimentício industrializado e acondicionado." (LEMOS, 1976, p. 152)
[658] Id. Ibid.
[659] Id. Ibid.
[660] CHAMMAS, 2010. Memórias de forno e fogão. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/2091/Memorias%2Bde%2BForno%2Be%2BFogao. Acesso em 8/1/2021.

de carrinho de rolimã. Entrevistado em 2011, Machado conta que, assim como hoje os skatistas descem e sobem a Augusta várias vezes segurando nos ônibus, em seu tempo "os jovens desciam de carrinho e subiam agarrados aos bondes."[661] O bonde caracterizou a Rua Augusta, não só pelas conexões que proporcionava com outros bairros da cidade, mas como parte de sua paisagem, adicionando sua parafernália – trilhos, cabos, buzina – a uma via cheia de trânsito, cruzada por pedestres, automóveis e caminhões. Desde os primeiros anos de funcionamento, o Bonde 45 participou, como outros, de inúmeros acidentes, atropelamentos e querelas entre condutores, passageiros e transeuntes. Durante seu longo itinerário o bonde da Rua Augusta foi veículo de muitas histórias que acompanharam o crescer da cidade e dos bairros por onde cruzava. Os anos 1940 e 1950 foram rememorados pelos internautas, que remetiam à uma cidade onde o tempo passaria mais devagar.

> Como eram boas as noites quentes, com a gurizada cruzando a rua deserta em uma perna só (que saudade da "mãe da rua"), enquanto os mais velhos conversavam nas cadeiras à calçada. Eu delirava de prazer, descendo toda a Rua Augusta, até a Martins Fontes, em nossos carrinhos de rolimã, utilizando a faixa asfaltada dos trilhos de bonde, sem qualquer perigo ou preocupação com o trânsito. E por falar em bonde, quão emocionante era a molecagem de fugir do cobrador, trocando constantemente de lugar nos estribos do carro aberto (MACHADO).[662]

A maior parte dos ex-alunos da Santa Mônica morava nas proximidades da escola e as suas famílias caminhavam pela região. Para maiores deslocamentos faziam uso do transporte coletivo, já que o automóvel particular, apesar de introduzido há décadas nesta mesma rua, não era acessível para os moradores menos abastados que ocupavam a região. As ruas da vizinhança eram habitadas por vários tipos de ambulantes: o vendedor de leite de cabra; o amolador de facas que passava assobiando, além do "tio da machadinha" e do sorveteiro de carroça. Os sons que faziam as máquinas das costureiras, o martelo do sapateiro, os motores na oficina do mecânico de automóveis e as impressoras da gráfica Siqueira compunham a

[661] *Folha de São Paulo*, 15/05/2011.

[662] MACHADO, Três tempos de amor. Website: São Paulo Minha Cidade, Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/4334/Sao%2BPaulo%252C%2Btres%2Btempos%2Bde%2Bamor. Acesso em 12/10/2017.

paisagem sonora diária da Augusta, onde o comércio "era ainda bastante discreto e formado de empórios, farmácias, sapatarias e bares". [663]

> A casa de tecidos da Dna. Rosa, o armazém do Sr. Cibus, a casa do Sr. Valdemar "das máquinas", um grande técnico no conserto de antigas máquinas de costura, um auto elétrico, o bar do Gamboa, algumas lojas que trabalhavam com jazigos, por conta do cemitério da Consolação, o toldo Dias, a barbearia de meu tio.[664]

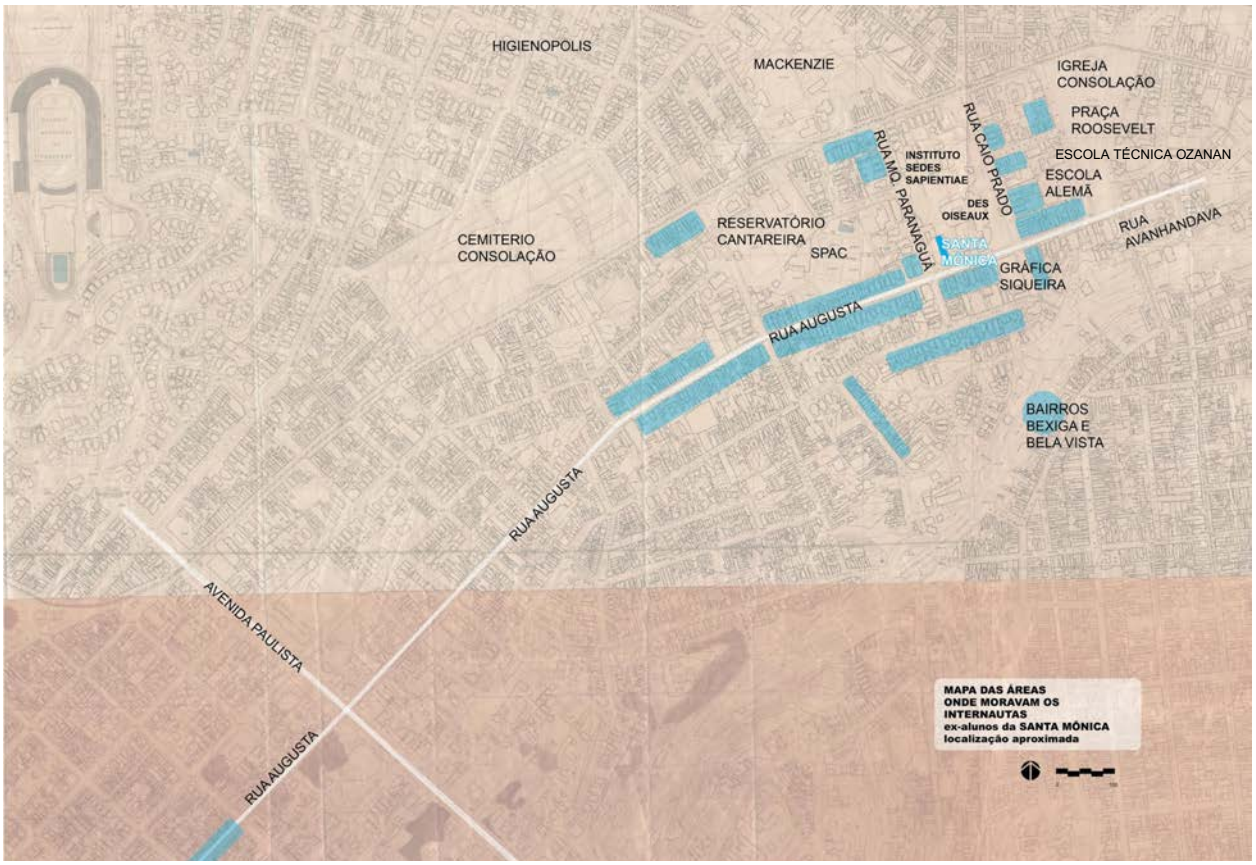


Figura 147: Mapa de localização aproximada das ruas onde moravam os internautas ex-alunos da Escola de Santa Mônica, nos anos 1940 e 1950. Desenvolvido sobre a Planta Cartográfica de São Paulo de 1954.

Todos os sentidos, além dos ruídos, das vozes e das imagens, os cheiros também compõem a memória da casa e da cidade. Da mesma maneira que Chammas se recorda do cheiro que exalavam as cascas de laranja penduradas na beira do fogão a lenha de sua casa, Vera

[663] Miguel Chammas, blogue São Paulo Minha Cidade, 05/06/2007. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/952/Memorias%2Bcaprinas. Acesso em 22/02/2018.

[664] MONTEBELERE, 28/11/2006. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/627/Rua%2Bda%2BConsolacao%252C%2B1209/pagina/3. Acesso em 02/02/2018.

Montebelere diz sentir até hoje "o aroma das uvaias" que cresciam em seu jardim e o cheiro da cabrita que vivia em seu quintal e "amarrada a uma corda" levava para passear na rua da Consolação. "E, quando chovia, sem saber dos riscos, corríamos de pés descalços na enxurrada daquela rua de trilhos e paralelepípedos".[665]

As sapatarias e os armazéns eram alvo de visitas quase diárias dos vizinhos. Muitos estabelecimentos para conserto de sapatos funcionavam nesta região, onde seus moradores caminhavam para todo lado. Valia a pena consertar, pois o calçado na época era caro.[666] Os armazéns, como o do Sr. José, na esquina da Augusta com a Caio Prado abasteciam as cozinhas com a comida do dia-a-dia e também tornavam-se ponto de contato entre os vizinhos, espaços de transição entre a casa e a rua, e entre a rua e a cidade. Cristina Boera anotava as encomendas para o pai que serviu "com muito orgulho" e por muitos anos seguidos a freguesia das vizinhanças e também os clientes dos bairros Jardins e de Higienópolis. Esses últimos enviavam seus motoristas com extensas listas de compras, que invariavelmente incluíam produtos importados e mais caros. As compras eram marcadas nas cadernetas e entregues algumas horas depois.

José Carlos Navarro, assim como o pai de Maria Christina Boera, atendia a clientela "mais grã-fina dos Jardins". Navarro visitava na rua Polônia o embaixador da Suécia e na rua Luxemburgo o ministro e o "imigrante alemão" que também vivia no Jardim Europa. Navarro tinha dez anos quando passou a fazer as entregas de bicicleta, onde seu pai amarrava o engradado de leite todas as manhãs. As encomendas eram feitas pelo telefone, a entrega chegava bem cedo e o pagamento era devidamente anotado. Em seguida, o menino voltava ao armazém para recolher o chantili que se batia com dois garfos para agradar o senhor Lafer. Depois de passear por "toda aquela suntuosidade" do palacete, quem o recebia era a governanta ou a cozinheira, que lhe oferecia sempre um "bolinho ou uma rabanada para ir

[665] Ibid.

[666] Localizaram-se nas imediações da Rua Augusta muitas sapatarias, com registro de pelo menos 13 empresas que denominavam sua atividade como "conserto de calçados" em 1945, característico de época em que caminhar era o meio mais comum de locomoção. Ao mesmo tempo, pelo menos 6 oficinas mecânicas estavam instaladas na rua nesse mesmo ano, indicando o crescente uso do automóvel na cidade (Anuário do Comércio e Indústria – FEA, 1945).

comendo na volta".[667] O armazém da família Navarro ficava no extremo sul da Rua Augusta, já nas bordas dos bairros jardins: rua estreita e de terra, nos fundos uma grande jabuticabeira.[668] O Jardim América e o Jardim Europa já eram habitados, mas ainda guardavam resquícios da mata de araucárias originárias da região, dos bosques de eucaliptos e das árvores frutíferas que foram plantadas nas antigas chácaras.

Ainda neste período, Roberto Frizzo instalou-se com a lanchonete Frevo na Rua Augusta (em 1956) também nas proximidades dos bairros Jardins.[669] A Augusta de então era "muito residencial", com bonde, paralelepípedo e algumas lojinhas, até que se instalou o Cine Paulista em 1955 e movimentou aquele trecho da rua. Ao cinema seguiram-se outras lanchonetes, a doceira Caramel com "balcões de madeira entalhada como gôndolas venezianas" e o comércio em geral foi se expandindo por ali.[670] Nessa mesma esquina estava a Casa Santa Luzia, como já vimos, que estava em processo de adaptação de seu perfil de tradicional armazém de secos e molhados para casa de importados e produtos de luxo. Ainda assim, não perdia a ocasião de oferecer o sorvete caseiro para a clientela do novo cinema. A sequencia dos negócios ao longo da rua, competindo e também complementando-se uns aos outros, vai alterando o caráter da Augusta. Para acomodar o "progresso", a rua se transformava e desalojava seus velhos moradores.

> o progresso novamente nos obrigou a mudanças, entregando-se o casarão ao proprietário para demolição, insistindo meu pai no meio de vida, alugando outra mansão arruinada na Rua Augusta (antigo laboratório Quimiatra). Foi ali, na verdade, que fui mais feliz. [...] Mas o progresso, vez mais, obrigou minha família a te abandonar, mudando para cidade próxima, tirando-me

[667] José Carlos Munhoz Navarro. A minha namorada, se eu soubesse... São Paulo minha cidade.com: mais de mil memórias. São Paulo: Prefeitura da cidade de São Paulo, São Paulo Turismo, 2008, p. 159-160.
[668] Ibid.
[669] Roberto Frizzo conta que o nome Frevo foi escolhido para o restaurante, não por qualquer relação da família com Pernambuco, mas porque ao inaugurar o negócio, seu padastro "achava que devia valorizar coisas brasileiras, por isso o nome Frevo. Foi uma resistência dele contra a invasão cultural americana". A convivência das culturas na cidade é ressaltada ainda mais uma vez com a introdução do famoso "Beirute", sanduiche que se tornou o carro-chefe do estabelecimento, com receita adaptada do Bauru, porem servido no pão árabe. (*Folha de São Paulo*, 18/4/2018)
[670] Roberto Frizzo, proprietário do Restaurante Frevo, Museu da Pessoa, 2005. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/tudo-a-rigor-43753. Acesso em 31/06/2018.

> dos teus braços, onde vivi os melhores três anos de minha infância. (MACHADO)[671]

O pai de Machado tentou manter a família na região, alugando "outra mansão arruinada", mas para os moradores antigos, acostumados aos casarões com quintais espaçosos, não havia mais lugar naquela rua. Perdiam-se as relações com as vizinhanças e com os bairros vizinhos, os jogos de futebol amador, as visitas de final de semana às cantinas italianas e a familiares e amigos que viviam no Bexiga. Os moradores da Augusta frequentavam, nos finais de semana, os bairros do Brás, Pinheiros e Perdizes. Para lazer e para as compras, dirigiam-se ao centro, já que as lojas da Augusta-Jardins, que se tornava badalada, eram inatingíveis para seus bolsos:

> Aqui vai o meu comentário de novo, só quero dizer que a Rua Augusta sempre foi proibida para mim quando adolescente pois era caríssima para minhas posses, e vc sabe, tudo que é proibido é mais interessante. Pois já comprei roupas em Londres, Milão, Israel, mas nunca com o sabor daquelas vitrines proibidas da Augusta... (Lygia, 24/06/2009)[672]

Outro personagem que não sobreviveu muito tempo distante da rua foi Pedro Sernagiotto, mais conhecido como Ministrinho. Sernagiotto viveu também na Augusta (na casa indicada na Figura 144 com o numero **4)**, e é hoje um dos personagens mais lembrados pelos antigos moradores nos meios digitais. Visto como herói, pois seria "um dos nossos", uma pessoa ordinária, que teve sucesso na vida e no entanto, não abandonou suas raízes. Ministrinho, após tornar-se notório jogador de futebol, aprendido nos enlameados campos das vizinhanças, deixara a fama nos gramados internacionais para retornar ao ofício de sapateiro. Desde então, alternava-se entre essa função e a de servir gasolina para o crescente contingente de motoristas da cidade. De um lado da rua, a sapataria, do outro, a bomba de gasolina instalada na própria calçada da Rua Augusta, junto ao portão da Escola de Santa Mônica. A presença de Ministrinho na Rua Augusta marcou toda a vizinhança, não somente por sua personalidade única, mas também pela importância do futebol na vida dos moradores da região.

---

[671] MACHADO, Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/4334/Sao%2BPaulo%252C%2Btres%2Btempos%2Bde%2Bamor. Acesso em 12/10/2017.

[672] Augusta, postagem de Evelyne Alvarez, comentário de Lygia em 24/06/2009. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/3204/Augusta. Acesso em 06/08/2018.

Desde o início do século, muitos futebolistas circulavam pela área, morando nas pensões, comendo nos armazéns e jogando nos campos do velódromo, depois no Athletic Club, vários recrutados ali mesmo, nos campos de várzea da Consolação e do Bexiga.[673] Nascido em São Paulo em 1908, filho de italianos, desde os dez anos de idade Ministrinho ajudava o pai nos serviços de sapataria, sentado "naquele típico e tosco banquinho, para colocar saltos, meia-solas e solas inteiras nos sapatos dos outros".[674] Ainda assim para garantir o sustento da família, desdobrava-se em outras atividades como a alfaiataria e a alvenaria. Sem haver frequentado a escola, nas horas livres jogava futebol com os amigos até ser descoberto pelo Palestra Itália nos campos de várzea da região em 1922, passando a integrar os primeiros quadros do Extra Palestra a partir de 1927. Em seu primeiro clube, hoje conhecido como Clube Esportivo Palmeiras, Ministrinho tomou parte do time principal de 1928 a 1931, sendo eleito o craque mais popular de são Paulo em 1929 e servindo a seleção paulista e a brasileira. [675]

O futebol, até então um esporte majoritariamente amador, pressupunha que os jogadores praticassem o esporte por prazer, e para seu sustento deveriam contar com outras fontes de renda.[676] Os jogadores pobres eram recrutados por seu talento para ajudar as equipes a amealhar prestígio e conquistas. Esses rapazes jogavam em troca de alguns favores e com a expectativa de que suas despesas cotidianas fossem cobertas pelos times a que serviam. Dessatisfeitos com essas condições, alguns jogadores foram levados para atuar no futebol italiano, como Ministrinho. Para estes profissionais, o futebol se apresentava na década de 1930 como uma chance de trabalho remunerado e de reconhecimento internacional por seu talento. Sem salário no Palestra e com propostas de times italianos, por fim Ministrinho "arrumou a mala grande, dobrou em dois a nota de dez mil reis que havia recebido como presente pela vitória no jogo com o "Ferencravos", e partiu de maneira resoluta para jogar no Juventus de Turim a partir de 1931.

[673] Miguel Chammas (2006, 2007), Cristina Boera (2007, 2018) e vários familiares do jogador, que encontraram a história de seu parente nos *blogues* e assim resolvem participar dos fóruns de discussão virtual.
[674] "Amanhã será um novo dia!", por Edson Leite, no jornal *Mundo Esportivo*, 20/06/1947, p. 14.
[675] COELHO, Paulo Vinicius. Bola Fora: A história do êxodo do futebol brasileiro. Panda Books, 2009.
[676] As relações entre o processo de internacionalização do futebol, a utilização do esporte como propaganda política (começando com os regimes populistas-autoritários na Europa) e as necessidades financeiras de seus jogadores foi estudada por Coelho (2009) e Bocketi (2008).

Assim como muitos outros jogadores ítalo-brasileiros que foram exportados nessa primeira fase, Ministrinho foi recrutado por Amilcar Barbuy, antigo capitão da seleção que passara a negociar a importação de jogadores brasileiros para times europeus. A preferência por descendentes de italianos foi uma estratégia que se adaptou perfeitamente ao ambiente político dos anos 1930 na Itália. Como ele mesmo explicitava, o grupo que levara junto com Ministrinho seria formado apenas por descendentes que se sentiam "orgulhosos em oferecer à terra-mãe a síntese da emigração [de italianos] para o Brasil, demonstrando que nossos pais não se esqueceram da nossa língua, nem dos costumes da nossa terra pátria".[677] No Juventus, imbatível no início da década de 1930, junto a outros jogadores brasileiros e argentinos, Ministrinho ajudou o time a vencer a temporada de 1933 e 1934 atuando como ponta-direita.[678]

Após quatro anos jogando, sentiu saudades de casa e, segundo o repórter Edson Leite, declarou dar por falta do "café de Ribeirão Preto" e dos "cigarros fabricados no Brás e na Mooca". Ministrinho não conseguira apreciar o café importado da Costa Rica, tampouco os cigarros turcos e italianos, pois sentia-se brasileiro na terra de seus pais, embora no Brasil tivesse sempre sido tratado como estrangeiro. Em 1934 retornou ao Brasil, jogando ainda por alguns anos, sem grande sucesso e aposentando-se a partir de 1939, aos 29 anos. Ministrinho voltou então a viver e trabalhar na sua querida Rua Augusta até falecer em 1965. Para seus vizinhos, o passado de Ministrinho ficou na memória e recheia muitas das conversas digitais, deixando marcas de sua presença na esquina da Marquês de Paranaguá com a Augusta, bem em frente à Escola de Santa Mônica, onde vivera.[679] Além de atender os fregueses em sua sapataria e na bomba de gasolina, o ex-jogador recebia turistas e torcedores do velho Palestra que vinham admirar a coleção de fotografias históricas de seu time do coração, o Palmeiras.[680]

A história de Ministrinho se repetiu para outros, que em algum ponto da vida alcançaram notoriedade e, por vários motivos, não foram capazes de manter seu status social ou incorporar-se aos grupos que desfrutam de capital econômico similar, por não compartilhar

[677] BOCKETI, 2008.
[678] Dizem que na ocasião teria recebido o troféu das mãos do próprio Mussolini.
[679] CHAMMAS, Miguel. Postagem no site São Paulo Minha Cidade, Memórias Infantis I. Disponível em: http://saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/733/Memorias%2BInfantis%2BII. Acesso em 13/09/2018.
[680] Comentário de Carlos Vessoni Neto à postagem de Miguel Chammas, op. cit, 20/08/2011.

dos mesmos costumes, do capital simbólico, ou simplesmente por escolher outro caminho. Na reportagem do Mundo Esportivo de 1947, intitulada "Amanhã será um novo dia", Edson Leite expõe sua interpretação sobre a vida de Ministrinho, tomando-o como um caso que fez parte da modernização e do crescimento pujante que caracterizaram a São Paulo do meio do século XX. Assim, a experiência pessoal desse personagem teria se dissolvido na multidão, no conjunto da experiência social que estaria em jogo na construção da história oficial da cidade:

> Pedro Sernagiotto é um nome perdido entre milhares de outros desta cidade fantástica que cresce a um piscar de olhos. A sua vida é de tal maneira formada por realidades que se parecem lendas, que é preciso destacar uma coisa da outra para não desvirtuar sua história esportiva.[681]

A história de Ministrinho se tornou mais uma lenda da cidade, o jogador que escolheu retornar às suas origens, as mesmas que o levaram à grandiosidade com a bola, depois de dar um dos primeiros passos rumo à internacionalização do futebol "brasileiro" e à possibilidade de mudar seu destino profissional e de vida. Indiretamente, o repórter insinua o equívoco cometido por Ministrinho ao abandonar a estratégia de crescimento possível para alguém com suas origens, ou como reconheceu o próprio jogador "se ficasse mais, até o começo da guerra, o pé-de-meia seria maior".[682] Anos mais tarde, durante mais um dia de trabalho na "portinha da rua Augusta", Ministrinho afirmaria não ter saudades do futebol, recordando-se de sua temporada na Itália como "um sonho. Eu não gosto de estar me preocupando com o passado, porque o serviço é muito e depois….amanhã será um novo dia!...."[683] E mais uma vez acompanhamos nas postagens a glorificação do passado, que aumenta a intensidade das emoções e o tamanho dos lugares. A portinha onde trabalhava a figura "mignon" de Ministrinho referida pela reportagem, ficou na memória de seus vizinhos como uma "loja grande", um verdadeiro "santuário" ocupado por um "gigante" do futebol.[684]

Da mesma maneira que Ministrinho se agigantara na memória de seus vizinhos, o burrico que puxava a carrocinha do famoso sorveteiro Santino, é recordado pelas crianças como "um garboso equino" que trazia a charrete colorida para o bairro. Vários internautas recordam-se

[681] LEITE, Edson. Amanhã será um novo dia. *Jornal Mundo Esportivo*, 20/06/1947, p. 14.
[682] Ibid.
[683] Ibid.
[684] Comentário de Carlos Vessoni Neto à postagem de Miguel Chammas, disponível em: http://archive.is/qroV.

com saudades de Santino. Entre eles, Vera Lucia Montebelere, moradora da vizinhança e então aluna da Santa Mônica, sentava-se todos os dias à janela para apreciar o movimento, quando o sorveteiro chegava na "carrocinha puxada por um cavalo". Figura importante nas memórias de múltiplas gerações de crianças paulistanas, Santino rodava a cidade vendendo os sorvetes que traziam no gosto uma "mistura do cheiro do cavalo".[685] Apelidado de "tio do sorvete", o "sorveteiro da carroça" era filho de italianos e desde 1951 deixara seu trabalho de metalúrgico para sair pelas ruas comercializando o sorvete feito em casa. Tradição que se iniciara com o pai, o siciliano José Concuzza que produzia e comercializava sorvetes desde 1917, com freguesia nos bairros de Higienópolis, Cerqueira César, Santa Cecilia e Barra Funda. Santino, que se dizia morador de "uma belíssima casa" em Pinheiros, era reconhecido "por médicos, engenheiros, advogados" que foram seus fregueses durante os muitos anos de serviço, até se aposentar na década de 1990.[686]

Assim constatamos que a história dos ambulantes se compõe com aquelas dos moradores da Augusta neste período em que a rua era também parte da casa. O espaço de moradia era dividido por muitos, com famílias extensas, quartos lotados e ocupação de todos os aposentos internos, a rua era o espaço da liberdade, das trocas e do encontro com os amigos e vizinhos. Na rua se processavam as relações com a cidade e com o mundo lá fora. A experiência na rua fazia parte da identidade de cada um de seus moradores. Nessa época, com as dificuldades de locomoção dos grupos mais pobres, a vida na cidade se desenrolava dentro de um espaço limitado pelo alcance do pedestre ou de uma viagem de bonde. A cidade crescia e ainda assim os espaços do cotidiano eram limitados pela mobilidade. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, aqueles que possuíam o capital da mobilidade – os mais ricos – encerravam-se entre os muros e os automóveis, para eles a rua era passagem, era corredor.

Na leitura de Maria de Lourdes Teixeira ao passar de automóvel, vindo do centro, a Rua Augusta era "comum, com residências antigas e comércio misturado", e só começava a se

[685] Comentário de José Euzebio à postagem de Vera Lucia Montebelere, 2009. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/627/Rua%2Bda%2BConsolacao%252C%2B1209/pagina/2. Acesso em 04/04/2019.
[686] *Folha de São Paulo*, 03/10/1984, p. 18.

alterar a partir da rua Antonio Carlos, "quando já se avistava a avenida Paulista".[687] Somente a partir deste ponto a Rua Augusta se iluminava em "estado de transição", com "remanescentes do passado, instalações modernas ostentando um comércio de luxo que abrange todos os ramos das utilidades e das frivolidades".[688] Vista pelos olhos de seus moradores a "rua comum" de Teixeira tinha mais cores, era ainda uma rua romântica, quase sem prédios:

> Anos 50, a Rua Augusta [...] na sua primeira parte (da Rua Martins Fontes até a Avenida Paulista) as casas eram maioria. Os transeuntes ainda se vestiam com uma moda formalíssima os homens com pesada fatiota de casimira inglesa de cores neutras e escuras, eram os ternos de outrora (calça, colete e paletó), complementados por sapatos de pelica e com a cabeça coberta, na maioria das vezes com chapéus da Ramenzoni. Muitos ainda se faziam acompanhar por bengalas que lhes davam um ar de nobreza absoluta. As damas, com vestidos sombrios e compridos até a altura das canelas, meias de nylon mais grossas e, lógico, de pouca transparência. Trajavam, ainda, invariavelmente por baixo dos vestidos combinação e sutiã discretos e, quando o vestido era rodado, usavam ainda umas anáguas (sobre-saias) bastante engomadas. Portavam, também, quase sempre uma sombrinha que lhes protegia dos raios do sol.[689]

[687] A expressão "rua comum" sob a perspectiva de Maria de Lourdes Teixeira (1962, p.189) pode ser lida como uma forma de desdenhar da importância deste trecho da Rua Augusta, da maneira como o fez a autora, comparando-o ao outro trecho (Augusta-Jardins) que seria mais glamoroso. Por outro lado, não seria inverídico afirmar que a Augusta nesta época era de fato uma rua como muitas outras na cidade, o que significa que ali se podia encontrar diversas experiências absolutamente únicas e significativas que nos ajudam a entender melhor nossa cidade. Ao estudar a desconhecida Rua São Paulo, Nicolau Sevcenko reflete sobre as maneiras para se pensar sobre "a fisionomia e a substancia de uma cidade", propondo que esta também poderia ser entendida por aquilo que "relega, pelo que escamoteia", pelos "resíduos varridos para debaixo do tapete vistoso da paisagem urbana", revelando o "contraponto da identidade pretendida". (SEVCENKO, 2004, p. 19) Em parte, esta tese busca trazer elementos que se contrapõem àqueles usados na construção da memória coletiva da Rua Augusta até hoje.

[688] TEIXEIRA, 1962, p. 199-200. O romance regional *Rua Augusta* se ocupa das intersecções entre o mundo rural e a metrópole simbolizada por esta rua. Trata das tensões entre as gerações criadas nas fazendas e na cidade, das interdependências entre tradição, modernidade e a globalização cultural. O romance traz à tona questões que afligiam a autora, com trajetória pessoal que se assimilava muito à das alunas intelectualizadas do Des Oiseaux. Nascida em 1907, Maria de Lourdes Teixeira estudou em colégio de freiras, morando no interior e mudando-se para a cidade de São Paulo para cursar o curso Normal. Iniciara a carreira muito jovem, em 1920 publicando no jornal Papel e Tinta, organizado por Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade. Ao se casar, interrompeu a carreira, que só retomou a partir de 1944, depois da separação. Romancista, contista, ensaísta e tradutora, publicou uma dúzia de livros e recebeu dois prêmios Jabuti, tornando-se a primeira mulher eleita para a Academia Paulista de Letras, na década de 1960.

[689] CHAMMAS, Miguel. Memórias caprinas. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/952/Memorias%2Bcaprinas. Acesso em 14/02/2022.

As duas ladeiras que formam a Rua Augusta começavam a se diferenciar uma da outra nas décadas de 1940 e 1950. A diversidade de sua ocupação permaneceu e a rua seguiu em transformação. Descendo ou subindo as ladeiras, cada grupo que a habitou, os ricos, pobres e os remediados; os italianos, os açorianos, os europeus e africanos; os católicos, os judeus e muitos outros, construíram a sua história com esta rua de maneira diferente. Nas diferentes percepções de cada habitante, a rua foi ressignificada pela experiência do cotidiano, pelas mudanças das vizinhanças, levando em conta os esquemas estruturais de longa duração que a definiram. As redes de laços materiais e simbólicos espelham a heterogeneidade da rua e as diferenças que se estabeleceram entre as duas escolas ao longo do tempo[690]. Dessa maneira, cada geração produziu na Rua Augusta um determinado código geográfico-social, que se justapôs aos valores culturais que cada grupo estabeleceu com esse território.

V.3 MEMÓRIAS, SAUDADES

No início dos anos 1950, a área metropolitana de São Paulo já havia se consolidado como a capital econômica nacional e da América do Sul. Nesta pujante cidade, automóveis, ônibus e linhas de bonde se misturavam aos pedestres na Rua Augusta, transportando os trabalhadores do comércio e do serviço que iam e vinham dos bairros ao centro, as famílias que saíam às compras, e também os alunos das diversas escolas da região. Nas décadas seguintes, a mancha urbana da capital continuou avançando sobre a periferia e os municípios vizinhos, com incentivo da política rodoviarista que construiu estradas, patrocinou a indústria automobilística, e assim impôs mudanças radicais na experiência do habitante com a cidade e em sua relação com as ruas e com os espaços públicos.[691] A partir da década de 1950, a Rua Augusta refletiu esse movimento e foi palco majestoso da adoração pelo automóvel, com seu

[690] Ao estudar a reformulação da questão de classe proposta por Pierre Bordieu, Loïs Wacquant enfatiza o aspecto relacional na concepção da vida em sociedade, ressaltando que mais do que os indivíduos ou os grupos, a analise "das redes de laços materiais e simbólicos é que constituem o objeto adequado da analise social". (WACQUANT, 2013)

[691] As mudanças na experiência do habitante foram discutidas por Márcia Gregori em sua tese "Mobilidade, imaginário e representação na cidade de São Paulo", que avalia o papel da mobilidade como "centralidade magnética", que "resulta em materialidades e ações organizadoras das cidades", revelando suas "restrições, contradições e irracionalidades". (GREGORI, 2018, p. 251)

característico footing (de carro), rachas e com as corridas em roleta russa.[692] A presença marcante do automóvel interligado à socialização desta rua se mantém até hoje na memória coletiva dos paulistanos.

> Os fatos por você narrados cutucaram a feridinha da saudade guardada em um canto dentro de mim. Foi uma época maravilhosa. Fiz parte da turma da Augusta e, as sextas feiras a noite e aos sábados também a noite, nos reuníamos em qualquer ponto da Augusta para jogar conversa fora. Ficávamos espalhados pela Augusta em vários pontos em grupos. Uma determinada hora, geralmente após a meia noite, um membro da turma descia a Augusta de carro, buzinando, arrebanhando os demais. Íamos até o início da rua (centro) e, de lá, subíamos a Augusta apostando corrida em um grupo de 10 ou 15 carros. O frisson da época era cruzar a Avenida Paulista com o farol fechado e seguir rumo ao Morumba para mais uma madrugada de rachas (P. S. de Castro, 15/07/2006).[693]

A identidade desta rua vai se formando ao preenchermos o espaço entre o nosso interior e o exterior, entre nossas memórias afetivas, que incluem a presunção de termos de alguma maneira contribuído para construir o que ela hoje representa e o exterior, o lugar social em seu contexto espacial. As nossas identidades culturais, tornam-se parte de nós "na medida em que internalizamos seus significados e valores", alinhando "nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural".[694] Anseios coletivos e identidades individuais se combinam, definindo as relações entre o espaço físico e os atributos afetivos de um lugar.

> Sr. Ministrinho, como vai indo o Palestra?. O Sr. poderia fazer o favor de encher o tanque, o sistema agora é Flex, coloque 20 litros de amizade, 20 litros de saudades e 20 litros de bondade. Ah, põe na conta, só por uns minutos, vou tomar um sorvete com minha querida mulher, volto já já. (Carlos Vessoni, ex-aluno da Escola Santa Mônica, 2010)[695]

---

[692] *Footing* era a denominação que se dava ao passeio de carro na Rua Augusta, quando os motoristas desfilavam seus automóveis e conversavam com os pedestres. *Roleta russa* foi uma brincadeira dos jovens motoristas que corriam com seus automóveis pela Rua Augusta em alta velocidade (FRIZZO, Roberto, 2005).

[693] P. S. de Castro. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/281/Rua%2BAugusta%2B1958%2B%2B1960/pagina/3> Acesso em 12/10/2018.

[694] HALL, 2006, p.11.

[695] Comentário de Carlos Vessoni Neto à postagem Memórias Infantis de Miguel Chammas. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/733/Memorias%2BInfantis%2BII>. Acesso em 12/2/2021.



Figura 148: Ministrinho. (Gazeta, 23/9/1929)

As memórias da Augusta são todas tingidas pela afetividade, mesmo para aqueles que não viveram nela. De alguma maneira, esta rua representou vários tempos, se transformou muitas vezes e manteve sempre latente a discussão do fazer da cidade e da experimentação proporcionada por seus lugares diversos. As vivências pessoais e coletivas proporcionadas pela Rua Augusta foram muito além das qualificações generalizantes: eixo de circulação na cidade republicana e modernizadora; rua "comum" dos anos dourados e a Augusta "da diversidade" na São Paulo metrópole pós-moderna.

A Rua Augusta, assim como a Quinta Avenida de Nova York, a avenida Champs-Élysées de Paris ou a pequena rua São Paulo no bairro da Liberdade representaram diferentes momentos da história e das tensões entre o futuro e o passado, um "jogo entre tradição e invenção" que lhes é peculiar.[696] Hoje a Rua Augusta se encontra em novo ponto de inflexão, com grande ebulição do mercado imobiliário, que investe e constrói ao longo de suas ladeiras, em direção ao Centro e aos bairros Jardins, contemplando as novas formas de viver a cidade, construindo novas memórias e refazendo seus vários *lugares*.

[696] Maria Alice Rezende de Carvalho refere-se aqui a rua do Ouvidor do Rio de Janeiro da Belle Époque, que segundo a autora, "expressou as potências e os obstáculos do moderno". (REZENDE, 2016) Como a rua do Ouvidor, a história da Rua Augusta durante a Primeira República evidenciou esse momento de modernização da cidade de São Paulo.

Apontamentos Finais

A proposta desta investigação foi estudar as diferentes **escalas** da experiência urbana através da **Rua Augusta**. O processo de pesquisa se desenvolveu no trânsito entre as diferentes perguntas que cada escala suscitava, instigando-nos a revisitar o objeto e assim rever nossa linha de reflexão. Para enfrentar esta condição, que esteve presente durante todo o processo desta pesquisa, nos guiamos pelas palavras de Lepetit: "a história não pode desejar, ao mesmo tempo, inventar problemas e reconstituir objetos: ela constrói conjuntamente uns e outros".[697] Aceitamos como premissa a reconfiguração do nosso objeto e as novas perguntas que surgiam ao migrar o foco de uma para outra escala. A pesquisa prosperou através das oscilações que cada aproximação sugeriu, num vaivém entre uma perspectiva e outra, capturando certas dimensões do nosso objeto e buscando então olhar sob outro ângulo. A vista do cume da montanha ou ao nível do mar é mesmo diferente, ainda que se olhe para o mesmo oceano.

[697] As escalas podem ser vistas de diferentes maneiras, como escalas físicas, designando uma ampliação ou redução no sentido de distância, de tamanho do objeto ou como escala temporal (LEPETIT, 2016) designando a curta, a média ou longa duração, como indica Revel (1998). Em ambos os casos, a escolha por uma ou por outra escala implica em ajustar o objeto e as perguntas que se faz durante a pesquisa.

Experimentamos diferentes maneiras de ver a rua se fazer. Ora a rua se conformava através de um novo **ângulo**[698], ou seja uma "dobra", um "canto" ou uma "esquina", onde o observador poderia seguramente se acomodar para ver a rua passar (as pessoas, os bondes, os ambulantes), ora se conformava como uma **dimensão**[699] de entendimento, que nos conduzia a ver a rua em sua materialidade (seus prédios, o pavimento, os trilhos, os muros). A rua foi por nós também **vista**, **observada** e colocada em **perspectiva**, ao contrapor seu lugar e seus significados às outras entidades que formam a experiência da vida na cidade (a escola, o armazém, a casa, a rua).[700] E, por fim, nas transposições, entre as diferentes **escalas**[701] encontramos "o porto onde os navios param", e escolhemos ancorar ali nossa pesquisa.

*

Uma vez escolhidas as escalas – os mapas, as práticas e os lugares -, passamos a ver a Rua Augusta. Desta rua, já se disse que era uma "rua comum"[702], "uma rua onde o coração mais perfeitamente se arritmiza"[703]; uma rua "onde todas as tribos se encontram"[704]; uma "rua

[698] ÂNGULO: A palavra vem do Latim angulum, "esquina, canto, dobra". É o diminutivo de uma base Indo-Européia ank-, "dobrar". Disponível em: https://etimologia.com.br. Acesso em 03/03/2022.
[699] DIMENSÃO: A outra, de dimensio, "dimensão, medida", do verbo dimetiri, "fazer uma medida", formado por dis, "movimento para fora", mais metiri, "medir", do Grego metron, "medida" do Indo-Europeu me-, "medida". Disponível em: https://etimologia.com.br. Acesso em 03/03/2022.
[700] VISTA: do latim "vedere": "ver, observar, reparar em". e PERSPECTIVA: A palavra "perspectiva" tem a sua origem no latim "PERSPECTIVA", que significa 'relativo ao que se vê'. O vocábulo latino, por sua vez, é formado pelo prefixo PER- (através, por completo), SPECERE (observar, ver) e, por fim, o sufixo -TIVO (relação ativa ou passiva). In: https://origemdapalavra.com.br/palavras/vista/. Acesso em 03/03/2022.
[701] ESCALA: Está registrado no latim como scala, sobre o grego skála, referindo-se a partir de seu significado histórico, a uma escada, e principalmente a um porto onde os navios param. Disponível em: https://etimologia.com.br. Acesso em 03/03/2022.
[702] Como já discutimos anteriormente. (TEIXEIRA, 1962, p. 189)
[703] Como definido por uma internauta que morou nos dois lados da Rua Augusta, no "eixo Bela Vista-Jardins", com "a situação econômica da família determinando em que lado da Augusta vivíamos", e assim para ela esta rua era a veia principal da cidade, "a aorta cultural paulista". Cinthya Freeney in: São Paulo Minha Cidade, 2008, p. 335.
[704] Aqui a rua seria vista com o significado de espaço onde se cruzam diversos *circuitos*, estabelecendo uma relação entre os vários *pedaços* da cidade, utilizando as categorias propostas pelo antropólogo José Guilherme Magnani para incursões de etnografia urbana. O *circuito* "introduz a capacidade de vincular domínios não necessariamente marcados pela contiguidade espacial". Esta categoria para estudar a cidade "interliga pontos descontínuos e distantes do tecido urbano, sem perder, contudo, a perspectiva de totalidades dotadas de coerência e assim, permitindo a construção de unidades analíticas consistentes". (MAGNANI, 2014). Ao transpor essas categorias para a analise histórica da Rua Augusta podemos dizer que ela fez parte dos circuitos dos colégios confessionais; dos circuitos da moda e da música; dos circuitos dos playboys e da jovem guarda e assim por diante.

híbrida", "apropriada"[705]; a "via mais famosa de São Paulo"[706], etc. Surpreendentemente são poucos os trabalhos de investigação sobre o desenvolvimento histórico da Rua Augusta no período anterior aos anos 1960. Da Augusta muito se disse, mas pouco se viu a cidade ali representada em todas suas muitas camadas físicas, temporais e socioculturais. A rua que já foi vista como eixo conector não cresceu de forma linear, não é uma linha, mas sim o resultado de sua interação com as vizinhanças e dos muitos cruzamentos que fazem dela um objeto vivo e mutante.

os mapas, a rua e a cidade

Com base na geografia – montanhas, vales, rios e córregos - desenvolveram-se os primeiros mapas da cidade, utilizando os elementos naturais como referência. Com o crescimento da malha urbana, o sistema viário se superpôs aos sistemas naturais, ora se acomodando às condições do lugar, ora impondo-se sobre ele. Na cidade de finais de século XIX, a cartografia de São Paulo concentrou-se em representar a cidade construída, habitada e dominada por aqueles que detinham o poder, negando o passado colonial e afirmando a nascente modernidade. Assim, os mapas enfatizaram a presença das vias de circulação e os pontos de referências: as referências-artefato, já que as referências-natureza pertenciam a um passado que se queria derrotar. As ruas e as avenidas são os elementos que compõem a cidade representada, onde as áreas "naturais" são mapeadas como vazias, a serem ainda exploradas, mesmo sendo notória a sua ocupação pelos mais pobres, pelos invisibilizados. Segundo a lógica interpretativa dos mapas, a função da rua era, por um lado, dar um endereço a cada cidadão e, por outro, conectar, gerar e manter os fluxos nas diversas escalas que compõem a cidade.[707]

Os fluxos, classificados no planejamento urbano pelo seus volumes e importância na estrutura de circulação, assumem outros significados quando vistos no contexto da rua como espaço habitado. Faz parte do fluxo também o automóvel que faz ruído, solta fumaça, atropela os pedestres, simboliza poder; o bonde que leva a molecada para a escola, onde se arruma uma

[705] PISSARDO, 2013.
[706] São Paulo Em Foco. Disponível em: https://www.saopauloinfoco.com.br/rua-augusta/. Acesso em 04/03/2022.
[707] Implicando também em controle sobre a cidade e suas transformações, através da cobrança de impostos, obediência às regulamentações legislativas, sujeição ao planejamento e às disputas políticas e econômicas que envolviam a produção do espaço urbano.

briga ou uma conversa; o burrico que puxa a carroça devagar, que empaca em dias de chuva. A rua pertence não somente à cidade, mas também às vizinhanças, a cada casa e a cada comércio que delineia suas adjacências e a todos os indivíduos que nela vivem. Na Augusta, vimos que as edificações precederam a rua e que, antes de se transformar em caminho de terra batida já haviam casas por ali. Ao descrever a cidade do século XIX Nestor Goulart diz que "não era possível pensar em ruas sem prédios; ruas sem edificações, definidas por cercas, eram as estradas".[708] A casa de Mariano Vieira se instalou nos altos do Caaguaçu, ao seu redor vieram os conterrâneos açorianos para formar ali um dos núcleos de ocupação.[709] Outro núcleo, no alto do Saracura, firmou-se em torno da casa de José Coelho Pamplona, proprietário de uma pequena casinha, fundador da primeira capela do Espírito Santo, construída ao lado de um dos primeiros armazéns da região, uma pequena escola, e outras habitações. A rua veio depois. A Augusta, que só pôde existir "como um traço de união entre conjuntos de prédios e [foi] por eles definida espacialmente".[710] Nesta região, a ocupação precedeu a rua, e foi também a ocupação que definiu por onde os caminhos iriam percorrer e definir a trama da cidade.

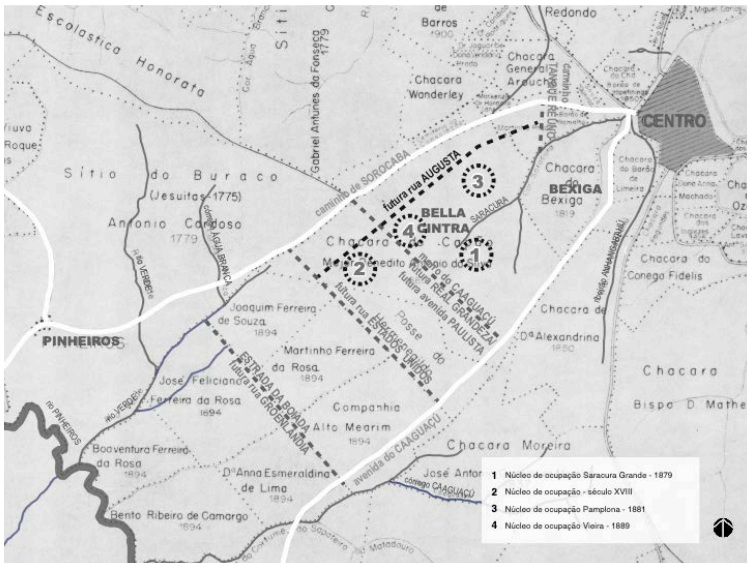


Figura 149: Mapa dos núcleos de ocupação da Chácara do Capão, estradas, caminhos e as futuras ruas. Pormenor do Mapa de Chácaras de sítios e fazendas ao redor do centro desaparecidos com o crescer da cidade, Coleção Aguirra, Museu Paulista.

[708] REIS FILHO, 1970, p.22.
[709] Mariano Vieira e seu sogro/cunhado José Coelho Pamplona foram os últimos proprietários da Chácara do Capão (1880-1890).
[710] REIS FILHO, op. cit.

Nos mapas estudados, encontramos os caminhos que, acidentados ou enlameados, como a trilha entre a porteira e a antiga sede da chácara do Capão, assumiram diferentes significados ao longo do tempo. Esse mesmo caminho materializou a Rua Augusta por onde correu o bonde do centro à avenida Paulista que se inaugurava em 1891 e impulsionou o transbordamento da ocupação que se adensava em torno do Bexiga e do Saracura, trazendo consigo os italianos e os negros, as práticas e os costumes característicos desses grupos.

Em 1880 iniciou-se a comercialização dos terrenos da Bella Cintra, que dentro de poucos anos foram, um a um, alinhados pela Câmara. A partir de 1893, os prédios da Rua Augusta passaram a ter endereço, pintado a tinta na fachada. No entanto, como os lotes haviam sido recortados em tamanhos variados, "em cortes de chácaras e ás braças, á vontade do comprador"[711], como vimos nos anúncios dos jornais nos anos 1880, a ordem pretendida ao se alinhar os lotes à rua, demorou para se completar. Desde os primeiros anos, a ocupação da Augusta foi diversa: dividiram-se os lotes pela metade, construíram-se casas com recuo e sem recuo; com porões altos e baixos; cozinhas e latrinas que serviam a diversas casas ao mesmo tempo. As casinhas pobres chegaram primeiro e foram ampliadas em poucos anos com acréscimo de cômodos e novas unidades de moradia nos fundos do lote. As estrebarias, os fornos de padaria e as oficinas se instalavam nos quintais; enquanto (e ao mesmo tempo que) os armazéns, o açougue e a barbearia ocupavam os recuos para se aproximar da rua, de sua freguesia. Os lotes nem sempre eram demarcados ou murados. Entre um lote e outro e nos miolos das "quadras" a circulação de pessoas, animais e carroças era franqueada. Somente em finais dos anos 1910 a municipalidade iria regularizar os alinhamentos e requerer muros e cercas para todos os lotes da Augusta.[712]

O automóvel chegou nesta rua em 1903 como posse distintiva de Flávio Uchôa, então um entre os primeiros 16 automóveis da cidade. Duas décadas mais tarde, a exceção virou regra na Augusta e só se construía com garagens; em cada esquina uma bomba de gasolina (inclusive a do Ministrinho); as guias rebaixadas; os quintais e os jardins que perdiam espaço para o automóvel. Nas ladeiras da mistura, no entanto, nem todos tiveram acesso ao carro e assim corria pelo meio da rua o bonde, camarão e depois fechado. Frequentado pelos mais pobres

[711] *A Província de São Paulo*, 17/05/1881, p. 3.
[712] Mais especificamente nos anos de 1917 e 1918, segundo os pedidos encontrados na SOP, AHM-SP.

quando o dinheiro alcançava, senão, como expressou Miguel Chammas, para economizar fazia-se a viagem "metade a pé e o resto caminhando".[713]

as vizinhanças, as fronteiras e as porosidades

A Augusta foi uma rua misturada, que como um ecótono se adaptou às forças que incidiram sobre cada trecho, em diferentes momentos históricos. As fronteiras oscilantes se manifestavam nas ações do poder público que, compelido pelos interesses econômicos privados, havia trazido o macadame para a pequena rua Caio Prado e, no trecho entre esta e a avenida Paulista, permitiu o caminho do bonde elétrico a partir de 1909. Enquanto isso, os "diversos moradores da Rua Augusta, na Villa America" (ao Sul da avenida Paulista) clamavam aos "poderes competentes" o conserto da via, que se encontrava com "enormes buracos, formados pelas águas das chuvas, principalmente no trecho entre a alameda Franca e a rua de S. José", impossibilitando o trânsito de veículos.[714] As melhorias urbanas só atingiriam este trecho da quando a Cia. City negociou com as concessionárias para dotar aquela região dos necessários serviços públicos. O bonde estendeu seu percurso, alcançou a rua Estados Unidos e iniciaram-se as vendas dos lotes da Villa America (a partir de 1914) e do Jardim América (a partir de 1915) pela Cia. City. Foram inúmeras as disputas para trazer melhorias para a área (Augusta e adjacências) durante este período de intensa atividade imobiliária, até meados dos anos 1920, quando praticamente todos os lotes da rua já estavam ocupados.

Do cruzamento das fontes, chegamos a uma hipótese com relação à ocupação do baixo Augusta.[715] Acreditamos que a ocupação da rua Caio Prado se desenvolveu como extensão do bairro de Higienópolis. O plano teria sido seguir pelas terras de Dona Veridiana, com parcelamento e ocupação similares à Higienópolis, em direção ao Saracura, alcançando a outra borda de seus terrenos, que seriam também incorporados a esse "arco nobre" em torno da cidade. O projeto não se consolidou, pois com a morte de Martinho da Silva Prado em

[713] Miguel Chammas em entrevista a autora em 2018.
[714] *O Correio Paulistano*, 05/06/1910, Edição 16823, p. 4.
[715] Os terrenos mais próximos dos bairros Bexiga e Bella Vista eram menores, tinham de 5 a 6m de frente. Originários do parcelamento da Chácara do Capão, estes haviam sido vendidos em pequenas parcelas ou subsequentemente subdivididos por seus proprietários. Ao comparar o parcelamento e a ocupação dos lotes desta área com os lotes que se originaram do parcelamento da chácara de Veridiana Prado, encontramos parcelas mais generosas (com 10 a 12m de frente).

1906, Dona Veridiana transferiu o que restava de suas terras para Martim Burchard e Victor Nothmann[716], enquanto seu genro Flávio Uchôa vendeu o magnifico palacete de Dubugras para as cônegas belgas. O abastado casal Prado-Uchôa não pode conviver com a ocupação híbrida das vizinhanças. As terras da fronteira, nas bordas do vale do Saracura, foram finalmente assumidas pela Cia. City, que ali desenvolveu o loteamento Anhangabahu.

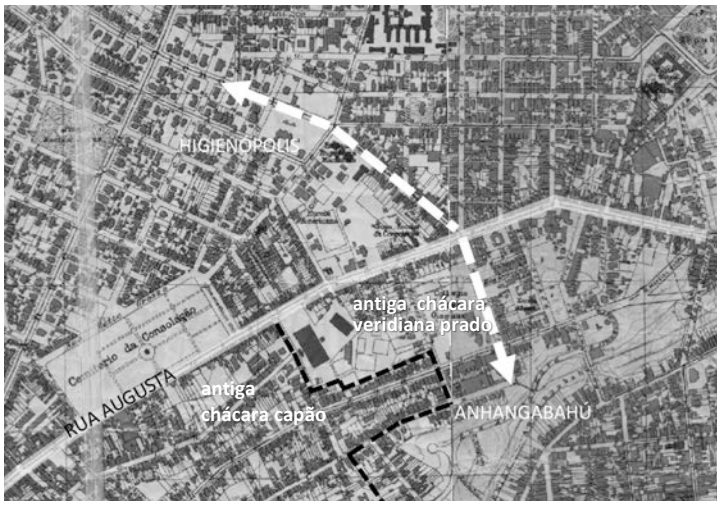


Figura 150: Mapa da potencial expansão de Higienópolis, como um cinturão em torno do centro.

Ao aproximar as lentes para ver as vizinhanças das escolas de Santa Mônica e Des Oiseaux (no lugar deixado pelo palacete dos Prado-Uchôa a partir de 1907), observamos a ocupação desta área que fazia a transição entre Higienópolis e a Bela Vista, através da rua Caio Prado. Observamos ali significativa expansão de vendas e ocupação a partir de 1912, período que coincide com a aquisição das terras do Anhangabahu pela Cia City. Neste período foram construídos grandes sobrados e casas espaçosas, as mesmas que, nas décadas de 1940 e 1950, foram reapropriadas pelas numerosas famílias de pobres e arranjados que passaram a viver naquela região. Subindo em direção à avenida Paulista viviam também famílias desses mesmos grupos, que alugavam e sublocavam espaços nos porões e nos cômodos dos fundos. Talvez este tenha sido o período em que a Augusta foi mais homogênea em sua ocupação, pois de um lado e do outro – excetuando-se as grandes instituições – viviam grupos que compartilhavam experiências semelhantes com a rua e com a cidade.

[716] Victor Nothman, em associação com Frederico Glette foi o idealizador do loteamento de Campos Elíseos (1878) e em 1894, em sociedade com Martim Buchard foi o responsável pelo loteamento de Higienópolis (1893). A compra dessas terras pelos dois investidores é apontada por Antonio Paim Vieira (VIEIRA, 1952, p. 115).

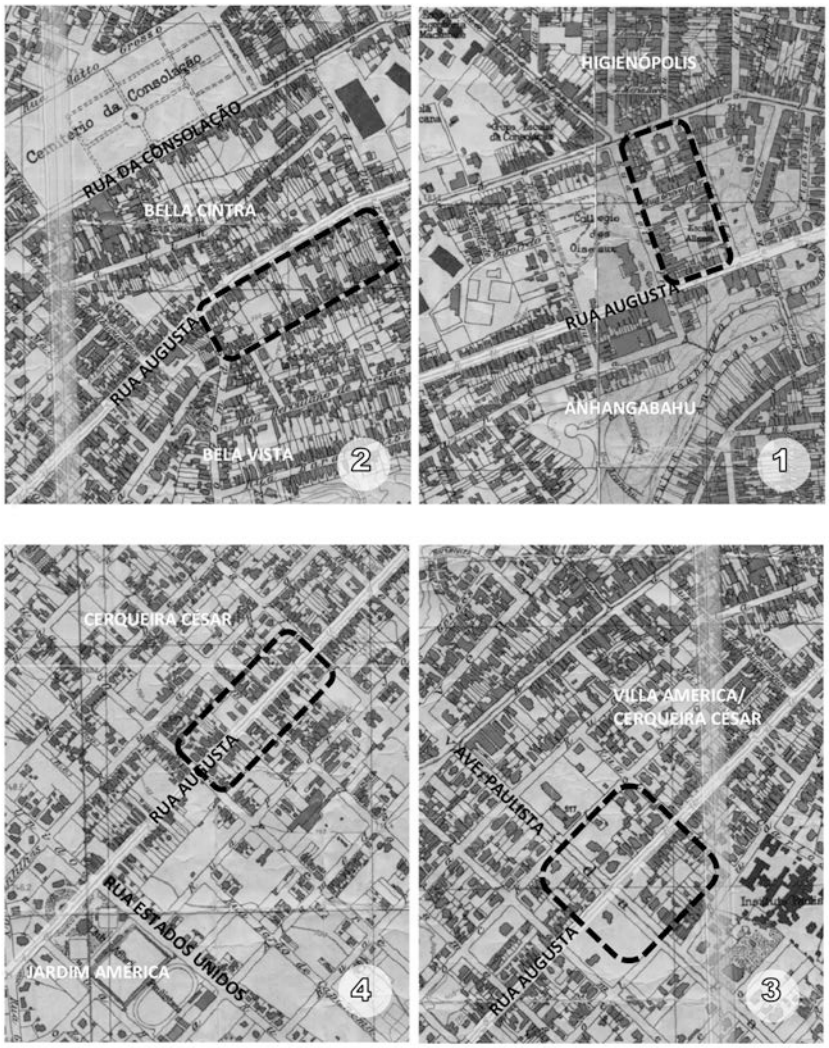


Figura 151: Diferenças do parcelamento e ocupação por trecho da Rua Augusta em 1929. 1: Trecho de transição entre Higienópolis e Anhangabahu, com lotes medianos (testada de 10 a 15m); 2: Trecho intermediário, com lotes estreitos e casas menores (testada de 5 a 7m)

A conformação e a ocupação da Rua Augusta devem muito aos bairros que ancoraram seu crescimento: nas extremidades os loteamentos da Cia. City (Figura 150, **1** e **4**) e a meio caminho, no alto do morro do Caaguaçu, a avenida Paulista (Figura 150, **3**). Nas quadras imediatamente adjacentes a esses loteamentos a ocupação foi de casas maiores. No entanto, nas quadras entre esses "bairros-âncoras" (o que equivale à maior parte da Rua Augusta), a ocupação foi outra: lotes pequenos, prédios de vários tamanhos e uma grande diversidade de moradores e atividades. (Figura 150, **2** e **3**)

O primeiro bairro-âncora, no extremo sul, foi o Jardim América inaugurado em 1913 (ver Figura 150, **4**). Como já vimos, a abertura desse loteamento permitiu que as melhorias urbanas (água, esgoto, eletricidade e transporte) atravessassem a avenida Paulista atingindo toda a Rua Augusta. O processo de implementação dessas melhorias implicou em negociações entre os poderes municipais, privados e das concessionárias de serviços.

O segundo loteamento a ancorar a Augusta, o Anhangabahu que bordeava o centro da cidade, demorou mais a se consolidar. (Figura 150, **1**) O plano para este loteamento da Cia. City teria sido juntar-se harmonicamente com Higienópolis passando pelas quadras da rua Caio Prado. Por outro lado, o Plano das Avenidas (1929-1930) pretendia conectar o novo Anhangabahu da Cia. City ao centro e com os bairros jardins através de uma grande avenida.[717] A nova via cumpriria ainda mais um objetivo da municipalidade: acabar de uma vez por todas com a ocupação ao longo do Saracura, onde "permaneciam semeados aqui e ali [...] casebres humílimos, onde vegetavam gentes paupérrimas, ás mais das vezes corroídas de enfermidades varias".[718] Não foi tão fácil o processo de despejo dos habitantes do Saracura e, portanto, a abertura da avenida demorou tanto que a ocupação misturada da Augusta e seu entorno entraram no meio do caminho e essa conexão direta e tranquila para Higienópolis teve seus percalços.

Na região Sul da Rua Augusta, as transformações chegaram mais tarde. Neste trecho mantiveram-se as pequenas casas, o pequeno comércio e os grandes terrenos dispersos pelas quadras vizinhas à rua. A partir da chegada do bonde e o início da ocupação do Jardim América (1914), as pequenas casas foram ampliadas ou substituídas por novas casas térreas e assobradadas para os setores médios, completando a ocupação até então pouco densa deste trecho da rua. Os primeiros lotes vendidos no Jardim América foram aqueles no entorno da rua Colômbia, continuação natural da Rua Augusta. Em tentativa de expandir as fronteiras dos bairros planejados da Cia. City, nas ultimas quadras da Augusta, fizeram-se construir grandes sobrados que se implantaram com recuos, a partir da década de 1920, querendo ser também Jardim América. Nesta área surgiu todo tipo de comércio, principalmente armazéns,

[717] Avenida Anhangabahu, atual avenida Nove de Julho.
[718] *O Estado de S. Paulo*, 23/06/1929, p. 8.

que atendiam à demanda cotidiana gerada pelos bairros estritamente residenciais do final da Rua Augusta.

Em torno da avenida Paulista vimos repetir-se o mesmo fenômeno, com os setores médios ocupando as quadras vizinhas, procurando se aproximar da ocupação que se via na avenida. Desde 1894 a Paulista, antigo caminho da boiada, estava protegida pela legislação, pois "rodas de carroças e patas de burros jamais tocaram no bem cuidado calçamento da Paulista".[719] O caminho alternativo escolhido foi a alameda Santos, onde viveu Zélia Gattai e muitos cocheiros, e onde a municipalidade depositava todo o lixo que vinha de seus vizinhos nobres, que lhes davam as costas. Ao cruzar a alameda Santos a Augusta se deixou definir por seu caráter, como a cada novo cruzamento a Rua Augusta ia se refazendo, por suas adjacências, suas vizinhanças e pelos fluxos que corriam por ela.[720]

as pessoas e os lugares da Rua Augusta

Nas esquinas da Rua Augusta (e também nos miolos de quadra) encontramos os armazéns que abasteciam os bairros adjacentes. O comércio trazia vida para esta rua, transformando as redes físicas em redes sociais e os espaços da rua em *lugares*. O estudo dos armazéns nos mostrou que cada mercadoria oferecida pelos pequenos espaços comerciais dependia das relações e das flutuações da economia local, nacional e internacional. Estes dependiam também das diversas formas de crédito para sobreviver, das cadernetas, dos bancos e das importadoras, cada um inserido em suas próprias e complexas redes políticas e econômicas. No armazém as redes locais e internacionais, as redes financeiras, imobiliárias e de sociabilidade se encontravam. No decurso das incessantes transformações destas redes e da cidade, os armazéns mantiveram importante presença na Rua Augusta, sem muitas alterações em sua estrutura funcional e social, até o advento dos supermercados, na década de 1950.

Os balcões dos armazéns foram locais privilegiados para ver a cidade passar. Construídos nos lotes profundos da Augusta e ocupando o aposento que dava para a rua, nos fundos estendiam-

[719] GATTAI, 1979, p. 216.

[720] Cada um desses fenômenos de conferir às vizinhanças distinção por proximidade teve uma trajetória particular. Parte das disputas e negociações foram explicitadas ao longo deste trabalho, sugerindo novas frentes de pesquisa.

se os grandes quintais com fronteiras indefinidas, onde múltiplas atividades dividiam o espaço: pessoas morando nos quartinhos; as lavadeiras nos tanques, a cozinha que servia o comércio e alimentava todos os moradores. Nesses quintais viviam também os animais, brincavam as crianças, jogava-se o bocce. Com o passar dos anos, a cidade cresceu, a Rua Augusta se tornou mais cara e as construções adensaram os terrenos. O quintal diminuiu, foi progressivamente tomado por outras unidades de moradia para aluguel e também pelo automóvel. O pequeno comércio, incluindo os secos e molhados, refletiu as mudanças da cidade, adaptando seus edifícios, aumentando a planta e conjugando-se a grandes prédios residenciais. O espaço comercial não mais estaria necessariamente vinculado à moradia. A especialização e a expansão do comércio avançaram sobre a Augusta, que passou a servir uma demanda crescente e diversa, originada em suas vizinhanças imediatas, mas também oriunda dos bairros residenciais que ancoravam e circundavam a rua.

Durante o período estudado por nosso trabalho, a casa que ocupou a Rua Augusta foi diferente para cada grupo social, casas térreas, sobrados, casas soltas no lote, palacetes, que se transformaram com os tempos. Os construtores desta rua, assim como de muitas outras na cidade, foram os estrangeiros, italianos, portugueses e seus descendentes. Vieram de longe para construir e para trabalhar nos balcões do comércio, habitar esta rua e suas vizinhanças e transformar os hábitos culturais e as formas de sociabilidade de toda essa região. A Rua Augusta se conectava através deles com os bairros vizinhos, com outros bairros habitados por imigrantes e com seus países de origem. Através dos estrangeiros a rua manteve seu caráter local e internacional, que nunca deixou de estar presente.

Ampliações, adições de novos cômodos, embelezamento das fachadas, abertura de portas para o comércio, as reformas na rua que se adaptava aos novos tempos. A valorização de determinados trechos, por proximidade a áreas consideradas mais nobres; a desvalorização de outros trechos por sua conexão com áreas consideradas populares e assim a ocupação da Rua Augusta foi se transformando com as vizinhanças. Compelidos pelas autoridades, os proprietários construíam muros, demarcando os limites, diminuindo as porosidades entre uma e outra propriedade.

Com os avanços da indústria, o morar se modificou, por conta dos novos materiais construtivos, dos novos equipamentos que transformaram os espaços internos: a cozinha e as latrinas se juntaram ao corpo da casa, novos espaços surgiram para acomodar as novidades. Cresciam os setores médios e surgiam novas formas de habitar e novos espaços: a copa, para separar os criados de seus patrões, a sala de costuras para as mulheres da casa, os gabinetes para "dar um ar de intelectualidade", como diz Carlos Lemos ou talvez mesmo para afirmação da masculinidade do homem da casa.

Para a grande maioria dos habitantes desta rua, a casa foi local de moradia e local de trabalho ao mesmo tempo. A intrincada relação entre os moradores, os espaços de comércio e de produção evidenciou-se ao adentrarmos a casa e os armazéns da Rua Augusta. A casa era o lugar onde se costurava e lavava para fora; onde se fabricava o sorvete e se batia o chantili; onde se consertavam automóveis e se alugavam quarto para futebolistas e também onde dormiam, comiam e se abrigavam as pessoas. A casa surge com frequência nas memórias de seus moradores: "Aqui eu vivi e cresci. Naquela casa morava a família Cintra Godinho, naquel'outra, a família Yazig, o deputado naquela, pulei muitas vezes este muro que estou encostado agora para brincar de mocinho e bandido."[721] A casa, como percebeu Ecléa Bosi em suas entrevistas com os velhos, "é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções". Assim, a mudança para longe da Rua Augusta, significou para seus antigos moradores a perda de sua identidade, ou a necessidade de reconstruí-la em outro lugar: "Não sou nada aqui, mas já fui dono e senhor deste espaço. Nada me apetece mais agora do que saborear estes velhos tempos, nada mais." [722]

A Rua Augusta significou certa unidade conformada pela mistura em um pedaço da cidade. Para esta rua convergiram os projetos, as aspirações e os desacertos de várias gerações. As linhas de força que desenharam a Augusta, avançaram sobre cada uma de suas esquinas, tatuaram a cada momento histórico, a cada cruzamento, mais uma diferença à esta experiência da urbanidade. Os armazéns, as escolas, os palacetes e as fábricas; os construtores, os

[721] José Carlos Munhoz Navarro, em São Paulo Minha Cidade, Disponível em: http://memoriasdesampa.blogspot.com/search?q=august. Acesso em 12/2/2022.
[722] Id. Ibid.

imigrantes e brasileiros, e mais, marcaram a rua com suas redes de sociabilidade, com o cotidiano de suas tradições, múltiplas, locais e internacionais. Ao se afastar, no espaço e no tempo, a Augusta das memórias se torna gigante, no entanto no mapa da cidade espraiada ela vai ficando cada vez menor, parecendo até ser uma linha – cheia de vida – na imensa metrópole que não pode parar.



Figura 152: A loja de música Hi-Fi na década de 1970.

REFERÊNCIAS

COLEÇÕES E ACERVOS

Acervo da Congregação das Cônegas Regradas de Santo Agostinho. A Procura de Uma Casa. São Paulo.

_____. Panfleto datilografado com discurso a ser proferido em celebração da Congregação das Cônegas Regulares de Santo Agostinho, São Paulo, sem data.

_____. Recorte de jornal sem identificação, São Paulo, com indicação de data 1974.

_____. Notícia Histórica da Escola de Santa Monica, 1921 a 1946, São Paulo, 1946.

Acervo particular de Maria Adélia Menezes. Fotografias do programa da graduação do Colégio das Cônegas de Santo Agostinho, 1958.

Coleção João Baptista de Campos Aguirra (1871-1962), Museu Paulista.

Geneanet, História da Família de Carlos Cardoso Dias. Disponível em: https://gw.geneanet.org/carloscdias?n=pinto+correa&oc=&p=policarpo. Acesso em 04/02/2022.

Histórico demográfico do município de São Paulo. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1890.php. Acesso em 20/01/2022.

Iconografia do Acervo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/assistencia-social-migrantes-e-imigrantes;isad. Acesso em 23/04/2019.

Livros de Lançamentos da Indústria e do Comércio, 11º Distrito da capital, 1915, 1918, 1920, 1929 e 1934.

Papéis Avulsos, AHMSP.

Série de Licenças e Alvarás, AHM-SP, 1924 e 1925.

Série de Obras Particulares, AHMSP.

ENTREVISTAS

Entrevista com Adelia Bezerra de Meneses, 2019.

Entrevista com Maria Alice Vassimon, 2019.

Entrevista com Maria Cristina Boera, 2018.

Entrevista com Miguel Chammas, 09/05/2018.

Entrevista com Vera Montebelere, 2018.

Entrevista de Ana de Hollanda quando foi Ministra da Cultura. Revista Marie Claire, 28/06/2011. Em: http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI221165-17737,00.html.

Entrevista de Maria Rita Kehl e Paulo Vannuchi com Madre Cristina. Revista Teoria e Debate, 1990. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/. Acesso em 23/02/2022.

Entrevista com Manuela Carneiro da Cunha. Boletim da Associação Brasileira de Antropologia, AMOROSO, M.; PEIXOTO, F., n. 28, 1998.

WEBSITES

Facebook.

Associação Santo Agostinho (ASA). Disponível em: https://asatransforma.org.br/asa/quem-somos/nossa-historia/. Acesso em 12/01/2022.

Instituto Sedes Sapientiae. Disponível em: https://sedes.org.br/site/instituto-sedes-sapientiae/madre-cristina/. Acesso em 01/04/2020;

Internet Geneanet: https://pt.geneanet.org/fonds/individus/ e o acervo online do Museu da Imigração de São Paulo, disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/livros.php

KUCINSKI, Bernardo. In: Rascunho: o jornal de literatura do Brasil, Edição 181, maio/2015. Disponível em: https://rascunho.com.br/ficcao-e-poesia/secos-e-molhados/. Acesso em 12/11/2021.

Memórias de Sampa, website. Disponível em: http://memoriasdesampa.blogspot.com/. Acesso em 12/04/2021.

Museu da Pessoa. Disponível em: https://museudapessoa.org/. Acesso em 12/03/2022.

São Paulo Minha Cidade Website. Secretaria de Turismo da Cidade de São Paulo. Disponível em: https://saopaulominhacidade.com.br/. Acesso em 21/03/2022. NOTA: Este website só pode ser acessado pelo Google Chrome.

PERIÓDICOS

A Gazeta. (Hemeroteca Nacional Digital)

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1911. Hemeroteca Digital Nacional.

Anuário do Comércio e Indústria – FEA, 1945.

Augusta Chic, São Paulo, 1958.

Boletins da Diretoria de Industria e Comércio. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild e Cia., 1908, 1916 e 1919.

Correio Paulistano. (Hemeroteca Nacional Digital)

Diário Nacional. (Hemeroteca Nacional Digital)

Folha de São Paulo / Folha da Manhã / Folha da Noite.

Il Pasquino Coloniale. (Hemeroteca Nacional Digital)

Jornal da Tarde. (Hemeroteca Nacional Digital)

Mundo Esportivo. Disponível em: < https://www.revistamundoesportivo.com.br/>. Acesso em 12/2/2022.

O Combate. (Hemeroteca Nacional Digital)

O Estado de S. Paulo / A Província de São Paulo.

O Farol Paulistano. (Hemeroteca Nacional Digital)

O Paulistano. (Hemeroteca Nacional Digital)

O Pirralho. (Hemeroteca Nacional Digital)

Seleções do Reader's Digest. Disponível em: https://quandoacidade.wordpress.com/2013/02/05/o-primeiro-e-o-primeirissimo/. Acesso em 12/01/2021.

Sentinella da Monarchia: orgam conservador. Hemeroteca Digital Nacional.

SÃO PAULO (Estado). Código de Obras de São Paulo, 1886. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/normas/?tipoNorma=14&ano=1886. Acesso em 19/3/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 111 de 21 de Setembro de 1894, Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-111-de-21-de-setembro-de-1894. Acesso em 12/03/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 355 de 3/6/1898, que dispôs sobre recuo frontal nas avenidas Higienópolis e Angélica. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-355-de-3-de-junho-de-1898. Acesso em 12/03/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 920, de 4 de agosto de 1904, Cria, no Estado de São Paulo, o imposto sobre o capital e sobre a renda. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1904/lei-920-04.08.1904.html. Acesso em: 12/01/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 1666, de 26 de março de 1913. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1913/166/1666/lei-ordinaria-n-1666-1913-dispoe-sobre-a-abertura-de-ruas-avenidas-ou-pracas. Acesso em 20/2/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei 1.461, de 29/12/1914. Autoriza o governo a fixar a pauta para a cobrança do imposto de café. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1914/lei-1461-29.12.1914.html. Acesso em 12/01/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2611 de 20/06/1923, Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1923/262/2611/lei-ordinaria-n-2611-1923-prohibe-a-abertura-de-vias-de-communicacao-em-qualquer-perimetro-do-municipio-sem-previa-licenca-da-prefeitura. Acesso em 20/03/2021.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2689, de 4 de abril de 1924. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1924/269/2689/lei-ordinaria-n-2689-1924-dispoe-sobre-a-pavimentacao-da-cidade-1924-04-04-versao-original. Acesso em 10/02/2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 3.427 de 19 de novembro de 1929 (mais conhecida como o Código de Obras Arthur Saboya). Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-3427-de-19-de-novembro-de-1929. Acesso em 20/02/2022.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 11.094, de 20 de maio de 1940. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1940/decreto-11094-20.05.1940.html?. Acesso em 01/02/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. “Disputas Cartográficas e Disputas Territoriais”. Em: ACSELRAD, Henri (org). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

ALAMINO, Márcia. Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o Colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Petrópolis, 2008.

ALMEIDA, ANA M. F. A Escola dos Dirigentes Paulistas. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

AMARAL, Aracy. Artes plásticas na Semana de 22. São Paulo: Editora 34, 1998.

AMOROSO, M.; PEIXOTO, F. Entrevista com Manuela Carneiro da Cunha para o Boletim da Associação Brasileira de Antropologia, n. 28, 1998.

ANDRADE, Maíra Z. Rebeldia pronta para o consumo: a construção da cultura juvenil no Brasil dos anos 1950-60. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ATIQUE, Fernando. A midiatização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 24 (3), 2016, pp.149-175.

AUGÉ, Michel. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994

AZEVEDO, Aroldo. A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana, v. II. Disponível em: www.serieavenidapaulista.com.br. Acesso em 10/02/2022.

BARBUY, Heloisa. A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860. São Paulo: Edusp, 2006.

BARTABURU, Xavier. Casa Santa Luzia: a história de uma marca da gastronomia paulistana. São Paulo: Grifo, 2013.

BEIER, José R. “Sertão desconhecido? A representação do ‘oeste paulista' no Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841)”. Tempos Históricos, v. 18, 2014, p. 457-490.

BENÇAL, Dayme Rosane; COSTA, Daniela Souza Silva de. “Freguês de Caderno, da fé para o esporte passando pelo caderno”. Em: Estudos linguísticos em foco: perspectivas sincrônica e diacrônica. Curitiba: Eduel/Kindle, 2019.

BOCKETI, Gregg. “Italian Immigrants, Brazilian Football, and the Dilemma of National Identity”. Journal of Latin American Studies, v. 40, n. 2, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade; Fapesp, 1998.

_____. “Origens da habitação social no Brasil”. Em: Análise Social, v. XXIX, 1994.

BORIN, Monique Félix. Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade: caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais (1886-1923). Tese (Doutoramento em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1979.

BOTELHO, Adriana. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. São Paulo: Cadernos Metrópole 18, 2007, pp. 15-38.

BOURDIEU, Pierre. “Os Três Estados do Capital Cultural”. Em: NOGUEIRA, Ma. A. & CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRUNO, Ernani da Silva, História e Tradições da Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: José Olímpio, v. 3, 1953.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. São Paulo: um novo olhar sobre a história: a evolução do comércio de varejo e as transformações da vida urbana. São Paulo: Via das Artes, 2012.

_____. “Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942)”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 64, p 99-130, ago. 2016.

_____. “Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980)”. Revista CPC, [S. l.], n. 19, p. 194-204, 2015. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i19p194-204. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/97896. Acesso em: 09/03/2022.

CAMPOS NETO, Cândido. Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. Arquitetura paulistana sob o Império: Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. Chalés paulistanos. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 16, n. 1, p. 47-108, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5487. Acesso em: 12 jul. 2022.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. “Achegas para uma história da imigração portuguesa em São Paulo: a casa de uma família luso-paulistana”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. XCVIII, 2014, pp.11-21.

CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. “A cidade como história”. Em: História: Questões & Debates, n. 50, p. 61-101, jan.-jun., 2009.

CARVALHO, Bruno. Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

CASTRO, Ana C. V. A cidade narrada: a literatura como fonte para a história urbana. Em: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, julho 2015.

CERASOLI, Josianne Francia. Modernização no plural: obras públicas, tens es sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. 2004. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CERTEAU, Michel. The practice of everyday life. Berkeley: University of California Press, 1988.

CESARINO, Gabriela K. O olhar contemporâneo de uma localização emblemática: representações do lugar (São Paulo, 1902-1969). Em: Colóquio Histórias de São Paulo, Guarulhos: UNIFESP, 2018.

_____. Os arranjos criativos na transformação da cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

_____. A questão da unidade mínima no planejamento local e o lugar do desenho urbano: uma perspectiva histórica. Em: Anais da XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015.

_____. Os armazéns de secos e molhados na rua Augusta. Em: LANNA, Ana L. (org.) D. Ruas Paulistanas, São Paulo: Alameda, 2022. (no prelo)

CIRRINCIONE, Alessandra. Brás, Bexiga/Bela Vista, Barra Funda: estudo antroponímico, Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

CHAMMAS, Miguel. Memórias fraternais. Diversas postagens Disponíveis em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/. Acesso em 12/03/2022.

COELHO, Paulo Vinicius. Bola Fora: A história do êxodo do futebol brasileiro. São Paulo: Panda Books, 2009.

CORDEIRO, Carlos & MADEIRA, Artur Boavida. "A Emigração açoriana para o Brasil (1541-1820)". Arquipélago, História, 2ª serie, VII, 2003.

DEAECTO, Marisa. Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930). São Paulo: SENAC, 2002.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. Os primeiros anos da Cia. City em São Paulo (1911-1915): a revisão de uma lacuna. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22. Em: https://www.redalyc.org/jatsRepo/5139/513962979025/html/index.html.

DINES, Yara Schreiber. "Rua Augusta - Imaginários Urbanos em Diálogo". Ponto Urbe [Online], 9, 2011, http://journals.openedition.org/pontourbe/363; DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.363. Acesso em 13/01/2022.

DOMINICE, Daniel. A arte de se construir cidades em meio à política local: 1890-1960. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

DOMINGUEZ, Juliana Arantes. "Processos imigratórios". Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 10, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5181510/Os_Bairros_Imigrantes_da_Cidade_de_S%C3%A3o_Paulo_na_d%C3%A9cada_de_1930?email_work_card=title. Acesso em 24/10/2021.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 1990.

FELDMAN, Sarah. Planejamento e zoneamento: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp, 2005.

FERREIRA, Pedro B. S. A avenida de mil vias: conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

_____. "Disputas na representação de um 'bairro aristocrático'". XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais, IAU-USP, São Carlos, 2016. Disponível em: http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/58.pdf. Acesso em 12/03/2020.

FORTUNA, Carlos. "Urbanidades invisíveis", Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1, 2019, p. 135. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/Zr66RNYxnk648hr5xXzwTmz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 10/01/2022.

FONTAINE, Patrick. "Formação do pensamento brasileiro moderno sobre a inflação: da Segunda Guerra Mundial à crise cambial (1939-1947)". Economia e Sociedade, v. 29, n. 2, maio-agosto 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art06. Acesso em 20/11/2021.

FREHSE, Fraya. Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2011.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, primeira edição digital, [1936] 2013.

GARCIA, Valéria Eugênia. Do Santo? Ou de quem .... Ribeirão Preto: Gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

GATTAI, Zélia. Anarquistas graças a Deus. São Paulo: Cia das Letras, [1986] 2009.

GIANELLO, José Roberto. "De Fábricas Reunidas Pamplona à Indústrias Reunidas Matarazzo". Raízes, 2002. Disponível em: http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/42. Acesso em 12/01/2021.

GRANGEIA, Mario Luis. "Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX". História (São Paulo) [online], v. 36, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000016. Acesso em 07/07/2021.

GREGORI, Márcia Sandoval. Mobilidade, imaginário e representação na cidade de São Paulo (1968-2015). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

GRÜNSPUN, Haim. Anatomia de um bairro: O Bexiga. São Paulo: HRM Editores Associados, 1979.

GOUVÊA, José Paulo Neves. Cidade do Mapa: a produção do espaço de São Paulo através das representações cartográficas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARLEY, Brian. "Mapas, saber e poder". Revista Confins, n. 5, 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet; LACERDA, Aline Lopes de. Rio de Janeiro, 31/03/2011, Entrevista, Estudos Históricos, v. 24, n. 48, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21862011000200009. Acesso em 10/2/2022.

HOBSBAWN, Eric. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

INNOCENTI, Thais Ferraz de Barros Pimentel. Dona Veridiana Valéria da Silva Prado: uma imagem e seus espelhos. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

JORGE, Clóvis de Athayde. Consolação: uma reportagem histórica. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, 1898.

JUNG, Milton. Conte Sua História de São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz; FERLINI, Vera Lucia. "Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes". Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-15, jul./dez. 2009.

KEHL, Maria Rita; VANNUCHI, Paulo. "Madre Cristina". Teoria e Debate, ed. 09, 1990. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/1990/01/01/madre-cristina/. Acesso em 03/09/2018.

KUCINSKI, Bernardo. Rascunho: o jornal de literatura do Brasil, Edição 181, maio/2015. Disponível em: https://rascunho.com.br/ficcao-e-poesia/secos-e-molhados. Acesso em 12/11/2021.

KUVASNEY, Eliane. A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX: os mapas na construção da cidade espraiada. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

LAGE, Ana Cristina P. "Petites Mathers: alunas pobres em uma instituição confessional". Poiesis Pedagógica, Jul-Dez 2014.

_____. A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG): uma necessidade política, econômica e social da região sul–mineira no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. Conexões Vicentinas: Particularidades Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentista. Bauru, São Paulo: Paco Editorial, 2013.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade Estadual de Campinas, 1968.

LANNA, Ana Lucia Duarte. “Teodoro Sampaio, conectando a cidade”. Apresentação na Mesa Temática As ruas de São Paulo e suas materialidades: uma escala para a história da cidade, XVI SHCU, Salvador, 2021.

_____. “Aquém e além mar: imigrantes e cidades”. Várias histórias, Belo Horizonte, v. 48, p. 11, 2012.

_____. Ferrovias, cidades, trabalhadores: 1870/1920. Tese (Livre-docência), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Aréas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

LARUCCIA, Modesto. “Um paulistano”. Em: São Paulo Minha Cidade, São Paulo: prefeitura de São Paulo, Secretaria de Turismo, 2008, p. 209. Disponível em: https://saopaulominhacidade.com.br/. Acesso em 20/11/2021

LE GOFF, Jacques. História e Memória II – Memória (Trad. Ruy Oliveira). Lisboa: Edições 70, 1982.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. “A arquitetura dos modernistas”. Literatura e Sociedade, [S. l.], v. 9, n. 7, p. 234-240, 2004. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/25422. Acesso em: 04/03/2022.

_____. “Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX”. Estudos de Cultura Material, Anais do Museu Paulista, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100009. Acesso em 20/02/2022.

_____. Cozinhas, etc. São Paulo: Perspectivas, 1976.

LEVI, Darrell. A Família Prado. São Paulo: Editora Cultura, 1977.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Imigração portuguesa no Brasil, v. 43. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LOPES, Álvaro. Entrevista para o Museu da Pessoa, 03/06/2005. Disponível em: https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/pessoa/alvaro-lopes-15000. Acesso: 12/02/2019.

LUCCHESE, Maria Cecilia. “A retificação e regularização do Rio Tietê no século XIX e os interesses a elas vinculados”. Em: Peixoto, Elane R. et All. (Org.) Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2014.

LUCCHESI, Bianca. “Sociabilidade e cultura nos quintais populares de São Paulo no final do século XIX”. Projeto História, São Paulo, v. 62, mai-ago, p. 396-410, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2018v62p396-410. Acesso em 20/10/2021.

LYNCH, Kevin. The image of the city. Boston: Harvard-MIT Joint Center for Urban Studies Series, 1960.

MACHADO, Antônio de Alcântara. “Armazém Progresso de São Paulo”. Em: Brás, Bexiga e Barra Funda / Laranja da China, São Paulo: Martim-Claret, [1927] 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Sendo cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo”. História da Cidade de São Paulo. (Paula Porta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 59-99.

MAGNANI, J. C. O Circuito: proposta de delimitação da categoria, Revista Ponto Urbe, NAU, n. 15. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2041>. Acesso em 23/2/2022.

MAIA, Prestes. Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1930.

MALAFAIA, Teresa. A memória no resgate do passado: a rua Augusta em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2016.

MARCONDES, Renato Leite. “Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos (1865-1930)”. Lócus Revista de História, v. 20, n. 2, 2014.

MARINS, Paula César Garcez. “Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo”. Em: LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Aréas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, p. 209-244.

_____. “Habitação social no Brasil em perspectiva crítica: políticas públicas, criação arquitetônica e formas de vida urbana”, Revista USP, Dossiê Metrópoles, n. 102, 2014.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

MARZOLA, Nadia. Bela Vista, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979, p.20.

MATOS, Maria Izilda Santos. Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades. e-manuscrito, 2018.

_____. “História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas”. Mandrágora 19.19, 2013, p. 5-15.

Memória Viva. Madre Cristina: Memória viva. Em: Memória Viva, Psicologia, Ciência e Profissão v. 4, n. 2, 1984. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000200010. Acesso em 04/01/2020.

MENDES, Ricardo. “São Paulo no nihonjin: os primeiros anos da presença japonesa em São Paulo”. Informativo do Arquivo Histórico Municipal, Disponível em: http://www.arquiamigos.org.br/info/info18/i-estudos.htm. Acesso em 20/11/2021.

MENESES, Adélia Bezerra de. “Maria Antônia: Década de 60”. Em: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. (org.) Maria Antônia: uma rua na contramão, São Paulo: Nobel, 1988.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano”. Em: Vitor Hugo Mori et al (Orgs.). Patrimônio: Atualizando o Debate. São Paulo: 9a SR/ IPHAN, 2006.

_____ “Morfologia das Cidades Brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, Revista USP, São Paulo, n. 30, jun-ago, 1996, p. 145-55.

MIYOSHI, Alex. “Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos”. Revista de História da Arte e Arqueologia, n. 12, jul-dez 2009, pp. 89-104.

MONBEIG, Pierre. “O crescimento da cidade de São Paulo”. Em: SZMRECSÁNYI (org.). História Econômica da Cidade de São Paulo. Editora Globo, 2004, p. 15-103.

_____. “La croissance de la ville de São Paulo (1953)”. Em: Revue de Geographie Alpine, 1953.

MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

NAVARRO, José Carlos Munhós. “Over the rainbow”, postagem no site São Paulo Minha Cidade, 22/02/2007. Disponível em: http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/789/Over%2Bthe%2BRainbow. Acesso em: 10/02/2019.

NERY Jr., José Marinho. “O zoneamento como instrumento de segregação em São Paulo”, Cadernos Metrópole, n. 13, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo:

PUC-SP, n. 10, 1993.

NORBERG-SCHULZ. Em: NESBIT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura, São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 443-461.

NOVAIS, Fernando Antonio. História da vida privada no Brasil: República, da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVA, Jaime & FONSECA, Fernanda. O ‘modelo São Paulo’: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 65, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i65p20-56. Acesso em 17/01/2022.

OLIVEIRA, Maria Luiza de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo: 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2005.

ORIHUELA, José Luis. La revolución de los blogs: cuando las bitácoras se convirtieron em el médio de comunicación de la gente. Madrid: La Esfera de Los Libros, 2006.

PARETO JR, Lindener. O cotidiano em construção: os práticos licenciados em São Paulo, 1893-1933. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. "Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (secs. XIX e XX)". Revista História, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i123-124p81-93. Acesso em 05/08/2021.

PASSOS, M. L. & EMIDIO, T. Desenhando São Paulo: mapas e literatura, 1877-1954. São Paulo: IMESP, 2009.

PAULA, Eurípedes Simões. "A segunda fundação de São Paulo: Da pequena cidade à grande metrópole de hoje". Revista de História, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 167-179, 1954. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v8i17p167-179. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096. Acesso em: 27/01/2022.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro & MELLO, Rafael Cardoso. "De pioneiro a empreendedor: um estudo da trajetória de Flávio Mendonça Uchôa em Ribeirão Preto (1898-1930)". Dialogus, v. 7, n. 1, 2011, p. 91-123.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. "Nos tempos da 'petit paris': a urbanização em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no auge da economia cafeeira (1880-1930)". Estudios Historicos – CDHRPyB, n. 11, Uruguay, 12/2013.

PEROSA, Graziela. Três escolas para meninas, Campinas. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PETERS, Gabriel. "Configurações e reconfigurações na teoria do habitus: um percurso". Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

PISSARDO, Felipe M. A Rua Apropriada: estudo sobre as transformações e usos urbanos da rua Augusta (São Paulo, 1891-2012). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

PRADO JR. Caio. Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo, Estudos Brasileiros, ano III, vol. 7, no 19-21, Rio de Janeiro, 1941; entre outros.

RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos; PATRIOTA, Rosangela. Olhares sobre a história: culturas, sensibilidades, sociabilidades. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

REALE, Ebe. Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1982.

REIS FILHO, Nestor G. O "Art Noveau", O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10/11/1961, p. 16.

REZENDE, Maria Alice de. "Rio de Janeiro: crepúsculo de Ouvidor". Em: GORELIK, Andres & PEIXOTO, Fernanda Arêas. (org.). Ciudades Sudamericanas como arenas culturales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016. Libro Digital, EPUB.

RILEY, Carlos Guilherme. “A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais”. ARQUIPÉLAGO - Revista da Universidade dos Açores, 2003. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/386/1/Carlos_Riley_p143-172.pdf. Acesso em 26/10/2021.

ROLNIK, R. “Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)”. Em: Maria Adélia A. Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). Metrópole e Globalização, Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle. “(I)Mobilidade na cidade de São Paulo”. Cadernos Metropole. São Paulo: estadudos Avancados, v. 25, n. 71, 2011, pp. 89-108.

ROUANET, Sergio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? Revista USP, 1992, p.49-75.

SACCHETTO, João. Bixiga: Pingos nos Is. São Paulo: Sodepro, 2001.

SAINT MARTIN, Monique. Trad. Alain François. “Uma boa educação”. Educação & Sociedade, ano XX, n. 66, abril, 1999 (Publicado originalmente em Ethnologie Française, 1990).

SANTOS, Amália Cristóvão dos. Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775 e 1809. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

_____. A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Maria Cecilia L. “Maria Antônia: Década de 60”. Em: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. (org.). Maria Antônia: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Regina Helena Vieira. Rua São João: o boulevard paulistano da Primeira República (1889-1930). Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. “O tempo nas cidades”. Ciência e Cultura, v. 54, n. 2, p. 21-22, out. 2002. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13/11/2018.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. São Paulo minha cidade: mais de mil memórias. São Paulo: Prefeitura da cidade de São Paulo, São Paulo Turismo, 2008.

SARLO, Beatriz. “Arlt: Cidade real, cidade imaginaria, cidade reformada”. Em: CHAPPINI, Ligia & AGUIAR, Flavio (orgs). Literatura e História na América Latina. São Paulo: Martin Fontes, 2014.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Psicol. USP, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18/03/2022.

SCHNECK, Sheila. "Bexiga: cotidiano e trabalho (1906-1931)". Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 26, 2018.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. "As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)", Congreso de Historia Economica de Zaragoza, 2001. Disponível em: https://www.aehe.es/wp-content/uploads/2001/10/volpiscott.pdf. Acesso em 17/03/2020.

SEBRAE. Estudo Setorial Minimercados – Série Estudos Mercadológicos, 2014.

SEGAWA, Hugo. Prelúdio da metrópole. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SERRÃO, J. "Conspecto histórico da emigração portuguesa". Análise Social, v. VIII, n. 32, 1970, p. 597-617.

SENNETT, Richard. "Boundaries and Borders". Em: BURDETT, Ricky e SUDJIC, Deyan (orgs.), Living in the endless city. Londres: Phaidon Press, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. "A cidade metástases e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista", São Paulo, Revista USP, set/nov, 2004, pp.16-35.

SHENKMAN, Raquel. Memória, trabalho e arquitetura. MARCOS & LIRA (orgs.), São Paulo: EDUSP, 2013, pp.137-162.

SILVA, Leopoldo Fernandes da. O comércio nos bairros populares da cidade de São Paulo: os armazéns de secos e molhados (1914-1921). Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

SILVA, Susana Serpa. "A emigração açoriana para o brasil, por meados do século XIX, e a questão da 'escravatura branca'". História: Questões e Debates, Universidade Federal do Paraná, n. 1, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/his.v56i1.28638. Acesso em 09/09/2021.

SILVEIRA, Andreia P. "O Divino Encontro em São Paulo: Uma Celebração Inspirada no Divino Espírito Santo". Revista CELACC-USP, 2011. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/tcc_celacc/divino-encontro-sao-paulo-celebracao-inspirada-divino-espirito-santo. Acesso em 26/02/2021.

SILVEIRA, Jacy. "A primeira dama do estado". Em: JUNG, Milton (org). Conte sua história de São Paulo. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

SIMONI, Lucia Noemi. "A Planta da cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura?". Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico, v. 20 n. 2, 2011.

_____. O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no munícipio de São Paulo, 1840-1930. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002.

SIQUEIRA, Uassyr de. Entre sindicatos, clubes e botequins: Identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920), Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SOUZA, M.C.P. O Capital Imobiliário e a produção do espaço urbano: o caso da Cia City, Dissertação (Mestrado em Administração e Planejamento Urbano), Escola de Administração de Empresa de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1988.

TAUNAY, Affonso de. História das bandeiras paulistas. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1924.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Rua Augusta. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

TOLEDO, Benedito de. São Paulo, três cidades em um século. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. Victor Dubugras e as atitudes de inovação em seu tempo. Tese (Livre Docência), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1985.

TOTA, Antonio Pedro. "Americanização no condicional: Brasil nos anos 40". Perspectivas, São Paulo, V.16, 1993, pp.191-212.

_____. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. "Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930)". Revista Brasileira de História, v. 35, 2015, p. 257-277.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Heliana. "Comércio, serviços e cidade: subsídios para gestão urbana". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202010pt. Acesso em 05/08/2021.

VIEIRA, Antônio Paim. "Chácara do Capão". Revista do Arquivo Municipal, Vol. CXLVIII, Ano XVIII, junho de 1952.

WACQUANT, Loïc. "Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bordieu reformula a questão das classes". Novos estudos, CEBRAP, v. 96, jul 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200007. Acesso em 10/03/2022.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 134-155 e 189-190.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2015.

ZIMMERMANN, Maíra. Rebeldia pronta para o consumo: a construção da cultura juvenil no Brasil dos anos 1950-60. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ANEXOS

Em documento a parte: *2022_Gabriela_Cesarino_Ladeiras da Mistura_Anexos.PDF*